GRACINÉA IMACULADA OLIVEIRA

EDIÇÃO E ESTUDO DA NOVELA *STATIRA, E ZOROASTES,* DE LUCAS JOSÉ D'ALVARENGA

Belo Horizonte
2016

GRACINÉA IMACULADA OLIVEIRA

EDIÇÃO E ESTUDO DA NOVELA *STATIRA, E ZOROASTES*, DE LUCAS JOSÉ D'ALVARENGA.

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Estudos Literários da Faculdade de Letras da Universidade Federal de Minas Gerais como requisito parcial para obtenção do título de Doutor em Literatura Brasileira.

Área de concentração: Literatura Brasileira

Linha de pesquisa: Edição e Recepção de Textos Literários (ERTL)

Orientador: Dr. Jacyntho Lins Brandão

Belo Horizonte
Faculdade de Letras da UFMG
2016

Ficha catalográfica elaborada pelos Bibliotecários da Biblioteca FALE/UFMG

A473s.Yo-e

Oliveira, Gracinéa Imaculada.
Edição e estudo da novela *Statira*, e *Zoroastes*, de Lucas José d'Alvarenga [manuscrito] / Gracinéa Imaculada Oliveira. – 2016.
455 f., enc. : il., fots, grafs (color)

Orientador: Jacyntho Lins Brandão.

Área de concentração: Literatura Brasileira.

Linha de pesquisa: Edição e Recepção de Textos Literários.

Tese (doutorado) – Universidade Federal de Minas Gerais, Faculdade de Letras.

Bibliografia: f. 395-417.

Anexos: f. 418-455.

1. Alvarenga, Lucas José de, 1768-1831. – Statira, e Zoroastes – Crítica e interpretação – Teses. 2. Ficção brasileira – História e crítica – Teses. 3. Linguística na literatura – Teses. 4. Literatura brasileira – Séc. XVIII – História e crítica – Teses. 5. Literatura brasileira – Séc. XIX – História e crítica – Teses. I. Brandão, Jacyntho Lins. II. Universidade Federal de Minas Gerais. Faculdade de Letras. III. Título.

CDD: B869.32

pós-lit
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO
EM ESTUDOS LITERÁRIOS

Faculdade de
Letras - FALE

UFMG

Tese intitulada *Edição e estudo da novela Statira, e Zoroastes, de Lucas José D'Alvarenga*, de autoria da Doutoranda GRACINÉA IMACULADA OLIVEIRA, apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Estudos Literários da Faculdade de Letras da UFMG, como requisito parcial à obtenção do título de Doutor em Estudos Literários.

Área de Concentração: Literatura Brasileira/Doutorado

Linha de Pesquisa: Edição e recepção de textos literários

Aprovada pela Banca Examinadora constituída pelos seguintes professores:

Prof. Dr. Jacyntho José Lins Brandão - FALE/UFMG - Orientador

Prof. Dr. José Américo de Miranda Barros - FALE/UFMG

Profa. Dra. Maria Cecília Bruzzi Boechat - FALE/UFMG

Prof. Dr. Thiago César Viana Lopes Saltarelli - UFU

Profa. Dra. Andréa Sirihal Werkema - UERJ

Prof. Dr. Georg Otte
Coordenador do Programa de Pós-Graduação em Estudos Literários da UFMG

Prof. Rui Rothe-Neves
Vice-Diretor e Coord. da Câmara de
Ensino da Faculdade de Letras/UFMG
Portaria n.º 2475, de 29/04/2014

Belo Horizonte, 11 de julho de 2016.

Universidade Federal de Minas Gerais
Av. Antônio Carlos, 6.627 - Campus Pampulha - 31270-901 - Belo Horizonte, MG
Telefone (31) 3409-5112 - Fax (31) 3409-5490 - www.letras.ufmg.br/poslit - e-mail: poslit@letras.ufmg.br

À minha mãe (in memoriam), luz que me guia, me ilumina e me acompanha sempre.

Às minhas filhas, Laurene e Letícia, para que façam do conhecimento um norte para suas vidas.

AGRADECIMENTOS

Há momentos em que se torna necessário encerrar uma etapa, em que é preciso por um ponto final para que se possa escrever outra história, mesmo que se relacione com a anterior. Nesse momento, olha-se para trás e verifica-se que só se concluiu aquela etapa porque houve pessoas que cruzaram nossas vidas e nos auxiliaram na travessia, muitas vezes árdua e difícil.

Enfim, eu consegui fazer a travessia e concluir minha pesquisa, cujo resultado consta nesta tese. E no final dessa etapa, olhei para trás e relembrei todos que me auxiliaram, diretamente e indiretamente, para que eu alcancasse este resultado. Por isso registro aqui, formalmente, meu agradecimento a todos que me ajudaram, lembrando que, independente dessa formalidade, a gratidão já está inscrita para sempre em minha alma. Agradeço:

À minha mãe que, embora esteja ausente fisicamente, continua presente em meu coração. Obrigada por ter me ensinado a gostar de literatura quando lia ou inventava estórias para mim na minha infância. Daí meu amor pela ficção, pelos livros, pela leitura e pela escrita. Obrigada pelo seu exemplo de disciplina, perseverança e coragem.

A meu pai que, embora também esteja ausente fisicamente, continua presente em minha memória. Igualmente a ele devo a paixão pelas estórias porque, no interior das Gerais, alegrava minhas noites contando os causos que inventava. Agradeço, também, a ele, a persistência e a obstinação que tenho e a ousadia para enfrentar o desconhecido, mesmo quando todos dizem não e mesmo quando o medo gela o meu sangue.

Às minhas filhas que, pacientemente, dividiram a mãe com as aulas, com os livros, com os manuscritos e com as viagens. Obrigada pela compreensão e pelo apoio, sobretudo, da Laurene.

A João F. da Silva, meu querido, pelo apoio e pela ajuda incondicionais.

Ao Professor Dr. José Américo de Miranda Barros por, pacientemente, quando eu ainda estava na graduação, ter me iniciado na pesquisa científica. Agradeço-o, também, pelo acolhimento inicial desta pesquisa, pelo apoio e pela solicitude com que sempre me ajudou, mesmo após ter se aposentado e encaminhado a orientação a outro professor. Ele será sempre meu mestre e meu exemplo de professor e de pesquisador.

Ao Professor Dr. Jacyntho Lins Brandão por ter, gentilmente, acolhido esta pesquisa, mesmo já em andamento e, também, pela paciência e tolerância.

Ao Professor Dr. Francisco Topa, da Faculdade de Letras da Universidade do Porto, pela acolhida gentil e prestativa em Portugal.

À Professora Dra. Maria Cecília Bruzzi Boechat, pela participação na banca de qualificação e pelas ótimas sugestões para esta pesquisa.

À Professora Dra. Ana Maria Donnard, da Universidade Federal de Uberlândia, pela ajuda na tradução de alguns textos em francês.

À Professora Dra. Sueli Coelho, pela participação na banca de qualificação, pela leitura crítica e pela partilha e indicação de material.

À minha amiga, Professora Dra. Ilma Magalhães Alkimim, pela ajuda sempre incondicional, sobretudo, na época em que estive em Portugal.

À Dra. Letícia Malard, por ter informado a respeito das edições digitais da novela.

À Dra. Rita Marquilhas por ter, gentilmente, enviado material de Portugal para esta pesquisa.

À amiga Ludmila Noronha, que conheci em Portugal: obrigada por ter me apresentado ao Habermas e, principalmente, por ter aturado minha solidão, minhas reclamações, meus dramas, meus "mimimis" e minha chatice quando estive em terras lusitanas. Você está e estará sempre em meu coração.

Aos conhecidos e aos colegas que fiz em Portugal, tanto daqui quanto de outras partes do mundo, por terem partilhado comigo dúvidas, alegrias, tristezas e por terem me ajudado a me adaptar em outro país e a suportar a saudade do Brasil: Jacqueline Souza, Aline Alvarenga, Fernando Bittencourt, Henri Chevalier, Atefeh Afsar, Mariana Morais e Carol Miranda.

Às minhas amigas Professora Dra. Carla Barbosa Moreira e Grace T. Silva pelo apoio e pelo incentivo que sempre me deram.

À minha amiga Professora Dra. Paula Renata Melo Moreira pela leitura, pelas sugestões e pelo esclarecimento de dúvidas relacionadas a esta pesquisa.

À minha amiga Professora Dra. Rebecca Pedroso Monteiro pelas sugestões de leitura e textos enviados.

Ao historiador sabarense Celso Pyramo por ter, gentilmente, partilhado comigo todo material e conhecimento que tem sobre a obra e a vida de Lucas José d'Alvarenga.

Ao ex-secretário de cultura de Sabará, Sérgio Alexandre Silva, Serjão, pela gentileza ao me atender, pelo interesse demonstrado pela minha pesquisa e, sobretudo, por ter me apresentado ao Senhor Celso Pyramo.

Aos colegas Norma Leles Amaral Pereira e Fernanda Brescia Abreu por terem feito, gentilmente, a tradução dos textos em francês.

Ao colega Dr. Sandro Márcio Drumond Alves, professor da Universidade Federal de Sergipe, pela partilha de textos e de conhecimentos.

À colega Raissa Sales por ter me apresentado a Fernanda Brescia Abreu.

Ao colega Professor Dr. Gilson Santos pela tradução dos textos em latim.

À colega Dra. Carla Berenice Starling de Almeida, funcionária do IBRAM, pela gentileza e pela presteza com que sempre me atendeu no arquivo da Casa de Borba Gato em Sabará.

Ao colega José Euríalo por gentilmente ter traduzido o resumo para o inglês.

Ao historiador e genealogista Mauro Moura, pela partilha de documentos e dados.

Aos funcionários do arquivo público de São João del Rey (MG), do Centro Científico e Cultural de Macau (Lisboa) e da Faculdade de Letras do Porto, pelo ótimo atendimento e pela acolhida.

Aos meus colegas copasianos Glênio Willian e Carla de Abreu Santos Silva pelo apoio à época em que solicitei licença sem vencimento da COPASA MG para fazer o doutorado.

A todos os professores, do ensino básico ao superior, que contribuíram para minha formação escolar e acadêmica.

À Faculdade de Letras da Universidade Federal de Minas Gerais por ter acolhido meu projeto de pesquisa e por ter sido sempre minha casa de estudo desde a graduação

À FAPEMIG e, consequentemente, ao povo mineiro, por ter financiado a maior parte desta pesquisa.

À COPASA MG por ter me concedido licença sem vencimento para que eu pudesse dar andamento ao doutorado.

À Faculdade de Letras da Universidade do Porto por ter acolhido minha pesquisa para o doutorado-sanduíche.

RESUMO

Nesta tese, editou-se a novela *Statira, e Zoroastes* (1826), de Lucas José d'Alvarenga (1768-1831), primeira novela publicada no Brasil, e e analisaram-se seus aspectos linguísticos e literários. Fez-se esta pesquisa para se responder ao seguinte problema: Qual a contribuição dessa novela para o desenvolvimento do gênero romance no Brasil? Para se responder a essa pergunta, estabeleceram-se os objetivos a seguir: Geral: analisar essa novela para se verificar sua importância para o desenvolvimento do romance brasileiro; Específicos: 1. editar a novela; 2. fazer um estudo linguístico e um estudo literário dessa obra. Partiu-se do pressuposto de que essa novela é mais que um marco histórico – configura-se como um texto de transição entre a prosa moralizante do século XVIII e o romance "moderno", que se estabeleceu, no Brasil, com a publicação de *A moreninha* (1844), de Joaquim Manuel de Macedo, e por isso ocupa uma posição-chave no desenvolvimento da prosa de ficção do Brasil do século XIX. Sendo assim, esta pesquisa justifica-se por colocar novamente em circulação a primeira novela publicada em terras tupiniquins, em um momento crucial para a formação do romance; por propiciar melhor conhecimento da língua literária da época, ou seja, os primeiros anos do século XIX; por proporcionar material fidedigno para os estudos literários, levando em conta que a obra literária pertence a um corte sincrônico que deve ser recuperado e, também, por contribuir para melhor entendimento da formação do romance no Brasil. A edição feita foi a interpretativa e, para executá-la, primeiramente, fez-se um estudo linguístico desse texto. As técnicas usadas para se fazer a análise linguística variaram de acordo com o fenômeno estudado, mas, em geral, foram usadas pesquisas bibliográfica e documental, além de técnicas quantitativas. Para se fazer a análise literária, baseou-se, também, em pesquisas bibliográficas e documental, sendo a primeira, sobretudo, de cunho estruturalista. Em relação aos resultados, em linhas gerais, constatou-se que a língua usada no texto caracteriza-se por ser de transição, ou seja, apresenta aspectos linguísticos conservadores e outros inovadores, em relação ao desenvolvimento do português no Brasil. A análise literária apontou também para um texto híbrido, que preserva aspectos da prosa de ficção dos séculos XVII-XVIII e, ao mesmo tempo, aspectos do moderno romance, que se concretizaria em terras brasileiras na segunda metade do século XIX.

Palavras-chave: edição de textos; formação do romance; literatura brasileira; Lucas José d'Alvarenga; *Statira, e Zoroastes*

ABSTRACT

This Doctoral Dissertation sought to edit the novella *Statira, e Zoroastes* (1826), written by Lucas José d'Alvarenga (1768-1831) and recognized as the first novella in Brazil, as well as to analyze its linguistic and literary aspects. The study was conducted to answer the following guiding question: What was the contribution of this novella to the development of the novel genre in Brazil? To answer this question, the following goals have been set: Overall: analyze this novella to verify its importance in the development of the Brazilian novel; Specific: 1. Edit the novella; 2. Conduct both a linguistic study and a literary study of the work. The present research presumed that this novella is more than a mere historical milestone – it rather figures as a text of transition between the moralizing prose of the eighteenth century and the "modern" novel, whose foundation was laid in Brazil with the publication of *A moreninha* (1844), written by Joaquim Manuel de Macedo, and for this reason played a key role in the development of prose fiction in nineteenth-century Brazil. In this sense, this study is justified by once again editing and circulating the first novella published in the Tupiniquin lands of Brazil at a crucial moment in the formation of the Brazilian novel; by opening the door to a broader knowledge of the literary language of the time period, i.e., the early years of the nineteenth century; by providing reliable material for literary studies, bearing in mind that this literary work pertains to a synchronic cut that must be recovered, as well as by contributing to a better understanding of the formation of the Brazilian novel. This study followed an interpretive edition. To achieve this, a linguistic study of the text was performed. The techniques used to perform the linguistic analysis varied according to the phenomenon under study, but mainly pertained to bibliographic and documental research, as well as quantitative techniques. The literary analysis was also based on bibliographic and documental research, with the former, above all, being conducted from a structuralist point of view. As regards the results, it was generally observed that the language used in the text is characterized as being transitional, in other words, it presents both conservative and innovative linguistic aspects with regard to the development of the Portuguese language in Brazil. The literary analysis also pointed to a hybrid text that preserves the prose fiction aspects of the seventeenth and eighteenth centuries, and, at the same time, aspects of the modern Brazilian novel, which would take root in Brazil in the second half of the nineteenth century.

Keywords: edition of texts; formation of the novel; Brazilian literature; Lucas José d'Alvarenga; *Statira, e Zoroastes*

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Fotografia 1 – Circunflexo com função de marcar nasalidade 40
Fotografia 2 – Circunflexo com função de marcar nasalidade 40
Gráfico 1 – Tipos de orações e variação entre próclise e ênclise 90
Organograma 1 – Classificação do uso das maiúsculas 98
Organograma 2 – Classificação semântica do uso das iniciais maiúsculas 102
Organograma 3 – Estrutura narrativa 190
Quadro 1– Uso do til em verbos 53
Quadro 2 – Representação dos ditongos: primeira metade do séc. XIX 59
Quadro 3 – Representação dos ditongos: segunda metade do séc. XIX 61
Quadro 4 – Ditongos orais 62
Quadro 5 – Representação gráfica dos ditongos e dos hiatos na novela 64
Quadro 6 – Ocorrências de ênclise com verbo simples 88
Quadro 7 – Ocorrências de próclise com verbo simples 89
Quadro 8 – Uso da maiúscula na função individualizadora 107
Quadro 9 – Uso da inicial maiúscula na função hierarquizadora 120
Quadro 10 – Uso da inicial maiúscula na função distintiva 132
Quadro 11 – Uso das iniciais maiúsculas na novela 137

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

Abrev. -	abreviatura
Arq. -	Arquivo
Arquid.-	Arquidiocese
AUC -	Arquivo da Universidade de Coimbra
cód. -	códice
conj. -	conjugação
cx. -	caixa
Ded. -	Dedicatória
Doc. -	documento
Ecles. -	Eclesiástico
f. r. -	Folha de rosto
oc. -	ocorrência(s)
PB -	português brasileiro
PE -	português europeu
SN -	sintagma nominal
séc.-	século
SZ -	*Statira, e Zoroastes*
SVO -	sujeito, verbo, objeto
Trad. -	tradutor
VOLP -	*Vocabulário ortográfico da língua portuguesa*

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO 13
2. ANÁLISE LINGUÍSTICA 18
2.1 Aspectos gráficos e fonéticos 19
2.1.1 Os diacríticos 20
2.1.1.2 O acento agudo 32
2.1.1.3 O acento circunflexo 38
2.1.1.4 O acento grave 41
2.1.1.5 O til 42
2.1.1.6 O apóstrofo 51
2.1.2 A representação das vogais 56
2.1.2.1 Alçamento e rebaixamento de vogais 56
2.1.2.2 Encontros vocálicos 58
2.1.2.3 Redução de ditongos 67
2.1.3 A representação das consoantes 69
2.2 Aspectos morfossintáticos 77
2.2.1 Flexão de número – o plural do adjetivo “imbecil” 77
2.2.2 A locução prepositiva “dentro em” 78
2.2.3 Concordância verbal 81
2.2.4 Colocação pronominal 86
2.3 Aspectos sintáticos e semânticos 91
2.3.1 As iniciais maiúsculas 91
2.3.1.1 A maiúscula estruturante 99
2.3.1.2 As funções semânticas da maiúscula 101
2.3.1.2.1 A função individualizadora 102
2.3.1.2.2 A função hierarquizadora 107
2.3.1.2.3 A função distintiva 122
2.3.1.2.4 Oscilações não explicadas 132
3 ANÁLISE LITERÁRIA 139
3.1 Autor e obra 140
3.1.1 Lucas José d'Alvarenga: escritor, militar e político 140
3.1.1.1 Um mineiro no inferno: Alvarenga e sua administração em Macau 147
3.1.2 Apresentação do texto: *Statira, e Zoroastes* 155
3.1.3 *Statira, e Zoroastes* e a crítica literária brasileira 159

3.2 A meio caminho da ficção: os paratextos 162
3.2.1 Título 162
3.2.2 Dedicatória 166
3.2.3 A introdução 169
3.2.4 A epígrafe da novela 180
3.3 Nos domínios da ficção: um outro eu aparece em cena - o autor cede a voz ao narrador 180
3.3.1 *Statira, e Zoroastes*: uma narrativa em diferentes níveis 180
3.3.1.1 O primeiro nível narrativo 180
3.3.1.2 Os demais níveis: as narrativas metadiegéticas 184
3.3.2 O romanesco em *Statira, e Zorastes* 190
3.3.3 O discurso na narrativa: as interrupções da narração para expansões discursivas de diversas naturezas, com ênfase na exposição do pensamento político 195
3.4 Ainda os paratextos - o narrador cede a voz ao autor 199
3.5 O universal e o particular em *Statira, e Zoroastes*: a meio caminho do romance moderno 203
3.5.1 Universalismo e relações intertextuais em *Statira, e Zoroastes* 203
3.5.2 A política brasileira como particularismo em *Statira, e Zoroastes* 211
4 A EDIÇÃO 224
4.1 Edição de textos e literatura 224
4. 2 Critérios desta edição 228
4.3 Texto editado: Statira, e Zoroastes 234
5 CONCLUSÃO 392
REFERÊNCIAS 395
ANEXO 418

1 INTRODUÇÃO

O que eu sou, e o que eu não sou,
quem quiser, julgue de mim:
Eu sou tudo, e não sou nada.
O meu gosto é ser assim
(ALVARENGA, 1830a, p. 52).

A literatura brasileira é de história recente, se for comparada com as literaturas europeias, por exemplo. Mesmo assim, possui muitos autores que ainda não foram suficientemente estudados, e muitos são desconhecidos até mesmo de especialistas da área de Letras. Esses escritores desconhecidos possuem obras que jazem em arquivos e bibliotecas, à espera de uma análise que as reabilite e avalie sua contribuição para o desenvolvimento da literatura brasileira. Embora seja inegável a melhora da situação, ainda ecoam hoje as palavras com que o pioneiro em pesquisas na área de Literatura Brasileira Joaquim Norberto de Sousa Silva se queixava do desconhecimento em que se encontravam as obras da literatura nacional. Afirmou ele, no "Bosquejo da história da poesia brasileira", publicado como introdução ao livro *Modulações poéticas* (1841), que, dos cantos,

> [...] inspirados pelos mais nobres assumptos, movidos pela mais heroica paixão, dignos dos premios que ambicionavam seus auctores, raros chegaram a nossos dias, atravessando as ondas de tam dilatados annos! [...] Todos esses ensaios, todos esses esforços de um povo que ja na infancia se dava ao cultivo dos diversos ramos da literatura [...] se perderam ao meio das trevas da ignorancia; as raras publicadas, em tam pequeno numero de exemplares o foram, que poucas chegaram aos nossos dias (SILVA, 1841, p. 17-18).

Um desses autores ainda hoje desconhecido é Lucas José d'Alvarenga, escritor mineiro que nasceu em 1768, na antiga Vila Real de Nossa Senhora da Conceição do Sabará, atual cidade de Sabará, em Minas Gerais. Viveu em Minas até 1794, quando seguiu para Coimbra para completar seus estudos. Depois de completá-los, voltou para Minas e nessa província permaneceu até seguir para Europa e, posteriormente, para o Oriente, como ajudante-de-ordens de Sarzedas, onde foi nomeado governador e capitão-geral de Macau. Sua carreira político-administrativa foi curta, mas, nela, contribuiu para uma vitória espetacular, do ponto de vista militar e político, sobre piratas chineses que assolavam, à época, a colônia portuguesa no Oriente. Após governar Macau, seguiu para a Europa, onde visitou alguns

países, até voltar ao Brasil, lugar em que permaneceu, em completo ostracismo, até sua morte, em 1831 (VIANA, 1943).

Além de estadista, Alvarenga foi poeta, repentista e novelista. Publicou uma novela - *Statira, e Zoroastes*, em 1826, dedicada à imperatriz Leopoldina. Além da novela, publicou suas memórias, em 1828 e 1830, que são compostas dos seguintes livros: *Memória sobre a expedição do governo de Macau em 1809 e 1810...*, publicada em 1828; *Artigo adicional à memória*, publicado também em 1828, e *Observações à memória de Lucas José de Alvarenga com as suas notas e um resumo da sua vida, escrito pelo mesmo*, em 1830. Neste mesmo ano, deu ao prelo, também, um volume de poemas intitulado – *Poezias* –, em que constam sonetos, vilancetes, epigramas, cantigas, madrigais, quadras, uma ode, um ditirambo e traduções de uma ode de Safo, sendo uma tradução de Alvarenga e as demais de Boileau, do Abbade Delille, de Frances Fawees e a do Desembargador Magalhães. Alvarenga transcreveu as traduções desses autores para comentá-las e compará-las com a sua. As formas mais frequentes no livro, no entanto, são os sonetos e os vilancetes.

Também consta que ele teria sido autor de peças de teatro. Há referência a duas peças que teriam sido escritas por ele – *Calígula* e *A revolução*, sendo que desta última ele extraiu a novela *Statira, e Zoroastes* (SEIXAS SOBRINHO, 1961). Mas isso é passível de discussão, pelo motivo que se verá a seguir.

Seixas Sobrinho (1961) tirou as informações referentes a essas possíveis peças de teatro do texto de Hélio Viana (1943) sobre a vida de Lucas José d'Alvarenga e a novela *Statira, e Zoroastes*. Por sua vez, Hélio Viana consultou as memórias[1] de Alvarenga e, também, a introdução da referida novela para escrever seu texto, em que afirma que Alvarenga teria composto essas duas peças de teatro. Mas nas memórias e na introdução da novela, um fato chama a atenção: o autor emprega apenas a palavra "peça". Em nenhum momento, ele especifica que se trata de uma peça de teatro. Sendo assim, o significado dessa palavra na época foi pesquisado em dicionários dos séculos XVIII e XIX, especificamente os de Bluteau (1712-1728), Morais Silva (1813) e de Luís Maria da Silva Pinto (1832). Em nenhum deles, há referência à "peça" como sinônimo de texto teatral. Silva Pinto (1832), entre outros significados, afirma que peça pode ser "Qualquer obra, ou traste". Bluteau (1712-1728, v. 6, p. 338) também apresenta um significado generalista, além de outros: "Peça,

[1] Lucas José d'Alvarenga publicou três livros de memórias. Quando houver referência a esses três livros, sem especificar qual deles seja, será usada a palavra "memórias", mas se referindo ao gênero, não ao título de algum dos livros.

géralmente se toma por qualquer movel de casa, ou obra artificial". Morais Silva (1813) não apresenta nenhum significado próximo de peça teatral.

Além dessa consulta, verificou-se se a palavra "peça' aparecia em outros contextos na obra de Alvarenga. Localizaram-se outras três passagens, em seu livro *Observaçoens à Memoria de Lucas Jose d'Alvarenga, com as suas notas, e hum resumo de sua vida*, em que apareceu essa palavra:

> [e] com effeito cumpro com muito prazer não só por que o tinha dito e se vê a Pag. X. no principio do §. 1º e Pag. XIV. §. penultimo; como para não perder esta oportunidade de dizer mais algumas coizas indespensaveis, que então não devião ter lugar alí; tocar em outros segundo as novas circunstancias; e a juntar agora essas *Peças Originaes* das muitas, que tenho relativamente ás minhas transações com o Governo Britanico, para o fim de deixar agora authtenticado tambem... (ALVARENGA, 1830, p. 4, grifo nosso).

Nesse caso, quando o autor se refere a "peça", ele se refere a documentos do período em que fora Governador de Macau e que ele havia guardado consigo. Em outra passagem, a palavra "peça" significa cópia dos documentos que foram publicados nas suas memórias: "Mas eu bem longe de me julgar offendido nisto, não só agradeço muito o energetico involuntario, que nisso mesmo se me dá; mas até o acceitei de bom grado, como hum avizo providente para ajuntar as *Peças Originaes*, que se publicão agora" (ALVARENGA, 1830, p. 5, grifo nosso).

Também significando documentos escritos é o sentido de "peça" nesta passagem:

> Eu porém ajuntei aqui as *Peças Originaes* no seu proprio idioma por duas rasões principaes: 1ª porque a Lingua Ingleza está hoje quaze [e será cada vez mais] commum entre nós; [...] 2ª porque não me convémn, que as mesmas pessoas do scepticismo [ou outras taes] por cujas mãos [...] possão imaginar alguma alteração... (ALVARENGA, 1830, p. 6, grifo nosso).

Quando se referiu à peça *Revolução*, Alvarenga, em seu livro *Observacoens á Memoria* [...] escreveu o seguinte:

> A minha actividade era muita; e tanto assim, que só para o fim de exercitar-me, de evitar o Ocio [que abomino] e trabalhar em alguma coiza, que poderia ser util; principiei em Junho de 1822, e pude concluir logo facilmente huma bem extensa Peça intitulada – A Revolução... –; que mutilada depois talvez em mais de tres partes [e bem interessantes] vim pôr motivos Imperiosos [ou Imperiaes] a dá-la em 1826 ao Prelo, redigida, e já debaixo da forma de Novella com o Titulo de – Statira, e Zoroastes... (ALVARENGA, 1830, p. 62).

Como se vê, ele afirma apenas que era uma peça extensa, não diz em nenhum momento que se destinava à representação. Além disso, muitas vezes, quando se refere à novela, ele a chama de peça, como neste trecho da dedicatória: "[...] como Aceitou de um súbdito Seu, e com Agrado, a Dedicação desta Peça" (ALVARENGA, 1826 – Ded.). Sendo assim, julga-se pelo menos duvidoso afirmar que se tratava de peças teatrais, visto que, pelo exposto, parece que o autor usava a palavra "peça" para se referir a qualquer texto escrito, literário ou não. Além disso, Galante de Sousa (1960), em livro sobre o teatro no Brasil, não menciona Lucas José d'Alvarenga como autor teatral.

É mister ressaltar que em relação à peça *O cônsul de Calígula*, o autor declara, no *Artigo addcional à memória*, que a queimou, após quase decorá-la: "Cheguei a escrever uma pequena Peça entitulada = o Consul de Caligula = a qual podia entreter bem um quarto de hora. Eu a li depois tantas vezes, que quase me ficou de cór. Nunca me enfastiei de a ler. The que hum dia a entreguei ás chamas, como he meu costume (ALVARENGA, 1828a, p. 17-18).

Em relação à situação da obra de Alvarenga na historiografia literária brasileira, verificou-se que ela é pouco conhecida e estudada. Antonio Candido (2009), por exemplo, sequer o cita na sua obra *Formação da literatura brasileira*, assim como Bosi (1994) em seu livro *História concisa da literatura brasileira*. Outros pesquisadores que estudaram a prosa de ficção também desconhecem sua obra, como Menotti del Picchia (1952), em estudos sobre o panorama do romance brasileiro, em que analisa, também, os pródromos da novelística no Brasil. Cláudio de Souza (1952), que discute qual teria sido o primeiro romance brasileiro, embora cite Pereira da Silva, Teixeira e Souza e Macedo, para afirmar que *Aventuras de Diófanes* (1752) é o primeiro romance de autor brasileiro, ignora completamente Alvarenga.

Além desses livros citados, nenhuma referência a Lucas José d'Alvarenga foi encontrada em outros livros consultados. Eis a relação das obras consultadas, que não mencionam sua obra: *A literatura brasileira: manifestações literárias da era colonial*, de José Aderaldo Castello; *Capítulos de literatura colonial*, de Sérgio Buarque de Holanda; *Compendio de história da literatura brasileira*, de Silvio Romero e de João Ribeiro; *Evolução da literatura brasileira*, de Silvio Romero; *História da literatura Brasileira*, de Carlos Nejar; *História da literatura brasileira*: de Bento Teixeira (1601) a Machado de Assis (1908), de José Veríssimo; *História da literatura brasileira*, de Luciana Stegagno-Picchio; *História da literatura brasileira*, de Sílvio Romero; *Literatura brasileira: das origens aos nossos dias*, de José de Nicola; *Pequena história da literatura brasileira*, de Ronald de Carvalho *e Plutarco brasileiro* de Pereira da Silva.

Há referências esparsas a esse autor e a sua produção literária em algumas obras como o *Diccionario bibliographico portuguez*, de Innocencio Francisco da Silva (1860), *Diccionario bibliographico brazileiro*, de Sacramento Blake (1899), as *Ephemerides Nacionaes* de Teixeira de Mello (1881, t. 1) e as *Efemérides da Academia Mineira de Letras*, de Oiliam José e Martins de Oliveira (1999).

Diante desse esquecimento, desse apagamento dos livros de Lucas José d'Alvarenga da história da literatura brasileira sem um prévio estudo crítico-literário, a proposta desta pesquisa é fazer um estudo linguístico, um estudo literário e uma edição interpretativa da novela *Statira, e Zoroastes*, para se verificar e se avaliar a sua contribuição para a literatura nacional, especificamente para a formação do romance. Escolheu-se essa novela por ela ser um marco histórico (OLIVEIRA, 1963) e ocupar uma posição-chave na história da prosa literária brasileira (BOECHAT, 2008).

Mas a edição não servirá apenas para colocar novamente a obra em circulação. Para editá-la, será necessário discutir e definir critérios, levando em conta o gênero do texto a ser editado e a língua da época de sua publicação. Além disso, será necessário fazer uma revisão bibliográfica sobre os métodos da crítica textual e da filologia. Sendo assim, esta pesquisa também contribuirá para esta ciência e também para um melhor conhecimento da língua literária da época, ou seja, dos primeiros anos do século XIX.

Soma-se a isso o fato de que uma edição que se aproxime o máximo possível da última vontade do escritor proporciona material fidedigno para os estudos literários, considerando o pressuposto de que a obra literária pertence a um corte sincrônico que deve ser recuperado (COMPAGON, 1999). E para que isso ocorra, é preciso uma edição que tenha a menor interferência possível de editores ou de terceiros, visto que cada texto "publicado mostra uma lógica inerente a cada um deles" (WILLEMART, 1999, p. 192). Sendo assim, a interferência em um texto não é um simples caso de substituição, "mas uma outra lógica que se instala ou que é recusada" (WILLEMART, 1999, p. 192).

Além disso, quando o texto não é percebido, mantido e consolidado em sua realidade própria, a interpretação pode ser comprometida (STAROBINSKI, 1976), já que a interferência indevida no texto põe em causa sua autonomia. O ideal é que a restituição preceda a interpretação (STAROBINSKI, 1976), embora se saiba que para restituir é necessário interpretar corretamente. Nesse contexto, restituir um texto é como um olhar de fora, que o submete a uma leitura cuidadosa, tendo-o sempre como um objeto autônomo que deve ser percebido "em sua diferença própria e na sua existência completa [...]" (STAROBINSKI, 1976, p. 135). E foi isso que se intentou fazer nesta pesquisa.

2. ANÁLISE LINGUÍSTICA

Embora esta tese seja da área de Literatura Brasileira, julgou-se necessário fazer um breve estudo linguístico de alguns aspectos da novela antes de se proceder à edição. Este estudo foi necessário para se identificar e para se separar fatos linguísticos da época de fatos meramente gráficos, já que se parte do pressuposto de que os fatos linguísticos não devem ser atualizados, mas os gráficos sim.

Antes de se proceder à análise linguística, propriamente dita, supôs-se ser importante fazer uma breve revisão da história do português brasileiro para se mostrar a relevância que a época da escrita e da publicação da novela – século XIX – tem para a história do português no Brasil.

A língua portuguesa, como qualquer língua natural, apresenta variação diatópica, diacrônica e diastrática. A que interessa particularmente, neste capítulo, é a geográfica ou diatópica, já que, desde quando foi trazido para a América, o português começou a apresentar diferenças em relação ao português de Portugal.

Essa diferenciação espacial que o português americano apresenta em relação ao europeu foi objeto de atenção de muitos estudiosos em diversas épocas, mas essa "questão apareceu realmente com o romantismo" (ELIA, 1940, p. 95).

Elia (1940) afirmou que a diferença entre o português do Brasil e o europeu era apenas estilística, mas antes de defender seu ponto de vista, fez uma revisão crítica dos estudos de alguns pesquisadores sobre o português no Brasil: 1) Virgílio de Lemos, para quem o dialeto brasileiro era o resultado de leis positivas e naturais: reconhecia a importância dos dialetos rurais brasileiros, mas reconhecia apenas a língua culta como padrão da nacionalidade no Brasil (LEMOS, 1916 *apud* ELIA, 1961); 2) Renato Mendonça, que a partir de ideias naturalistas advogava que o português brasileiro é uma língua diferente do europeu; 3) Antenor Nascentes, que defendia um dialeto brasileiro; 4) João Ribeiro (*apud* ELIA, 1940, p. 126), para quem "A – Língua Nacional – é essencialmente a língua portuguesa, mas enriquecida na América, emancipada, e livre nos seus próprios movimentos"; 5) Herbert Parentes Fortes, que defendia radicalmente uma língua brasileira e aceitava, inclusive, construções populares alvo de forte preconceito linguístico; 6) Gladstone Chaves de Melo, que defendia a posição de unidade na diversidade, ou seja, afirmava que toda língua é heterogênea, mas que sob essa diversidade, "existe a unidade da língua comum" (MELO, 1946 *apud* ELIA, 1961, p. 132). Sendo assim, haveria uma unidade entre o português

americano e o português europeu; 7) Serafim da Silva Neto, para quem não havia divergência entre o português do Brasil e o de Portugal, considerando a norma padrão, reconhecia a diversidade estilística, referente à língua literária (ELIA, 1961).

A periodização que Renato Mendonça (*apud* ELIA, 1940) fez da história dos estudos relativos às diferenças do português no Brasil em relação ao europeu chamou a atenção. Segundo ele, tais estudos começaram no século XIX: 1ª fase (1826-1879); 2ª fase (1879-1920) e 3ª fase (a partir de 1920). É sintomática a atenção às diferenças começar no século XIX, visto que esse século – XIX – é considerado por muitos linguistas, como Tarallo (1996), o divisor de águas entre o português brasileiro e o português europeu, embora a maioria dos autores assinale que as mudanças devem ter surgido no português falado no século XVIII e devem ter sido introduzidas na escrita apenas em meados do século XIX.

Sem entrar no mérito da antiga querela sobre o português do Brasil ser uma língua diferente do português europeu, o que interessa, nesta pesquisa, são os fatos inovadores do português brasileiro em relação ao português europeu, visto que, segundo alguns pesquisadores, particularmente Tarallo (1996), essas inovações teriam se fixado na língua no final do século XIX. Sendo assim, pressupõe-se que algumas dessas inovações possam ser detectadas na novela que, embora produzida e publicada no início do século XIX, talvez tenha algumas marcas das inovações que, segundo alguns pesquisadores, como Mattos e Silva (1995 *apud* LOBO, 2003), teriam começado no século XVIII.

Frisa-se que a numeração informada nos excertos retirados de *Statira, e Zoroastes*, para abonar as análises feitas nestes capítulos, é a numeração original da novela, não a desta tese.

2.1 Aspectos gráficos e fonéticos

Um dos grandes problemas que se apresenta para o editor de textos de épocas mais recuadas da língua é a relação entre a língua oral e a escrita, já que é complexo definir até que ponto um sinal gráfico representa ou não um fato linguístico. Um dos motivos dessa dificuldade é o fato de a escrita ser mais conservadora e uniforme do que a fala. Conforme afirmou Melo (1975, p. 230), a escrita ideal seria aquela "em que a cada fonema correspondesse unicamente uma letra ou sinal gráfico", o que é irrealizável devido a inúmeros fatores como, por exemplo, as variedades regionais e até individuais de pronúncia.

Sendo assim, com o intuito de contribuir para um melhor conhecimento do português no Brasil do século XIX, serão também comentados alguns aspectos gráficos e

linguísticos dessa novela antes de definir os critérios de edição. Além disso, essas análises justificam alguns critérios adotados na edição dessa novela.

2.1.1 Os diacríticos

Um aspecto relevante do texto, que importa no processo de sua edição, são os sinais diacríticos. Modernamente, diacríticos são os sinais gráficos que modificam o valor de algum símbolo gráfico, como cedilha[2], trema, til, e os acentos gráficos – acento agudo, acento grave, acento circunflexo e trema –, ou seja, o que chamamos de acentuação gráfica e notações léxicas. Para evitar a anacronia, será examinado o entendimento que os gramáticos da época tinham em relação a esses sinais. Para se fazer a análise dos diacríticos, procedeu-se da seguinte maneira:

a) Utilizou-se, primeiramente, uma gramática da mesma época da novela: *Gramática filosófica da língua portuguesa*, de Jerónimo Soares Barbosa, publicada em 1822. Essa escolha foi guiada por dois motivos: 1) uma tentativa de sincronia, ou seja, tentou-se verificar quais eram as diretrizes gramaticais e normativas do período em que a novela foi publicada para o uso ou não uso dos diacríticos; 2) para saber se esses sinais indicam fatos gráficos ou fatos fonéticos e/ou fonológicos, visto que, como naquela época não existiam modernas tecnologias de gravação de som, pistas da pronúncia estão espalhadas, por exemplo, em manuais gramaticais. Nesses manuais, muitas vezes, o gramático justifica alguma prescrição de uso por fatos da língua falada ou então condena algum uso de determinadas variantes da língua. Por isso tais estudos são importante fonte para o estudo da língua oral.

b) Em segundo lugar, utilizou-se uma gramática publicada no final do século XIX: *Grammatica portugueza*, de Júlio Ribeiro, publicada em 1881. O motivo da escolha de tal gramática deve-se aos seguintes fatores: 1) como os gramáticos normativos são, muitas vezes, conservadores, pressupôs-se que se encontrariam registrados fatos já em desuso na língua, ou seja, mais próximos do uso do início do século XIX; 2) sendo o autor – Júlio Ribeiro – um gramático que buscava "legitimar o uso da variante brasileira do português, em oposição à lusitana" (ORLANDI, 2002 *apud* SILVA, 2010, p. 71), pressupôs-se que se encontrariam nesse livro alguns fatos típicos da pronúncia brasileira.

c) Em terceiro lugar, foram utilizados alguns resultados de modernas pesquisas linguísticas a respeito do assunto. A consulta a tais pesquisas se justifica, entre outros fatores,

[2] A cedilha não será comentada nesta seção, mas na que trata sobre a representação das consoantes sibilantes.

pelo fato de ser uma atualização a respeito do andamento dos estudos relativos ao uso dos diacríticos em épocas pretéritas da língua.

d) Por último, por se ter usado gramáticas de outras épocas, como a de Jerónimo Barbosa, tornou-se imprescindível discutir alguns termos cuja significação atual é diferente da dos séculos XVIII e XIX, a saber: *ditongo*, *prepositiva*, *subjuntiva*, *semivogal* e *vogal*. Sendo assim, opta-se por começar a análise pela revisão desses conceitos para que, quando forem retomados na análise, o leitor saiba a significação de cada um deles naquele contexto.

Modernamente, prepositiva e subjuntiva são as semivogais dos ditongos, sendo que a primeira antecede a vogal nos ditongos crescentes e a segunda sucede a vogal nos ditongos decrescentes:

> [O ditongo] é constituído da BASE, ou vogal silábica, tônica ou átona, conforme a sílaba é tônica ou átona, e de uma vogal auxiliar assilábica, necessariamente átona, que precede a base, como PREPOSITIVA, na parte crescente da sílaba (ditongo crescente) ou se segue à base, como POSPOSITIVA OU SUBJUNTIVA, na parte decrescente da sílaba (ditongo decrescente) (CÂMARA JÚNIOR, 1981, p. 10).

Mas nem sempre se teve esse entendimento. Ao se rastrear, na história da língua, o significado do termo ditongo e seus correlatos – vogal, semivogal, prepositiva, subjuntiva –, constatou-se que sua acepção era diferente da exposta anteriormente.

No século XVI, João de Barros (1540) afirmava que as vogais seriam representadas pelas letras á, a, ę, i, ó, o, u. Para ele, seriam vogais porque "cada hũa per sy sem aiũtamẽto de outra faz perfeita voz [...]" (BARROS, 1540, p. 40). Já ditongo era definido por ele como dois sons, "cásy dobrado sõ, por que ambas as leteras [das vogais] retem o seu sóm, e faz em hũa syllaba (BARROS, 1540, p. 40).

Pero de Magalhães de Gândavo (1574) definia vogal como núcleo de sílabas, representada graficamente pelas letras a, e, i, o, u, y (GÂNDAVO, 1574). Não se localizou definição de ditongo nem de semivogal em sua obra.

Duarte Nunes Leão (1576) definia ditongo como "hum ajuntamento, ou cõncurso de duas vogaes, q[ue] guardão sua força em hũa soo syllaba: & He palaura Grega, que quer dizer dobrado som" (LEÃO, 1576, p. 27). Já semivogal, para esse mesmo gramático, seriam alguns tipos de consoantes, especificamente, l, m, n, r, s, x, z, que "se formão em tal parte da bocca, que se pódem pronũciar sem ajuda das vogaes, posto que não fazem per si syllaba" (LEÃO, 1576, p. 2).

No século XVII, Álvaro Ferreira de Verá (1631) definia ditongo praticamente como Duarte Nunes Leão. Para o primeiro, ditongo seria "[...] som dobrado, ou ajuntamento de duas vogaes, que guardão sua força em hũa sô syllaba" (VERÁ, 1631, p. 25).
1631)

Para João Franco Barretto (1671, p. 94), o ditongo também era "ũ ajuntamento, cõ glutinaçã, ou cõcurso acidental de duas vogaes, que fazem ũ sõ simplez, & uma só silaba, porque di, & phtongos, ẽ a lingua Grega, quer dizer dobrado sõ, de duas vogaes, & nã de uma sómente [...]".

As vogais seriam chamadas assim pela "excellencia da voz, que formam; porque ellas per si sós saõ fundamento da voz, isto he que pódem pronunciar, & formar sillaba, sẽ ajuda das consoantes, que saõ todas as outras, que nã saõ vogaes [a, e, i, o, u, y]" (BARRETTO, 1671, p. 66).

Já as semivogais seriam tipos de consoantes, visto que, para ele, as consoantes dividem-se em mudas e em semivogais. As semivogais "são seys, f.l.m.n.r.s. chamãse assy, porque nã saõ tã imperfeytas, como as mudas; nẽ tã pouco gozam tãta perfeyçã de sõ, que possam chamar se vogaes; & assi se chamam semivogaes, que val tanto, como meas vogaes [...]" (BARRETTO, 1671, p. 68).

No século XVIII, as definições são parecidas. João Morais de Madureira Feijó (1734) identificava seis letras que representariam as vogais: "*A, e, i, o, u, y* (FEIJÓ, 1734, p. 20). Para ele, elas se caracterizavam por ter "voz clara, e distincta" (FEIJÓ, 1734, p. 20). Em relação às semivogais, também eram assim chamadas as consoantes F, L, M, N, R, S, X, Z. E o motivo de assim serem chamadas adviria do fato de que "na sua pronunciaçaõ [dessas consoantes] tem hum meyo tom de vogaes (FEIJÓ, 1734, p. 21). Em relação ao ditongo, definia-o como "som de duas vogaes" e, ainda, como:

> [...] aquelle [som], que se faz de duas vogaes unidas, ou juntas debaixo de huma so pronunciaçaõ; porque se pronunciaõ as duas vogaes juntas, como se foraõ huma só; mas sempre com dous sons sem espaço intermedio; como se vê nesta palavra Pay, na qual se pronuncia o A, juntamente com o Y; porque naõ dizemos Pa-y, mas Pay com huma so pronunciaçaõ, e com dous sons inseparaveis (FEIJÓ, 1734, p. 22).

Luís Caetano de Lima (1736, p. 110) também definia ditongo como o som de "duas Vogaes unidas em huma só syllaba".

Frei Luís do Monte Carmelo (1767, p. 140) também segue as definições até aqui verificadas. Para ele, ditongo "He hũa Voz composta de duas Vogaes". Já as semivogais

também seriam certo tipo de consoantes que "principiam com algum som claro, e próprio de *Vogal*, como *Ef, El, Em, En, Er, Es* [...]" (CARMELO, 1767, p. 135).

Antonio Jose dos Reis Lobato (1770) definia vogal como núcleo de sílaba, o que se pode depreender da seguinte afirmativa:

> [q]uando a syllaba consta de huma só letra, esta He vogal, pela razão de que sómente a vogal por si só póde fazer um som perfeito; e quando consta de mais de huma letra, alguma dellas He vogal, por não poderem as outras formar sem vogal hum som perfeito; o que tudo se vê nas syllabas da sobredita palavra *A – le – gre* (LOBATO, 1770, p. 3).

Ditongo, para ele, seria o "concurso de duas vogaes diversas dentro da mesma syllaba [...]" (LOBATO, 1770, p. 3).

Jerónimo Soares Barbosa (1822) também segue essa tendência. Ele chama o ditongo de encontro entre duas vogais. Sendo assim, para ele, os sons que são produzidos sem nenhum obstáculo à passagem do ar são todos vogais, independente de serem centro de sílabas ou não. Em sua obra, aparecem os termos prepositiva e subjuntiva, mas com acepção também diferente da atual, como é possível depreender da seguinte afirmativa:

> [...] a nossa Orthografia vulgar, que póde muito facilmente induzir em erro, quando escreve os Diphthongos Nasaes humas vezes com a Prepositiva so sem a sua Subjunctiva, como *Pam, Bem,* em lugar de *Pão, Bẽe*; e outras com ambas as vozes sim, mas com a modificação Nasal fóra do seu lugar, como em *Mains, Maons, Sermoens, Bens, Ruins* (BARBOSA, 1822, p. 16-17).

Pressupõe-se que, como Barbosa (1822) não diferencia semivogal de vogal, ele nomeava prepositiva o som vocálico que ocupava a primeira posição no ditongo, independente de este ser crescente ou decrescente e de subjuntiva o segundo som vocálico que ocupava a segunda posição no ditongo, independente de o ditongo ser crescente ou decrescente. Sendo assim, quando esses termos forem citados nos próximos parágrafos, é mister atentar para o fato de sua significação não ser a mesma da atualidade.

Após essa explanação referente aos diferentes significados de alguns termos, serão revistos e analisados os diacríticos.

Na *Gramática filosófica da língua portuguesa*, Barbosa (1822) analisa a acentuação em dois contextos: primeiramente, trata do acento em relação a aspectos fonéticos e fonológicos da língua portuguesa, como se pode depreender do significado atribuído à palavra acento: "*Canto accrescentado à palavra*, ou *Tom*, he a maior, ou menor elevação relativa,

com que se pronuncião as vozes, nascida da maior ou menor intensidade, que as fibras da Glottis dão a seu som" (BARBOSA, 1822, p. 39). Em segundo lugar, ele analisa os acentos gráficos que são maneiras de sinalizar, na escrita, as características fonéticas e fonológicas mencionadas antes.

Em relação à acentuação no sentido fonético-fonológico, ou seja, no encadeamento da fala, ou, ainda, na prosódia, Barbosa (1822) classifica os acentos em simples e compostos. Pertencem ao primeiro grupo os acentos agudo e grave. O agudo é aquele "com que levantamos o tom da voz sobre qualquer Syllaba, e a apoiamos com mais força" (BARBOSA, 1822, p. 40). Já o acento grave é aquele "com que, depois de levantar o tom da voz, o abaixamos em huma, ou mais Syllabas, pronunciando-as com menos força e intensidade" (BARBOSA, 1822, p. 40).

Pertence ao segundo grupo o acento circunflexo. Em relação a esse grupo, Barbosa (1882, p. 40) afirma o seguinte::

> Destes dois Accentos [agudo e grave] he composto o Accento *Circumflexo*, que he aquelle, com que sobre a mesma Syllaba em diferentes tempos levantamos, e abaixamos sucessivamente o tom da voz. A sua figura he igualmente composta das duas linhas verticaes, que servem de nota ao Agudo e Grave, unidas em cima e aberta em baixo em fórma de augulo (*sic*) agudo deste modo (^), como em *Mêo* (BARBOSA, 1822, p. 40).

Ainda em relação aos acentos nesse primeiro aspecto ou sentido, Barbosa (1822) analisa os princípios gerais que servem de fundo às regras do acento em língua portuguesa e depois expõe as referidas regras:

> REGRA I. *Tem Accento Agudo na ultima Syllaba todas as Palavras, quer sejão Nomes, quer Verbos, quer Particulas, que acabarem, ou em algumas das nossas cinco vozes grandes á, é, ê, ó, ô; ou nas duas communs i, u; ou em alguma das quatro Nasaes claras ă, ĭ, ŏ, ŭ, quer se escrevão assim, quer com m deste modo am, im, om, um; ou em algum dos Diphthongos Oraes ái, áo, éi, êi, éo, êo, ío, ói, ôi, úi, ou dos Nasaes ãi, ão, ẽe, õi, õo, ũi, quer se escrevão assim, quer de qualquer outro modo; e bem assim tem a ultima aguda todas as palavras, ou sejão nomes ou verbos, que acabarem no numero Singular por alguma das nossas tres Liquidas L, R, S, ou esta ultima se escreva assim, ou com Z, como o uso introduzio* (BARBOSA, 1822, p. 44-45);
>
> REGRA II. *Todas as palavras esdruxulas, isto he, de tres ou mais Syllabas com a ultima, e penultima breves, tem o accento agudo na antepenultima*. (BARBOSA, 1822, p. 46);

> REGRA III. *Todas as mais palavras a fóra as das duas Regras antecedentes, ou sejão dissyllabas, ou trisyllabas, ou polysyllabas, tem o Accento Agudo na penultima sem excepção alguma, como Vóto, Virtúde, Humanidáde* (BARBOSA, 1822, p. 47).

Nessas afirmativas, o gramático focaliza a pronúncia da língua e faz menção à prosódia e à tonicidade das sílabas. O que ele chama de acento é, na verdade, o que hoje se denomina tonicidade, por isso ele afirma que todas as palavras portuguesas têm acento agudo ou circunflexo, exceto os artigos e as preposições, classificadas hoje como átonas.

Em relação à acentuação gráfica, os comentários de Barbosa (1822) vêm no capítulo, de sua gramática, que trata da pontuação. Segundo ele, a pontuação é constituída pelos seguintes sinais: espaços em branco entre as palavras, o ponto ou simples (.), o ponto de interrogação (?), o ponto de exclamação (!), a vírgula (,); o ponto e vírgula (;); os dois pontos (:); os parênteses (( ))[3]; a risca de união (-); o viracento (‘); o trema (¨); o acento agudo (´); o acento grave (`) e o acento circunflexo (^). O gramático nada diz, nesta seção, sobre o til. Desse conjunto de sinais, não serão focalizados aqui os sinais de pontuação, mas apenas os diacríticos.

O viracento é o que modernamente chama-se apóstrofo. Segundo Barbosa (1822), o apóstrofo era pouco usado na prosa de língua portuguesa naquela época e servia para indicar a supressão de uma vogal. Além disso, segundo o gramático, o uso do viracento era comum em preposições diante de artigos. Entretanto, como a língua é cheia de preposições, ele aconselhava a banir seu uso da prosa e restringi-lo ao verso.

Sobre o trema, Barbosa (1822, p. 95) afirmava que “[...] são dois pontos, postos horizontalmente sobre a prepositiva das duas vogaes, que costumão fazer Diphthongo, para mostrar quando o não fazem, ou no ü das prolações GU, QU, para mostrar, que não he liquido, ou mudo, e que faz Synerese com a voz seguinte.” Ele apresentou os seguintes exemplos: *rïo* e *seqüestro*.

Os acentos grave, agudo e circunflexo foram analisados conjuntamente pelo gramático. Segundo ele, na língua portuguesa, esses acentos serviam não apenas para indicar a prosódia (entenda-se, a tonicidade) de uma sílaba, mas também para distinguir as vogais umas das outras, ou seja, para diferenciar o [ɛ] do [e], etc. Nas palavras dele: “o á grande, o a

[3] No texto de Barbosa (1822, p. 85) , consta o seguinte “a Parenthese (.....)”. Como se vê, ele representa os parênteses com seis pontos, mas em página posterior ele explica que “A Parenthese (palavra Grega, que quer dizer Interposição) he o signal de dois semicírculos opostos, dentro dos quaes se costuma metter alguma oração, que interrompe o sentido de outra, dentro da qual está; mas que he necessária para a inteligência da mesma. Nesta mesma definição se vê o exemplo” (BARBOSA, 1822, p. 93). Como se vê, na página 85 a representação

pequeno; o é grande aberto, o ê grande fechado [...]" (BARBOSA, 1822, p. 96). Ainda segundo Barbosa (1822), as cinco letras utilizadas para representar as vogais na língua portuguesa não eram suficientes para a quantidade de vogais da língua, daí a necessidade desses acentos para fazer a distinção entre elas.

Em relação ao til, Barbosa (1822, p. 17) explica esse acento na seção destinada aos ditongos. Segundo ele, a ortografia vulgar cometia muitos desacertos ao usar o til. Sendo assim, evitaria tais erros "quem escreve[sse] os Diphtongos Nasaes constantemente com o *Til* por cima da prepositiva [...]":

> [...] a nossa Orthografia vulgar, que póde muito facilmente induzir em erro, quando escreve os Diphthongos Nasaes humas vezes com a Prepositiva so sem a sua Subjunctiva, como *Pam*, *Bem*, em lugar de *Pão*, *Bẽe*; e outras com ambas as vozes sim, mas com a modificação Nasal fóra do seu lugar, como em *Mains*, *Maons*, *Sermoens*, *Bens*, *Ruins* (BARBOSA, 1822, p. 16-17).

Ainda de acordo com Barbosa (1822), na escrita ordinária fazia-se pouco caso desses acentos, visto que a pronúncia distinguia na leitura o diferente som e os significados das vogais. Mas argumentava que, no ensino, dever-se-ia ser mais rigoroso com o uso, visto que é "certo que, quando se tracta de ensinar e firmar a boa pronunciação da Lingua a quem não tem ainda todo o uso precizo para a saber, como são os Meninos e os Estrangeiros; estes accentos vogaes não se devem desprezar [...]" (BARBOSA, 1822, p. 96).

Reconhece-se a importância dessa gramática para o entendimento da língua portuguesa da época, mas devem ser feitas duas ressalvas. Em primeiro lugar, é sabido que as pessoas nem sempre seguem as prescrições das gramáticas. Em segundo, é necessário, no caso desta pesquisa, considerar não apenas a variação diacrônica, ou seja, a língua portuguesa do século XIX, mas também geográfica. A novela *Statira, e Zoroastes* foi publicada no Brasil, escrita por um brasileiro que, embora tenha feito os Estudos Superiores em Portugal, passou a maior parte de sua vida no Brasil. Sendo assim, embora se reconheça a importância da gramática de Jerónimo Soares Barbosa, é necessário considerar que essa gramática é de autoria de um português que

> [...] era natural de Ansião, onde nasceu em 1737. Estuda no seminário de Coimbra, e em 1762 é ordenado presbítero. Em 1768 recebe o grau de Bacharel em Direito Canónico na Universidade de Coimbra. A sua vida está ligada ao ensino: de 1766 a 1790 exerceu a docência de retórica e poética no

---

dos parênteses foi, provavelmente, um erro de tipografia. É importante lembrar que ele representa os diacríticos entre parênteses, logo deveria haver parênteses duplos na página. 85.

> Colégio das Artes. Em 1789 foi nomeado sócio da Academia Real das Ciências de Lisboa e em 1792 designado inspector de ensino primário na circunscrição escolar de Coimbra. Um ano depois encarrega-se de promover e dirigir as edições de autores clássicos para uso das escolas. Em 1799 é nomeado vogal da Junta da Directoria Geral dos Estudos na Universidade de Coimbra (COUTO, 2004, p. 12).

Em várias passagens de sua gramática, ele criticou o modo brasileiro de pronunciar algumas palavras, como será visto detalhadamente em seções posteriores. Depreende-se, também, da leitura de sua gramática, que, para ele, a língua portuguesa da qual ele estava tratando abrangia apenas o dialeto lisboeta, mais especificamente das pessoas cultas da Corte, conforme demonstra o seguinte excerto:

> [e]ntre as differentes pronunciações, de que usa qualquer Nação nas suas differentes provincias, não se póde negar que a da Corte, e territorio, em que a mesma se acha, seja preferivel ás mais, e a que lhes deva servir de Regra. [...] igualmente julgar a respeito de Lisboa, ha muitos annos Corte de nossos Reis, e centro politico de toda a Nação. [...] O uso porêm da Corte não he o uso do Povo; mas sim o da gente mais civilizada e instruida. Entre aquelle grassão pronunciações não menos viciosas, que nas provincias; mas que os homens polidos estranhão. O que não succede nas das provincias, com que são criados aquelles mesmos que bem o são; e por isso não as emendão senão com o tracto da Corte, ou de pessoas, que falão tão bem como nella (BARBOSA, 1822, p. 50-51).

Pelo excerto, percebe-se que o gramático reconhecia a variedade espacial e social da língua, mas considerava legítima apenas a variedade das pessoas cultas de Lisboa. Sendo assim, ele criticava várias pronúncias de pessoas de outras regiões e de classe social menos favorecida:

> [r]eduzindo ja a certos pontos os vicios da pronunciação; estes procedem ou da Troca das vozes, das Consonancias, dos Diphthongos, e das Syllabas, humas por outras [...].
>
> Os Algarvios tambem dizem *Pidaço*, *Çigueira*, *Pidir* etc. e ás avessas mudão o *i* em *e*, pronunciando *Dezêr*, *Fezéra* em lugar de *Dizer*, *Fizera* etc.
>
> Os minhotos trocão tambem o *ô* Grande Fechado pelo *õ* Til Nasal, e o *ŭ* Oral pelo mesmo Nasal, dizendo: *Bõa* em lugar de *Bôa*, e *Hũa* em lugar de *Huma*.
>
> Porêm ninguem, como os Rusticos, faz tantas trocas de vozes humas por outras dizendo: *Antre*, *Precurador*, *Proluxo*, *Rezão*, *Titôr* em lugar de *Entre*, *Procurador*, *Prolixo*, *Razão*, *Tutôr*, e outros muitos (BARBOSA, 1822, p. 51).

Como é possível perceber, a variação dialetal é reconhecida, mas criticada. Sendo assim, julga-se relevante contrapor a posição dele sobre acentuação com a de Júlio Ribeiro,

um gramático brasileiro. Júlio Ribeiro nasceu em 1845, em Sabará. Passou a infância e a juventude em sua cidade natal. Posteriormente, mudou-se para São Paulo (SILVEIRA, 2005). Foi gramático, além de autor de textos literários, sendo um de seus romances mais conhecidos *A carne*. Envolveu-se em várias polêmicas relativas à linguística e à gramática. Defendia, por exemplo, que a linguagem muda "sob a acção dos meios em que vivem as raças, sob a acção das necessidades, dos recursos, dos habitos" (RIBEIRO, 1887 *apud* SILVA, 2010, p. 68).

Segundo Silva (2010), Júlio Ribeiro foi um crítico sagaz, conhecedor das mais avançadas teorias gramaticais e linguísticas de sua época e adotava duas vertentes para fundamentar suas teorias: "a filosofia determinista, de inspiração positiva, e a lingüística histórico-comparativa, que igualmente se assentava em pressupostos tidos por científicos e, portanto, objetivos e corretos" (SILVA, 2010, p. 70). Além disso, era um defensor da variante brasileira do português em oposição à lusitana (ORLANDI, 2002 *apud* SILVA, 2010, p. 71).

Para Júlio Ribeiro (1881, p. 24), os acentos são "notações ortographicas com que se compõem lettras para exprimir a natureza, a predominancia, a contracção, a suppressão de vozes livres." Ainda de acordo com esse gramático, em português havia quatro acentos: o agudo, o circunflexo, o nasal ou til e o supressor ou apóstrofo. Segundo ele, alguns lexicógrafos da época usavam o acento grave para marcar os sons fechados, fato esse que considerava improcedente, visto que o acento grave encontrava-se banido do uso geral.

Percebe-se que este gramático não associa os acentos à pontuação. Além disso, enquanto para Barbosa (1822) o acento grave era relevante, para Ribeiro (1881) deveria ser banido da língua portuguesa. Outra diferença relaciona-se ao til, que na gramática de Barbosa (1822) não está incluído na pontuação ou nos acentos da língua portuguesa, mas Ribeiro (1881) o ajunta, corretamente, diga-se, aos sinais de acentuação.

Sobre o uso dos acentos, Ribeiro (1881) prescrevia o seguinte: 1) Que o acento agudo deveria ser usado para indicar a crase; indicar tonicidade de sílaba, exceto sobre o "y"; sobre as vogais "a", "e", "o" em final de palavras para indicar a tonicidade e abertura da vogal. Exemplifica com "alvará – café – mocotó"; 2) que o acento circunflexo deveria ser colocado sobre o "e", tanto no meio como no fim da palavra para indicar tonicidade da sílaba e fechamento da vogal, como nos seguintes exemplos dados por ele: quêdo e mercê; 3) que o acento nasal ou til deveria ser colocado sobre "a" no fim das palavras para indicar tonicidade e nasalização da vogal; "sobre a prepositiva dos diphthongos nasaes, ex.: "mãe – garanhão – põe" (RIBEIRO, 1881, p. 25); afirmava também o seguinte: "Seria erro escrever aẽ, aõ, oẽ com til na subjunctiva: a voz nasal destes diphthongos é a prepositiva, e sobre a lettra que a representa é que deve cahir o signal de nasalidade" (RIBEIRO, 1881, p. 25); 4) que o

apóstrofo deveria ser colocado no lugar de uma vogal suprimida. Para ele, o uso do apóstrofo estava se tornando raro na época, especialmente na prosa. Nesse ponto, sua opinião é a mesma de Jerónimo Barbosa. Comenta também que o acento nos vocábulos proparoxítonos não se referia à natureza da vogal – aberta ou fechada – mas à tonicidade da sílaba.

É sabido entretanto que, muitas vezes, os escritores não seguiam as prescrições gramaticais, por isso será feita também uma revisão dos estudos descritivos sobre diacríticos em documentos do século XIX.

O primeiro estudo que se revisou foi o de Helena de Oliveira, que defendeu uma dissertação sobre o uso de diacríticos em manuscritos do século XIX da administração geral dos Correios em São Paulo. Helena de Oliveira (2010) analisou um *corpus* composto de 10 manuscritos, elaborados nos anos de 1833, 1868, 1879, 1881, 1883, 1889 e 1890. Um dos objetivos da pesquisadora foi buscar aspectos linguísticos que pudessem mostrar as relações existentes entre o uso dos diacríticos na escrita e as abordagens de gramáticos da época.

De acordo com Helena de Oliveira (2010), no *corpus* foram encontrados o til, o acento agudo, o acento circunflexo, a cedilha e o apóstrofo. O acento que foi detalhadamente analisado no trabalho dela foi o agudo que, "foi encontrado sobre as vogais *a*, *e*, *o* e *u*, em substantivos monossilábicos e polissilábicos" (OLIVEIRA, H., 2010, p. 79).

Outro dado relevante refere-se à utilização do acento agudo em substituição ao acento grave na sinalização da crase, embora o acento agudo nem sempre fosse usado para demonstrar a contração das vogais. Ele foi usado, também, para indicar tonicidade de sílaba assim como o acento circunflexo, que era usado tanto para marcar intensidade de sílaba de som aberto, quanto de som fechado (OLIVEIRA, H., 2010).

O apóstrofo, segundo essa pesquisadora, foi usado para indicar contração de vogal repetida na junção de uma preposição com um substantivo.

Andrade (2008/2009) também analisou o emprego dos diacríticos em manuscritos do século XIX. Ao contrário do estudo de Helena de Oliveira (2010), ele afirma que o uso dos diacríticos indicava uma indecisão do escriba em relação ao uso desses sinais. Nos manuscritos analisados, ele encontrou os seguintes diacríticos:

> **a) ~ (til)**, como sinal de nasalização de vogais, como em:
> [...] muito do meu **co-/raçaõ**. (Ms 1, 3-4)
> [...] solicitando/a **Protecçaõ** deV*ossas* Ex*celenci*as [...] (Ms 2, 6-7)
> [...] **naõ** só para abrevidade do regreso [...] (Ms 2, 29)
>
> **b), (cedilha)** sotoposta ao **c** antes de **a** e **o**, para indicar fonema /s/, como em:
> [...] vos **peço** encarecidamente deis [...] (Ms1, 11)

> [...] vos **peço** o**façaes** [...] (Ms 1, 15)
> [...] tendo-se encarregado a**conducçaõ** [...] (Ms 2, 10)
> [...] pelo Bem Geral da **Naçaõ** [...] (Ms 2, 24)
>
> **c) ´ (agudo)**
> [...] n*atur*al do Rio de Ian*ei*ro **homé** de meya/idade [...] (Ms 1, 5-6)17
> [...] eLeuou consigo **huá** negra [...] (Ms 1, 6)
> [...] naõ **só** para abrevidade [...] (Ms 2, 29)
> **Cuiabá**, Palacio/do Governo [...] (Ms 2, 33-34) (ANDRADE, 2008/2009, p. 169-170).

É interessante verificar que o uso desses diacríticos não seguia muitas das prescrições de Ribeiro (1881) e de Barbosa (1822).

Acioli (1994), em estudo sobre manuscritos produzidos no Brasil entre os séculos XVI e XIX, também comenta os sinais de acentuação. Segundo ela, "Sinais de acentuação são aqueles sinais que conferem às letras ou grupo de letras um valor fonológico especial. Atualmente o til e a cedilha são considerados sinais diacríticos" (ACIOLI, 1994, p. 53). Para ela, o mais antigo diacrítico é o ponto, usado sobre o "i" para distingui-lo de outras letras como o "u", "m" e "n".

Em relação ao til, afirma que "[...] a princípio usado sob a forma de apóstrofo, como sinal abreviativo, indicava a supressão do **m** ou **n**. Posteriormente transformou-se em sinal diacrítico criado para nasalar as vogais às quais se sobrepõe (ACIOLI, 1994, p. 54). Bluteau (1712-1728) também comenta a respeito desse uso do til para indicar supressão de letra e exemplifica com a palavra "*Tẽpo"*.

Em relação aos sinais gráficos usados para distinguir timbres vocálicos, ela afirma que o sinal que mais aparece nos documentos antigos é o circunflexo, mas com valor de agudo. "Com a forma do circunflexo atual (^) [o sinal] foi usado principalmente para indicar os monossílabos tônicos, cujas vogais algumas vezes são repetidas, ou sobre sílabas tônicas. (ACIOLI, 1994, p. 54).

Em relação aos aspectos paleográficos dos manuscritos produzidos no Brasil, que foram transcritos por ela, faz o seguinte comentário: "Os sinais diacríticos são usados de formas diversas: ora o circunflexo indica sílaba tônica, ora crase e, raramente, sílaba de som fechado. Também o acento agudo é usado como [sinal de] crase. O til com forma de apóstrofo é usado para suprimir as letras **m** ou **n** nas sílabas nasais" (ACIOLI, 1994, p. 63).

Pelo exposto, é possível perceber que havia certa confusão no uso dos diacríticos. Não só os gramáticos divergiam em suas posições, como os diacríticos eram empregados de diversas maneiras nos documentos dos séculos XVIII e XIX. Além disso, percebe-se que é muito difícil relacionar o uso dos diacríticos com hábitos da língua falada na época,

justamente devido à assistematicidade do uso. Para abonar essa afirmação, basta citar o fato de o circunflexo ser usado ora para indicar sílaba tônica aberta, ora crase e, raramente, sílaba tônica fechada.

Após essa revisão de bibliografia concernente ao uso dos sinais de acentuação, fez-se uma análise descritiva dos diacríticos na novela *Statira, e Zoroastes*. Foram analisadas todas as ocorrências de diacríticos no texto objeto desta edição. Entretanto, nas abonações, as repetições não foram transcritas. Além disso, as abonações foram transcritas conforme aparecem na edição príncipe, ou seja, não estão em conformidade com o texto editado, visto que os diacríticos foram atualizados. Em relação às variações – quando a mesma palavra ora é acentuada ora não ou quando em um mesmo contexto ocorre ou não o diacrítico – não foi feita análise exaustiva das não-ocorrências dos diacríticos, apenas alguns casos foram coletados para ilustrar a variação.

2.1.1.1 O trema

O trema foi um dos sinais diacríticos que apresentou menos ocorrências: apareceu apenas na grafia de dois nomes próprios: "Statïra" e "Madame de Staël" (SZ, p. IX). É interessante notar que ambos os nomes são de origem estrangeira. Em relação à Staël, com certeza é devido ao francês. Neste caso, serviu para indicar hiato. Em relação a "Statïra", para tentar se entender o uso do trema nesta palavra, já que designa uma das personagens principais da novela, rastreou-se o uso do trema na história da língua portuguesa, já que apenas Barbosa (1822) tratou do seu uso, comentando que servia para indicar hiato ou diferenciar o "u" líquido do "u" surdo dos grupos "gu" e "qu".

No século XVI, Duarte Nunes de Leão (1576) também afirmava que o trema, chamado por ele de ápices ou cimalhas, deveria ser usado para indicar hiato de vogais:

> [...] vsamos, quãdo se ajuntão duas vogaes, q*ue*se podião leer de duas maneiras, ou jũtas em hũa syllaba, ou separadas em duas. Polo q*ue* quando queremos mostrar, q*ue* as vogaes se hão de leer diuididas, poemos os apices nesta maneira, aïo por mestre de criação, caïado por brãqueado, a differẽça de, cajado, por bordão, ïa, preterito imperfecto do verbo vou, a differẽça de já, aduerbio tẽporal, e assi boïa, argüir, sáüde (LEÃO, 1576, p. 77).

No século XVII, Álvaro Ferreira de Véra (1631) partilha dessa afirmativa. Ele preconizava o uso do trema, também chamado por ele de ápices, diéresis ou cimalha, para indicar hiato, conforme demonstra a seguinte afirmativa: "[...] quando queremos mestrar, que

as vogaes se haõ de leer divididas, pomos os dous pontos desta maneira: Argüem, Poëta, alaüde" (VÉRA, 1631, p. 40).

No século XVIII, Frei Luís do Monte Carmelo (1767) considerava desnecessário o trema em língua portuguesa porque, segundo ele, os demais acentos já tirariam qualquer dúvida sobre a pronúncia da vogal:

> Apices, aos quaes se póde chamar *Diérese*, sam dois *Pontinhos* por este modo .. que os Latinos escrevem sobre algũa voga, quando se pronuncia distinta de outra, ou nam faz *Dithongo*, como v. g. *Israël*, *Israëlita*, *Aëreus*, *Coëgit*, *Heroës*, etc. Estes *Apices*, ou signal de *Diérese*, nam sam necessarios nos *Vocabulos* Portuguezes; porque o *Accento* dominante póde tirar qualquer dûvida. Em *Alaûde*, *Ataîde*, *Ataûde*, *Balaûstre*, *Heroîna*, *Raînha*, *Ruîna*, *Saûde*, etc. (MONTE CARMELO, 1767, p. 448).

João de Morais Madureira Feijó (1734), no mesmo século, restringia o uso do trema apenas à marcação de hiato:

> [...] são dous pontos, hum adiante do outro, que se põem nas dicçoens sobre duas vogaes, para final de que se haõ de pronunciar cada huma por si; porque naõ saõ dithongos: v. g. *Heröes*, [...], *Israël* etc. e no Portuguez *Saude*, *Alaude*, *Poeta*; ainda que estas ja pelo uso se escrevem sẽ ápices: mas no Latim saõ precitos (FEIJÓ, 1734, p. 129).

Levando em consideração que Statira, segundo Machado (1984, v. 2, p. 594), vem do grego "*Státeira*", supõe-se que, na passagem do grego para o português, o trema tenha sido usado para marcar o hiato e tenha permanecido como arcaísmo gráfico.

2.1.1.2 O acento agudo

O acento agudo foi um dos sinais diacríticos que mais apresentou ocorrência, perdendo apenas para o til. Ele foi usado nos seguintes casos:

a) nos monossílabos tônicos abertos, terminados em "-a", -e, -o", seguidos ou não de "s":

> [...] com que tinha *já* admittido ao serviço [...] (SZ, p. 42, grifo nosso).
> [...] como a herva *má* (SZ, p. 49, grifo nosso).
> [...] que nem me atrevi a chegar ao *pé* della (SZ, p. 6, grifo nosso).
> [...] aos seus *pés* [...] (SZ, p. 44, grifo nosso).
> [...] *só* para sustentar ali [...] (SZ, p. XIII, grifo nosso).
> [...] ha entre *nós* huma prodigiosa [...] (SZ, p. XXI, grifo nosso).

> [...] como *vós* tendes hoje ao Principe [...] (SZ, p. 4, grifo nosso).
> [...] mas *até* nunca vê [...] (SZ, p. 22, grifo nosso).

Embora esses monossílabos tenham apresentado acento agudo, há ocorrências deles sem acento, conforme demonstram as seguintes abonações: "[...] e *so* a Statïra [...]" (SZ, p. 36, grifo nosso); "[...] que o tem *ja* empenhado [...]" (SZ, p. 43, grifo nosso) e "[...] nos vimos *sos* [...]" (SZ, p. 45, grifo nosso). Entretanto, na maioria das vezes em que ocorrem, recebem acento agudo. Essas ocorrências coincidem com algumas, tanto do *corpus* de Andrade (2008/2009) quanto do de Oliveira (2010). Supõe-se que o uso esteja relacionado à tonicidade da sílaba e à abertura da vogal, como prescrevia Ribeiro (1881).

b) nas palavras oxítonas, terminadas em "-a(s), -e, -em, -o(s)", nos seguintes contextos:

> Esta verdade choca, e *chocará* sempre [...] (SZ, p. 47, grifo nosso).
> [...] como ella *está* [...] (SZ, p. XX, grifo nosso).
> [...] parece-me, que *está* prevenido de hum erro (SZ, p. XXIV, grifo nosso).
> [...] que *está* authorizado com esta qualidade [...] (SZ, p. XI, grifo nosso).
> [...] em que sempre esteve, e *estará*, de que [...] (SZ, p. XII, grifo nosso).
> [...] que *estás* sentindo no teu coração [...] (SZ, p. 9, grifo nosso).
> Que pondo-se em practica estes principios, *ficará* evidente [...] (SZ, p. 51, grifo nosso).
> [...] se eu não estivesse prevendo que esta melancolica historia *poderá* talvez hum dia [...] (SZ, p. 5, grifo nosso).
> [...] nunca se lhe *poderá* negar [...] (SZ, p. 53, grifo nosso).
> [...] e *será* sempre que [...] (SZ, p. XXIII, grifo nosso).
> [...] *será* supprida pela penetração [...] (SZ, p. XXVI, grifo nosso).
> [...] mas *até* guarda [...] (SZ, p. XII, grifo nosso).
> [...] *maré* das desgraças [...] (SZ, p. 51, grifo nosso).
> [...] *porém* ninguem [...] (SZ, p. XXIII, grifo nosso).
> [...] lembrança de seus *Avós* [...] (SZ, p. 18, grifo nosso).

Também, nesse caso, houve variação. Há palavras, no mesmo contexto, que não recebem acento, como "ninguém", na penúltima abonação acima. Esse uso converge com algumas ocorrências encontradas por Andrade (2008/2009) no *corpus* de sua pesquisa. Em relação ao *corpus* de Oliveira (2010), só em relação aos substantivos há convergência. Apesar das oscilações, é possível perceber que quando o agudo foi usado, foi em sílaba tônica.

c) Algumas palavras paroxítonas também receberam acento agudo: advérbio, preposição, substantivos e verbos

> [...] corrigirei destes *sómente* os mais sensiveis [...] (SZ, p. 58, grifo nosso).
> [...] *fóra* disto esse dom [...] (SZ, p. XX, grifo nosso).
> Alem disto não *pára* só aqui a sua tão grosseira [...] (SZ, p. 18, grifo nosso).

> [...] busquei ultimamente as margens do *Arósis* [...] (SZ, p. 54, grifo nosso).
> [...] huma certa *dóse* de veneno [...] (SZ, p. 51, grifo nosso).
> [...] conducta de *Oromázes* (SZ, p. 47, grifo nosso).
> [...] que a marcha lenta, com que huma Assemblea *delibéra* [...] (SZ, p. 31, grifo nosso).
> [...] esses homens imbeceis, cubertos de opprobrio, e que não se *animárão* a seguir [...] (SZ, p. 16, grifo nosso).
> Apenas *cessárão* os applausos do Povo [...] (SZ, p. 44, grifo nosso).
> [...] *chegárão* a seu pezar a correr por muitas vezes (SZ, p. 4, grifo nosso).
> [...] e *começárão* a tramar [...] (SZ, p. 19, grifo nosso).
> [...] *comprárão* por este heroico facto [...] (SZ, p. 16, grifo nosso).
> [...] sobre taes principios, que se *desenvolvérão* quasi [...] (SZ, p. XI, grifo nosso).
> Estas, e outras considerações me *determinárão* a passar [...] (SZ, p. 47, grifo nosso).
> [...] que ja me tinha, *excitárão* na sua alma [...] (SZ, p.45, grifo nosso).
> A curiosidade, o espirito, e o terno Coração da Princeza Persana a *obrigárão* [...] (SZ, p. 4, grifo nosso).
> [...] eis de repente vejo huma quantidade de Caçadores, que *passárão* bem perto de mim [...] (SZ, p. 12, grifo nosso).
> [...] e outros grandes homens *pensárão* a este respeito exactamente [...] (SZ, p. XXIII, grifo nosso).
> Poucos dias depois do seu despozorio *principiárão* [...] (SZ, p. 2, grifo nosso).
> [...] que *salvárão* (SZ, p. 16, grifo nosso).
> As mulheres [...] *tomárão* as Armas [...] (SZ, p. 14, grifo nosso).
> Que esta Deoza Policia, que a *inspirára*, era huma Deoza [...] (SZ, p. 22, grifo nosso).
> [...] e em fim a estabelidade do Governo, que tão sabiamente *fundára* [...] (SZ, p. 34, grifo nosso).
> [...] e a vida da Princeza herdeira em perigo imminente, *tomára* o expediente [...] (SZ, p. 35, grifo nosso).

E em meio a centenas e centenas de palavras paroxítonas no texto, apenas essas foram acentuadas. Além disso, algumas dessas apresentaram variação, como "Oromazes", que ora aparece com acento, ora sem. A palavra "somente", embora seja paroxítona, recebe acento na sílaba subtônica e, no caso, deveria ser o acento grave, mas está registrada com agudo. Nesse caso, o acento servia para marcar a sílaba subtônica. Nas demais ocorrências – seis – essa palavra não é acentuada. Ressalta-se, também, que o verbo "parar" só leva acento nesta ocorrência, nas demais aparece sem acento. O uso do acento agudo para indicar a diferença entre a preposição "para" e o verbo "parar" havia sido indicado por Jerónimo Barbosa (1822).

Em relação às demais formas verbais acentuadas, supõe-se que o acento agudo tenha sido usado na terceira pessoa do plural do pretérito perfeito do indicativo para evitar ambiguidade com a terceira pessoa do plural do futuro do presente do indicativo, conforme as seguintes abonações: As mulheres [...] *tomárão* as Armas [...] (SZ, p. 14, grifo nosso) e "Os bons nos *darão* coragem a segui-los; os máos nos *servirão* de aviso a evita-los" (SZ, p. 30 – grifos

nossos). Além disso, o acento pode ter sido usado para não induzir o leitor, especialmente se fosse estrangeiro, a pôr acento na última sílaba, que leva til. Entretanto, houve também variação no uso do acento agudo nesse contexto: o verbo "começar", por exemplo, apresentou ocorrência sem acento: "*Começarão* então grandes debates [...]" (SZ, p. 41, grifo nosso). Em relação ao uso do acento na terceira pessoa do singular do pretérito mais-que-perfeito do indicativo, supõe-se que o acento foi usado para evitar ambiguidade com o futuro do presente do mesmo modo.

Ainda em relação ao uso do acento agudo nos verbos, o resultado da novela difere do trabalho de Oliveira (2010). Segundo Oliveira (2010), o acento agudo foi encontrado, no *corpus* dela, nos verbos "dar, empregar, fazer, dever, poder, ser e ver" no futuro do presente e no presente do indicativo, sempre na 3ª pessoa do singular. Já na novela, o acento agudo foi encontrado na segunda e terceira pessoas do singular do presente do indicativo. Também foi usado em outros tempos verbais como o pretérito perfeito e o pretérito mais-que-perfeito.

d) O ditongo grafado "-ao", seguido ou não de "s", também recebeu acento agudo:

> [...] e o *gráo* de interesse [...] (SZ, p. XXIV, grifo nosso).
> [...] conhecer os seus *gráos* (SZ, p. 40, grifo nosso).
> [...] contra este *máo* humor [...] (SZ, p. 57, grifo nosso).
> [...] sejão *máos* (SZ, p. XXII, grifo nosso).
> [...] os *máos* nos servirão de aviso [...] (SZ, p. 30, grifo nosso).
> [...] decantado *Nicoláo* Machiavel (SZ, p. XXII, grifo nosso).

Supõe-se que o acento agudo foi usado para diferenciar o ditongo oral do nasal, embora a palavra "mao" apresente variação, visto que apareceu sem acento em mais de uma ocorrência: "[...] *maos* habitos [...]" (SZ, p. 50, grifo nosso).

e) O acento agudo também foi usado sobre a preposição "a" sobretudo antes de pronomes:

> Accresce ainda *á* tudo isto (SZ, p. XII, grifo nosso).
> Quanto *á* mim [...] (SZ, p. XXII, grifo nosso).
> [...] e o primeiro objecto, *á* que se derigirão [...] (SZ, p. 2, grifo nosso).
> [...] dando *á* cada hum dos Visitantes [...] (SZ, p. 2, grifo nosso).
> [...] donzellas dedicadas *á* este Serviço [...] (SZ, p. 6, grifo nosso).
> A minha falta cauzou *á* meu Pay [...] (SZ, p. 8, grifo nosso).
> [...] pois que aquelle *á* quem são ordenados os fins, são concedidos os meios (SZ, p. 24, grifo nosso).
> [...] tornando *á* si [...] (SZ, p. 45, grifo nosso).

> [...] expuz-me *á* toda sorte de perigos (SZ, p. 37, grifo nosso).
> [...] e ainda que pareça *á* muitos, que a balança [...] (SZ, p. XXIII, grifo nosso).
> [...] e quaesquer outros sobre pessoas consagradas ao Culto Divino; *á* excepção somente de crimes contra a Pessoa Real [...] (SZ, p. 7, grifo nosso).
> [...] so por não faltar *á* formularios [...] (SZ, p. 22, grifo nosso).
> [...] a Estrada Politica, por onde se pode ir *á* hum bom Governo [...] (SZ, p. 29, grifo nosso).
> Nunca me poupei *á* fadigas [...] (SZ, p. 37, grifo nosso).
> Chegamos *á* Palacio [...] (SZ, p. 45, grifo nosso).
> Eu ingrato *á* tantos beneficios [...] (SZ, p. 46, grifo nosso).
> Eu vi-me então entregue de todo *á* huma dor a mais violenta (SZ, p. 46, grifo nosso).
> Eu não tinha coração para assistir *á* taes actos de alegria [...] (SZ, p. 47, grifo nosso).
> [...]agora *á* reflexoens [...] (SZ, p. 48, grifo nosso).
> [...] elles se entregassem descomedidamente aos seus appetites, aos deboches, e até mesmo *á* infamias [...] (SZ, p. 13, grifo nosso).

Embora outras preposições também tenham sido acentuadas, como "até", escolheu-se separar a preposição "a" por ser um monossílabo átono, o único monossílabo átono que foi acentuado no texto editado. Mesmo assim, a acentuação não é categórica, visto que em outras ocorrências, a mesma preposição aparece sem acento, como, por exemplo, neste trecho: "e outros grandes homens pensaram *a* este respeito [...]" (SZ, p. XXIII, grifo nosso).

f) O acento agudo também foi usado para indicar muitos casos de crase:

> [...] e depois de ter estado *á* testa de hum Governo (SZ, p. XII, grifo nosso).
> [...] não tinha cedido *á* Sabedoria, e *á* authoridade dos Consules (SZ, p. XVIII, grifos nossos).
> [...] e entreguei com prazer tudo isto *ás* chamas (SZ, p. XIX, grifo nosso).
> [...] em passar d'Asia *á* Europa [...] (SZ, p. XIII, grifo nosso).
> [...] por obviar as referidas difficuldades (*ás* quaes [...] (SZ, p. XVI, grifo nosso).
> [...] foi concedido unicamente *á* Igreja Universal [...] (SZ, p. XX, grifo nosso).
> [...] o mesmo Direito Natural applicado *ás* Naçoens [...] (SZ, p. XXIV, grifo nosso).
> O amor *á* verdade [...] (SZ, p. 2, grifo nosso).
> [...] de principios necessarios, e uteis *á* humanidade [...] (SZ, p. 2, grifo nosso).
> [...] e viçosas murtas *á* maneira de hum muro [...] (SZ, p. 3, grifo nosso).
> Andando eu hum dia *á* Caça [...] (SZ, p. 5, grifo nosso).
> [...] privilegios concedidos somente *ás* Vestães [...] (SZ, p. 7, grifo nosso).
> Declarou-se por este tempo huma horrorosa guerra *á* Licia [...] (SZ, p. 14, grifo nosso).
> [...] e por isso acostumadas *ás* fadigas [...] (SZ, p. 14, grifo nosso).
> [...] reduzido *á* desesperação [...] (SZ, p. 14, grifo nosso).

> [...] e exposta *á* toda luz [...] (SZ, p. 16, grifo nosso).
> [...] alguns até *á* força de torpezas [...] (SZ, p. 17, grifo nosso).
> [...] reduzir-nos *á* mesma escravidão [...] (SZ, p. 18, grifo nosso).
> Elles concedem de boa vontade *ás* mulheres [...] (SZ, p. 18, grifo nosso).
> [...] não podião levar *á* paciencia [...] (SZ, p. 20, grifo nosso).
> [...] e justas, para dar a necessaria direcção *á* opinião publica [...] (SZ, p. 23, grifo nosso).
> *Á* vista deste novo Decreto, da clareza [...] (SZ, p. 25, grifo nosso).
> Que ella devia dar conta ao seu Seculo, e *á* Posteridade de todos [...] (SZ, p. 28, grifo nosso).
> Tornando pois *á* Historia, que eu interrompi [...] (SZ, p. 34, grifo nosso).
> Eu ja vos tinha dito, que na minha chegada *á* Capital [...] (SZ, p. 34, grifo nosso).
> [...] ali *á* força das minhas proclamações [...] (SZ, p. 37, grifo nosso).
> Eu fui então introduzido *á* prezença da Rainha (SZ, p. 38, grifo nosso).
> [...] e por este motivo tinha eu frequentes occaziões de accesso *á* sua Pessoa. (SZ, p.39, grifo nosso).
> [...] que lhe viesse *á* lembrança as desgraças [...] (SZ, p. 40, grifo nosso).
> [...] que os Licios tinhão *ás* suas Leys (SZ, p. 41, grifo nosso).
> [...] e em fim em attenção distinta aos seus serviço pessoaes feitos *á* Patria na Paz [...] (SZ, p. 42, grifo nosso).
> Voltei *á* Rainha [...] (SZ, p. 42, grifo nosso).
> [...] para que se achassem *á* hora determinada no referido lugar (SZ, p. 43, grifo nosso).
> Eu tenho apparecido sempre *á* frente dos Exercitos (SZ, p. 43, grifo nosso).
> Mandarão-se logo Embaixadores *ás* Indias (SZ, p. 45, grifo nosso).
> [...] a theoria de ser feliz reduzida *á* pratica [...] (SZ, p. 48, grifo nosso).
> [...] formar huma barreira *á* impetuosa [...] (SZ, p. 51, grifo nosso).
> [...] elevando-se *á* proporção do seu [...] (SZ, p. 52, grifo nosso).
> [...] deve preferir *ás* virtudes das mulheres, que os humilião" (SZ, p. 18-19, grifo nosso).

Pelo exposto, percebe-se que o acento agudo, indicando crase, ocorreu diante de locuções adverbiais, locuções prepositivas, diante de alguns possessivos, diante de topônimos femininos, do pronome relativo "qual", etc.

Também, neste caso, o uso do acento agudo para indicar crase não foi categórico, visto que há locuções que aparecem sem o acento agudo como neste excerto: "[...] e até mesmo sem querer *as* vezes fazer uso da minha razaõ [...]" (SZ, p. 8, grifo nosso). Outras vezes, conforme ainda será visto, a crase foi indicada pelo acento grave, embora o número de ocorrências de crase com esse acento tenha sido bem menor.

Esse uso do acento agudo para indicar a crase está em conformidade com o prescrito por Ribeiro (1881) que, conforme visto, afirmava que o acento agudo deveria também ser usado com essa finalidade.

Em relação ao uso geral do acento agudo na novela, é possível perceber que há muita oscilação. Algumas vezes, a mesma palavra ora é acentuada ora não. Além disso, o uso,

em alguns casos, segue o prescrito pelos gramáticos da época, como para indicar a abertura da vogal, conforme afirmava Barbosa (1822) e, também, para indicar tonicidade da sílaba, como prescrevia Ribeiro (1881). Na maioria das vezes, entretanto, houve oscilação muito grande. As ocorrências regulares mais significativas foram do uso do acento agudo na terceira pessoa do plural do pretérito perfeito do indicativo, na indicação de crase e, também, sobre a preposição "a".

Em relação ao uso do acento agudo sobre o grafema "a', tanto em preposição, quanto em artigo, como nos casos da crase, percebeu-se que houve muitas ocorrências. Said Ali (1970) afirmava que uso do acento sobre "a" não fora criado para marcar crase, mas para indicar o "a" aberto que, segundo ele, aparentemente começou a ser pronunciado assim na época quinhentista. O "a" seria pronunciado aberto sempre que fosse preposição em locuções em que entra substantivo feminino no singular. Sendo assim, não apenas quando houvesse crase, mas também quando em locuções adverbais "em que rege a um nome feminino, achando-se este no singular" (ALI, 1970, p. 9).

A partir disso, apresenta o seguinte histórico para acentuação do "a": "A duplicação *aa* caiu definitivamente em desuso na época seiscentista. Os três modos de representar *a* aberto ficaram reduzidos a dous, *à* e *á*, no século XVIII, e um, *á*, no século XIX" (ALI, 1970, p. 8).

Embora muitas ocorrências contradigam o pesquisador, como o uso de acento agudo na preposição "a" em locuções masculinas, a maior quantidade de acentos agudos sobre o "a" corrobora a afirmação dele de que no século XIX a forma de acentuar "a" era com agudo.

2.1.1.3 O acento circunflexo

O acento circunflexo apresentou menos ocorrências que o agudo no texto editado. Ele foi usado sobre algumas vogais nos seguintes casos:

1) para indicar nasalidade das vogais, na Dedicatória e no poema da folha de rosto:

> *Nâo* importa, quando deva florecer [...] (SZ, f. r., grifo nosso).
> Creador da Natureza aceita com prazer o pequeno *grâo* de incenso, que lhe offerece a creatura (SZ, Ded., grifo nosso).
> [...] e com Agrado, a *Dedicaçâo* desta Peça. (SZ, Ded., grifo nosso).
> *Tâo* Alta *Protecçâo* [...] (SZ, Ded., grifo nosso).
> [...] de *Tâo* Alto, Magestozo Tronco [...] (SZ, Ded., grifo nosso).
> Tem a honra de beijar a *Mâo* Augusta [...] (SZ, Ded., grifo nosso).

No restante do texto, a nasalidade da vogal, quando indicada, foi por til ou por "n", excetuando-se uma ocorrência em que a nasalidade foi indicada pelo acento grave: "Nesta Falla disse ella, – Que não tendo cada *Cidadào* empregado mais [...]" (SZ, p.28, grifo nosso). Além disso, nas obras consultadas até agora não se localizou recomendação ou uso do circunflexo como indicador de nasalidade.

2) O acento circunflexo ocorreu em monossílabos tônicos, terminados em "-e, -er, -or":

> [...] que se lhes *dê* directamente [..] (SZ, p. XVII, grifo nosso).
> [...] só para *lêr* os [...] (SZ, p. XVIIII, grifo nosso).
> [...] que ao *vê*-la forcejava por suster (SZ, p. 4, grifo nosso).
> Daqui se *vê* [...] (SZ, p. 35, grifo nosso).
> [...] se mandou immediatamente *pôr* em execução [...] (SZ, p. 20, grifo nosso).
> Que a maior coragem do homem he *pôr* em pratica [...] (SZ, p. 50, grifo nosso).
> Esforçar-se a *pôr* em pratica [...] (SZ, p. 52, grifo nosso).

3) O acento circunflexo foi usado também em palavra oxítona terminada em "-er": "[...] ao impreterivel *devêr* de a queimar viva [..] (SZ, p. 7, grifo nosso).

4) O acento circunflexo foi usado também sobre vogais de nomes próprios atualmente paroxítonos: "[...] e fertil Paiz no *Tibêt* (SZ, p. 5, grifo nosso)", "[...] debaixo do nome de *Amâna* (SZ, p. 8, grifo nosso)" e "[...] cala-te, *Amâna* [...]" (SZ, p. 9, grifo nosso).

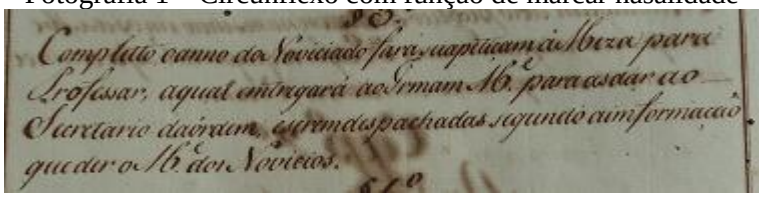
Este uso foi categórico, ou seja, todas as vezes em que esse antropônimo e esse topônimo apareceram, receberam acento circunflexo.

5) O acento circunflexo ocorreu, também, na 3ª pessoa do plural do presente do indicativo do verbo "encadear": "[...] doces encantos de huma Corte seductora, que tão lizonjeiramente *encadêão* aquellas almas [...]" (SZ, p. 8, grifo nosso).

Os dados desta pesquisa em relação ao uso do circunflexo apresentam convergências e divergências em relação aos gramáticos e às pesquisas descritivas consultadas. O ponto comum é o fato de o circunflexo ter sido usado sobre o "e", como prescrito por Ribeiro (1888) e, também, como encontrado nos dados de Oliveira (2010). Mas além de ter sido usado sobre o "e", o circunflexo foi encontrado sobre o grafema "o" e "a" na novela, fato que diverge dos dados de Oliveira (2010). Segundo ela, em seu *corpus*, o circunflexo foi encontrado apenas sobre os grafemas "e" e "o". Na pesquisa de Andrade (2008/2009), não há registro de ocorrência de acento circunflexo.

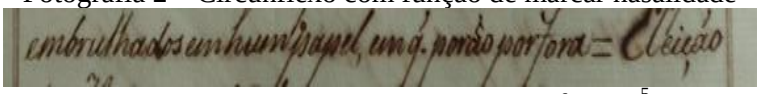
Em relação às funções do circunflexo, algumas convergem com as obras consultadas, outras divergem. Identificaram-se três funções do circunflexo no texto editado nesta tese: marcar nasalidade, marcar intensidade da sílaba e distinguir palavras. A primeira função – nasalidade – não foi registrada por nenhum dos pesquisadores consultados, mas encontrou-se o circunflexo com essa função em manuscrito do século XVII, do Padre Eusébio de Matos (2007, p. 81, grifo nosso): "[...] as Cristalinas aguas de*hûa* fonte [...]". Também foi encontrado em manuscritos do século XVIII, lavrados em 1778, na região do antigo Arraial do Tejuco, atual Diamantina:

Fotografia 1 – Circunflexo com função de marcar nasalidade



Fonte: DUCHOWNY; COELHO, 2013, 2 v., f. 7v.[4]

Fotografia 2 – Circunflexo com função de marcar nasalidade



Fonte: DUCHOWNY; COELHO, 2013, 2 v., f. 22 v.[5]

No século XX, também foram encontrados registros do circunflexo com essa função, sendo que o uso do circunflexo na contração da palavra "uma" é categórico:

> [...] mas tudo foi vencido, emfim, porque o casal de sabiás principiou a esvoaçar em torno de *ûa* moita de gaimbê [...] (SILVEIRA, 1937, p. 34, grifo nosso).
> [...] si casasse c'*ûa* moça como a Januaria? (SILVEIRA, 1937, p. 162, grifo nosso).

A segunda função – intensidade da sílaba – foi recomendada por Júlio Ribeiro (1881) e encontrada nos dados de Andrade (2008/2009) e de Acioli (1994). Mas, segundo Oliveira (2010), o circunflexo ocorre nos documentos pesquisados por ela para marcar intensidade tanto de sílaba aberta quanto de sílaba fechada. No caso da novela, o circunflexo, quando usado para marcar intensidade de sílaba, foi usado sobretudo em sílaba fechada, há apenas um caso de ocorrência do circunflexo em palavra hoje pronunciada com sílaba aberta

[4] Estatuto da Ordem Terceira de São Francisco. Caixa 371, Bloco A, 1778. Arq. Ecles. Arquid. de Diamantina.
[5] Estatuto da Ordem Terceira de São Francisco. Caixa 371, Bloco A, 1778. Arq. Ecles. Arquid.de Diamantina.

– Tibete – que no texto aparece grafado “Tibêt”. Talvez a pronúncia, na época em que o autor viveu e, também, em Macau, fosse diferente. A maior parte do uso segue a prescrição de Ribeiro (1881), para quem o circunflexo deveria marcar intensidade de sílaba fechada. A terceira função – distintiva – ocorre com o verbo “pôr”. Em todas as ocorrências desse verbo no texto editado, a vogal “o” está acentuada com circunflexo. Entendeu-se que tal uso teve a função de distinguir esse verbo da preposição “por”, visto que a preposição nunca ocorre com acento. Essas ocorrências seguem a prescrição de Barbosa (1822).

Mas o uso desse diacrítico no texto também apresentou variação. Como exemplo, pode-se citar o verbo “ver”, que algumas vezes ocorre com acento, conforme demonstrado nas abonações anteriores, outras sem acento, conforme o seguinte excerto: “[...] que nem se preciza de attenção para *ve*-la [...]” (SZ, p. 22, grifo nosso).

2.1.1.4 O acento grave

O acento grave também apresentou poucas ocorrências, especificamente, oito ocorrências no texto editado. Ele foi usado nas seguintes situações:

a) para indicar duas ocorrências de crase: “[...] abrigado *à* sombra d'Ele” (SZ, Ded., grifo nosso) e “[...] a seu pezar assistido *à* Leitura do Projecto [...]” (SZ, p. 32, grifo nosso).

b) em palavras oxítonas terminadas em “-a, -e, -er”:

> [...] *Farà* florecer [...] (SZ, Ded., grifo nosso)
> [...] *ficarà* abrigado à sombra d’Elle (SZ, Ded., grifo nosso)
> O *prevèr* he a mais sublime [...] (SZ, p. XXI, grifo nosso).
> [...] muitas vezes *atè* com taes delongas [...] (SZ, p. 22, grifo nosso).
> [...] mas *atè* produz huma idea [...] (SZ, p. 31, grifo nosso).

Em relação ao advérbio “até”, esses são os dois únicos casos em que aparece com acento grave. Nos demais, é sempre acentuada com agudo. Em relação ao uso na palavra “prever”, supôs-se que seja apenas para marcar sílaba tônica.

c) no pronome “se” nesta única ocorrência: “[...] quaes *sè* [...]” (SZ, p. XVI, grifo nosso).

d) na preposição “a” na seguinte ocorrência: “[...] que depois da sua Falla *à* repetidas instancias [...]” (SZ, p. 32, grifo nosso).

e) em antropônimo estrangeiro: “*Molière*” (SZ, p. XVIIII, grifo nosso).

Como é possível perceber, as ocorrências de palavras acentuadas com o diacrítico grave são pouquíssimas. Em relação ao uso, o texto demonstra uma tendência que seria prescrita por Júlio Ribeiro (1881) posteriormente. Para esse gramático, o acento grave deveria ser banido da língua portuguesa. Na pesquisa de Oliveira (2010) e Andrade (2008/2009) não se encontrou registro de ocorrência de acento grave nos *corpora* utilizados por eles. Acioli (1994) não comenta o uso do acento grave nos documentos editados por ela.

2.1.1.5 O til

O til foi usado sempre para indicar a nasalização da vogal e sempre sobre a vogal do ditongo, exceto em uma ocorrência: "[...] querer as vezes fazer uzo da minha *razaõ* [...] (SZ, p. 8, grifo nosso). Ele foi usado em palavras das seguintes classes e nos seguintes contextos:

a) na representação gráfica de substantivos terminados na vogal nasal "ã", em ditongo nasal [ãw] e em hiato, tanto no singular, quanto no plural, conforme lista seguinte:

> [...] da allegoria de huma *acção* [...] (p. XVI, grifo nosso).
> [...] legitimar a sua *Acclamação* [...] (SZ, p. 15, grifo nosso).
> [...] e fixavão a *admiração* de todos (SZ, p. 2, grifo nosso).
> [...] marcas de *affeição* [...] (SZ, p. XIV, grifo nosso).
> [...] soffer huma particular *afflicção* [...] (SZ, p. 5, grifo nosso).
> [...] de *aggressão* interior [...] (SZ, p. 24, grifo nosso).
> [...] com grande *agitação* (SZ, p. 39, grifo nosso).
> [...] ou (para melhor dizer) no seu *Alcorão* (SZ, p. XXIII, grifo nosso).
> [...] huma *alluvião* de taes homens [...] (SZ, p. 17, grifo nosso).
> [...] derivados ou da *ambição*, ou da ignorancia [...] (SZ, p. XXIV, grifo nosso).
> [...] aquella *attenção* [...] (SZ, p. XIII, grifo nosso).
> [...] cada *Cidadão* a fazer [...] (SZ, p. 24, grifo nosso).
> *Cidadãos* de Licia, ali tendes o meu Espozo [...] (SZ, p. 44, grifo nosso). [...] com a maior *circunspecção* possivel [...] (SZ, p. 31, grifo nosso).
> [...] he hum Gabinete, á que a *Civilisação* [...] (SZ, p. XXV, grifos nossos).
> [...] cujo *clarão* [...] sem pertenções [...] (SZ, p. 18, grifo nosso).
> [...] a Historia como huma *Collecção* [...] (SZ, p. 30, grifo nosso).
> [...] prudente *combinação* resulta hum effeito [...] (SZ, p. 51, grifo nosso).
> [...] ella entra na *composição* de todas as outras virtudes [...] (SZ, p. 51, grifo nosso).
> [...] e mutua *comunicação* [...] (SZ, p. 2, grifo nosso).
> [...] desde a mais humilde *condição* [...] (SZ, p.XVII, grifo nosso).
> [...] esta simples *confissão* [...] (SZ, p. 18, grifo nosso).
> [...] tomando em *Consideração* [...] (SZ, p. 21, grifo nosso).
> [...] e a *convicção* de todos; tendo apenas em sua *mão* [...] (SZ, p. 28, grifos nossos).
> [...] a *Constituição* toda inteira [...] (SZ, p. XIX, grifo nosso).
> [...] a sua *conversação* [...] (SZ, p. 1, grifo nosso).
> [...] com seu Decretode *Convocação* de Cortes [...] (SZ, p. 15, grifo nosso).

[...] e o terno *Coração* [...] (SZ, p. 4, grifo nosso).
[...] o seu proprio *coração* [...] (SZ, p. 4, grifo nosso).
[...] e festas de *coroação*! (SZ, p. 47, grifo nosso).
[...] huma excessiva *corrupção* sem exemplo [...] (SZ, p. 17, grifo nosso).
[...] cercada dos seus *Cortesãos* [...] (SZ, p. 43, grifo nosso).
[...] ingenua *declaração* dos meus sentimentos (SZ, p. 9, grifo nosso).
[...] uma viva *descripção* dos [...] (SZ, p. 9, grifo nosso).
[...] a *desunião* [...] a *subversão* [...] (SZ, p. 21, grifo nosso).
[...] e graças da *dicção* (SZ, p. IX, grifo nosso).
[...] com a *dilucidação* de principios [...] (SZ, p. XIX, grifo nosso).
[...] huma especie de *direcção* á opinião publica [...] (SZ, p. 15, grifo nosso)
Toda esta ventura foi de muito curta *duração* (SZ, p. 46, grifo nosso).
Tendo-me dado a *educação* mais cuidadoza [...] (SZ, p. 46, grifo nosso).
[...] e *elevação* de sentimentos [...] (SZ, p. IX, grifo nosso).
[...] da *Elleição* das Deputadas [...] (SZ, p. 19, grifo nosso).
[...] aquella *elocução* que vejo [...] (SZ, p. XXII, grifo nosso).
[...] huma interna *emoção* [...] (SZ, p. 38, grifo nosso).
[...] da *emulação* dos homens [...] (SZ, p. 16, grifo nosso).
[...] *enfatuação* (SZ, p. 18, grifo nosso).
[...] á mesma *escravidão* [...] (SZ, p. 18, grifo nosso).
[...] com total *excluzão* dos homens [...] (SZ, p. 16, grifo nosso).
[...] pôr em *execução* por hum Decreto [...] (SZ, p. 20, grifo nosso).
[...] para *expiação* das faltas occultas [...] (SZ, p. 47, grifo nosso).
[...] esta *exposição* de hum modo [...] (SZ, p. 23, grifo nosso).
[...] e clara *expressão* concisa [...] (SZ, p. XV, grifo nosso).
[...] toda a força e *extensão* do seu amor (SZ, p. 41, grifo nosso).
[...] como o raio de luz na *formação* de todas as cores [...] (SZ, p. 51, grifo nosso).
[...] seja de mera *illusão* [...] (SZ, p. 53, grifo nosso).
[...] filhas de huma *imaginação* exaltada [...] (SZ, p. 54, grifo nosso).
[...] faz huma *impresssão* [...] (SZ, p. 29, grifo nosso).
[...] repelle com *indignação* [...] (SZ, p. XVII, grifo nosso).
INTRODUCÇÃO (SZ, p. IX, grifo nosso).
[...] sua propria *instrucção* [...] (SZ, p. XIV, grifo nosso).
[...] a injusta *invazão* de Conquistadores [...] (SZ, p. 16, grifo nosso).
[...] de huma *Invenção*, ou Projecto [...] (SZ, p. 20, grifo nosso).
[...] *Irmão* de seu Marido [...] (SZ, p. 34, grifo nosso).
[...] e de cuja importantissima *lição* [...] (SZ, p. XIII, grifo nosso).
[...] a sua *mão* sobre a minha boca [...] (SZ, p. 9, grifo nosso).
[...] pelas proprias *mãos* do mesmo Philosopho (SZ, p. 3, grifo nosso).
[...] de uma constante *meditação* [...] (SZ, p. XI, grifo nosso).
Que a *moderação* nas paixoens [...] (SZ, p. 50, grifo nosso).
[...] e a gloria da *Nação* pela *convicção* [...] (SZ, p. XIV, grifos nossos).
[...] a sua *narração* [...] (SZ, p. 4, grifo nosso).
[...] a *obrigação* [...] (SZ, p. 24, grifo nosso).
[...] o presente he o tempo, a *occasião* [...] (SZ, p. XXII, grifo nosso).
[...] a minha humilde *opinião* [...] (SZ, p. XXIII, grifo nosso).
[...] Escola da *oppressão* [...] (SZ, p. 20, grifo nosso).
[...] debates de *ostentação* [...] (SZ, p. 27, grifo nosso).
[...] e augmentar extraordinariamente a minha *paixão* (SZ, p. 8, grifo nosso).
[...] será supprida pela *penetração* [...] (SZ, p. XXVI, grifo nosso).
[...] separa com *perfeição* os raios do sol, e mostra evidentemente a mais completa *divisão* das cores [...] (SZ, p. 33, grifo nosso).
[...] que attrahe a *persuasão* (SZ, p. 29, grifo nosso).
[...] longe de mim a *pertenção* de que meus [...] (SZ, p. XX, grifo nosso).

[...] faltas de *pontuação* [...] (SZ, p. 58, grifo nosso).
[...] nem os vicios admittem *prescripção* (SZ, p. 50, grifo nosso).
[...] comsigo a *presizão* [...] (SZ, p. 24, grifo nosso).
[...] propria *presumpção* [...] (SZ, p. XI, grifo nosso).
[...] apezar da *prevenção* [...] (SZ, p. 57, grifo nosso).
[...] baixou tambem huma *Proclamação* [...] (SZ, p. 15, grifo nosso).
[...] ele da *Profissão* [...] (SZ, p. X, grifo nosso).
[...] muita *propensão* [...] (SZ, p. 47, grifo nosso).
[...] debaixo da *Protecção* [...] (SZ, p. 21, grifo nosso).
A *rasão* pelo contrario [...] (SZ, p. XVII, grifo nosso).
[...] cruel *rebellião* (SZ, p. 19, grifo nosso).
[...] de repetir pessoalmente a minha *reclamação* perante vós mesmos [...] (SZ, p. 44, grifo nosso).
[...] e em cuja *reducção* gastei [...] (SZ, p. XIX, grifo nosso).
[...] nem com tão grande fundo de *reflexão* [...] (SZ, p. XXIII, grifo nosso).
[...] que ella tinha ja feito em *remuneração* de seus serviços [...] (SZ, p. 39, grifo nosso).
[...] a minar a nossa *reputação* [...] (SZ, p. 16, grifo nosso).
[...] tomou a *resolução* [...] (SZ, p. XIV, grifo nosso).
[...] com a unica *restricção* de [...] (SZ, p. 26, grifo nosso).
[...] a *reunião* da Asssemblea Geral [...] (SZ, p. 21, grifo nosso).
Na *Revolução* da França ellas não só [...] (SZ, p. IX, grifo nosso).
[...] que a maior *satisfação*, que tem hum Povo, que geme na *oppressão* [...] (SZ, p. 35, grifos nossos).
[...] a *separação* dos Poderes (SZ, p .33, grifo nosso).
[...] e desgraçada *situação*!... (SZ, p. 11, grifo nosso).
[...] seus prejuizos, *superstição* e fanatismo [...] (SZ, p. 20, grifo nosso).
[...] e da *subversão* dos Estados [...] (SZ, p. XXIV, grifo nosso).
[...] que a *tradição* nos conservou [...] (SZ, p. 9, grifo nosso).
[...] rançosa *unção* dos tempos [...] (SZ, p. 22, grifo nosso).
[...] nossa reciproca *união* com os homens [...] (SZ, p. 17, grifo nosso).

Embora prevaleça a grafia -"ão" na novela, há algumas oscilações. O plural da palavra "cortesão", por exemplo, ora é grafada "cortesãos", conforme a abonação acima, ora "cortesaons" como demonstra o seguinte trecho: "Em fim são os nossos *Cortesaons*" (SZ, p. XVII, grifo nosso).

b) na representação gráfica do plural do substantivo "vestal": "[...] entre as Vestães [...]" (SZ, p. 8, grifo nosso). Neste caso, apenas uma das cinco ocorrências dessa palavra não leva til. Esse fato é curioso, visto que, a princípio, não se localizou registro do plural desse substantivo com nasal. Ao se pesquisar os registros deste substantivo na língua portuguesa, verificou-se que sua entrada na língua data do século XVI. Seu étimo, segundo Cunha (1997), é do latim e provém da palavra *vestālis*, do mitônimo *Vesta*. Ao se consultar a terceira edição do dicionário de Laudelino Freire (1957), encontraram-se duas entradas: uma para o verbete "vestal" e outra para "vestais". O primeiro, segundo o lexicógrafo, derivaria de *vestalis*, e seria relativo ou semelhante às sacerdotisas de Vesta. O segundo – vestais – ou vestaes, como registra também Laudelino Freire (1957), ter-se-ia originado do latim *vestalia* e

seriam antigas festas romanas, em honra da deusa Vesta (FREIRE, 1957, v. 5, p. 5179). Os dados não elucidaram a ocorrência do plural de "Vestal" com til.

c) na representação gráfica de substantivos terminados em ditongo nasal [õj], sempre no plural, conforme lista seguinte:

> [...] no meio das *acclamações* do Povo (SZ, p. 44 –grifo nosso).
> [...] nas suas *acções* [...] (SZ, p. 18, grifo nosso)
> [...] com certas *attribuições* debaixo [...] (SZ, p. 21, grifo nosso).
> [...] as *condições* vinhão a tornar-se iguaes (SZ, p. 39, grifo nosso).
> Estas, e outras *considerações* me [...] (SZ, p. 47 - –grifo nosso).
> Que os respeitos, *contemplações* [...] outras *combinações* funestas [...] (SZ, p. 26, grifo nosso).
> [...] que perturbem a paz de *corações* assim ligados [...] (SZ, p. 53, grifo nosso).
> [...] e tivemos depois frequentes *conversações* [...] (SZ, p. 40, grifo nosso).
> [...] que attrahio os *corações*, e a convicção de todos; tendo apenas em sua *mão* [...] (SZ, p. 28, grifo nosso).
> [...] com as minhas *declarações* (SZ, p. 45 –grifo nosso).
> [...] o resultado das *Deliberações* do Conselho [...] (SZ, p. 42, grifo nosso).
> [...] saudaveis *Determinações* [..] (SZ, p. 42, grifo nosso).
> [...] nas minhas *digressões* [...] (SZ, p. 39, grifo nosso).
> [...] remunerando-os com honrosas *distinções* [...] (SZ, p. 42, grifo nosso).
> [...] daquella escravidão, *inquietações* [...] (SZ, p. 48, grifo nosso).
> [...] de suas *elevações* (SZ, p. 29, grifo nosso).
> [...] he precizo admittir *excepções* para [...] excepções [...] (SZ, p. 25, grifo nosso).
> [...] com *expressões* [...] que attrahe a persuasão (SZ, p.29, grifo nosso).
> [...] e as *feições* do meu rosto (SZ, p.38, grifo nosso).
> [...] de encher as *funcções* do seu cargo [...] (SZ, p. 28, grifo nosso).
> [...] daquella escravidão, *inquietações* [...] (SZ, p. 48 –grifo nosso).
> [...] *intenções*, e dos necessarios [...] (SZ, p. 24, grifo nosso).
> [...] muitas outras *noções* sublimes [...] (SZ, p. 53, grifo nosso).
> [...] de todas as *obrigações* (SZ, p. 12, grifo nosso).
> [...] frequentes *occaziões* de accesso á sua Pessoa (SZ, p. 39, grifo nosso).
> [...] e *opiniões* differentes [...] (SZ, p. 19, grifo nosso).
> [...] huma alluvião de *Opiniões* differentes [...] (SZ, p. 27, grifo nosso).
> [...] naturaes *paixões* (SZ, p. 14, grifo nosso).
> [...] das minhas *proclamações* [...] (SZ, p. 37, grifo nosso).
> [...] em *questões* frivolas [...] (SZ, p. 27, grifo nosso).
> [...] com *razões* plausiveis [...] (SZ, p. 22, grifo nosso).
> [...] e *sedições* civis [...] (SZ, p. 24, grifo nosso).
> [...] Que as novas *situações* trazem necessariamente [...] (SZ, p. 24, grifo nosso).
> A tristeza, a fadiga, os *sões*, e os trabalhos [...] (SZ, p. 38, grifo nosso).

Também, neste caso, houve oscilação. Alguns substantivos ora foram grafados com o til sobre a vogal, ora com o grafema "-n" após a semivogal, conforme demonstram as seguintes abonações:

> [...] mas até *adoraçoens* (SZ, p. 58, grifo nosso).
> [...] *coraçoens* pacificos (SZ, p. 54, grifo nosso).
> [...] que levão ao fundo do coração as *emoçoens* mais vivas [...] (SZ, p. XXVI, grifo nosso).
> [...] *expressoens* atrevidas [...] (SZ, p. XXVI, grifo nosso).
> [...] as *impressoens* com muita vivacidade [...] (SZ, p. 1, grifo nosso).
> [...] novo estadocertas izempçoens [...] (SZ, p. 7, grifo nosso).
> [...] planos de cada huma das *Naçoens* interessadas [...] (SZ, p. XIII, grifo nosso).
> [...] as *noçoens* mais claras [...] (SZ, p. XXV, grifo nosso).
> [...] e *objecçoens* [...] (SZ, p. XIX, grifo nosso).
> [...] nestas tão ternas *occasioens* (SZ, p .5, grifo nosso).
> [...] que as suas *opinioens* passassem por Dogmas [...] (SZ, p. XX, grifo nosso).
> [...] nomeio das *paixoens* [...] (SZ, p. 49, grifo nosso).
> [...] a Constituição toda inteira; varias *Proclamaçoens* [...] (SZ, p. XIX, grifo nosso).
> Não me convindo o methodo sentencioso por muitas *razoens* [...] (SZ, p. XV, grifo nosso).
> [...] á *reflexoens* muito [...] (SZ, p. 48, grifo nosso).
> [...] e *relaçoens* immediatas com differentes *Corporações* Estrangeiras [...] (SZ, p. XII, grifo nosso).
> [...] e com bastante philosophia sobre as causas das *Revoluçoens* [...] (SZ, p. XV, grifo nosso).
> Eu conheci alguns *Sultoens* em Politica [...] (SZ, p. XX, grifo nosso).

e) na representação gráfica de advérbios terminados em ditongo nasal [ãw], conforme lista seguinte:

> Na Revolução da França ellas *não* só (SZ, p. IX, grifo nosso).
> [...] sobre esta *tão* importante, e delicada Sciencia [...] (SZ, p. X, grifo nosso).
> [...] que *então* se desenvolveo [...] (SZ, p. XIII, grifo nosso).
> [...] em *tão* mas circunstancias [...] (SZ, p. 35, grifo nosso).

f) na representação gráfica da seguinte conjunção terminada em ditongo nasal [ãw]: "[...] a Novella *senão* – Hum discurso [...] (SZ, p. XVI, grifo nosso)".

g) na representação gráfica dos ditongos de alguns verbos nos seguintes modos, tempos e pessoas:

1) 3ª pessoa do plural do pretérito imperfeito do indicativo dos verbos da primeira, segunda e terceira conjugações. 1ª conjugação: afetar, ameaçar, aspirar, cessar, chamar, cruzar, cuidar, dar, disputar, estar, falar, fixar, levar, maquinar, motivar, namorar, passar, renovar, representar, visitar:

> Elles *affectavão* ridiculamente [...] (SZ, p. 13, grifo nosso).
> [...] que *ameaçavão* [...] (SZ, p. 21, grifo nosso).

[...] á que tanto mais *aspiravão*, quanto maior *era* a sua ignorancia [...] (SZ, p. 20, grifo nosso).
[...] *cessavão*, lhe falla desta maneira [...] (SZ, p. 4, grifo nosso).
[...] se *chamavão* Vestães [...] (SZ, p. 6, grifo nosso).
As perguntas, as respostas, os suspiros se *cruzavão* nos ares (SZ, p. 45, grifo nosso).
[...] *cuidavão*, que farião fortuna com a [...] (SZ, p. 25, grifo nosso).
[...] que *davão* por decidida [...] (SZ, p.37, grifo nosso).
[...] e *disputavão* (SZ, p. IX, grifo nosso).
Todos os meus dezejos *estavão* satisfeitos [...] (SZ, p. 40, grifo nosso).
[...] *fallavão*, e *mumuravão* [...] [SZ, p. IX, grifo nosso).
[...] a elegancia do seu talhe atrahião, e *fixavão* [...] (SZ, p. 2, grifo nosso).
[...] que levão ao fundo do coração as emoçoens mais vivas [...] (SZ, p. XXVI, grifo nosso).
[...] que *maquinavão* [...] e promovião a ruina [...] (SZ, p. 21, grifo nosso).
[...] *motivavão* o seu dissentimento [...] (SZ, p. 22, grifo nosso).
[...] que os Deozes antigamente *namoravão*-se dos mortaes [...] (SZ, p.39, grifo nosso).
[...] *renovavão* incessantemente na minha alma [...] (p.47).
[...] cujos papeis *passavão* todos [...] (SZ, p. XIII, grifo nosso).
[...] que de certo modo *representavão* naquelle [...] (SZ, p. XII, grifo nosso).
[...] que *visitavão* aquelle [...] (SZ, p. 3, grifo nosso).

2ª conjugação: conter, dever, entreter, fazer, fornecer, haver, merecer, pertencer, poder, prevalecer, promover, querer, receber, ser, ter, ver, viver:

[...] que *continhão* os grandes [...] (SZ, p. XII, grifo nosso).
[...] que *devião* servir de apontamento para a longa Falla [...] (SZ, p. 28, grifo nosso).
[...] *entretinhão*, e disputavão (SZ, p. IX, grifo nosso).
Erão as mesmas maximas [...] (SZ, p. XXIII, grifo nosso).
[...] que *fazião* realçar [...] (SZ, p. 1, grifo nosso).
[...] fornecião-me bastante materia [...] (SZ, p. 39, grifo nosso).
Havião alguns Seculos, que os homens [...] (SZ, p. 13, grifo nosso).
[...] que *merecião* [...] (SZ, p. XIII, grifo nosso).
[...] e *promovião* a ruina [...] (SZ, p. 21, grifo nosso).
[...] que *querião* a todo o custo [...] não *podião* levar [...] (SZ, p. 20, grifo nosso).
[...] que n'outro tempo *pertencião* em geral [...] (SZ, p. XII, grifo nosso).
[...] elles se *prevalecerão* desta opportunidade, e *serão* os primeiros [...]" (SZ, p. 16 – grifos nossos).
[...] os quaes todos *recebião* [...] (SZ, p. XII, grifo nosso).
[...] se *tinhão* tornado excessivamente cobardes [...] (SZ, p. 14, grifo nosso).
[...] *vião*-se ao mesmo tempo a Graça [...] (SZ, p. 2, grifo nosso).
[...] que *vivião* comnosco, e todos [...] (SZ, p. 29, grifo nosso).

3ª conjugação: atrair, corrigir, dirigir, ir, fugir, partir, vir:

[...] a elegancia do seu talhe *atrahião*, e fixavão [...] (SZ, p. 2, grifo nosso).
[...] *corrigião*-se melhor pelos apologos [...] (SZ, p. XVIII, grifo nosso).

> [...] so se *dirigião* a ganhar o seu coração [...] (SZ, p. 10, grifo nosso).
> [...] com que *hião* [...] (SZ, p. 11, grifo nosso).
> [...] que *fugião* (SZ, p. 37, grifo nosso).
> *Partião* com effeito; e o primeiro objecto [...] (SZ, p. 2, grifo nosso).
> [...] as condições *vinhão* a tornar-se iguaes (SZ, p. 39, grifo nosso).

Como é possível perceber, esse uso diverge do atual, visto que atualmente grafam-se com "-m" as terminações desse tempo e modo verbal, omitindo-se, na escrita, a semivogal. No texto editado, a grafia "-ão" é categórica nesses tempos e modo.

2) 3ª pessoa do plural do pretérito perfeito do indicativo da primeira, segunda e terceira conjugações. 1ª conjugação: achar, animar, cessar, chegar, começar, comprar, deixar, desposar, determinar, excitar, mandar, obrigar, opinar, passar, pensar, principiar, salvar, terminar, tomar:

> [...] e se *acharão* livremente senhores [...] (SZ, p. 14, grifo nosso).
> [...] se *animárão* a seguir [...] (SZ, p. 16, grifo nosso).
> Apenas cessárão os applausos do Povo [...] (SZ, p. 44, grifo nosso).
> [...] *chegárão* a seu [...] (SZ, p. 4, grifo nosso).
> *Começarão* então grandes [...] (SZ, p. 40, grifo nosso).
> [...] *comprárão* por este seu heroico facto [...] (SZ, p. 16, grifo nosso).
> [...] que só assim o deixarão gozar em paz por longo tempo [...] (SZ, p. 52, grifo nosso).
> [...] me *determinárão* a passar [...] (SZ, p. 47, grifo nosso).
> [...] *excitárão* na sua alma os mais estraordinarios transportes (SZ, p. 45, grifo nosso).
> Mandarão-se logo Embaixadores ás [...] (SZ, p. 45, grifo nosso).
> [...] Persana a *obrigárão* a [...] (SZ, p. 4, grifo nosso)
> [...] os Senadores opinarão differentemente [...] (SZ, p. 40-41 , grifo nosso).
> [...] que *passárão* bem perto de mim [...] (SZ p. 12, grifo nosso).
> [...] e outros grandes homens *pensárão* a este respeito [...] (SZ, p. XXIII, grifo nosso).
> [...] depois do seu despozorio *principiárão* a ser [...] (SZ, p. 2, grifo nosso).
> [...] que não só a *salvarão* do fogo; mas até me obrigárão a dar [...] (SZ, p. XX, grifo nosso).
> [...] que so terminão com a vida (SZ, p. 43, grifo nosso).
> [...] *tomárão* o lugar das mais amaveis, doces [...] (SZ, p. 13, grifo nosso).

2ª conjugação: aparecer, desenvolver, encher, escrever, fazer, haver, morrer, ofender, parecer, por, querer, reconhecer, ser, ter, ver:

> [...] Jornalistas, que *apparecerão* [...] (SZ, p. 25, grifo nosso).
> [...] que sse *desenvolvérão* quasi debaixo dos seus olhos; e forão ora [...] (SZ, p. IX, grifo nosso).
> [...] *encherão*-se de hum furor inexplicavel, e começárão a tramar [...] (SZ, p. 19, grifo nosso).

> [...] que *escreverão* sobre este objecto, e se fizerão admirar [...] (SZ, p. IX, grifo nosso).
> [...] e melhor parte delles o *fizerão* systematicamente [...] (SZ, p. XV, grifo nosso).
> [...] mas até *houverão* algumas [...] (SZ, IX, grifo nosso).
> [...] onde *morrerão* muitos de medo [...] (SZ, p. 19, grifo nosso).
> [...] que não nos *ofenderam*, nem nos fizerão outro mal algum [...] (SZ, p. 11, grifo nosso).
> [...] que lhe *parecerão* directas [...] (SZ, p. XVIII, grifo nosso).
> [...] *pozerão* nossas tropas em derrota (SZ, p. 37, grifo nosso).
> [...] *quizerão* ter a bondade de escolher-me por seu Chefe (SZ, p. 54, grifo nosso).
> [...] e *reconhecerão*-se mais [...] (SZ, p. 33, grifo nosso).
> [...] *erão* precipitados, e violentos [...] (SZ, p. 23, grifo nosso).
> [...] que *tiverão*, nos [...] (SZ, p. 30, grifo nosso).
> [...] *virão*-se confirmadas pela experiencias duas Maximas importantes (SZ, p. 14, grifo nosso).

> 3ª conjugação: compungir, dirigir, expedir, ir, partir, servir, vir:

> [...] que o *compugirão* [...] (SZ, p. 8, grifo nosso).
> [...] e o primeiro objecto, á que se *derigirão* [...] (SZ, p. 2, grifo nosso).
> [...] *expedirão*-se circulares por toda a parte a fim de se haver noticias minhas [...] (SZ, p. 8, grifo nosso).
> [...] que lhe *forão* depois [...] (SZ, p. XIV, grifo nosso).
> [...] *servirão* somente, para exaltar a minha sensibilidade [...] (SZ, p. 8, grifo nosso).
> [...] *vierão* alguns homens [...] (SZ, p. 19, grifo nosso).

Como é possível perceber, esse uso também diverge do atual, visto que atualmente grafam-se com "-m" as terminações desse tempo e modo verbal. No texto editado, a grafia "-ão" é categórica nesses tempos e modo.

3) 3ª pessoa do plural do presente do indicativo da primeira, segunda e terceira conjugações. 1ª conjugação: acabar, acariciar, achar, adiantar, agitar, agradar, amar, aproveitar, arrogar, autorizar, baixar, casar, dar, denominar, deitar, desejar, encadear, encontrar, enganar, envergonhar, estar, falar, faltar, forçar, governar, habitar, humilhar, levar, pensar, praticar, prejudicar, regozijar, representar, restar, salvar, subjugar, tornar,

> [...] *acabão* agora mesmo de defender [...] (SZ, p. 16, grifo nosso).
> [...] que se *achão* espalhadas [...] (SZ, p. XXV, grifo nosso).
> [...] que nada *adiantão* para o cazo [...] (SZ, p. 27, grifo nosso).
> [...] que se os homens *amão* as mulheres [...] (SZ, p. 17, grifo nosso).
> [...] e se *aproveitão* daquella [...] (SZ, p. XVII, grifo nosso).
> [...] liberalmente se *arrogão* [...] (SZ, p. XI, grifo nosso).
> Que os exemplos não *authorizão* faltas [...] (SZ, p. 50, grifo nosso).
> [...] que *baixão* algumas vezes [...] (SZ, p. 6, grifo nosso).
> [...] e *dão*-lhes aquelle colorido encantandor (SZ, p. XXVI, grifo nosso).
> [...] e *deitão* a perder quasi [...] (SZ, p. 10, grifo nosso).

> Os meus subditos *dezejão*, e querem que eu me **caze**; os Senadores *estão* em Conselho [...] (SZ, p. 40, grifo nosso).
> [...] lizonjeiramente *encadêão* aquellas almas [...] (SZ, p. 8, grifo nosso).
> [...] e que apenas se *encontrão* com successo [...] (SZ, p. XV, grifo nosso).
> [...] que quazi todos se *enganão* (SZ, p. 38, grifo nosso).
> [...] que elles *envergonhão* com a sua conducta [...] (SZ, p. 18, grifo nosso).
> As paixoens sempre *fallão* alto e sempre são attendidas. São venenos, que nos *agradão*; são erros que nos *acaricião* (SZ, p. XVII, grifo nosso).
> [...] mas *faltão*-me aquelles pensamentos solidos, que *agitão* o espirito; aquelles traços brilhantes, que *subjugão* a imaginação; expressoens atrevidas, que *levão* ao fundo do coração as emoçoens mais vivas [...] (SZ, p. XXVI, grifo nosso).
> [...] *forção* cada Cidadão a fazer [...] (SZ, p. 24, grifo nosso).
> [...] que são sempre, as que *governão* [...] (SZ, p. 31, grifo nosso).
> [...] comigo *habitão* este retiro [...] (SZ, p. 4, grifo nosso).
> [...] que os *humilião* [...] (SZ, p. 19, grifo nosso).
> [...] assim pensão [...] (SZ, p. 38, grifo nosso).
> [...] que *praticão* os habeis Medicos [...] (SZ, p. 51, grifo nosso).
> [...] que *prejudicão* incalculavelmente as partes [...] (SZ, p. 22, grifo nosso).
> [...] que se *regozijão* de achar [...] (SZ, p. 56, grifo nosso).
> [...] daquelles, que o *representão* [...] (SZ, p. XIV, grifo nosso).
> [...] que *restão*, e o mais,que se seguio (SZ, p. 34, grifo nosso).
> [...] *salvão* sempre os principios, em que são fundadas as regras; e até se *denominão* [...] (SZ, p. 25, grifo nosso).
> [...] e *tornão*-se mais faceis [...] (SZ, p. 50, grifo nosso).

Também, neste caso, o uso diverge do atual, visto que atualmente grafam-se com "-m" as terminações desse tempo e modo verbal. No texto editado, a grafia "-ão" é categórica nesses tempo e modo.

Segunda e terceira conjugação – verbos haver, ser, ir: "[...] com tanto que me *hão* de deixar livre a escolha de hum Espozo [...]" (SZ, p. 40, grifo nosso); "Em fim *são* os nossos Cortesaons" (SZ, p. XVII, grifo nosso); "[...] *vão* sem duvida [...]" (SZ, p. XI, grifo nosso). Nesse caso, o uso é igual ao uso do século XXI.

4) Terceira pessoa do plural do futuro do presente do indicativo da primeira, segunda e terceira conjugação – verbos: dar, confirmar, prevalecer, ser, viver, instruir, servir:

> Os bons nos *darão* coragem [...] (SZ, p. 30, grifo nosso).
> Com effeito o tempo, e a experiencia, *confirmarão* [...] (SZ, p. 33, grifo nosso).
> [...] elles se *prevalecerão* desta opportunidade [...] (SZ, p. 16, grifo nosso).
> [...] e *serão* os primeiros [...] (SZ, p. 16, grifo nosso).
> [...] nos *instruirão* igualmente (SZ, p. 30, grifo nosso).
> [...] de que assim *vivirão* na outra (SZ, p. 53, grifo nosso).
> [...] os máos nos *servirão* [...] (SZ, p. 30, grifo nosso).

5) 3ª pessoa do plural do futuro do pretérito do indicativo de verbos da primeira, segunda e terceira conjugação: arrogar, indicar, lançar, dever, fazer, poder, saber, ter, consumir, servir:

> [...] não só *arrogarião* hum [...] (SZ, p. 19, grifo nosso).
> [...] *indicarião* o remedio ao mal [...] (SZ, p. 31, grifo nosso).
> [...] *lançarião* para sempre no tumulo do esquecimento [...] (SZ, p. 19, grifo nosso).
> [...] e *deverião* ser mulheres [...] (SZ, p. 21, grifo nosso).
> [...] cuidavão, que *farião* fortuna com a [...] (SZ, p. 25, grifo nosso).
> [...] *poderião* agastar os seus subditos [...] (SZ, p. 26, grifo nosso).
> [...] não *saberião* de certo aprecia-lo, nem delle se servirião para a [...] (SZ, p. 18, grifo nosso).
> [...] elles o *terião* ja feito [...] (SZ, p. 17, grifo nosso).
> [...] *consumirião* neste primeiro importante [...] (SZ, p. 27, grifo nosso).
> O Throno, e a Grandeza so *servirião* para fazer [...] (SZ, p. 43, grifo nosso).

Neste caso, o uso do til é oposto ao uso do século XXI: grafavam-se com "-ão" os verbos que, atualmente, grafam-se com "-m" neste tempo, modo, pessoa e número.

6) 3ª pessoa do plural do presente do subjuntivo de verbos da primeira, segunda e terceira conjugação: poder, ser, ter, ver, vir:

> [...] e tanto, quanto *possão* servir aos prazeres, que disso lhes resulta (SZ, p. 17, grifo nosso).
> [...] ainda que *sejão* máos (SZ, p. XXII, grifo nosso).
> [...] de que os meus principios se *tenhão*, como nfalliveis (SZ, p. XX, grifo nosso).
> *Vejão*-se as primeiras palavras da Dedicatoria (SZ, p. XX, grifo nosso).
> [...] *venhão* amaparar-se agora da melhor parte dos saborosos [...] (SZ, p. 16, grifo nosso).

Neste caso, também grafavam com "-o" e til o ditongo final que atualmente – século XXI - são grafados com "-m" nesse tempo, modo, pessoa e número. O que se percebe com isso é o fato de, naquela época, a semivogal do ditongo ser representada graficamente, o que atualmente não se faz. Isso indica uma maior proximidade entre a fala e a escrita, no início do século XIX.

2.1.1.6 O apóstrofo

Em relação ao apóstrofo, ele sempre indicou a elisão de uma vogal de alguma preposição em encontro com outra palavra começada com vogal:

> [...] ficarà abrigado à sombra d'Elle (SZ, Ded.).
> O Seu fiel subdito LUCAS JOSÉ D'ALVARENGA (SZ, Ded.).

> [...] que *n'outro* **t**empo pertencião em geral [...] (SZ, p. XII, grifo nosso).
> [...] e tambem os Estados Unidos *d'America* [...] (SZ, p. XII, grifo nosso).
> [...] minha idade *d'oiro* (SZ, p. XVI, grifo nosso).
> [...] dos effeitos prodigiosos *d'amizade*, e *d'Amor* (SZ, p. 9, grifo nosso).
> [...] lembrou-se em Conselho *d'Estado* [...] (SZ, p. 20, grifo nosso).
> [...] o Magistrado *d'Alta* Policia [...] (SZ, p. 21, grifo nosso).
> [...] e cuja Deosa deveria ser *d'ora* em diante [...] (SZ, p. 21, grifo nosso).
> [...] e que o primeiro Ministro *d'Estado*, Tio [...] (SZ, p. 35, grifo nosso).
> Mas eu *n'outro* tempo olhava pra ella apenas, como huma Vestal [...] (SZ, p. 38, grifo nosso).
> [...] e por que as extravagancias são da essencia *d'Amor* [...] (SZ, p. 38, grifo nosso).

2.1.1.7 Síntese do uso dos diacríticos na novela

Em resumo, os diacríticos foram usados nos seguintes contextos, embora o uso não tenha sido categórico, conforme demonstrado e exemplificado anteriormente. Em outras palavras, mesmo nos contextos descritos, houve variação:

1) Trema: apresentou pouquíssimas ocorrências, sendo usado apenas na grafia de dois nomes próprios estrangeiros.

2) Acento agudo: apresentou várias ocorrências. Supõe-se que tenha sido usado para indicar tonicidade e abertura de sílabas. Ocorreu em algumas palavras nos seguintes contextos, conforme demonstra o quadro seguinte:

a) em monossílabos tônicos abertos, terminados em "-a, -e, -o", seguidos ou não de "-s";

b) em palavras oxítonas terminadas em "-a(s), -e, -em, -os";

c) em algumas palavras paroxítonas: advérbio, preposições, substantivos e verbos;

d) no ditongo grafado "-ao", seguido ou não de "-s";

e) na preposição "a";

f) para indicar a crase: 38 ocorrências;

3) Circunflexo: apresentou poucas ocorrências, sendo usado nos seguintes contextos:

a) na indicação de nasalidade (apenas na Dedicatória);

b) em monossílabos tônicos terminados em "-e, -er, -or"

c) em oxítonas terminadas em "-er";

d) em vogais de nomes próprios atualmente paroxítonos

4) O acento grave também apresentou poucas ocorrências e foi usado nos seguintes contextos:

a) em apenas dois casos de crase;

b) em algumas oxítonas terminadas em "-a, -e, -er";

c) no pronome "se", em única ocorrência;

d) na preposição "a", em única ocorrência;

‘ e) em antropônimo estrangeiro.

5) Til: apresentou muitas ocorrências, sempre indicando ditongos nasais:

a) na representação gráfica dos ditongos [ãw] e [õj] de alguns substantivos;

b) no plural da palavra "vestal";

c) na representação gráfica de alguns advérbios terminados em [ãw];

d) na conjunção "senão";

e) na representação gráfica dos ditongos nasais de alguns verbos nos seguintes número, pessoa, tempo e modo:

Quadro 1 – Uso do til em verbos

Indicativo				**Subjuntivo**			
Flexão	1ª conj	2ª conj.	3ª conj.	*Flexão*	1ª conj.	2ª conj.	3ª conju.
3ª pessoa do plural do presente	x	x	x	3ª pessoa do plural do presente	x	x	x
3ª pessoa do plural pretérito imperfeito	x	x	x	–	–	–	–
3ª pessoa do plural do pretérito perfeito	x	x	x	–	–	–	–
3ª pessoa do plural do futuro do presente	x	x	x	–	–	–	–
3ª pessoa do plural do futuro do pretérito	x	x	x	–	–	–	–

Fonte: dados desta pesquisa.

6) Apóstrofo: apresentou algumas ocorrências, sempre indicando a elisão de vogal de alguma preposição diante de outra palavra começada em vogal.

Por essa breve explanação, foi possível perceber que, embora os diacríticos apresentem algumas regularidades, as variações são muitas e entendeu-se que não indicam variação linguística. Por exemplo: a colocação ou não do circunflexo sobre o verbo "ver" não indica que a vogal ora pronunciava-se aberta ora fechada, assim como a variação no uso do acento agudo na palavra "mau" não indica qualquer variação na vogal.

Ao argumento anterior, pode-se acrescentar que o próprio autor afirmou que não fez todas as correções dos erros tipográficos, mas apenas alguns que julgou mais relevantes. Também pode-se acrescentar como argumento o trabalho de Rita Marquilhas (1991) que pesquisou os originais de imprensa do século XVIII, dos autores Rafael Bluteau, Manuel dos Santos, Manuel da Rocha e Tomás Caetano de Bem. Em sua pesquisa, ao analisar a questão do acento, Marquilhas (1991) detectou que

> Voltando à acentuação, o sentido normal das correcções sobre as grafias autógrafas é o de se acrescentarem acentos, com excepção do caso de Manuel da Rocha: a sua acentuação é em grande parte suprimida na tipografia.
>
> Bluteau acentua também bastante, mas o compositor não concorda com o tipo de acento escolhido: Ex: *atè* > *até*, *jà* > *já* ou *vî* > *ví*, *âs* > *ás*. Em outros casos suprime: *comì* > *comi*, *suspendêra* > *suspendera*. Noutros, ainda, acrescenta: *parara* > *parára*, *cor* > *côr*, *fora* > *fóra* (MARQUILHAS, 1991, p. 82).

Pelo exposto, percebe-se que nem sempre a forma impressa do texto era de responsabilidade autoral. Além disso, havia, à época, confusão em relação à grafia das palavras, conforme detectou Chagas (2006) em comunicação relativa ao uso do H inicial em língua portuguesa. Bluteau (1712-1728), por exemplo, queixava-se da confusão ortográfica e defendia o emprego da etimologia para se evitar o caos ortográfico. Muitos problemas, segundo ele, "eram pela mayor parte nascidos de se não respeitar os nomes primitivos, ou se não guardar a analogia dos vocabulos, derivados da lingua Latina, ou Grega, ou qualquer outra, que antes de nós usou delles" (BLUTEAU, 1712-1728 - edição eletrônica).

Também é mister relembrar a posição de Barbosa (1822). Segundo ele, dava-se pouca atenção aos acentos na escrita.

Sendo assim, decidiu-se atualizar o uso dos diacríticos, com exceção dos apóstrofos. No caso dos apóstrofos, como indicam fato fonético, foram atualizados apenas aqueles casos que já foram consolidados na escrita, como a união da preposição "de" com o pronome "ela", por exemplo. Nos critérios, esses casos serão transcritos.

Outra exceção são as palavras hoje escritas "vestais", "mãe" e "sóis". Em relação ao plural de "vestal", ele ocorre quase categoricamente com til, em apenas uma ocorrência não há marcação de nasal, conforme dito anteriormente. Nesse caso, mantiveram-se as formas para registro e possível encontro de outras semelhantes em outros textos.

A palavra [May] não será atualizada, porque, ao se consultar o *Dicionário etimológico* de Antônio Geraldo da Cunha, verificou-se que os processos pelos quais passou a

palavra "mater" até chegar à forma "mãe" em português são desconhecidos. O lexicógrafo registra a palavra sem indicação de nasal nos primórdios da língua: "**mãe** *sf*. 'mullher que deu à luz um ou mais filhos' 'fêmea de animal que deu à luz um ou mais filhos' 'fig. causa, fonte, origem' / *mae* xiii, *mãy* xiii etc. / Do lat. *mater –tris*, por meio de transformações fonéticas algo obscuras (CUNHA, 1997, p. 488).

Outro lexicógrafo registra a ocorrência de "mãe" com e sem nasal, em época pretérita da língua, especificamente, no ano de 1258: "Item, da erdade de *Mae* boa et de Martino Tonel..." (INQ., p. 333 *apud* MACHADO, 1987, p. 18), mas, nesse contexto, era um topônimo, designava o nome de um lugarejo. "Quen tal jogo que Jogar / Com sa *mãy* uaa Jogetar" (DARDELEYRO[6], 1279 *apud* MACHADO, 1987, p. 18). De acordo com Machado (1987), no século XVI, há registros também das duas formas, com e sem nasal, ambas com o significado atual: "E já a *mãy* de Menon a luz trazendo," (CAMÕES, 1572, p. 34 *apud* MACHADO, 1987, p. 18), e "Mas a que faz negar pày, *mae*, irmãos [...]" (BARROS, 1785, p. 270 *apud* MACHADO, 1987, p. 18). Ainda segundo este estudioso:

> *Mãe* parece resultar da imposição lenta de forma bastante antiga, se bem que não documentada, o que lhe atribui maior antiguidade e que será maior do que parece à primeira vista se nos lembrarmos que a mais ant[iga] documentação apresentada a dá como top[ônimo]. A respeito da origem da palavra *mãe* não há ainda uma explicação unânimente seguida [...] (MACHADO, 1987, p. 18).

Ainda segundo Machado (1987, p. 19), "se se compreende bem a evolução lat. *matre-* > port. *madre*, o mesmo não pode dizer de lat. *matre-* > port. *mãe*". Leite de Vasconcelos (1959, p. 81) afirma que "[e]ntre *madre* e a forma moderna *mãe* houve *mai*, que ainda se conserva em galego e mirandês; depois o *m* inicial nasalou o a: cf. *muito* < *mũito*, *mim* <*mi*. Na "Canção do Encantamento", de Sá de Miranda (1937), há registro da palavra "mãe" sem nasal: "Chora o mimoso, e grita pola mai" (MIRANDA, 1937, p. 257). Em nota, o editor Rodrigues Lapa (1937, p. 257) informa que na primeira edição consta "máy" e que "*mai* é forma anterior a *mãi*". Em documentos lavrados nas Minas Setecentistas, há ocorrência da palavra "mãe" com e sem acento: "Que elles por devoção que tem a Virgem Santisima *May* de Deus [...]" (DUCHOWNY; COELHO, 2013, v. 2, f. 3r, grifo nosso[7]) e "[...] deDeos, edesua *mayˋ* Santissima [...]" (DUCHOWNY; COELHO, 2013, v. 2, f. 10 v,

[6] DARDELEYRO, Joham Fernandes, no C. B. N., Nº [1279].
[7] Estatuto da Ordem Terceira de São Francisco. Caixa 371, Bloco A, 1778. Arq. Ecles. da Arquid. de Diamantina.

grifo nosso[8]). Em época mais recente, Casimiro de Abreu (1859, p. 21) registra essa palavra com nasal, mas grafada com "-i": "Do mais verdadeiro, do mais santo amor: / - Minha Mãi!" Tudo indica que "may" seja um arcaísmo. Sendo assim, julgou-se pertinente manter a forma como aparece na novela, visto que se pressupõe que a manutenção da grafia seja uma maneira de ajudar na elucidação desses processos, que ainda não estão esclarecidos..

Em relação ao plural de sol – "sões" –, não se localizou nenhum registro desse plural com nasal. Cardoso e Cunha (1978, p. 94) registram a formação desse substantivo da seguinte maneira: a) singular: "**solem** > **sol**"; b) plural: "**soles** > **soes** > **sóis**". Coutinho (2005, p. 238) também registrou da seguinte maneira: "[...] soles > soes > sóis". Como nenhum dicionário etimológico consultado (HOUAISS; VILLAR, 2009; CUNHA, 1997) apresentou registro de variantes dessa palavra em outras épocas, julgou-se pertinente manter a grafia tal como aparece no texto.

2.1.2 A representação das vogais

2.1.2.1 Alçamento e rebaixamento de vogais

Atualmente, há variação na pronúncia das vogais na língua portuguesa no Brasil, tanto em posição pretônica quanto em posição postônica. Essas variações são diatópicas, visto que muitas regiões brasileiras diferenciam-se na pronúncia dessas vogais; sociais e, até mesmo, individuais, já que diferentes classes sociais e indivíduos têm suas peculiaridades de pronúncia. Evidentemente, o fator tempo é outro aspecto a ser ponderado, uma vez que se sabe que os hábitos de pronúncia variam com as épocas.

A partir de estudos da história da língua portuguesa, concluiu-se que essa variação ocorre desde os primórdios da língua, como afirma Teyssier (1990):

> [e]ncontram-se grafias em *-u* (em lugar de *-o*) nos textos mais antigos. Alguns historiadores da língua vêem aí a prova de que, desde essa época, o galego-português pronunciaria [u] os átonos finais escritos hoje *-o*; ex.: *havemos, campo*. Outros, porém, interpretam essas grafias medievais em *-u* — Ex.: *avemus, campu* —, como latinismos ou como formas de traduzir um timbre muito fechado de *-o* final. Esta segunda interpretação parece-nos a mais plausível, por várias razões, particularmente porque o galego moderno pronuncia sempre o *-o* átono final como [ǫ] fechado. A nosso ver, as três átonas finais do galego-português medieval deviam ter uma pronúncia breve,

[8] Estatuto da Ordem Terceira de São Francisco. Caixa 371, Bloco A, 1778. Arq. Ecles. da Arquid. de Diamantina.

> e le e lo seriam realizados como [ẹ] e [ọ] muito fechados (TEYSSIER, 1990, p. 24).

Avançando mais no tempo, verificou-se que no século XIX também já havia referência ao alçamento da vogal [e], especificamente na fala de brasileiros: "O mesmo fazem [os brasileiros] com o *e*; já pronunciando-o como *e* pequeno breve em lugar do Grande e Aberto em *Prĕgar* por *Prēgar* já mudando o *e* pequeno e breve em *i*, dizendo *Minimo, Filiz, Binigno, Mi dêo, Ti dêo, Si firio, Lhi dêo*" (BARBOSA, 1822, p. 51).

Ribeiro (1881) também comentou o alçamento da vogal [e] no Brasil, como fator distintivo entre a pronúncia brasileira e a portuguesa:

> A voz commum *i* representa-se: 1) por *i* (...). 2) por *í* (...). por *e* na terminação de todos os vocabulos barytonos e na conjunção *e*, ex.: "*cidade – mosarabe – montes e valles*", que se lêm "*cidadi – mosarabi – montis i vallis*".
>
> A maioria dos Brazileiros assim pronuncía: em Portugal diz-se "*cidádê – mosárabê – montês ê vallês*" dando á voz terminal um som abafado, muito distincto de *i* (RIBEIRO, 1881, p. 26).

É relevante notar que Ribeiro afirma que "A maioria dos Brazileiros", ou seja, nem todos. Mas longe de o sistema vocálico do português brasileiro ser algo estático, como a princípio poderiam sugerir essas citações, é um sistema muito variável, condicionado por fatores linguísticos e extralinguísticos, como o demonstram vários estudos referentes a esse assunto, a exemplo do de Carvalho (2010), que analisou algumas pretônicas no português brasileiro e no português europeu.

Vejam-se algumas abonações de variação na representação de algumas vogais na novela analisada: 1) **e/i**: "adquerir" (SZ, p. 2), "derigiram" (SZ, p. 2); 2),"adevinhar" (SZ, p. 22); "similhante" (SZ, p. 58); **o/u:**"descubrindo" (SZ, p. 10); "encubrindo" (SZ, p. 40); "descobri" (SZ, p. 40), "podessem" (SZ, p. XV), "surriso" (SZ, p. 18) entre outros. Pode-se perceber nessas abonações exemplos tanto de alçamento quanto de rebaixamento de vogais. Spina (2011) já considerava arcaísmo essas oscilações em textos do século XVI.

Um caso que chamou a atenção foi o uso de "comprimento" por "cumprimento": "Concluiu a Presidente este brilhante Discurso (como costuma o belo sexo) com um *comprimento* galante, delicado, e lisonjeiro" (SZ, p. 32), grifo nosso). Ao se analisar a etimologia desses dois substantivos, verificou-se que o percurso diacrônico de comprimento foi: "port[uguês] ant[igo] *comprir*< lat[im] *complēre* 'encher, completar, cumprir etc.' + *-mento*" (HOUAISS; VILLAR 2009, p. 507). Já cumprimento veio de "*cumprir* + *-mento*"

(HOUAISS; VILLAR 2009, p. 584). E cumprir teria vindo do "lat[im] *complĕo, es, ēvi, ētum, ēre* 'encher inteiramente, preencher et.' (HOUAISS; VILLAR, 2009, p. 584). Percebe-se que, no século XIX, essas duas palavras já eram homônimas.

Sendo assim, como se entendeu que sempre houve essa variação na língua portuguesa no Brasil, e que ainda hoje ocorre, determinada por fatores linguísticos, espaciais, sociais e individuais, decidiu-se manter a variação na grafia dessas vogais da novela, exceto a das vogais finais, como em "quazi" (SZ, p. 38); "quase" (SZ, p. 41) – casos em que a escrita padrão com "e" indica invariavelmente a pronúncia "i". Neste caso específico, atualizou-se.

2.1.2.2 Encontros vocálicos

Encontros vocálicos são entendidos como "sequências de segmentos vocálicos adjacentes que podem pertencer à mesma sílaba (ditongo) ou integrar sílabas diferentes (hiato)" (PEIXOTO, 2011, p. 49). Em relação à diferença entre eles, Peixoto afirma que

> [a] diferença fonético-articulatória entre ditongos e hiatos encontra-se apoiada no fato de os primeiros serem produzidos por uma mesma emissão de voz (mesma sílaba) e o segundo ser produzido por diferentes emissões de voz (sílabas diferentes). Os hiatos podem ser definidos como o encontro de duas vogais que integram núcleos silábicos diferentes, isto é, são núcleos de suas próprias sílabas (PEIXOTO, 2011, p. 49).

Embora a história e a variação dos ditongos na língua portuguesa tenham dado margem a diferentes análises, a maioria dos estudiosos, segundo Peixoto (2011), concordam sobre a existência de dois tipos de ditongos em português: o fonológico e o fonético. De acordo com essa pesquisadora, "os ditongos fonológicos são interpretados como os verdadeiros ditongos na língua, uma vez que criam oposições no léxico e não estão sujeitos à variação livre com o hiato" (PEIXOTO, 2011, p. 48). Como exemplos de ditongos fonológicos, vejam-se os seguintes pares, retirados de um estudo de Nívea Silva (2009, p. 9) sobre os verdadeiros e falsos ditongos em português: "p[aw]ta / pata; r[ej]tor / r[e]tor e c[aw]le / c[a]le". Já os ditongos fonéticos podem variar livremente com o hiato e estão sujeitos a reduções" (PEIXOTO, 2011, p. 48). Como exemplos de ditongos fonéticos, vejam-se os seguintes pares, retirados do mesmo estudo de Nívea Silva (2009, p. 9): "c[aj]xa / c[a]xa; am[ej]xa / am[e]xa e b[ej]ra /b[e]ra".

Mas como o objeto de estudo desta pesquisa é um texto do século XIX, julgou-se pertinente verificar o entendimento que os gramáticos da época tinham a respeito dos encontros vocálicos.

Para Jéronimo Soares Barbosa (1822, p. 14-15), ditongo significa um som feito de dois, sendo que uma vogal é sempre mais longa que a outra. A primeira, que é a mais longa, é chamada por ele de prepositiva, e a segunda é chamada de subjuntiva. Além disso, segundo ele, o ditongo classifica-se em oral e nasal ou final porque o nasal encontra-se ordinariamente no fim das palavras. Para ele, a língua portuguesa tinha dezesseis ditongos: 10 orais e seis nasais. Ele propôs o seguinte quadro dos ditongos da língua portuguesa, na época:

Quadro 2 - Representação dos ditongos: primeira metade séc. XIX

DITONGOS ORAIS	
Escrita	Exemplos
ái, ay, a	Pái, Páy, Páes
áo, au	Páo, Pauta
éi, éy	Papéis, Réys.
Éo	Céo
êo, eu	Mêo, Êu.
Ío	Ouvío
ói, óe, óy	Heróis, Heróe, Combóy
ôi, ôe, ôy	Bôi, Pôes, Môyo.
úi, úy	Fúi, Úyvo
DITONGOS NASAIS	
ãi, ãe, aen, ain	Mãi, Mãe, Maens, Mains
ão, hão, am, aon	Mão, Hão, Mam, Maons.
ẽe, ẽi, em, em	Bẽe, Bẽis, Bem, Bens
õe, õe, oin, oem, oens	Põe, Põi, Poins, Poem, Poens
õo, om, on	Bõo, bom, Bons.
ũi, uim, uin	Rũi, Ruim, Ruins.

Fonte: BARBOSA, 1822, p. 16.

Em relação ao último exemplo – ruim -, é importante comentar que Barbosa (1822) considerava ditongo o encontro entre /u/ e /i/ nessa palavra. Esse fato chamou a atenção, visto que, atualmente, é considerado hiato. Veja-se a ortoépia desse vocábulo em um dicionário da língua portuguesa: "/u-ím/" (HOUAISS; VILLAR, 2009, p. 1685). Entretanto é sabido que no português coloquial a pronúncia é de ditongo.

Ainda sobre os sons finais dos ditongos, Barbosa (1822) afirma que são breves e rápidos, o que reitera a suposição de que ele esteja falando dos ditongos decrescentes, já que rápida é a pronúncia das semivogias e que:

> [...] mal se percebem na passagem do *e* breve para o *i* tambem breve, e do *o* breve para o *u* tambem breve: segue-se que toda subjunctiva dos nossos Diphthongos necessariamente ha de ser alguma destas duas vozes surdas, ou a primeira, exprimida por *e* ou *i*, ou a segunda, exprimida por *o* ou *u*. E como não ha razão para preferir huma vogal mais que outra para representar estes sons ambíguos: daqui veio a variedade do uso em escrever as Subjunctivas dos mesmos Diphthongos promiscuamente já com *e* ou com *i*, já com *o* ou com *u*; o que se não deve criminar, visto não terem estas vozes ambíguas caracter algum proprio e particular (BARBOSA, 1822, p. 15).

É possível perceber, através dessa afirmativa de Barbosa (1822), que já naquela época todo ditongo terminava ou em "u" ou em "i", independente de ter sido grafado "-e, -i, -o, -u".

Barbosa (1822) retoma a questão dos ditongos, afirmando que os sons vocálicos chamados por ele de subjuntivos eram todos surdos, ambíguos e tinham som confuso que não se podia bem determinar. Sendo assim, o som final do ditongo podia, na escrita, ser representado por "-e" ou "-i" ou "-o" ou "u", conforme o caso. Dessa maneira, era irrelevante para ele escrever "*ai* ou *ae*, *au* ou *áo, éo* ou *éu*, *êo* ou *êu*, *io* ou *iu*, *oe* ou *oi*, e bem asim *ãi* ou *ãe*, *ão* ou *ãu*, *ẽe* ou ẽ*i*, *õe* ou *õi* (BARBOSA, 1822, p. 79).

É importante ressaltar novamente a diferença de terminologia. Na linguística moderna, chamam-se de surdas apenas alguns tipos de consoantes, mas, para Barbosa (1822), surda também poderia ser a característica de uma vogal. Ele se refere a vogais surdas em dois contextos: 1) vogal cuja nasalidade advém de uma consoante nasal da sílaba seguinte. Ele mostra os seguintes exemplos: "Ama, Anna, Sanha [...], Penna, Temo, Tenho; [...] Somma, Sonho" (BARBOSA, 1822, p. 5). A essas vogais surdas, ele opõe as vogais nasais claras, que seriam aquelas cuja nasalidade faz parte da própria vogal, não de consoante nasal próxima. Ele mostra os seguintes exemplos: "Irmã ou Irmam [...], Tẽpo ou Tempo [...], Lĩdo ou Lindo [...]" (BARBOSA, 1822, p. 5); 2) surdos seriam o "E *Pequeno* e o I Commum, as quaes, por serem surdas e pouco distinctas, se podem chamar Ambiguas, e por isso não tem signal Litteral propria, e se notão na escriptura [...]" (BARBOSA, 1822, p. 4). Neste caso, ele não especifica o que causaria a "surdez" dessas vogais, talvez seja essa a definição dele de semivogal.

Júlio Ribeiro (1881) também comentou os ditongos em língua portuguesa. Ele elencou 22 ditongos, entre orais e nasais, e informou a representação gráfica que cada um deles tinha, conforme quadro sintético elaborado, nesta tese, com base em dados de sua gramática:

Quadro 3 - Representação dos ditongos: segunda metade séc. XIX

Ditongo	Representação gráfica	Exemplos
ae	*ae* e *ai*	pae, capitaes, aipo, balaio.
au	*au*	auto, pau.
ea	*ea*	láctea, nívea.
ei	*ei*	lei
éi	*éi*	papéis
eo	*eo*	lácteo
éo	*éo*	chapéo
eu	*eu*	meu
ia	*ia*	glória
ie	*ie*	série
io	*io*	rosário
iu	*iu* na 3ª pessoa do singular da 2ª e da 3ª conjugação	feriu, viu
óe	*óe* ou *oy*	Heróe, Niteroy
ôi	*oi*	boi
ou	*ou*	couro
ua	*ua*	água
ue	*ue*	lingueta
ui	*ui*, *uy*	
uo	*uo*	árduo
ãe	*ãe*	mãe
ão	*am* quando sobre ele não caia o acento tônico;	bençam
	ão quando sobre ele caia o acento tônico	amarão
õe	*õe*, na maioria, mas *õem* na 3ª pessoal do plural do presente do indicativo dos verbos em or.	põem.

Fonte: RIBEIRO, 1881, p. 45-48.

O gramático também fez comentários relativos a alguns ditongos. Em relação ao ditongo "-au", afirmou que alguns autores prescreviam a representação gráfica dele por *ao*, em certos casos (RIBEIRO, 1881).

Em relação ao ditongo *iu*, criticava outros estudiosos que prescreviam a grafia dele como *io* (RIBEIRO, 1881).

Em relação ao ditongo *ou*, admitia a variante *oi* como em *coiro* (RIBEIRO, 1881).

Em relação ao ditongo *ua*, criticava alguns escritores que ainda escreviam *oa*, como *agoa*, o que, para ele, não era etimológico (RIBEIRO, 1881).

Em relação ao ditongo *ãe* faz o seguinte comentário: "Os portuguezes pronunciam em final como diphthongo ãe: vem dahi a rima tão extranha aos ouvidos brazileiros, de mãe com ninguem, tambem, etc.; (RIBEIRO, 1881, p. 48). E apresenta os seguintes versos como exemplo: "Triste de quem der um ai; Sem achar ekho em ninguem! / Felizes os que têm pae, / Mimosos os que tem mãe!" (TOMÁS RIBEIRO *apud* RIBEIRO, 1881, p. 48).

Como é possível perceber, ele admite mais ditongos do que Barbosa (1881) e é mais prescritivo em relação à grafia de alguns deles.

Essa proliferação de ditongos na língua portuguesa relaciona-se com o intercâmbio entre estes e os hiatos no decorrer da história da língua. Teyssier (1990, p. 11) analisa a evolução fonética do português de seus primórdios até o século XX. Ele afirma que houve uma tendência à eliminação dos encontros vocálicos que se formaram no galego-português. Para eliminar esses encontros, a língua desenvolveu alguns mecanismos: 1) introdução de uma consoante entre duas vogais como no caso das sequências *-ĩ –o* e *-ĩ-a*, que se tornaram *–inho* e *inha*; 2) contração de duas vogais em uma só como em *lãa > lã*; 3) contração de duas vogais orais em um ditongo oral como *a-e* "[...] ex.: *sina-es > sinaes >sinais*"; [...] *ce-o >ceo*, hoje *céu* (TEYSSIER, 1990, p. 38). Sendo assim, o quadro dos ditongos passou a ser:

Quadro 04– Ditongos orais

Timbre final -i:		Timbre final -u:	
	Ui	Iu	
ẹi	ọi	ẹu	ọu
*Ẹ*i	ǫi	Ęu	
Ai		au	

Fonte: Teyssier, 1990, p. 38.

Além desses, comenta a contração de uma vogal nasal e de uma oral em ditongo nasal e exemplifica com *mã-o >mão* e os encontros vocálicos provindos da queda de *–d-* nas desinências verbais da segunda pessoa do plural: *vendedes > vende-es > vendees > vendeis*.

Ainda segundo Teyssier (1990), essas evoluções fonéticas já estavam concluídas por volta de 1500. Mas em relação aos hiatos *e-o, e-a*, afirma que foram suprimidos pelo aparecimento de um iode, donde *–eio, eia*; ex.: *cheo > cheio*, *cre-o >creio*; *candea > candeia*. Estas formas apareceram esporadicamente na escrita desde o século XVI, mas só predominaram definitivamente na língua escrita no século XIX. Dessa afirmativa inferiu-se que a dissolução desses hiatos ocorreu nesse intervalo de tempo, não sendo possível precisar quando, embora seja importante frisar que no português contemporâneo ainda sobrevivem alguns hiatos como em *lua* e em *boa* (TEYSSIER, 1990).

Em relação à evolução do ditongo [ew], há pesquisadores, como Celso Cunha (2004), que apresentam posição diferente da de Teyssier (1990). Segundo Cunha (2004), havia no português arcaico cinco grupos do ditongo "eu". São eles:

1. *Deus*, *deu* (3ª pessoa do singular do pretérito perfeito de *dar*), *ebreu(s)*, *encreu(s)*, *eu*, *fariseu(s)*, *galileu(s)*, *judeu(s)*, *romeu(s)*, *meu(s)*, *teu(s)* e *seu(s)*, que possuíam o ditongo [ɛw], com *e* aberto de acordo com a etimologia; neste grupo incluíam-se também o provençalismo *greu* e os antropônimos *Andreu*, *Galisteu*, *Macabeu(s)* e *Mateus*;
2. a 3ª pessoa do singular do pretérito perfeito dos verbos da 2ª conjugação (tipo *morreu*) e a palavra *sandeu*, que apresentavam o ditongo [ew];
3. palavras como *ceo* e *veo*, dissílabas, em que a primeira vogal do hiato era aberta [ɛ:o];
4. palavras como *baraceo*, *candeo*, *creo*, *feo* e *esteo*, em que a primeira vogal do hiato era fechada [e:o];
5. palavras como *cheo*, *seo*, e *veo*, dissílabas, e, a crer na grafia dos manuscritos, coexistiam com as formas nasalizadas.

Segundo Cunha (2004, p. 151), a partir de meados do século seguinte [XVII] ou, mais precisamente, com base em textos de D. Francisco Manuel de Melo, cujas *Obras métricas* foram publicadas em 1665, as palavras dos três primeiros grupos passaram a identificar-se pela rima, o que prova que o segundo elemento do ditongo já se tornara um [w]. As palavras do quarto e do quinto grupos, que desde o século XV identificavam-se foneticamente – não só pela natureza das vogais, mas por admitirem entre estas o desenvolvimento de um [y] –, sofreram, no século XIX, na região de Lisboa, uma evolução de [eyu] em [ayu], não marcada na escrita.

Como se vê, pelo exposto, a grafia desses encontros é um assunto controverso na língua portuguesa. Marquilhas (1991) comenta que a discussão relativa a isso, principalmente a respeito dos ditongos orais, remonta ao século XVI.

Na novela, a grafia dos encontros vocálicos também apresentou muita variação. Para melhor visualização, as ocorrências foram registradas em um quadro em que foram agrupados em orais e em nasais e colocou-se, no mínimo, duas abonações de cada um, quando encontradas. Como modelo, utilizou-se a proposta de Ribeiro (1881), que não foi seguida à risca:

Quadro 5 - Representação gráfica dos ditongos e dos hiatos na novela

DITONGOS ORAIS	
Ocorrências	**Abonações**
ae / ai	Sociaes (SZ, p. X); "taes" (SZ, p. X), "originaes" (SZ, p. XIII), "quaes" (SZ, p. XII), "cauzaes" (SZ, p. XIII), "debaixo" (SZ, p. XI), "vaidade" (SZ, p. XVII), "Pay" (SZ, p. 7), "May" (SZ, p. 7),;
au	"authorizado" (SZ, p. XI); "Authores" (SZ, p. XII);
ei	"primeira" (SZ, p. 12); "Direitos" (SZ, p. X); "procurei" (SZ, p. XVIII); "crueis" (SZ, p. 17), "cheios" (SZ, p. XXVI), "cheia" (p. 10),"peior" (SZ, p. 18);
eo	"desenvolveo" (SZ, p. XIII); "pareceo-me" (SZ, p. XVI); "veo" (SZ, p. XVII); "deo" (SZ, p. 52), "appareceo" (SZ, p. 17), "encheo' (SZ, p. 36); "Deos" (SZ, p. 4), succedeo (p. 5);
eu	"seu" (SZ, p. IX), "deu" (SZ, p. 15), "eu" (SZ, p. XIX), "teu" (SZ, p. 9), "meu" (SZ, p. 10), "Europa" (SZ, p. XII);
ia	"circunstancias" (SZ, p. X); "Dedicatoria" (SZ, p. XX);
ie	"especie" (SZ, p. 10);
io	"vio" (SZ, p. 27), (pressentio "SZ, p. 1), "fugio" (SZ, p. 6) "abrio" (SZ, p. 48);
oe	"Heroes" (SZ, p. XIV);
oi	"coiza" (SZ, p. 39), "foi" (SZ, p. 42), "oiro" (SZ, p. XVI), 'heroico" (SZ, p. 16), "depois" (SZ, p. IX);
ou	"cousa" (SZ, p. X), "couza" (SZ, p. XX), "ouse" (SZ, p. X);
ua	"linguas" (SZ, p. XIV), "linguagem" (SZ, p. 13);
ue	"questões" (SZ, p. 27);
ui	"fui" (SZ, p. XVI), "cuidados" (SZ, p. 2);
uo	"indivíduos" (SZ, p. 26), "vácuo" (SZ, p. 53).
DITONGOS NASAIS	
ãe	"Vestães" (SZ, p. 8).
ão	"presumpção" (SZ, p. IX), "Revolução" (SZ, p. IX), "erão" (SZ, p. 34), "restão" (SZ, p.34), prevalecerão (SZ, p. 16), "entretinhão" (SZ, p. IX),;
am (ãu)	"Cortesaons" (SZ, p. XVII);
em (ẽi)	"tambem" (SZ, p. IX), "Reino" (SZ, p. 4);
oen (õe)	"Constituiçoens" (SZ, p. IX), "expressoens" (SZ, p. 9), "ficçoens" (SZ, p. XVIII), reflexoens (SZ, p. XVIII), "acções' (SZ, p. 18).
HIATOS	
ãa	"sãa" (SZ, p. 48).
ea	"idea"(SZ, p. XVI); "Assemblea" (SZ, p. XIX), "chea" (p.32).
ia	"pedanteria" (SZ, p. XXI).
ie	"variedade" (SZ, p. XXVI)), "arbitrariedade" (SZ, p. 27).
uo	"virtuoso" (SZ, p. 100, "tortuosa" (SZ, p. 12).

Fonte: dados desta pesquisa.

Como afirmado anteriormente e é perceptível nesse quadro, a representação dos ditongos e dos hiatos apresentou variação na novela. Por exemplo, o plural de adjetivos terminado em "-al" ora foi grafado com "-ais" ora com "-aes": "Sociaes" (SZ, p. IX) e "Fundamentais" (SZ, p. 41). Mas é importante ressaltar que o plural com "-ais" apresentou apenas uma ocorrência, todas as demais nesse contexto foram grafadas com "-aes" como em "moraes" e "especiaes" (SZ, p. 50).

O ditongo “au” apresentou variação, mas em contextos específicos: quando em início ou meio de sílaba, foi categoricamente grafado “au”, mas em fim de palavra foi categoricamente grafado “ao”: “appl*au*so” (SZ, p. 35 –grifo nosso) e “m*ao*s” (SZ, p. 30, grifo nosso). Nesse caso, os dados indicam que Lucas José d’Alvarenga seguia a norma que Júlio Ribeiro comentou: “Alguns mestres da lingua mandam escrever sempre por ao este diphthongo quando é final de syllaba [...]” (RIBEIRO, 1881, p. 46).

O hiato “ãa” aparece apenas uma vez: “sãa”. Trata-se de um arcaísmo, como é possível depreender da seguinte afirmativa de Hauy (2008, p. 58): “[a] síncope das consoantes sonoras intervocálicas (*l, n, b, d, g, v*) provocava, na primeira fase [do português arcaico], hiato; na segunda fase, quando as duas vogais eram iguais, dava-se a crase [...]”. Mattos e Silva (2006, p. 64) também afirma que “a regra de crase ou de fusão de vogais idênticas” atuou ao longo do período arcaico no fenômeno fonético da síncope de consoantes sonoras intervocálicas, do latim para o português. De acordo com Cunha (1997, p. 703), “‘são’, que é o masculino de ‘sã’, vem do latim *sānus -a –um*. Nota-se, neste caso, a presença da intervocálica ‘-n-’”. Há registros do feminino *sã* e *sãa* já no século XIII (CUNHA, 1997).

O hiato “ea”, chamado de ditongo por Ribeiro (1881), aparece de forma quase categórica, excetuando-se as seguintes ocorrências: “cheia” (SZ, p. 10) e “meia”(SZ, p. 28), casos em que a base do ditongo é um “-e-” fechado. É interessante notar que a palavra “creia” foi grafada “creya” na novela, mas na Errata o autor corrigiu para “crea”. Em relação à palavra “cheia”, ela apresentou variação: “chea” e “cheia”, conforme consta no Quadro 04.

Em relação aos ditongos grafados “ei’, há registro de uma forma hoje considerada arcaica: “peior”. Segundo Machado (1987), além dessa forma, havia outra -“peor”, e ambas já existiam no século XIII, sendo que “peior” ainda era registrada no século XV. Mas no século XVI já havia registros da forma atual “pior”, que concorria com “peor”: “*Pior* já se escrevia no mesmo séc. XVI [...]” (MACHADO, 1987, p. 370). Porém no século XIX há registros dessas duas formas - “peor” e “peior”. No romance *O holocausto*, de Pedro Américo, cuja primeira edição é de 1882, só há registro da forma “peor”, conforme o seguinte excerto: “[...] o que era *peor*, soffrer as consequencias de semelhante temeridades [...] (MELO, 1882, p. 14, grifo nosso). No romance *Fantina*, de Badaró, cuja edição consultada é de 1881 também só se encontrou a forma “peor”. No estudo sobre a poesia popular brasileira, feito por Sílvio romero, em edição datada de 1888, só há registro da forma “peior”, como no seguinte excerto “o que por certo seria ainda *peior* [...]” (ROMERO, 1888, p. 57, grifo nosso). Além disso, encontrou-se ocorrência dessa forma hoje antiga em um texto do século XX: “[...] o doente ia de mal a peior” (SILVEIRA, 1937, p. 85). Na novela de Lucas José d’Alvarenga também só

há registro da forma “peior”. Isso indica que no século XIX as três formas coexistiam: “peior”, “peor” e “pior”.

Em relação aos ditongos representados por “eo” e “eu”, verificou-se que não foi usado acento para marcar a diferença entre abertura e fechamento das vogais [ɛ] e [e]. Os pronomes átonos foram categoricamente grafados com “eu”, e o ditongo da terceira pessoa do singular do pretérito perfeito do indicativo dos verbos da segunda conjugação foi grafado com “eo”. Já o verbo “dar”, que é da primeira conjugação, apresentou oscilação: “deo” e “deu”.

Os ditongos representados por “io” e “eo” apresentaram apenas uma ocorrência cada um deles, lembrando que, no caso de “-io”, a forma verbal “vio” apareceu mais de uma vez.

O ditongo “oi” apareceu em palavras como “oiro”, hoje pronunciada e grafada com “ou”. Essa oscilação “ou” / “oi” já havia sido notada pelos gramáticos e teóricos estudados nesta pesquisa. Na própria novela há oscilação: algumas vezes aparece “cousa”, outras “coisa”.

Os demais ditongos orais não apresentaram ocorrências que difiram do uso atual.

Em relação aos ditongos nasais, não serão mais comentados, visto que a representação desses ditongos foi analisada no capítulo destinado aos diacríticos.

Pelo exposto, verificou-se que há certas oscilações na grafia dos ditongos e pressupõe-se que talvez essas oscilações indiquem interferência da língua oral na escrita. Como exemplos, podem-se citar as oscilações entre “couza” e “coiza”, etc.

Mas junto a essas oscilações, identificaram-se algumas regularidades como a grafia “ao” dos ditongos [aʊ̯] em final de palavra.

Em relação à inserção do iode para desfazer os hiatos “ea” e “eo”, tanto Teyssier (1990) quanto Cunha afirmam que ocorreu entre os séculos XVI e XIX, sendo que, para Celso Cunha (2004), essa inserção do iode já se havia consolidado no século XVII. Essas informações são extremamente relevantes para esta pesquisa, visto que se editou um texto publicado no início do século XIX e escrito por um autor que nasceu no século XVIII. Embora Teyssier (1990) afirme que essa mudança fonética ocorreu entre os séculos XVI e XIX, optou-se por atualizar as variações gráficas da representação desses hiatos e ditongos, visto que, se a mudança fonética já ocorrera, a grafia deve ter permanecido por inércia.

Além disso, a posição de Jerónimo Barbosa (1822) sobre a grafia dos ditongos na língua portuguesa também é outro argumento a favor da atualização da grafia dos ditongos na novela. Ele afirma que era indiferente a escrita de muitos ditongos porque o som era ambíguo, não se conseguia definir bem o som da atualmente chamada semivogal subjuntiva. Será mantida somente a variação [ow] e [oy], presente em palavras como “coisa” e “cousa”, visto

que são variantes de uma mesma palavra, e é esta uma oscilação presente até hoje em outras palavras da língua, como em “louro” e “loiro”.

2.1.2.3 Redução de ditongos

A redução de ditongos na língua portuguesa não é um fato novo. Spina (2011), por exemplo, afirma que a redução dos ditongos em geral é uma das características do século XVII. Cunha e Cintra (2001) explicam que no século XVIII o ditongo [ow] já havia se monotongado em Portugal, assim como está monotongado na pronúncia brasileira na atualidade. Entretanto afirmam que ele se mantém vivo até hoje em falares regionais do Norte português e no galego.

Teyssier (1990) também analisa a monotongação de *ou* em [*o*]. Segundo ele, essa monotongação começou provavelmente a manifestar-se no século XVII, mas o ditongo ainda continua vivo no norte de Portugal. Além disso, comenta que em algumas palavras o *ou* foi substituído por *oi*.

Barbosa (1822) sequer reconhecia o ditongo *ou*. Para ele, esse ditongo já havia monotongado na língua portuguesa e não havia diferença entre *osso* e *ouço* (BARBOSA, 1822, p. 17) e entre *louvar* e *lovar* (BARBOSA, 1822, p. 78). Mas ao se confrontar as informações de Barbosa com as de Teyssier e de Cunha e Cintra, percebe-se que, quando Barbosa (1822) afirmava que esse ditongo já havia se monotongado, ele se referia apenas à norma linguística da região sul de Portugal, visto que no Norte até hoje ainda há esse ditongo.

Entretanto Barbosa condena outros tipos de monotongação. Ele critica, por exemplo, os brasileiros, alegando que eles pronunciavam *pixão* no lugar de *paixão*: “[...] e os Brazileiros tambem subtrahem ao Diphthongo *ai* a prepositiva dizendo Pixão em lugar de *Paixão*” (BARBOSA, 1822, p. 53). Inicialmente, pensou-se que se tratava de um erro tipográfico, visto que o que ocorreu foi a seguinte redução [ay] > [a]. Porém, posteriormente, ao se ler outro texto do século XIX, percebeu-se que o mais provável é que Barbosa estivesse falando não de “paixão”, mas de “peixão”, o que torna bem mais aceitável a redução para “pixão”, visto que é comum, em algumas regiões do Brasil, a monotongação do ditongo [ey] em [e]. E também é muito comum, em algumas regiões brasileiras, o alçamento da vogal [e] em sílaba pretônica. Veja-se o excerto do texto que provocou esta hipótese:

> Em Portugal, porém, *ãi* é muito usado; pois, como vimos, substituiu na pronuncia a voz nasal *em*. Porisso, existe lá um sofrível sortimento de rimas para *mãi*. Ex.:
>
> Ella é doce como é doce
> O mele que o favo *tãi*;
> Ella é casta como é casto
> O bâijo de minha *mãi*.
>
> O ditongo *ei* é pronunciado em Portugal quasi como pronunciamos no Brazil o ditongo precedente; isto é, sôa como *âi*. Assim dizem *lâite, pâito, bâijo, sâi*, como tambem *pâixão, pâixinho, ribâirão*, em logar de *leite, peito, beijo, sei peixão, peixinho, ribeirão* (ROMERO, 1888, p. 326 - grifos do autor).

Barbosa (1822) também critica os Minhotos por trocarem o *ão* em *om*, *sujeiçom*, *razom*, *amarom*, *fizerom* em lugar de *sujeição*, *razão*, *amaram*, *fizeram* (BARBOSA, 1822, p. 52). Mas não são apenas essas variantes as criticadas, o gramático critica a troca do *ou* por *oi* na fala de Beira: *cóive*, *oivir* em lugar de *couve* e de *ouvir*; *ai agua*, *hay alma* no lugar de *a água* e de *há alma*; *fruita* no lugar de *fruta*, dentre outros (BARBOSA, 1822, p. 53).

Como se vê, pelo exposto, o critério para aceitar ou não determinadas monotongações foi o regional e o social: as monotongações da região de Lisboa (Corte) foram aceitas como legítimas, as das outras regiões não.

Transcreveram-se esses exemplos para mostrar que, embora as gramáticas tratem de uma determinada norma em determinada época, a língua apresenta também variação diatópica, e é necessário que se leve esse fato em consideração na hora de se decidir pela uniformização ou não de determinado aspecto gráfico.

Outro fato importante que se registra é o da redução do ditongo [ay]: "baxou" (SZ, p.15). Spina (2011, p. 293) considera a redução dos ditongos já um arcaísmo no século XVI e aponta como frequente na língua dos escritores desta época: "*embaxador, debaxo, baxo, bejar, otono, contino*". Na verdade, como essas variantes ainda permanecem no português informal atual e, também, em outras variedades brasileiras, será que podem ser chamadas de arcaísmos ou seriam formas que variam e variaram em vários períodos da língua? O próprio Spina (2011, p. 290) tinha ciência disso ao afirmar que "nem sempre é fácil distinguir uma forma arcaica de uma forma popular, uma vez que aquela é forma em desuso no seu tempo e esta é forma antiga mas ainda vivaz [...]". O fato é que a redução de ditongos ainda permanece na língua. Amaral (1920), por exemplo, registrou diversas reduções de ditongos em seu *Dialeto capira*:

> [...] 13. **ai** (dit.) – Antes da palatal *x*, reduz-se à prepositiva: *baxo, baxêro, faxa, caxa, paxão*.
>
> Dois exemplos de mudança em *éi*: *téipa, réiva*.
>
> 14. **ei** (dit.) – Reduz-se a *ê* quando seguido de *r, s* ou *j*: *isquêro, arquêre, chêro, pêxe, dêxe, quêjo, bêjo, berada*.
>
> Nos vocábulos em que é seguido de *o* ou *a*, como c e i o, v e i a, tambem aparece às vezes representado por *ê*: *chêo, vêa*, cê. Cp. a evolução destas palavras no português: cheio < chêo <che^{n}o< *cheno < plenu(m); veia < vêa < ve^{n}a etc.
>
> 15. **ou** [...] - a) Acentuado ou não, contrai-se o primeiro em *ô*: *pôco, tôro, locura, rôpa* [...] (AMARAL, 1920, p. 25).

Sendo assim, optou-se por manter as formas reduzidas dos ditongos que ocorrem no texto.

2.1.3 A representação das consoantes

Em primeiro lugar será analisada a consoante "h" em meio de palavra. Embora ela não represente som em português, exceto quando faz parte dos dígrafos nh e do lh, quando apareceu em meio de sílaba, junto à consoante "n" e a uma vogal, houve dúvida em atualizar ou não: "bonhomia" (SZ, p. XXIV) e "inhabeis" (SZ, p. 21). Sobre este fenômeno e outros correlatos, Melo (1975, p. 229-230), no capítulo dedicado à ortografia, em seu livro sobre filologia e linguística portuguesa, afirma: "Basta notar que algumas pessoas pronunciam naiscer, porque (dizem elas) a palavra se escreve com sc, como se a pronuncia dependesse da escrita; basta observar que não poucos pronunciam *bemaventurado*, em vez de *bem-aventurado, anhelo*, em vez de *anelo, inhumano*, em vez de *inumano* [...]".

Em relação a "bonhomia", entendeu-se que a grafia foi próxima à do francês, de onde veio ao português: "**bonomia** 1858. Do fr. *bonhomie*" (CUNHA, 1997, p. 117). Em relação a essa informação, retirada do *Dicionário etimológico* de Antônio Geraldo da Cunha, verificou-se que é necessário retrodatar a palavra, visto que a novela foi publicada em 1826 e o lexicógrafo registra a entrada dela na língua em 1858, na sexta edição do dicionário de Antônio Morais e Silva. Supõe-se que a grafia afrancesada seja devido a isso, ou seja, à recente entrada da palavra no léxico do português. Sendo assim, optou-se por atualizar a grafia.

Em relação a "inhabeis", entendeu-se que foi mantido o "h" da palavra "hábil" na composta com o prefixo "in". Entende-se isso como mero fato gráfico, já que o "h" de hábil nunca foi pronunciado. Por isso, decidiu-se atualizar a grafia desta palavra.

Em segundo lugar, analisou-se o emprego das letras "j/g". A grafia foi atualizada, visto que, segundo Houaiss (1967), essa variação não representa fato linguístico.

Em terceiro lugar, será analisada a representação da palatal /λ/: algumas vezes, palavras hoje, na língua culta, com consoante palatal menos anterior, foram grafadas sem a representação gráfica correspondente dessa consoante na novela, como em "[...] mulheres, que os *humiliam*" (SZ, p. 19, grifo nosso) . Neste caso, o dígrafo "-lh-" foi trocado por "-li-. Esse mesmo fato também ocorre em uma oração fúnebre de Frei Francisco de São Carlos, proferida e publicada no início do século XIX: "[...] que havia baixado de huma infinidade de gloria para huma infinidade de *humiliações* [...]" (SÃO CARLOS, 1816, p. 13, grifo nosso).

Para Barbosa (1822, p. 52), a representação da consoante palatal menos anterior [λ] pela mais anterior [l] era um erro praticado pelos rústicos: "Tambem mudão frequentemente em *lhe*, *lhes* a palatal forte na sua liquida L dizendo: *Le disse*, *Les disse* em lugar de *Lhe disse*, *lhes disse*". Por ser marca da língua oral, foi respeitada a grafia do texto-base.

Em quarto lugar, será analisada a representação gráfica das consoantes sibilantes. Nesse caso, há dois contextos de ocorrência: em fim de sílaba tipo CVC (consoante-vogal-consoante) ou VC (vogal-consoante) e em início de sílaba CV (consoante-vogal). Veja-se o primeiro caso.

No primeiro contexto – fim de sílaba - entende-se que havia oscilação na pronúncia do /s/ implosivo, ou seja, "em posição final de sílaba" (TEYSSIER, 1990, p. 48), como na palavra "costa", por exemplo. Segundo Teyssier (1990, p. 65), os brasileiros foram criticados por Barbosa por não chiarem "os *–s* implosivos (*mistério*, *fasto*, *livros novos*)", como é perceptível no seguinte trecho retirado da gramática de Barbosa: "Os Brazileiros pronuncião como Z o S liquido quando se acha sem voz diante, ou no meio, ou no fim do vocabulo, dizendo: *Mizterio, Fazto, Livroz novoz*, em vez de *Misterio, Fasto, Livros novos"* (BARBOSA, 1822, p. 52). Entende-se que o /s/ "sem voz" é o surdo.[9]

Em relação às chiantes, Barbosa (1822, p. 9), afirmava que o "s" representava consoante "chiante" quando diante de outra consoante, mas quando estava diante de vogal, representava consoante sibilante. Entende-se que era chiante em palavras como "crescer" e sibilante em palavras como "selo". Sendo assim, segundo esse gramático, as consoantes chiantes "[...] fazem huma especie de *Chio*, chamadas por isso Chiantes; [...] S (quando não tem vogal diante), como em *Sciencia* [...]. O differente som do S *Chiante*, em que não tem vogal diante, do S *Sibilante*, quando a tem, se sente claramente nas palavras *Sciencia* e *Nascer* [...]", visto que o "s" que precede as sílabas "ci" e "ce" não se confunde com elas.

[9] Modernamente, Mattoso Câmara (1956) define o termo voz como um som ou conjunto de sons emitido pelo aparelho fonador, sendo que, às vezes, pode-se restringir apenas aos sons sonoros, ou seja, no sentido estrito,

Para Teyssier (1990), a sibilante em fim de sílaba é um fenômeno inovador no português brasileiro, já notado desde o século XVIII:

> [n]a maior parte do Brasil, os *-s* e os *-z* implosivos são sibilantes, realizados como [s] em final absoluto (*atrás, uma vez*) ou diante de consoante surda (*vista, faz frio*), e como [z] diante de consoante sonora (*mesmo, atrás dele*). Mas no Rio de Janeiro e em toda a zona dita carioca, assim como em diversos pontos do litoral, encontram-se [š] e [ž] chiados, nas mesmas condições que em Portugal. O chiar carioca é, talvez, um efeito da "relusitanização" do Rio de Janeiro, quando D. João VI aí instalou a sua capital em 1808. Há, pois, atualmente, duas pronúncias de *-s* e *-z* implosivos no Brasil: a pronúncia sibilante, largamente majoritária, e a pronúncia chiante, característica principalmente do Rio de Janeiro, e que goza do prestígio sociocultural da antiga capital federal (TEYSSIER, 1990, p. 69).

Na novela, o [s] implosivo foi representado ora com "s", ora com "x", ora com "z". Muitas vezes, essa representação está de acordo com a norma ortográfica do século XXI, outras vezes não, como demonstram as seguintes abonações, sendo que os grifos são nossos:

1) s: "Zoroa*s*tes" (SZ, p. 2), "idea*s*" (SZ, p. XXV), "couza*s*" (SZ, p. 2), de*s*ceo" (SZ, p. 44), "paize*s*" (SZ, p. 2), "de*s*comedidamente" (SZ, p. 13), "me*s*mo" (SZ, p. 17);

2) x: "e*x*puz" (SZ, p. XVI), "e*x*quisito" (SZ, p. 13), "e*x*cluzão" (SZ, p. 16), "e*x*pressão" (SZ, p. XV), "de*x*teridade" (SZ, p. XVII);

3) z "expuz" (SZ, p. XVI), "propôz" (SZ, p. XXIII), "gentiz" (SZ, p. 2), "Paiz" (SZ, p. 5), "supuz" (SZ, p. 6), "pôz" (SZ, p. 32), "quiz" (SZ, p. 46),"faz" (SZ, p. X), "Fez" (SZ, p. 15), "voz" (SZ, p. X), "talvez" (SZ, p. XIX).

A representação do [s] implosivo em fim de palavra apresenta variação no emprego do "s" e do "z", como em "propôz" (SZ, p. XXIII), "Paíz" (SZ, p. 4), "depois" (SZ, p. X). Percebe-se, também, que o uso do "z" em fim de palavra foi mais recorrente nos verbos que nas demais classes de palavras. Em resumo, o /s/ implosivo tanto podia ser pronunciado [s] ou [z] ou [ʃ].

Embora houvesse variação na pronúncia, supõe-se que essa variação não se refletisse na escrita, visto que há uma assistematicidade nessa variação, ou seja, no mesmo contexto usa-se mais de um tipo de letra para representar o som do /s/. Por isso decidiu-se atualizar a grafia dessas consoantes. Esse critério adotado, nesta pesquisa, é baseado, também na posição de Houaiss (1967). Ele afirma que o emprego do "s" e do "z", o emprego do "ss", do "c" e do "ç", entre outros, deve ser simplificado de acordo com o sistema vigente.

---

vozes são os sons em que há vibração de cordas vocais – sons sonoros; e "s" sem voz é o "s" surdo, que, na escrita, opõe-se ao "z".

No segundo contexto – início de sílaba - é importante destacar que houve um rearranjo no sistema na passagem do português arcaico para o moderno. No português arcaico ou galego-português, existiam 04 sibilantes, como demonstram esses dados apresentados por Teyssier (1990, p. 26):

1) /ts/ = Ex. cen
2) /s/ = sen
3) /dz/ = cozer
4) /z/ = coser.

Como é possível perceber, havia um par de africadas – uma surda e uma sonora: /ts/ e /dz/, bem diferentes de /s/ e /z/. E, segundo Teyssier (1990, p. 45),

> [a] existência dessas quatro unidades distintivas no português do início do século XVI não sofre dúvida. As grafias são sempre muito coerentes: encontram-se somente ç ou c em *paço, moça, parecer*; só z em *cozer, rezão, vezes, vazio*; somente -ss- em *passo, disse, nosso, passar*; somente -s- em *coser, quiseste, casar, rosa*.

Porém, com o passar do tempo, por volta de 1500, "as duas africadas /ts/ e /dz/ tinham perdido o seu elemento oclusivo inicial, mas a oposição entre os dois pares de fonemas continuava a manter-se, porque o seu ponto de articulação não era o mesmo" (TEYSSIER, 1990, p. 44). Sendo assim, a oposição passou a ser entre a surda pré-dorsodental /s/ e a surda ápico-alveolar /ś/ e entre a sonora pré-dorsodental /z/ e a sonora ápico-alveolar /ź/ (TEYSSIER, 1990). É importante lembrar que a as "duas pré-dorsodentais eram pronunciadas com a ponta da língua virada para baixo, e a parte anterior do seu dorso próxima dos dentes de cima [...]. As duas ápico-alveolares eram pronunciadas com a ponta da língua próxima dos alvéolos" (TEYSSIER, 1990, p. 44).

Ainda de acordo com esse pesquisador, o português comum dos anos 1500 possuía dois fonemas: um surdo e um sonoro. Entretanto, em meados do século XVI, confusões começaram a aparecer nos textos em relação à representação dessas consoantes. E no final do século XVI,

> [o] português comum reduziu a dois os quatro fonemas, e essa redução fez-se em favor das pré-dorsodentais, idênticas às do francês. Tem-se doravante os dois fonemas seguintes: – Uma pré-dorsodental *surda* /s/; ex.: *paço* e *passo* confundidos. – Uma pré-dorsodental *sonora* /z/; ex.: *cozer* e *coser* confundidos (TEYSSIER, 1990, p. 45).

Ainda segundo Teyssier (1990), a língua escrita esforçou-se por manter a escrita antiga, mas acabaram ocorrendo muitas incongruências por não haver mais, na fala, a diferença fonêmica.

Na novela, a representação dessas consoantes diverge, em alguns casos, da norma atual, ou seja, do século XXI, conforme demonstram as seguintes abonações:

A) *representando o fonema /s/:*

1) ç: "pertenção" (SZ, p. XX), "pertenções" (SZ, p. 19, p. 20);

2) c: "anciosamente" (SZ, p. 36), "socego" (SZ, p. XIX, p. 57 – 2 oc.);

3) s: "dezesete" (SZ, p. 2), "presentir" (SZ, p. 22 2 oc.);

4) sc: "scena" (SZ, p. XI); "Sceptro" (SZ, p. 17); "Sciência" (SZ, p. X); "sciências" (SZ, p. IX);

B) *representando o fonema /z/:*

1) s: "amisade" (SZ, p. 53), "apasiguou" (SZ, p. XVIII), "aprasíveis" (SZ, p. 3), "civilisação" (SZ, p. XXV), "rasão" (SZ, p. XVII, p. 49 – 3 oc., p. 50 – 2 oc., p. 57, p. 58), "visinha" (SZ, p. 11), "visinho" (SZ, p. 11);

2) z: "abrazava" (SZ, p. 10), "acazo" (SZ, p. 43), "amoroza" (SZ, p. 40), "Apezar" (SZ, p. 4 – 2 oc., p. 11, p. 15, p. 27, p. 31, p. 39, p. 53, p. 57), "aprezenta" (SZ, p. 22), "aprezentar" (SZ, p. 30), "aprezentou" (SZ, p. 28), "auzência" (SZ, p. 45), "auzentou" (SZ, p. 39), "Avizos" (SZ, p. 42), "baze" (SZ, p. XIX), "cauza" (SZ, p. XXIV – 2 oc., p. 22, p. 25, p. 46 – 2 oc.), "cauzaes" (SZ, p. XIV), "cauzou" (SZ, p. 8), "cazar" (SZ, p. 41), "caze" (SZ, p. 41), "cazo" (SZ, p. XIII, p. XVIII, p. XXII, p. 7, p. 10, p. 13 -2 oc., p. 24, p. 27), "cazos" (SZ, p. 27, p. 43, p. 54), "coiza" (SZ, p. 39, p. 47), "coizas" (SZ, p. 25), "couza" (SZ, p. X, p. XX, p.7, p. 31), "couzas" (SZ, p. 2, p. 12, p. 15, p. 34), "cuidadoza" (SZ, p. 46), "Deoza"(SZ, p. 21 – 3 oc., p. 22 – 5 oc., p. 24 – 2 oc.), "Deozas" (SZ, p. 21 – 2 oc.), "Deozes" (SZ, p. 39), "despozou" (SZ, p. 2), "dezejava" (SZ, p. 38, p. 46), "dezejo" (SZ, p. 2, p. 43), "dezejos" (SZ, p. 40, p. 48), "emprezas" (SZ, p. 37), "escuza" (SZ, p. 5), "Espozo" (SZ, p. 2, p. 41, p. 42, p. 43, p. 44), "excluzão" (SZ, p. 16), "Franceza" (SZ, p. XIII), "Ingleza" (SZ, p. XIII, p. 57), "invazão" (SZ, p. 16), "irrezistível" (SZ, p. 35), "lizonjeei" (SZ, p. 41), "lizonjeira" (SZ, p. 19, p. 25), "lizonjeiramente" (SZ, p. 8), "lizonjeiro" (SZ, p. 32), "mezes" (SZ, p. 9, p. 27), "ocazião" (SZ, p. 9, p. 33, p. 40 – 2 oc., p. 42, p. 45), "ocaziões" (SZ, p. 40), "paízes" (SZ, p. 2, p. 54), "paralizar" (SZ, p. 23), "penoza" (SZ, p. XV), "pezada" (SZ, p. 48), "pezar" (SZ, p. 4, p. 32), "pezo" (SZ, p. 4, p. 28, p. 43), "pozera" (SZ, p. 35), "preciozo" (SZ, p. 17), "preciza" (SZ, p. XVII, p. 22), "precizão" (SZ, p. 24), "precizo" (SZ, p. XIX, p. XXII, p. 25),

“precizos” (SZ, p. XVIII), “prezença” (SZ, p. 38), “prezente” (SZ, p. 17), “Prezidente” (SZ, p. 31, p. 32 – 2 oc.), “Princeza” (SZ, p. 2, p. 4 – 3 oc., p. 5, p. 35 – 3 oc.), “quazi” (SZ, p. 38), “quizer” (SZ, p. XXIII), “quizera” (SZ, p. XXV), “quizeram” (SZ, p. 54), “quizesse” (SZ, p. 6, p. 10, p. 26), “reprezentar” (SZ, p. 39), “reprezentava” (SZ, p. 32), “rezolvi” (SZ, p. 36), “rigorozo” (SZ, p. 19), “surpreza” (SZ, p. 5, p. 37, p. 45, p. 57), “vantajoza” (SZ, p. 31).

Como é possível perceber, há oscilações na representação dos fonemas. É interessante notar que a representação do fonema /z/ ocorre, na maioria das vezes, através da letra “z”. Isso demonstra a forte influência da oralidade na escrita. Essa influência também é perceptível através da afirmação de dois estudiosos, um do século XVIII e outro do século XIX: “Todos dizem, que devemos escrever como pronunciamos; mas nenhum ensina como devemos pronunciar, para assim escrevermos” (FEIJÓ, 1734, p. 2) e “[...] a razão e a lógica dizem que, se a linguagem escripta é a representação da linguagem fallada, o modo de fallar não pode deixar de ser levado muito em conta ao escrever (LEÃO, 1878, p. 3 *apud* FELISBINO, 2013, p. 75).

Além disso, foi possível perceber que, algumas vezes, a mesma palavra é representada de maneira diferente como em “quazi” / “quasi”, “cousa” / “couza” e “irresistivel” / “irrezistivel”. Sendo assim, a oscilação gráfica confirma o rearranjo do sistema de sibilantes da língua portuguesa que, segundo Mattos e Silva (2006) começou no século XIII e se consolidou no dialeto padrão de Portugal nos fins do século XVI. Em Portugal, apenas “os dialetos rurais mais conservadores do norte e nordeste [..] mantêm até hoje o sistema arcaico de quatro sibilantes [...]” (MATTOS e SILVA, 2006, p. 90). Ainda segundo essa pesquisadora, no Brasil, o traço que também predominou foi o predorsal do dialeto padrão português. A predominância desse traço pode ser explicado pelo fato de que o português instalou-se

> [n]o Brasil em meados do século XVI, ou seja, numa data em que as primeiras evoluções [...] já se haviam realizado: [...] (como a) simplificação dos sistemas das sibilantes [...]. Em todos esses pontos a *koiné* brasileira generalizou a norma portuguesa do Centro-Sul, tendo eliminado as particularidades marcadas do Norte (TEYSSIER, 1990, p. 67).

Diante do exposto, não há motivo para não se atualizar as sibilantes em sílabas CV, visto que as variações são apenas gráficas, não evidenciam nenhuma variação diatópica, diastrática e/ou diacrônica da língua portuguesa no Brasil.

Em quinto lugar, será analisada, em muitas palavras da novela, a presença de consoantes hoje não articuladas no português brasileiro. Segundo Teyssier (1990), alguns

encontros consonantais foram oriundos do empréstimo de palavras eruditas do latim, que ocorreu principalmente nos séculos XV e XVI. Além disso, com o Renascimento, houve, também a tendência a uma grafia etimológica, para tornar a forma escrita de uma palavra mais próxima do latim. Muitos desses latinismos gráficos acabaram sendo adotados na língua e muitos deles influenciaram a fala, como *digno*, no lugar de *dino* (TEYSSIER, 1990, p. 60).

Na novela, encontraram-se os seguintes grupos consonantais:

1) **cc**: “succinta” (SZ, p. 5), “succedeo” (SZ, p. 5);
2) **cç**: “acção” (SZ, p. XVI), “instrucção” (SZ, p. XVI);
3) **ct**: “efectivamente” (SZ, p. XI), “objecto” (SZ, p. IX);
4) **gm**: “augmento” (SZ, p. 17), “augmentava” (SZ, p. 40);
5) **mn**: “Omnipotente” (SZ, p. 33), “solemnemente” (SZ, p. 7);
6) **pç**: “izempções” (SZ, p. 7), “Prezumpção” (SZ, p. IX);
7) **pt**: “assumpto” (SZ, p. XI), “escripto” (SZ, p. XI).

Como todas essas consoantes são de origem etimológica (CUNHA, 1997), decidiu-se mantê-las no texto. Além disso, muitos desses grupos consonantais apresentam variação na fala contemporânea, ou seja, ora são pronunciados, ora não. Como exemplo, pode-se citar a palavra “dicção’, que apresenta a variante “dição” (HOUAISS; VILLAR, 2009, p. 682). Ela aparece sem o grafo “c” no título do livro de José Oiticica: *Roteiros em fonética fisiológica técnica do verso e dição*. A palavra “coacto”, também, é dada como variante de “coato” (HOUAISS; VILLAR, 2009, p. 482).

Um caso polêmico, que envolveu essa questão dos grupos consonantais, foi a grafia “edótica” no título do livro *Introdução à edótica* de Segismundo Spina. Devido às críticas suscitadas pela escrita da palavra sem o “c”, o professor Spina escreveu um prefácio-resposta na segunda edição do livro. Ele justifica a grafia “edótica” por diversas razões, entre as quais, o fato de o primeiro registro da palavra na língua portuguesa ter sido feito dessa maneira. Spina (1994) também argumenta que as palavras do português constituídas pelo grupo consonantal velar + dental (*ct*, *gd*) “tende a perder a prepositiva do grupo: *teto* (por tecto), *fato* (por facto), *mitório* (por mictório), *dátilo* (por dáctilo), dialeto (por dialecto), *inseto* (por insecto), *amídala* (por amígdala) etc.” (SPINA, 1994, p. 14).

Um argumento a favor dessa manutenção é o fato de, algumas vezes, a escrita influenciar a fala, como explica Barreto (1954). De acordo com ele, o restabelecimento de letras com o pretexto de sugerir etimologias pode fazer “com que a escritura reaja sôbre a

linguagem falada, vindo a modificar-se a pronúncia segundo o modêlo da ortografia. p. ex. a grafia erudita *digno* fêz que se oiça o *g* dêste adjectivo que outrora se escrevia *dino*, ortografia conforme à pronúncia" (BARRETO, 1954, p. 241). Ele cita, também, o caso de *malino*, que ocorre em Camões, conforme a pronúncia vulgar (BARRETO, 1954).

Pelo exposto, percebe-se que há grande probabilidade de que tais grupos consonantais apresentassem, também, variação na pronúncia do século XIX.

Em sexto lugar, analisou-se a metátese do "r" no atual verbo "pretender" e no atual substantivo "pretensão:

> [...] longe de mim a *pertensão* de que os meus princípios se tenham, como infalíveis" (SZ, p. XX, grifo nosso).
> [...] acções, como a luz do Sol nos seus passos, *pertendem* com arrogância os homens, que isto seja privativo deles (SZ, p. 18, grifo nosso).
> Depois das luminosas ideias, cujo clarão desde o Oriente enche o Mundo inteiro, sem *pertensões* ainda agora, que a lembrança de seus Avós [...] (SZ, p. 18, grifo nosso).
> [...] os mais soberbos, ambiciosos e cheios de *pertensões* [...] (SZ, p. 20, grifo nosso).
> [...] que quanto mais se *pertende*, que [...] (SZ, p. 24, grifo nosso).

Embora muitos dicionários etimológicos da língua portuguesa registrem que o verbo pretender venha do latim "*praetēndo, is tēndi, tēntum* ou *tēnsum, ĕre 'estender diante, estender para diante, alongar, interpor, alegar, pretextar'*" (HOUAISS; VILLAR, 2009, p. 1548), seria surpreendente que a língua transformasse "pre-" em "per-", quando se sabe que a tendência ao longo de toda a história da língua é a de fazer o contrário. Foi Morais Silva (1813, v. 2) que chamou a atenção para esse engano. Ao se consultar o significado do verbo "pertender" no referido dicionário, é feita remissão ao substantivo "pertenção" e ao verbo "pretender". Segundo Morais Silva (1813, v. 2, p. 440), a ortografia "pertenção" é melhor ortagraficamente "que *pretender* (de *per*, e *tendere*, caminhar por); diverso de *prae*, e *tendere*, ir diante, e pretextar". O sentido latino de *praetender* é o de 'estender diante, pôr diante, interpor, alongar, interpor', ideias essas contrárias à de alcançar determinado objetivo. Todos esses sentidos apontam mais para a introdução de uma barreira ou de uma dificuldade entre quem pretende e sua pretensão. Já "*per*, e *tender*, caminhar por" (SILVA, 1813, v. 2, p. 440) aponta mais para uma ideia de ligação, não de interposição ou de algum obstáculo entre o pretendente e a coisa pretendida. Sendo assim, semanticamente, a proposta de Morais Silva está correta. E é sabido que a tendência na evolução da língua, conforme já dito, é a de transformar "per-" em "pre-", não o contrário. Pelo exposto, verifica-se que "pretender" e "pretensão" são formas metatéticas de "pertender" e "pertensão". Por isso e pelo fato de suas

presenças no texto apontarem para uma possível sobrevivência dessas formas na língua falada até aquela época, mantiveram-se essas formas no texto.

2.2 Aspectos morfossintáticos

2.2.1 Flexão de número – o plural do adjetivo "imbecil"

Em relação à flexão de número, registra-se a ocorrência do adjetivo "imbeceis": "Nós pois (continua ela) não deveremos sofrer, que esses homens *imbeceis*, cubertos de opróbrio, e que não se animaram a seguir o nosso exemplo, e a sorte das nossas Armas, [...]" (SZ, p. 16, grifo nosso). O plural hoje é "imbecis", por isso chamou a atenção o registro dessa forma. Resolveu-se, então, verificar como era a flexão desse adjetivo em gramáticas publicadas no século XIX.

Para Barbosa (1822, p. 137), os nomes terminados em –il formavam plural de duas maneiras, dependendo da sílaba tônica. Os nomes paroxítonos como "Agil, Docil, Esteril, Facil, Habil, Util, e seus compostos Difficil, Inhabil, Indocil, Inutil etc [...]" deveriam formar o plural retirando o –l e acrescentando um –eis: "*Ageis*, *Dóceis*, *Estéreis*, *Fáceis*, *Hábeis*, *Uteis*". Já os nomes oxítonos terminandos em –il deveriam formar o plural, mudando o –l por –s, para manter a mesma tonicidade da sílaba: "*Ardíl Ardís*, *Ceitíl Ceitís*, *Fuzíl Fuzís*, *Subtíl Subtís*" (BARBOSA, 1822, p. 137).

Ribeiro (1881, p. 86) também faz a mesma análise que Jerónimo Barbosa: "[...] por *il* (paroxytono) deixam caír o *l*, e inserem *e* antes de *i*, ex[emplo]: '*Fóssil, fosseis*'. [...] por *il* (oxytono) deixam sómente caír o *l*, ex[emplo]: '*Reptíl, reptís*'".

Pela prescrição desses dois gramáticos, o plural de "imbecil" deveria estar registrado como "imbecis", supondo-se que a pronúncia, na época, fosse tônica, ou seja, que a palavra fosse pronunciada como oxítona.

Procurou-se, então, registros do adjetivo em dicionários do século XIX para se verificar se eles traziam algum comentário relativo à tonicidade da sílaba. Entretanto não se encontrou registro desse adjetivo no dicionário de Bluteau (1728), no de Morais Silva (1813) nem no de Silva Pinto (1832), embora a data de registro de "imbecil" na língua portuguesa seja 1589, conforme consta no *Dicionário Houaiss* (2009). Nos dicionários do século XIX encontrou-se registro apenas do substantivo "imbecilidade".

A respeito da formação etimológica desse plural, Coutinho (2005) afirma que os nomes terminados em *-al, -el, -il, -ol, -ul* têm as formas plurais orginadas do acusativo plural

latino. Segundo ele, foram "as terminações latinas *-ales, -eles, -īles, -ĭles, -oles, -ules*, que vieram a dar, entre nós, respectivamente *-ais, -éis, -is, -eis, -óis, -uis*, pela queda do *-l-* intervocálico e passagem do *-e-* átono a *-i-*" (COUTINHO, 2005, p. 237). Vejam-se as modificações propostas por ele:

> *-ales* > *-aes* > *-ais* [...];
> *-eles* > *-ees* > *-éis* [...];
> *-īles* > *-ies* > *-iis* > *-is* [...];
> *-ĭles* > *-ees* > *-eis* [...];
> *-oles* > *-oes* > *-óis* [...];
> *-ules* > *-ues* > *-uis* (COUTINHO, 2005, p. 238).

Como o substantivo "imbecil" deriva, de acordo com Cunha (1997, p. 425), do latim "*imbēcīllis*", deveria ter, no entendimento do autor desta tese, o seguinte percurso até chegar à forma atual: imbēcīllis> imbecies> imbeciis> imbecis. Entretanto a forma registrada na novela "imbeceis" segue o percurso do "i" breve, como "fóssil", que vem do latim "*fossĭles*" (HOUAISS; VILLAR, 2009, p. 921).

Essa posição de Coutinho (2005 [1938]) relativa à formação do plural desses nomes não é unânime. Cardoso e Cunha (1978, p. 100), por exemplo, questionam isso e afirmam que que todos provêm "da forma vulgar dos respectivos acusativos, observadas as alterações fonéticas regulares [...]". Entretanto nenhuma das propostas resolve o problema de "imbeceis". Por isso resolveu-se manter a forma que aparece no texto, visto que não há como afirmar que seja erro tipográfico ou uma forma ainda não atestada deste plural.

2.2.2 A locução prepositiva "dentro em"

Outro tópico que chamou a atenção refere-se ao uso de preposições, especificamente a ocorrência da locução prepositiva "dentro em" na novela. Antes de se analisar as ocorrências em *Statira, e Zoroastes*, julgou-se pertinente fazer uma breve revisão da bibliografia relativa a esse assunto.

Preposições são "palavras invariáveis que relacionam dois termos de uma oração, de tal modo que o sentido do primeiro (ANTECEDENTE) é explicado ou completado pelo segundo (CONSEQÜENTE)" (CUNHA; CINTRA, 2001, p. 555)[10]. Ainda de acordo com esses gramáticos, as preposições, quanto à forma, podem ser simples ou compostas (locuções

[10] A primeira edição dessa gramática foi em 1985.

prepositivas). As simples são aquelas compostas de um só vocábulo e as compostas são as constituídas de dois ou mais vocábulos, "sendo o último deles uma PREPOSIÇÃO SIMPLES" (CUNHA; CINTRA, 2001, p. 555).

Na relação de algumas locuções prepositivas, listadas por Cunha e Cintra (2001), consta a locução "dentro de", mas não consta a locução "dentro em".

Bluteau (1712-1728, v. 3, p. 64, grifo nosso) mostra um exemplo dessa locução, mas não comenta seu sentido nem seu uso: "*Dentro em* vinte dias, ou no espaço de vinte dias sogeytou ao seu poder a metade daquelles povos".

Morais Silva (1813, v. 1, p. 530) registra essa locução em construções chamadas por ele de figuradas: "*Dentro do, ou no meu coração, em minha alma*". Também registra "'*dentro no sertão da Ilha*'" e afirma que "*Dentro nelle*, são dois advérbios; *dentro* usado sem preposição, e *nelle* com o sinal della conservado em o *n* junto a elle: ambas designão o lugar [...] '*estava nelle, dentro'*, porque o lugar póde ter exteriores, e interior; tem *arredores*, ou o *fora*, e o *dentro*". Ainda segundo Morais Silva (1813, v. 1, p. 531) "dentro" era geralmente usado como advérbio e sem preposição, mas às vezes tinha por complemento uma preposição. Como exemplos, usou: "'*dentro na alma me esculpia.... e porque não cabia dentro nella'* [...] '*dentro nas casas os hia matar'* [...]".

Já Epifânio Dias (1918, p. 168), no início do século XX, considerava-a um arcaísmo:

> Algumas prepos[ições] latinas foram substituídas, ou absolutamente [...] ou em certas significações [...] por loc[uções] prepositicionaes, taes como: *alem de*, *aquem de*, *ao longo de*, *a par de*, *a par com*, *acerca de*, *através de*, *dentro de*, *dentro em*, (archa[ísmo]) *cabo de*, *junto de*, *junto a*: [...] emtrou dentro em na egreja (Mil. de S^{to} Anto., 19)[11].

Mattos e Silva (2006, p. 165) registra esse sintagma preposicional no português arcaico, como no seguinte caso: "Era *dentro na cidade*".

Rocha Lima (2006, p. 373) afirma que se pode usar tanto "dentro em" quanto "dentro de" e apresenta as seguintes abonações: "'(...) então (e por isso mesmo) é mais à vista do coração estamos; não só bem à sua vista, senão bem dentro nele' (RUI) 'Dentro em meu coração...' (MACHADO DE ASSIS)."

[11] *Cousas notaveis e milagres de Santo Antonio de Lisboa*, textos antigos portugueses publicados por José Joaquim Nunes: cita-se o capítulo (Nota de Epifânio Dias).

Hidelbrando André (1981) inclui essa locução na lista de locuções prepositivas, logo após "dentro de". Almeida (1992) também a coloca na lista de locuções prepositivas em sua gramática, mas nenhum dos dois gramáticos faz comentários a respeito de seu uso.

Souza (2014), que analisou o comportamento sintático-semântico de preposições em português, com base no gerativismo, confrontando-o com gramáticas normativas, fez levantamento da ocorrência dessa locução prepositiva em algumas gramáticas da língua portuguesa. Além das que já citamos, afirma que há, também, referência a essa locução na *Moderna gramática portuguesa*, de Evanildo Bechara.

Pesquisaram-se também alguns estudos linguísticos que abordam as preposições e/ou locuções prepositivas em perspectivas diacrônicas como o de Adriana Gazola (2007), Ataliba T. de Castilho (2003), Elaine Chaves (2013), Jair Gomes de Farias (2006), Kelly Cristina Tannihão (2011) e Maria Francisca Ferreira Trujillo (2012), porém em nenhum deles localizou-se qualquer referência a essa locução.

Mas Poggio (2002), em estudo sobre o processo de gramaticalização das preposições do latim ao português, registra o uso dessa locução. Segundo ela,

> Expressões que significam 'lugar para onde', geralmente, contróem-se, em português, com **a** ou **para**, e, às vezes, **contra**. Entretanto, usa-se **em** com sentido 'diretivo' junto aos verbos **lançar**, **meter**, **pôr**, **deitar**, **admitir**, **sair, saltar**, **passar**, entre outros, como no exempo abaixo:
> *Depois, lançando arpeos ousadamente na capitaina imiga, dentro* ***nella*** *saltando, a fará só com lança e espada de quatrocentos Mouros despejada (Cam., Lus., 10, 28)* (POGGIO, 2002, p. 198).

Como se vê, para ela, o que determina o uso do "em", dessa locução, no sentido diretivo, seria o verbo. Na novela, há seis ocorrências da locução "dentro em" e nenhuma da locução "dentro de". Vejam-se as ocorrências:

1. "[...] vão sem dúvida *dentro neste* mesmo século [...]" (SZ, p. XII – grifo nosso).
2. "[...] arranjar esta Peça *dentro em* seus limites [...]" (SZ, p. XIX – grifo nosso).
3. "[...] eu estabeleci *dentro em mim* o império das minhas paixões [...]" (SZ, p. 48, grifo nosso).
4. "*Dentro em* pouco tempo tive ocasião de me distinguir [...]" (SZ, p. 36-37- grifo nosso).
5. "O coração, que o não tem, sente *dentro em si* um vácuo, que nenhuma outra cousa é capaz de enchê-lo" (SZ, p. 52, grifo nosso).

Os contextos de ocorrência dessa locução na novela não são os mesmos citados no trabalho de Poggio (2002), visto que, nessas abonações, ela indica situação - "posição no interior de, dentro dos limites de, em contato com, em cima de" (CINTRA; CUNHA, 2001, p. 571) no espaço (oc. 2, 3, 4) e no tempo (oc. 1 e 5).

Embora a locução prepositiva "dentro em" esteja registrada em um dicionário de língua portuguesa da atualidade: "**d[entro]. em 1** no interior de <*sentia tristeza d[entro] em seu coração*> **2** no espaço de tempo de < *d[entro] em poucos minutos, ele chegará*> (HOUAISS; VILLAR, 2009, p. 615), presume-se, após o exposto, que a tendência atual é pela locução "dentro de".

2.2.3 Concordância verbal

O verbo "haver" impessoal flexionado no plural é um fenômeno que ocorre desde os primórdios da língua portuguesa. Em relação à formação dos predicados existenciais, Mattos e Silva (2006) afirma que esses predicados, no português arcaico, eram expressos pelos verbos existenciais *haver*, *ser(a)* e *fazer*, sendo que este último ocorria com sintagma nominal semanticamente temporal ou expressando fenômenos naturais. Sobre o *haver* existencial, a pesquisadora afirma que vinha frequentemente seguido do pronome locativo *hi*-*i*. Mattos e Silva (2006) concluiu, afirmando que tal como *ser* deixou de ser, no sentido existencial, comum nas estruturas do português arcaico em favor de *haver*, *existir*, mais recentemente *ter* vêm afastando *haver* das estruturas existenciais. Ela não comenta o verbo *haver* impessoal flexionado. Mas de acordo com Fonseca (2003), os casos de ocorrência de *haver* existencial flexionado aparecem desde Idade Média, embora nesta época o uso não fosse generalizado.

Em época menos recuada da língua, no século XVII, foram encontradas ocorrências do verbo haver existencial flexionado. Alkimim (2014) detectou esse fato na obra de Eusébio de Matos, do século XVII[12]: "[...] antes não só mostrarei que *houveram* desigualdades, e diferenças em todas estas circunstâncias, senão que nessas mesmas diferenças mostrarei também, etc." (ALKIMIM, 2014, p. 174, grifo nosso).

Fonseca (2003), em estudo de cartas oficiais da Paraíba escritas nos séculos XVIII e XIX, encontrou diversas ocorrências do verbo *haver* nessa situação. Também, de acordo ela, esse uso ainda é corrente no português contemporâneo, em estilo mais informal da língua:

[12] MATOS, Eusébio de. *Sermão primeiro, pregado no Mosteiro de S. Clara da Cidade da Bahia na profissão de duas Irmãs, filhas de um capitão de infantiaria, no dia das Onze Mil Virgens, estando exposto o Santíssimo Sacramento*, 1694.

> No uso contemporâneo do português brasileiro, encontra-se o emprego do verbo no plural, sobretudo se o tempo usado não é o presente do indicativo. Como se sabe, o verbo *haver*, usado impessoalmente, fica sempre na terceira pessoa do singular e ocorre quando empregado como sinônimo de *existir*. Esse uso já acontecia no Latim e no Português Medieval e no *corpus*, são inúmeras as ocorrências encontradas (FONSECA, 2003, p. 192).

Outra pesquisadora que encontrou casos de ocorrência do verbo *haver* flexionado foi Solange Mendes Oliveira (2010), ao estudar as formas verbais *haver* e *ter* em textos escritos no século XIX. O *corpus* de sua pesquisa é formado por textos de vários gêneros e o objetivo específico de seu estudo foi mapear os contextos que contribuíram para o abandono progressivo do verbo *haver* em construções existenciais, possessiva e perifrástica e o consequente uso do verbo *ter* nesses contextos. Em relação à concordância, ela afirma que "Quanto à ocorrência do verbo *haver* existencial flexionado, foram encontrados três casos em três diferentes textos, escritos na primeira metade do século XIX, nos quais *haver* existencial concorda com o SN plural que o segue" (OLIVEIRA, S., 2010, p. 9).

Sílvio Elia (1975), em estudo relativo ao português no Brasil à época da Independência, afirma que o fato sintático que chama a atenção nesse período é a pluralização do verbo haver impessoal: "[e]n la sintaxis llama atención la pluralización de *haver* impersonal:[13] 'e se houverem Estadistas que nos digam à moda de Lord Castlereagh, que a liberdade não he fructa, mas sim habito'" (ELIA, 1972, p. 323) [14]. É importante lembrar que o *corpus* de Sílvio Elia era formado por jornais do século XIX, especificamente, do ano de 1822.

A ocorrência desse fenômeno em cartas escritas por Dom Pedro I corrobora essa afirmativa:

> [...] fui ao Quartel General mandei por a Tropa em Arma com uniforme rico, e eu vim á chacara por-me de Gala Grande, e cantar o Te Deum e depois fui a cavalo para o Campo de Sta Anna, e commandando a Tropa fiz dar as descargas de Allegria q. durarão athé a noute em que a qual *houverão* mtas luminarias. Em o dia 24 *houverão* as salvas do costume dos dias de Galla Grande e tão-bem galla Grande, houve Missa e Te-Deum de ma.

[13] "Na sintaxe chama atenção a pluralização de *haver impessoal*" (Tradução nossa). Trata-se de artigo publicado no número 34, de set. de 1972, na *Revista de cultura brasileña*, editada pela Embaixada do Brasil na Espanha, p. 81-98. O artigo foi transcrito no livro de Sílvio Elia - *Ensaio de filologia e linguística*, cujos dados completos constam nas referências desta tese.

[14] A MALAGUETA de 13- IV-22.

> compozição, em attenção a nossa Regeneração Politica: etc. (D. PEDRO I[15] *apud* SOUSA, 1954, v. I, p. 308, grifos nossos).

Veja-se esta outra ocorrência:

> Fui às oito ao teatro, onde *houveram* os versos mais respeitosos possível a Vossa Magestade e a mim, de forma que imediatamente os mandei pedir pelo Broco [Berquó, futuro marquês de Cantagalo] para os mandar imprimir, porque eram dignos disso; imenos vivas a Vossa Magestade, a mim e à Constituição. (D. PEDRO I, 1821[16] *apud* SOUSA, 1954, v. I, p. 289, grifo nosso).

Não passaram despercebidas de Sousa (1954) essas ocorrências: "[e]scusado seria notar-lhe antes as incorreções gramaticais: é ponto pacífico que o príncipe escrevia então com incrível desleixo" (SOUSA, 1954, v. I, p. 310). A pluralização do *haver* existencial era uma tendência da época, como afirmou Sílvio Elia.

No domínio literário, outros autores, além de Lucas José d'Alvarenga, também usaram o verbo haver existencial flexionado, como Fagundes Varela, o que é possível perceber nessa crítica jocosa feita a ele por Camilo Castelo Branco:

> O autor [Fagundes Varela], querendo bem graduar a futilidade da poesia e atenuar a ousadia de a dar à estampa, a instâncias de amigos, pergunta: 'Qual é o estadista, o homem de negócios, que não se sentiu alguma vez na vida poeta, que aos ouvidos de uma pálida Madalena ou Julieta, esquecendo-se dos algarismos e da estatística, não se lembrou que haviam brisas e passarinhos, ilusões e devaneios?' E gramática. Também seria bom lembrar-se aos ouvidos das Madalenas e Julietas que havia regras para o verbo haver, além de brisas para refrigério da epiderme e passarinhos para deleite dos ouvidos (CASTELO BRANCO, [19-?], p. 127).

Mas o próprio Camilo incorreu no mesmo "erro", como é possível perceber no seguinte trecho de *Vingança*: "*Houveram* muitas lágrimas de alegria" (CASTELO BRANCO, [19-?]., v. 2, p. 127, grifo nosso).

Outro grande escritor do século XIX – Machado de Assis – também incorreu na mesma prática, como é possível perceber nos seguintes trechos: "Ali *haviam* vários deputados que conversavam de política" (ASSIS, 1955, p. 106, grifo nosso) e "Menezes mostrou a Estevão o seu gabinete de trabalho, onde *havião* duas longas estantes de livros (ASSIS, 1955, p. 105, grifo nosso).

---

[15] Carta do príncipe regente D. Pedro I a seu pai, D. João VI, datada de 26 de agosto de 1821, relatando as comemorações pela notícia da chegada a Portugal da esquadra que levava D. João VI

[16] Carta datada de 8 de junho de 1821.

Barbosa (1822) faz uma classificação curiosa dos verbos impessoais: ele os divide em duas categorias: os impessoais e os verdadeiros impessoais. Os "falsos" impessoais seriam aqueles que ora se comportam como impessoais e, nesse caso, são conjugados só na terceira pessoa do singular, ora se comportam como pessoais e, assim, são conjugados em todas as pessoas. Entre os verbos que ele lista nesta categoria está o "haver'. Já os verdadeiros impessoais são, para Barbosa (1822), aqueles que só são conjugados na terceira pessoa do singular e nessa classe ele inclui apenas os que indicam fenômenos da natureza: "*Amanhece*, *Anoitece*, *Chove*, *Neva*, *Orvalha*, *Troveja* ou *Trovôa*, *Ventai*, etc." (BARBOSA, 1822, p. 242).

Na novela, identificaram-se três ocorrências do verbo "haver" existencial flexionado, como ilustram os seguintes excertos:

> Na Revolução da França elas não só falavam, e murmuravam; mas até *houveram* algumas que escreveram sobre este objecto (SZ, p. XI, grifo nosso).
>
> *Haviam* alguns Séculos, que os homens em uma longa paz tinham chegado ali a ser tão afeminados [...] (SZ, p. 152, grifo nosso).
>
> Que não *podem haver* receios, nem remorsos, que perturbem a paz de corações assim ligados [...] (SZ, p. 53, grifo nosso).

Mas não só em outras épocas há registros desse tipo de ocorrência no domínio literário; na atualidade, grandes nomes da literatura também usam esse tipo de construção: "Eu ia dizer que muitas coisas que nunca tinham havido antes estavam havendo agora e que o mundo [...]" (VILELA, 2013, p. 97).

Segundo Coutinho (2005), o verbo haver existencial flexionado é uma das características coloquiais do português brasileiro. Os dados coletados indicam ser procedente essa afirmativa, mas se coloca em dúvida a questão do português coloquial, visto que as abonações procedem de textos que pertencem a gêneros textuais que exigem escrita em português padrão.

Essa classificação e os estudos citados autorizam afirmar que a variação na flexão de "haver" existencial na história da língua portuguesa se deve, entre outros fatores, a essa imprecisão semântica do verbo. Sendo assim, o falante/escritor na hora da produção do texto tende, muitas vezes, a generalizar a concordância verbal, entendendo como sujeito o SN plural posposto.

Esses dados mostram que textos do domínio literário também comungam de vários aspectos de textos de outros domínios discursivos. Sendo assim, conforme se afirmou no início deste trabalho, não é justificável o abandono da literatura em estudos sobre a língua.

Outro aspecto da sintaxe de concordância que será comentado refere-se à concordância do verbo com o sujeito composto. Fonseca (2003, p. 191), em seu estudo sobre as cartas paraibanas, detectou em seu *corpus* a "predominância, em geral, de ocorrências que seguem a língua exemplar". Mas na novela *Statira, e Zoroastes* há ocorrências de não concordância do verbo com o sujeito composto:

> [...] disse ao Pai muito sentida, que ela não podia compreender a razão, por que ele se afligia tanto por similhantes bagatelas; que *o bom-senso, e a inteligência dos Leitores conheceria* pelo contexto os sentimentos do Autor [...] (SZ, p. 58, grifo nosso).
>
> Que a Natureza só nos ensina a viver; *a razão, e a Filosofia* só nos *ensina* a viver contentes (SZ, p. 49, grifo nosso).

É interessante notar o uso da vírgula antes da conjunção aditiva "e". Mas como só encontramos esses dois casos de não concordância, não há como verificar se isso poderia ter influenciado a não-concordância do verbo com o sujeito composto. Em relação a isso, Mattos e Silva (2006) afirma que no português arcaico havia ocorrências de não-concordância entre o sujeito e o verbo nos seguintes casos: a) sujeito composto de parassinônimos ou sujeitos compostos cujos componentes podem ter uma interpretação semântica única; b) sujeito semanticamente coletivo; c) distância entre sujeito e verbo núcleo do predicado e d) posposição do sujeito. Embora o texto por nós analisado seja do século XIX, entende-se que esse caso de não concordância encaixa-se na situação (a), proposta por Mattos e Silva.

Também o verbo *ter* aparece muitas vezes sem concordância, como no seguinte excerto: "[...] que tem visto o Mundo civilizado, e nas violentas, rápidas mudanças de Governos, que em seus dias *tem* constantemente aparecido em cena em ambos os Hemisférios [...]" (SZ, p. XII, grifo nosso). Mas, neste caso, entende-se, assim como Fonseca (2003), que isso possa ser explicado pelo não-uso do acento, fato que ocorria na época. Outros verbos, como *vir*, também não aparecem com acento na terceira pessoa do plural do presente do indicativo, mas não há indicação do acento para diferenciar a terceira pessoa nas gramáticas da época consultadas, como a de Jerónimo Barbosa (1822) que apresenta o seguinte modelo de conjugação para este verbo: "Presente: Venho (...). Vens. Vem. Vimos. Vindes (...). Vem"

e para o verbo *ter*: “Presente Perfeito: Tenho, Tens, Tem, Temos, Tendes, Tem” (BARBOSA, 1822, p. 232).

2.2.4 Colocação pronominal

Segundo Tarallo (1996, p. 70), quatro grandes mudanças sintáticas ocorreram no português no Brasil no século XIX: 1. reorganização do sistema pronominal que teve como consequências mais importantes a implementação de objetos nulos e a frequência maior de sujeitos lexicais; 2. mudança sintática ocorrida nas estratégias de relativização; 3. reorganização dos padrões sentenciais básicos e diretamente relacionado à ordem SVO; 4. mudança nos padrões sentenciais em perguntas diretas e indiretas.

Em relação à reorganização do sistema de colocação pronominal, Melo (1975, p. 193) afirma que há poucos “assuntos gramaticais da língua portuguesa que têm feito correr tanta tinta e têm despertado tantas questões como este [...]”. Para esse pesquisador, a maior liberdade e plasticidade da colocação pronominal no Brasil do que em Portugal deve-se ao fato de esses pronomes aqui poderem ser tônicos ou semitônicos em determinadas situações.

Cyrino (1996) também pesquisou a mudança da posição dos clíticos no português do Brasil, ao longo de três séculos – XVIII, XIX e XX – para explicar o surgimento do objeto nulo no português brasileiro. Ela identificou três mudanças em relação à posição dos clíticos: 1. a ênclise foi progressivamente abandonada; 2. houve mudança nos padrões de ocorrência da próclise; 3. a possibilidade de o clítico subir para uma posição acima do sintagma verbal vai lentamente deixando de existir.

Ainda segundo Cyrino (1996), embora seja atestável que em uma oração simples o clítico está afixado ao verbo que se flexiona, em uma oração com locução verbal, o clítico está afixado ao verbo mais baixo no português atual ou ao verbo que não se flexiona, conforme os seguintes exemplos: “João *me deu* um livro” e “João *vai me dar* um livro” (CYRINO, 1996, p. 17, grifos nossos). Afirma também que orações do tipo “*João me vai dar um livro” não são possíveis no português atual, mas que ocorriam no século XIX e anteriores.

Schei (2002) fez uma análise da colocação pronominal em obras literárias do século XIX, especificamente de Manuel Antônio de Almeida, Visconde de Taunay e de Machado de Assis. Em sua pesquisa, ela detectou que a ênclise é quase categórica em posição inicial. Já com o verbo em posição não-inical, há vários casos de próclise. Concluiu, afirmando que a “colocação pronominal na língua literária brasileira do século XIX já apresenta algumas características do PB [português brasileiro] de hoje” (SCHEI, 2002, p. 82). Entretanto afirma

que “apesar de a colocação pronominal na língua literária brasileira do século XIX já apresentar alguns traços típicos do PB do final do século XX, as diferenças são grandes, e o PB oitocentista se assemelha mais ao PE [português europeu] da mesma época do que ao PB de hoje” (SCHEI, 2002, p. 84). Sendo assim, pode-se afirmar que alguns traços do português atual [século XXI] já se apresentavam em textos literários dessa época.

Carneiro (2005), em estudo sobre cartas brasileiras de 1809 a 1904, também pesquisou a colocação dos pronomes clíticos (me, te, nos, vos, o, lhe, se e variantes) em dois tipos principais de construções: orações finitas com um único verbo e orações com grupos verbais. Carneiro (2005) justifica sua pesquisa por considerar que esse é um dos principais tópicos que distinguem o português brasileiro do português europeu. Os resultados de sua pesquisa apontaram, entre outros, para o fato de a colocação proclítica desses pronomes com verbo em posição inicial ser difícil de ser encontrada em textos produzidos por sujeitos cultos, mas esse uso é inequívoco por brasileiros não escolarizados e, em menor escala, no uso dos brasileiros cultos.

Sueli Coelho e Thais Paula (2011) também pesquisaram a colocação dos pronomes clíticos (me, te, se, lhe(s), o(s), a(s), nos, vos) em vinte e cinco documentos produzidos no século XVIII, na região de Ouro Preto, em Minas Gerais. O objetivo geral da análise dessas pesquisadoras foi verificar se a colocação desses clíticos naquela época apresentava traços do português clássico – que era a norma culta do setecentos – ou se tendia à norma padrão atual. Na análise, elas consideraram não apenas fatores sintáticos, mas também o estilo: formal ou informal.

Após a quantificação e análise dos dados, Coelho e Paula (2011, p. 119) concluíram que a “[...]a língua escrita em Minas Gerais no século XVIII, mesmo nos contextos de maior formalidade, era preferencialmente proclítica (85% do total de ocorrências de clíticos), o que atesta obediência à norma culta do português clássico”. Elas também localizaram casos de apossínclise de palavras negativas e combinações de pronomes complementos, fatos esses hoje poucos conhecidos. Elas afirmaram que:

> [a] despeito da limitação do trabalho e da amostragem analisada, o estudo empreendido demonstrou que o processo de variação linguística que envolve o português falado na Europa e na América tem raízes diacrônicas muito antigas, o que já faculta a mudança. A colocação pronominal das Minas setecentistas já exibia traços da sintaxe contemporânea, demonstrando que, há pelo menos três séculos, existem peculiaridades do falar brasileiro, como a preferência pela próclise e a recusa pela mesóclise [...] (COELHO; PAULA, 2011, p. 126).

Sendo assim, já no século XVIII, a língua portuguesa em Minas Gerais apresentava tendência à próclise, quer levando em consideração fatores estilísticos, quer sintáticos.

Em relação à colocação pronominal na novela *Statira, e Zoroastes*, verificou-se, após listagem e classificação de todas as ocorrências, os seguintes fatos:

1) A ênclise é categórica com verbo simples no gerúndio, como demonstram as seguintes orações:

> [...] e *dispondo-a* para uma ingênua declaração dos meus sentimentos (SZ, p. 9, grifo nosso).
> [...] *fazendo-lhe*, ao mesmo tempo uma viva descripção dos efeitos prodigiosos d'Amizade, e d'Amor" (SZ, p. 9, grifo nosso).
> [...] *dizendo-me*, cala-te, Amana [...]" (SZ, p. 9, grifo nosso).
> [...] expressões, *pondo-me* a sua mão sobre a minha boca" (SZ, p. 9, grifo nosso).
> [...] apresentou-lhe esta Constituição, como Projecto, *prevenindo-o*, e *demonstrando-lhe* a imperiosa necessidade de se estabelecer, quanto antes, a forma do Governo (SZ, p. 28, grifos nossos).

Os demais contextos de ocorrência de ênclise com verbos simples são apresentados no Quadro 06:

Quadro 06 – Ocorrências de ênclise com verbos simples

Contexto	**Início de período**	**Início de oração**	**Após conjunção aditiva "e"**	**Após alguns advérbios**
Abonação	"*Foi-me* preciso depois ligar o resto entre si para a perfeita unidade da Peça [...] (SZ, p. XIX, grifo nosso).	"[...] complicadas; *respondo-lhe* muito [...] (SZ, p. XXVI, grifo nosso).	"A verdade, para parecer bela, *e fazer-se* amável nunca [...]" (SZ, p. XVII, grifo nosso).	"[...] ela fez *imediatamente reunir-se* de novo o Conselho [...]" (SZ, p. 45, grifo nosso); "[...] e um tempo tão precioso, é preciso *não perdê-lo*" (SZ, p. XXII, grifo nosso).

Fonte: Dados desta pesquisa

Em relação às locuções verbais, a ênclise ocorreu, na maioria das vezes, após o verbo principal e com modais causativos, conforme mostram as seguintes ocorrências:

> Muito mais autorizado *deve julgar-se* [...] (SZ, p. XII, grifo nosso).

> [...] nunca *deve apresentar-se* nua [...] (SZ, p. XVIII, grifo nosso).
> [...] que *devia servir-lhes* [...] (SZ, p. XX, grifo nosso).
> Brâmane; *pude enganá-lo* com [...] (SZ, p. 8, grifo nosso).

E, também, embora com muito menos frequência, após o primeiro verbo: "que trazia, tomei um novo disfarce, *fazendo-me inculcar* uma pessoa pobre [...]" (SZ, p. 152, grifo nosso) e "[...] mas porque *achava-me empenhado* pela minha palavra em fazer uma Novela para certa Senhora [...]" (SZ, p. X, grifo nosso). No último caso, a ênclise ao verbo auxiliar ou a próclise em relação à locução são categóricas, visto que o particípio impede a ênclise após o verbo principal.

2) A próclise ocorreu em diversos contextos, conforme apresentado no Quadro 07:

Quadro 07 – Ocorrências de próclise com verbos simples

Contextos	**Início de período**	**Início de oração**	**Após conjunção aditiva "e"**	**Após alguns advérbios**	**Orações subordinadas**
Abonações	-	"[...] e de um Jardim Filosófico (Botânico), *os encaminhou* por fim a um lugar ameno (SZ, p. 3, grifo nosso); "Ah Statira! *lhe disse* eu [...]" (SZ, p. 45, grifo nosso).	"[...] *e me julgue* muito simples" (SZ, p. XXIV, grifo nosso).	"*Assim o fiz* [...]" (SZ, p. 12, grifo nosso); "[...] para *nunca se abalar* [...]" (SZ, p. 30, grifo nosso).	"[...] e soube, *que se chamava* Statira, [...]" (SZ, p. 6, grifo nosso).

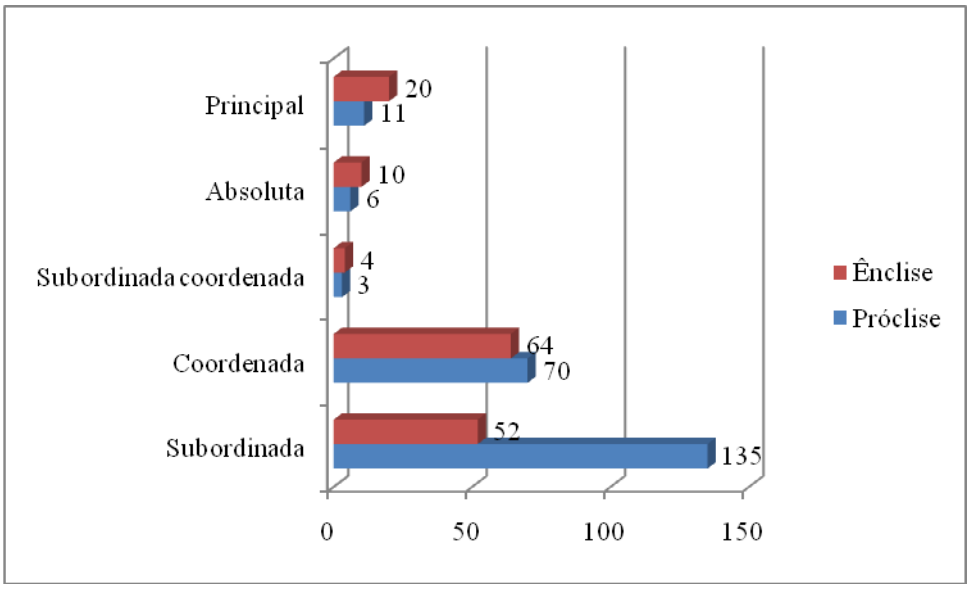
Fonte: dados desta pesquisa

Em relação às locuções verbais, a próclise ocorreu antes do verbo auxiliar, conforme mostram as seguintes ocorrências:

> [...] que ela *vos será contada* com [...] (SZ, p. 5, grifo nosso).
> [...] costumes afeminados *se tinham tornado* [...] (SZ, p. 13, grifo nosso).
> [...] o cazo, que *vos ia contando* [...] (SZ, p. 13, grifo nosso).
> [...] que eu *lhe estava contando* uma [...]" (SZ, p. 39, grifo nosso).
> Em tais circunstâncias não é de admirar, que em um Império nascente (onde ainda não há uma Universidade), um filho do Brasil, que *lhe deve prestar* serviços [...] (SZ, p. X, grifo nosso).

Os tipos de orações também influenciam tanto no uso de próclise, quanto no uso de ênclise. Após quantificação de dados, verificou-se a seguinte distribuição da colocação pronominal:

Gráfico 1 – Tipos de orações e variação entre próclise e ênclise



Fonte: dados desta pesquisa.

Como é perceptível, a tendência é para o uso da próclise tanto nas orações coordenadas quanto nas subordinadas, sendo que nas subordinadas a incidência da próclise é muito maior. Mas é importante lembrar, neste caso, que não se controlou a quantidade dos tipos de orações.

Também mostra tendência proclítica a presença de sujeito imediatamente antes do verbo ou do pronome: 81,7% das ocorrências registradas. Vejam-se algumas ocorrências: "*Eu os exponho* unicamente como resultado das minhas combinações, e experiência, e aplicáveis somente em certas circunstâncias" (SZ, p. XX, grifo nosso) e "*A curiosidade, o espírito e o terno Coração da Princeza Persana a obrigaram* a interromper o Filósofo [...] (SZ, p. 4, grifo nosso).

Um contexto que é típico de próclise é o da ocorrência de advérbios ou de locuções adverbiais antes do pronome ou do verbo. Também, neste caso, os dados da novela apontam para o predomínio da próclise: 82,5% (47 das 57 ocorrências com advérbios).

Pelo exposto, percebe-se que há próclise em contextos considerados, atualmente, típicos de ênclise, como início de oração. Na verdade, essa tendência é perceptível desde o século XVIII, como demonstrado por Coelho e Paula (2011), perpassa o início do século XIX,

como mostrado na novela de Alvarenga (1826) e continua no século XIX, como é perceptível em uma novela de Pereira da Silva, publicada em 1838: "- Pois deveras a amas? *lhe* perguntei - Si a amo!.. *me* responde ele, olh! meu amigo, si a amo!.. [...] - Como é bello este paiz! *me* dizia ele [...]" (SILVA, 1838, p. 112-113, grifos nosso).

Outra ocorrência digna de nota são os casos de apossínclise encontrados na novela. Vejam-se as ocorrências:

> [...] que eu *lhes não desmereço* [...] (SZ, p. XXVII, grifo nosso).
> [...] que *nos não ofenderam* [...] (SZ, p. 11, grifo nosso).
> [...] enquanto *se não verificasse* a reunião [...] (SZ, p. 21, grifo nosso).
> O coração, *que o não tem* [...] (SZ, p. 52, grifo nosso).

Como o fenômeno hoje é pouco conhecido e ocorria, não só no século XIX, mas também no século XVIII, como mostram os estudos de Coelho e Paula (2011), julgou-se pertinente registrar essas ocorrências na análise.

2.3 Aspectos sintáticos e semânticos

2.3.1 As iniciais maiúsculas

Na novela, foram encontradas letras de dois tipos, itálico e redondo, e em dois módulos, minúsculo e maiúsculo. Em itálico, foram impressas a Dedicatória e as seguintes palavras da Errata: "Na Introducção", "Pag.", "Lin.", "Er.", "Emend.", "Na peça", "Note de l'Auteur". O restante do texto foi todo impresso em letra redonda. Em módulos maiúsculos foram escritos o título da novela, os títulos dos paratextos, os títulos correntes, a maioria das palavras da folha de rosto e várias palavras no texto.

Em relação ao uso de inicial maiúscula no texto, percebeu-se que esse uso diverge da norma atual da comunidade lusófona. Segundo o Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa, de 1990, que consta na quinta edição do Vocabulário Ortográfico da Língua Portuguesa, doravante VOLP, as iniciais maiúsculas devem ser usadas nos seguintes casos:

> a) Nos antropónimos/antropônimos, reais ou fictícios: Pedro Marques, Branca de Neves, D. Quixote.
> b) Nos topónimos/topônimos, reais ou fictícios: *Lisboa*, *Luanda*, *Maputo*, *Rio de Janeiro*, *Atlântida*, *Hespéria*.
> c) Nos nomes de seres antropomorfizados ou mitológicos: *Adamastor*, *Neptuno/Netuno*.

> d) Nos nomes que designam instituições: *Instituto de Pensões e Aposentadorias da Previdência Social*.
> e) Nos nomes de festas e festividades: *Natal*, *Páscoa*, *Ramadão*, *Todos os Santos*.
> f) Nos títulos de periódicos, que retêm o itálico: *O Primeiro de Janeiro*, *O Estado de São Paulo* (ou *S. Paulo*).
> g) Nos pontos cardeais ou equivalentes, quando empregados absolutamente: *Nordeste*, por nordeste do Brasil, *Norte*, por norte de Portugal, *Meio-Dia*, pelo sul da França ou de outros países, *Ocidente*, por ocidente europeu, *Oriente*, por oriente asiático.
> h) Em siglas, símbolos ou abreviaturas internacionais ou nacionalmente reguladas com maiúsculas, iniciais ou mediais ou finais ou o todo em maiúsculas: *FAO*, *NATO*, *ONU*; *H2O*, *Sr.*, *V. Ex.ª*.
> i) Opcionalmente, em palavras usadas reverencialmente, aulicamente ou hierarquicamente, em início de versos, em categorizações de logradouros públicos: (*rua* ou *Rua da Liberdade*, *largo* ou *Largo dos Leões*), de templos (*igreja* ou *Igreja do Bonfim*, *templo* ou *Templo do Apostolado Positivista*), de edifícios (*palácio* ou *Palácio da Cultura*, *edifício* ou *Edifício Azevedo Cunha*).
> *Obs*.: As disposições sobre os usos das minúsculas e maiúsculas não obstam a que obras especializadas observem regras próprias, provindas de códigos ou normalizações específicas (terminologias antropológica, geológica, bibliológica, botânica, zoológica, etc.), promanadas de entidades científicas ou normalizadoras, reconhecidas internacionalmente (VOLP, 2009, p. XXXI).

Entretanto, na maioria dos casos em que ocorre no texto que foi editado, o uso de maiúscula diverge dessa normatização. O que de início percebeu-se foi um grande uso desse tipo de letra. Essa tendência ao exagero no uso desse módulo já havia sido percebida por Antônio Houaiss (1967). Segundo ele, o uso da maiúscula na língua portuguesa sempre flutuou entre o excesso e a extrema limitação.

Ainda de acordo com esse pesquisador, o uso da maiúscula como realce já era perceptível em épocas mais remotas:

> O emprêgo das maiúsculas como realce material para caracterizar nomes próprios ou noções eminentes é já encontrável na tradição alexandrina – e de certo modo, num remoto passado anterior, desde o realce material dos cartuchos, que na escrita hieroglífica egípcia foram os predecessores dêsse emprêgo – para caracterizar um emprêgo foneticizante dos caracteres ideografantes [...]. Sem rigorosa observância, a norma alexandrina foi seguida na Idade Média e no Renascimento tomou feição quase definitiva, perdurando até hoje. Os códices medievais iluminados, requintando o desenho das letras capitulares, foram estendendo êsse realce, em dimensões menores, para as subcapitulares – e porque nem sempre paragrafavam – para as letras paragráficas, realce que, também, apresentava, às vezes, iguais desenhos e floreios para as iniciais de nomes próprios (HOUAISS, 1967, v. 1, p. 100).

Segundo Houaiss (1967, v. 1, p. 100), o uso de maiúscula foi sistematizado diferentemente em diversas línguas ocidentais, havendo dois extremos: “a do alemão, que adotou as maiúsculas para todos os substantivos, comuns ou próprios, e o da maioria das outras línguas, que as adotam aparentemente para os nomes próprios apenas.”

Houaiss (1967) identifica três casos de emprego de maiúscula:

a) Emprego situacional na cadeia escrita: nesse grupo estão os casos que independem do significante ou do significado. Engloba: 1) o início dos escritos; 2) depois de alguns sinais de pontuação; 3) no início dos versos; 4) nas intervenções coloquiais do discurso direto.

b) Emprego convencional para fins científicos, técnicos e afins. Nesse grupo, estão os seguintes casos: 1) classificação científica, em zoologia, botânica; antropologia; 2) reduções de vária natureza; 3) normas bibliográficas e tipográficas.

c) Emprego notacional: engloba os casos do uso de maiúscula nos nomes próprios e afins.

Houaiss (1967) também analisou o uso de maiúsculas em vários casos da Onomástica, conforme mostra o seguinte resumo:

1) **Antropônimos:** dividem-se nos seguintes tipos: prenome; sobrenome; cognome, que na família romana corresponde ao atual sobrenome patrilíneo; alcunha ou apelido; hipocorístico, também considerado apelido, mas familiar ou carinhoso; patronímico, originalmente cognome patrilíneo, mas hoje sem esse valor em português; antonomásico, locução nominal apelativa; pseudônimo e criptônimo, tipo de pseudônimo que não conseguiu se revelar com o tempo.

Segundo Houaiss (1967), eles apresentam um uso essencialmente sistemático, mas há casos particulares que podem acarretar dúvidas como nos substantivos comuns compostos em que alguns de seus elementos são originalmente antropônimos – “joão-de-barro”, por exemplo, e nos antropônimos de largo uso metafórico em que tal uso fez perder o valor histórico original – “mecenas”, por exemplo.

2) **Astrônimos**: como são nomes que apresentam referentes singulares no universo, Houaiss (1967) entende que devem ser grafados com inicial maiúscula, como no caso de “Vésper”, mas prescreve o uso de minúscula em alguns casos, como no emprego analógico dessas palavras – “milhões de sóis” – por exemplo.

3) **Bibliônimos**: são objetos de convenções bibliográficas.

4) **Cronônimos**: são nomes indicativos de seções do tempo. Na prática, segundo Houaiss (1967), apresentam confusão na escrita. Segundo ele, deve-se usar a maiúscula apenas na linguagem técnica.

5) **Heortônimos**: nomes que designam festividades periódicas. De acordo com Houaiss (1967), deve-se usar maiúscula apenas quando o emprego for técnico, até que se normalize a questão. Entretanto a questão já foi normatizada, conforme mostrado anteriormente, no Acordo Ortográfico de 1990.

6) **Hierônimos**: são os nomes sagrados. Nesse caso estão inclusos alguns heortônimos religiosos e certos antropônimos como – Jeová, Deus, etc. Em relação aos antropônimos, Houaiss (1967) afirma que há incoerência quanto ao emprego dos hierônimos negativos como diabo ou Diabo, mas que o princípio deve ser coerente.

7) **Etnônimos**: são os nomes pátrios ou gentílicos. Houaiss (1967) prescreve o uso de inicial minúscula..

8) **Hagiônimos**: existem os antropônimos - nomes de santos - e os nomes comuns que designam a hierarquia canônica. Nesses casos, segundo Houaiss (1967), os nomes de santos devem ser grafados com maiúscula e os demais com minúscula como no seguinte exemplo: santo Tomás.

9) **Mitônimos**: nomes designativos dos deuses das religiões politeístas, principalmente greco-romana. De acordo com Houaiss (1967), devem se enquadrar no tratamento típico dos antropônimos.

10) **Zoônimos**: são geralmente substantivos comuns e, como tal, devem ser grafados com inicial minúscula.

11) **Topônimos**: são nomes próprios de lugares. Dividem-se, de acordo com Houaiss (1967), em corônimos, nesônimos, orônimos, politônimos, potamônimos, limnônimos, crenônimos, eremônimos e talassônimos. Em linhas gerais, o emprego não apresenta dificuldade, a tendência é o uso da inicial maiúscula, embora, segundo Houaiss (1967), haja casos particulares que podem causar dúvidas, como o nome dos acidentes geográficos que antecede os topônimos, quando o nome do acidente não se incorpora ao topônimo. Exemplo: cidade de São Paulo, etc.

12) **Locativos**: oriente, ocidente, norte, sul, etc. Segundo Houaiss (1967), foram objeto do Acordo Ortográfico de 1943. Atualmente, também consta no Acordo de 1990, como se mostrou anteriormente.

13) **Intitulativos**: compreendem designações particularizantes e individualizantes como marcas de fábrica, títulos de patentes, etc. Dividem-se em intitulativos de instituições de

ensino, de pesquisa, etc.; intitulativos de estabelecimentos comerciais, industriais, etc.; intitulativos de periódicos; intitulativos de obras de arte; intitulativos de coisas singulares, objetos de culto, etc.; intitulativos de produtos agrícolas, industriais, etc. Segundo Houaiss (1967), na grafia de palavras dessa classe, deve-se usar a inicial maiúscula, mas há flutuação nesse emprego: quando ele é precedido de artigo ou de substantivo comum designativo de sua espécie e, também, nos intitulativos administrativos efetivamente comuns como no serviço público: "divisão de pessoal", etc.

14) **Axiônimos**: são as palavras ou locuções de reverência e hierarquia social. Segundo Houaiss (1967), o uso de maiúscula é tumultuado, neste caso, pelas seguintes razões: a) resquícios de reverência e de eminência e b) o fato de frequentemente serem usados no discurso direto. Ainda de acordo com esse pesquisador, fora dessas razões, não há por que se grafar com maiúsculas os axiônimos do tipo "vossa senhoria", etc.

Houaiss (1967) também comenta o uso da maiúscula na *braquilogia*. Segundo ele, braquilogia consiste em um processo metafórico pelo qual um designativo locucional pode ser feito por um dos seus elementos apenas. Trata-se, de acordo com Houaiss (1967), de um dos pontos de maior flutuação ou dúvida no emprego da maiúscula. Segundo esse pesquisador, neste caso, deve-se usar a maiúscula quando houver a noção de singularidade e a minúscula, quando houver noção de generalidade.

Mas o uso de maiúscula não foi objeto de estudo e prescrição apenas em época mais recente. Barbosa (1822), no início do século XIX, prescrevia que a inicial maiúscula jamais deveria ser colocada em meio de palavra, mas sempre no início. Além disso, elencou três casos de uso de inicial maiúscula: 1) nos frontispícios dos livros, nos capítulos e na primeira palavra de qualquer oração após ponto final, ponto de interrogação e / ou de exclamação. Além disso, diz que a maiúscula deve ser usada no início de verso e do relato de texto de outra pessoa, mesmo que seja precedido de dois pontos; 2) na escrita de nomes próprios de pessoas, de animais ou de coisas – cita como exemplos Portugal, Brasil, etc.; 3) na escrita de nomes pátrios ou gentílicos, de títulos de honra e de dignidade ou do assunto principal de um texto.

Em *Statira, e Zoroastes* é abundante e inusual, para os padrões atuais, o emprego de iniciais maiúsculas – o que exige uma análise mais minuciosa, a fim de se verificar seu significado para a construção do sentido dessa novela, especialmente em se tratando de um texto do domínio literário.

Em relação aos módulos, Cambraia (2005) afirma que, especialmente em textos manuscritos, há dificuldades na diferenciação entre maiúsculas e minúsculas. Nos

manuscritos do período medieval, de acordo com esse autor, o uso da pontuação era restrito. Além disso, a ausência ou a presença de maiúscula era um dos critérios utilizados para se determinar o limite de uma frase.

No caso específico desta tese, trata-se de um texto impresso que apresenta problema relativo à uniformização ou não dos módulos. Era muito recorrente, em textos do século XVIII, escrever certos substantivos abstratos com iniciais maiúsculas, independente de sua posição no período, o que o levou a inferir que tal uso revelasse uma concepção estética, em que os conceitos expressos pelo substantivo sofressem uma espécie de animização (CAMBRAIA, 2005).

Levando isso em conta, Rosiello (1966 *apud* CAMBRAIA, 2005) propôs o estabelecimento de diferença entre *alógrafos denotativos* e *conotativos*:

> [o]s primeiros são aqueles cujo elemento de variação relativo à unidade (o grafema) não acrescenta nem valor atribuível de relevância cultural ou estilística ao significado da própria unidade, enquanto os segundos são aqueles em que há a atribuição de relevância cultural, estilística, de gosto literário ou de caracterização regional (ROSIELLO, 1966, p. 72 *apud* CAMBRAIA, 2005, p. 117).

Por esse critério, edições interpretativas ou críticas de textos literários do século XVIII deveriam manter as diferenças de módulo originais, pois estas tinham um significado especial na época. Mas entende-se que esse uso conotativo prevaleceu no século XIX. Como exemplo, pode ser citado o fato de a palavra "Oceano" – nos poetas oitocentistas, ser ocasionalmente grafada com maiúscula, porque se referia a um elemento grandioso da natureza [a própria palavra Natureza era grafada com inicial maiúscula] que impressionava pela grandeza. Como exemplo, pode-se citar o poeta Gonçalves de Magalhães. Na primeira edição de seu livro *Suspiros poéticos e saudades* (1836) a palavra "oceano" vem grafada com inicial minúscula, entretanto, na segunda edição revista pelo autor (1859), foi grafada para inicial maiúscula, fato que permaneceu na terceira edição (1865).

Tendo isso em consideração, pressupõe-se que o uso de maiúsculas tenha uma função estético-cultural no texto editado nesta tese, já que muitas palavras foram escritas com inicial maiúscula, mesmo sem ser em início de período. Além disso, muitas dessas palavras grafadas com inicial maiúscula expressam conceitos relevantes para a temática da novela, relativos à política, à moral, etc.

Essa conjectura é baseada na obra de Harri Meier, pesquisador que escreveu um capítulo sobre as maiúsculas em seu livro sobre filologia românica, publicado em 1948. Para ele, a maiúscula é mais que um problema ortográfico: é também um problema semântico.

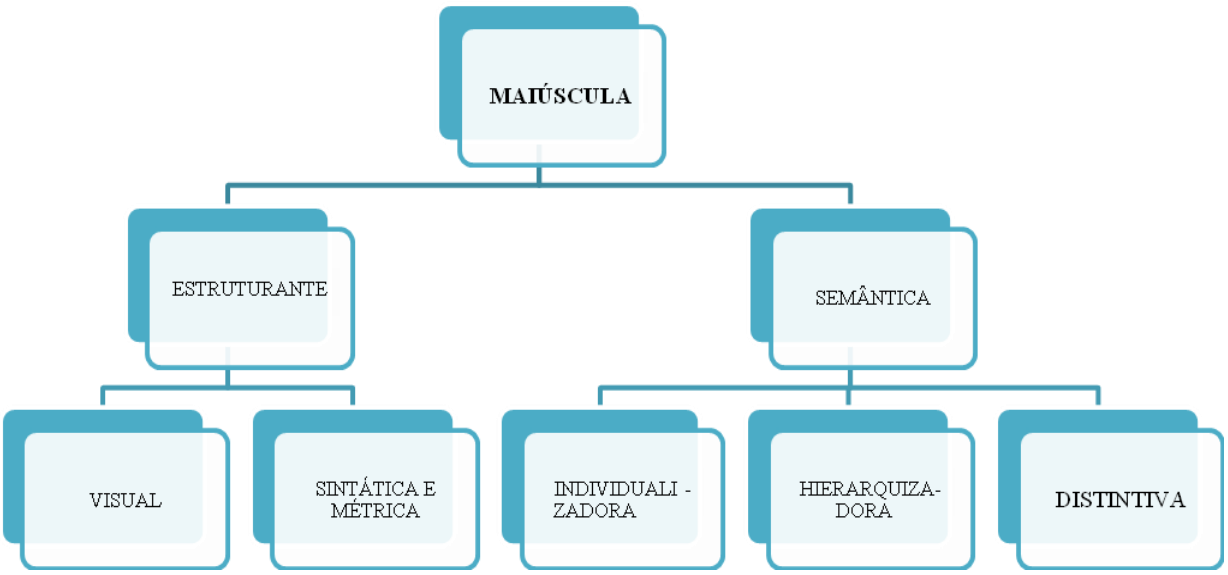
De acordo com esse autor, para muitos pesquisadores, a importância da maiúscula restringe-se a sinal fonético em grafias antigas. Ele afirma que, na edição do *Cantar de mio Cid*, feita por Menéndez Pidal, é possível ver que o "R" equivale a "rr"; também na edição da *História de menina e moça*, feita por Grokenberger, o "A" equivale a "à"[17]. Mas nos sistemas modernos, segundo Meier (1948), foneticamente, a contribuição da maiúscula é nula, já que não há diferença de pronúncia quando se escreve uma palavra com letra maiúscula ou minúscula.

Também se pode verificar que, em manuscritos modernos, o caractere maiúsculo pode, algumas vezes, ter valor fonético, como é perceptível no excerto seguinte, retirado de um inventário do século XVIII, lavrado na então Capitania de Minas: "aonde / faleseo JoãoHenriques homem branco / epor faleser ab(e)ntes tado foj aReca / dado osSeosbens por este jui(s)o deau / (Z)entes" (OLIVEIRA, G., 2010, v. 2, p. 385). Neste caso, o "R" da palavra "aRecadado" equivale ao som representado por "rr".

Mas, para Meier (1948), a maiúscula tem outras funções, além da fonética: a primeira função é chamada *estruturante*, que se subdivide *em estruturante visual* e *estruturante sintático e métrico*; a segunda função, chamada de *individualizadora*; a terceira chamada de *hierarquizadora*, e a última, *distintiva*. Essas três últimas – individualizadora, hierarquizadora e distintiva podem ser chamadas de funções semânticas. Veja-se a classificação condensada no Organograma 1:

[17] Em relação a essa afirmativa de Meier (1948), é mister ressaltar que o sinal de crase não indica diferença de pronúncia, então, não é só de diferença de pronúncia que se tratava.

Organograma 1 – Classificação do uso das maiúsculas



Fonte: Organograma feito a partir da proposta de classificação de Meier (1948).

A partir dessa classificação de Meier (1948), foram analisadas as funções da maiúscula no texto editado nesta tese. Para isso, agruparam-se as palavras escritas com letra maiúscula em onomásticos, segundo a classificação de Houaiss (1967), estudada anteriormente e, também, em campos semânticos, entendidos como

> [...] associação de um conjunto de termos lexicais (campo léxico) a um conceito particular (campo onomasiológico). Por exemplo, o campo semântico dos sentimentos corresponderá ao campo onomasiológico "sentimento". O campo lexical compreende as palavras *amor*, *ódio*, *indignação*, *adoração*, *admiração*, *desprezo*, *piedade*[18] (NIKLAS-SALMINEN, 1997, p. 40 – tradução nossa).

Em síntese, um campo semântico é a união de um campo lexical a um campo onomasiológico.

[18] "[...] l'association d'un ensemble de termes du lexique (champ lexical) à une notion particulière (champ notionnel). Par exemple, le champ sémantique des sentiments fera correspondre au champ notionnel "sentiment" le champ lexical comprenant les mots *amour*, *haine*, *indignation*, *adoration*, *admiration*, *mépris*, *pitié*" (NIKLAS-SALMINEN, 1997, p. 40).

2.3.1.1 A maiúscula estruturante

O módulo estruturante divide-se em visual e em sintático-métrico. A estruturante visual é muito cultivada na publicidade, domínio discursivo em que há grande liberdade no uso dos módulos minúsculo e maiúsculo, para chamar a atenção do leitor. Sendo assim, a maiúscula pode apoderar-se de textos inteiros. como em cartazes, cartões, letreiros, etc. (MEIER, 1948). No caso da obra em estudo, verifica-se a maiúscula com essa função no título do livro, STATIRA, E ZOROASTES, nos títulos das partes, INTRODUCÇÃO; STATIRA, E ZOROASTES; ANECDOTA e ERRATA, na folha de rosto e no texto da Errata. Na folha de rosto, apenas os 4 versos da epígrafe não estão impressos em módulos maiúsculos. Nesse caso, em meio a tantas maiúsculas, o que chama a atenção são esses 4 versos escritos em letras minúsculas, excetuando-se a primeira letra das palavras que iniciam os versos primeiro, terceiro e quarto: "Nâo importa, quando deva florecer, / ou fructificar a verdade. / O que importa, é semear, e plantar. / Um dia, ou outro alguém aproveitará" (SZ, Ded.). Analisando esses versos, confrontando-os com a Introdução e com as memórias do poeta, supomos que a verdade referida no verso diz respeito ao apagamento de seu nome de um livro, publicado no início do século XIX, que relatava a história de Macau[19]. Nesse livro, segundo Alvarenga (1828), suas vitórias e méritos na política e na guerra contra os piratas chineses foram atribuídos a outras pessoas, conforme é possível depreender do seguinte excerto:

> De resto essa Memoria [livro que foi publicado em Lisboa, em 1824, relatando os feitos portugueses em Macau] altera, e desfigura a marcha dos Negocios publicos; confunde as Epocas, e em fim baralha tudo, quer pela falta que ali se mostra de conhecimentos da mudança, e Reforma, que houve nas Authoridades publicas, e na Administração dos Negocios daquella Capitania desde o anno de 1788 por Determinação expressa de S. M. a Rainha, a Senhora D. Maria I.; e mais Ordens ulteriores; quer pela falta de Chronologia (hum dos dois olhos da Historia) e sem o que não se podem combinar os factos com os tempos, em que realmente acontecerão.
>
> [...]
>
> Ora este unico Lugar, em que nessa Memoria se falla em mim, sem comtudo pronunciar-se o meu nome tão conhecido n'Asia (silencio misterioso!!!!!....); tendo eu sido o Governador naquella Epoca, o Author, e unico, que dirigia não só todos os Negocios publicos, mas muito privativamente este, em que tudo se fez debaixo das minhas ordens, e se concluio quatro mezes antes da chegada do meu Successor, que foi o mesmo Bernardo Aleixo em consequencia da sua Reconducção ordenada ao Vice-Rey em Carta Regia, que para isso lhe foi dirigida; tudo isto seria bastante, ou de sobejo para dar huma idéa do objecto, contexto, e falta de exactidão

[19] Para maiores informações relativas a isso, leia-se a biografia do autor, que consta nesta tese.

> dessa Memoria; do espirito, conhecimentos e fins, com que a fez este Escritor.
>
> Mas apezar de tudo isso, para melhor inteligencia, e convicção da *Verdade*, que authorisa esta minha Memoria, eu passo a dar succintamente algumas idéas positivas, que julgo necessarias para evitar obscuridades, ambiguidades, em fim duvidas principalmente na Posteridade, quando se trata de applicar á qualquer Escrito as indispensaveis regras de huma prudente Critica (ALVARENGA, 1828, p. 6-7, grifo nosso).

Esse apagamento resultava do desmerecimento de seus feitos nessa então possessão portuguesa na Ásia, fato esse que pode ser inferido pelo ostracismo em que ficou o poeta, após o retorno ao Brasil. Em suas *Memórias*, ele se defende da crítica de algumas pessoas que, segundo ele, comentavam a sua ociosidade. Ele argumentou, afirmando que sempre esteve à disposição para assumir cargos na Administração Pública, mas que nunca foi convidado e, também, nunca pediu, conforme se pode verificar no excerto retirado *Artigo adicional à memória:*

> Continuei mas de quinze, em quize dias. Apparecia-lhe [a D. João VI] em todos os dias de Cortejo, ou Beijamão. E assim se passarão nove mezes, sem que se me dissesse coisa alguma. Ora nove mezes he tempo bastante para produzir, ou dar á Luz alguma coiza!
>
> Disserão-me depois, que era moda não se dar aqui nada, sem que se pedisse. Nunca vi moda, que durasse tanto tempo! E principalmente tendo sahido á pouco tempo de Paris!
>
> [...]
>
> Procurei-o [a D. João VI] algumas vezes depois por gratidão somente, e muito mais, por que eu soube por pessoas muito dignas, e da sua roda os elogios, que me fazia &c. &c. Disse-me por vezes, que eu visse, o que queria. Eu so lhe agradecia. Nunca lhe pedi coisa alguma.
>
> Assim fiquei athe que ElRei se foi para Portugal. E assim estou, graças a Deos.!
>
> Apezar de tudo, quanto houve desde então, e mesmo da falta de gente, que se dizia; [mas que eu não creio]; eu nunca fui precizo, nem chamado para nada. Tal era então minha nulidade; [ou o merecimento dos outros] quando me achava prompto e habilitado de maneira não commum para o Serviço da Patria.
>
> Nunca pedi. Nunca se me deo. Por tanto nunca recusei (ALVARENGA, 1828a, p. 18-19).

Na Errata, as letras maiúsculas também foram usadas como estruturante visual, para indicar as páginas, linhas e capítulos.

Mas, como já foi dito, além dessa função, Meier (1948) também aponta outra: a estruturante sintática e métrica. Segundo o autor, junto com a pontuação, a maiúscula tenta reproduzir e sugerir a pausa entre as frases e a entoação. No texto da novela, como é de norma, e já o era naquele tempo, é sempre feito o uso de maiúscula após o ponto final: “A

Filosofia veio em meu socorro. Ela abriu-me os olhos da razão e do entendimento" (SZ, p. 46).

Também sempre é usada maiúscula após reticências, ponto de interrogação e ponto de exclamação, como mostram os seguintes excertos:

> Eu ingrato a tantos benefícios, fui a causa.... Sim; mas causa inocente da sua morte (SZ, p. 46).
>
> Seria porventura justo, que aquela, que tem preservado as vossas liberdades; só ela fosse a escrava? Seria acaso glorioso para uma Nação generosa, que aquela mesma, que tem constantemente trabalhado e exposto a sua vida para a vossa felicidade, só ela fosse a infeliz? (SZ, p. 43).
>
> Tendo-me dado a educação mais cuidadosa, tinha posto em mim todas as esperanças para a velhice! Eu ingrato a tantos benefícios, fui a causa... Sim; mas causa inocente da sua morte (SZ, p. 46).

De acordo com Meier (1948), nas obras poéticas, a maiúscula costuma marcar o início de cada verso ou de cada estrofe. Nos versos, que aparecem no livro, a maiúscula também é usada como estruturante no início dos versos, exceto na epígrafe:

> Filha do Céu, Amizade,
> Tu mereces meus Louvores;
> Tu és bela, és doce, és terna;
> Mas não és, como os Amores (SZ, Ded.).

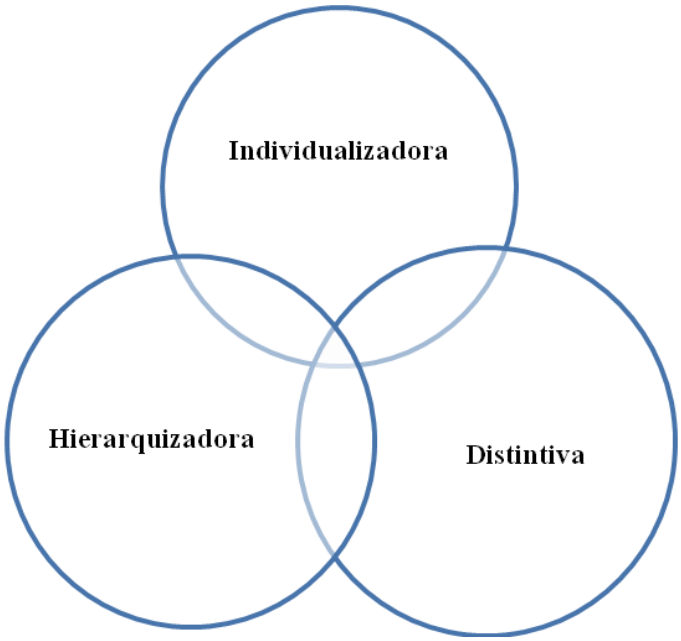
2.3.1.2 As funções semânticas da maiúscula

Segundo Meier (1948), a maiúscula também exerce a função semântica, que é uma função muito importante e altamente interessante, mas, como qualquer fato semântico, "apresenta uma série de dificuldades, oriundas em última análise da ignorância relativa em que nos encontramos dos fenômenos semânticos em geral (digo 'ignorância relativa' considerando a comparação com a sintaxe, a fonologia etc.)" (PERINI, 2005, p. 43).

Um dado que ilustra essa afirmativa é o fato de, no texto editado nesta tese, o uso da maiúscula na função de estruturante sintático e métrico ter sido categórico, ou seja, nas condições mencionadas anteriormente, sempre foi usada a inicial maiúscula. Entretanto, como será visto a seguir, nas funções semânticas, houve muitas oscilações. Não se descarta a hipótese de um ou outro problema tipográfico, mas supõe-se que a maioria das oscilações se

deveu à fluidez, à pluralidade e à sobreposição dos significados, além do uso oscilante na própria época. A fluidez da classificação semântica pode ser vista no Organograma 2:

Organograma 2 – Classificação semântica do uso das iniciais maiúsculas



Fonte: organograma feito a partir da classificação de Meier (1948).

Essas três classificações propostas por Meier (1948) serão analisadas e aplicadas a seguir.

2.3.1.2.1 A função individualizadora

Nesta função, a maiúscula é usada para separar o caráter individualizador do nome do caráter generalizador do substantivo. Como exemplo, Meier (1948) apresenta as palavras Suíça (país) e suíça (barba). No primeiro caso, trata-se de um antropônimo e no segundo de um substantivo comum.

Segundo Meier (1948), essa função, como qualquer fenômeno linguístico, não reflete diretamente a realidade, mas a perspectiva de quem escreve. Nessa função, ainda de acordo com esse autor, a maiúscula é usada para nomear pessoas, animais, instituições ou objetos que, por qualquer motivo, ganharam personalidade. Sendo assim, é usada em antropônimos, topônimos, mitônimos e hagiônimos.

Já nesta classificação, um problema semântico aparece. O próprio Meier (1948, p. 193) afirmou que "São os seres mais individualizados na nossa consciência, os de maior duração e força, de maior transcendência que recebem os nomes. Não admira, portanto, que a maiúscula sirva também para hierarquizar o nosso mundo espiritual." Sendo assim, algumas das palavras, nesta seção, classificadas na função individualizadora da maiúscula, poderiam, também, ser classificadas em outras, como a hierarquizadora. Então, é importante afirmar que as classes de funções semânticas não são excludentes e suas fronteiras são movediças e tênues, como acontece com qualquer fato semântico.

Na dedicatória, as palavras referentes ao livro – "Novela, Peça, etc." e ao divino "Creador da Natureza, Divino Exemplo" – foram grafadas com iniciais maiúsculas. Nos dois primeiros casos, entende-se que a maiúscula tem uma função individualizadora.

Na Introdução, o autor justifica a publicação da novela e relata que ela é redução de um texto maior. O tema da Introdução é a política e a moral que, para Alvarenga (1826), devem andar juntas. Entretanto, segundo ele, a maneira mais interessante de se falar desses dois assuntos é através da alegoria, daí a escolha da novela para tratar destas temáticas: política e moral.

Nessa parte da obra, as iniciais maiúsculas foram usadas na função individualizadora na escrita dos antropônimos, como "Lorde Bacon; Madame de Staël; Nicolau Maquiavel", etc., topônimos, como " Estados Unidos da América; Grã-Bretanha; Roma", entre outros, assim como na escrita de cargos, instituições, objetos e conceitos religiosos, como " Alcorão; Espírito; Igreja Universal; Pregador; Religião Dominante", etc. É importante frisar, como também chamou a atenção Meier (1948), que nos casos do domínio discursivo religioso, o uso da maiúscula é, também, hierarquizador, o que será discutido posteriormente.

Essa inicial também foi usada para grafar termos do campo semântico da literatura, como "Fábula": "Eu muitas vezes cheguei a contar-lhe histórias, e algumas *Fábulas* adequadas, que eu forcejava para passar por factos verdadeiros" [..] (SZ, p. 9, grifo nosso).

A inicial maíuscula também foi usada na escrita de palavras do campo semântico político e militar como "Guerra Púnica; Pátria; Revolução da França, Revoluções", etc. Entretanto ocorre "revolução do Brasil". Nesse caso, conjectura-se que seja um erro tipográfico. A palavra "Pátria apresentou oscilação: algumas vezes foi escrita com inicial minúscula, outras com inicial maiúscula. A maiúscula foi usada com função individualizadora nessa palavra quando apresentou um sentido específico, ou seja, quando se referia a uma pátria particular, a palavra foi grafada com inicial maiúscula; mas ao se referir à "pátria" em

geral foi grafada com inicial minúscula, como mostram os seguintes excertos: “Por último na falta das antigas Escolas da Grécia, essa *Pátria das Artes* [...].” (SZ, p. XIX, grifo nosso); ou “[...] é por isso do dever dos verdadeiros amigos da sua *Pátria* [...].” (SZ, p. XXV, grifo nosso); “[...] o mais que pode fazer hoje, é dar a vida pela *pátria* [...].” (SZ, p. X, grifo nosso).

Na Novela, a maiúscula foi usada na função individualizadora na grafia de antropônimos (incluindo antonomásticos), hidropônimos, mitônimos e topônimos. Eles são sempre escritos com iniciais maiúsculas:

> E enquanto não torno a ver *Statira*, que jurou-me amor eterno, quando expirou nos meus braços; irei continuando assim a passar o resto desta vida frugal, e inocente até exalar nos braços dos Magos, meus amigos, o meu último suspiro (SZ, p. 54-55, grifo nosso).
>
> Partiram com efeito; e o primeiro objecto, a que se derigiram, foi a ver a famosa Escola dos Filósofos, (ou Magos) que acabava de fundar-se nas margens do *Golfo Pérsico* (SZ, p. 2, grifo nosso).
>
> [...] filhas de uma imaginação exaltada; e que a regra da prudência em tais casos é consultar os homens imparciais, e iluminados; dispus-me a visitar os homens sábios d’*Ásia*, conversar com os Filósofos de diferentes Países (SZ, p. 54, grifo nosso).
>
> Já não me chamavam, senão o *Grande General*, o *Libertador da Pátria* (SZ, p. 38, grifos nossos).

Ainda na novela, as palavras “Sol” e “Universo”, do campo semântico da astronomia, aparecem grafadas com maiúscula em função considerada, nesta pesquisa, individualizadora: “[...] como o *Sol* benfeitor, que anima, conserva, e que ilumina o *Universo*” (SZ, p. 32, grifos nossos).

A palavra “Luz”, do campo semântico dos fenômenos da natureza e, também, metaforicamente, ligada à inteligência, é grafada com inicial maiúscula, assim como algumas outras palavras que a ela se referem, como “Criatura”:

> Que ela era tão bem combinada, como a *Luz*, *Creatura* a mais brilhante de um Deus Omnipotente, e que por isso também devia principiar a existir com a mesma presteza, com que a Luz fora feita (SZ, p. 32-33, grifo nosso).
>
> [...] e que o primeiro Ministro d’Estado, Tio de Statira, Irmão de sua May, homem de grandes *Luzes*, merecimento, e prudência, vendo os Negócios Públicos em tão más circunstâncias [...] (SZ, p. 36, grifo nosso).

Percebe-se, na primeira abonação, que "Luz" é personificada, por isso a inicial maiúscula com função individualizadora.

No campo semântico da nobreza, a palavra "Pessoa" aparece grafada uma única vez com inicial maiúscula, designando Statira: "[...] ela deu-me o Comando em Chefe do Exército: e por este motivo tinha eu frequentes ocasiões de accesso à sua *Pessoa*" (SZ, p. 39, grifo nosso). Em outros contextos, aparece com inicial minúscula: "Segundo as Leis Fundamentais da Lícia não podia a *pessoa*, que reinava, casar-se com Estrangeiro" (SZ, p. 41, grifo nosso).

A palavra "país", do campo semântico da política, aparece grafada com inicial maiúscula na função individualizadora, entretanto apresenta oscilação, visto que há uma ocorrência com inicial minúscula, as demais ocorrências – quatro – as iniciais são maiúsculas:

> Eu nasci Príncipe, meu Pai era o Soberano de um grande, e fértil *País* no Tibete (SZ, p. 5, grifo nosso).
>
> [...] dispus-me a visitar os homens sábios d'Ásia, conversar com os Filósofos de diferentes *Países* (SZ, p. 54, grifo nosso).
>
> [...] e observar ela mesma as cousas mais notáveis em diferentes países, (SZ, p. 3,grifo nosso).

Não foi possível explicar a variação. Supõe-se que seja problema tipográfico.

No campo semântico dos sentimentos, as palavras "Amizade" e "Amor" aparecem grafadas com inicial maiúscula, mas apenas quando personificadas:

> Filha do Céu, *Amizade*, / Tu mereces meus Louvores [...] (SZ, p. 55, grifo nosso).
>
> Ela veio a ter-me um grande amor, e uma verdadeira *amizade* (SZ, p. 9, grifo nosso).
>
> Por isso, e porque as extravagâncias são da essência *d'Amor* [...] (SZ, p. 38, grifo nosso).
>
> [...] fazendo-lhe, ao mesmo tempo uma viva descripção dos efeitos prodigiosos d'Amizade, e *d'Amor* (SZ, p. 9, grifo nosso).
>
> A quanto obriga *Amor* (SZ, p. 8, grifo nosso).
>
> Tive portanto o maior prazer, quando percebi, que ela já sentia por mim aquele mesmo *amor* [...] (SZ, p. 40, grifo nosso).

No capítulo da Anedota e da Errata, que se seguem à novela, a maiúscula foi usada, também, com esta função individualizadora: “Lorde” e “Senhora Inglesa”. O emprego dessa função revela que os seres e objetos a que essas palavras se referem não são genéricos, têm um referente único: “Uma *Senhora Inglesa*, filha de um *Lorde*, e primeiro Ministro d’Estado [...]” (SZ, p. 57) – grifos nossos). Em outras palavras, não é qualquer senhora, mas uma senhora inglesa, filha de um lorde, ou seja, ambas são específicas.

Na Nota do autor, que se segue à Errata, a maiúscula foi usada, também, com esta função individualizadora: “Auteur; Note de l’Auteur; “Ouvrage”: “A fin de prevenir toute surprise, ou contrefaçon, e pour assurer la propriete de son *Ouvrage*, chaque exemplaire sera revetu de sa signature” (SZ, p.58, grifo nosso) e “Note de l’Auteur” (SZ, p. 58). Este caso entendeu-se como função individualizadora, porque o autor, neste contexto, é Lucas José d’Alvarenga e a obra é a novela *Statira, e Zoroastes*.

Veja-se uma síntese do uso da inicial maiúscula na função individualizadora no Quadro 8:

Quadro 8 - Uso da maiúscula na função individualizadora

DIVISÃO DO LIVRO	CAMPOS SEMÂNTICOS E ONOMÁSTICOS					
Dedicatória	*Literatura*		*Religião*			
	Novela; Peça; etc.		Creador da Natureza; Divino Exemplo			
Introdução	*Literatura*	*Militar e político*	*Religião*	*Onomásticos*		
	Fábula	Guerra Púnica; Pátria; Revolução da França; Revoluções; etc.	Alcorão; Espírito; Igreja Universal; Pregador; Religião Dominante; etc.	Lorde Bacon; Madame de Staël; Nicolau Maquiavel; etc. Estados Unidos da América. Grã-Bretanha; Roma; etc.		
Novela	*Astronomia*	*Fenômeno da natureza*	*Nobreza*	*Política*	*Sentimento*	*Onomásticos*
	Sol; Universo.	Luz; Criatura.	Pessoa	País	Amizade; Amor	Statira; Golfo Pérsico; Ásia; etc.
Anedota	*Onomásticos*					
	Lorde; Senhora Inglesa					
Nota do autor	*Literatura*					
	Auteur; Note de l'Auteur; Ouvrage.					

Fonte: dados desta pequisa.

2.3.1.2.2 A função hierarquizadora

Essa segunda função, que a maiúscula também pode exercer, recria, na escrita, a hierarquia social e/ou espiritual. Nesta pesquisa, entende-se que esta função relaciona-se com a anterior, visto que só se individualiza aquele ou aquilo que está inserido num quadro de valores sociais relevante para quem escreve ou para determinada comunidade em que o uso de maiúscula é institucionalizado, regulado por lei, como atualmente.

Quanto à Dedicatória, a novela foi dedicada à imperatriz Leopoldina. Todas as palavras relativas à imperatriz foram grafadas com iniciais maiúsculas: "Princesa Heroína"; "Vossa Majestade"; "Vossa Majestade Imperial" (SZ, 1826). Em relação a isso, é importante ressaltar que até hoje, em correspondências formais ou oficiais usa-se a maiúscula em

pronomes de tratamento. Meier (1948, p. 195) já alertava: “Os vocativos e as fórmulas de tratamento da ortografia epistolar são [...] o campo preferido da letra grande.”

Outros vocábulos como pronome possessivo, pronome oblíquo, adjetivos e verbos que denotam qualidades, atitudes ou reações da imperatriz também foram grafados com inicial maiúscula, como demonstram os seguintes excertos:

> Muito *Alta*, *Generosa* Imperatriz do Brasil *Se Dignaria Aceitar*, como *Aceitou* de um subdito *Seu*, e com *Agrado*, a Dedicação desta Peça. Tão *Alta Protecção Fará* florescer [...], debaixo de *Tão Alto, Majestoso Tronco*, ficará abrigado à sombra d*Ele* (SZ, Ded., grifos nossos).
>
> [...] a *Mão Augusta* de Vossa Majestade Imperial (SZ, Ded., grifo nosso).
>
> [...] o *Seu* fiel súbdito [...] (SZ, Ded.,grifo nosso).

É interessante notar que o escritor assinalou com maiúscula até a metáfora referente à família imperial: “Majestoso Tronco”. Nesse caso, percebe-se que a maiúscula foi usada com função hierarquizadora, já que ao grafar as palavras referentes à imperatriz e, especificamente, à família imperial, com inicial maiúscula e as referentes a ele (Alvarenga) com inicial minúscula, o escritor recriou, na escrita, os níveis hierárquicos do soberano – “que ou aquele que detém poder ou autoridade suprema” (CUNHA, 1997, p. 741) e do súdito – “que ou aquele que está subordinado a vontade de outrem” (CUNHA, 1997, p. 740).

Na Introdução, a maiúscula na função hierarquizadora foi usada para grafar títulos e cargos sociais relevantes: “Almirante Drury, Deputadas, Sultões, Cônsules, Cortesãos” etc.; fórmulas de tratamento: “Sua Majestade Fidelíssima”, etc.

O módulo maiúsculo foi também usado para grafar as iniciais de todas as palavras do campo semântico da política e da moral. Esse uso hierarquizador foi uma forma de chamar a atenção do leitor para os assuntos principais da introdução, embora, conforme afirmado anteriormente, essas classificações semânticas não sejam excludentes; em alguns casos, podem se sobrepor, como a função hierarquizadora e a individualizadora.

A inicial maiúscula também foi usada com função hierarquizadora na grafia de alguns conceitos, ciências e outras instituições sociais como “Causa Pública, Ciência, Civilização, Constituições, Direito Público, Equidade das Leis, Gabinete, Governos, Humanidade, Justiça dos Governos, Moral, Nação, Política, Povo Romano”, etc.

Na novela, a maiúscula foi usada com essa função hierarquizadora nas palavras pertencentes ao campo semântico da ciência e do saber: “Escola; Estabelecimento; Física; Estudo da Natureza; Mago”:

> Partiram com efeito; e o primeiro objecto, a que se derigiram, foi a ver a famosa *Escola* dos Filósofos, (ou Magos) que acabava de fundar-se nas margens do Golfo Pérsico (SZ, p. 2, grifos nossos).
>
> [...] dando a cada um dos Visitantes em termos hábeis uma ideia conveniente daquele novo *Estabelecimento* [Escola dos Magos] (SZ, p. 3, grifo nosso).
>
> Que as paixões em moral, bem como os venenos em *Física* podem ser úteis, sendo habilmente combinados (SZ, p. 49, grifo nosso).
>
> Apesar da Sabedoria, que me faz resignar na vontade de um Deus Todo Poderoso; apesar dos prazeres, e do *Estudo da Natureza* [...] (SZ, p. 4, grifo nosso).
>
> [...] busquei ultimamente as margens do Arósis, onde os *Magos*, com quem vivo nos mais estreitos Laços d'Amizade, quiseram ter a bondade de escolher-me por seu Chefe (SZ, p. 54, grifo nosso).

O módulo maiúsculo também foi usado na grafia da letra inicial de palavras do campo semântico do esporte: "Caça" e "Caçadores". Isso demonstra a importância dessa atividade no contexto social da época, por isso a classificação como hierarquizador:

> Eu nasci Príncipe, meu Pai era o Soberano de um grande, e fértil País no Tibete. Andando eu um dia à *Caça*, succedeu perder-me nos bosques sem poder atinar com o caminho (SZ, p. 5, grifo nosso).
>
> Um dia, que eu atravessava os Estados da Lícia, parei em uma larga floresta, para abrigar-me ali do excessivo calor; eis de repente vejo uma quantidade de *Caçadores*, que passaram bem perto de mim [...] (SZ, p. 13, grifo nosso).

No campo semântico de família, quase todas palavras são escritas com iniciais maiúsculas com a função hierárquica: "Avós; Espozo; Estado Nupcial", e "Tálamo nupcial"; "Lares; May; Marido; Pai; Tálamo; Tio". Essa hierarquia se confirma, também, pelo fato de a palavra "filho" aparecer sempre grafada com inicial minúscula, conforme demonstram as abonações seguintes:

> Depois das luminosas ideias, cujo clarão desde o Oriente enche o Mundo inteiro, sem pertensões ainda agora, que a lembrança de seus *Avós*, que eles envergonham com a sua conducta, deve preferir às virtudes das mulheres, que os humiliam (SZ, p. 18-19, grifo nosso).
>
> [...]e enfim em atenção distinta aos seus serviços pessoais feitos à Pátria na Paz, e na Guerra; lhe era (sem poder servir de exemplo para o futuro) permitida a liberdade de escolher *Esposo*, quem quer, que fosse; ficando só

> por aquela ocasião, e por tão extraordinários motivos, suspenso o Artigo da Constituição, que defendia tão perigosa liberdade
> (SZ, p. 42, grifo nosso).
>
> [...] sem o menor constrangimento poder mudar do estado Religioso para o *Tálamo nupcial* (SZ, p. 8, grifo nosso).
>
> [...] poderiam afastar os seus súbditos, ou para melhor dizer, os seus *filhos* da oportunidade de se queixar a ela mesma, como a sua *May*, a sua Defensora Perpétua, a sua Rainha (SZ, p. 26 – grifos nossos).
>
> Tornando pois à história, que eu interrompi, para vos fazer ver previamente, quem era Statira, *filha* de quem, como sua *May* tinha subido ao Trono, de que ela era herdeira (SZ, p. 34 – grifos nossos).

O campo semântico da família entrelaça-se ao da nobreza, visto que muitos laços familiares referem-se a laços das personagens nobres da novela. Ocorrem também oscilações: "Família" apresenta uma ocorrências com letra inicial maiúscula e duas com minúscula; "Irmão" apresenta três ocorrências com letra inicial maiúscula e uma com minúscula:

> Tomei a resolução de abandonar meu Pai, minha May, minha *Família*, e com ela todos aqueles doces encantos de uma Corte sedutora, que tão lisonjeiramente encadeiam aquelas almas, que não foram formadas, como a minha (SZ, p. 8, grifo nosso).
>
> Ela perguntou-me o meu nome, a minha Pátria, e a minha *família*; entretanto olhava-me com atenção (SZ, p. 38, grifo nosso).
>
> [...] respondi-lhe, que eu tinha nascido em uma Cidade da Síria, e de uma *família* obscura. Ela imediatamente se retirou sem me dizer mais uma palavra (SZ, p. 38-39, grifo nosso).
>
> Fui mais informado, que a May de Statira depois de governar alguns anos tinha sido detronada atraiçoadamente pela ambição de um Tirano, *Irmão* de seu Marido [...] (SZ, p. 34, grifo nosso).
>
> Mas não obstante este meu retiro, e a distância do lugar, em que eu me achava; meu *irmão* (talvez julgando-me por si) considerando-me como aos outros homens, teve algum ciúme de mim, supondo, que eu reclamaria o Trono (SZ, p. 48, grifo nosso).

A grafia de uma ocorrência da palavra "irmão" com inicial minúscula pode ser justificada por ter uma conotação negativa, já que se refere ao irmão de Zoroastes que, segundo ele, era ciumento e o julgava (a Zoroastes) segundo padrões vulgares. Talvez, neste caso, o uso tenha sido conforme o merecimento moral, uma hipótese que se levanta. Entretanto, na abonação anterior, a palavra "Irmão", cujo referente é o cunhado da mãe de Statira, está grafada com iniciail maiúscula, embora este seja um traidor.

Em relação à oscilação da palavra "família", entendeu-se da seguinte maneira: "família" com inicial minúscula ocorre em contextos em que a família de Zoroastes era entendida como não nobre ou havia dúvida sobre sua origem. Na primeira abonação com inicial minúscula, Statira, sem saber quem era Zoroastes, pergunta-lhe pela sua família; na terceira abonação, Zoroastes, mentindo, diz-lhe que é de uma família obscura. Sendo assim, percebe-se também uma hierarquia: era considerada mais importante na novela a família nobre, por isso a grafia da palavra com inicial maiúscula.

No campo semântico da nobreza, as palavras "Ceptro; Civil; Corte; Cortesãos; Defensora Perpétua; Dinastia; Estátua; Família Real; Graça; Grandes da Corte; Heróica Soberana; Heroína; Inspecção; Jovem; Judiciosa; Majestade; Majestoso; Palácio; Personagens; Pessoa, Pessoa Real; Princesa; Príncipe; Proclamado Título de Rainha; Rainha; Real; Realeza; Rei; Reinado; Reino; Trono, Usurpador e Viajantes da Pérsia" também são escritas com inicial maiúscula:

> Que os respeitos, contemplações, interesses particulares, e mil outras combinações funestas (que todos sabem muito bem) poderiam afastar os seus súbditos, ou para melhor dizer, os seus filhos da oportunidade de se queixar a ela mesma, como a sua May, a sua *Defensora Perpétua*, a sua *Rainha* (SZ, p. 26, grifos nossos).
>
> Que este velho tendo-se entretanto correspondido frequentemente com as amigas da *Família Real*, fora por fim a Jovem Princesa com aplauso geral restituída ao Trono de sua May depois de falecido o *Usurpador* [tio de Statira, que tomou o trono da mãe dela] [...] (SZ, p. 35, grifos nossos).
>
> Enfim no seu ar [da Princesa Persana], e nos seus gestos viam-se ao mesmo tempo a *Graça*, e a *Majestade* (SZ, p. 2, grifos nossos).
>
> [...] ela [a Rainha] se julgava entretanto responsável em parte pelo desempenho de todas essas mesmas funcções em razão do dever geral da *Inspecção*, que ela sentia sobre os seus ombros (SZ, p. 28, grifo nosso).
>
> [...] e a vida da Princesa herdeira em perigo iminente, tomara o expediente de emigrar para as Índias com a *Jovem* Princesa; o que com efeito posera em prática [..] (SZ, p. 36, grifo nosso).
>
> Era pois este Filósofo, quem devia receber as *Personagens* [casal de príncipes da Pérsia], que visitavam aquele lugar [..] (SZ, p. 3, grifo nosso).
>
> *Princesa*, aquela *Estátua*, que estais vendo, é a *Estátua* de Statira, que me tinha tanto amor em outro tempo, como vós tendes hoje ao *Príncipe*, vosso Esposo (SZ, p. 4, grifos nossos).
>
> Eu era ainda muito moço, *Príncipe*, e amigo de fazer a minha vontade, e até mesmo sem querer às vezes fazer uso da minha razão, para não obstar talvez aos meus projectos (SZ, p. 8, grifo nosso).

> A *Rainha* porém, cuja penetração era tão profunda como *Judiciosa*, prevalecia-se deste mesmo sentimento geral, tão idolatrado pelo Povo [...] (SZ, p. 26, grifo nosso).

> [...] e ainda mesmo, que eu já fora *Rei*, nem assim podia fazer cousa alguma neste Caso (SZ, p. 7, grifo nosso).

> Foi portanto Zoroastes, quem recebeu os dois *Viajantes da Pérsia* [casal de príncipes persas]; e depois de os entreter com um refresco simples, e frugal [...] (SZ, p. 3, grifo nosso).

Como se vê, não apenas as palavras que diretamente se referem a títulos e a objetos da nobreza, mas até aquelas, como "estátua, graça, inspeção, jovem", que não pertencem propriamente ao campo semântico da nobreza, quando estão a ela associadas, são escritas com letra inicial maiúscula. Neste caso específico, a estátua era de Statira, uma rainha. "Defensora perpétua", assim como "Personagens, Viajantes da Pérsia" e "Visitantes", também, propriamente, não pertencem ao campo semântico da nobreza, mas neste caso sim, visto que o primeiro refere-se à rainha, conforme mostrou a última abonação, o segundo, o terceiro e o quarto termos referem-se ao casal de príncipes da Pérsia: "Foi portanto Zoroastes, quem recebeu os dois *Viajantes da Pérsia* [casal de príncipes persas]; e depois de os entreter com um refresco simples, e frugal [...]" (SZ, p. 3, grifo nosso).

Julga-se interessante registrar que o termo "Personagem" não tinha e não tem apenas o sentido de ser fictício. Segundo Bluteau (1728, t. VI, p. 449), personagem "Val o mesmo que pessoa, homem." Já Morais e Silva (1789, v. 2, p. 439) define personagem como "Pessoa de consideração, nobre, autorizada por seu grande officio, ou qualidade."

Também as palavras "Civis; Consideração; Coração; Determinação; Fala; Instrucção; Justiça; Livre" quando se referem à rainha são grafadas com inicial maiúscula, mas em outros contextos não:

> Porém esta Heroína [Statira], que tinha ainda maiores talentos, do que se supunha, tanto Militares, como *Civis*, e Políticos [...] (SZ, p. 15, grifo nosso).

> Que todo o perigo da Pátria pode, e deve suspender a Liberdade individual; porque todo o caso, ou bem fundado receio de agressão interior, e sedições *civis* forçam cada Cidadão a fazer o sacrifício [...] (SZ, p. 24, grifo nosso).

> Que tomando-se em *Consideração* as desgraças passadas da Rainha as suas prudentes, saudáveis *Determinações*, a Liberalidade, com que tinha já admitido ao serviço da Nação alguns homens [...] (SZ, p. 40, grifos nossos).

> Que a Rainha ouvindo o seu Conselho d'Estado, e tomando em *Consideração* os iminentes males, que ameaçavam o Reino [...] (SZ, p. 21, grifo nosso).
>
> Estas, e outras *considerações* me determinaram [narrador] a passar o resto dos meus dias no Estudo da Sabedoria [...] (SZ, p. 47, grifo nosso).
>
> A curiosidade, o espírito e o terno *Coração* da Princesa Persana a obrigaram a interromper o Filósofo, e a inquirir com interesse a causa de suas lágrimas (SZ, p. 4, grifo nosso).
>
> Zoroastes, ou fosse, como é de supor, para satisfazer a Princesa; ou fosse também, como é natural, para aliviar o seu próprio *coração* do peso da tristeza [...] (SZ, p. 4, grifo nosso).
>
> [...] voltando-se logo para a Rainha (que depois da sua *Fala* a repetidas instâncias do Congresso se tinha demorado, e bem a seu pesar assistido à Leitura do Projecto) dirigiu-lhe imediatamente uma *Fala* sublime, científica, enérgica, digna enfim de uma tal Rainha, e da Presidente de um Majestoso Congresso [...] (SZ, p. 32, grifo nosso).
>
> Animaram-se com a minha presença, e com as minhas [do narrador] *falas*; e assim com este expediente ajuntei um pequeno corpo de Tropa, com que marchei ao inimigo (SZ, p. 37, grifo nosso).
>
> [...] passava a maior parte do seu tempo em uma leitura, escolhida para a sua *Instrucção* (SZ, p. 1, grifo nosso).
>
> Interrogai a História; ela é a representação do passado para a *instrucção* do futuro (SZ, p. 17, grifo nosso).
>
> Que ela tinha a mesma bondade de sua May, que atraía os bons com a *Justiça*, e os maus com a clemência (SZ, p. 36, grifo nosso).
>
> À vista deste novo Decreto, da clareza, e *justiça* dos princípios preservativos, em que ele se fundava, (e talvez já da eficácia da nova Magistratura de Polícia) tomou ou pareceu tomar a opinião pública a conveniente, nova direcção, que se lhe deu (SZ, p. 25, grifo nosso).
>
> [...] - Viva a Rainha - Vós sois *Livre* [...] (SZ, p. 44, grifo nosso).
>
> Estando *livre* então daquela escravidão, inquietações, receios, e perigos inseparáveis da Realeza, ou (para melhor dizer) que estão identificados com a Autoridade [...] (SZ, p. 48, grifo nosso).

Em relação à palavra "Fala", supõe-se que o módulo inicial maiúsculo indique também uma relação com a Fala do trono, de D. Pedro I, na abertura da Assembleia Geral Constituinte de 1823. A Fala do Trono "era a oração com que o Imperador abria e encerrava a sessão legislativa" e foi reconhecida pela Constituição Imperial de 1824 como "sessão Imperial de abertura" (CALMON, 1977, p. 7). Segundo Sousa (1972, v. 3), o próprio

imperador redigia as Falas do Trono. Essa hipótese será desenvolvida detalhadamente na análise literária da novela.

Entretanto, há, também nesse campo, oscilações: a palavra "coroa", por exemplo, foi grafada quatro vezes com inicial maiúscula e uma vez com minúscula, no mesmo contexto. O verbo "reinar" também registrou oscilação, duas vezes grafado com inicial maiúscula e duas vezes com minúscula.

> Eu renunciei a minha *Coroa* para sempre; e por esta ocasião meu Irmão foi confirmado na posse do Trono (SZ, p. 45, grifo nosso).
>
> Mas eu noutro tempo olhava para ela apenas, como uma Vestal, e de um nascimento ordinário; e não obstante desejava, que cingisse comigo a minha *coroa* (SZ, p. 38, grifo nosso).
>
> Disse mais, que ela queria *Reinar* em corações livres, e generosos, e que fossem ao modelo do seu; porém que sendo os Tronos em geral tão invejados, e aquele especialmente tão ambicionado pelos homens, era preciso para a sua segurança cercá-lo de Instituições defensivas (SZ, p. 29, grifo nosso).
>
> Eu não podia *reinar* em Lícia depois da morte de Statira: a Coroa era privativa daquele Sexo (SZ, p. 47, grifos nossos).

Outro campo semântico que também apresentou palavras com iniciais maiúsculas na função hierarquizadora foi o das instituições e organizações humanas. Neste caso, frisa-se que a maioria das palavras pertence ao campo das instituições política e militar (guerra). "Aclamação; Armas; Artigo da Constituição; Assembleia; Assembleia Geral; Augusta Assembleia; Chefe do Exército; Cidadão; Comando; Comissão; Congresso; Conquistadores; Constitucional; Constituição; Constituinte; Constituinte e Legislativa; Convocação; Decretado; Decretar; Decreto; Deliberações; Despacho; Edital; Eleição; Emprego; Estacionária; Exército; Fundamentais (ref. a Leis); Governo; Grandeza; Instituições; Invenção; Juramento; Liberal; Liberalidades; Magistratura de Polícia; Magistratura; Magnânimo; Mapa; Militares; Ministerial; Nação; Nacional; Oradora; Pai da nossa Pátria; Pátria; Peça Majestosa; Poderes (relativo a Estado); Polícia; Políticas Providências; Presidente; Representantes; Revolução; Selo do Juramento; Senado; Sentinela; Soberano; Sociedade; Território; Tirano; Usurpador":

> [...] que ela julgava indispensável para legitimar a sua *Aclamação*, e para a estabilidade, garantia e tranquilidade da Nação (SZ, p. 15, grifo nosso).

Fez convocar sem perda de tempo uma *Assembleia Geral, Constituinte, e Legislativa*, para estabelecer legal, e deliberadamente uma nova forma de *Governo*, que ela julgava indispensável para legitimar a sua Aclamação, e para a estabilidade, garantia e tranquilidade da *Nação* (SZ, p. 15, grifos nossos).

Nós pois (continua ela) não deveremos sofrer, que esses homens imbeceis, cubertos de opróbrio, e que não se animaram a seguir o nosso exemplo, e a sorte das nossas *Armas*, venham amparar-se agora da melhor parte dos saborosos fructos de nossos trabalhos gloriosos (SZ, p. 16, grifo nosso).

[...] que tenho o prazer de apresentar nesta *Augusta Assembleia* [...] (SZ, p. 30, grifos nossos).

Ela mandou imediatamente expedir *Avisos* aos Grandes da Corte, e ordens aos Empregados públicos, e fixar *Editais* ao Povo, para que se achassem à hora determinada no referido lugar (SZ, p. 42-43, grifos nossos).

[...] Fala a repetidas instâncias do *Congresso* se tinha demorado, e bem a seu pesar assistido à Leitura do Projecto) dirigiu-lhe imediatamente uma Fala sublime, científica, enérgica, digna enfim de uma tal Rainha, e da Presidente de um *Majestoso Congresso*, que representava tão valerosa, como delicada *Nação* (SZ, p. 32, grifos nossos).

Voltei à Rainha; e apenas acabava de expor-lhe o resultado das *Deliberações* do Conselho; ordenou-me, que marchasse logo logo com todo o Exército para aquela planície, em que eu tinha ganhado a batalha aos Cários, e que ali fizesse alto, esperando as suas últimas ordens (SZ, p. 42, grifo nosso).

Se nós lhes confiarmos ainda agora as mais pequenas Honras, e *Empregos*; eles se prevalecerão desta oportunidade, e serão os primeiros a minar a nossa reputação, a calumniar o nosso valor, e a nossa glória (SZ, p. 16, grifo nosso).

Segundo as Leis Fundamentais da Lícia não podia a pessoa, que reinava, casar-se com *Estrangeiro* (SZ, p. 41, grifo nosso).

O Trono, e a *Grandeza* só serviriam para fazer sentir mais o pezo da sua escravidão (SZ, p. 43, grifo nosso).

[...] houvesse entretanto uma nova *Magistratura* com certas atribuições [...] (SZ, p. 21, grifo nosso).

Que sem isto a autoridade *Ministerial*, (que tem quase sempre um certo declive para a arbitrariedade,) poderia tudo, confundiria tudo, meteria a vida, a propriedade dos indivíduos da *Nação* nos abismos da desgraça; faria aos súbditos beneméritos as injustiças, que quisesse, sem que ela podesse saber desses procedimentos arbitrários, para os obviar, e punir (SZ, p. 26, grifos nossos).

No seu Discurso exaltou a *Oradora* o Magnânimo Coração, o Espírito generoso de tão Heróica *Soberana*. Aprovou, e agradeceu em nome do Congresso um tão sábio, e tão *Liberal Projecto*. Declarou solemnemente, que ele ficava sendo de ora em diante a *Constituição do Estado*; e que nada mais faltava, que o *Selo do Juramento*, e a *Lei*, que a promulgasse. Concluiu

> a *Presidente* este brilhante *Discurso* (como costuma o belo sexo) com um comprimento galante, delicado, e lisonjeiro (SZ, p. 32, grifos nossos).
>
> Os homens, que pelos seus costumes afeminados se tinham tornado excessivamente cobardes, não foram já capazes de defender a sua *Pátria*; fugiram todos, e foram meter-se pelos matos, e habitar as Cavernas (SZ, p. 14, grifo nosso).
>
> [...]e enfim em atenção distinta aos seus serviços pessoais feitos à Pátria na *Paz*, e na *Guerra*; lhe era (sem poder servir de exemplo para o futuro) permitida a liberdade de escolher Esposo, quem quer, que fosse; ficando só por aquela ocasião, e por tão extraordinários motivos, suspenso o *Artigo da Constituição*, que defendia tão perigosa liberdade (SZ, p. 42, grifos nossos).
>
> Decretou de novo; que a *Deusa Polícia* seria dali em diante a primeira *Sentinela* do *Estado* (SZ, p. 21, grifos nossos).
>
> [...] e por meio de alguns Periodistas, comprados, e que nunca faltam, para servir de testa de ferro como é do costume contra estas *Políticas Providências* [...] (SZ, p. 23, grifo nosso).
>
> [...] gente de humores diferentes; e voltando-se logo para a Rainha (que depois da sua Fala a repetidas instâncias do *Congresso* se tinha demorado, e bem a seu pesar assistido à Leitura do *Projecto*) dirigiu-lhe imediatamente uma Fala sublime, científica, enérgica, digna enfim de uma tal Rainha, e da *Presidente* de um *Majestoso Congresso*, que representava tão valerosa, como delicada Nação (SZ, p. 32, grifos nossos).
>
> Apesar disto não muito tempo depois por conselho dos Senadores, que ela tinha já feito em remuneração de seus serviços, e da sua fidelidade, para juntos em *Senado* representar o Povo com certas atribuições, e prerrogativas; ela deu--me o Comando em *Chefe do Exército*: e por este motivo tinha eu frequentes ocasiões de accesso à sua Pessoa (SZ, p. 39, grifos nossos).

Levando em consideração que um dos temas da novela é a política, foi muito oportuno hierarquizar, ou seja, destacar, através de iniciais maiúsculas, as palavras desse campo semântico, visto que assim se destaca, na grafia, a temática que perpassa o texto.

As palavras pertencentes ao campo semântico das profissões, sendo que muitas são de cargos políticos ou de Estado, também foram grafadas com iniciais maiúsculas, com função hierarquizadora: "Chefe; Deputadas; Embaixador; Empregado; Filósofo; Jornalista; Mago; Magistrado; Médico; Ministro; Periodista, Senador":

> O amor à verdade, o desejo de uma constante, e mútua comunicação de Luzes para mais exacto desenvolvimento de princípios necessários, e úteis à humanidade, foram os motivos daquela Sociedade de Sábios; e ainda que não precisavam de *Chefe* (SZ, p. 2, grifo nosso).
>
> Entretanto, que tudo isto se passava foram concorrendo as *Deputadas* (SZ, p. 27, grifo nosso).

> Que o Estado, que chegar a ter um Rei justo, e *Ministros* sábios, e virtuosos, será o mais feliz de todos os Estados (SZ, p. 34, grifo nosso).
>
> [...] em que actualmente se achava: e declarou mais por esta ocasião a respeito das queixas públicas dos *Jornalistas* o seguinte, que pouco mais ou menos é o Espírito da Íntegra do Decreto (SZ, p. 23, grifo nosso).
>
> Partiram com efeito; e o primeiro objecto, a que se derigiram, foi a ver a famosa Escola dos *Filósofos*, (ou *Magos*) que acabava de fundar-se nas margens do Golfo Pérsico (SZ, p. 2, grifos nossos).

Foi possível perceber que essas profissões são relacionadas à política, à imprensa e ao saber. Eram profissões socialmente valorizadas. Nesse campo, não houve oscilação: todas as profissões foram grafadas com inicial maiúscula, exceto "Político". Essa palavra foi grafada uma única vez com inicial minúscula, conforme demonstram as seguintes abonações:

> Ora entre os mais célebres *Políticos* antigos, e modernos, que escreveram com [...] (SZ, p. XV, grifo nosso).
>
> [...] como se observa por exemplo nos Aforismos *Políticos* de Lorde Harrington [...] (SZ, p. XV, grifo nosso).
>
> [...] maiores talentos, do que se supunha, tanto Militares, como Civis, e *Políticos* [...] (SZ, p. 15, grifo nosso).
>
> [...] foi a Liberdade da Imprensa contra a decantada opinião de alguns presumpçosos *políticos* (SZ, p. 25, grifo nosso).
>
> A História é o fiel, seguro, e iluminado Guia. Ela é um Mapa do Mundo *Político* (SZ, p. 30, grifo nosso).

Pelo exposto, percebe-se que em relação à classe gramatical, há três ocorrências da palavra "político" como substantivo, sendo uma delas escrita com letra inicial minúscula e duas ocorrências como adjetivo, todas escritas com inicial maiúscula. Talvez esse emprego da inicial minúscula esteja relacionado a um valor negativo, à presunção: "Declarou mais a Rainha outras muitas coisas necessárias, e úteis para a permanente segurança, e felicidade da Nação; e entre elas foi a Liberdade da Imprensa contra a decantada opinião de alguns presumpçosos *políticos*" (SZ, p. 25, grifo nosso). É interessante notar que houve ênfase na característica negativa desses políticos – presunçosos. Tal ênfase foi obtida com a colocação do adjetivo antes do substantivo, ou seja, pretendia-se chamar a atenção para o tipo de político de que se estava falando. Nesse caso, entende-se que essa associação negativa encaixa-se

também na função distintiva: bons políticos, módulo maiúsculo; maus políticos, módulo minúsculo.

As palavras do campo semântico religioso são quase todas escritas com iniciais maiúsculas, com esta mesma função hierarquizadora. É interessante notar que isso se aplica a quase todas as palavras, quer se refiram à religião cristã ou pagã. Seguem-se a lista de palavras que são sempre escritas com iniciais maiúsculas: "Altares; Asilo; Brâmane; Céu; Culto; Culto do Fogo; Deus; Deus Todo Poderoso, Deus Omnipotente; Deusa; Divino; Divindade; Empíreo; Espíritos Celestes; Estatutos" – houve apenas uma ocorrência e esta ocorrência refere-se ao código das vestais, sacerdotisas dedicadas ao culto do fogo; "Leis Religiosas; Ministério; Mitologia Persana, Egípcia, e Feniciana; Oromazes; Profissão Religiosa", ou seja, voto religioso; "Proteção; Protetora", referindo-as a deusas; "Régia Autoridade; Religião; Religioso Serviço; Sacerdote; Sagrado; Sanctuário; Vestal".

> Nós éramos inseparáveis, passávamos a nossa vida a trabalhar, a ler, a passear, e a servir aos *Altares* (SZ, p. 9, grifo nosso).
>
> Ora meu Pai ainda era vivo; eu não podia empregar meios alguns violentos, para tirar Statira daquele *Asilo* [templo religioso onde as vestais ficavam recolhidas]: e ainda mesmo, que eu já fora Rei, nem assim podia fazer cousa alguma neste Caso [...] (SZ, p. 7, grifo nosso).
>
> [...] e soube, que se chamava Statira, que era filha de um velho *Brâmane*, e que estava consagrada *ao Religioso Culto do Fogo*. Soube mais, que as donzelas dedicadas a este *Serviço* se chamavam *Vestães*, e que entre os seus *Estatutos* havia um, que era em parte razoável [...] (SZ, p. 6, grifos nossos).
>
> Que ela era tão bem combinada, como a Luz, Criatura a mais brilhante de um *Deus Omnipotente*, e que por isso também devia principiar a existir com a mesma presteza, com que a Luz fora feita (SZ, p. 32-33, grifo nosso).
>
> É remarcável a razão por que a Rainha quis, que fossem *Deusas* as *Protectoras do Reino*; pois que o Governo existente era de mulheres, era uma mulher, a que já estava proclamada Rainha, e deveriam ser mulheres, as que lhe succedessem no Trono; por consequência Deosas as *Protectoras* do Estado (SZ, p. 21, grifos nossos).
>
> [...] houvesse entretanto uma nova Magistratura com certas atribuições debaixo da *Protecção* imediata da Deusa Polícia [...] (SZ, p. 20, grifo nosso).

Nesse caso, é mister ressaltar que algumas palavras desse campo mítico-religioso pertencem, também, ao campo da política, como é o caso da palavra "Deusa", entre outras. Na novela, esses dois campos intercruzam-se.

No capítulo da Anedota e na Errata, que se seguem à novela, a maiúscula foi usada, também, com esta função hierarquizadora: “Autor”; “Imprensa”; “Leitor”; “Ministro d’Estado” e “Pai”. O emprego dessa função relaciona-se com a hierarquia social:

> [...]e a inteligência dos *Leitores* conheceria pelo contexto os sentimentos do *Autor*; e por consequência disfarçaria aqueles erros, pelos quais ele não era responsável (SZ, p. 57, grifos nossos).

> Uma *Senhora Inglesa*, filha de um *Lorde*, e primeiro *Ministro d’Estado*, vendo um dia a seu *Pai* muito enfadado; porque uma obra sua trouxera muitos erros da Imprensa; disse ao *Pai* muito sentida, que ela não podia compreender a razão, por que ele se afligia tanto por similhantes bagatelas; acrescentando, que o bom senso, e a inteligência dos *Leitores* (SZ, p. 57, grifos nossos).

Entende-se que a função é hierarquizadora porque se relaciona à hierarquia familiar – Pai → filha – e à hierarquia profissional – : “Ministro d’Estado” –, além de alçar a um mesmo patamar leitor e autor. No caso da inicial maiúscula na palavra “autor”, não foi possível entendê-la com função individualizadora porque não se referia ao autor da novela.

Veja-se uma síntese do uso da inicial maiúscula na função hierarquizadora no Quadro 9:

Quadro 9 - Uso da inicial maiúscula na função hierarquizadora

DIVISÕES DO LIVRO	CAMPOS SEMÂNTICOS						
Dedicatória	*Nobreza* Todas as palavras relativas à Imperatriz Leopoldina, incluindo termos gramaticais como pronomes.						
Introdução	*Onomásticos*	*Ciência e saber*	*Moral*	*Outras instituições sociais*	*Política*		
	Almirante Drury; Cônsules; Cortesãos; Deputadas; Sultões; Sua Majestade Fidelíssi–ma; etc.	Ciência	Moral	Civilização; Equidade das Leis; Humanidade; Povo Romano'', etc.	Causa Pública; Constituições; Direito Público; Gabinete; Governos; Justiça dos Governos; Nação; Política; etc.		
Novela	*Ciência e saber*	*Esporte*	*Família*	*Militar e político*	*Nobreza*	*Profissão*	*Religião*
	Escola; Estabeleci-mento; Estudo da Natureza; Física; Mago	Caça; Caçadores	Avós; Espozo; Estado Nupcial; Família; Irmão; Lares; Marido; May; Pai; Tálamo; Tio	Aclamação; Armas; Artigo da Constituição; Assemblea; Assemblea Geral; Augusta Assembleia; Chefe do Exército; Cidadão; Comando; Comissão; Congresso; Conquista-dores; Constitucio-nal Constituição; Constituinte; Convocação; Decretado; Decretar; Decreto; Deliberações; Despacho; Edital;	Ceptro; Civil; Consideração; Coração; Coroa; Corte; Cortesãos; Defensora Perpétua; Determinação Dinastia; Estátua; Fala; Família Real; Graça; Grandes da Corte; Heróica Soberana; Heroína; Inspecção; Instrucção; Livre; Jovem; Judiciosa; Justiça; Majestade; Majestoso;	Chefe; Deputadas; Embaixa-dor; Empregado; Filósofo; Jornalista; Mago; Magistrado; Médico; Ministro; Periodista; Político; Senador.	Altares; Asilo; Brâmane; Céu; Culto; Culto do Fogo; Deus; Deus Todo Poderoso; Deus Omnipotente; Deusa; Divino; Divindade; Empíreo; Espíritos Celestes; Estatutos; Leis Religiosas; Ministério; Mitologia Persana, Egípcia e Feniciana; Oromazes; Profissão Religiosa; Proteção; Protetora Régia; Autoridade; Religião; Religioso Serviço; Sacerdote;

		Eleição; Emprego; Estacionária; Exército; Fundamen-tais (ref. a Leis); Governo; Grandeza; InstituiçõesInv enção; Juramento; Legislativa; Liberal; Liberalidades; Magistratu-ra de Polícia; Magistratura; Magnânimo Militares; Ministerial; Nação; Nacional; Oradora; Pai da nossa Pátria; Pátria; Peça Majestosa; Poderes; Polícia; Políticas Providên-cias; Presidente; Represen-tantes; Revolução; Selo do Juramento; Senado; Sentinela; Soberano; Sociedade; Território; Tirano	Palácio; Personagens; Pessoa; Pessoa Real; Princesa; Príncipe; Proclamado Título de Rainha; Rainha; Real; Realeza; Rei; Reinado; Reinar; Reino; Trono, Usurpador Viajantes da Pérsia; Visitantes.	Sagrado; Sanctuário; Vestal
Anedota	*Família*	*Literatura*	*Profissão*	
	Pai	Autor Imprensa Leitor	Ministro d'Estado	
Nota do autor	-			

Fonte: dados desta pesquisa.

2.3.1.2.3 A função distintiva

Esta é a terceira e última função semântica apontada por Meier (1948). De acordo com esse pesquisador, a maiúscula nesta função serve para distinguir nomes institucionais e alguns conceitos. Exemplos empregados por Meier (1948): banco (móvel) e Banco (instituição financeira); direito (o que é justo) e Direito (jurisprudência).

Vê-se que essa função também está relacionada à hierarquizadora, já que se distingue com maiúscula aquilo que é considerado relevante e deixa-se com minúscula aquele homônimo que é considerado ou que se considera pouco importante.

Na novela, palavras do campo semântico da ciência e do saber, as palavras "Escola; Guia; História; Máxima; Razão; Romântica; Sábio" apresentaram maiúscula inicial na função distintiva. A primeira é grafada com inicial maiúscula quando tem conotação ideologicamente boa, mas é grafada com inicial minúscula sempre que tem conotação ruim, negativa:

> Um verdadeiro amor ensina a ser Filósofo: a sua *Escola* é a da Natureza (SZ, p. 10, grifo nosso).
>
> Fui mais informado, que Statira era adorada pelo Povo; porque governava como uma pessoa, que tinha aprendido na *escola* da desgraça (SZ, p. 36, grifo nosso).

A segunda palavra foi grafada com inicial maiúscula para destacar o tipo de guia, não é qualquer um, mas os visíveis, que guiam as ações humanas: "Os *Guias* visíveis sobre a terra, como esses homens, que viviam comnosco, e todos os mais uns são ignorantes, outros ambiciosos, outros infiéis (SZ, p. 29-30, grifo nosso).

A terceira é grafada com inicial maiúscula sempre que se refere à ciência ou à história coletiva, mas é grafada com inicial minúscula quando se refere à ficção ou à história particular, pessoal. Quando é grafada com inicial maiúscula, as demais palavras que se referem a ela também recebem esse destaque: "Colecção de Jornais; Fastos; Mapa; Registro, Reservatório":

> A *História* é o fiel, seguro, e iluminado Guia. Ela é um *Mapa* do Mundo Político. Na nossa jornada política nós nos guiaremos a nós mesmas segundo este *Mapa*. Nós seremos assaltadas pelas paixões alheias; seremos traídas pelas nossas: sirva-nos pois a História como uma *Colecção de Jornais* daqueles, que têm viajado já esse Mundo, e têm sido expostos aos seus cruéis accidentes. Os bons, ou maus successos, que tiveram, nos instruirão igualmente: Os bons nos darão coragem a segui-los; os maus nos servirão de aviso a evitá-los (SZ, p. 30, grifos nossos).

> A *História*, dizia ela, é o imparcial *Registro* das acções e paixões; das virtudes, e vícios; da glória e da infâmia do Gênero Humano. Ela deve ser considerada como um *Reservatório* puro de sabedoria, e experiência de toda a raça humana; onde cada lição faz uma impressão mais irresistível pela força do exemplo (SZ, p. 30, grifos nossos).

> Tornando pois à *história*, que eu interrompi [da procura dele por Statira], para vos fazer ver previamente, quem era Statira, filha de quem, como sua May tinha subido ao Trono, de que ela era herdeira; as grandes cousas, que fizera no meio de uma Revolução terrível; e enfim a estabilidade do Governo, que tão sabiamente fundara; continuarei agora, o que vos ia referindo (SZ, p. 34, grifo nosso).

> Lembro-me, que um dia, em que eu lhe estava contando uma *história* desta natureza, ela ausentou-se com grande agitação (SZ, p. 39, grifo nosso).

Ligada à história, visto que designa um acontecimento memorável, "Fastos" também aparece com inicial maiúscula: Dia memorável nos *Fastos* da Razão, e da Glória (SZ, p. 27, grifo nosso).

A quarta – "máxima" - foi grafada com inicial maiúscula ao se referir a nome de obras específicas e a axiomas, mas grafada com inicial minúscula quando significou pensamento, norma de conduta, tanto na Introdução quanto na Novela:

> [...] e que apenas se encontram com successo em muitas das *Máximas* Morais de La Rochefoucauld (SZ, p. XV, grifo nosso).

> [...] *Máximas* Políticas deduzidas das Memórias do Cardeal de Retz [...] (SZ, p. XVI, grifo nosso).

> [...] e não tanto por obviar as referidas dificuldades (às quais se vê, que me expuz nas *Máximas* Moraes, que se encontram no fim desta Peça [...] (SZ, p. XVI, grifo nosso).

> Então viram-se confirmadas pela experiência duas *Máximas* importantes [...] (SZ, p. 14, grifo nosso).

> [...] porém uns em estilo didáctico, em *máximas*, axiomas; outros em romances, alegorias, etc (SZ, p. XV, grifo nosso).

> O Senado de Roma tinha já feito uso de grande parte daquelas doutrinas. Eram as mesmas *máximas*; porém ninguém as tinha deduzido com tanta perspicuidade, nem com tão grande fundo de reflexão, e dexteridade, como este célebre Autor, péssimo homem (SZ, p. XVIII, grifo nosso).

> Eles afectavam ridiculamente a linguagem doce, as maneiras, as *máximas*, até mesmo as naturais fraquezas das mulheres, sem poder contudo obter ao menos artificiosamente nem a sua doçura na voz, nem a sua delicadeza no trato (SZ, p. 13, grifo nosso).

A quinta – "razão" - foi grafada com inicial maiúscula ao designar conhecimento, ciência e foi grafada com inicial minúscula ao designar a faculdade intelectual humana:

> A *razão* pelo contrário precisa de muita dexteridade, para se introduzir, e merecer alguma atenção (SZ, p. 17, grifo nosso).
>
> [...] para onde pendia a balança Política; que o progresso da *Razão*, e das Luzes combinados com a experiência reconheceria as emendas [...] (SZ, p. 31, grifo nosso).

A sexta – "romântica" -, em voga na Europa na época, mas incipiente no Brasil[20], foi grafada com inicial maiúscula para especificar o tipo de ideias:

> [...] todavia receando prudentemente, que estas minhas ideias fossem talvez exageradas, *Românticas*, filhas de uma imaginação exaltada; e que a regra da prudência em tais casos é consultar os homens imparciais, e iluminados [...] (SZ, p. 54, grifo nosso).

A sétima e última – "sábio" - quando substantivo, designando uma profissão, foi grafada com inicial maiúscula. Quando adjetivo, foi grafado com inicial minúscula:

> [...] Leis, costumes, virtudes, vida dos *Sábios*, que comigo habitam este retiro (SZ, p. 4, grifo nosso).
>
> Aprovou, e agradeceu em nome do Congresso um tão *sábio*, e tão Liberal Projecto [...] (SZ, p. 32, grifo nosso).

Palavras do campo semântico das classes também foram grafadas com inicial maiúscula, como "Gênero Humano" e "Mulheres". "Gênero Humano" foi sempre grafada com inicial maiúscula em função distintiva, ou seja, para diferenciar o humano, esfera ideologicamente privilegiada, de outros gêneros ou para distinguir da extensão de sentido da palavra, em que ela assume as acepções de "tipo, classe, espécie":

> Esse facho de luz, precioso dom da Natureza, liberalizado ao *Gênero Humano* para o alumiar nas suas acções [...] (SZ, p. 18, grifo nosso).

[20] É importante registrar a necessidade de se retrodatar a entrada dessa palavra na língua portuguesa. No dicionário *Houaiss* consta que essa palavra entrou na língua portuguesa em 1858 (HOUAISS; VILLAR, 2009), mas é necessário retrodatar, visto que a novela é de 1826 e já registra esse adjetivo.

A palavra “Mulher” também apresentou variação distintiva na novela. Entendeu-se que o uso da inicial minúscula foi feita para distinguir uma conotação negativa das mulheres de outra neutra e, assim, grafada com maiúscula:

> Eles afectavam ridiculamente a linguagem doce, as maneiras, as máximas, até mesmo as naturaes fraquezas das *mulheres* [...] (SZ, p. 13, grifo nosso).
>
> [...] Que os Lícios, conforme a Constituição estabelecida no Governo antepassado eram outra vez governados por *Mulheres* [...] (SZ, p. 13, grifo nosso).

Palavras do campo semântico das grandezas temporais também foram grafadas com inicial maiúscula, ganhando um caráter alegorizante: “Século, Posteridade”:

> Que uma hora perdida era para ela um roubo feito à sua Pátria. Que ela devia dar conta ao seu *Século*, e à *Posteridade* de todos os seus instantes, e que não podia jamais esquecer-se [...]” (SZ, p. 29, grifo nosso).
>
> Haviam alguns *Séculos*, que os homens em uma longa paz tinham chegado ali a ser tão afeminados, que todos os seus pensamentos, e cuidados eram somente empregados no esquisito [...] (SZ, p. 13, grifo nosso).

Em relação à palavra “Século”, é possível marcar a distinção em relação às demais grandezas temporais – ano, mês – que foram grafadas com inicial minúscula:

> [...] e tudo o mais, que estava dependente deste primeiro passo, em que não se devia perder tempo; e prevendo por outra, que as Deputadas apesar da sua boa-fé consumiriam neste primeiro importante objecto muitos *meses*, e talvez *anos* em questões frívolas, e debates de ostentação, que nada adiantam para o caso [...] (SZ, p. 27, grifos nossos).

É uma função distintiva que aponta para uma hierarquia.

O campo semântico justiça também apresentou palavra com oscilação distintiva: “Juízo” também apresentou oscilação distintiva: uma ocorrência grafada com inicial maiúscula ao se referir a tribunal e três ocorrências grafadas com inicial minúscula ao se referir a bom senso, moral:

> [...] que a Rainha permitiu francamente a liberdade da Imprensa com a única restricção de respon sabilidade pelos excessos, especificando casos, e declarando o *Juízo* competente, que creou de propósito, para se verificar ali o crime, e impor-- se a pena. (SZ, p. 26-27, grifo nosso).

> Que a moderação nas paixões, o *juízo* nos conselhos, e a dexteridade nos negócios são as partes mais eminentes da Sabedoria (SZ, p. 50, grifo nosso).

Ainda na novela, no campo semântico militar e político, também há palavras que apresentaram oscilação distintiva na grafia da inicial maiúscula. Com função distintiva pode-se apontar a oscilação de algumas destas palavras: "Alto, Avisos; Conquista; Conselho; Estado; Deliberações; Discurso; Estrada Política; Independência; Leis; Leitura; Liberdade; Opinião; Plano; Proclamação; Projeto; Tropa".

O adjetivo "alto", quando se referiu à política, foi grafado com inicial maiúscula, mas nos demais casos com minúscula:

> [...] que o seu grande Sacerdote se denominasse desde já o Magistrado d'*Alta* Polícia (SZ, p. 21, grifo nosso).

> [...] cercado de *altas*, e viçosas murtas à maneira de um muro, em cujo centro estava colocada a Estátua de uma elegante mulher [...] (SZ, p. 3, grifo nosso).

> [...] invasão de Conquistadores poderosos, compraram por este seu heroico facto, e pelo *alto* preço de seu sangue em tão repetidas batalhas [...] (SZ, p. 16, grifo nosso).

Entendeu-se que a grafia se deu com inicial maiúscula quando a palavra se refere à esfera conceitual relacionada ao Estado, um dos temas importantes da novela. Já a grafia com inicial minúscula ocorreu quando "alto" se referia a situações concretas. Na primeira abonação do uso de inicial minúscula, a palavra se referia à vegetação e, na segunda, metaforicamente, à morte e ao derramamento de sangue.

Em relação a "Aviso", quando se referiu a um gênero discursivo institucional, foi escrito com inicial maiúscula, mas quando foi empregado no sentido de conselho, foi escrito com inicial minúscula:

> Ela mandou imediatamente expedir *Avisos* aos Grandes da Corte, e ordens aos Empregados públicos, e fixar Editais ao Povo, para que se achassem à hora determinada no referido lugar (SZ, p. 42-43, grifo nosso).

> Os bons, ou maus successos, que tiveram, nos instruirão igualmente: Os bons nos darão coragem a segui-los; os maus nos servirão de *aviso* a evitá-los (SZ, p. 30, grifo nosso).

A palavra “Conquista”, quando se referiu a um ato particular, específico, foi grafada com inicial maiúscula, quando usada em sentido generalizante, foi grafada com inicial minúscula:

> Declarou-se por este tempo uma horrorosa guerra à Lícia, cujo objeto nada menos era, que a sua *Conquista* (SZ, p. 14, grifo nosso).
>
> Que a maior coragem do homem é pôr em prática, quanto lhe manda a razão: e que por isso a *conquista* dos maus hábitos foi sempre o mais glorioso triunfo (SZ, p. 50, grifo nosso).

A palavra “Conselho” apresentou quatro ocorrências com inicial maiúscula e uma com inicial minúscula. Ela foi grafada com inicial maiúscula ao se referir a assembleia, a uma reunião de pessoas da cúpula política, e com inicial minúscula quando se referia a opinião, aconselhamento:

> Que a Rainha ouvindo o seu *Conselho d’Estado*, e tomando em Consideração os iminentes males, que ameaçavam o Reino pelos diferentes partidos, e opiniões de homens inábeis, e ambiciosos, que maquinavam a desunião, e anarquia; e promoviam a ruína, e talvez a subversão da Pátria [...] (SZ, p. 21, grifo nosso).
>
> Apesar disto não muito tempo depois por *conselho* dos Senadores, que ela tinha já feito em remuneração de seus serviços, e da sua fidelidade, para juntos em Senado representar o Povo com certas atribuições, e prerrogativas; ela deu-me o Comando em Chefe do Exército [...] (SZ, p. 39, grifo nosso).

As palavras “Discurso” e “Proclamação” também apresentaram oscilação distintiva quando relacionadas ao campo política: quando se referiu ao discurso da presidente da assembleia, foi grafada com inicial maiúscula, mas em outro sentido, mais genérico, foi grafada com inicial minúscula.Também é possível notar a diferença entre geral e específico através do uso do singular e do plural:

> No seu *Discurso* exaltou a Oradora o Magnânimo Coração, o Espírito generoso de tão Heroica Soberana (SZ, p. 32, grifo nosso).
>
> Ela era cândida, franca, afável, e generosa: a sua voz melodiosa, suas maneiras gentis, o seu temperamento alegre, a sua conversação fácil, e corrente, o seu espírito polido, os seus *discursos* variados, e o seu gosto elegante (SZ, p. 2, grifo nosso).
>
> [...] baxou também uma *Proclamação*, em que ela estabelece mais amplamente os princípios justificativos da necessidade desta Convocação, e de outras cousas mais [...] (SZ, p. 15, grifo nosso).

> Postei-me nesta passagem: ali à força das minhas *proclamações*, e do meu exemplo obrigava a fazer alto os desesperados, que fugiam (SZ, p. 37, grifo nosso).

A palavra "Estado" é grafada com inicial maiúscula todas as vezes que se refere à organização política, mas é grafada com inicial minúscula sempre que se refere a condições de vida, estado de ânimo, etc.:

> Julgai agora, qual seria o *estado* da minha alma em tão triste, e desgraçada situação (SZ, p. 11, grifo nosso).

> Porém esta Heroína, que tinha ainda maiores talentos, do que se supunha, tanto Militares, como Civis, e Políticos, foi dando imediatamente todas as providências, que julgou necessárias para a tranquilidade, segurança, e prosperidade do *Estado* (SZ, p. 15, grifo nosso).

A palavra "estrada" também apresentou oscilação distintiva. Quando possuía um sentido abstrato, relacionado à política, foi grafada com inicial maiúscula, mas em sentido genérico, ainda que também abstrato, foi grafada com inicial minúscula:

> Mostrou, que a *Estrada Política*, por onde se pode ir a um bom Governo, é apenas um estreito caminho mal trilhado (SZ, p. 29, grifo nosso).

> [...] entrei neste serviço, em que haviam já muitos homens, que por esta mesma *estrada* queriam chegar a merecer honras, e os Empregos compatíveis com a nova Constituição (SZ, p. 36, grifo nosso).

"Independência; Lei; Leitura; Opinião; Plano; Projeto" também apresentaram esse tipo de oscilação. Ao serem usadas em contextos ligados à política, foram grafadas com iniciais maiúsculas, mas ao serem usadas em contextos ligados a situações não relacionadas ao Estado, foram grafadas com iniciais minúsculas, conforme demonstram as seguintes abonações:

> [...] só para obviar em tempo sentimentos divergentes, e dirigi-los, como é do meu dever, a um ponto central; que é em suma a segurança interna, e externa do Estado, a *Independência*, Liberdade, e prosperidade da Nação (SZ, p. 30, grifo nosso).

> [...] que os negócios públicos, e da maior importância se arranjassem por mulheres com total *independência* deles [homens] [...] (SZ, p. 20, grifo nosso).

> Declarou solemnemente, que ele ficava sendo de ora em diante a Constituição do Estado; e que nada mais faltava, que o Selo do Juramento, e a *Lei*, que a promulgasse (SZ, p. 32, grifo nosso).
>
> Era pois este Filósofo, quem devia receber as Personagens, que visitavam aquele lugar, explicar-lhes a origem daquela Sociedade, as suas *leis* particulares, os costumes, virtudes, e a vida dos Magos [...] (SZ, p. 3, grifo nosso).
>
> [...] e bem a seu pesar assistido à *Leitura* do Projecto) dirigiu-lhe imediatamente uma Fala sublime [...] (SZ, p. 32, grifo nosso).
>
> Uma Princesa da Pérsia de extrema formosura, e de tão raras qualidades, que faziam realçar o esplendor do seu nascimento, passava a maior parte do seu tempo em uma *leitura*, escolhida para a sua Instrucção (SZ, p. 1, grifo nosso).
>
> [...] que as Deputadas apesar da sua boa-fé consumiriam neste primeiro importante objecto muitos meses, e talvez anos em questões frívolas, e debates de ostentação, que nada adiantam para o caso, e de cujas matérias mal concebidas, mal enunciadas, e mal entendidas podia resultar uma aluvião de *Opiniões* diferentes [...] (SZ, p. 27, grifo nosso).
>
> [...] e de outras cousas mais, a cujos respeitos deu ao mesmo tempo uma espécie de direção à *opinião* pública, que apesar de muitos, é, e há de ser sempre Soberana do Mundo (SZ, p. 15, grifo nosso).
>
> É pois a História, que eu tomei por Guia, quando tracei o *Plano* deste Projecto (SZ, p. 29, grifo nosso).
>
> Tornei para as Índias; fui viver entre os Brâmanes. Ali formei um novo *plano* de felicidade (SZ, p. 47, grifo nosso).
>
> É segundo esta verdadeira, imparcial Instrucção, que eu formei prevenidamente esse *Projecto* de Constituição, que tenho o prazer de apresentar nesta Assembleia [...] (SZ, p. 30, grifo nosso).
>
> Eu era ainda muito moço, Príncipe, e amigo de fazer a minha vontade, e até mesmo sem querer às vezes fazer uso da minha razão, para não obstar talvez aos meus *projectos* (SZ, p. 8, grifo nosso).

A palavra "Tropa" também apresentou oscilação distintiva. Foi grafada com inicial maiúscula quando associada a ação positiva, mas foi grafada com inicial minúscula quando associada à derrota:

> Animaram-se com a minha presença, e com as minhas falas; e assim com este expediente ajuntei um pequeno corpo de *Tropa*, com que marchei ao inimigo, e achando-o descuidado, e entretido com os prazeres, e despojos da batalha, (que davam por decidida,) carreguei-o fortemente em surpresa, desbaratei-o de todo, e tive a fortuna de obter uma completa victória (SZ, p. 37, grifo nosso).

> Por esta ocasião pois foi pelo Exército proclamada Rainha a May de Statira, aquela mesma, que com tanto valor, e dexteridade tinha comandado em Chefe as *Tropas* victoriosas (SZ, p. 14, grifo nosso).
>
> Por fim em uma batalha, de que dependia segunda vez a sorte da Lícia, os Cários favorecidos de traidores, que tínhamos no Estado, poseram nossas *tropas* em derrota (SZ, p. 37, grifo nosso).

Ainda na Novela, a palavra "Abertura" que se liga, no contexto em que aparece, ao campo semântico da política, embora não apresente variação, foi grafada com inicial maiúscula com esta função distintiva: "Ali depois de uma Peça Majestosa, que recitou na *Abertura* com um ar elegante, com uma voz encantadora, que atraiu os corações, e a convicção de todos [...] (SZ, p. 28, grifo nosso). Essa abertura refere-se à abertura da assembleia constituinte na Lícia, ou seja, foi grafada com inicial maiúscula para especificar a abertura dos trabalhos constituintes.

No campo semântico da religão, a palavra "Sacrifício" também apresenta variação distintiva: ora é escrita com inicial maiúscula, ora com inicial minúscula, sempre no mesmo contexto religioso - duas ocorrências com maiúscula e uma com minúscula no contexto religioso:

> [...] obrigado ao impreterível dever de a queimar viva, logo que fosse compreendida legal, e verbalmente neste sacrílego delicto; devendo até ser encarado este procedimento como um *Sacrifício* Solemne, e um Acto, que era todo de Religião (SZ, p. 7, grifo nosso).
>
> Era costume entre as Vestães ir diferentes vezes no ano ao cimo de uma montanha vizinha acender uma fogueira, e fazer ali seus *sacrifícios* (SZ, p.11, grifo nosso).

Nesse caso, o uso da inicial maiúscula é distintivo, não hierarquizador, visto que a inicial maiúscula é usada quando se refere a um sacrifício específico, já quando se refere a sacrifício em geral – e o plural generaliza –, o uso foi de inicial minúscula. Ou seja, a maiúscula foi usada para distinguir um sentido mais específico de outro mais genérico.

Também acompanha a palavra "Sacrifício", as palavras "Solemne" e "Acto" que ocorrem apenas uma vez:

> [...] obrigado ao impreterível dever de a queimar viva, logo que fosse compreendida legal, e verbalmente neste sacrílego delicto; devendo até ser encarado este procedimento como um Sacrifício *Solemne*, e um *Acto*, que era todo de Religião (SZ, p. 7, grifos nossos).

No campo semântico dos sentimentos, as palavras "Ídolo; Laço; Louvores" também apresentaram oscilação distintiva. "Ídolo", ao ser usado em sentido pejorativo, foi grafado com inicial minúscula, mas ao ser usado com sentido figurado, positivo, impregnado de afetividade, foi grafado com inicial maiúscula:

> Que os costumes, que não são fundados na razão são a chaga do homem sábio, e o *ídolo* dos ignorantes (SZ, p. 50, grifo nosso).
>
> [...] abandonei minha Pátria, meu Pai, de quem eu era o único conforto, o seu *Ídolo*[...] (SZ, p. 46, grifo nosso).

"Laço" também apresentou variação distintiva: ao se referir à amizade, foi grafada com inicial maiúscula, nos demais casos, com inicial minúscula:

> [...] onde os Magos, com quem vivo nos mais estreitos *Laços* d'Amizade, quiseram ter a bondade de escolher-me por seu Chefe (SZ, p. 54, grifo nosso).
>
> Os meus *laços* estavam todos dissolvidos (SZ, p. 47, grifo nosso).

Também referindo-se à amizade, "Louvores" foi grafada com inicial maiúscula na única vez que ocorre no texto: "Filha do Céu, Amizade, / Tu mereces meus *Louvores* [...] (SZ, p. 55, grifo nosso).

Veja-se o uso da inicial maiúscula na função distintiva no Quadro 10:

Quadro 10 - Uso da inicial maiúscula na função distintiva

DIVISÕES DO LIVRO	CAMPOS SEMÂNTICOS						
Dedicatória	-						
Introdução	Política						
Novela	*Ciência e saber*	*Classe*	*Grandezas temporais*	*Justiça*	*Militar e político*	*Religião*	*Sentimento*
	Escola; Estado; Fastos; Guia; História; Máxima; Razão; Romântica; Sábio	Gênero Humano; Mulheres	Posteridade; Século	Juízo	Abertura; Alto, Avisos; Conquista; Conselho; Estado; Deliberações; Discurso; Estrada Política; Grande; Independência; Leis; Leitura; Liberdade; Opinião; Plano, Proclamação; Projeto; Tropa	Acto; Sacrifício; Solemne	Ídolo; Laço; Louvores
Anedota	-						
Nota do autor	-						

Fonte: dados desta pesquisa.

2.3.1.2.4 Oscilações não explicadas

Houve palavras que apresentaram oscilação (ora foram escritas com inicial maiúscula, ora com inicial minúscula), mas não foi possível identificar o motivo da oscilação e nem classificá-las em alguma das funções propostas por Meier: estruturante e semânticas (individualizadora, hierarquizadora e distintiva).

Na Introdução, "direito", do campo semântico ciência e saber, na expressão "direito natural", ora vem escrita com inicial maiúscula ora com minúscula, sem nada que justifique tal oscilação: "Formado na Universidade de Coimbra em Direito Civil, de cuja Faculdade são ramos o *direito* Natural, e das Gentes [...]" (SZ, p. XI, grifo nosso) e " [...] não é senão o mesmo *Direito* Natural aplicado às Nações, e aos Povos [...]" (SZ, p. XXIII-XXIV, grifo

nosso). Parece que, nesse caso, houve uma distração ou por parte do autor ou por parte dos tipógrafos.

Na Novela, no campo semântico dos acidentes geográficos, as palavras "Caverna; Deserto; Pico" apareceram apenas uma vez no texto e grafadas com inicial maiúscula.

> Os homens, que pelos seus costumes afeminados se tinham tornado excessivamente cobardes, não foram já capazes de defender a sua Pátria; fugiram todos, e foram meter-se pelos matos, e habitar as *Cavernas* (SZ, p. 14, grifo nosso).
>
> Toda a terra me parecia um *Deserto* (SZ, p. 47, grifo nosso).
>
> Vendo-me só, e querendo orientar-me, vi apenas ao longe o *Pico* de um monte, que eu conhecia [...] (SZ, p. 5, grifo nosso).

Mas os demais acidentes geográficos como "cimo", etc. foram grafados com inicial minúscula: "Era costume entre as Vestães ir diferentes vezes no ano ao *cimo* de uma montanha vizinha acender uma fogueira, e fazer ali seus sacrifícios" (SZ, p. 11, grifo nosso). Não foi possível explicar a variação nem classificá-la.

No campo das ciências e do saber há palavras que apresentaram oscilação: "Sabedoria, Razão", mas não foi possível determinar o motivo de tal oscilação.

> Estas, e outras considerações me determinaram a passar o resto dos meus dias no Estudo da *Sabedoria* [...] (SZ, p. 47, grifo nosso).
>
> [...] assim a reunião dos Poderes, que a Constituição marcava com tanta *sabedoria* [...] (SZ, p. 33, grifo nosso).
>
> [...] para onde pendia a balança Política; que o progresso da *Razão* [...] (SZ, p. 31, grifo nosso).
>
> O prever é o mais precioso dom de uma *razão* apurada, é a mais sublime parte da Política [...] (SZ, p. 17, grifo nosso).

Também na Novela, o campo semântico militar e político apresentou variação no uso de inicial maiúscula, por razões difíceis de identificar e de explicar: "Autoridade, Guerra, Inimigo, Liberdade, Negócio Público; Paz, Povo, Votos":

> [...] que os negócios públicos, e da maior importância se arranjassem por mulheres com total independência deles; e muito menos o ser excluídos ignominiosamente das primeiras *Autoridades*, e Empregos, a que tanto mais aspiravam, quanto maior era a sua ignorância, e incapacidade; o que, como vós sabeis, é tão frequente entre os homens (SZ, p. 20, grifo nosso).

Que sem isto a *autoridade* Ministerial, (que tem quase sempre um certo declive para a arbitrariedade,) [...] (SZ, p. 26, grifo nosso).

[...] e enfim em atenção distinta aos seus serviços pessoais feitos à Pátria na *Paz*, e na *Guerra*; lhe era (sem poder servir de exemplo para o futuro) permitida a liberdade de escolher Esposo, quem quer, que fosse; ficando só [...] (SZ, p. 42, grifos nossos).

Declarou-se por este tempo uma horrorosa *guerra* à Lícia, cujo objeto nada menos era, que a sua Conquista (SZ, p. 14, grifo nosso).

As mulheres até ali tratadas, como escravas, e por isso acostumadas às fadigas, tomaram as Armas; repeliram valerosamente o *Inimigo* [...] (SZ, p. 14, grifo nosso).

Vivamos pois com eles [homens]; porém vivamos em guarda; vivamos em amizade mas como podendo inda um dia tornar a ser nossos cruéis *inimigos* (SZ, p. 17, grifo nosso).

2º. Que todo o perigo da Pátria pode, e deve suspender a *Liberdade* individual; porque todo o caso, ou bem fundado receio de agressão interior, e sedições civis forçam cada Cidadão a fazer [...] (SZ, p. 24, grifo nosso).

Declarou pois a Rainha 1º. Que as novas situações trazem necessariamente consigo a precisão de novos, e apropriados procedimentos, e por consequência, que a *liberdade* individual não podia ser identicamente a mesma em todas as situações possíveis do Estado (SZ, p. 24, grifo nosso).

Ela pelo contrário conhecia evidentemente, e dizia, que a *liberdade* da Imprensa [...] (SZ, p. 26, grifo nosso).

[...] e que cheios de si, e de seus antigos prejuízos não podiam levar à paciência, que os *negócios públicos*, e da maior importância se arranjassem por mulheres com total independência deles (SZ, p. 20, grifo nosso).

Por morte dela foi então fácil ao Tirano subir ao Trono à testa de um partido irresistível, que tinha preparado para isso; e que o primeiro Ministro d'Estado, Tio de Statira, Irmão de sua May, homem de grandes Luzes, merecimento, e prudência, vendo os *Negócios Públicos* em tão más circunstâncias [...] (SZ, p. 35, grifo nosso).

[...] e enfim em atenção distinta aos seus serviços pessoais feitos à Pátria na *Paz*, e na Guerra [...] (SZ, p. 42, grifo nosso).

Haviam alguns Séculos, que os homens em uma longa *paz* tinham chegado ali a ser tão afeminados, que todos os seus pensamentos, e cuidados eram somente empregados no esquisito, variado modo de se vestir, e de se perfumar (SZ, p. 13, grifo nosso).

A Rainha porém, cuja penetração era tão profunda como Judiciosa, prevalecia-se deste mesmo sentimento geral, tão idolatrado pelo *Povo*, como odiado pelos primeiros Magistrados do Estado [...] (SZ, p. 26, grifo nosso).

> [...] já falecido antes da Revolução; e que, como ela era já adorada pelo *povo*, e o traidor achava nisto uma grande barreira; para melhor concluir seus fins, lhe dera veneno (SZ, p. 35, grifo nosso).
>
> Começaram então grandes debates: discutiu-se a matéria longo tempo: os Senadores opinaram diferentemente pró e contra, e todos com razões muito sólidas. Por fim foi Decretado por unanimidade de *Votos* (SZ, p. 42, grifo nosso).
>
> [...] ou Projecto, o qual não só foi aplaudido, como merecia; mas por unanimidade de *votos*, se mandou imediatamente pôr em execução por um Decreto, que em suma é o seguinte (SZ, p. 20, grifo nosso).

No campo semântico da moral também há palavras que apresentaram oscilação na grafia da inicial maiúscula, mas não foi possível identificar o motivo da oscilação: "Honra, Moral, Verdade Eterna":

> Se nós lhes confiarmos ainda agora as mais pequenas *Honras*, e Empregos; eles se prevalecerão desta oportunidade [...] (SZ, p. 16, grifo nosso).
>
> [...] e mais seguro era o serviço Militar; entrei neste serviço, em que haviam já muitos homens, que por esta mesma estrada queriam chegar a merecer *honras*, e os Empregos compatíveis com a nova Constituição (SZ, p. 36, grifo nosso).
>
> [...] que os grandes homens de todos os tempos, e de todos os lugares tinham em fundo as mesmas idênticas ideias da Divindade, e da *Moral* (SZ, p. 54, grifo nosso).
>
> Que as paixões em *moral*, bem como os venenos em Física podem ser úteis, sendo habilmente combinados (SZ, p. 49, grifo nosso).
>
> É também uma *verdade Eterna*, que a nossa recíproca união com os homens é da primeira necessidade para o augmento, e perpetuidade da Nação (SZ, p. 17, grifo nosso).
>
> [...] e reconheceram-se mais por esta ocasião duas *verdades eternas* em Política (SZ, p. 33, grifo nosso).

Na novela, ainda há outras palavras que não foram agrupadas em campo semântico, mas que apresentaram oscilação em relação ao módulo inicial de cada uma delas. Foram as seguintes: "Cavalo, Caso" (apresentou nove ocorrências, mas apenas uma com inicial maiúscula); "Espírito Humano, Estrangeiro, Natureza, Origem, Procedimento (4 ocorrências, apenas 1 maiúscula), Sexo, Tempo" (também grafada com inicial maiúscula apenas uma vez, nas 24 demais ocorrências foi grafada com inicial minúscula). Não foi possível explicar a variação:

> Que a razão é como o Oriente; é a fonte de luz; é o Sol do *Espírito Humano* (SZ, p. 50, grifo nosso).
>
> Concluiu dizendo que a soma dos conhecimentos avançados do *Espírito humano* veria com o tempo, e com a experiência, para onde pendia a balança Política; que o progresso da Razão (SZ, p. 31, grifo nosso).
>
> Ora meu Pai ainda era vivo; eu não podia empregar meios alguns violentos, para tirar Statira daquele Asilo: e ainda mesmo, que eu já fora Rei, nem assim podia fazer cousa alguma neste *Caso* (SZ, p. 7, grifo nosso).
>
> O *caso* era muito delicado, e o empenho, que o meu coração tinha nele, ainda o tornava para mim mais melindroso [...] (SZ, p. 10, grifo nosso).
>
> Um verdadeiro amor ensina a ser Filósofo: a sua Escola é a da *Natureza* (SZ, p. 10, grifo nosso).
>
> Completava dezessete anos, quando a desposou um Jovem Príncipe, que parecia formado pela *natureza* expressamente para ela (SZ, p. 2, grifo nosso).
>
> [...] e do meu particular dever irei entreter-vos com a história curiosa da *Origem* deste Estabelecimento, Leis, costumes, virtudes, vida dos Sábios, que comigo habitam este retiro (SZ, p. 4, grifo nosso).
>
> Era pois este Filósofo, quem devia receber as Personagens, que visitavam aquele lugar, explicar-lhes a *origem* daquela Sociedade, as suas leis particulares, os costumes, virtudes, e a vida dos Magos [...] (SZ, p. 5, grifo nosso).
>
> Eu não podia reinar em Lícia depois da morte de Statira: a Coroa era privativa daquele *Sexo* (SZ, p. 9, grifo nosso).
>
> A mesma Statira, com quem eu vivia tão particularmente, nunca teve ocasião de suspeitar do meu *sexo* (SZ, p. 47, grifo nosso).

Embora existam esses casos que não foram passíveis de classificação em nenhuma das propostas de Meier (1948), a maior parte das ocorrências do uso da maiúscula inseriu-se em uma das classificações propostas: estruturante ou semântica. Excluindo-se as palavras escritas com letra maiúscula na função estruturante, contabilizaram-se 296 ocorrências de palavras com inicial maiúscula no texto. Destas, 270 foram classificadas em uma das funções semânticas: individualizadora, herarquizadora ou distintiva e apenas 26 não foram encaixadas em nenhuma das funções semânticas – oscilações não explicadas. Ou seja, 91,22% foram classificadas e apenas 8,78% não foram possíveis de se classificar.[21]

[21] Registra-se que na contagem das ocorrências, considerou-se apenas o lexema, não as lexias. Exemplo: a palavra "Rainha" apareceu diversas vezes, grafada com inicial maiúscula, mas foi contabilizada apenas como uma ocorrência no campo semântico em que foi classificada.v

Além disso, os dados mostraram que o uso da inicial maiúscula está relacionado aos grandes temas da novela: militar e político, nobreza, religião, saber e sentimento. Basta lembrar que, para Alvarenga (1826), a novela é um gênero que deve educar deleitando; sendo assim, infere-se que o destaque dado a palavras desses campos semânticos exerce a função de chamar a atenção do leitor para os mencionados assuntos, evidentemente relevantes no texto. Veja-se uma síntese do uso da inicial maiúscula distribuído por campos semânticos:

Quadro 11- Uso das iniciais maiúsculas na novela

Estruturante		**Semântica**					
		Individualizadora		**Hierarquizadora**		**Distintiva**	
Visual	**Sintática e métrica**	*Parte do texto*	*Campo semântico*	*Parte do texto*	*Campo semântico*	*Parte do texto*	*Campo semântico*
Título, Folha de rosto, errata.	Após uso de: *ponto final; *ponto de interrogação; *ponto de exclamação, *reticência. Início de verso, exceto na folha de rosto.	*Dedicatória*	Literatura e Religião	*Dedicatória*	Nobreza	*Dedicatória*	-
		Introdução	Onomásticos (antropônimos e topônimos) Literatura, História, Religião	*Introdução*	Axiônimos; Ciência e saber; Demais Instituições sociais; Moral; Política.	*Introdução*	Política
		Novela	Onomásticos (antropônimos, hidropônimos, mitônimos e topônimos); Astronomia; Fenômenos da natureza; Política; Sentimento	*Novela*	Ciência e saber, Esporte; Família; Militar e político; Nobreza, Profissão, Religião	*Novela*	Ciência e saber; Classe, Filosofia; Grandezas temporais; Justiça; Militar e político; Religião; Sentimento.
		Anedocta e Errata	Axiônimos	*Anedocta e Errata*	Família; Literatura; Profissão	*Anedocta e Errata*	-
		Nota do autor	Literatura	*Nota do autor*	-	*Nota do autor*	-

Fonte: dados retirados do *corpus* desta pesquisa.

Esses dados mostram que o uso da maiúscula não foi aleatório e nem se restringiu à grafia: foi, sobretudo, de ordem semântica. Os temas relevantes que perpassam o texto foram grafados com letra maiúscula. Por esse motivo foram mantidas as diferenças de módulo, tal como aparecem na edição príncipe.

3 ANÁLISE LITERÁRIA

O estudo linguístico da novela revelou que esse texto de Lucas José d'Alvarenga apresenta características inovadoras e conservadoras do português no Brasil no início do século XIX. Isso demonstra que a produção da novela não apenas se situou temporalmente em um momento considerado, por muitos linguistas, como divisor de águas entre o português brasileiro e o europeu, mas o texto em si carrega as marcas linguísticas desse momento de transição. Como exemplo desta afirmativa, pode-se citar como característica inovadora do texto da novela o uso majoritário da próclise, fato que propiciou, segundo Tarallo (1983), o aumento do uso do objeto nulo e o surgimento das orações relativas cortadoras no português brasileiro, que são considerados típicos do português americano.

Outras marcas inovadoras do PB, em relação ao europeu da época, encontradas no texto foram a flexão de número do verbo "haver" existencial, a não marcação do plural com sujeito composto posposto ao verbo, a redução de alguns ditongos e a variação no alçamento/rebaixamento das vogais, sobretudo nas pós-tônicas.

Em relação à flexão de número do verbo "haver" existencial, é importante frisar que diversos estudos feitos sobre esse fenômeno no português do Brasil do século XIX, considerando tanto textos do domínio literário, quanto textos de outros domínios dicursivos, mostraram que esse fato era uma característica típica do português brasileiro da época.

Como texto típico de períodos de transição, a novela também apresentou alguns aspectos linguísticos conservadores e arcaizantes, como o uso da locução prepositiva "dentro em", o uso de extensos períodos subordinados, a manutenção de muitos hiatos gráficos e de alguns arcaísmos léxicos, como "sãa".

Entende-se, neste trabalho, que esse caráter transicional da novela não se restringe apenas aos aspectos linguísticos do texto, mas pressupõe-se que se estenda também às características da novela, vista, nesta pesquisa, como intermediária entre a prosa moralizante do século XVIII e o romance moderno. Este gênero consolidou-se, no Brasil, na segunda metade do século XIX, tendo como marco cronológico a primeira edição de *A moreninha*, de Joaquim Manuel de Macedo, publicado, pela primeira vez, em 1844.

Partindo desse pressuposto, objetiva-se, a partir de agora, situar esta novela no panorama histórico da literatura brasileira, ou melhor, demonstrar seu papel intermediário e decisivo na gênese do romance no Brasil.

3.1 Autor e obra

3.1.1 Lucas José d'Alvarenga: escritor, militar e político

> "- Emília! - exclamou Dona Benta. - Você quer nos tapear. Em memórias a gente só conta a verdade, o que houve, o que se passou. Você nunca esteve em Hollywood, nem conhece a Shirley. Como então se põe a inventar tudo isso?
> - Minhas memórias – explicou Emília – são diferentes de todas as outras. Eu conto o que houve e o que devia haver" (LOBATO, 2007, p. 82-83).

> "- Ótimo! - exclamou Emília. Serve. Escreva: Nasci no ano de ... (três estrelinhas), na cidade de... (três estrelinhas), filha de gente desarranjada.
> - Por que tanta estrelinha? Será que quer ocultar a idade?
> - Não, isso é apenas para atrapalhar os historiadores, gente muito mexeriqueira" (LOBATO, 2007, p. 15).

Ao se tentar, nesta tese, fazer uma biografia de Lucas José d'Alvarenga que fosse além do que consta nos seus três livros de memórias, lembrou-se da Emília, a boneca brasileira mais atrevida, espevitada e famosa, ou melhor, lembrou-se de suas memórias, livro em que ela, através de provocações, como as acima transcritas, faz uma reflexão sobre verdade e mentira, ou seja, sobre realidade e ficção nos textos memorialísticos.

Embora o objetivo desta pesquisa não seja o de analisar, o de editar as memórias de Alvarenga, nem o de questionar os limites entre realidade e ficção em textos desse gênero, trouxe-se o *Memórias de Emília* para se justificar a tentativa, nesta pesquisa, de cruzar as informações relativas à vida de Alvarenga, que constam em suas memórias, com as de documentos em que figuram informações sobre ele. É bom frisar que, muitas vezes, a intenção não foi apenas a de conferir dados, mas a de sanar lacunas.

Outro ponto também que é necessário esclarecer é que, ao se fazer isso, não se pretende julgar o caráter do escritor – Lucas José d'Alvarenga – nem a verdade dos fatos relatados em suas memórias, até porque os fatos lá narrados são quase sempre acompanhados de documentação oficial autenticada. Mas essa atitude é apenas escrúpulo do pesquisador, já que se sabe e há muitas pesquisas que apontam para isso como, por exemplo, as de Lejeune (1970), Miranda (1987) e Souza (2004), que os limites entre memória e ficção são tênues, que essa é uma determinada versão dos fatos, um recorte da realidade, até porque ninguém coloca em um livro de memórias todos os eventos que efetivamente ocorreram em sua vida. A princípio, não por má-fé, mas porque a própria memória humana é limitada e seletiva.

Julga-se, também, importante ressaltar que se estendeu um pouco em relação à biografia de Lucas por ele ser um escritor pouco conhecido e pelo fato de muitos acontecimentos de sua vida e muitas reflexões que constam em suas memórias terem "respingado" em sua obra (ou suas memórias fazem parte de sua ficção?). Não que se defenda que a obra espelhe a vida, visto que "O poeta é um fingidor", mas ambas se relacionam, embora de maneira extremamente complexa.

Informações sobre a vida pessoal de Alvarenga constam em seu livro *Observações à memória de Lucas José d'Alvarenga, com suas notas e hum resumo da sua vida*, publicado, como já dito, em 1830. Só no título, já é perceptível a seleção: é apenas um resumo, ou seja, muita coisa foi deixada de fora. Nos seus outros livros, há informações pessoais esparsas, já que o foco é no governo de Macau.

Segundo suas próprias informações, ele nasceu em 19 de fevereiro de 1768, em Sabará, Minas Gerais. Foi batizado em 05 de março na Matriz da mesma vila. Infelizmente, o livro de registros de batizados que engloba o ano de 1768 extraviou-se ou deteriorou-se: não consta no arquivo da Cúria Metropolitana, em Belo Horizonte[22], onde estão guardados os livros da Matriz de Nossa Senhora da Conceição, de Sabará, nem está na referida igreja, conforme consulta e pesquisa executada para elaboração desta tese.

Em relação à sua ascendência, ele afirma que

> Não tenho no meu nascimento coisa, de que me vangloríe, nem de que me envergonhe. Sou filho legitimo de João da Cunha Peixoto [filho de Portugal, e da Caza dos Peixoto de Amarante] e de D. Jacinta Maria de Alvarenga, filha legitima de Caetano dos Santos Rebelo, e de D. Quiteria Maria de Alvarenga, descendente legitima do Capitão Estevão Ribeiro de Alvarenga, &. &c. &c. Fidalgos de geração, conforme se vê expressamente do Diploma Authographo do Senhor D. Pedro 2º ainda Princepe de Portugal em data de 22 de Junho de 1681. Elle se acha registado nos Livros da Camara da Villa Nova da Rainha do Caethé na Provincia de Minas Geraes; e na Secretaria do Estado da India com o mais que lhe acresceo [respeito á minha pessoa] á folhas 169 Verso do Livro 6º do Registo de papeis de Partes, segundo consta da Verba posta pelo Official Maior no rosto do Instrumento, que foi juntamente Registado ali em 11 de Julho de 1811 e cujos Originaes se achão com os mais em meu poder (ALVARENGA, 1830, p. 35).

Em relação ao pai de Lucas José d'Alvarenga, consta que ele foi casado duas vezes: a primeira vez com Jacinta Maria de Caldas, prima da mãe de Lucas, de acordo com Coelho

[22] No referido arquivo, constam os livros de batismo da Matriz de Nossa Senhora da Conceição dos seguintes anos: 1726-1740 (dois livros), 1741-1757, 1776-1800 (dois livros). Como se vê, falta o livro do período de 1758-1775, que compreende o ano de nascimento de Alvarenga. O arquivo faz parte do Memorial da Arquidiocese de Belo Horizonte, localizado na Praça Duque de Caxias, 200 - Santa Teresa, Belo Horizonte - MG.

(1999). Foi encontrado o registro desse primeiro casamento no Arquivo Arquidiocesano de Belo Horizonte (Livro de casamento, caixa 43, 1758-1801, f. 34v.). Segundo consta no referido livro, João da Cunha Peixoto casou-se em 15 de agosto de 1763. Ele era natural da Vila de Guimarães, Arcebispado de Braga, Portugal, e filho legítimo de Manuel Teixeira da Cunha e de Catarina Peixoto. De acordo com informações de Coelho (1999), o segundo casamento foi com Jacinta Maria de Alvarenga, mãe de Lucas, em 1766. Mas não foi encontrado o registro desse casamento, visto que faltam folhas do livro: da folha 49 pula para 161.

Em relação aos parentes da mãe de Alvarenga, consta que o Capitão Estevão Ribeiro de Alvarenga era natural e batizado na frequesia de Fonte Arcada, Bispado de Lamego, conforme informação das "Notas biográficas" de um primo e afilhado de Lucas, que fazem parte do acervo de manuscritos da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro.[23]

No que diz respeito ao brasão da família Alvarenga, Hélio Viana (1943) informa que também foi registrado na Câmara da Vila de São Paulo, desde 1683, informação que ele teria tirado de Pedro Taques de Almeida Paes Leme, em *Nobiliarquia Paulistana*, publicado em 1940, na Revista do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo. Segundo Viana (1943), é o mesmo brasão que Lucas reproduziu do seu sinete na última página da novela.

A *Revista do Instituto Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro* também publicou parte da obra *Nobiliarquia paulistana.* No tomo XXXIV, da edição de 1871 dessa revista, consta a transcrição feita por Pedro Taques da "Carta de brasão" dos Alvarengas. Nessa carta, Dom Pedro II atende a uma petição feita pelo Capitão Estevão Ribeiro de Alvarenga e seus irmãos para tirarem e usarem o brasão de armas dessa família:

> [...] e como se mostra legalmente serem os justificantes descendentes da illustre familia dos Alvarengas, tão conhecida e esclarecida n'este reino, o que tudo visto com o mais dos autos, julgo aos sobreditos justificantes por filhos legítimos do dito Diogo Martins da Costa, e por descendentes da muito illustre geração e familia dos Alvarengas e Costas [...].[24]

Antes de Lucas José d'Alvarenga registrar essa carta na Secretaria de Estado da Índia, em 1811, é interessante notar a desconfiança com a qual o Senado de Macau recebeu esse documento:

---

[23] *Notas biographicas do Major Lucas José de Alvarenga*, escriptas do seu punho. [...] primo e afilhado de D. Lucas José de Alvarenga, último governador de Macau (Offerecidas à Bibliotheca Nacional a 23 de maio de 1879). Como se vê, eles eram homônimos.

[24] Trecho da Carta de Brasão, concedida por D. Pedro II ao Capitão Estevão Ribeiro de Alvarenga. Ela foi transcrita nas páginas 146-150 da revista anteriormente citada. Esse trecho consta na página 148.

> [...] tem este Leal Senado a honra de por na Respeitavel Prezença de V. Ex.ª a Publica forma incluza passada por India, e Mim, de huma attestação dada pelo mesmo dito Governador [Lucas José d'Alvarenga] ao Capitão da Fortaleza de S. Francisco, na qual o ditto Governador se qualifica de Fidalgo da Caza Real impustura de que este Leal Senado está bem convencido, e nesta perçuação suplica este Leal Senado a V. Ex.ª de querer por na Prezença de S. A. R. a mencionada Publica forma, a fim de que o mesmo Senhor seja servido dignar-se castigar de huma forma exemplar ao author de semelhante attentado, conforme merecem os impustores que uzurpão Titulos que S. A R. lhes não concedeo (ARQUIVOS..., 1972, p. 35).[25]

Como se vê, o Senado estava equivocado. Não se localizou resposta de Dom João VI, mas isso mostra a situação conflituosa entre o Governador e o Leal Senado de Macau à época. Na verdade, mostra o nível de intriga praticada por esse Senado.

Lucas José d'Alvarenga comenta sua infância, enfatizando, sobretudo, a educação que tivera. Além disso, afirma que, ao ingressar na faculdade, trocou de nome, preferindo o sobrenome da mãe em detrimento ao do seu pai. Isso foi provocado pelo fato de ele não gostar do nome anterior por ser muito extenso, por ter uma grande afeição a sua mãe, e por ela estar viva quando ele ingressou no ensino superior, enquanto seu pai já tinha morrido.

Em seguida, faz uma longa digressão, em que discute nascimento e educação, ou seja, se o homem de melhor valor é o nascido nobre ou aquele que teve melhor educação, sendo este – educação – um tema caro ao escritor. Após citar vários autores, afirma que um bom nascimento é como um ornamento para o homem, mas o que vai distingui-lo dos demais é a sua sabedoria. Em síntese, é possível perceber que, para ele, não basta ser nobre, é necessário, também, ter conhecimento.

Alvarenga (1830, p. 40) não informa quando foi aprovado na Universidade de Coimbra, apenas diz que por volta dos 16, 17 anos já havia concluído diversas matérias e que, felizmente, fora aprovado nos Exames Preparatórios. Ele afirma que "a esse tempo [...] já fazia versos, e que toda [sua] inclinação era aos Improvisos por isso, bem poucos se abalançavão á elles; e d'entre esses mesmos, que tentavão nem um só era feliz".

Hélio Viana (1943) afirma que ele foi aprovado em Coimbra em 1794. Segundo informações colhidas em documentação do Arquivo da Universidade de Coimbra, há registro da matrícula dele nas disciplinas Matemática e Direito, nesse ano; em Leis (1796-1798) e em

[25] Trata-se do documento número 16, emitido pelo Leal Senado de Macau, em 30 de dezembro de 1810, e publicado pela Imprensa Oficial de Macau, em 1972.

Filosofia (1797).[26] Consta que sua formatura ocorreu em 27 de julho de 1799.[27] É interessante registrar que Alvarenga afirma que começou seus estudos após se formar, época em que teria, também, abandonado a arte de improvisar:

> Logo que me formei, e cheio de saudades deixei a Cidade de Coimbra, onde nas apraziveis margens do Mondêgo deixei tambem, [e para sempre] entre as Musas, e as Graças, com a minha Lyra as minhas prendas de improvisar, tocar, e cantar &c. &c.; foi então, que me julguei apenas habil para principiar muito seriamente os meus Estudos com aquella regularidade, que eu projectava, pois que então já eu podia dirigi-los [unico proveito, e grande, que tirei da Universidade] e podia conhecer, como deverião ser reguladas [principalmente na minha Faculdade] para eu poder tirar delles toda a substancia possivel [...] (ALVARENGA, 1830, p. 42).

Para ele, quando se conclui o curso superior é que se tem, efetivamente, condições de aprender alguma coisa, ou seja, quando se forma não se tem conhecimento quase nenhum, apenas condição para a aprendizagem, desde que se aplique a isso.

Alvarenga (1830) prossegue, recapitulando seus estudos após essa época. Ele começou pela História e passou por diversos ramos dessa ciência. Segundo ele, a História mostra que a ambição e o egoísmo são a causa da ruína dos impérios. O caminho para uma eficiente política está na boa administração pública, sobretudo na justiça e na fazenda. Para ele, a História é um tribunal infalível a que todo homem, independente de sua posição social e de seu nascimento, é submetido. Depois afirma que estudou Direito - o Natural e o Pátrio. Posteriormente, teria estudado diversos filósofos, sobretudo os franceses e ingleses do século XVIII e os ainda em voga naquela época: início do século XIX. Nessa parte, sua filiação aos ideiais iluministas é explícita. Para finalizar, afirma que teve oportunidade de estudar alguns manuscritos e livros raros na China e na Inglaterra, além de estudar e de praticar a Moral.

Em relação à política, sua posição é diferente do que se entende hoje por Estado Democrático de Direito. Ele estava vinculado ao despotismo esclarecido. Para Alvarenga (1830), a política era ato de poucos grandes homens:

> Daqui concluo tambem, que aquillo, que não fizer hum homem só, vivo, de espirito fertil e profundo, de genio, e de saber acreditado, [e dotado de força d'alma] não o faz por certo huma Corporação inteira [...] que tem de decidir-se pela pluralidade de Votos. O maior numero he sempre dos froxos [e até dos ignorantes]; e o que decide em circunstancias taes, não he o pezo dos votos, mas o numero [...]. E com effeito eu vejo além destes e de outros

[26] AUC, Fundo: Universidade de Coimbra. Processos para cartas de cursos, 2 série, caixa 3, cota AUC-IV-2ªD-12-2-25.
[27] AUC, Carta de formatura, cota AUC-IV-29D-12-2-25-10, 1799.

> muitos factos, que a mesma Historia moderna nos aprezenta que hum Pombal, hum Sully, hum Richelieu, valia cada um delles mais, que huma Corporação inteira; ou hum Conselho d'Estado [...] (ALVARENGA, 1830, p. 101-102).

A partir dessa intensa leitura, ele afirma que construiu uma filosofia própria, que distingue-se das demais que lera.

> A minha philosophia pois não he simples, nem abstracta; he real, concreta, e composta methodicamente com pequenas proporcionadas dóses das Phylosophias Pythagorica, Socratica, Platonica, Cyrenaica, Aristotelica, Stoica, Cynica; Sceptica, e até Epicurea com mais quantidade dirigida, que remissa [...]; e da de alguns Philosophos mais como Democrito, Heraclyto, &c. &c. Já se vê por tanto, que não he nenhuma dellas em particular. Bem como as abelhas com variados sucos de flores, e de plantas differentes, formão um mel todo seu, tão particular, tão especial, e tão exquisito; assim eu de todas estas pequenas, proporcionadas dóses de tão diversos principios selectos de todos esses Philosophos antigos, e modernos, compuz tambem a minha philosophia privativa, propria para mim, e que em nada se parece com aquellas, que se ensinárão nessas escolas antiquarias (e modernas), que produzem hoje mais Sophistas, que Philosophos; e mais Hypocritas ainda, que Sophistas. Bastaria, para convencer a estes da pedantaria das suas ideas philosophicas, o triste, o publico, o funesto, e humiliante resultado dellas; e para victoriosa demonstração da excellencia das minhas a dignidade, a honra, e a gloria da Nação, quando as empreguei no seu Serviço. Aquellas são as ideas reinantes da louca vaidade, d'ambição, e do egoismo: estas minhas são de hum nobre orgulho, de hum patriotismo imperioso, e da ambição e gloria. Comparem-se os factos, notem-se as differenças (ALVARENGA, 1830, p. 50).

Depois de exaltar as qualidades de sua filosofia e de sua dedicação aos serviços do Estado português, Lucas José d'Alvarenga dá um salto no tempo e vai para o ano de 1815, pouco antes de regressar da Ásia.

Mas antes de ir à Ásia, ele voltou ao Brasil, onde exerceu alguns cargos em Sabará, sua cidade natal, conforme informação encontrada no *Livro de registro de provimentos* (1799), que se encontra sob a guarda do IBRAM, na Casa de Borba Gato, onde funciona o Arquivo Público da referida cidade. Nesse livro, há três provisões para que ele exercesse o cargo de Promotor dos Resíduos e Cativos e Procurador Fiscal dos Defuntos e Ausentes da Provedoria Geral. A primeira foi passada em 08 de janeiro de 1801. A segunda, em que ele solicita continuar no cargo por mais um ano, é datada de 18 de dezembro do mesmo ano. Nessa, é acrescentado mais um título referente à sua pessoa: "Cavaleiro professo na Ordem de Santiago". A terceira provisão tem data de 6 de dezembro de 1802, e também é autorizada sua permanência no cargo por mais um ano. Entretanto há outra provisão passada ao Dr. Plácido Martins Pereira, em 30 de julho de 1803, para que ele ocupe o cargo de Promotor, devido à

ausência de Lucas José d'Alvarenga da Capitania, desde dezembro do ano anterior. Sendo assim, é possível confirmar sua estadia em Minas até 1802. Após essa data, não se encontrou mais no referido livro qualquer outra provisão referente a Alvarenga.

Em outro livro de memória de sua autoria, ele se refere de maneira pouco lisonjeira a esses serviços exercidos na administração pública:

> Deixando eu pois a Carreira Ordinaria do Serviço, onde por via de regra só se fazem serviços ordinarios (e as mais das vezes só esses mesmos) talvez por ser já procurada para meios de subsistencia, e em cuja carreira cada hum o que quer he passar, e passar bem; tentei huma extraordinaria estrada; e pedi expresssamente a S. A. R. o Principe Regente, que ella se me franqueasse para eu poder assim hir fazer serviços n'Asia, com que me distinguisse. São formaes palavras do meu Requerimento (ALVARENGA, 1828, p. 26-27).

Posição diferente da que consta em requerimento que ele fez para receber remuneração por esses serviços prestados: "Que elle tinha Servido V. A. R. em Minas Geraes, nos Lugares de [...] eemPromotor dos Defuntos, e Ausentes, Cappellas, e Residuos, e Procurador da Fazenda de V. A. Que neste importantissimo Lugar, em que trabalhára enquanto podera sem ordenado algum [...] (AHU, 1804, f.1r)[28].

Em 1804 e em 1805, Lucas estava na Corte, tentando ingressar na carreira na Ásia, conforme informação sua citada, e o manuscrito de 1804, também citado anteriormente. Ele resolveu solicitar diretamente ao príncipe regente algum cargo no Oriente, o que não foi bem recebido pelo então Ministro de Estado – Visconde de Anadia. Lucas José d'Alvarenga não poupou a recusa do ministro:

> O Ministro d'Estado, o Visconde de Anadia, oppoz-se abertamente á minha pertenção só por isso, que ella não era da marcha ordinaria.
>
> Elle era muito bom homem! E o seu modo de pensar não era menos ordinario, que a sua bondade.
>
> Não gostava emfim destas coisas extraordinarias. E parece, que sentia mesmo em sua consciencia, que ellas ficavão todas fora do seu alcance, e do estreito circulo das suas idéas (ALVARENGA, 1828, p. 27).

D. João VI ignorou o Ministro e atendeu à solicitação de Lucas, mas este ganhou um inimigo.

Lucas começou logo a trabalhar junto ao Vice-Rei da Índia. Eles partiram de Lisboa em 1806, desembarcando no Brasil em janeiro de 1807. No final desse mesmo mês, foram

para Ásia e chegaram a Goa em 24 de maio do mesmo ano, após ficarem 08 dias em Moçambique para descanso (ALVARENGA, 1828).

Antes de se comentar a vida de Lucas José d'Alvarenga nessa região, onde exerceu o cargo de governador, é necessário contextualizar a situação política em Goa e em Macau à época. Isso é importante, visto que sua estadia nesse local propiciou diretamente a escrita de suas memórias e, indiretamente, da novela *Statira, e Zorastes*.

3.1.1.1 Um mineiro no inferno: Alvarenga e sua administração em Macau

A presença portuguesa em Macau remonta ao século XVI: "No princípio deste anno (1554) por descofianças dos chinas, nos fizeram mudar junto com o comércio para o porto de Lampacao, [...] onde negociámos até o anno de 1557, em que concederão o sítio ou ilha de Macao em que hoje estamos" (SARAIVA[29] *apud* SILVA, 1992, v. 1, p. 39). A partir dessa época, os portugueses sistematizaram sua ocupação nessa região, sendo que o primeiro questionamento da legitimidade da presença lusitana na ilha ocorreu em 1621, originada pela contenda "Ilha verde", que indispôs o Senado à Companhia de Jesus e esta aos chineses. Já dessa época, constam as primeiras reclamações referentes "aos vereadores do Senado da Câmara, que 'tudo dispendem dos seus lucros do comércio do Japão sem nada aplicarem na defesa da cidade'" (GAMA, 1625[30] *apud* ALVES, 1999, p. 131).

Em relação à estrutura administrativa de Macau, importante para entender a relação de Lucas José d'Alvarenga com o Senado e com a Ouvidoria, ela foi, sinteticamente, construída da seguinte maneira:

> [...] **1583** - criado o Senado de Macau, primeiro organismo administrativo, constituindo o governo municipal; **1584** - transformado o Senado de Macau em Senado da Câmara, com atribuições melhor definidas [...]; **1615** - instituído o cargo de Governador de Macau, por ato do Vice-Rei da Índia, tendo sido Francisco Lopes Carrasco o primeiro ocupante; **1734** - instituído o cargo de Secretário-Geral junto ao Governador de Macau; **1783** - promulgadas **Providências Régias** estabelecendo atribuições ao Senado da Câmara e ao Governador, com ampliação e fortalecimento de poderes; **1810** - denominado Leal Senado o antigo Senado da Câmara, por ato do Rei D. João VI [...] (SOUSA, 2006, p. 2).

---

[28] AHU - Requerimento de Lucas José de Alvarenga, Caixa 160, doc. 136, cód. 216, cota: AHU-CU-011-cx 160, D 12086.
[29] Não constam demais dados bibliográficos da carta de Saraiva (ano específico, etc.).
[30] Carta do vice-rei D. Francisco da Gama a Filipe III, Goa, 6-II-1625, AN/TT, *Livros das monções*, n. 22, fl. 56.

Além disso, em 1785 foi restabelecida a Ouvidoria, que estava extinta desde 1740 (SILVA, 1992). E foi logo após essa época que o interesse inglês pelo controle de Macau aumentou consideravalmente, motivado pela entrada deles no comércio na região da China, sobretudo, o de ópio. "Necessitados de uma base de apoio à sua navegação e comércio, que os chineses lhes negavam, os ingleses olharam insistentemente para Macau como um alvo potencial para as suas pretensões de estabelecimento nas costas da China de Sul" (ALVES, 1999, p. 170). A primeira tentativa de ocupação ocorreu em 1802 (ALVES, 1999), e a segunda em 1808, quando também chegou a Macau Lucas José d'Alvarenga, lembrando que ele já estava em Goa desde 1807, como ajudante de ordens de Sarzedas.

Localizaram-se alguns estudos sobre esse episódio em Macau e, como era de se esperar, muitos pontos de vista. Em relação aos que se basearam na versão de Alvarenga, podem ser citados os estudos de Almeida (2008, p. 1), que pretendeu seguir a trajetória do ex-governador, "inserindo-o no universo dos letrados luso-brasileiros que ocuparam cargos na administração e circularam por várias áreas do império colonial português na segunda metade do século XVIII ou nos primeiros anos do século XIX". Em outro estudo, ela analisa "as relações entre a sua trajetória [do Lucas] na administração ultramarina, os contatos que travou com a imprensa da época e a maneira como, afinal, elaborou a narrativa sobre sua atuação no governo de Macau" (ALMEIDA, 2007, p. 1).

Moura (2013, p. 216), em pesquisa inicial, nessa data, sobre brasileiros no extremo oriente do então império português, informa, resumidamente, sobre a administração de Lucas em Macau, afirmando que o seu governo "coincidiu também com a época do ouvidor Miguel de Arriaga Brum da Silveira, que, com amplos poderes, ficava sempre à frente das principais iniciativas governamentais da cidade". Segundo ele, o motivo de ele não ter conseguido tomar posse, novamente, no Governo em 1814 é um fato ainda a ser esclarecido.

Em artigo de divulgação científica, publicado na revista *Macau*, Cunha (2013) faz um breve resumo da vida e da administração de Alvarenga na Ásia. Segundo ele,

> [...] a primeira coisa que acolheu Lucas Alvarenga foi o ser impedido de exercer funções e esperar até melhor oportunidade, num cenário onde se denuncia o manobrismo do génio maquiavélico de Miguel de Arriaga. No resto e sequente, foi vê-lo entre intrigas e disputas com o Senado e Ouvidor, num combate desigual, onde o seu desempenho nas operações da famosa derrota de *Kam Pau Sai* e das numerosas forças piratas foi desmerecido e clandestinizado pelos agentes do sistema imperante e dos testemunhos politicamente mais correctos (CUNHA, 2013, s/p).

Mas há outros pesquisadores que analisaram esse ponto conflituoso e complicado da história macauense, adotando outros pontos de vista, especificamente, o de José Ignácio Andrade, autor da *Memoria dos feitos macaenses contra os piratas da China e da entrada violenta dos inglezes na cidade de Macao*, cuja primeira edição (1824) motivou Lucas José d'Alvarenga a publicar suas memórias e demais livros.

Um deles é Montalto de Jesus (1990), que narra esse episódio em seu livro *Macau histórico*, publicado no início do século XX. Sua obra é baseada na *Memória*... de José Ignácio Andrade. Para ele, o grande herói desse evento foi o ouvidor Arriaga, que teria articulado magistralmente a saída dos ingleses e a capitulação dos piratas, embora enalteça também Alcoforado, líder das esquadras que apreenderam os piratas. Para ele, Arriaga é o "exemplar pai da cidade". Reclama que alguns detratores tentaram diminuir os feitos portugueses:

> Por outro lado, não faltaram detractores. Uma narrativa chinesa atribui a derrota e pacificação dos piratas à amnistia e à diplomacia de Fei Heung Chow, um médico de Macau. Uma narrativa inglesa, datada de 8 de Dezembro de 1809, não regista nenhum dos feitos heróicos da esquadra de Alcoforado até esta altura (MONTALTO JESUS, 1990, p. 177).

Ele sequer cita as memórias de Alvarenga. Sendo assim, percebe-se que o texto de Montalto de Jesus, por ter se baseado sobretudo em uma fonte, também é, em algumas partes, tendencioso e lacunar. Ele, por exemplo, questiona os motivos que levaram o vice-rei Sarzedas a nomear Lucas José d'Alvarenga para o cargo de governador:

> Por mais estranho que possa parecer, foi nessa conjuntura que o vice-rei de Goa enviou um substituto para Lemos Faria; e à sua chegada, Lucas José Alvarenga empenhou-se em assumir imediatamente o cargo de governador. Mas até os mandarins insistiram para que Lemos Faria se mantivesse no posto até depois da retirada das forças britânicas" (MONTALTO DE JESUS, 1990, p. 165).

Só que Lemos e Faria havia solicitado dispensa do cargo: "[..] e requerendo Bernardo Aleixo de Lemos e Faria, Governador e Capitão Geral de Macáo, em Carta, que existe na Secretaria deste Estado a dispensa do tempo, que lhe restava do seu Governo (talvez por ver imminente aquelle perigo) [...]" (LORENA, 1815[31] *apud* ALVARENGA, 1828, p. 58).

[31] Informação retirada do atestado passado por Bernardo José de Lorena, conde de Sarzedas, e transcrito nas Memórias de Lucas José d'Alvarenga.

E essa informação não foi forjada na Secretaria do Estado da Índia, como afirmou Andrade (1835), na segunda edição de sua *Memória*..., visto que na documentação do Senado também consta que o então governador Lemos e Faria pediu dispensa do cargo:

> Mando a vos Bernardo Aleixo de Lemos e Faria ou a Pessoa, que estiver servindo a Capitania Geral da Cidade do Nome de Deos de Macáo na China, que tanto que esta aprezentada, entreguei logo a dita Capitania Geral a Lucas Jozé d'Alvarenga, a quem tenho provido no Posto de Governador e Capitão Geral da mesma Cidade de Macao, para entrar no Governo della dentro deste anno de mil oitocentos e oito, [...] pois que *hé da maneira que fui servido deferir a vossa Suplica sobre a dispensa do vosso terceiro anno* [...] (CARTA..., 1808, p. 84, grifo nosso).[32]

Alves (1999, p. 181) também relata esse episódio, dando todo crédito pelo sucesso nesses dois conflitos – com os ingleses e com os piratas – ao ouvidor Arriaga, considerado por ele o coordenador "[...] do processo autonómico e reformador de Macau [...]".

O fato é que Macau, nessa época, estava mergulhada em um verdadeiro caos com os ingleses ocupando seus fortes, os piratas atacando embarcações e os chineses exigindo a saída dos ingleses, sob ameça de interferir na ilha. Como se não bastasse, o Senado e o Governador viviam, há muito, como se mostrou anteriormente, em uma queda de braço. E é nesse clima completamente hostil que Alvarenga desembarcou na região, em 1807, na companhia de Sarzedas.

Alvarenga, que viveu esse período e foi um dos atores no jogo político da época, não nega as contribuições de Alcoforado e de Arriaga aos sucessos da época. Além de reconhecer a importância deles para a derrota dos piratas, ainda cita outras pessoas, como o tenente do mar Teotônio da Silva Braga, um dos sujeitos que contribuiu para o êxito da empreitada. Em relação a Arriaga, embora reconheça suas contribuições, cita os atritos ocorridos entre eles, como o fato de o então ouvidor solicitar a Lucas que não desse posse ao novo ouvidor, que o substituiria na ouvidoria (ALVARENGA, 1828). Isso porque quando Alvarenga chegou a Macau, Arriaga não era mais ouvidor. Mas este se ofereceu para ajudar o novo governador no que fosse preciso. Sendo assim, Alvarenga (1828) o nomeou para diversas comissões tanto na negociação com os ingleses, quanto no episódio da derrota dos piratas, até mesmo após a posse do novo ouvidor Peixoto.

Segundo Alvarenga (1828), logo após a chegada deles – Sarzedas e Lucas – a Goa, ficaram sabendo da partida da Família Real para o Brasil, da ocupação inglesa em quase todas

[32] CARTA de guia do ilustríssimo Senhor Lucas José de Alvarenga, 23 dez. 1808. *Arquivos de Macau*, n. 2, v. XIV, Macau: Imprensa Nacional, 1970.

possessões portuguesas no Malabar e da pretensão deles de ocupar Macau. Nessa época, o governador Lemos e Faria pediu licença do cargo e Sarzedas, por diversos motivos que Alvarenga (1828) elenca nas memórias, escolheu este para substituir o outro. Ele, Alvarenga, teria feito de tudo para demovê-lo da ideia, mas foi em vão.

Continuando sua narrativa, Alvarenga (1828) afirma que procurou se inteirar dos serviços em Macau, lendo todos os papéis encontrados na Secretaria de Estado da Índia, conversando com pessoas que lá estavam há mais tempo, etc. Sendo assim, ao assumir o governo, tinha toda ciência do jogo político em Macau.

Apesar disso, julga-se que ele cometeu um erro ao ir a Macau em um navio inglês, ainda mais que, quando lá chegou, havia quatro dias que os ingleses ocupavam a ilha. Esse fato gerou a desconfiança dos mandarins, e é criticado por muitos outros autores.

De acordo com Alvarenga (1827), em dois meses ele concluiu um tratado com os ingleses, e estes desocuparam a ilha em 19 de dezembro de 1808. Inicialmente, o governo chinês tentou não cumprir certas partes do tratado, com o intuito de prejudicar os ingleses, mas Alvarenga teria se oposto a isso e, no final, teria ganhado a confiança do vice-rei de Cantão e dos mandarins.

Entretanto a saída das tropas inglesas fez com que os piratas infestassem novamente a região, em ataques extremamente violentos, que não poupavam a população civil. Lucas então propôs ao Senado o armamento de uma fragata para tentar combater os piratas. Mas o Senado negou, alegando que seria melhor aguardar o socorro solicitado a D. João VI. Diante disso, ele forjou um novo plano, que consistia em regimentar milícias, para tentar solucionar o problema. Assim, conseguiu armar uma fragata e um navio para, de surpresa, emboscar os piratas que interceptavam a comunicação e o comérico entre Cantão e Macau. De acordo com ele, não obteve nenhum voto do Senado para tal ação, apesar da urgência e da situação caótica, visto que todos a achavam temerária. Mas após conseguir essa vitória, pôde fechar um tratado com o governo chinês, através do qual obteve financiamento para novos ataques contra os piratas. Referências a esse acordo sino-português constam no documento número 13 do Senado de Macau, mas nele os créditos são dados apenas a Arriaga (ARQUIVOS..., 1972).[33]

Após o acordo com os chineses, os portugueses conseguiram ganhar vários combates:

[33] Trata-se do documento número 13, emitido pelo Leal Senado de Macau, em 16 de dezembro de 1809, e publicado pela Imprensa Oficial de Macau, em 1972.

> Sem fallar em outros combates, de que tratão varias Partes do Commandante em Chefe, só os de 29 de Novembro [1809], de 11 de Dezembro; os de 3 e 4 de Janeiro [1810] pozerão os Piratas em estado de se renderem: e eu lhe achava já tanta probabilidade, que em data de 15 do mesmo mez, em que tive occazião, dei esta mesma Parte a V. Ex. (ALVARENGA, 1828, p. 45).

Um dos pontos de maior divergência da história desse episódio é o do rendimento dos piratas. Segundo Alvarenga (1827, p. 46), "No dia 21 de Fevereiro [1810] tive a Parte do Commandante em Chefe, que vai em Nº 34, na qual expressamente me diz, que naquelle dia se tinha verificado a entrega do Apochai, Cabeça dos Piratas com todas as suas Embarcaçoens, &c.", mas que

> [...] hum dia depois, que recebi a Parte do Commandante em Chefe Nº 34, em que dava por verificada a entrega, partio o Desembargador Ouvidor Miguel de Arriaga para a Boca-Tigre, tendo-me pedido licença, para faze-lo; e dizendo me, que hia a negocio seu particular; e nem eu tinha então motivos, para lha negar, como pertendeo o novo Ministro [...]. He certo, que hindo com effeito o dito Desembargador Arriaga esteve com o cabeça dos piratas; e he certo tambem, que logo se retirou o dito Cabeça Apochai com toda a sua Esquaddra que a entrega se não fez; quando a Parte Nº 34 do Commandante a dava por verificada (ALVARENGA, 1828, p. 46).

Andrade (1835)[34] não nega isso, mas não esclarece o motivo que levou Arriaga a tal comportamento. Também não vê nisso uma manobra política, embora esteja claro que se trata de um jogo para domínio político em detrimento do interesse português, chinês e da população macauense.

A maior crítica que Andrade (1835) faz a Lucas refere-se à não entrega dos piratas em Macau:

> Em quanto os chefes se visitavam cuidava-se em Macáo; no ponto, onde se faria a entrega da esquadra inimiga, visto ser da vontade de Cam-pau-sai, entregala aos portuguezes. Lucas José de Alvarenga, governador militar daquella cidade, obstou a que os macaences tivessem mais esse dia de triunfo. Temeu gente, que estremecia só de ouvir fallar das façanhas portuguezas. Assim foi Arriaga obrigado a concluir este importante negocio fóra de Macáo (ANDRADE, 1835, p. 61-62).

Interessante essa afirmativa de Andrade porque se os piratas estremeciam só de ouvir falar nas façanhas lusitanas, por que será que continuavam a atacar a ilha e seus arredores, como se vê no documento abaixo, emitido pelo Senado?

[34] Não se teve acesso à primeira edição das *Memórias*... de Andrade, apenas à segunda. E nesta ele responde às críticas que Alvarenga fez à primeira edição.

> Poem este Senado na Respeitavel Prezença de V. Ex[a] os Termos das Vereaçoens comprehencivas de referencias feitas pelo Dez[or] Ouvidor Miguel de Arriaga Brum da Silv[ra] relativas ao Armamento dos Navios de Guerra contra os Piratas Chinas, que crescendo mayor numero, se fazem ainda mais temiveis pelas crueldades que cometem, e approximando-se com apparencias d'estragos nas vizinhas, que deixão pouco segura a situação de Macáo, cujo commercio tambem se acha empatado em prejuizo do novo Giro desta Praça, se armarão 6 Navios de união com os Chinas [...] (ARQUIVOS..., 1972, p. 357).[35]

Alvarenga (1827, p. 48) não esclarece o motivo para isso, apenas remete a uma das sessões no Senado: "De huma das Sessões constão os motivos, porque se não effectuou aquella Entrega em Macáo". Ainda não se localizou esse documento nos arquivos do Senado a que se teve acesso.

Mas a resposta de Andrade (1835, p. 146) à crítica de Alvarenga por não ter sido incluído no grupo daqueles que contribuíram para esses dois sucessos em Macau não se restringe a isso. Ele ainda acrescenta: "Sendo este opusculo destinado a louvar as acções dos Luso-Macaenses, não devia apparecer entre elles um brasileiro empenhado em fazer o contrario do que os outros praticavam." Então percebe-se que a memória nada tinha de imparcial, visto que seu objetivo era o de louvar os portugueses e macauenses (escritos com iniciais maiúsculas, diga-se de passagem). Não caberia, nesse contexto, referência a um brasileiro (com inicial minúscula). Ainda mais um brasileiro que se colocava contra as ações que os demais faziam.

Mas ainda não contente, algumas páginas adiante, dispara: "Um brasileiro jámais deve fallar em desabono ácerca de colonias povoadas por degradados; por quanto assim que Pedro Alves Cabral descobrio o Brazil despejaram-se as masmorras de Portugal (ANDRADE, 1835, p. 151). Não se entende o motivo dessa crítica a Alvarenga, visto que em nenhum momento ele critica quer sejam os portugueses, quer sejam os macauenses. Ele apenas cita as *Providências Régias*, expedidas pela Rainha D. Maria I, em 04 de abril de 1783. Nesse documento, citado por ele, é feita uma crítica dura aos membros do senado, não aos macauenses em geral. Além disso, em relação aos portugueses, só há elogios por parte de Alvarenga (1830, p. 34), mesmo tendo publicado suas memórias após a independência: "[...] á gloria immortal das Armas Portruguezas; como á honra e ao esplendor da Nação Lusitana; á que ainda hoje eu pertenceria; se não fora a Justiça da causa da Independencia, e liberdade do Brasil; a minha Patria natural; e o meu Idolo."

[35] Documento emitido pelo Senado em 16 de dezembro de 1809.

Mas apesar de ser extremamente tendenciosa, por basear-se, conforme informações do próprio Andrade (1835), apenas na documentação do Senado e em pessoas "conspícuas", e, também, por ter como objetivo "cantar os feitos luso-macauenses", a primeira edição da sua memória serviu de motivo para que Alvarenga publicasse sua obra, incluindo, é claro, *Statira, e Zoroastes*, o que foi um ganho para a literatura brasileira. Esse impulso foi gerado pelo fato de, nessa primeira edição, Andrade sequer citar o nome de Alvarenga no governo de Macau naquele período. Ao sentir subtraída sua contribuição, que ele julgava decisiva para a vitória contra piratas e ingleses, e temendo que seu nome jazesse no esquecimento, Alvarenga decidiu publicar suas memórias, a novela e seu livro de poesias, sendo que deste último era para terem saído dois volumes, mas ele conseguiu publicar apenas o primeiro.

As memórias de Alvarenga também apresentam problemas. Embora não sejam tão tendenciosas como a de Andrade, por citar fontes, documentação oficial, etc., são parciais porque é o julgamento que um homem fez de si mesmo. E um homem que se julgou como fator único e mais importante no sucesso da expulsão dos piratas e da saída das tropas britânicas de Macau. Além disso, é um grande lamento, visto que julgava-se injustiçado por não ter sido aproveitado, sobretudo, na administração pública do nascente império brasileiro. Quando recebeu o convite para um cargo diplomático, que ele julgava à sua altura, a idade e, sobretudo, a doença o impediram de assumi-lo.

O que se pode concluir, após esse confronto parcial dos dois textos e o cotejamento com algumas outras fontes primárias, é que essa vitória dos portugueses contra os ingleses e os piratas não é obra de um homem só. Muitas pessoas, incluindo Alvarenga, contribuíram para o sucesso desses eventos. Porém para se verificar a real contribuição de cada um desses atores no jogo político em Macau daquela época, é necessário confrontar os dois textos, conferir a documentação do Senado, as fontes inglesas, as fontes chinesas e, também, a documentação da Secretaria do Estado da Índia. Mas isso é matéria para outra pesquisa e foge ao escopo desta.

Em relação à verdade contida nessas memórias, requerida pelos dois escritores – Andrade e Alvarenga -, cede-se a voz a Emília, para que ela possa encerrar este capítulo:

> Bem sei – disse a boneca. – Bem sei que tudo na vida não passa de mentiras, e sei também que é nas memórias que os homens mentem mais. [...] Mas para isso ele [o escritor] não pode dizer a verdade, porque senão o leitor fica vendo que era um homem igual aos outros. Logo, tem de mentir com muita manha, para dar ideia de que está falando a verdade pura (LOBATO, 2007, p. 13).

3.1.2 Apresentação do texto: *Statira, e Zoroastes*

Statira, e Zoroastes foi publicada pela primeira e única vez em 1826.[36] É considerada, por alguns críticos, precursora do romance no Brasil. A novela, dedicada à Imperatriz Leopoldina, conta a história de amor entre Zoroastes e Statira. Antes da novela propriamente dita, há uma introdução, em que o autor expõe os motivos de sua publicação. Nessa introdução, ele versa sobre política e alega que esse assunto foi de interesse até das mulheres, tanto na Roma antiga, como na França da revolução. Justifica seu interesse por tal tema, alegando que é militar, brasileiro, que foi governador de Macau e que, quando exerceu esse cargo, teve contato direto com diferentes corporações estrangeiras, além de ler periódicos que informavam sobre acontecimentos de toda a Europa amotinada.

Em relação aos motins, entende-se que Alvarenga referia-se, principalmente, às guerras napoleônicas de conquista, visto que, segundo Guinsburg (2002, p. 24), o "período que se estende de 1770 a 1848 é agitado incessantemente por revoluções". Ainda segundo esse autor, de "1788 a 1794 a Polônia trava uma luta revolucionária em prol de sua liberdade nacional" (GUINSBURG, 2002, p. 24-25). Pode-se somar a isso o fato de que, em 18 de maio de 1804, Napoleão tomou o poder na França e, a partir de então, tentou conquistar toda a Europa.

Retomando a exposição de Alvarenga na "Introdução" da novela, ele afirma que, após governar Macau, foi para Londres e para Paris, com o objetivo de ampliar seus conhecimentos. Depois disso, meditou cerca de 28 anos sobre política e filosofia, tempo durante o qual também viu muitas revoluções. Nessas circunstâncias, vê-se que a novela *Statira, e Zoroastes* foi criada num contexto intimamente vinculado à política.

Em relação à escolha do gênero novela, explica Alvarenga (1826) que autores antigos e modernos que trataram de história, política e filosofia escreveram ou no estilo didático ou no alegórico. Informa que teria escolhido o gênero novela por duas principais razões: por haver empenhado sua palavra em "fazer uma novela para certa Senhora, filha de uma das mais Ilustres Famílias de Portugal" (SZ, p. XVI), em cuja casa fora sempre tratado como filho, desde o seu tempo de Coimbra, e por ser este um gênero que educa deleitando, segundo o preceito horaciano.

---

[36] Há quatro edições digitais desta novela: uma consta no *site* da Unesp, do projeto "Caminhos do romance". Trata-se de fotocópia da edição de 1826. Cf.: <http://www.caminhosdoromance.iel.unicamp.br/biblioteca/0073/index.htm>. A segunda e a terceira são *e-book*, disponíveis para a venda no site da *Amazon*. São versões modernizadas. A quarta é, também, uma edição

Supõe-se que esta Senhora seja a mãe de Antônio Saldanha, Conde de Rio Maior e amigo de Lucas José d'Alvarenga, como pode ser depreendido deste excerto retirado do *Artigo Adicional à memória:*

> [...] e porque mediavão ja poucas horas para isso, voltei com mais celeridade ao Conde de Oeiras, onde achei ja o meu amigo antigo desde o meu primeiro anno de Coimbra o Morgado de Oliveira, Antonio Saldanha, Conde de Rio Maior, que sendo entretanto avizado da minha chegada pelo conde de Oeiras, hia buscar-me para Annunciada em razão dos direitos mais antigos, que tinha á minha amizade. Elle era cazado com a Excellentissima Senhora D. Maria Leonor, filha da Senhora Marqueza de Pombal, Irmãa, como ja disse, do meu Vice-Rey, o Conde de Sarzedas: e eu tinha sido desde Coimbra seu companheiro inseparavel, mesmo no Centro da sua Familia nas Caldas, em Cyntra, em Lisboa, e com especialidade na occasião dos arranjos dos seus desposorios, que durarão muito tempo, e em que por muitos mezes nos recolhíamos pela madrugada, fazendo das noites os mais bellos dias etc. etc.
>
> Seus Pays, as mais amaveis pessoas do mundo [que se distinguião em tudo, e particularmente em saber misturar o respeito com a amabilidade, e delicadeza], tratarão-me sempre, desde o meu primeiro anno de Coimbra, como filho, e muito particularisado; e por consequencia a minha intimidade com seus filhos era de Irmãos, e de amigos (ALVARENGA, 1828a, p. 11-12).

Alvarenga (1826) também comenta a origem de sua novela: redução de uma peça maior. Diz que suprimiu mais de três partes nessa redução: debates na Assembleia Geral Constituinte, as falas de algumas deputadas, a constituição inteira, várias proclamações, decretos, prospectos dos códigos civil e criminal, plano de legislação – e queimou a peça.

Segundo ele, em política, não há infalibilidade. A política é um jogo em que as circunstâncias governam. O que faz a diferença é o modo, a maneira de jogar. Para ele, a boa política deve ser fundada na boa moral, visto que a prosperidade dos Impérios é baseada na equidade das leis e na justiça dos governos. Por fim, conclui dizendo esperar que a sagacidade dos leitores supere sua falta de eloquência.

Em relação à trama da novela, conforme dito anteriormente, é colocada, em primeiro plano, a história da paixão de Zoroastes por Statira. A narrativa inicia-se com a história de uma princesa da Pérsia, bela e inteligente, que se casou com um jovem príncipe. Após o casamento, esse casal resolveu viajar para diferentes países, para se instruir. O primeiro local a ser visitado foi uma famosa Escola dos Filósofos que acabava de ser fundada nas Margens

---

modernizada, disponível no *site* da Universidade Federal de Santa Catarina: <http://www.literaturabrasileira.ufsc.br/_documents/0006-03146.html>. Acesso em: 31 out. 2015.

do Golfo Pérsico. Nessa escola foram recebidos por Zoroastes, que ficou incumbido de servir de guia aos visitantes e de apresentar-lhes a instituição e suas regras.

Após receber os convidados, Zoroastes encaminhou-os a um lugar ameno, em cujo centro havia uma estátua de mulher feita por ele mesmo. Enquanto contava aos hóspedes a origem do estabelecimento, olhava, de vez em quando para a estátua, e lágrimas corriam de seus olhos. A princesa, então, movida por curiosidade e por seu terno coração, perguntou-lhe o motivo de suas lágrimas. Zoroastes resolveu contar-lhes a história de sua vida, pressupondo que eles poderiam tirar dela uma lição. Disse-lhes que a estátua era de Statira, a quem ele teve muito amor em outro tempo.

Começa, então, a segunda história: ele conta-lhes que nasceu príncipe de um grande país na região do Tibete. Um dia, quando estava em uma caçada, perdeu-se em um bosque, onde viu uma linda mulher que, ao perceber a presença dele, fugiu. Ele então resolveu segui-la e indagar sobre ela. Descobriu que se chamava Statira, que era uma vestal, filha de um velho brâmane, e que estava consagrada ao Culto do Fogo. Descobriu, também, que nos estatutos desse culto constava que uma vestal, caso quisesse, ou seja, de livre e espontânea vontade e sem constrangimento por pessoa alguma, poderia desligar-se do Culto para se casar. Mas durante o seu Sagrado Ministério não poderia perder a pureza de sua virgindade, visto que seria queimada viva, se isso ocorresse.

Zoroastes, então, resolveu disfarçar-se de mulher e dedicar-se ao Culto do Fogo, para ficar próximo de Statira. Ele conseguiu, adotou o nome de Amana e tornou-se grande amigo dela. A intenção dele era achar ocasião propícia para se revelar e declarar-lhe seu amor, na esperança de que ela quisesse abandonar aquela profissão espontaneamente para casar-se com ele. Porém, não foi possível concretizar seu intento, visto que, um dia, quando estavam no cimo de uma montanha, fazendo um sacrifício, um grupo de homens, armados de arco e flecha, sequestraram Statira e seu velho pai.

Zoroastes não retornou ao templo, decidiu voltar à sua antiga identidade masculina (embora tenha se feito passar por uma pessoa pobre) e procurar por Statira. Para isso deixou para sempre as Índias.

Tempos depois, quando estava no Estado da Lícia, viu um grupo de caçadores com muitas mulheres e julgou que uma delas fosse Statira. Ele decidiu ir até a capital do reino e lá se inteirou de muitas coisas, como, por exemplo, do fato de a Lícia ser governada por mulheres. O governo estava em mãos femininas porque, algum tempo antes, os homens da Lícia tinham-se tornado tão afeminados que chegaram a desprezar as mulheres. Nessa época, declarou-se uma guerra de conquista à Lícia, e os homens covardemente fugiram. As

mulheres, então, armaram-se, enfrentaram o inimigo e ganharam a guerra. Logo após a vitória, foi proclamada rainha a mãe de Statira, já que ela tinha comandado as tropas vitoriosas. Ela convocou uma Assembleia Geral Constituinte para estabelecer uma nova forma de governo.

Mas quando os homens voltaram de seus esconderijos e encontraram o Estado tão diferente do que era, começaram a tramar uma rebelião, colocando as conquistas em risco, devido à anarquia provocada pelos diferentes interesses, partidos e opiniões.

Nesse período, as deputadas estavam reunidas na Assembleia Constituinte, para escolher a nova forma de governo e legitimar o governo da rainha, mãe de Statira. Entretanto, temendo pela segurança do Estado, devido às tramas dos homens, a rainha apresentou um Projeto de Constituição, argumentando que as decisões da Assembleia e, portanto, a constituição definitiva, demorariam muito, por haver mais divergências que convergências entre as deputadas. O Projeto de Constituição foi aprovado pelas deputadas e transformado em Decreto. Tempos depois a mãe de Statira foi envenenada por um dos irmãos de seu marido, falecido antes da revolução, que assim lhe usurpou o trono.

Depois disso, um tio materno de Statira, pressentindo o perigo que rondava a princesa, emigrou com ela para as Índias e, disfarçado de Brâmane, internou-se no Templo, para segurança de ambos. Após a morte do Usurpador, eles retornaram à Lícia e Statira foi aclamada rainha.

Zoroastes resolveu, então, alistar-se no serviço militar, para se aproximar de Statira, agora rainha. Ganhou uma importante batalha contra os Cários e, após essa vitória, fez-se notar. Ele foi apresentado à rainha, que lhe perguntou quem era, mas ele mentiu sobre sua origem. Posteriormente, foi nomeado Chefe do Exército, o que lhe permitiu acesso frequente a ela, que se apaixonou por ele. Mas as leis do reino impediam-na de se casar com um estrangeiro. Statira conseguiu exceção para si, e escolheu Zoroastes para esposo. Pouco depois ela morreu. Ele encontrou na filosofia consolo para sua dor. Assim ele foi parar naquela Escola de Magos, onde contava aos dois visitantes a sua história, que encerra com uma série de máximas filosóficas.

Após contar aos visitantes a morte de Statira, Zoroastes também fez algumas considerações sobre a verdadeira felicidade. De acordo com ele, a razão e a filosofia ensinam aos homens a viver contentes com a prática constante dos seguintes princípios: a) as paixões obscurecem a razão; b) razão é a fonte de luz para o espírito humano; c) as virtudes são esforços da razão para a felicidade e são, também, remédio para as enfermidades morais; d)

deve-se extrair dos próprios males os maiores bens e, finalmente, e) a amizade e o amor são os sentimentos mais doces do mundo.

Terminada a narrativa, há uma "anedota", em que o autor ilustra os problemas com os erros de edição.

3.1.3 *Statira, e Zoroastes* e a crítica literária brasileira

Hélio Viana (1943), em *Letras Imperiais*, publicou o primeiro estudo relativo à novela *Statira e Zoroastes*. Este pesquisador a classificou como uma *novela à clef*, levando em conta a dedicatória à Imperatriz e as memórias do autor. Nas memórias, Alvarenga (1828) declara que, na adaptação da peça *Revolução*, suprimiu mais de três partes dela, que continham alguns debates da Assembléia Geral Constituinte e Legislativa; suprimiu as falas de algumas deputadas; a constituição toda, várias proclamações e decretos, além dos prospectos de dois códigos Civil e Criminal e o plano de Legislação que devia servir-lhes de base. A partir disso, Viana (1943) chega à conclusão de que a novela narra acontecimentos reais daquele período sob o disfarce da trama fictícia. Considera, também, como afirmado anteriormente, a dedicatória à Imperatriz D. Maria Leopoldina Josefa Carolina "na qual se diz ter sido ela originada na 'analogia' que tem com as de V. M. as sublimes virtudes da Princesa Heroina." (ALVARENGA, 1826 *apud* VIANA, 1943, p.26). Além disso, para Viana (1943), o hipotético reino da Lícia, onde se passa a maior parte da narrativa, é o Brasil de 1822.

Além de Hélio Viana, Heron de Alencar (1969) dedicou uma breve análise a essa novela de Lucas José d'Alvarenga, em um estudo que ele fez sobre os precursores do romance no Brasil para o livro *A literatura no Brasil*, organizado por Afrânio Coutinho e Eduardo Faria Coutinho. Entretanto Alencar (1969) discorda da análise de Helio Viana, ou seja, para ele, *Statira, e Zoroastes* não é uma novela *à clef*. Segundo Alencar (1969, p. 221), na novela não há uma realidade disfarçada, "com *personnages déguisés*, mas analogia e mesmo alusão a fatos de nossa realidade histórica, o que por si só não autoriza a classificação". Ainda segundo Alencar (1969), a novela é de conteúdo político inspirado em princípios da Revolução Francesa e teria sido escrita não apenas para exaltar as virtudes da Imperatriz, mas, principalmente, para difundir ideias novas e revolucionárias a respeito dos direitos políticos e sociais femininos, inclusive com a pregação de uma república de mulheres. Sendo assim, para Alencar (1969), *Statira, e Zoroastes* é um romance alegórico ao gosto clássico, de moral edificante.

Oliveira (1963), em estudo sobre a história da literatura mineira, dedica algumas

páginas à obra de Lucas José d'Alvarenga. Sobre a prosa do autor, comenta que a novelística brasileira foi iniciada por Alvarenga.

Sodré (1969), em *História da literatura brasileira*, discorda desse ponto de vista, ou seja, de que a novela de Lucas José d'Alvarenga tenha iniciado a novelística no Brasil. Segundo Sodré (1969), a novela, de caráter moralista e edificante, já teria um defeito inicial, visto que teria nascido de uma malograda peça de teatro. Respeita-se a opinião desse crítico, mas nessa afirmativa já há um equívoco: conforme demonstrado no início desta tese, a novela não se originou de uma peça de teatro. Ainda segundo Sodré (1969), o critério cronológico que a inclui como pioneira do gênero nada significa para ele, visto que essa novela, assim como outras tentativas em prosa do período, é tão fraca que seus defeitos são perceptíveis à análise menos atenta. Entende-se que essa fraqueza a que se refere Sodré advém do fato de, na novela, não constarem elementos típicos da paisagem e das gentes brasileiras. Fez-se essa inferência a partir da seguinte afirmação do autor: "São tentativas cuja fraqueza não escapa à análise menos atenta e em que o quadro da terra e da gente mal surge, quando surge" (SODRÉ, 1969, p. 322).

Moisés (1984) também comenta sobre *Statira, e Zoroastes* em seu livro *História da literatura brasileira* e no *Pequeno dicionário da literatura brasileira*, organizado por ele e por Paes (1967). Ele afirma, em ambas as obras, que a primeira manifestação de uma novelística autóctone pode ser datada com essa novela de Lucas José d'Alvarenga, embora no verbete "novela" do referido dicionário ele sequer a cite. Entretanto ele a critica ao afirmar que ela é "heteróclita como as congêneres, desobediente a toda noção de verossimilhança espacial e cronológica, usada nitidamente a fins morais, a novela ostenta, quando muito, interesse histórico" (MOISÉS, 1984, v. 2, p. 57). Ou seja, ele praticamente reproduz a crítica de Heron de Alencar, já comentada. Em relação à crítica negativa de que a novela tem fins morais, faz-se uma ressalva: essa característica foi comum, inclusive, nos primeiros folhetins, como afirma Candido (2009, p. 445, grifo nosso) a respeito da obra de Teixeira e Sousa "Se procurarmos analisar os elementos da ficção de Teixeira e Sousa [...], talvez possamos distinguir quatro:peripécia, digressão, crise psíquica, *conclusão moral*".

Moisés (1984) também afirma que *Statira, e Zoroastes* não deixou rastros de sua passagem e nenhuma influência sobre as narrativas aparecidas no terceiro decênio do século XIX, que teriam condições de inaugurar a prosa de ficção romântica no Brasil. Em relação a isso, também se discorda, visto que se adota, nesta tese, o ponto de vista de que o romance, no Brasil, não surgiu de maneira abrupta, mas de maneira gradual, ou seja, não apenas por influência externa, mas também por produções locais.

Candido (2009) afirma que, para o aparecimento do romance no Brasil, concorreram quatro fatores: traduções de romances estrangeiros, produções ficcionais locais – novelas, receptividade do público e folhetins. Ou seja, não houve um salto da prosa moralizante Setecentista para o romance moderno, mas, sim, um período intermediário que propiciou o surgimento deste gênero. E nesse período intermediário está a novela *Statira, e Zoroastes*.

Para Hallewell (1985, p. 85), essa obra de Lucas José d'Alvarenga é "um pequeno *roman* à clef de 58 páginas no estilo francês contemporâneo da ficção didática que buscava divulgar as idéias sociais e políticas do liberalismo".

Guilherme Silva (2009), em estudo sobre a fantasmagoria romântica no Brasil, afirma que tudo na novela *Statira, e Zoroastes* tendia ao melodrama, mas tal tendência foi refreada pela racionalidade ilustrada do escritor. Além disso, assim como Hallewell (1985), advoga que o eixo norteador da novela foi o liberalismo político. Por fim, conclui que

> As bem intencionadas figuras de Alvarenga constituíam-se em apenas mais uma peça dentre o inumerável legado de conceitos, muitos deles obscuros, colocados em forma de discurso para a elevação de um sentido desviado, cuja configuração serviu durante muito tempo para manter a cifra de uma linguagem elitista ou para fixar a sombra na palavra emoldurada, enfim, objetivos que refletiam um racionalismo otimista, didático, que nem mesmo a melancolia barroca conseguira desfazer (SILVA, G., 2009, p. 44).

Que Lucas José d'Alvarenga refreou as tendências ao melodrama, é visível na novela, conforme é perceptível no seguinte excerto: "[...] todavia receando prudentemente, que estas minhas ideias fossem talvez exageradas, *Românticas*, filhas de uma imaginação exaltada; e que a regra da prudência em tais casos é consultar os homens imparciais, e iluminados [...] (ALVARENGA, p. 54, grifo nosso). Mas o que ele não percebeu foram outros elementos que a colocam como texto de transição entre a prosa didática do século anterior e o romance, perspectiva essa que será exposta no parágrafo seguinte.

Boechat (2008), em estudo sobre a tradição interna do romance brasileiro, afirma que *Statira, e Zoroastes* ocupa uma posição-chave na história da prosa de ficção brasileira. Para ela, essa novela deveria ser analisada em relação ao conjunto de textos em prosa publicado nos séculos XVII e XVIII. O seu caráter didático, por exemplo, filia-se a esse conjunto de textos. Mas a analogia evidente entre o reino Persa imaginado e a nascente monarquia brasileira traz o texto para seu contexto mais imediato e é este ponto que afasta esta novela da tradição das novelas filosofantes e morais, ou seja, o particularismo histórico. Além disso, Boechat (2008) defende também que essa novela abre caminho para o romance histórico.

Em relação à posição da novela no panorama histórico da literatura brasileira, adota-se, inicialmente, a posição defendida por Boechat (2008) e resumida no parágrafo anterior: essa novela é um texto de transição entre a prosa moralizante do século XVIII e o romance moderno. Para se verificar se essa posição se confirma ou não, analisar-se-á a novela nos próximos capítulos

3.2 A meio caminho da ficção: os paratextos

3.2.1 Título

Segundo Genette (2009), uma obra literária raramente se apresenta sozinha. Na maioria das vezes, é cercada de outras diversas produções, verbais ou não, que a apresentam ao mundo, que norteiam sua recepção. A esse conjunto de acompanhamentos - autor, título, prefácio, ilustrações, etc. - que fazem com que um texto se torne um livro, ele chamou de paratexto. Embora sejam diversos os paratextos, nesta tese, serão estudados apenas os que contribuem diretamente para a construção do sentido do objeto de estudo: o título, a dedicatória, a introdução, as epígrafes e a anedota.

Título é definido por Hoek (1973 *apud* GENETTE, 2009, p. 73) como "conjunto de signos linguísticos [...] que podem figurar na abertura de um texto para designá-lo, para indicar seu conteúdo global e para atrair o público visado". Genette (2009) problematiza essa definição ao tratar das funções do título que, para ele, são quatro[37]: designação (obrigatória), descritiva (inevitável), sedução (optativa e de eficácia duvidosa).

A primeira função – designação - consiste em nomear o livro e é, na prática, a função mais importante do título. A segunda função - descritiva - consiste em descrever o tema/objeto da obra e/ou seu gênero. A terceira função – sedução - consiste em incitar à compra e/ou à leitura do livro.

O título da novela aqui analisada é *Statira, e Zoroastes*. A primeira função dele é a de nomear, identificar esse texto escrito por Lucas José d'Alvarenga. A segunda função é a descritiva, ou melhor, temática, já que se trata de um título literal que designa sem rodeios as personagens centrais da história: Statira e Zoroastes. Mas além de se referir às personagens

[37] Genette (2009, p. 87) também fala na função conotativa. Entretanto conclui que é abusivo chamar de função o que, para ele, é um efeito nem sempre intencional do autor: "Mas como talvez seja abusivo chamar de função um efeito que nem sempre é intencional, seria melhor falar aqui de *valor* conotativo". Devido a isso, excluiu-se, nesta tese, essa função do título.

centrais, esse título evoca outros referentes. Um deles é o Oriente, já que se trata de nomes poucos comuns.

Zoroastes[38] é uma "forma grega do nome iraniano 'Zarasthushtra' (mais tarde Zardusht) do profeta, pertencente à família Spitama" (HINNELLS, 1984, p. 293). Ele é considerado o primeiro profeta da história das religiões. "Seus ensinamentos estão preservados em dezessete hinos, conhecidos como Gathas, que constituem uma posição central da liturgia do YASNA e estão contidos no livro santo zoroastriano, o AVESTA" (HINNELLS, 1984, p. 293). Segundo Bonnerot (2000, p. 934), Zoroastro é um personagem polissêmico: é, ao mesmo tempo, um ser cuja existência histórica remontaria há milhares de anos, "e o fundador, na Babilônia, de uma escola filosófica, o masdeísmo, que teria sido frequentada por Pitágoras".

Segundo Bonnerot (2000), o mito de Zoroastro é fruto de diversas tradições, algumas contraditórias e são essas que o século XVIII herdou e, também, as que foram encontradas no começo do século XIX. A que interessa especificamente, a esta pesquisa, é a que fixa a imagem de Zoroastro como

> [...] verdadeiro 'Legislador' e [...] 'Filósofo' dos persas [...]. Os filósofos das Luzes irão reconhecer neste 'Mago' o defensor de idéias que são as suas: Zoroastro representa, com sua doutrina, a mais antiga resposta ao problema do Mal, e a pureza de sua moral faz de sua figura um dos pilares da civilização. A partir daí, o mito de Zoroastro toma nova dimensão. O comportamento dos filósofos com relação ao *Zendi-Avesta*, publicado por Anquetil-Duperron em 1771, acha-se motivado pela afirmação de que todo fundador de religião traz consigo uma parte de verdade essencial [...] Zoroastro é visto então mais como um 'Sábio' do que como um 'Mago' (BONNEROT, 2000, p. 936).

Essa tradição interessa porque o autor da novela – Lucas José d'Alvarenga – é fruto do Século das Luzes e um defensor de muitas ideias dos iluministas franceses. Além disso, na novela, a personagem que tem este nome – Zoroastes – é um filósofo, ou mago, conforme é possível perceber no seguinte trecho:

> Partiram com efeito; e o primeiro objecto, a que se derigiram, foi a ver a famosa Escola dos Filósofos, (ou Magos) que acabava de fundar-se nas margens do Golfo Pérsico.
>
> O amor à verdade, o desejo de uma constante, e mútua comunicação de Luzes para mais exacto desenvolvimento de princípios necessários, e úteis à

[38] Zoroastro (português e espanhol atuais) e Zoroastre (francês). Segundo Machado (1984, v. 3, p. 1502), "a forma hoje generalizada [Zoroastro], recebida pelo fr. *Zoroastre*; melhor seria dizer e escrever, *Zoroastres*, este do gr. *Zōroástrēs*, pelo lat. *Zoroastres*."

> humanidade, foram os motivos daquela Sociedade de Sábios; e ainda que não precisavam de Chefe; porque cada um deles, pelo seu saber, e virtudes era digno de o ser; contudo eles de comum acordo escolheram um para seu superior; este era Zoroastes (SZ, p. 2-3).

A presença da Escola de Filósofos ou de Magos (e a denominação "Magos" faz referência direta a Zoroastro, visto que, segundo Bonnerot (2000, p. 935), ele foi "transformado na Mesopotâmia em mestre dos magos e dos caldeus)" e o próprio nome da personagem apontam para um aspecto marcante da novela: a exposição de posições filosóficas a respeito da política, do amor e da vida em geral: "Que assim como sem prudência, e por consequência sem virtude não pode haver felicidade; assim e do mesmo modo a amizade, e amor só podem ser verdadeiros, e duráveis tendo por base a virtude (SZ, p. 53).

Outro fato relatado na novela que lembra a religião masdeista é o culto feito no alto de um morro, conforme mostra o seguinte excerto: "Era costume entre as Vestães ir diferentes vezes no ano ao cimo de uma montanha vizinha acender uma fogueira, e fazer ali seus sacrifícios. Para ali fomos nós todas um dia, acompanhadas pelo velho Brâmane" (SZ, p. 11).

Agora, compare-se com a descrição do culto do Masdeísmo feita por Azevedo (2002, p. 242): "O culto era realizado no alto dos morros, com os fiéis de olhos voltados para o céu, esquadrinhando os astros e a natureza" e esse escrito por Bonnerot (2000, p. 933): "segundo Porfírio, ele [Zoroastro] consagrou ao culto, nas montanhas da Pérsia, um antro florido [...] Já Heródoto relata que os magos tinham o costume de realizar sacrifícios nos cimos mais elevados das montanhas [...]."

Outra referência à religião masdeísta aparece na novela, quando Zoroastro refere-se a Oromazes, como nesta passagem: "Eu supus, que o objecto, que eu via, era um daqueles Espíritos Celestes, que baixam algumas vezes do Trono de Oromazes, para conduzir as almas ao Empíreo (SZ, p. 6). Oromazes é o nome de Deus nessa religião persa, como se depreende da citação seguinte:

> Os persas adoravam um deus summo e invisivel, cujo simulacro era o sol ou o fogo. Zoroastro tinha estabelecido esta religião [...]. Para explicar a causa dos bens e males do mundo diziam que haviam dois princípios, um bom, que era Deus, a quem chamavam *Oromasis*, e outro máu, chamado Arimano (O PANORAMA, 1838, v. II, p. 166 - grifo nosso).

Pelo exposto, pode-se perceber que a escolha não foi aleatória, além de se referir a um mito da antiga Pérsia – e há personagens da história que são persas -, refere-se também ao

aspecto filosófico e político do texto. Isso também indica que o escritor tinha conhecimento do mito.

Segundo Bonnerot (2000), houve publicação, nos séculos XVIII e XIX, de libretos de ópera e de alguns romances que traziam Zoroastro como personagem. Os romances citados por ele são *As viagens de Ciro*, de M. Ramsay e *Zoroastre, uma história traduzida do caldeu*, de Méhégan.

Em *As viagens de Ciro*, Zoroastro aparece na segunda parte do livro. Ele é o filósofo quem instrui Ciro nos segredos da natureza, da religião e dos homens:

> Tandis que Cassandane s'entretenoit avec les femmes des Mages, & goutoir avec plaisir le douceur de leurs Concerts, Zoroastre initia Cyrus dans tous les Mysteres de la Sagesse Orientale. Les Chaldéens, les Egyptiens, & les Gymnosophistes avoient une merveilheuse connoissance de la nature, mais ils l'enveloppoient d'allégories mythologiques; c'est sans doute ce qui a fait reprocher à l'antiquité de n'avoir connu la[39] Physique que très imparfaitement (RAMSAY, 1733, p. 51)[40].

Em *Zoroastre, uma história traduzida do caldeu*, é contada a história desse filósofo, mago ou profeta, desde o nascimento até sua morte. A ênfase é dada na conversão do rei da Báctria, atual Afeganistão: "Ainsi parloit Zoroastre; ainse il donnoit des conseils à tous les Rois dans la personne du Roi des Bactres. Le Prince les suivoit avec ardeur; le sage en pressoit ou moderoit l'exécution au gré de la prudence[41]" (MÉHÉGAN, 1751, p. 75).

Além dos romances, Zoroastro aparece também em obras filosóficas. Em *O filósofo ignorante*, de Voltaire, o autor exalta os preceitos ou moral ensinados por Zoroastro.

Em relação aos libretos de ópera, um exemplo, citado por Bonnerot (2000), é a ópera "A flauta mágica", de Mozart em que a personagem Sarastro [Zoroastro] simboliza a razão:

> Em 30 de setembro de 1791, estreou em Viena a ópera 'A Flauta Mágica', de J. C. Wolfgang Amadeus Mozart (1753-1791) e Emmanuel Johann Schikaneder (1751-1812), ópera que apresenta 'Sarastro' [Zoroastro] como arcipreste que governa o 'Templo [...] da Sabedoria', e cuja idéia essencial é a do combate da 'luz' com as 'trevas' na alma humana (com triunfo final da 'luz') (FERNANDES, 2003, p. 38).

---

[39] Transcrição duvidosa. No original está manchado.

[40] Enquanto Cassandane se entretinha com as mulheres dos Magos e saboreava com prazer a doçura dos instrumentos delas, Zoroastro iniciou Cyrus em todos os mistérios da sabedoria oriental. Os caldeus, os egípcios e os ginosofistas possuíam um maravilhoso conhecimento da natureza, mas eles a envolviam de alegorias mitológicas; é, sem dúvida, o que fez imputar à antiguidade a falta de ter conhecido a Física apenas muito imperfeitamente. (Trad. Norma Amaral).

[41] Assim falava Zoroastro; assim ele dava conselhos a todos os reis na pessoa do rei dos bátrios. O príncipe os seguia com ardor; o sábio se obstinava ou moderava a execução conforme a prudência. (Trad. Norma Amaral).

Também foi em libretos de ópera que se localizaram referências a Statira, a heróina da história cujo nome figura no título. Trata-se da ópera de Alessandro Scarlatti, de 1690. Nela é contada a história de amor de Alexandre, o Grande, por Statira, filha de Dario, rei persa derrotado por Alexandre (HOLMES, 1985).

Statira também aparece em um romance do século XVIII - *Les famílles de Darius et d'Hidarne, ou Statira et Amestris, histoire persane* - de Gilbert, publicado em Paris em 1770. Nesse romance, é contada a história de amor entre Statira, filha de um satrapa, e Artaxerce, filho de Darius, rei da Pérsia e, também, a de Amestris, filha de Darius e irmã de Artaxerce, e de Teriteuchme, irmão de Statira.

Como se vê, o nome da heroína da novela está relacionado à realeza da Pérsia antiga. Isso remete ao oriente e, também, à pessoa a quem foi dedicada a novela: a imperatriz Leopoldina.

3.2.2 Dedicatória

A dedicatória da novela teve mais atenção por parte de historiadores e críticos do que a novela propriamente dita, visto que, ao contrário do texto integral do qual foi encontrada apenas a primeira edição, ela teve três edições nos seguintes livros: *Dois velhos troncos mineiros: Bento Pinto de Magalhães e Francisco José de Alvarenga*, de José Batista de Alvarenga Coelho; *Antologia do romance-folhetim (1839-1870)*, de Tania Rebelo Costa Serra e na tese *Palavra e sedução – uma leitura dos prefácios oitocentistas*, de Germana Maria Araújo Sales. Coelho (1999) a edita por julgá-la a parte mais importante da novela, assim como Serra (1997), embora ambos não justifiquem a importância da dedicatória. Já Sales (2003) a edita para fazer parte do *corpus* dos prefácios oitocentistas que analisou. A dedicatória serviu para análise do perfil dos leitores na primeira metade do século XIX, especificamente, das leitoras, visto que, segundo ela, é um grupo que chamou a atenção "pela freqüência com que são mencionadas nos textos introdutórios" (SALES, 2003, p. 56).

Para análise da dedicatória da novela, será verificado, inicialmente, como ela pode ser classificada. Esse paratexto, segundo Genette (2009, p. 110), divide-se em dois tipos:

> [...] um enunciado autônomo, seja sob a forma breve de uma simples menção do dedicatário, seja sob a forma mais desenvolvida de uma discurso dirigido a este, geralmente batizada de *epístola dedicatória*, seja ainda as duas ao

> mesmo tempo, ficando a primeira na página de rosto. A segunda forma é, na verdade, obrigatória até o fim do século XVIII [...]

Em *Statira, e Zoroastes*, encontram-se as duas formas. A dedicatória propriamente dita, na folha de rosto, seguindo a tendência clássica: "Statira, e Zoroastes novela dedicada à Sua Majestade a Imperatriz do Brasil" (ALVARENGA, 1826) e a chamada, por Genette (2009), de epístola dedicatória, nas duas páginas seguintes.

Um dado muito importante nesse enunciado da página de rosto chamou a atenção: a referência ao gênero do texto, que foi classificado como novela por Alvarenga. Por isso, nesta pesquisa, adotou-se essa classificação para esse texto, visto que se parte do princípio de que o autor é o melhor "classificador" do gênero do texto que produziu.

Além disso, há outro motivo para a manutenção da classificação dada pelo autor, embora se saiba que há pesquisadores que discordam dela, como Serra (1997), que afirma ser essa novela, na verdade, um conto moral. Esse motivo diz respeito ao fato de que a manutenção dessa classificação é importante para o entendimento da gênese da prosa ficcional no Brasil dos oitocentos. Ou melhor: pensa-se que, dessa maneira, pode-se melhor compreender como os autores daquela época entendiam e classificavam a prosa de ficção naquele momento crucial para a formação do romance. Parte-se do pressuposto de que a nomeação do gênero não é mero rótulo, mas é motivada por concepções acerca da "forma" do texto. Quando se analisar a introdução, retomar-se-á essa questão, visto que na introdução, conforme já dito, o autor justifica a opção pelo gênero. Quando se analisar a novela propriamente dita, mostrar-se-á que ela não é um conto moral, como defende Serra (1997) em estudo sobre o romance-folhetim.

Em relação à função elogiosa da epístola dedicatória, o autor relaciona as virtudes da Imperatriz às virtudes da heroína da novela:

> *O Particular Motivo de imprimir-se esta Novela, o seu contexto, e objecto, a analogia, que tem com as de V*ossa *M*ajestade*, as sublimes virtudes da Princesa Heroína; tudo isto inspirou a lembrança de a Dedicar a V*ossa *M*ajestade *I*mperial (ALVARENGA, 1826, sem página).

Ou seja, fez-se uma relação entre a Imperatriz e a obra, fato comum em algumas dedicatórias cujo "[...] tema [...] é a semelhança, o papel de modelo atribuído ao dedicatário, considerado o inspirador da personagem de perfeito homem de bem [...]" (GENETTE, 2009, p. 114-115).

Em relação aos objetivos dessa dedicatória, Guilherme Silva (2009) levantou duas hipóteses: 1) que Alvarenga tentava com a novela obter o comprometimento da esposa de Dom Pedro I aos princípios constitucionais, já que o imperador havia dissolvido o parlamento e acabado com a liberdade de imprensa; ou 2) conseguir um emprego na alta cúpula do Império.

Respeita-se a posição desse pesquisador, mas discorda-se quase que totalmente dela. Em relação à primeira hipótese, sabe-se que D. Pedro I havia realmente dissolvido o parlamento, mas "doou" uma constituição ao Brasil. Além disso, o próprio Alvarenga considerava, conforme visto em sua biografia, uma "perda de tempo" a decisão de voto pela maioria. Para ele, a maioria é composta por "froxos" (sic) e "ignorantes". Um bom governo era feito por grandes homens. Em relação à liberdade de imprensa, sim, ela é defendida na novela: "Declarou mais a Rainha outras muitas coisas necessárias, e úteis para a permanente segurança, e felicidade da Nação; e entre elas foi a Liberdade da Imprensa contra a decantada opinião de alguns presumpçosos políticos" (SZ, p. 25).

Em relação à segunda hipótese, discorda-se completamente dela pelos seguintes motivos: 1) Lucas José d'Alvarenga não tentou arrumar emprego na administração portuguesa, após sua chegada à Corte, em 1817; mas, sim, ele esperava que fosse nomeado para alguma função importante na administração pública, como reconhecimento aos serviços que ele prestou à Coroa portuguesa, quando governou Macau; 2) ele chegou a ser convidado para a carreira diplomática, em 1825, um ano antes de publicar a novela:

> Em 22, ou 23 de Novembro do mesmo anno de 1825, em que tive o fatal ataque no mez de Fevereiro, em que principiou a Epoca do meu *Ocio*, mal restabelecido dos terriveis effeitos daquelle ataque, e sem ameaços ainda de outros males, que me sobrevierão; tive a honra de ser avizado pelo Excellentissimo Senhor Marquez de S. Amaro, Conselheiro d'Estado; então Visconde, e Ministro d'Estado dos Negocios Estrangeiros, para achar-me em sua caza ás 8 horas da noite.
>
> [...]
>
> A sua Proposta precedida de louvores á minha conducta, e às minhas luzes nada menos era, que deixar a vida retirada, em que eu vivia, e entrar ja, e sem perda de tempo na brilhante Carreira Diplomatica, onde podia fazer grandes Serviços á nossa Patria, e concorrer para a Gloria da Nação, segurando-me, que eu principiava ja, por onde os outros acabavão; e que antes de sahir daqui me veria em poucos dias mui condecorado, com honras [...] e com enfeites (ALVARENGA, 1828a, p. 22).

Entretanto ele recusou a proposta por estar muito enfermo à época. Ou seja, se ele, um ano antes de publicar a novela, dispensou um excelente cargo público, como ele mesmo o declara, não faz sentido, um ano depois, bajular a rainha para conseguir emprego.

Sales (2003), em sua tese sobre os prefácios oitocentistas, também analisou essa dedicatória. Ela comenta que a homenageada não cumpre o papel de autoridade que "deveria estar presente na introdução do romance" (SALES, 2003, p. 62), mas é a inspiração para a criação da personagem. Concorda-se com essa afirmação, a rainha – a dedicatária – é colocada como o modelo da personagem Statira.

É interessante notar que na folha de rosto, logo após a "Dedicatória" e antes da epístola dedicatória, há uma epígrafe anônima, que, supõe-se, seja do próprio autor:

> Não importa, quando deva florescer,
> ou fructificar a verdade.
> O que importa, é semear, e plantar.
> Um dia, ou outro alguém aproveitará (ALVARENGA, 1826, sem página).

Segundo Genette (2009, p. 135), isso é prática antiga admitir "uma epígrafe na página de rosto". Além disso, afirma que a epígrafe possui quatro funções: 1) comentário do título; 2) comentário do texto; 3) importância do autor da epígrafe e sua influência na leitura do texto; 4) efeito-epígrafe: presença/ausência dela (GENETTE, 2009). Em relação à epígrafe do texto de Alvarenga, entende-se que sua função é a segunda: constitui-se em um comentário do texto, cujo significado é ressaltado.

O tema dessa epígrafe é a verdade. Agora a questão é relacionar essa verdade à novela. Entende-se que essa verdade seja o fundamento didático da ficção, que o gênero novela poderia sugerir frivolidade. Veja-se a definição do gênero dada por Bluteau (1712-1728, v. 5, p. 757): "Novella. Conto fabuloso. Patranha inventada para entreter ociosos. Saõ celebres aas Novellas de Bocacio Author Italiano".

Chegou-se a essa conclusão a partir do estudo de Vasconcelos (2002) sobre prefácios e resenhas de romances ingleses do século XVIII. Segundo essa pesquisadora, a representação do real, ou, em termos da época, a relação entre verdade e ficção foi uma das questões mais debatidas em prefácios de romances daquele período. A análise do prefácio, ou melhor, da introdução da novela, ajudará a corroborar esta conclusão.

3.2.3 A introdução

Logo após a “Dedicatória” - epígrafe e epístola dedicatória -, vem a “Introdução” que é longa: 18 páginas. Ela também foi publicada nos livros citados anteriormente, que editaram a dedicatória, sendo que, para Coelho (1999), ela é importante porque trata da justiça das leis; para Sales (2003), ela ajudou na análise da imagem do leitor do início do século XIX e Serra (1997) apenas afirmou que se trata da parte mais importante do texto.

A introdução faz parte do que Genette (2009, p. 145) chama de prefácio que, para ele, é constituído de qualquer texto “liminar (preliminar ou pós-liminar), autoral ou alógrafo, que consiste num discurso produzido a próposito do texto que segue ou que antecede”. Os tipos de prefácio elencados por ele são muitos, mas o que interessa aqui é o prefácio autoral, no qual o da novela se encaixa. O principal objetivo desse tipo de prefácio é garantir uma boa leitura do texto. Para atingir esse propósito, um dos meios usados pelos autores, segundo Genette (2009), é a valorização do tema. Alvarenga (1826) valoriza o tema ao fazer da introdução uma ponte entre a não-ficção e a ficção. Para isso, ele usou duas estratégias: 1ª: relacionou fatos da época ao enredo do texto; 2ª: tratou a si mesmo quase que como uma personagem.

O autor começa a introdução, afirmando que a política é uma ciência que todos acham que entendem. Para demonstrar isso, ele aborda, de forma breve, a política em Roma e em França. Ao falar da França, ele elogia a participação das mulheres na política, em especial, Madame de Staël:

> A Política é uma das ciências, que todo o mundo tem presumpção de saber, ou mais, ou menos.
> [...]
> Na Revolução da França [...] houveram algumas que escreveram sobre este objecto [política], e se fizeram admirar tanto pelo seu gênio superior, e elevação de sentimentos; como pelos encantos do seu estilo, e graças da dicção; tal foi por exemplo, Madame de Staël de tanta celebridade (SZ, p. IX).

Esse trecho da introdução relaciona-se com a dedicatória, oferecida à Imperatriz, e ao mesmo tempo com o enredo, visto que parte da história se passa em um país governado por mulheres e liga-se, também, à dedicatória, por que o dedicatário é uma mulher.

Após, ele comenta o posicionamento das pessoas, no Brasil, em relação à política, especificamente, depois da Independência para, em seguida, falar de si, argumentando que ele tem formação e competência para opinar sobre este assunto – política. Para evitar o erro de “indispor o leitor com uma valorização imodesta demais, ou apenas visível demais, de seu autor” (GENETTE, 2009, p. 177), Alvarenga se refere a si na terceira pessoa, distanciando-se

de si, fazendo de si quase uma personagem, mas ainda sem ser o narrador, permanecendo ainda no papel de autor:

> Em tais circunstâncias não é de admirar, que em um Império nascente (onde ainda não há uma Universidade), um filho do Brasil, que lhe deve prestar serviços; e que na qualidade de Militar, o mais que pode fazer hoje, é dar a vida pela pátria [...]; ouse também levantar um pouco a voz para dizer alguma cousa sobre esta tão importante, e delicada Ciência, pois que sendo ele ao mesmo tempo da Profissão das Letras, Formado na Universidade de Coimbra em Direito Civil, de cuja Faculdade são ramos o direito Natural, e das Gentes, o Direito Público, e Público Particular, a História Sagrada, a Eclesiástica, e Profana etc. etc.; [...] é também sem dúvida, que está autorizado com esta qualidade, para falar em público em matérias de semelhante natureza (SZ, p. X-XI).

Este "filho do Brasil", que é "Militar" e "Formado na Universidade de Coimbra em Direito Civil" é o autor - Lucas José d'Alvarenga. Dessa maneira, ele apresenta suas credenciais, ou seja, ele tem conhecimento técnico do assunto para tratar do tema – política. Sendo assim, está, por "direito", exercendo um papel que muitos presunçosos de seu tempo exerciam sem ter formação ou conhecimento adequado de tal matéria. Neste ponto, insinua-se a motivação moralizante da obra, o que contribui também para colocar a introdução a meio caminho da ficção.

Mas não é apenas a formação acadêmica que lhe credencia a tratar de tal assunto. Alvarenga (1826) também enumerou outros argumentos que o tornaram capacitado para isso: 1) ter meditado nesse assunto por 28 a 30 anos; 2) ter lido os principais autores, tanto antigos quanto modernos, que trataram desse tema; 3) ter visto as grandes revoluções em ambos os hemisférios; 4) ter experiência política ao governar Macau e, nesse posto, resolvido questões diplomáticas e militares com os governos da Grã-Bretanha e da China, além de ter convivido com diplomatas de vários países como França, Inglaterra e Estados Unidos; 5) ter vivido em Londres e em Paris para aperfeiçoar sua formação.

Essas questões diplomáticas e militares que Alvarenga resolveu quando governou Macau foram a expulsão dos piratas chineses que assolavam a ilha e adjacências e dos ingleses, que haviam ocupado todas as possessões portuguesas no Malabar, incluindo Goa, e quase todas as fortalezas de Macau, conforme visto em sua biografia.

Como se vê, a introdução está longe da esperada falsa modéstia do autor. Muito pelo contrário, Alvarenga (1826) usa do argumento de autoridade para justificar a escrita da novela. Entretanto faz isso sem despertar a antipatia do leitor, devido ao distanciamento que consegue ao se referir a si mesmo em terceira pessoa. Agindo assim, ele se apaga como

sujeito, transformando-se em objeto do discurso. Ele consegue mudar sua posição de autor (sujeito) para objeto (tema) do texto. Em outras palavras, o "eu" locucionário se coloca fora da alocução[42] ao se referir a si como objeto/tema, em um jogo que se aproxima do ficcional, como é possível entretever no seguinte excerto:

> [...] e depois de ter estado à testa de um Governo, [...] e em cujo Governo estava em contacto, e relações imediatas com diferentes Corporações Estrangeiras, e pessoas autorizadas pelos seus respectivos Ministérios, que de certo modo representavam naquele canto do Mundo as principais Nações da Europa, e também os Estados Unidos d'América; [...] e enfim todos os movimentos, e recursos da Política a mais refinada, que então se desenvolveu; cujos papéis passavam todos pelos seus olhos com aquela atenção, que mereciam; e de cuja importantíssima lição procurava constantemente aproveitar-se por entender assim do seu dever, e do seu máximo interesse (SZ, p. XII-XIII).

Ao mesmo tempo que se distancia do texto através do "ele", Alvarenga (1826) consegue aproximar o leitor de si, já "que este pronome nos arrasta para uma intimidade que deveria lògicamente exprimir-se na primeira pessoa" (SARTRE, 1968, v. 1, p. 37). Ou seja, o leitor só sabe que Alvarenga lia os documentos com atenção e procurava aprender o máximo deles porque "lê e pensa" juntamente com ele. A terceira pessoa distanciou o leitor do locutor (eu), mas ao mesmo tempo aproximou-o do autor (objeto/tema), lembrando que, neste caso, o locutor e o autor são a mesma pessoa: é "ao mesmo tempo ele próprio e outro distinto de si" (SARTRE, 1968, v. 1, p. 37-38).

Outro aspecto importante em relação à escolha dessa pessoa gramatical é a força argumentativa que tal escolha representa, já que, ao empregar "a terceira pessoa, ele considera a decantação histórica como terminada, a versão que ele dá como definitiva. Recusa assim, de antemão, qualquer outro testemunho [...]" (BUTOR, 1974 p. 54).

Após mostrar a sua capacidade para conduzir tal tema – política -, Alvarenga (1826) justifica a escolha do gênero novela para tratar desse assunto. Ao fazer isso, ele muda o pronome pessoal da terceira para primeira pessoa. É interessante porque nesse momento ele afirma que tem dificuldades em usar o método sentencioso, daí a escolha pelo "método alegórico". Mas, mesmo assim, ele não se diminui tanto, visto que afirma que até grandes homens têm essa mesma dificuldade:

[42] C.f. Benveniste (2005), nos seguintes capítulos do livro *Problemas de linguística geral I*: "A natureza dos pronomes" e "Da subjetividade na linguagem".

> Não me convindo o método sentencioso por muitas razões, sendo uma delas a grande dificuldade da concurrência cumulativa de sentença aguda, ideia exacta, e clara, expressão concisa, requisitos, que faltam quase sempre ainda aos mesmos grandes homens, como se observa por exemplo nos Aforismos Políticos de Lorde Harrington, e outros; e que apenas se encontram com successo em muitas das Máximas Morais de La Rochefoucauld [...] [SZ, p. XV).

Nesse excerto, percebe-se a alusão à teoria barroca do discurso agudo, não só quando ele fala do método sentencioso, mas, sobretudo, ao falar da sentença aguda, uma das características da prosa anticiceroniana ou barroca (SPINA; CROLL, 1992).

Embora o motivo para escolha do gênero novela tenha sido evitar esse estilo, o autor não fugiu completamente a ele, visto que no fim do texto ele o exercita através das máximas morais: "[...] e não tanto por obviar as referidas dificuldades (às quais se vê, que me expuz nas Máximas Moraes, que se encontram no fim desta Peça, e que era um dos objectos, que eu tinha em vista)" (SZ, p. XVI).

Mas além desse motivo negativo, Alvarenga (1826) elenca outros positivos que motivaram a opção por esse gênero textual: 1. Promessa da novela a uma moça, já comentada em capítulo anterior; 2. *Utile dulci*[43]: o disfarce ficcional com o intuito de moralizar, aceito por aqueles que não aceitam a moralização direta (máximas). Nessa parte, a "verdade" novamente aparece, o que remete à epígrafe da Dedicatória:

> A *verdade*, para parecer bela, e fazer-se amável nunca deve apresentar-se nua; isso é hoje uma grande indecência, grande impolítica, e até mesmo trabalho sem fructo: é necessário pois aparecer vestida, e até com alguns ornatos singelos; e por fim ainda cuberta com o transparente véu da Fábula, para atrair a curiosidade (SZ, p. XVII, grifo nosso).

Essa afirmativa do autor relacionada à verdade e, consequentemente, à ficção com finalidade moralizante foi também um dos temas frequentes em prefácios e resenhas do nascente romance inglês do século XVIII, que não era bem visto, segundo Vasconcelos (2002, p. 44), por parte do público da época, já que foi "acusado por seus inimigos de 'perigoso', 'pernicioso', 'inútil', 'subversivo' ou 'frívolo'". Ainda de acordo com essa pesquisadora,

> O preceito horaciano da instrução combinada com entretenimento servia, na realidade, a dois propósitos: se, por um lado, contribuiu para o enobrecimento do gênero, vinculando-o à melhor tradição clássica, por outro

[43] "Arrebata todos os sufrágios quem mistura o útil e o agradável, deleitando e ao mesmo tempo instruindo o leitor" (HORÁCIO, 2005, p. 65).

> lado lhe conferiu uma função e uma tarefa – a de fazer da ficção um instrumento de edificação moral (VASCONCELOS, 2002, p. 46-47).

Esse ponto de vista também é compartilhado por Augusti (2008) em estudo sobre a consagração do romance no Brasil oitocentista. Para ela, a prática desse gênero não dignificava escritor algum nesse período, por isso a necessidade de mostrar "a utilidade do assunto escolhido e a necessidade de torná-lo acessível ao leitor comum" (AUGUSTI, 2008, p. 397).

No Brasil, mesmo depois de consolidado o gênero romance, alguns prefácios ainda traziam artifícios para dar "ao relato um ar de verdade" (VASCONCELOS, 2002, p. 46), como o prefácio de *A misteriosa*, de Joaquim Manuel de Macedo, publicada em 1872, e citado por Sales (2003).

Tendo sido, então, publicada 46 anos antes desse romance, nada mais esperado que aparecesse no prefácio de *Statira, e Zoroastes* o tema da verdade, como justificativa da ficção. Mas, no caso dessa novela, a ficção é colocada, de certa maneira, no mesmo nível da moral e da política, visto que o autor apresenta vários episódios que teriam ocorrido na Grécia, em Roma e em França em que a ficção é apresentada como melhor método para instrução dos povos:

> Na Corte de Creso era Esopo ouvido melhor, que Sólon. Na Praça de Roma um Senador com uma Fábula apaziguou um tumulto furioso do Povo Romano, que não tinha cedido à Sabedoria, à autoridade dos Cônsules. Os Cortesãos de Luiz XIV. corrigiam-se melhor pelos apólogos de La Fontaine, pelas ficções de Molière, do que pelos pensamentos sublimes, e profundos de Pascal, e outros (SZ, p. XVII-XVIII).

E, para finalizar a justificativa da escolha do gênero novela, chamado por ele também de peça, Alvarenga (1826) afirma - em primeira pessoa, usando o pronome "eu" -, que estudou tanto a ciência Moral quanto a ciência Política para escrever o texto, embora tenha gastado mais tempo na redução do que na produção dele.

De acordo com ele, o motivo da redução foi "imperial" e remete à dedicatória da novela – novamente a ligação entre ficção e realidade. Nas suas memórias, ele especifica melhor o contexto da produção e da "mutilação" do texto original:

> A minha actividade era muita, e tanto assim, que só para o fim de exercitar-me, de evitar o Ocio [que abomino] e trabalhar em alguma coiza, que poderia ser util; principiei em Junho de 1822, e pude concluir logo facilmente huma bem extensa Peça intitula – A Revolução.... -; que mutilada

> depois talvez em mais de tres partes [e bem interessantes] vim por motivos Imperiosos [ou Imperiaes] a dá-la em 1826 ao prelo, redigida, e já debaixo da forma de Novella com o Titulo de – Statira, e Zoroastes -; e enchendo assim outros finais mais, que a esse tempo tambem eu tinha em vista; Obra aquella, que tinha sido emprehendida por occazião do Decreto de 3 de Junho, que convocava a Assembléa Nacional para fazer a Constituição do Brasil; e em que eu já expunha certos inconvenientes que o tempo desenvolveo, e demonstrou; e que eu por isso já dava juntamente com exemplos bem claros, e expressos, as ideas geraes do que era essencialmente preciso fazer se logo, e sem mais perda de tempo, para prevenir-se o mal, que veio a succeder em Novembro de de (*sic*) 1823, e os outros muitos males transcendentes, que este acarretou com sigo. Lea-se com attenção a Novella, na parte politica, ou [para melhor dizer] o Episodio; esse fragmento da Peça, que eu tinha escripto com tanto gosto, e cuidado, e que tanto recomendava á penetração e sagacidade dos Leitores (ALVARENGA, 1828, p. 62-63).

O Decreto de 03 de junho de 1822, citado por Alvarenga, foi o que convocou os deputados das então províncias brasileiras para a Assembleia geral constituinte e legislativa: "Manda convocar uma Assembléa Geral Constituinte e Legislativa composta de Deputados das Provincias do Brazil, os quaes serão eleitos pelas Instrucções que forem expedidas" (BRASIL, 1822, p. 19).

Supõe-se que o mal que ocorreu em novembro de 1823, também citado pelo autor, seja a dissolução da Assembleia geral constituinte pelo Decreto de 12 de novembro desse ano:

> DECRETO - DE 12 DE NOVEMBRO DE 1823
> Dissolve a Assembléa Geral Legislativa e Constituinte e convoca outra.
>
> Havendo eu convocado, como tinha direito de convocar, a Assembléa Geral Constituinte e Legislativa, por Decreto de 3 de Junho do anno proximo passado, afim de salvar o Brazil dos perigos, que lhe estavam imminentes; e havendo esta Assembléa perjurado ao tão solemne juramento, que prestou à Nação, de defender a integridade do Imperio, sua independencia, e a minha dynastia: Hei por bem, como Imperador, e Defensor Perpetuo do Brazil, dissolver a mesma Assembléa, e convocar ja uma outra na fórma das Instrucçoes, feitas para a convocação desta, que agora acaba; a qual deverá trabalhar sobre o projecto de constituição, que eu lhe hei de em breve apresentar; que será duplicadamente mais liberal, do que o que a extincta Assembléa acabou de fazer. Os meus Ministros e Secretarios de Estado de todas as differentes repartições o tenham assim entendido, e façam executar a bem da salvação do Imperio. Paço, 12 de Novembro de 1823, 2° da Independencia e do Imperio. Com a rubrica de Sua Magestade Imperial (BRASIL, 1823, p. 85).

Os motivos "imperiais" da redução do texto foram o comprometimento político em que este o colocou e a dedicatória à Imperatriz, conforme se percebe neste parágrafo de suas memórias:

> Ora não devendo intrometter-me a fallar nem directa, nem indirectamente em coizas de Governo, [huma das minhas Maximas]; nem sendo do meu caracter concorrer com Censuras [ou tarde] para alguma coiza do bem geral, ou para algumas luzes dos meus concidadãos, como fazem muitos, desabafei prevenida e opportunamente algumas das minhas principaes ideas, [as mais convenientes no momento, naquella Obra toda inteira, que só devia ser lida então, como foi, particularmente entre os meus amigos [alguns da primeira Jerarquia do Imperio]; apezar do que ainda assim por algum modo fui comprometido. [...] Já não me succedeo assim em 1826, em que tanto me custou a mutilar, e resumi-la em termos, para da-la então ao prelo debaixo da outra forma e Título sem comprometimento algum, e com aquella decencia, e dignidade, que convinha; reunindo-lhe mais não só a Moral com ideas agradaveis, sentimentos dignos da delicadeza, e melindre da tão Alta Personagem, a quem a dedicava [por isso que era a Causa Imperiosa da Reducção, e Impressão]; como tambem huma resumida Collecção das minhas proprias Maximas, que só aprendi no Livro Mestre do tempo á minha custa; e que são filhas genuinas das minhas continuadas reflexões; bem como outras muitas, que reservei, e que devem ficar para sempre no meu peito (ALVARENGA, 1828, p. 63).

Após contextualizar a produção e a redução da novela, Alvarenga (1826) comenta alguns objetivos do texto, embora sempre relativizando o alcance dele, ao afirmar que os princípios que estão expressos nele são aplicáveis apenas a algumas circunstâncias, visto que não há infalibilidade em política. A infalibidade é restrita à Igreja ou aos loucos, fanáticos e pedantes:

> O dom de infalibilidade, segundo os princípios da Religião Dominante deste Império, foi concedido unicamente à Igreja Universal em matérias da sua competência: fora disto esse dom maravilho é, segundo Erasmo, permitido exclusivamente aos Fanáticos, aos Vaidosos, e aos Pedantes (SZ, p. XX).

Segundo Alvarenga (1826), a sociedade brasileira da época estava infestada de pedantes, o que, na sua opinião, era muito ruim, pois tais pessoas tentavam de toda maneira impor suas posições políticas, atitude considerada um erro por ele. A política, segundo Alvarenga (1826), é um jogo e o bom jogador é aquele que sabe o modo certo de lançar os dados: “São como os lanços dos dados no jogo; infalívelmente se hão de jogar; o caso todo é jogá-los de uma maneira própria, e melhor disposta, para se acomodar depois do modo mais vantajoso segundo os lanços, que sobrevierem, ainda que sejam maus” (SZ, p. XX). O mais interessante na política são o prever e o prevenir. E conclui, afirmando que a boa política deve ser fundada na moral:

> Como quer que seja; a minha humilde opinião é, e será sempre que a boa Política deve ser fundada na boa Moral; não só por que o Direito das Gentes não é senão o mesmo Direito Natural aplicado às Nações, e aos Povos; como porque estou intimamente convencido, que sendo, como é uma verdade eterna que o vício das Leis, e a injustiça do Governo, derivados ou da ambição, ou da ignorância, ou de ambos juntamente são os móveis das desgraças dos Povos, e da subversão dos Estados; fica evidente que o esplendor, e a prosperidade dos Impérios, quanto ao interior, tem por causa eficaz a Equidade das Leis, e a Justiça dos Governos: e que o seu poder, e força, quanto ao exterior, tem por medida o número, ou a soma dos interessados, e o grau de interesse, que eles têm na Causa Pública (SZ, p. XXIII-XXIV).

Em seguida, Alvarenga (1826) opina a respeito do público leitor de sua época e do século anterior (XVIII), afirmando que o referido público era como um "gabinete", ou seja, um "auxiliar" dos governantes:

> E como o Público principalmente desde o século passado, (permita-se-me a expressão), é um Gabinete, a que a Civilização tem dado muita força, e influência; é por isso do dever dos verdadeiros amigos da sua Pátria dar ao Público as noções mais claras, as ideias mais luminosas, que se acham espalhadas em uma grande variedade de Autores, em obras volumosas, e em Línguas Estrangeiras, e das quais não se pode (ou será muito difícil), de outra sorte ter notícia (SZ, p. XXV).

Infelizmente, não se encontrou nos dicionários de Bluteau (1728), de Moraes e Silva (1813) ou de Silva Pinto (1832) registro da palavra "civilização". Houaiss (2009) data a entrada da palavra na língua portuguesa em 1833, mas é necessário retrodatar, visto que consta na novela, publicada em 1826. Infere-se que o público, que supõe-se seja leitor, já que o texto dele foi escrito e publicado para ser lido, ganhara muita força nos séculos XVIII e XIX, podendo, dessa maneira, influenciar a política.

Mas essa afirmativa de Alvarenga chamou a atenção, ou melhor, soou estranha, porque não se conseguiu entender como esse público ganhou importância no Brasil à época. Isso porque pesquisas feitas acerca do público leitor brasileiro nos séculos XIX e mesmo no início do século XX mostram quão pequeno ele era. Por exemplo: no final do século XIX, em 1872, ou seja, quase 50 anos após a publicação de *Statira, e Zoroastes*, verificou-se, através do primeiro censo realizado no Brasil, que o número de analfabetos no país era de "84% do total apurado pelo censo" (GUIMARÃES, 2012, p. 96). Se no final do século, esse público era, em termos numéricos, tão insignificante assim, supõe-se que no início do referido século ou no anterior ainda fosse menor.

Sendo assim, infere-se que a importância desse público não advinha de sua quantidade, mas de sua posição social, em outras palavras, esse público era a pequena elite da época. Por exemplo, na França, do século XVIII, o público era "os *lecteurs*, *spectateurs*, *auditeurs*, [...] destinatários, consumidores e críticos de arte e de literatura; ainda se entendia aí, em primeira linha, a corte [...]" (HABERMAS, 2003, p. 46). A esse público não pertenciam "'as classes mais baixas do povo'; os *sans-culottes*, pois, sob a pressão da necessidade e do trabalho, não t[inham] disposição nem oportunidade 'de se preocuparem com coisas que não concern[iam] de modo imediato o seu bem-estar corpóreo" (WIELAND, 1857 *apud* HABERMAS, 2003, p. 126). Em suma, na Europa Oitocentista, o grande público era um público nobre ou burguês.

Embora no Brasil da época seja complicado falar em burguesia, a elitização desse público é praticamente a mesma. O que talvez distinga o público brasileiro da época do europeu seja a questão numérica, como pode ser percebida nesta arguta crônica de Machado de Assis (1876), sobre o resultado do primeiro censo, que também consta no trabalho de Guimarães (2012):

> E por falar neste animal [o burro], publicou-se há dias o recenseamento do Império, do qual se colige que 70%[44] da nossa população não sabem ler.
>
> Gosto dos algarismos, porque não são de meias medidas nem de metáforas. Eles dizem as coisas pelo seu nome, às vezes um nome feio, mas não havendo outro, não o escolhem. São sinceros, francos, ingênuos. As letras fizeram-se para frases; o algarismo não tem frases, nem retórica.
>
> Assim, por exemplo, um homem, o leitor ou eu, querendo falar do nosso país, dirá:
>
> - Quando uma Constituição livre pôs nas mãos de um povo o seu destino, força é que este povo caminhe para o futuro com as bandeiras do progresso desfraldadas. A soberania nacional reside nas Câmaras; as Câmaras são a representação nacional. A opinião pública deste país é o magistrado último, o supremo tribunal dos homens e das coisas. Peço à nação que decida entre mim e o Sr. Fidélis Teles de Meireles Queles; ela possui nas mãos o direito superior a todos os direitos.
>
> A isto responderá o algarismo com a maior simplicidade:
>
> - A nação não sabe ler. Há só 30% dos indivíduos residentes neste país que podem ler; desses uns 9% não leem letra de mão. 70% jazem em profunda ignorância. Não saber ler é ignorar o Sr. Meireles Queles; é não saber o que ele vale, o que ele pensa, o que ele quer; nem se realmente pode querer ou pensar. 70% dos cidadãos votam do mesmo modo que respiram: sem saber por que nem o quê. Votam como vão à festa da Penha, - por divertimento. A Constituição é para eles uma coisa inteiramente desconhecida. Estão prontos para tudo: uma revolução ou um golpe de Estado.

[44] Conforme detectou Guimarães (2012), o número que Machado de Assis apresenta em sua crônica difere dos dados do censo, visto que neste constatou-se que 84% da população brasileira à época era analfabeta.

> Replico eu:
> - Mas, Sr. Algarismo, creio que as instituições...
> - As instituições existem, mas por e para 30% dos cidadãos. Proponho uma reforma no estilo político. Não se deve dizer: "consultar a nação, representantes da nação, os poderes da nação", mas - "consultar os 30%, representantes dos 30%, poderes dos 30%". A opinião pública é uma metáfora sem base; há só a opinião dos 30%. Um deputado que disser na Câmara: 'Sr. Presidente, falo deste modo porque os 30% nos ouvem...' dirá uma coisa extremamente sensata.
> E eu não sei que se possa dizer ao algarismo, se ele falar desse modo, porque nós não temos base segura para os nossos discursos, e ele tem o recenseamento (ASSIS, 2008, v. 4, p. 314-315).

Sendo assim, percebe-se que Alvarenga (1826) escrevia para seus pares, já que a influência política dos analfabetos era possivelmente nula. Daí, também, a dedicatória à Imperatriz e a escolha de alguns temas da novela: política e moral. Por isso, segundo ele, dever-se-ia instruir esse público com as melhores ideias que estavam espalhadas em diversos textos à época da publicação da novela, já que esse público era um "auxiliar" dos governantes. Esse posicionamento de Alvarenga coaduna com outros, segundo os quais os eruditos deveriam "determin[ar] a opinião pública" (MERCIER, 1787 *apud* HABERMAS, 2003, p. 118). Além disso,

> Até o dealbar do século XIX, o pensamento político do público havia de algum modo se organizado a ponto de, no papel de permanente comentarista crítico, ter quebrado definitivamente a exclusividade do Parlamento e ter-se tornado um parceiro de discussão oficialmente qualificado (HABERMAS, 2003, p. 84-85).

Entretanto, de acordo com o autor, havia um problema: a relação inversa entre a grande vontade dele para instruir o público e sua pequena habilidade com a escrita. A solução estava na boa vontade e na sagacidade dos leitores. Nesse trecho, ele usa a falsa modéstia, "rebaixando-se" para melhor captar o interesse do leitor.

Pelo exposto, percebe-se que o prefácio da novela cumpriu seis funções: 1) informar os temas do texto: política e moral; 2) mostrar a capacidade intelectual do autor para escrever sobre tais temas: formação acadêmica, experiência política e militar, leitura e reflexão sobre os temas; 3) justificar a escolha do gênero novela: promessa de uma novela a uma senhora, ensino através da ficção, pouca habilidade com textos setenciosos; 4) mostrar a gênese do texto: redução de uma peça anterior, motivada por intrigas políticas; 5) apontar o público leitor esperado; 6) contrapor a pouca habilidade do autor com a escrita à benevolência e à sagacidade do leitor.

Há também uma outra função, não explícita no prefácio, mas perceptível nas entrelinhas do texto: o enredamento do leitor nas teias da ficção, através de alguns elementos que ensaiam o disfarce ficcional, e preparam o leitor para o mundo ficcional criado pelo autor.

3.2.4 A epígrafe da novela

A epígrafe que abre a novela foi retirada do livro *Traité analytique du droit et de la morale* de Grouard, publicado em 1815. Embora o excerto fale do amor, o livro do qual foi retirado é um tratado sobre leis e moral. Sendo assim, pode-se inferir que a política ou o amor só serão bons se estiverem alicerçados na virtude. Isso também aponta para a temática da novela: amor, moral e política e justifica o desfecho do enredo.

É interessante notar que dois dos três temas da novela – moral e política - já haviam sido apontados na introdução, mas o amor só aparece na epígrafe do texto. Porém, para ele triunfar, precisa também ser depurado na virtude.

Sendo assim, percebe-se que a epígrafe que abre a novela é a fronteira entre a "verdade" e a ficção, já que, embora retome a introdução, aponta, através do tema amor, para os domínios da imaginação.

3.3 Nos domínios da ficção: um outro eu aparece em cena - o autor cede a voz ao narrador

3.3.1 *Statira, e Zoroastes*: uma narrativa em diferentes níveis

3.3.1.1 O primeiro nível narrativo

Na novela, que é uma narrativa estruturada em diferentes níveis, o autor cede a voz a dois narradores: no primeiro nível, um narrador heterodiegético, em terceira pessoa, conta a história de um príncipe e de uma princesa que se casam e viajam ao Oriente, especificamente, a uma Escola de Magos, a procura de conhecimentos.

Embora esse narrador esteja "ausente da história que conta" (GENETTE, 1995, p. 243-244), ou seja, não participa dela como personagem, ele deixa marcas ideológicas e subjetivas em alguns comentários do texto, como o que se segue:

> E posto que pela sua pouca idade [da princesa persana] recebesse as impressões com muita vivacidade; contudo foi tal o seu aproveitamento [nos estudos], que nunca se lhe pressentiu, *nem aquele orgulho, que ordinariamente acompanha tão alto nascimento, nem aquele espírito de capricho, que caracteriza o seu sexo* (SZ, p. 1, grifo nosso).

Percebe-se que, para o narrador, as pessoas de nascimento ilustre são ordinariamente orgulhosas e as mulheres são inerentemente caprichosas. E a maneira que existe para que elas superem tais características de nascença é através do aprendizado, ou, nas palavras dele, da instrução. Embora a princesa já estivesse "destinada" pelo seu nascimento e pelo seu gênero - feminino -, a esses dois "defeitos", ela os conseguiu superar pela leitura e pela aprendizagem. Isso demonstra a valorização da instrução, meio eficaz para corrigir até "defeitos" de nascimento.

Entretanto, além dessas marcas subjetivas, esse narrador que se comporta como se tudo conhecesse da história que narra, em alguns momentos, titubeia para determinar o motivo das ações de algumas personagens, como nesta passagem:

> Zoroastes, ou fosse, como é de supor, para satisfazer a Princesa; ou fosse também, como é natural, para aliviar o seu próprio coração do peso da tristeza, que o oprimia mais nesta ocasião pela saudade, que a presença da Princesa Persana fazia renascer mais vivamente em sua alma [...] (SZ, p. 4).

Ou seja, ele não sabe quais os motivos que levaram Zoroastes a atender a solicitação da princesa: satisfazer a ela, a si próprio ou aos dois. Deixa isso a cargo do narratário, visto que se na dedicatória e na epígrafe há leitores, a quem o autor se dirige diretamente, na novela os leitores são substituídos pelo narratário, ou, por ser um texto em diferentes níveis narrativos, por narratários.

No primeiro nível, doravante N1, esse narratário, classificado por Prince (1973) de narratário grau zero "[...] est dépourvu de toute personnalité, de toute caractéristique sociale. Il n'est ni bon ni méchant ni pessimiste ni optimiste, ni révolutionnaire ni bourgeois [...]"[45] (PRINCE, 1973, p.181).

Já Gérard Genette (1995, p. 259) classifica-o de extradiegético e afirma que, neste caso, ele "[...] se confunde [...] com o leitor virtual, e a quem qualquer leitor real pode identificar-se. Esse leitor virtual é, em princípio, indefinido [...]", o que o aproxima do narratário grau zero que, para Prince (1973), também é indefinido.

[45] "[...] é desprovido de toda personalidade, de toda característica social. Ele não é nem bom nem mau, nem pessimista nem otimista, nem revolucionário nem burguês [...]" (Tradução nossa).

Mas se, por um lado, essa primeira narrativa não apresenta um narratário explícito, por outro ela apresenta o narrador e o narratário da narrativa em segundo grau. O narrador diegético é Zoroastes, que é apresentado na N1 como chefe de uma recente Escola de Magos, fundada às margens do Golfo Pérsico. Na descrição dessa escola, aparece, pela primeira vez na novela, o tema verdade:

> Partiram com efeito; e o primeiro objecto, a que se derigiram, foi a ver a famosa Escola dos Filósofos, (ou Magos) que acabava de fundar-se nas margens do Golfo Pérsico.
>
> O amor à *verdade*, o desejo de uma constante, e mútua comunicação de Luzes para mais exacto desenvolvimento de princípios necessários, e úteis à humanidade, foram os motivos daquela Sociedade de Sábios; e ainda que não precisavam de Chefe; porque cada um deles, pelo seu saber, e virtudes era digno de o ser; contudo eles de comum acordo escolheram um para seu superior; este era Zoroastes (SZ, p. 2-3, grifo nosso).

Era Zoroastes quem deveria receber o casal de príncipes, explicar-lhes a origem daquela sociedade, suas leis particulares e seus costumes, etc., mas não foi possível que ele executasse tais tarefas, visto que foi interrompido pela princesa persana. Devido a isso, ele não cumpriu todas as suas funções, que eram as de "[...] receber as Personagens, que visitavam aquele lugar, explicar-lhes a origem daquela Sociedade, as suas leis particulares, os costumes, virtudes, e a vida dos Magos, dando a cada um dos Visitantes em termos hábeis uma ideia conveniente daquele novo Estabelecimento" (SZ, p. 3).

Mas ele justifica a sua narrativa, afirmando que esta poderia, algum dia, servir de lição à princesa: "Eu até vos teria suplicado a escusa de vos inteirar deste meu desastroso acontecimento, se eu não estivesse prevendo que esta melancólica história poderá talvez um dia servir-vos ainda de uma importante lição" (SZ, p. 5). Muito pertinente para uma narrativa moralizante, que é uma das características da segunda, que tivesse um narrador-filósofo para lhe conferir um "ar de verdade". A escolha desse narrador é uma estratégia para convencimento do leitor, é um direcionamento do modo de leitura do texto e, também, aponta para alguns de seus temas: política e moral.

Isso mostra que a narrativa seguinte - em segundo grau - tem uma função explicativa, que consiste em responder "explicitamente ou não, a uma pergunta do tipo 'Quais os acontecimentos que conduziram à situação presente?'" (GENETTE, 1975, p. 231), ou seja, quais fatos justificariam a tristeza e as lágrimas que Zoroastes derramava sempre que olhava para a estátua. Na verdade, "a curiosidade do auditório intradiegético mais não [é] que um

pretexto para responder à do leitor" (GENETTE, 1975, p. 231). No caso da novela, a curiosidade era a da princesa persana.

Embora tenha essa função, a N1 apresenta, também, traços da função temática, visto que há certa analogia entre os acontecimentos e as personagens narrados por Zoroastes e os acontecimentos e personagens do primeiro nível diegético. Inclusive isso vem explícito no texto, através da fala de Zoroastes: "'Princesa, aquela Estátua, que estais vendo, é a Estátua de Statira, que me tinha tanto amor em outro tempo, *como vós tendes hoje ao Príncipe, vosso Esposo*'" (SZ, p. 4, grifo nosso).

Em outra parte dessa narrativa também é explícita essa relação, já que a presença da princesa faz Zoroastes se lembrar ainda mais de Statira: "[...] para aliviar o seu próprio coração [de Zoroastes] do peso da tristeza, que o oprimia mais nesta ocasião pela saudade, que a presença da Princesa Persana fazia renascer mais vivamente em sua alma (SZ, p. 4).

Mas a analogia não se restringe ao amor da princesa pelo príncipe, ela se estende à descrição e às atitudes da princesa persana que são equivalentes às de Statira. Veja-se a descrição da princesa no nível diegético: "Uma Princesa da Pérsia de extrema formosura, e de tão raras qualidades, que faziam realçar o esplendor do seu nascimento, passava a maior parte do seu tempo em uma leitura, escolhida para a sua Instrucção" (SZ, p. 1)

Agora, compare com a descrição inicial de Statira, no nível metadiegético:

> Mas, que surpresa foi a minha, quando ao atravessar uma floresta, encontrei debaixo de uma espessa abóbada de ramos uma formosa mulher, que ali estava recostada! A sua beleza ao primeiro golpe de vista arrebatou-me os sentidos; fiquei imóvel,extasiado, e tão tímido contra o meu costume que nem me atrevi chegar ao pé dela. Eu supus, que o objecto, que eu via, era um daqueles Espíritos Celestes, que baixam algumas vezes do Trono de Oromazes, para conduzir as almas ao Empíreo (SZ, p. 5-6).

É importante, também, registrar que a mulher é quem desencadeia a narrativa – tanto a primeira quanto a segunda, visto que é ela o sujeito da história, aquela que faz as escolhas (HEGEL, 1980). Na narrativa N1 é a mulher quem escolhe viajar para adquirir mais e melhores conhecimentos do mundo: "Poucos dias depois do seu desposório [da princesa] principiaram a ser os seus cuidados adquerir uma nova Instrucção, indo ver, e observar ela mesma as cousas mais notáveis em diferentes países, e por este motivo instava constantemente com o Príncipe seu Esposo, para viajar" (SZ, p. 2). O princípe é apenas um coadjuvante, feito "pela natureza expressamente para ela" (SZ, p. 2). Além disso, é ela quem interrompe Zoroastes, o faz desviar-se de suas funções para contar-lhe a história da vida dele:

“A curiosidade, o espírito e o terno Coração da Princesa Persana a obrigaram a interromper o Filósofo, e a inquirir com interesse a causa de suas lágrimas” (SZ, p. 4). Mas este foco na mulher não começa apenas na parte ficcional do livro, ele está presente desde a dedicatória da novela, perpassa a introdução e se concretiza, no plano ficcional, em personagens femininas de extremas virtude e beleza.

Para fechar a explanação relativa a esse primeiro nível, é importante lembrar que nele não há apenas a representação da narrativa moralizante. Na N1 também está encenada a situação primitiva do ato de narrar, conforme afirma Kayser (1970, v. I, p. 310): “há um acontecimento que é narrado” (a vida de Zoroastes e seu amor por Statira), “um público a quem se narra” (o casal de príncipes da Pérsia) e “um narrador que serve de intermediário a ambos” (neste caso, o próprio Zoroastes).

O casal de príncipes persas é, também, o narratário da narrativa de segundo grau e representa o público-leitor, ou seja, políticos e nobreza: a elite da época. Dessa maneira, entende-se que o primeiro nível da narrativa duplica, de certo modo, a introdução, visto que ficcionaliza tema, objetivos, autor e público do texto.

Também é relevante registrar que há um imbricamento das duas histórias, não sendo, por isso, possível falar da primeira sem antecipar personagens e demais acontecimentos da narrativa em segundo grau, visto que esta está contida naquela. Por isso, a divisão que se fez nesta tese foi apenas para maior clareza.

3.3.1.2 Os demais níveis: as narrativas metadiegéticas

No segundo nível narrativo, o narrador extradiegético cede a voz ao chefe da Escola de Magos – Zoroastes – que conta, em primeira pessoa, ao casal de príncipes persanos a história de sua vida, ou melhor, a história de seu amor por Statira, que se passa no nível metadiegético da narrativa.

Como se vê, um outro tipo de narrador - intradiegético-homodiegético - narra os acontecimentos. E isso não indica apenas mudança na perspectiva de pessoa, mas mostra certo paralelismo invertido com a introdução da novela. Nesta o autor joga com os pronomes “ele” e “eu”. Começa distanciando-se de si, através do “ele” e termina a introdução assumindo-se como o locutor do texto através do “eu”. Na novela esse jogo também acontece, mas produz um efeito inverso. No primeiro nível há um narrador não participante da narrativa, que se exprime em terceira pessoa, e no segundo nível outro narrador que participa da história e que se exprime em primeira pessoa. Em relação a este pode-se dizer que “Le

narrateur véritable, le sujet de l'enonciation d'un texte où un personnage dit 'je' n'en est que plus travesti. Le récit à la première personne n'explicite pas l'image de son narrateur, mais au contraire la rend plus implicite encore" (TODOROV, 1968, p. 121) [46]. O efeito é invertido porque a dissimulação na novela advém do "eu", enquanto na introdução vem do "ele".

Essa narrativa em segundo grau, doravante N2, começa na página 5, no 14º parágrafo: "Eu nasci Príncipe, meu Pai era o Soberano de um grande, e fértil País no Tibete. Andando eu um dia à Caça, succedeu perder-me nos bosques sem poder atinar com o caminho" (SZ, p. 5).

Enquanto narra os acontecimentos pretéritos de sua vida, o narrador-personagem comenta seus ímpetos da juventude e, também, os sacrifícios a que o amante se submete devido ao amor. Ele discorre em relação a isso para justificar suas atitudes, especificamente, seu disfarce feminino:

> *Eu era ainda muito moço, Príncipe, e amigo de fazer a minha vontade, e até mesmo sem querer às vezes fazer uso da minha razão, para não obstar talvez aos meus projectos*. Disfarcei-me pois em trajes de mulher; fui ao templo, onde vivia o velho Brâmane; pude enganá-lo com uma história fictícia de desastres, que o compungiram. Ele tinha uma alma excelente, um óptimo coração, uma bondade imensa. Fui admitido enfim entre as Vestães debaixo do nome de Amana. A quanto obriga Amor (SZ, p. 8, grifo nosso).

Como é possível perceber, o narrador não se contenta apenas em contar os fatos, ele também comenta e julga suas atitudes passadas. Na verdade, isso demonstra o desdobramento do narrador e da personagem Zoroastes, embora ambos tenham a mesma identidade. Quem narra os fatos não é o mesmo Zoroastes jovem, que fez aquelas ações; mas um outro, mais maduro, que se aproveita da distância temporal para melhor analisar seus feitos passados.[47]

Embora o narrador Zoroastes seja um outro sujeito em relação ao jovem Zoroastes, este já praticava a arte de narrar para tentar convencer Statira a casar-se com ele:

> Eu muitas vezes cheguei a contar-lhe histórias, e algumas Fábulas adequadas, que eu forcejava para passar por factos verdadeiros, que a tradição nos conservou para modelos; fazendo-lhe, ao mesmo tempo uma viva descripção dos efeitos prodigiosos d'Amizade, e d'Amor. Era todo o meu cuidado ir preparando-a, e dispondo-a para uma ingênua declaração dos meus sentimentos. Eu algumas vezes cheguei quase a esquecer-me tanto de mim, quando falávamos sós, que ela no calor das minhas expressões, pondo-

[46] "O narrador verdadeiro, o sujeito da enunciação de um texto em que o personagem diz 'eu', resulta mais dissimulado ainda. O relato em primeira pessoa não explicita a imagem de seu narrador, ao contrário, a torna mais implícita ainda" (Tradução nossa).

[47] Para mais informações relativas ao desdobramento entre narrador e personagem, cf. Tacca, 1973, p. 138-142.

> me a sua mão sobre a minha boca, obrigava-me a calar, dizendo-me, cala-te, Amana; quem te ouvir falar assim, há de cuidar, que és tu mesma, que estás sentindo no teu coração, quanto referes (SZ, p. 9).

Nesse trecho, ele traz à tona a fábula moralizante e mostra que tinha ciência do caráter ficcional de tais fábulas que ele contava, já que "forcejava para pass[á-las] por factos verdadeiros", ou seja, não eram "verdadeiras", embora os sentimentos que o levaram a contá-las e que ele expressava nelas o fossem.

Além de justificar determinadas atitudes suas e de colocar em relevo a função didática da literatura, Zoroastes, também, dialoga com os narratários, tornando-os, de certa forma, cúmplices de algumas posições suas, especificamente em relação a conquistas amorosas: "Todos sabem, que o bom manejo em amor é bom para ambos os amantes" (SZ, p. 10). Nesse parágrafo e no seguinte ele descreve seu tormento, sua paixão e seu esforço para conquistar Statira, esperando o momento oportuno para revelar-lhe seu disfarce.

Mas o diálogo com os narratários não se restringe a esse trecho. Em outro, ele os interpela: "Julgai agora, qual seria o estado da minha alma em tão triste, e desgraçada situação!..." (SZ, p. 11). Em seguida, faz uma exclamação visando a narratária e a aliviar seu próprio sentimento: "Quanto pode Amor no coração de um Jovem, que tem uma alma sensível, e uma tendência natural para semelhante paixão" (SZ, p. 12). Nessa parte, também, percebe-se o distanciamento dele em relação a si mesmo na juventude.

Continuando a narrar os episódios de sua vida, quando casualmente encontrou Statira na Lícia, Zoroastes interpela novamente os narratários, antes de descrever o governo de mulheres e de narrar os fatos que levaram a tal governo:

> [...] e fui muito particularmente instruído, que esta forma de Governo [de mulheres] se tinha ali adoptado depois de um estranho acontecimento, que de passagem *vou previamente expor-vos, não só por ser muito curioso, e digno de uma particular atenção; mas porque vem tanto para o caso, que eu vos ia contando, que até faz dele uma parte essencial, e interessante. É o caso* (SZ, p. 13, grifo nosso).

Sendo assim, ele interrompe a sua narrativa para contar outra que justifica o estado político e social da Lícia naquele momento em que ele lá estava. Além disso, tal narrativa relaciona-se com a sua, visto se tratar de fatos relativos à vida de Statira, que propiciaram, de certa forma, o primeiro encontro dos dois nas Índias. E o narrador tem conhecimento disso e externa essa importância para os narratários, já que afirma que tal "estranho acontecimento" é parte essencial da narrativa que ele contava.

Entende-se que a importância atribuída pelo narrador a essa outra narrativa, doravante N3, seja também pelo fato de ser, nesse momento, que ele introduz um dos grandes temas da novela: a política.

Após essa apóstrofe, Zoroastes conta que a Lícia chegou a um estado de paz tão grande que os homens tornaram-se afemininados:

> Haviam alguns Séculos, que os homens em uma longa paz tinham chegado ali a ser tão afeminados, que todos os seus pensamentos, e cuidados eram somente empregados no esquisito, variado modo de se vestir, e de se perfumar. Eles afectavam ridiculamente a linguagem doce, as maneiras, as máximas, até mesmo as naturais fraquezas das mulheres, sem poder contudo obter ao menos artificiosamente nem a sua doçura na voz, nem a sua delicadeza no trato (SZ, p. 13).

Nesse trecho, é possível perceber outra posição ideológica do narrador: a paz afeminina e enfraquece os homens, ou seja, a guerra é condição para a permanência da masculinidade. Mas tal posicionamento ideológico não se restringe a esse. Veja-se o próximo, no parágrafo 35:

> Como pois eles se entregassem descomedidamente aos seus apetites, aos deboches, *e até mesmo a infâmias*; foi por fim o último resultado, que os mais enormes, e estragados vícios tomaram o lugar das mais amáveis, doces, naturais paixões. *Eles chegaram até a desprezar totalmente as mulheres, a tratá-las indignamente, como escravas* (SZ, p. 13-14, grifos nossos).

Continuando a narrativa, ele informa que essa situação é quebrada devido a uma declaração de guerra à Lícia, cujo objeto era a sua conquista. Novamente as posições ideológicas do narrador: "Os homens, que pelos seus costumes afeminados se tinham tornado excessivamente cobardes, não foram já capazes de defender a sua Pátria; fugiram todos, e foram meter-se pelos matos, e habitar as Cavernas" (SZ, p. 14).

No parágrafo seguinte, 38, suas considerações ideológicas são dirigidas às mulheres:

> As mulheres até ali tratadas, como escravas, e por isso acostumadas às fadigas, tomaram as Armas; repeliram valerosamente o Inimigo; e se acharam livremente senhoras do seu próprio Território. Então viram-se confirmadas pela experiência duas Máximas importantes. Uma - Que em extremos as mais arrojadas marchas são as mais sábias. Outra – Que um Povo (*ainda de mulheres*), reduzido à desesperação, é o mais bravo, e o mais terrível dos Povos (SZ, p. 14, grifo nosso).

"Ainda", nesse contexto, tem um valor concessivo, o que conduziu a seguinte interpretação desse trecho: "apesar de ser um povo de mulheres, é bravo e corajoso". Ou seja, mulheres não são bravas, nem terríveis, muito menos corajosas, comportam-se assim apenas em casos de exceção.

Zoroastes continua sua narrativa e afirma que foi, após essa guerra, da qual as mulheres licianas saíram vitoriosas, que a mãe de Statira foi proclamada rainha, devido a seu desempenho militar ao comandar as tropas na resistência ao inimigo.

Segundo ele, ela não tinha apenas talento militar, mas também civis e políticos e, dessa maneira, tomou todas as providências para assegurar a segurança e o progresso do Estado. Nesse ponto, a questão política ganha relevo, visto que ele interrompe a narrativa para falar de ações e de projetos relacionados à política da Lícia.

Em seguida, ele narra a anarquia a que esteva sujeita a sociedade da Lícia pelo choque de divergências, opiniões e partidos políticos. Novamente, o narrador interpela os narratários, ao dividir com eles sua opinião sobre os homens: "e muito menos o ser excluídos ignominiosamente das primeiras Autoridades, e Empregos, a que tanto mais aspiravam, quanto maior era a sua ignorância, e incapacidade; o que, como *vós sabeis*, é tão frequente entre os homens" (SZ, p. 20, grifo nosso).

A solução encontrada pela Rainha, que, na opinião do narrador, reunia as virtudes militares à inteligência de um grande filósofo, e tinha experiência na escola "da desgraça e da opressão", foi a de baixar um decreto para contornar a situação e conter a insatisfação provocada pelos homens que se sentiam injustamente excluídos do novo governo.

Zoroastes fecha então essa longa digressão (a narrativa N3 está interrompida desde o parágrafo 43) com duas máximas:

> 1ª. Que é mais fácil fazer um grande Império, que conservá-lo grande; porque para fazê-lo assim basta uma pessoa de talento, sábia, e justa; e para conservá-lo grande é precisa uma sequência delas.
> 2ª. Que o Estado, que chegar a ter um Rei justo, e Ministros sábios, e virtuosos, será o mais feliz de todos os Estados (SZ, p. 34).

Em seguida, nos parágrafos 85 e 86, ele se dirige aos narratários para encerrar a narrativa N3 e retomar a narrativa N2:

> Tornando pois à história, que eu interrompi, para vos fazer ver previamente, quem era Statira, filha de quem, como sua May tinha subido ao Trono, de que ela era herdeira; as grandes cousas, que fizera no meio de uma

> Revolução terrível; e enfim a estabelidade do Governo, que tão sabiamente fundara; continuarei agora, o que vos ia referindo.
>
> Eu já vos tinha dito, que na minha chegada à Capital ali fui informado, que os Lícios conforme a Constituição estabelecida no Governo antepassado, eram governados outra vez por mulheres; prosseguirei pois com as outras informações, que restam, e o mais, que se seguiu (SZ, p. 34).

É importante frisar que a narrativa N3 não se fecha, tematicamente falando, nesse ponto. A partir dele, ela se funde e se continua na N2, visto que exerce uma função explicativa em relação à segunda: "[...] para vos fazer ver previamente, quem era Statira, filha de quem, como sua May tinha subido ao Trono [...]".

Zoroastes conta que se alistou no exército para seguir carreira no governo e tentar, dessa maneira, aproximar-se de Statira. Narra também como conduziu o exército lício a uma vitória contra os cários, no momento em que muitos consideravam a guerra perdida. A tática usada por ele foi a do velho "ataque surpresa". Devido a isso, Zoroastes foi promovido e conseguiu aproximar-se da rainha, que não tinha mais a mínima lembrança dele.

Ele, por orgulho, não quis revelar-se a ela, queria que ela o amasse por sua pessoa, não pela sua nobreza, nem pelas suas riquezas. A sua tática, para ganhar o seu amor, era, novamente, a literatura, melhor, a mitologia, visto que tentava convencê-la a desconsiderar o suposto desnível social entre eles através desse recurso:

> A Mitologia Persana, Egípcia, e Feniciana, que eu tinha aprendido nas minhas digressões, forneciam-me bastante matéria, para mostrar-lhe, que os Deuses antigamente namoravam-se dos mortais, e como por um milagre d'Amor todas as condições vinham a tornar-se iguais.
>
> Lembro-me, que um dia, em que eu lhe estava contando uma história desta natureza, ela ausentou-se com grande agitação (SZ, p. 39).

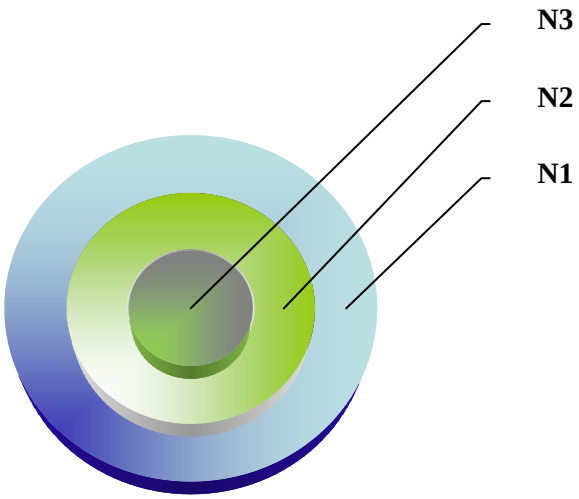
Zoroastes conseguiu seu intento: o amor de Statira. Mas a felicidade deles durou pouco tempo e Zoroastes acusa seus excessos e o não cumprimento de seus compromissos como homem de Estado pela catástrofe que ocorreu em seguida:

> Mas ah!.... Toda esta ventura foi de muito curta duração! Por me entregar inteiramente aos violentos impulsos d'Amor; faltei a todos os deveres, com que nasci; esqueci-me do meu País, abandonei minha Pátria, meu Pai, de quem eu era o único conforto, o seu Ídolo.... Tendo-me dado a educação mais cuidadosa, tinha posto em mim todas as esperanças para a velhice! Eu ingrato a tantos benefícios, fui a causa.... Sim; mas causa inocente da sua morte.
>
> O meu amor, que parecia tão delicado, tão justo, de tanto desinteresse, e até de tanta admiração entre os homens, não foi aprovado pelo Céu. Foi por

> isso, que ele me quis punir com a maior de todas as desgraças; arrancou-me Statira dos meus braços pouco depois dos nossos desposórios (SZ, p. 46).

Em relação à estrutura da novela e a sua influência no enredo, percebe-se que o destino de Zoroastes e de Statira é contado pelo narrador diegético, mas o destino do casal de príncipes persas não é narrado. Isso porque a narrativa N1 não se fecha, não se conclui. Sendo um preâmbulo que serve de enquadramento para a segunda, o narrador heterodiegético que a narra, em determinado momento, cede sua voz a Zoroastes, mas nunca mais a recupera. Ele continua mudo, quando Zoroastes se cala, ao terminar sua narração.

Organograma 3 - Estrutura narrativa



Fonte: dados desta pesquisa.

3.3.2 O romanesco em *Statira, e Zorastes*

Vasconcelos (2002), em estudo sobre a gênese do romance, opõe *romanesco* a *romance* para separar a narrativa de ficção do período anterior ao século XVIII do romance burguês ou moderno, que se consolidou na Inglaterra e em outros países europeus nesse século. Segundo ela, na língua inglesa, a diferenciação desses dois tipos de prosa ficcional é mais fácil, visto que, nessa língua, usa-se, desde o final do século XVIII, *novel* para se referir ao romance moderno e *romance* para designar "um certo tipo de narrativa associada com o maravilhoso, com o inverossímil e com um mundo idealizado e aristocrático que lhes havia

chegado pela mão dos franceses e havia gozado de grande popularidade desde o século XVII [...]" (VASCONCELOS, 2002, p. 33). De acordo com ela, romanesco é o nome dado a narrativas ficcionais do século XVI e XVII, que

> [...] se ambientam no passado, são vagas quanto aos detalhes da vida cotidiana, apresentam estrutura episódica, personagens aristocráticas e herói e heroína idealizados, para combinar com sua alta condição social. A estruturação formal do gênero, desse modo, se rege por regras de outra natureza, em que vale antes, na maneira como ali se organizam os acontecimentos, o princípio da casualidade ou a intervenção da Providência, o que acarreta total abdicação da organicidade do enredo (VASCONCELOS, 2002, p. 32).

Bakhtin (2001), em estudo sobre a formação do romance, também analisou os elementos constitutivos do por ele chamado "gênero romanesco". Para esse pesquisador, o romance grego, especificamente o sofista, influenciou os principais gêneros da prosa ficcional até o século XIX e determinou as teorias do gênero até o século XVIII, daí a importância de se rever algumas características desse gênero:

> Ils sont puissamment influé sur l'evolution des variantes des grands genres européens, quasiment jusqu'au XIX^{e} siècles: sur le roman médiéval, le roman galant des XV^{e} et XVI^{e} siècles (*Amadis*, et surtout le roman pastoral), le roman baroque, voire le roman des Lumières (par exemple, Voltaire). Ils ont également déterminé, dans une large mesure, les théories sur le genre romanesque et ses impératifs qui prédominèrent jusqu' à la fin du XVIIII^{e} siècle (BAKHTIN, 2001, p. 188)[48].

Bakhtin (2001) classifica esses romances em "roman d'aventures et d'épreuves", e esquematiza a matéria constitutiva desses textos da seguinte maneira:

> Un jeune homme et une jeune fille d'*âge nubile*. Leur origine est *inconnue*, *mystérieuse*. [...] Ils sont dotés d'une *beauté exceptionnelle*. Ils sont, aussi, extraordinairement *chastes*. Leur rencontre a lieu de façon *inattendue*, habituellement au cours d'une *fête* solennelle. Ils s'englamment d'une passion mutuelle, *soudaine* et *instantanée*, irrésistible comme la fatalité, comme un mal incurable. Toutefois, ils ne peuvent se marier aussitôt. Ils rencontrent des obstacles qui *retardent* ou empêchent leur union. Les amoureux sont *séparés*; ils se cherchent, se *retrouvent*, se *reperdent*, se trouvent encore. Puis ce sont les entraves et les aventures propres aux amoureux:

[48] "Eles são fortemente influenciados pela evolução das variantes dos grandes gêneros quase até o século XIX: sobre o romance medieval, o romance galante dos séculos XV e XVI (*Amadis*, e sobretudo o romance pastoral), o romance barroco, até mesmo os romances iluministas (Voltaire, por exemplo). Eles determinaram igualmente, em grande medida, as teorias sobre o gênero romanesco e seus elementos constituintes que predominaram até o final do século XVIII" (Tradução Norma Amaral).

> l'enlèvement de la fiancée à la veille des noces, l'*opposition des parents* (s'il y en a), qui ont choisi pour les jeunes gens un autre époux une autre épouse (faux couples), la fuite des amoureux, leur voyage, la tempête, le *naufrage*, le sauvetage miraculeux, l'assaut de *pirates*, *la capture*, *la prison*, offense à la chasteté de l'héroïne, du héros, sacrifice de la fiancée, victime expiatoire; guerres, combats; les fiancés vendus comme *esclaves*; *fausse mort*; reconnaissance, non-reconnaissance; fausses trahisons; la chasteté et la fidélité mises à l'épreuve; accusations mensongères, crime, procès, amoureux éprouvés par leurs juges. Les héros découvrent leur famille (s'ils ne la connaissent pas). Les rencontres avec des amis inattendus ou des ennemis imprévus jouent un grand rôle, de même que les divinations, les prédictions, les songes prophétiques, les prémonitions, les potions soporifiques. Le roman s'achève par l'heureuse union des amoureux dans les liens du mariage (BAKHTIN, 2001, p. 240)[49].

Em *Statira, e Zoroastes* algumas dessas características estão presentes. Em N1, a princesa persana é extremamente *bela*, educada e inteligente; o príncipe feito pela natureza exclusivamente para ela. Em N2, Statira é descrita como uma mulher de extrema *formosura*: "[...] encontrei debaixo de uma espessa abóbada de ramos uma formosa mulher, que ali estava recostada! A sua beleza ao primeiro golpe de vista arrebatou-me os sentidos; fiquei imóvel, extasiado, e tão tímido contra o meu costume que nem me atrevi chegar ao pé dela" (SZ, p. 6). Além disso, ela e Zoroastes são *jovens* em idade de *se casar* e se encontraram *casualmente*. Mas, embora ele fosse príncipe e estivesse apaixonado por ela, eles não podiam se casar porque ela era uma vestal dedicada ao culto do fogo e ele não podia intervir em assuntos religiosos. Esse era o *obstáculo ao casamento*. A solução, encontrada por ele, foi o *disfarce* feminino, para tentar convencê-la a abandonar o templo e unir-se a ele. Entretanto, quando estava prestes a revelar-lhe sua identidade, ela e seu suposto tio, que era um brâmane, foram sequestrados por um grupo de cavaleiros e os protagonistas separaram-se. Zoroastes abandonou então seu disfarce feminino e, definitivamente, seu reino, que ficava nas Índias,

[49] "Um jovem rapaz e uma jovem moça em idade núbil. A origem deles é desconhecida, misteriosa. [...] Eles são dotados de uma beleza excepcional. Eles são também extraordinariamente castos. O encontro deles acontece de maneira inesperada, como de costume, durante uma festa solene. Eles se apaixonam perdidamente, uma paixão repentina e instantânea, irresistível como a fatalidade, como um mal incurável. Entretanto, eles não podem se casar imediatamente. Eles encontram obstáculos que adiam ou impedem a união deles. Os enamorados são separados; eles se procuram, se reencontram, se perdem, se encontram novamente. Depois são os entraves e as aventuras próprias dos apaixonados: o sequestro da noiva na véspera do casamento, a oposição dos pais (se existe), que escolheram para os jovens um outro esposo e uma outra esposa (falsos casais), a fuga dos namorados, a viagem deles, a tempestade, o naufrágio, o resgate milagroso, o assalto de piratas, a captura, a prisão, a ofensa à castidade da heroína, do herói, o sacrifício da noiva, vítima expiada; as guerras, os combates; os noivos vendidos como escravos; falsa morte; reconhecimento, não-reconhecimento; falsas traições; a castidade e a fidelidade colocadas à prova; acusações mentirosas, crimes, processo, amantes provados por seus juízes. Os heróis descobrem a família deles (se eles não a conhecem). Os encontros com amigos inesperados ou inimigos imprevistos desempenham um grande papel, assim como as adivinhações, as predições, os sonhos proféticos, as poções soporíferas. O romance termina com a feliz união dos amantes nos laços do casamento" (Trad. Norma Amaral).

futuro trono, etc. para *procurá-la*. Eles se *reencontram*, *casualmente*, na Lícia, e ele *descobre* que Statira, na verdade, era uma princesa. Mas ela *não* o *reconhece*. Apenas após ela se apaixonar por ele, ele lhe *revela* sua identidade. Eles se *casam*, mas ela morre.

Embora a novela compartilhe algumas características do enredo romanesco, percebe-se que, também, há diferenças. A que se destaca é o encurtamento das peripécias. Se se comparar com o esquema de Bakhtin, percebe-se que várias ações, como mais de uma separação, mais de um reencontro, naufrágios, capturas, escravidão etc. não ocorrem em *Statira, e Zorastes.* Para exemplificar com um oposto da prosa portuguesa do século XVIII, pode-se citar *As aventuras de Diófanes*, de Teresa Margarida da Silva e Orta, que apresenta todos os eventos esquematizados por Bakhtin.

Outro aspecto a se assinalar desse enredo de características romanescas é o espelhamento das ações do primeiro encontro entre Statira e Zoroastes no reencontro deles. A primeira vez que se encontraram, ele estava em uma caçada e ela descansando em uma abóbada: "Andando eu um dia à Caça, succedeu perder-me nos bosques sem poder atinar com o caminho. [...] Mas, que surpresa foi a minha, quando ao atravessar uma floresta encontrei debaixo de uma espessa abóbada de ramos uma formosa mulher, que ali estava recostada" (SZ, p. 5-6). Quando se reencontraram, ele estava descansando e ela caçando:

> Um dia, que eu atravessava os Estados da Lícia, parei em uma larga floresta, para abrigar-me ali do excessivo calor; eis de repente vejo uma quantidade de Caçadores, que passaram bem perto de mim; e logo depois muitas mulheres, entre as quais vi uma, que me pareceu Statira. Ela estava com vestidos de Caça, montada em um soberbo cavalo, e distinguia-se das mais por uma coroa de flores (SZ, p. 12).

Quando ele decidiu, na primeira parte de N2, a internar-se no templo para ficar próximo de Statira e conquistá-la, ele pensava que ela fosse uma pobre vestal, mas ela, na verdade, era uma princesa disfarçada. Na segunda parte de N2, quando ele ingressa no exército da Lícia, ela pensava que Zoroastes fosse um pobre estrangeiro, quando, na verdade, ele era um príncipe disfarçado.

Na primeira parte de N2, quando estava internado no templo com Statira, Zoroastes usa a literatura para conquistá-la. Na segunda parte de N2, quando era general do exército lício, ele também usou a literatura para convencer Statira a casar-se com ele, mesmo ela julgando-o plebeu e pobre.

Esses espelhamentos produzem uma relação simétrica entre N1 e N2, como comentado em capítulo anterior e, também, entre as duas partes de N2 - nas ações do encontro dos protagonistas e nas do reencontro deles.

Em relação ao espaço, Bakhtin (2001) afirma que a história do "roman d'aventures et d'épreuves" se passa em regiões geográficas vastas e variadas, geralmente, dentro de três ou cinco países/cidades: Grécia, Pérsia, Fenícia, Egito e Babilônia. O espaço na novela aqui estudada também é amplo e oriental: Índia, Pérsia e Lícia.

Em relação ao tempo, Bakhtin (2001) afirma que a duração das aventuras não é medida nem calculada: "La durée de leurs aventures innombrables et incroyables n'est ni mesurée, ni calculée: ce sont simplement des jours, des nuits, des heures, des instants, techniquement comptés dans les seules limites de chaque aventure" (BAKHTIN, 2001, p. 242-243)[50].

Na novela, o tempo também não é medido. Não se sabe quanto tempo Zoroastes levou à procura de Statira, apenas que "um dia" ele a encontrou: "Um dia, que eu atravessava os Estados da Lícia [...]" (SZ, p. 12). O tempo vem delimitado parcialmente apenas em alguns episódios específicos, como o período em que ele passou junto às vestais: "Foi desta sorte, que eu vivi muitos meses com Statira sem poder jamais achar uma só ocasião oportuna, para descubrir-lhe o meu disfarce, e inteirá-la da minha paixão" (SZ, p. 9-10). Mas não é informado quanto tempo ele serviu no exército lício, apenas que "Dentro em pouco tempo tive ocasião de me distinguir em alguns combates com os Cários" (SZ, p. 37). O tempo de duração do casamento deles também não é informado: "Foi por isso, que ele [o Céu] me quis punir com a maior de todas as desgraças; arrancou-me Statira dos meus braços pouco depois dos nossos desposórios" (SZ, p. 46), nem o período em que viveu novamente na Índia ou há quanto tempo estava junto aos magos. Em síntese, o tempo total da narrativa não é informado.

Mas não apenas isso Bakhtin (2001) analisa na categoria temporal das narrativas romanescas. Segundo ele, o tempo não exerce nenhuma influência sobre as personagens e o espaço:

> Dans ce temps, rien ne change: le monde reste le même, l'existence biographique des héros ne change pas davantage. Leurs sentiments demeurent immuables. Les gens ne vieillissent même pas. Ce temps vide ne laisse aucune trace; aucun indice n'en subsiste. Répétons qu'il s'agit d'un

[50] "A duração dessas inúmeras e incríveis aventuras não é medida, nem calculada: são simplesmente dias, noites, horas, instantes tecnicamente contados dentro apenas dos limites de cada aventura" (Tradução nossa).

> hiatus extra-temporel entre deux moments d'une série temporelle réelle – ici, d'une série biographique (BAKHTIN, 2001, p. 243)[51].

Nesse aspecto, a novela diverge das demais narrativas romanescas e apresenta alguns traços do romance moderno, visto que Zoroastes, com o passar do tempo, evolui, ou melhor, modifica-se na narrativa. De jovem impetuoso, capaz das maiores abdicações e dos maiores disparates por causa do amor, chega à maturidade como um homem sensato, razoável, que se dedica ao conhecimento para amenizar a sua dor. Ele começa a narrativa N2 como uma pessoa comandada apenas por paixões, vaidades e vontades e termina a narrativa praticamente como um estóico. Ou seja, ele não apenas aprendeu as máximas morais, mas as produziu. Percebe-se que o tempo e os eventos agiram sobre essa personagem. Além disso, o desfecho da novela não é como os de outras narrativas de cunho romanesco, nas quais as personagens são "presas de forças impessoais e anônimas, joguetes nas mãos do destino, de deuses e de vilões" (VASCONCELOS, 2002, p. 40). Nesta novela, o desfecho foi consequência, sobretudo, das atitudes de Zoroastes.

Ainda em relação à narrativa do "roman d'aventures et d'épreuves", Bakhtin (2001) afirma que a ação é muitas vezes interrompida para digressões sobre diferentes temas: religião, filosofia, política, ciência, destino, paixões humanas, etc. Alguns dessas digressões foram comentadas no capítulo anterior, mas a principal, que está na N2, é sobre política. Essa será analisada no capítulo seguinte, por ser um dos grandes eixos temáticos da novela.

3.3.3 O discurso na narrativa: as interrupções da narração para expansões discursivas de diversas naturezas, com ênfase na exposição do pensamento político

A obra literária é, de certa maneira, ao mesmo tempo história e discurso (TODOROV, 1976). Para ele, é história porque evoca uma certa realidade, "acontecimentos que teriam ocorrido, personagens que, deste ponto de vista, se confundem com os da vida real" (TODOROV, 1976, p. 211). Mas é ao mesmo tempo discurso porque "existe um narrador que relata a história; há diante dele um leitor que a percebe. Neste nível, não são os acontecimentos relatados que contam, mas a maneira pela qual o narrador nos fez conhecê-los" (TODOROV, 1976, p. 211).

---

[51] Nesse tempo, nada muda: o mundo fica o mesmo, a existência biográfica dos heróis não muda mais. Os sentimentos deles permanecem imutáveis. Os jovens nem mesmo envelhecem. Este tempo vazio não deixa nenhum traço, nenhum indício resta dele. Repitamos que se trata de um hiato extra temporal entre dois momentos de uma série temporal real – aqui, de uma série biográfica (Trad. Norma Amaral).

Essa mudança de sistema - do histórico para o discursivo e vice-versa – é, segundo Benveniste (2005, p. 267), "próprio da linguagem [...]". Isso é perceptível, na novela, entre outros aspectos, pela mudança de tempos verbais. Por exemplo, na passagem de N1 para N2, o narrador, ao justificar a narrativa em segundo grau, usa o tempo verbal no presente:

> "Princesa, aquela Estátua, que *estais* vendo, *é* a Estátua de Statira, que me tinha tanto amor em outro tempo, como vós *tendes* hoje ao Príncipe, vosso Esposo. Apesar da Sabedoria, que me *faz* resignar na vontade de um Deus Todo Poderoso; apesar dos prazeres, e do Estudo da Natureza, que me *encanta*; e não obstante mesmo a minha quase total insensibilidade para as contrariedades humanas; todavia a poderosa lembrança de Statira muitas vezes *renova* a minha dor, e provoca imperiosamente as minhas lágrimas. *Permiti*-me pois (já que vos *mostrais* nisso tão interessada) que eu vos *faça* deste meu caso uma succinta narração, para ao menos aligeirar assim este tão custoso passo, em que me *vejo* empenhado; pois que enquanto eu o estiver referindo, não *posso* deixar de sofrer uma particular aflicção, que se *apodera* sempre da minha alma nestas tão ternas ocasiões. Eu até vos teria suplicado a escusa de vos inteirar deste meu desastroso acontecimento, se eu não estivesse prevendo que esta melancólica história poderá talvez um dia servir-vos ainda de uma importante lição. Eu vos *seguro*, Princesa, que ela vos será contada com aquela franqueza, e candura, que é digna de vós, e de mim (SZ, p. 4-5, grifos nossos).

Em seguida, quando se inicia a segunda narrativa, o que predomina é o pretérito perfeito. Ou seja, o narrador já havia vivido os fatos, classificados por ele como "desastroso acontecimento".

Percebe-se que em *Statira, e Zorastes* há acontecimentos que são evocados como efetivamente ocorridos, e há narradores que contam esses acontecimentos diante de narratários implícitos e explícitos. E esses narradores reproduzem palavras de personagens, intervêm na narrativa para julgar os acontecimentos narrados, inserindo, dessa forma, o discurso na narrativa (GENETTE, 1995).

Como visto anteriormente, os narradores intervêm na narrativa, seja para justificar suas atitudes pretéritas, seja para julgar as mulheres, entre outros. Mas as maiores expansões discursivas que ocorrem na novela são para expressão do pensamento político.

Em N3, há vários trechos discursivos dessa natureza. Ao narrar o governo da Rainha, mãe de Statira, é informado que ela convocou uma Assembleia Constituinte para estabelecer legalmente uma nova forma de governo para legitimar sua aclamação. Além disso, baixou uma proclamação, em que justificou a convocação da Constituinte e outros assuntos correlatos para, segundo o narrador, dar um direcionamento à opinião pública: "[...] a cujos respeitos deu ao mesmo tempo uma espécie de direção à opinião pública, que apesar de

muitos, é, e há de ser sempre Soberana do Mundo" (SZ, p. 15). Como se vê, quem afirma que a opinião pública é e será a soberana do mundo é Zoroastes, não a rainha. Isso relaciona-se à introdução em que é afirmado que o público havia ganhado tal força, que se tornara, praticamente, um gabinete. Sendo assim, teria que ser bem orientado para ajudar na construção do progresso da jovem nação brasileira.

Nesse ponto, especificamente no parágrafo 43, a narrativa é interrompida para a transcrição da proclamação, que inclusive é longa: ocupa três páginas e meia. E é a própria Rainha quem "diz" a proclamação, através do discurso direto. Nessa proclamação são defendidos o constitucionalismo, um governo nacional do qual participe apenas quem lutou pela independência da Lícia, educação para as mulheres que abranja a filosofia, visto que só esta é capaz de conduzir à razão e a previsão como aspecto mais importante da política.

Em relação ao Projeto feito pela Rainha, Zoroastes não o transcreve, mas faz uma síntese dele. Nesse projeto, ela elege a Deusa Polícia, entenda-se, a civilização, como deusa protetora do Estado. Ao justificar a escolha, descreve-se a justiça:

> [...] visto que esta [a justiça] não só não tem o dom de pressentir, nem a habilidade de escrutar; mas até nunca vê, nem sabe, senão apenas aquilo, que muito de propósito se lhe apresenta: além disto é muito escrupulosa nas provas, que requer sempre tão claras, como a luz do meio-dia, (que nem se precisa de atenção para vê-la); e tão vagarosa, que só decide com um grande, e tardio conhecimento de causa; e muitas vezes até com tais delongas, que prejudicam incalculavelmente as partes, só por não faltar a formulários, que julga consagrados pela rançosa unção dos tempos [...] (SZ, p. 22).

Também são feitas críticas à imprensa, acusando alguns jornalistas de serem corruptos, ou melhor, de venderem suas opiniões, ao invés de tentar, de maneira mais imparcial, divulgar os fatos. Mas mesmo assim a liberdade de imprensa é defendida.

Novamente, a figura da opinião pública em destaque e, sobretudo, a necessidade de tê-la sempre ao lado do governante: "[...] a Rainha pois para paralisar estas ideias tão falsas, como perniciosas, substituindo-lhes outras convenientes, e justas, para dar a necessária direcção à opinião pública, por ser da primeira importância o tê-la sempre da parte do Governo [...]" (SZ, p. 23).

Além desse primeiro decreto, a Rainha pôs em prática um segundo, que também foi sintetizado pelo narrador. Nesse segundo, defende-se que a segurança interna do Estado está acima da liberdade dos indivíduos, que o governo pode empregar os meios que achar mais convenientes para manter a segurança geral e que há exceções para a liberdade civil.

A partir desse novo decreto, pareceu, ao narrador, que a opinião pública tomou uma direção mais conveniente, ou seja, para o lado do governo. Como se vê, em relação a isso, o narrador não tem muita certeza.

Apesar da defesa da liberdade de imprensa, a crítica aos jornalistas é contudente:

> Os Periodistas, Jornalistas, que apareceram, como em aluvião, em consequência da Liberdade da Imprensa, que a Rainha ultimamente concedera, cuidavam, que fariam fortuna com a franqueza de poder intrigar à sua vontade, e confundir tudo com os seus escriptos; e estavam contentíssimos com a lisonjeira esperança de por este meio ganhar a sua causa (SZ, p. 25).

Mas não se restringiram a isso as ações da Rainha: ao perceber que as deputadas perdiam muito tempo com discussões frívolas, resolveu, ela mesma, fazer a nova constituição do Estado e, para isso, fez um pronunciamento para apresentar a constituição. Esse pronunciamento, chamado por Zoroastes de Fala, é também sinteticamente transcrito na novela. Nessa Fala, ela se diz responsável pelo bem e pelo mal que ocorrer ao povo e apresenta um concepção de História que se pode chamar de história exemplar:

> A História, dizia ela, é o imparcial Registro das acções e paixões; das virtudes, e vícios; da glória e da infâmia do Gênero Humano. Ela deve ser considerada como um Reservatório puro de sabedoria, e experiência de toda a raça humana; onde cada lição faz uma impressão mais irresistível pela força do exemplo (SZ, p. 29).

Ela continua, afirmando que a História é um mapa político e que os bons exemplos devem servir de guia para os políticos atuais (entenda-se, de quando se passa a narrativa). Além disso, diz que a constituição "doada" por ela ao povo tinha como princípios básicos: "a segurança interna, e externa do Estado, a Independência, Liberdade, e prosperidade da Nação" (SZ, p. 30). Segundo o narrador, a constituição não só foi aprovada, mas aprovada com louvor. Com o tempo, também se confirmou que era uma constituição excelente.

Percebe-se que é defendido, na novela, o constitucionalismo, mas não a participação popular, nem mesmo de alguns grupos. Muito pelo contrário, o voto, a discussão da maioria é considerada uma "perda de tempo", geradora de "confusão". Em síntese, defende-se um governo baseado em leis, as quais são fruto da vontade de uma única pessoa que, pelas suas virtudes e, sobretudo, conhecimentos, conquistou tal posição.

Após longo excerto discursivo, no parágrafo 88, Zoroastes retorna ao presente, ou melhor, ao momento em que está contando a história N2 ao casal de príncipes persas para, em

seguida, listar as máximas que ele adquiriu com toda aquela experiência. Na verdade, entende-se que é nesse momento que começa a parte sentenciosa de que o autor havia falado na introdução. Nessa parte da novela, o tempo verbal usado é o presente, já que se trata de aforismos, a princípio, atemporais.

Essa parte aforística, com a qual a novela é encerrada também é composta de sentenças discursivas. Nela, Zoroastes afirma que o homem deve esclarecer-se através da razão. Por isso, deve sempre moderar as paixões, visto que elas são eclipses da razão. A razão, para ele, deve guiar o espírito humano. Para ser guiado por ela, o homem deve praticar as virtudes, consideradas remédios para os males morais. Além disso, advoga que dos males o homem deve extrair o bem e que a felicidade humana depende da amizade e do amor, mas que estes devem ser fundados na virtude, logo, na razão.

Entende-se que, como seu amor por Statira não foi fundado na virtude, já que por esse amor deixou de cumprir diversos compromissos, por isso não foi feliz. Eis, nesse ponto, a relação com a epígrafe.

3.4 Ainda os paratextos - o narrador cede a voz ao autor

Após o final da novela, ainda há outros paratextos. O que se segue imediatamente a ela é uma anedota, cujo tema são os erros tipográficos. A função dela, como a da maioria dos posfácios, é corretiva (GENETTE, 1995), já que justifica os erros tipográficos e contextualiza a errata, em que corrige alguns desses erros.

Mas além dessa função, essa anedota exerce outra muito particular, que é servir de passagem entre a ficção e a não-ficção, visto que se inicia com a voz do narrador e termina com a voz do autor. Isso ocorre da seguinte maneira:

Inicialmente é contada a história de uma senhora inglesa que, ao ver o pai aborrecido porque uma obra dele foi publicada com muitos erros tipográficos, aconselha-o a não se contrariar com isso, alegando que o bom-senso dos leitores os faria compreender que aquilo era erro de impressão, não do autor:

> Uma Senhora Inglesa, filha de um Lorde, e primeiro Ministro d'Estado, vendo um dia a seu Pai muito enfadado; porque uma obra sua trouxera muitos erros da Imprensa; disse ao Pai muito sentida, que ela não podia compreender a razão, por que ele se afligia tanto por similhantes bagatelas; acrescentando, que o bom-senso, e a inteligência dos Leitores conheceria pelo contexto os sentimentos do Autor; e por consequência disfarçaria aqueles erros, pelos quais ele não era responsável (SZ, p. 57).

.

O pai cede aos conselhos da filha e resolve corrigir apenas alguns erros. A partir dessa parte da história, o narrador cede a voz ao autor, que afirma que imitará a atitude do pai:

> Ora se um Pai, homem de reconhecidas luzes, e até de tão grande autoridade aceita com tanta condescendência neste artigo o conselho de uma filha, que ama; *com muito mais razão devo eu tomar o exemplo do Pai, e abraçar o conselho da filha, sendo aquele o procedimento de um homem, que se deve imitar*, e sendo este nascido do belo sexo, a quem se devem sempre não só condescendências, e respeitos; mas até adorações (SZ, p. 57-58, grifo nosso).

Em seguida, assim como o pai da anedota, informa que corrigirá apenas alguns erros, quais deles corrigirá e introduz a Errata: "É por isso, que eu agora prescindindo não só das faltas de pontuação; mas até dos erros de algumas palavras, corrigirei destes somente os mais sensíveis na seguinte" (SZ, p. 58).

Tal procedimento pode, também, ser considerado uma estratégia para justificar algum erro dele próprio ou que ele não tenha percebido na leitura do texto. Além disso, retoma a Introdução ao, novamente, contar com o "bom-senso e a inteligência dos leitores" para o entendimento do texto, apesar de alguns erros que tenham passado. Mais: conta com a perspicácia do leitor para separar os erros tipográficos das ideias do autor.

Após a Errata, que corrige treze palavras, segue-se o penúltimo paratexto: a nota do autor. Escrita em francês, nela é afirmado que cada exemplar do livro é autografado pelo autor para garantir a propriedade da obra e evitar reproduções fraudulentas. Essa nota, embora pequena, é muito importante porque traz à tona a questão da propriedade autoral, assunto muito discutido no século XIX, conforme analisou Santos (1985) em artigo sobre o mercado livreiro nessa época.

Como exemplo das discussões acerca da propriedade autoral ocorridas no século XIX, pode-se citar a polêmica discussão que Herculano (1900) travou com Almeida Garret sobre esse assunto. Essa discussão foi motivada por uma lei que propunha regular o direito autoral e um acordo entre Portugal e França relativo a isso, ambos aprovados em 1851.

Para Herculano (1900), na produção de um livro havia trabalho "material" e intelectual. A contribuição do autor era intelectual e, como tal, não cabia ser ressarcida como um trabalho rude ou braçal qualquer. O trabalho do homem de letras contribuía para o avanço da civilização e deveria, segundo ele, ser protegido de outra maneira:

> Todavia, dir-se-ha, o trabalho dos auctores com essa protecção dada ao livro, só como uma especie de manufactura para o que elles contribuiram, não fica dignamente retribuido. Depois, não é isso fazer descer o homem de talento ao nivel do rude obreiro? Não é envilecer o nobre mister de escriptor? Absurdo tudo isso! Desde que pondes a retribuição do engenho á mercê da procura no mercado, é necessario que elle se submetta ás condições do mercado. Quem o reduz unicamente á qualidade de fabricante de livros sois vós com as vossas leis de propriedade. Se o quereis recompensar como é recompensado o lavrador, o industrial, não exijaes para elle um direito diverso (HERCULANO, 1900, p. 73-74).

Para Herculano (1900), o Estado deveria proteger o homem de letras, através de prêmios, etc., visto que a lei de propriedade autoral só benefeciava os maus escritores, que vendiam muito e, consequentemente, lucrariam com a proibição das reproduções não autorizadas, ou seja, passariam a ganhar, também, com as reedições:

> [...] a estes operarios da dissolução e não da civilisação, a estes sim, aproveitam as doutrinas da propriedade litteraria! Para elles a recompensa do mercado; para elles os grossos proventos do industrialismo litterario, que é o grande incitamento dos seus infecundos traballhos. A litteratura-mercadoria, a litteratura-agiotagem, tem na verdade progredido espantosamente á sombra de tão deploraveis doutrinas (HERCULANO, 1900, p. 79).

Entretanto, Herculano, em época anterior, havia criticado as contrafacções de livros portugueses feitas no Brasil por livreiros franceses, como detectou Santos (1985, p. 202):

> A questão da propriedade literária é hoje uma gravíssima questão da velha Europa: a imoralidade internacional neste objecto capitalíssimo é um dos cancros que a devoram. Não consintam os Brasileiros que este ou aquele estrangeiro [referia-se aos livreiros franceses estabelecidos no Brasil] possa inocular livremente num povo virgem um vírus que corrói as nossas sociedades decadentes (HERCULANO, 1843).[52]

Essa posição é completamente divergente da que ele adotou em 1851. Parece que o que direcionou a posição dele – tanto a primeira quanto a segunda – era a vantagem ou a desvantagem do comércio livreiro português com as reproduções das obras, como já observara Santos (1985).

Pela nota de Lucas José d'Alvarenga, percebe-se que, já em 1826, no Brasil, havia preocupação com as contrafacções de obras, visto que ele se deu ao trabalho de assinar cada um dos exemplares para evitar a reprodução fraudulenta. Isso abona, como bem mostrou Foucault (1992), que a associação entre textos e propriedade se deu no final do século XVIII e

[52] HERCULANO, Alexandre. "Propriedade literária, aviso contra salteadores", *Panorama*, 21 de jan. 1843.

início do século XIX. Antes disso, os textos literários não dependiam de autoridade para a legitimação. Houve época em que a antiguidade, suposta ou verdadeira, era suficiente para a valoração deles (FOUCAULT, 1992).

> Mas os discursos 'literários' já não podem ser recebidos [séculos XVII e XVIII] se não forem dotados da função autor: perguntar-se-á a qualquer texto de poesia ou de ficção de onde é que veio, quem o escreveu, e que data, em que circunstâncias ou a partir de que projecto. O sentido que lhe conferirmos, o estatuto ou o valor que lhe reconhecermos dependem da forma como respondermos a estas questões. E se, na sequência de um acidente ou da vontade explícita do autor, um texto nos chega anónimo, imediatamente se inicia o jogo de encontrar o autor (FOUCAULT, 1992, p. 49).

No caso do texto de Alvarenga (1826), não só está marcada a autoria, como também as regulações do mercado, visto que ele temia a reprodução não autorizada da novela. Isso é um indício de que poderiam ser muito comuns, à época, as reproduções não autorizadas.

Mas essa preocupação não aparece em obras suas posteriores, como nas memórias ou no livro de poesias, apesar de expressar explicitamente nesses livros a necessidade de publicar tais obras em vida por temer que alguém as subtraisse. O que motivou tal atitude foi a publicação da memória sobre os feitos portugueses em Macau, de José Ignácio Andrade, em Lisboa (1824), livro em que não foi citado seu nome nas ações contra os piratas, como mostrado anteriormente e como é possível perceber no prólogo de seu livro de poesias:

> Pontos de honra me forçarão (dois annos depois) [da publicação da novela] não só a escrever; mas até a fallar de mim extensamente (apezar de duplicada repugnancia); e dirigirão a minha penna á rebater Impostores tão impudentes, que abusando do profundo silencio, que eu guardava já por espaço de 15 annos (ou mais) com excessiva modestia; tentarão á face de todo o mundo, ainda em minha vida, (e callando sinistramente o meu nome) attribuir a si o merecimento, e a gloria de meus Feitos n'Asia, que tantos trabalhos, e tão grandes perigos me custarão (ALVARENGA, 1830a, p. VI-VII).

No prólogo desse mesmo livro, ele traz mais um pouco da questão autoral e fala do sucesso que foi a publicação de *Statira, e Zoroastes*:

> Nunca tive a idea de dar Obra alguma ao Prelo em minha vida.
>
> Temi sempre apparecer em publico na qualidade de Author; e muito mais em poesia, (*) que não he minha Profissão.
>
> O dezejo de fazer a vontade á huma Princesa virtuosa (digna de adoraçõens) fez desapparecer em 1826 o meu panico temor. Mas elle só se extinguio de todo, quando os successos dessa minha primeira Obra derão-me

> huma idea vantajosa da publica benevolencia (ALVARENGA, 1830a, p. V-VI).

Após a nota, segue-se o último paratexto: a assinatura e o brasão do autor, que cumprem a função de dar autenticidade ao livro.

A análise desses últimos paratextos mostrou que a figura do autor era central à época. Também mostrou indícios de já haver, nesse período, uma relação mercadológica entre livro, autor e público. Além disso, tais paratextos funcionaram como uma passagem, um ritual em que o narrador cedeu, gradualmente, a voz ao autor.

3.5 O universal e o particular em *Statira, e Zoroastes*: a meio caminho do romance moderno

3.5.1 Universalismo e relações intertextuais em *Statira, e Zoroastes*

Conforme afirmado no início desta tese, nesta pesquisa foi proposto verificar qual a contribuição da novela *Statira, e Zoroastes* para a gênese do romance no Brasil. Partiu-se do pressuposto de que essa novela não foi apenas um marco histórico – primeiro texto desse gênero publicado em terras tupiniquins – mas, sim, que é um texto de transição entre a prosa moralizante do século XVIII e o nascente romance moderno do século XIX.

A ligação à prosa didática e moralizante – instruir, deleitando - caracteriza a tendência universalista nesse texto, como é perceptível na seguinte afirmativa de Massimi (2008, p. 54):

> A articulação entre *delectare*, *movere* et *docere* que define o objetivo da retórica antiga e moderna implica desde as origens uma concepção do uso da palavra voltada para a formação do homem e, portanto, uma estreita conexão da arte retórica com a arte de educar. Não por acaso estas competências foram amplamente valorizadas e atualizadas pelo Humanismo de modo a constituir-se em importantes alicerces do universo cultural da Idade Moderna.

Já o particularismo presente na novela a joga para a realidade mais imediata à época de sua produção escrita e, consequentemente, abre caminho para o nascente romance moderno brasileiro do século XIX.

A ligação a uma tradição de textos ficcionais de caráter didático e moralizante já existente no Brasil, àquela época, filia essa novela a uma tradição interna do romance, como

bem apontou Boechat (2008), em estudo já comentado nesta tese. Entretanto não se pode desconsiderar, também, a influência externa, especificamente do romance filosófico francês, nesse texto de Alvarenga.

Essa influência se mostra, sobretudo, na relação intertextual com o romance *Les voyages de Cyrus, avec un discours sur la Mytologie*, de Andrey Michael Ramsay. A edição a que se teve acesso foi publicada em Amsterdã, em 1733, mas localizaram-se registros de edições mais antigas (1726, 1727), tanto em francês quanto em inglês. Na verdade, o livro tem sido reeditado do século XVIII até a atualidade nos seguintes idiomas: alemão, espanhol, francês, grego moderno, holandês, inglês e italiano, como se apurou no *site* WorldCat[53]. Ebert (1837, v. 4, p. 1540) informa que houve uma edição portuguesa, feita em Lisboa, em 1791, mas o autor desta tese não localizou tal edição. Supõe-se que Alvarenga tenha lido alguma edição francesa, devido à grafia dos nomes das personagens - Statira e Zoroastes.

De acordo com Breteau (2006), esse romance, que foi inspirado em *La cyropédie ou traité de l'éducation de Cyrus*, de Xenofonte, escrito por volta de 369-362 A. C. e, também, em *As aventuras de Telêmaco*, de Fénelon, está bem próximo da filosofia dos iluministas e transmite algumas ideias franco-maçônicas. Ele é dividido em oito partes, como já comentado anteriormente. Nele é contada a história das viagens de Ciro, rei da antiga Pérsia, a alguns países. Na segunda parte do livro, é narrado o encontro de Ciro e de sua esposa Cassandane com Zoroastre (a grafia é assim no texto francês) em uma escola de magos, no Oriente, após esse rei persa decidir ir a tal lugar para ampliar seus conhecimentos:

> L'esprit de Cyrus se perfectionnoit avec l'âge; son goût & son génie le portoient aux sciences les plus sublimes: Il avoit souvent entendu parler d'une fameuse Ecole de Mages qui avoient quitté leur retraite sur les bords du fleuve Oxus dans la Bactriane, pour venir s'établir près du Golfe Persique. [...]
>
> Il entreprit ce voyage avec Cassandane, accompagné de quelques Satrapes: Ils traverserent les plaines de Pasagarde, passerent par le pays des Mardes, & arriverent sur les bords de l'Arosis (RAMSAY, 1733, p. 34-35).

Zoroastre era o chefe dessa escola filosófica: "Quoique l'amour de la verité fut l'unique lien de la societé parmi ces Philosophes, ils ne laissoient pas de reconnoître un chef. Ils l'appelloient *Archimage*. Celui qui tenoit ce rang, se nommoit Zardust ou Zoroastre" (RAMSAY, 1733, p. 37).

Também na novela *Statira, e Zoroastes* ele era o chefe da referida escola:

---

[53] Disponível em: <www.worldcat.org>. Acesso em: 06 jan. 2016. Trata-se de *site* destinado a divulgar conteúdos de diversas bibliotecas do mundo.

> O amor à verdade, o desejo de uma constante, e mútua comunicação de Luzes para mais exacto desenvolvimento de princípios necessários, e úteis à humanidade, foram os motivos daquela Sociedade de Sábios; e ainda que não precisavam de Chefe; porque cada um deles, pelo seu saber, e virtudes era digno de o ser; contudo eles de comum acordo escolheram um para seu superior; este era Zoroastes (SZ, p. 2-3).

No romance de Ramsay, Zoroastre leva o casal de príncipes a um lugar aprazível no qual está uma estátua, que teria sido feita por ele, de uma bela mulher. Enquanto conversava com Ciro e Cassandane, Zoroastre olhava para a estátua e chorava. A princesa o inqueriu sobre o motivo daquele choro, e ele resolveu, para educar ou direcioná-los, contar a história de seu amor por Selime:

> Ce Philosophe mena le Prince & la Princesse dans un bosquet de Myrthe. Au milieu se voyoit la statue d'une femme qu'il avoit tailée de ses propres mains.
>
> Ils s'assirent tous trois sur un banc de gazon, & Zoroastre les entretint de la vie, des moeurs & des vertus des Mages.
>
> Tandis qu'il parloit, il détournoit souvent les yeux pour regarder la statue; & en la regardant, ses yeus se baignoient de larmes. Cyrus & Cassandane respecterent d'abord sa douleur; ensuite la Princesse ne put s'empêcher de lui en demander la raison. C'est-là, *dit-il*, la statue de Selime, qui m'aima autrefois comme vous aimez Cyrus. C'est ici où je viens passer mes momens les plus doux, & les plus amers. Malgré la sagesse qui me soumet à la, volonté des Dieux, malgré les charmes que je goute dans la Philosophie, malgré l'insensibilité où je suis sur toutes les grandeurs, le souvenir de Selime m'arrache souvent des regrets & des larmes. La vraye vertu em réglant les passions, n'éteint point les sentimens. Ces paroles donnerent la curiosité à Cyrus & à Cassandane, de sçavoir l'histoire de Selime; le Philosophe s'en apperçut, & prévint leur demande, em commençant ainsi sa narration.
>
> Je ne crains point de vous montrer mês foiblesses; mais j'éviterois ce recit, se je ne prévoyois pas qu'il peut vous servir d'une grande instruction.
>
> Je suis né Prince; mon pere étoit Souverain d'un petit Etat dans les Indes qui s'appelle le pays des Sophites (RAMSAY, 1733, p. 38-39).

Essa mesma passagem aparece na novela *Statira, e Zoroastes*:

> [...] Zoroastes, quem recebeu os dois Viajantes da Pérsia; e depois de [...] os ter conduzido pelos diferentes, aprazíveis passeios da Quinta, e de um Jardim Filosófico (Botânico), os encaminhou por fim a um lugar ameno, (seu favorito), de trinta, ou quarenta passos em quadro, cercado de altas, e viçosas murtas à maneira de um muro, em cujo centro estava colocada a Estátua de uma elegante mulher, obra, que tinha sido feita com primor pelas próprias mãos do mesmo Filósofo.
>
> Chegados ali disse ele aos seus hóspedes: aqui tendes para assentos estes lugares pouco mais elevados cobertos de relva; e agora visto que é do vosso

> gosto, e do meu particular dever irei entreter-vos com a história curiosa da Origem deste Estabelecimento, Leis, costumes, virtudes, vida dos Sábios, que comigo habitam este retiro.
>
> Principiou Zoroastes a sua narração; no decurso da qual voltava de quando em quando os olhos para a Estátua; e as lágrimas, que ao vê-la forcejava por suster, chegaram a seu pesar a correr por muitas vezes.
>
> A curiosidade, o espírito e o terno Coração da Princesa Persana a obrigaram a interromper o Filósofo, e a inquirir com interesse a causa de suas lágrimas.
>
> Zoroastes, ou fosse, como é de supor, para satisfazer a Princesa; ou fosse também, como é natural, para aliviar o seu próprio coração do peso da tristeza, que o oprimia mais nesta ocasião pela saudade, que a presença da Princesa Persana fazia renascer mais vivamente em sua alma; enxugando um pouco as lágrimas, que não cessavam, lhe fala desta maneira:
>
> "Princesa, aquela Estátua, que estais vendo, é a Estátua de Statira, que me tinha tanto amor em outro tempo, como vós tendes hoje ao Príncipe, vosso Esposo. Apesar da Sabedoria, que me faz resignar na vontade de um Deus Todo Poderoso; apesar dos prazeres, e do Estudo da Natureza, que me encanta; e não obstante mesmo a minha quase total insensibilidade para as contrariedades humanas; todavia a poderosa lembrança de Statira muitas vezes renova a minha dor, e provoca imperiosamente as minhas lágrimas. Permiti-me pois (já que vos mostrais nisso tão interessada) que eu vos faça deste meu caso uma succinta narração, para ao menos aligeirar assim este tão custoso passo, em que me vejo empenhado; pois que enquanto eu o estiver referindo, não posso deixar de sofrer uma particular aflicção, que se apodera sempre da minha alma nestas tão ternas ocasiões. Eu até vos teria suplicado a escusa de vos inteirar deste meu desastroso acontecimento, se eu não estivesse prevendo que esta melancólica história poderá talvez um dia servir-vos ainda de uma importante lição. Eu vos seguro, Princesa, que ela vos será contada com aquela franqueza, e candura, que é digna de vós, e de mim
>
> Eu nasci Príncipe, meu Pai era o Soberano de um grande, e fértil País no Tibete (SZ, p. 3-5).

Zoroastre, ainda no texto de Ramsay (1773), conta ao casal real persano que nasceu príncipe, e que seu pai era Soberano de um pequeno Estado das Índias chamado o país dos Sofistas:

> Je suis né Prince; mon pere étoit Souverain d'un petit Etat dans les Indes qui s'appelle le pays des Sophites. M'étant un jour égaré à la chasse, je rencontrai dans l'épaisseur d'un bois une jeune fille qui s'y reposoit. Sa merveilleuse beauté me frappa d'abord; je devins immobile; je n'ofois m'avancer. Je crus que c'étoit un de ces esprits aëriens qui descendent quelquefois du trône d'Oromaze, pour ramener les ames à l'Empyrée. Selime, car c'étoit son nom, se voyant seule ayec un homme, s'ensuit & se sauve dans un Temple voisin de la forêt [...] (RAMSAY, 1733, p. 39).

Essa passagem aparece na novela de Alvarenga (1826), com algumas leves modificações:

> Eu nasci Príncipe, meu Pai era o Soberano de um grande, e fértil País no Tibete. Andando eu um dia à Caça, succedeu perder-me nos bosques sem poder atinar com o caminho. Vendo-me só, e querendo orientar-me, vi apenas ao longe o Pico de um monte, que eu conhecia, derigi-me para ele. Mas, que surpresa foi a minha, quando ao atravessar uma floresta, encontrei debaixo de uma espessa abóbada de ramos uma formosa mulher, que ali estava recostada! A sua beleza ao primeiro golpe de vista arrebatou-me os sentidos; fiquei imóvel, extasiado, e tão tímido contra o meu costume que nem me atrevi chegar ao pé dela. Eu supus, que o objecto, que eu via, era um daqueles Espíritos Celestes, que baixam algumas vezes do Trono de Oromazes, para conduzir as almas ao Empíreo! Ela apenas me avistou, fugiu; ou, (para melhor dizer,) voou para um templo (SZ, p. 5-6).

Apesar de algumas alterações, como o nome da amada de Zoroastre que muda de Selime para Statira; o pequeno estado nas Índias, substituído por um grande e fértil país no Tibete e a introdução, no texto de Alvarenga, do Jardim Botânico, o que o aproxima da realidade de sua produção, boa parte da novela é uma versão do segundo "capítulo" desse romance de Ramsay.

Sendo assim, uma parte significativa do texto também mantém fortes relações intertextuais com esse romance francês. Não apenas o início dessa narrativa, mas até a cena do disfarce feminino pode, também, ter sido inspirada em *Les voyages de Cyrus*:

> Je quittai le Palais de mon pere. J'étois jeune; j'étois Prince; je ne raisonnois pas: Je me déguisai en fille; j'allai au Temple où étoit le vieux Bramine; je le trompai par une histoire feinte; & je me mis au nombre des Estales; sous le nom d'Amana. Le Roy mon pere fut désolé de ma suite, & me fit chercher par-tout inutilement (RAMSAY, 1733, p. 40).

Pelo excerto abaixo, percebe-se a relação entre esses dois textos:

> Tomei a resolução de abandonar meu Pai, minha May, minha Família, e com ela todos aqueles doces encantos de uma Corte seductora, que tão lisonjeiramente encadeiam aquelas almas, que não foram formadas, como a minha.
>
> Eu era ainda muito moço, Príncipe, e amigo de fazer a minha vontade, e até mesmo sem querer às vezes fazer uso da minha razão, para não obstar talvez aos meus projectos. Disfarcei-me pois em trajes de mulher; fui ao templo, onde vivia o velho Brâmane; pude enganá-lo com uma história fictícia de desastres, que o compungiram. Ele tinha uma alma excelente, um óptimo coração, uma bondade imensa. Fui admitido enfim entre as Vestães debaixo do nome de Amana. A quanto obriga Amor!
>
> A minha falta causou a meu Pai uma mortal aflição, e ao Reino uma tristeza geral. Expediram-se circulares por toda a parte a fim de se haver notícias minhas; mas tudo foi debalde (SZ, p. 8).

Mas é importante ressaltar que essa cena do disfarce feminino aparece também em um texto anterior a esses dois - no romance pastoril *Arcadia,* do inglês Philip Sidney, publicado, pela primeira vez, no final do século XVI. O livro conta a história de dois príncipes estrangeiros, Pírocles e Musidorus, que vão à Arcádia a fim de conquistar duas princesas: Filocleia e Pâmela, respectivamente. Para isso, eles se disfarçam - Pírocles de mulher, passando a se chamar Cleófila; e Musidorus de humilde pastor, passando a se chamar Dorus (SIDNEY, 1977 *apud* ISER, 1996).

A versão de Alvarenga é mais extensa, mais detalhada do que a de Ramsay, mas é nítida e explícita a relação intertextual que se mantém ao longo de quase todo o texto, sendo que algumas passagens são, praticamente, uma tradução direta:

> Mon pere vivoit encore. Je ne pouvois pas employer la force peur arracher Selime de cet azyle; mais quand j'aurois été Roy, les Princes n'ont aucun droit dans cet pays fur les personnes consacrées à la religion (RAMSAY, 1733, p. 39).

> Ora meu Pai ainda era vivo; eu não podia empregar meios alguns violentos, para tirar Statira daquele Asilo: e ainda mesmo, que eu já fora Rei, nem assim podia fazer cousa alguma neste Caso [...] (SZ, p. 7).

Continuando a narrativa francesa, Zoroastre afirma que Selime ignorava que ele fosse homem e tornou-se sua melhor amiga. Ele, apaixonado, esperava um momento favorável para revelar-lhe seu disfarce e seus sentimentos quando, infelizmente, ela e seu tio brâmane foram sequestrados por um grupo de cavaleiros de arco e flecha (RAMSAY, 1733).

Viana (1949), ao comentar essa passagem no texto de Alvarenga, grifa a parte dos cavaleiros de arco e flecha. Como se vê, é pouco provável que seja uma alusão aos índios brasileiros, visto que tal passagem já está dessa maneira no texto de Ramsay.

Após esse ocorrido, ele decidiu abandonar o templo, seu disfarce feminino, seu país e correr mundo atrás de Selime (RAMSAY, 1733).

Um dia, ao atravessar o país da Lícia, ele viu um grupo de caçadores e pensou reconhecer entre eles Selime. Resolveu, então, ir até a capital desse reino em busca de informações. Lá ficou sabendo que os lícios eram governados por mulheres e que Selime era a rainha (RAMSAY, 1733).

Ainda de acordo com o que lhe informaram na capital, o que motivou aquela singular situação política na Lícia foi o fato de, há muitos séculos atrás, o povo lício ter vivido na mais completa paz e harmonia, o que fez os homens tornarem-se afemininados. Quando ocorreu

uma guerra contra a Lícia, os homens fugiram com medo e as mulheres pegaram as armas, lutaram e conseguiram manter a liberdade do país. Com isso, assumiram o governo (RAMSAY, 1733).

Depois de algum tempo, os lícios se acostumaram com aquela forma de governo e os homens passaram a ajudar as mulheres em tal serviço: eles legislavam, elas executavam. Entretanto a mãe de Selime foi destronada pela ambição de uma de suas parentes. Seu primeiro ministro, então, foi para as Índias com a princesa. Lá se difarçou de brâmane e ela de vestal. Após a morte da usurpadora, ela, Selime, retomou o trono e governava, segundo o que informaram a Zoroastre, muito bem, embora mantivesse uma estranha aversão ao casamento (RAMSAY, 1733).

Para se fazer conhecer pela rainha, Zoroastre ingressou no exército. Posteriormente, ele ganhou uma vitória contra os cários e foi, por isso, apresentado a Selime. Mas ela não o reconheceu, visto que havia seis anos que eles estavam separados. Ela perguntou-lhe sobre sua origem, ele mentiu, dizendo-se uma pessoa pobre e de nascimento obscuro, porque queria que ela o amasse assim como ele a amou – pelo que era, não pelo que tinha (RAMSAY, 1733).

Essa cena de disfarce do príncipe em pessoa pobre também aparece no romance pastoril de Sidney, citado anteriormente nesta tese. A diferença é que no romance pastoril inglês são dois príncipes: um se disfarça de mulher e outro de pastor pobre; já nesse romance de Ramsay, o mesmo príncipe se disfarça, inicialmente, de mulher e, posteriormente, de pessoa humilde.

Ela o promoveu a comandante do exército e ele passou a ter livre acesso à sua pessoa. Eles se enamoraram e ela resolveu se casar com ele. Para isso, pediu autorização ao Conselho de senadores para que pudesse se casar com um estrangeiro. Após o casamento, ele se revelou a ela. Eles viveram felizes, mas ela morreu pouco tempo depois. Ele resolveu retornar às Índias, abdicar de seu trono e a buscar tão somente a sabedoria. Internou-se naquela escola de magos, onde foi escolhido por chefe (RAMSAY, 1733).

Após ouvir a história de Zoroastre, Cassandane se retirou e se juntou às mulheres dos magos. Zoroastre iniciou Ciro nos mistérios da sabedoria oriental, caldeia, egípcia e em todos os segredos da natureza (RAMSAY, 1733).

Pelo exposto, a relação intertextual da novela é direta com esse romance francês. Essa relação filia também o texto de Alvarenga a uma tradição externa de caráter edificante, filosófico e moralizante.

Embora essa relação intertextual remeta à influência externa na formação do romance brasileiro, não foi a primeira vez que obra desse gênero fora escrita aqui ou por pessoas nascidas aqui – basta lembrar *O predestinado Peregrino e seu irmão Precito*, de Alexandre de Gusmão (1685); *Compêndio narrativo do peregrino da América*, de Nuno Marques Pereira (1728) e *As aventuras de Diófanes* de Theresa Margarida da Silva e Orta (1752). Isso mostra que já se delineava na então colônia uma tradição própria na produção de textos ficcionais com essas características.

Mas a novela de Alvarenga (1826) não se resume a ser uma tradução ou uma versão do segundo capítulo do romance de Ramsay. Como é possível perceber na leitura e no cotejamento dos dois textos, há diferenças entre eles e são essas diferenças que dão o caráter particularista ao texto brasileiro e o joga à realidade e ao local da época de sua produção.

Tal diferença começa no início da N2, já que no texto de Alvarenga é a princesa da Pérsia que deseja viajar pelo mundo para melhorar seus conhecimentos. Já no texto de Ramsay, é Ciro quem tem essa atitude. O foco é na personagem feminina no texto brasileiro. Mas a diferença se acentua, sobretudo, quando, na novela de Alvarenga (1826), narra-se o governo de mulheres, ou melhor, a administração da mãe de Statira. Esse fato ocupa, praticamente, toda N3 e vai do parágrafo 39 ao 86. Veja-se o início dessa parte da narrativa:

> Por esta ocasião pois foi pelo Exército proclamada Rainha a May de Statira, aquela mesma, que com tanto valor, e dexteridade tinha comandado em Chefe as Tropas victoriosas [...] Ela fez convocar sem perda de tempo uma Assembleia Geral, Constituinte, e Legislativa, para estabelecer legal, e deliberadamente uma nova forma de Governo, que ela julgava indispensável para legitimar a sua Aclamação, e para a estabilidade, garantia e tranquilidade da Nação (SZ, p. 14-15).

Essa parte não consta no texto de Ramsay. No romance francês, após ser relatada a guerra contra os cários e a tomada do governo pelas mulheres, narra-se o episódio em que a mãe de Statira é destronada:

> Depuis ce temps, les Lyciens s'étoient accoutumés à cette forme de gouvernement, & la trouvoiente la plus douce & la plus commode. Les Reines avoient un Conseil de Vieillards qui les aidoient de leurs lumieres; les hommes proposoient les bonnes loix, mais les femmes les saisoient exécuter: la douceur du sexe prévenoit tous les maux de laryrannie; & le conseil des Sages moderoit l'inconstance qu'on reproche aux femmes.
>
> J'appris que la mere de Selime ayant été déthrônée par l'ambition d'une de ses parentes [...] (RAMSAY, 1733, p. 42-43).

O cotejamento destas duas narrativas – a francesa e a brasileira – ajuda ainda mais a corroborar as análises de Viana (1940) e de Boechat (2008) de que a parte política do texto relaciona-se ao contexto imediato de sua produção, apesar de esses dois pesquisadores defenderem tal vinculação de perspectivas diferentes: o primeiro entendendo os fatos políticos do texto como chaves de pessoas e de acontecimentos da época, e a segunda como "particularização histórica d[o] [...] universalismo alegórico" (BOECHAT, 2008, p. 49).

Além disso, esse cotejamento mostra que essa narrativa materializa dois dos quatro fatores que, de acordo com Candido (2009), concorreram para a formação do romance no Brasil: a tradução de textos estrangeiros e a produção ficcional local. Essa recriação que Alvarenga (1826) fez do romance de Ramsay (1733), inserindo neste a parte particularizadamente política, mostra nitidamente o caráter transicional dessa novela brasileira e a influência externa na formação do romance no Brasil.

Mas é importante frisar que a relação entre *Statira, e Zoroastes* e a realidade brasileira do Primeiro Império é uma relação literária e artística, visto que a novela não é um documento de registro da vida política brasileira Oitocentista. Sendo assim, trata-se de uma relação "arbitrária e deformante que o trabalho artístico estabelece com a realidade" (CANDIDO, 2011, p. 22). E para se verificar como essas particularidades locais e históricas foram recriadas no texto de Alvarenga (1826), é necessário contextualizar a política brasileira do início do século XIX, época em que a novela foi escrita, visto que a relação entre esse momento e a novela está explícita nas Memórias de Alvarenga, quando ele afirma que a redigiu facilmente em 1822, com o propósito de prevenir os acontecimentos de 1823, que se supõe ser a dissolução da Assembleia Constituinte, conforme já afirmado nesta tese. Sendo assim, para melhor entendimento dessa particularização política, é necessário retomar alguns fatos da política brasileira do início do século XIX para verificar como isso se relaciona com o texto, vinculando-o fortemente a essa época e contexto.

3.5.2 A política brasileira como particularismo em *Statira, e Zoroastes*

> *Pedro, se o Brasil se separar, antes seja para ti, que me hás de respeitar do que para algum desses aventureiros.*[54]

[54] Carta de D. João VI a D. Pedro, de 19 de junho de 1822 *apud* SOUSA, 1988, t. I, p. 219.

PRÍNCIPE DOM PEDRO
carta ao patriarca

Tendo pensamenteado toda a noite
Assentei passar revista aos Granadeiros
Assim se os enxergar esta tarde no Rossio
Não assente ver Bernarda

Encumbi ao Miquilina
E ao Major do Regimento dos Pardos
Para virem me dar parte
De tudo que se disser pelos Botequins

Estimarei que approve esta medida
E assento que melhores
E mais fiéis e adherentes à causa do Brasil
Do que os Pardos meus amigos
Ninguém (ANDRADE, 1974, p. 90).

Os acontecimentos políticos que aqui interessam são os ocorridos de 1822 - época da Independência e da escrita da primeira versão da novela sob o título *A revolução* - a 1826 - época da reformulação e da publicação da narrativa - que será o período sucintamente tratado neste capítulo. Como um dos temas principais da novela é a política e um dos objetivos de Alvarenga, expresso na Introdução, era o de instruir o público da época para ajudar a sua pátria – no caso o Brasil – que estava engatinhando como nação politicamente independente, serão analisados, neste capítulo, os principais acontecimentos políticos desse período que vinculam a novela a tal contexto histórico.

Embora os acontecimentos que interessam mais diretamente à época da produção de *Statira, e Zoroastes* sejam os do período já citado, é necessário retomar alguns anteriores para se entender muitos episódios dos anos 20 do século XIX. Um fato muito importante que alterou a estrutura tanto política quanto econômica da então colônia portuguesa na América foi a vinda da Família Real para o Brasil, em 1807:

> O acolhimento feito à família real, se à primeira vista poderia deixar transparecer uma mentalidade de colonos, de ingênuo acatamento à mais legítima encarnação da metrópole, mal encobriria por outro lado anseios já confusamente expressos, em mais de uma oportunidade, de emancipação econômica, administrativa e política. O processo dessa emancipação, que se vinha operando ao impulso de vários fatores, ia tomar novo ritmo e receber feições imprevistas, com os atos determinados pela presença da corte portuguesa no Brasil [...] (SOUSA, 1988, t. I, p. 61).

Apesar de ter tido um impacto enorme sobre a situação do Brasil, é importante frisar que também teve consequências na administração de Macau, quando Alvarenga por lá estava, lembrando que os navios que iriam ajudar na defesa da ilha contra os piratas chineses foram usados para escoltar a família real para o Brasil, conforme comentado já nesta tese, tendo como fonte as Memórias de Alvarenga.

A vinda da família real portuguesa para o Brasil foi entendida por alguns como fuga e deserção, mas, segundo Sousa (1988, t. I), teria sido, na verdade, uma retirada estratégica, do ponto de vista político, diante de três grandes fontes de pressão sobre o reino português:

> [...] de um lado o poderio marítimo, a, (*sic*) fria determinação, a capacidade de resistência, a cobiça de mercados, a infatigável astúcia diplomática dos ingleses; de outro o impulso inigualável de aventura, o arrebatamento de glória, o prodigioso surto de heroísmo, a arrogância de triunfadores improvisados dos franceses de então. E para cúmulo a incerteza, a duplicidade, [...] da vizinha peninsular, de uma Espanha que, embora presa de crise semelhante e humilhada pelas fraquezas e pelas ambições de seus dirigentes, não merecia nenhuma confiança, tão notórios tinham sido sempre os seus intentos de absorção do reino português (SOUSA, 1988, t. I, p. 29).

A vinda da Família Real, que aqui chegou em 1808, alterou a condição da colônia para Reino Unido e implicou diversas melhorias artísticas, comerciais, educacionais e tecnológicas para abrigar a corte na nova capital do reino – o Rio de Janeiro.

Todos esses eventos colaboraram para a emancipação política do Brasil em 1822 quando, devido à Revolução Constitucionalista de 1820 em Portugal, as cortes de Lisboa exigiram a volta do rei à capital portuguesa, fato que fez com que D. João VI retornasse à Europa, em abril de 1821. Além disso, havia uma clara intenção das cortes em retirar as conquistas que o Brasil havia alcançado como Reino Unido e, também, de desmembrar o país, ao acabar com sua unidade administrativa e ao ordenar o regresso do príncipe regente D. Pedro a Portugal (SOUSA, 1988, t. I).

Apesar de a Revolução Constitucionalista portuguesa ter desencadeado diversas medidas que afetaram negativamente o Brasil, inicialmente, "a repercussão entre nós dos sucessos revolucionários de Portugal foi a mais simpática e assumiu para logo ímpeto que se afigurou [...] de natureza irresistível" (SOUSA, 1988, t. I, p. 131). Além disso, por toda parte,

> [o] constitucionalismo, que canalizara as reivindicações essenciais da burguesia em ascensão, assumia tom imperativo e angariava adeptos cada vez mais numerosos. Querer uma Constituição para regular as relações entre o poder público e os cidadãos e destes entre si era ponto de honra a que se

> tornavam sensíveis os indivíduos tidos como esclarecidos. Ser 'constitucional', eis o timbre que os distinguia (SOUSA, 1988, t. I, p. 132).

Embora no Brasil, devido a condições peculiares, a classe que dominaria durante todo o século XIX fosse a dos grandes proprietários de terra, a solução da monarquia constitucional era, mesmo assim, a mais interessante. Dessa maneira, muitos "brasileiros" da época eram "[l]iberais, que viam na Constituição a fiança da vida em sociedade" (SOUSA, 1988, t. I, p. 178). Por isso, segundo Sousa (1988, t. I, p. 166), o príncipe D. Pedro logo procurou "encontrar-se com os que encabeçavam o movimento constitucionalista, tomar parte nele, lograr o primeiro papel".

Sendo assim, pode-se aventar a possibilidade de que a defesa do constitucionalismo, tão presente na novela *Statira, e Zoroastes*, seja uma ideia que já tinha muitos adeptos no meio político do então Vice-Reino do Brasil.

Ao assumir o cargo de Príncipe Regente do Brasil, após a partida dos demais membros da família real, D. Pedro começou "o seu governo com uma proclamação, redigida, ao que tudo indica, pelo Conde dos Arcos, na qual resumia o programa das reformas que pretendia executar" (SOUSA, 1988, t. I, p. 222). Além disso, em decreto de 23 de maio de 1821, D. Pedro estabeleceu "[a]mplas garantias ao direito de propriedade e à liberdade individual" (SOUZA, 1988, t. I, p. 223).

Em março de 1822, antes da proclamação da independência, D. Pedro comentava com Mareschal, diplomata austríaco, que pretendia reunir no Rio uma Assembleia Constituinte, mais forçado pelas circunstâncias do que por vontade própria (SOUSA, 1988, t. I). E em "3 de junho [o príncipe regente] assinava o decreto convocatório da Assembléia" (SOUSA, 1988, t. I, p. 315). Mas, um dia antes de convocar a Assembleia Constituinte, o então Príncipe Regente fez uma proclamação aos brasileiros para preveni-los contra "'as facções que ameaçavam a pátria'" (SOUSA, 1988, t. I, p. 316).

Tal acontecimento, como já comentado, é explicitamente exposto nas Memórias de Alvarenga (1830) como um dos fatores que motivou a escrita da primeira versão da novela, ainda sob o nome de *A revolução*. Ao escrever tal peça, segundo ele, pretendia ser útil à pátria e já prevenir alguns inconvenientes da atitude do Príncipe Regente ao convocar a Assembleia Constituinte.

Como estratégia para melhor conseguir o comprometimento de D. Pedro aos interesses do Brasil à época, alguns brasileiros resolveram

> [...] forjar um laço entre o Brasil e D. Pedro, mais forte do que a resolução de aqui ficar, e dar-lhe uma investidura e um título que emanassem da vontade do Brasil, do consenso de seus habitantes. Foi aí que ocorreu ao Brigadeiro Domingos Alves Branco Moniz Barreto fazer do príncipe o 'protetor e defensor perpétuo e constitucional do Brasil'. Já não seria só o regente, por designação de D. João VI, senão o protetor e defensor por aclamação do povo (SOUSA, 1988, t. I, p. 311-312).

D. Pedro, porém, aceitou apenas o título de Defensor Perpétuo, alegando que o Brasil não precisava de proteção (SOUSA, 1988, t. I).

Tais fatos do contexto mais imediato da época serviram de matéria à produção do texto de Alvarenga, visto que, na novela, a mãe de Statira, que foi aclamada rainha pelo exército, devido a seus grandes feitos na guerra contra os cários, intitulou-se Defensora Perpétua do povo. Assim que assumiu o governo, convocou uma Assembleia Geral, Constituinte e Legislativa "para estabelecer legal, e deliberadamente uma nova forma de Governo, que ela julgava indispensável para legitimar a sua Aclamação, e para a estabilidade, garantia e tranquilidade da Nação" (SZ, p. 15), fato que é bem visto pelo narrador.

Após a Independência, D. Pedro foi aclamado imperador constitucional do Brasil em 12 de outubro de 1822. Tal aclamação não teria vindo, segundo Sousa (1972, t. II), da condição do nascimento do novo monarca, mas sim "[d]o processo histórico da emancipação brasileira surgira o assentimento nacional à elevação do antigo regente ao nôvo trono. [...] Escolhê-lo imperador significava reconhecer-lhe a dedicação, os devotados serviços" (SOUSA, 1972, t. II, p. 43). Além disso, é importante lembrar que

> A audência e participação das Câmaras emprestavam à aclamação um alcance nacional, valendo como prova do consentimento dos brasileiros. O imperador [...] seria inequivocamente o escolhido do povo, e nos desejos dêste assentaria o seu poder. Dava-se ao ato um cunho democrático, quando melhor não fôsse pela confirmação do presumido voto da maioria dos cidadãos (SOUSA, 1972, t. II, p. 45).

A "Assembleia Geral Constituinte e Legislativa (SOUSA, 1988, t. I, p. 317) foi instalada em 3 de maio de 1823 com representantes de todo o Brasil. Mas "uma vez inaugurada a Constituinte, tornar-se-iam patentes os dissídios e contradiçoes dos elementos heterogêneos que surgiram em cena com o movimento da Independência" (SOUSA, 1972, t. II, p. 86). E, ainda de acordo com Sousa (1972, t. II, p. 87), "Varnhagen afirma com fundamento a existência no Rio de muitos brasileiros a lamentarem que, logo no ato da coroação, não houvesse o próprio imperador outorgado uma Constituição, passível de ser sucessivamente melhorada". Um desses brasileiros da época que, com muita probabilidade,

era contra a convocação da Assembleia Constituinte e a favor da outorga de uma constituição pelo imperador é Lucas José d'Alvarenga, como é perceptível nessa seguinte afirmação retirada de suas Memórias:

> [...] e que eu por isso já dava juntamentre com exemplos bem claros, e expresssos, as ideas geraes do que era essencialmente preciso fazer se logo, e sem mais perda de tempo, para prevenir-se o mal, que veio a succeder em Novembro de de (*sic*) 1823, e os outros muitos males transcendentes, que este acarretou com sigo (ALVARENGA, 1830, p. 62).

Mas não é apenas essa passagem que demonstra tal posição de Alvarenga. Em seguida, ele mostra sua aversão à política participativa:

> Daqui concluo tambem, que aquillo, que não fizer hum homem só, vivo, de espirito fertil e profundo, de genio, e de saber acreditado, [e dotado de força d'alma] não o faz por certo huma Corporação toda inteira, [que não tem coração] que tem de decidir-se pela pluralidade de Votos. O maior numero he sempre dos froxos [e até dos ignorantes]; e o que decide em circunstancias taes, não he o pezo dos votos, mas o numero [ALVARENGA, 1830, p. 101-102).

Tal posicionamento é compartilhado pelo narrador extradiegético-homodiegético de *Statira, e Zoroastes*, ao defender a Constituição, que a Rainha outorgou ao reino da Lícia:

> A Rainha vendo por uma parte a necessidade urgente, que havia da Constituição, para estabelecer, e consolidar, quanto antes, a nova forma do Governo, que projectava, e para em consequência dela se tratar da formação das Leis, que deviam formar o código da Nação, e tudo o mais, que estava dependente deste primeiro passo, em que não se devia perder tempo; e prevendo por outra, que as Deputadas apesar da sua boa-fé consumiriam neste primeiro importante objecto muitos meses, e talvez anos em questões frívolas, e debates de ostentação, que nada adiantam para o caso, e de cujas matérias mal concebidas, mal enunciadas, e mal entendidas podia resultar uma aluvião de Opiniões diferentes; e por consequência diferentes partidos, e mil outros inconvenientes; tinha por isso sabiamente arranjado uma Constituição excelente, muito livre, ao nível das ideias do Século, e todavia digna do Trono (SZ, p. 27).

Esse posicionamento não demonstra apenas a referência ao momento político do Brasil da época, mas mostra, sobretudo, a influência concreta de fatores socioculturais na posição social e ideológica do artista (CANDIDO, 2011), nesse caso específico, de Lucas José d'Alvarenga e do público a que ele se dirigia. Membro da pequena elite de letrados e de políticos da época, ele compartilhava das posições de alguns de seus contemporâneos. Além

de partilhar de alguns ideais, com a publicação de seu texto, ele esperava influenciar seu público leitor, já que queria contribuir para o crescimento da nascente nação brasileira. É importante lembrar que não havia consenso entre os membros dessa pequena elite, mesmo em relação à questão da Constituinte e da Constituição.

Mas apesar da divergência de opinião dos membros da Constituinte, os temores acerca da capacidade deles eram infundados, "e a melhor prova esta[va] no projeto de Constituição que formularam" (SOUSA, 1972, t. II, p. 87). Apesar disso, havia muita desconfiança entre o imperador e os deputados da assembleia e a situação deteriorou-se a tal ponto, devido a diversos fatores, que D. Pedro dissolveu a assembleia em 12 de novembro de 1823:

> A noite de 11 para 12, com as inquietações, sustos, debates íntimos, sofrimentos e fadigas de tantos homens diversos pela idade, índole e reações pessoais, ficaria conhecida como 'noite de agonia'. Agonia no sentido próprio de combate ou luta e mais no de angústia ou de aflição. À Assembléia chegavam notícias do que se passava fora, mas com a deformação e o aumento característicos de tais ocasiões. A disssolução já estava resolvida [...] (SOUSA, 1972, t. II, p. 141).

Após a dissolução, D. Pedro criou um Conselho de Estado com a incumbência de organizar o Projeto de Constituição, que foi publicado em 20 de dezembro de 1823 e que substituiu o projeto da Constituinte (SOUSA, 1972, t. II). Nesse Projeto de Constituição, além de amplas garantias aos direitos individuais havia, também, amplos poderes ao imperador, através da introdução do Poder Moderador, privativo do monarca, embora contemplasse também os poderes Legislativo, Executivo e Judiciário. É importante lembrar que o Poder Moderador não foi ideia original brasileira, esse poder real já era entendido, por exemplo, por Benjamin Constant como parte do sistema constitucional (SOUSA, 1972, t. II).

É interessante notar as imagens usadas, na novela *Statira, e Zoroastes,* para descrever a divisão de poderes na Constituição que a Rainha doou à Lícia:

> Que tal Constituição era propriamente, como um prisma; pois que assim como este separa com perfeição os raios do Sol, e mostra evidentemente a mais completa divisão das cores; assim, e de um modo análogo fazia a Constituição a separação dos Poderes.
>
> E que assim também como a reunião dos raios do Sol dava constantemente em resultado a Luz; assim a reunião dos Poderes, que a Constituição marcava com tanta sabedoria, daria em resultado a prosperidade, a glória, e o esplendor da Nação.
>
> Enfim que ela estava intimamente convencida, que assim como sem os raios da Luz não podiam existir cores; assim também sem tal Constituição

> não poderiam existir jamais a segurança do Estado, e a felicidade geral tão suspirada (SZ, p. 33).

Mas mesmo com as garantias aos direitos individuais expressos no Projeto de Constituição, isso não impediu que, por ocasião da Confederação do Equador, D. Pedro I, pelo

> decreto de 26 de julho, [...] suspendesse em Pernambuco a garantia do parágrafo 8º do artigo 179 da Constituição, a respeito de prisão sem culpa formada, ou outras garantias nesse artigo especificadas, era medida a que o autorizava o parágrafo 35 e a gravidade dos acontecimentos determinava. O mesmo não se diria no tocante a mais um decreto de igual data, criando uma comissão militar para processar 'sumaríssima e verbalmente' os chefes de cabeças do 'nefando crime'. Nada mais flagrantemente oposto à Constituição, em virtude da qual ninguém poderia ser sentenciado senão pela autoridade competente, à vista de lei anterior e na forma por ela prescrita (SOUSA, 1972, t. II, p. 174).

Isso demonstra o quão contraditório era o imperador: se por um lado se intitulava um monarca constitucional e liberal, por outro dava mostras do maior despotismo. Mesmo podendo argumentar que se tratava de uma situação emergencial diante da Confederação do Equador, atitudes anteriores a isso demonstram que, embora D. Pedro tenha inaugurado um regime liberal, na prática adotava medidas bem autoritárias: "[...] não poucas restrições à liberdade tinha determinado o govêrno desde outubro de 1822. Prisões, deportações, cerceamento à crítica da imprensa, vigilância ou espionagem policial inspiravam descrença em muita gente" (SOUSA, 1972, t. II, p. 98).

No mundo ficcional da novela, a defesa que se faz também é a da segurança do Estado sobre as liberdades individuais, ou seja, em alguns momentos é necessário sacrificar alguns direitos individuais em prol da nação. No segundo Decreto publicado pela Rainha, ela trata dessa questão: a liberdade individual x a segurança da nação:

> Declarou pois a Rainha 1º. Que as novas situações trazem necessariamente consigo a precisão de novos, e apropriados procedimentos, e por consequência, que a liberdade individual não podia ser identicamente a mesma em todas as situações possíveis do Estado.
>
> 2º. Que todo o perigo da Pátria pode, e deve suspender a Liberdade individual; porque todo o caso, ou bem fundado receio de agressão interior, e sedições civis forçam cada Cidadão a fazer o sacrifício momentâneo de uma parte da sua segurança pessoal, a fim de que o Governo tenha o meio de garantir a segurança geral.
>
> 3º. Que se o Governo tem, (como é sem dúvida), a obrigação desta garantia; é também evidente, que ele tem o direito de empregar os meios

> necessários para ela; pois que aquele a quem são ordenados os fins, são concedidos os meios.
>
> 4º. Que quanto mais se pertende, que a Liberdade civil seja inteira, e plena, tanto mais é preciso admitir excepções para os casos extraordinários; porque semelhantes excepções salvam sempre os princípios, em que são fundadas as regras; e até se denominam excepções, por isso mesmo, que há uma regra, que é o seu contrário, e é a que se guarda sempre, ou que se observa comumente (SZ, p. 24-25).

Nesse posicionamento, a exceção à liberdade individual é tida como um procedimento comum nos momentos de turbulência. No contexto da narrativa, o Decreto Real foi usado para rebater a crítica de alguns jornalistas aos procedimentos do Magistrado e da Deusa Polícia.

Outro ponto que demonstrava a contradição entre algumas atitudes do imperador e seu discurso é a questão da liberdade de imprensa. Sentindo-se atingindo por uma publicação do jornal *O verdadeiro liberal*, ordenou a prisão do jornalista Pierre de Chapuis, fundador desse periódico, sua reclusão a um navio e sua expulsão do país (SOUSA, 1972, t. II). Tal ato foi considerado

> [...] inteiramente arbitrári[o]. At[o] despótic[o] de um govêrno que se acreditava constitucional. Conflitos entre o espírito liberal do imperador e o seu temperamento autocrático. Contradições do príncipe doador de Constituições e signatário de atos criando tribunais de exceção, entusiasta das idéias do século e indiferente ao sacrifício de [...] [alguns que], por excessivo amor dessas idéias, tiveram o prêmio da morte (SOUSA, 1972, t. II p. 203).

Mesmo assim, houve abertura das Câmaras e em "6 de maio de 1826 abriu-se a Assembleia Geral, Senado e câmara reunidos, realizando-se a sessão na sede daquele, antiga residência do Conde dos Arcos. Dois podêres, porventura duas fôrças defrontavam-se, menos em disposição de entendimento e harmonia do que de desconfiança e temor" (SOUSA, 1972, t. II, p. 219). Isso foi importante porque

> À abertura da Assembléia, seguia-se, como um corolário lógico, o reaparecimento de jornais, da imprensa livre, em eclipse desde o golpe de 12 de novembro de 1823. Se fugaz fôra pouco antes a existência do *Verdadeiro Liberal*, expulso seu redator o francês Chapuis, agora, com a Câmara funcionando, surgia a *Astréa*, de João Clemente Vieira Souto, para durar até 1832 e ombrear, a partir de fins de 1827, com o jornal de Evaristo da Veiga, essa *Aurora Fluminense*, de tão largo prestígio na época (SOUSA, 1972, t. II, p. 223).

Mas o reaparecimento da imprensa livre não significou qualquer simpatia por parte de D. Pedro I. Muito pelo contrário, embora imperador constitucional, "guardaria invariàvelmente posição de reserva no tocante à Assembléia e não esconderia ojeriza pela imprensa livre, pelos pequenos, vibrantes, corajosos e por vêzes destemperados jornais que, à sombra da autoridade moral do Parlamento, proliferariam por todo o império" (SOUSA, 1972, t. II, p. 225). Mas essa ojeriza à imprensa não impediu o governo de "patrocinar" um dos jornais da época para que acabasse com o prestígio da Câmara:

> Um dos mais arrojados pasquins do Rio – a *Gazeta do Brasil*, do aventureiro português João Maria da Costa – publicado com o objetivo de solapar o prestígio da Câmara, injuriando os deputados independentes, mereceu o apoio financeiro e a colaboração de Gomes da Silva, oficial do Gabinete Imperial e amigo íntimo do imperador (SOUSA, 1972, t. II, p. 267).

Esse conflito entre governo e jornalistas também serviu de tema à novela. Embora o narrador critique a má-fé e os interesses pessoais de muitos jornalistas, ele defende a liberdade de imprensa:

> Os Periodistas, Jornalistas, que apareceram, como em aluvião, em consequência da Liberdade da Imprensa, que a Rainha ultimamente concedera, cuidavam, que fariam fortuna com a franqueza de poder intrigar à sua vontade, e confundir tudo com os seus escriptos; e estavam contentíssimos com a lisonjeira esperança de por este meio ganhar a sua causa [...] Ela pelo contrário conhecia evidentemente, e dizia, que a liberdade da Imprensa não é senão a publicidade garantida; que esta liberdade é o único apoio infalível de tal publicidade. Que sem isto a autoridade Ministerial, (que tem quase sempre um certo declive para a arbitrariedade,) poderia tudo, confundiria tudo, meteria a vida, a propriedade dos indivíduos da Nação nos abismos da desgraça; faria aos súbditos beneméritos as injustiças, que quisesse, sem que ela podesse saber desses procedimentos arbitrários, para os obviar, e punir. [...] Foi debaixo destes, e outros muitos princípios, que a Rainha permitiu francamente a liberdade da Imprensa com a única restricção de responsabilidade pelos excessos, especificando casos, e declarando o Juízo competente, que creou de propósito, para se verificar ali o crime, e impor- se a pena (SZ, p. 25-27).

Como se vê, na novela, apesar da atitude pouco ética dos jornalistas, a imprensa é vista como um meio de refrear os excessos cometidos por ministros e outras autoridades do governo.

Em relação à situação política do Brasil à época, muitas atitudes de D. Pedro I e o excesso de

> [...] caprichos e atos de favoritismo, sem atender à sua condição de instituidor, em dois países, do sistema representativo, em cuja essência se encontravam a limitação e harmonia recíprocas dos podêres do Estado, o respeito à liberdade de imprensa, o ascendente da opinião pública sôbre os atos do govêrno (SOUSA, 1972, t. II, p. 226)

desgastaram a imagem do imperador junto à sociedade brasileira daquele tempo.

Na afirmativa de Sousa, é importante observar a questão da opinião pública que já nessa época começava a pesar sobre os atos do governo, fato esse já observado por Alvarenga (1826), na Introdução a *Statira, e Zoroastes*.

Também o narrador da novela defende a relevância do apoio da opinião pública em relação às atitudes do governo: "[...] a Rainha pois para paralisar estas ideias tão falsas, como perniciosas, substituindo-lhes outras convenientes, e justas, para dar a necessária direcção à opinião pública, por ser da primeira importância o tê-la sempre da parte do Governo" (SZ, p. 23).

O conflito entre a Câmara dos Deputados e o imperador prosseguia, sendo que essa, em resposta a uma Fala do trono, fazia questão de lembrar a D. Pedro que ele era imperador não por nascimento, mas pela vontade do povo: "[...] a nação brasileira [...], esperançada antes nas virtudes de Vossa Majestade Imperial do que aliciada pelo esplendor de seu nascimento, o colocou sôbre o trono que ela exigira"[55].

Tudo isso e demais outros fatores acabariam por incompatibilizar o príncipe "liberal" e sua pátria de adoção, no caso, o Brasil. E o fim seria a abdicação, ocorrida em 1831.

Como se vê, a temática da novela é bem particularizada, ou melhor, relaciona-se a fatos políticos e sociais do Brasil à época. Mais do que defender que a boa política deve ser fundada na moral, o segundo narrador de *Statira, e Zoroastes* defende que esse tipo de política é a mais adequada. Na introdução da novela, está explícito que esse tipo de política seria a mais indicada para o Brasil, que praticamente acabava de nascer como país independente.

Sem defender uma política participativa, defendia algumas ideias mais liberais como a liberdade de imprensa, a liberdade individual, embora a segurança da nação prevalecesse sobre esta e, sobretudo, o constitucionalismo, tão em voga no Brasil da época. Por mais que o objetivo de Alvarenga (1826) tenha sido educar a partir da alegoria de uma ação, tal objetivo tinha como alvo um lugar e a um momento especificamente datados. Ou seja, nessa novela, os problemas políticos brasileiros tornam-se tema de relevância e motivação para escrita. O olhar

[55] Falas do Trono, p. 145 *apud* SOUSA, 1972, t. II, p. 271.

é direcionado para a realidade mais imediata, é bem particularizado o episódio da administração política no reino da Lícia. Embora seja um reino hipótetico, situado em algum lugar do Oriente, as ações que lá ocorrem são recriadas a partir dos acontecimentos imediatos da época da escrita e reescrita do texto.

Algumas dessas ações como as proclamações, os decretos, a constituição outorgada pela Rainha, a convocação e os acontecimentos da Assembleia Constituinte, a relação conturbada do governo com os jornais foram inspirados em eventos reais. Mas a possibilidade de ligar as personagens fictícias da novela, mesmo a Rainha, mãe de Statira, a pessoas reais, como D. Pedro I, é discutível. A probabilidade é a de que a Rainha encarne um modelo ideal de governante – constitucional, conciliador, que respeite as liberdades individuais e de imprensa – algo um pouco distante da imagem que a história apresenta de D. Pedro I.

Interpretar a competição e a discórdia entre homens e mulheres como metáfora dos embates entre portugueses e brasileiros à época da Independência é muito complexo, mas há pistas dessa possível relação. Basta lembrar que D. Pedro I era português e muitos portugueses, no Primeiro Reinado, participaram do governo, assim como alguns brasileiros, embora a relação entre os dois grupos tenha sido tensa à véspera e nos primeiros anos da Independência (SOUSA, 1988, t. I). Essa tensão aparece na novela, mas entre mulheres e homens:

> É também uma verdade Eterna, que a nossa recíproca união com os homens é da primeira necessidade para o augmento, e perpetuidade da Nação. Vivamos pois com eles; porém vivamos em guarda; vivamos em amizade mas como podendo inda um dia tornar a ser nossos cruéis inimigos (SZ, p. 17).

Com o propósito de educar, deleitando, estão presentes na novela instruções para um bom governo, ou melhor, para uma boa administração pública, ao lado da temática do amor. O que se defende em relação ao amor e à política nessa narrativa é que o sucesso dos dois depende da boa moral.

Embora a política seja um tema universal, ela se prende, como demonstrado neste capítulo, ao contexto de produção da *Statira, e Zoroastes*, ou seja, aos episódios políticos brasileiros do início dos Oitocentos. Sendo escrita por uma pessoa da elite da época e dedicada a um público leitor também dessa mesma classe social, um dos temas principais da narrativa foram os acontecimentos relacionados à administração pública, ao governo da época.

Levando em consideração que o gênero romance se estruturou a partir do "movimento dialético entre o geral e particular e individual e social" (WILLIAMS, 1992, p. 278 *apud* VASCONCELOS, 2002, p. 36), na novela de Lucas José d'Alvarenga já encontramos dois desses quatro elementos que serviram para a evolução do gênero: o geral e o particular, não se podendo descartar a faceta social do político. Essa oposição individual x social foi explorada por outros escritores posteriores a Alvarenga, mas o primeiro caminho para a formação do romance moderno no Brasil já estava aberto por ele.

4 A EDIÇÃO

As análises linguística e literária só foram possíveis devido à edição do texto, já que foi necessário estudar o português do Brasil da época - início do século XIX - para se editar a novela. O estudo linguístico chamou a atenção para os aspectos literários da obra, pois exigiu diversas leituras e possibilitou entrever relações sutis entre a língua e os aspectos estéticos do texto.

Ambas as análises só foram viáveis porque nos estudos filológicos a língua é considerada em sua totalidade, ou seja, em seus aspectos estruturais, sociais e literários. Em outras palavras, a Filologia é uma ciência que dialoga e se apoia em diversas outras, e a relação entre Filologia e Literatura será brevemente discutida na próxima seção.

4.1 Edição de textos e literatura

Desde seu surgimento, o labor filológico[56] esteve relacionado à literatura. Prova disso é o fato de que as mais antigas edições críticas de que se tem conhecimento são as dos textos dos poetas gregos pré-helenísticos (AZEVEDO FILHO, 1997, p. 20). Esse imbricamento entre literatura e filologia tem como ponto de interseção o texto, já que ambos os saberes existem em razão do texto escrito, sendo que este último é o objeto da filologia, "ciência que estuda a gênese e a escrita dos textos, a sua difusão e a transformação dos textos no decurso da sua transmissão, as características materiais e o modo de conservação dos suportes textuais, o modo de editar os textos com respeito máximo pela intenção manifesta do autor" (CASTRO *apud* MEGALE; CAMBRAIA, 1999, p. 1).

A literatura, desde sua origem, relaciona-se com a escrita. Trata-se de uma prática que só pode ser verificada quando produz determinado objeto: a obra escrita. Embora a literatura seja entendida, nesta tese, como expressão dos conteúdos da ficção, ou da imaginação, por meio de palavras polivalentes, ou metáforas; essa expressão de conteúdos ficcionais só é entendida como literatura quando se materializa no texto manuscrito, impresso, datilografado, digitado, etc. Texto esse destinado antes à leitura que à audição (MOISÉS, 2004, p. 264-271).

[56] Filologia é entendida, neste trabalho, como Crítica Textual, ou seja, ciência que se ocupa, dentre outras coisas, em averiguar a autenticidade dos textos e a fidedignidade de suas edições (SILVA, 1994, p. 57).

Essa convergência entre filologia e literatura ocorre porque o trabalho da primeira depende da produção da segunda, e parte do trabalho da literatura depende da filologia. Em outras palavras, textos literários são produzidos no decorrer do tempo e a filologia trabalha, em linhas gerais, para manter esses textos o mais próximo possível da última forma que assumiram, segundo a vontade de seus autores e, consequentemente, da época e do contexto de produção. E, à medida que textos fidedignos são publicados, tem-se material de qualidade para os estudos literários.

Essa necessidade de estudar a maneira de editar um texto com o menor número possível de interferências advém do fato de a escrita sofrer modificações no decorrer do tempo. Embora o texto escrito seja um meio mais eficaz de transmissão de ideias, a escrita pode ser deturpada, ou até mesmo se perder, com o passar das épocas. Variações climáticas, pragas e catástrofes naturais, assim como guerras e outras ações humanas podem danificar ou destruir o suporte material da escrita. A matéria subjetiva, ou melhor, o material sobre o qual se escreve é um fator importante para a durabilidade da escrita. Os textos escritos em materiais moles como papiros, peles de animais ou papel deterioram-se com o decorrer do tempo e de forma acelerada (SPINA, 1994). Além disso, a matéria aparente utilizada, como tinta, grafite, etc. pode contribuir para o processo de corrupção dos textos, já que algumas contêm substâncias corrosivas, como o "ácido sulfúrico ou clorídrico que destroem totalmente o suporte onde se encontram" (SANTOS, 2000, p. 56).

O texto escrito pode, também, sofrer modificações no seu processo de reprodução. O editor ou o escriba pode alterar um documento no ato da cópia. Esse tipo de alteração é chamado por Cambraia (2005, p. 6) de "modificação endógena não-autoral que pode ser voluntária ou não". Podem-se citar como motivos de alteração voluntária a censura política, religiosa, a intenção de "corrigir" alguma passagem do texto, etc. Já as mudanças involuntárias decorrem de lapsos, erros de leitura da fonte, erros de interpretação, etc. Entretanto, além desses tipos de alterações, o texto pode ser modificado por seu próprio autor. Essa modificação é chamada de endógena autoral (CAMBRAIA, 2005).

Devido a essa suscetibilidade dos documentos à modificação e/ou corrupção, o homem desde a Antiguidade tem se preocupado com a preservação da integridade dos textos de outras épocas. Na tentativa de interromper o processo de corrupção ou de recuperar o texto já corrompido que a Crítica Textual desenvolveu-se.

A Crítica Textual não é uma ciência nova, como já afirmado no início desta seção. Seus primórdios remontam à Antiguidade Clássica. Os sábios da Biblioteca de Alexandria foram os primeiros a editar textos – tendo em vista a restauração e a verificação de

autenticidade – com a intenção de explicá-los, esclarecendo-lhes a intelecção.

No Renascimento, foram retomadas as atividades de exegese de textos, podendo-se citar Petrarca, Erasmo de Rotterdam e José Justo Escalígero como figuras representativas desse período (CAMBRAIA, 2005).

No início do século XVIII, surgiu uma figura de destaque na Crítica Textual: Richard Bentley que tinha uma produção editorial bastante rica, abarcando autores como Calímaco, Horácio, Terêncio e Manílio. Dentre as suas contribuições, pode ser citada a elucidação do sistema métrico de autores latinos de drama, o que teve consequências revolucionárias para o estabelecimento de seus textos. (CAMBRAIA, 2005).

Mas o pesquisador que constitui um marco na história da Crítica Textual foi o alemão Karl Lachmann. Além de sintetizar os critérios de edição propostos em outras épocas, ele fez uma contribuição singular: estabeleceu critérios para determinar mecanicamente qual, dentre as várias lições, remonta ao arquétipo, sem recorrer ao juízo do editor.

Porém o método de Lachmann foi duramente criticado por Bédier, que defendeu o método de se editar um texto com base em um "bom manuscrito", publicado quase sem retoques e acompanhado de notas (CAMBRAIA, 2005, p. 52).

No Brasil, houve edições de textos desde a instalação da imprensa na primeira metade do século XIX. Entretanto começaria em fins do século XIX a edição rigorosa de textos. Por essa época, alguns filólogos prepararam edições sistemáticas – dentre eles pode-se apontar a notável contribuição do professor Álvaro Ferdinando de Sousa da Silveira, "cujo magistério tão profunda marca deixou na história da filologia brasileira" (SPPAGIARI; PERUGI, 2004, p. 56). Sousa da Silveira usou de dois critérios importantíssimos para edição de textos: "o respeito da lição do autor, mesmo que estivesse manifestamente contrária às boas regras; ou então, a sua recuperação, quer através da conjectura, quer remontando até à edição redigida conforme a última vontade do autor" (SILVA, 1984 *apud* SPPAGIARI; PERUGI, 2004, p. 56).

Além desse, houve outros pesquisadores que contribuíram para os estudos da Crítica Textual no Brasil. Antônio Houaiss (1967) em *Elementos de Bibliologia* discute os problemas com os quais se depara um editor de textos: levantamento das edições existentes, confronto dos testemunhos, proposição de um estema, escolha das variantes, opção por um tipo específico de edição – o que fica na dependência do público-alvo e da quantidade e dos tipos de edições anteriores existentes, dentre outros fatores. Para esse autor, quando houver a *edição príncipe*, mas não o manuscrito autógrafo, deve-se usá-la como base para a constituição do texto crítico. Para os textos modernos, além da edição crítica, ele propõe um

tipo de edição a que dá o nome de *fidedigna*. Esse tipo de edição visa estabelecer um texto idôneo sem a totalidade dos rigores ecdóticos. As razões pelas quais o autor propõe esse tipo de edição derivam de situações práticas: edições críticas são caras e morosas, demandando mão de obra muito especializada. O texto fidedigno supriria a demanda editorial de modo mais prático e rápido.

Leodegário A. de Azevedo Filho (1987), no livro *Iniciação em Crítica Textual*, alerta para o fato de que a edição crítica é usada para obras que têm tradição textual divergente e múltipla. Ele emprega a terminologia lachmanniana, dividindo as etapas de uma edição em *Recensio, Collatio, Eliminatio codicum descriptorum, Stemma codicum, Emendatio*. Por fim, afirma que a edição deve vir precedida da apresentação do texto crítico.

Também Spina (1994), em *Introdução à Edótica*, discute várias questões relativas à edição crítica de textos. Ele apresenta e comenta as várias formas de reprodução de um texto: a reprodução mecânica ou fac-similar; a diplomática; a transcrição diplomático-interpretativa ou semi-diplomática e, por fim, a edição crítica, cujo objetivo é restituir ao texto sua genuinidade, facilitar a leitura, permitir à crítica literária exercer com segurança a sua tarefa. Para Spina (1994), para fazer isso é necessário seguir os procedimentos e técnicas da ecdótica, que requerem do editor conhecimentos seguros sobre a língua, cultura, pensamento, arte, história e, ainda, sobre as técnicas de composição vigentes na época em que a obra foi escrita. Para a apuração do texto crítico, ele se apóia na doutrina de Karl Lachmann e estabelece três fases: *recensio*, estemática e *emendatio*. Ele encerra seus comentários com orientações referentes à apresentação do texto.

Essas edições comentadas nos parágrafos anteriores são classificadas por Cambraia (2005) como politestemunhais, ou seja, são edições de livros ou de manuscritos que possuem mais de um testemunho.

No caso do objeto desta tese, será necessário fazer uma edição monotestemunhal, visto que não se localizaram outras edições ou reimpressões de *Statira, e Zoroastes*, de Lucas José d'Alvarenga, pelo que se pesquisou na historiografia brasileira e pelo que se leu em suas memórias.

Para se editar essa novela, fez-se uma edição interpretativa, seguindo, em linhas gerais, as orientações de Cambraia (2005), que define a edição interpretativa como aquela a que se pode atribuir o grau máximo de mediação admissível: "o texto passa por um forte processo de uniformização gráfica e as conjecturas vão além de falhas óbvias, compreendendo intervenções que aproximem o texto do que teria sido sua forma genuína" (CAMBRAIA, 2005, p. 97). Tais procedimentos permitem apresentar o texto de uma forma acessível a um

público mais amplo, visto que dificuldades gráficas desaparecem com a uniformização. Em relação aos critérios, seguem descritos no capítulo a seguir.

4. 2 Critérios desta edição

Seguem aqui registrados os critérios que nortearam as intervenções do editor. Os motivos das alterações ou da manutenção da forma gráfica do texto-base foram objeto de estudo nesta tese. É importante ressaltar que, nas abonações, foi registrada apenas a primeira ocorrência de cada palavra, mas muitas delas apresentaram mais de uma ocorrência.

Foram mantidos no texto editado:

1) Pontuação, iniciais maiúsculas e destaques em itálico. Foram mantidos, conforme a primeira edição, inclusive as reticências com números variados de pontos. Apenas o sinal de igualdade (=), empregado diversas vezes no texto, com função de travessão (–), foi substituído por este sinal.

2) Consoantes não articuladas atualmente ou que apresentam variação: foram mantidas todas as ocorrências.

3) Vogais pretônicas e postônicas mediais: foram mantidas, visto que indicam variação diatópica, entre outros motivos.

4) Aféreses: foram mantidas todas as ocorrências.

5) Ditongos:

5.1 variação entre os ditongos "-ou-" e "-oi-": foi mantida.

5.2 redução de ditongos: foi mantida.

6) Morfossintaxe e semântica: foram mantidas todas as variações morfossintáticas e semânticas, conforme as ocorrências no texto-base.

7) Palavras, expressões e frases em línguas estrangeiras foram mantidas conforme texto-base. Entretanto foram atualizadas "Lord" e "Tibêt", por, atualmente, já terem sido incorporadas ao léxico do português.

Foram objeto de atualização:

1) Ortografia. Foram simplificadas as grafias que não representam fatos propriamente linguísticos.

1.1. Acentuação gráfica. As palavras foram acentuadas conforme o Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa, de 1990 (Decreto nº 6.585, de 29 de setembro de 2008).

1.2. Apóstrofo. Foi suprimido nos casos em que, atualmente, houve contração da preposição com o pronome como, por exemplo, nos seguintes casos: “d’ella”, “n’outro” (SZ, p. XII), exceto no caso de “d’Ele”, na dedicatória, por ter se mantido a inicial maiúscula do pronome.

1.3. Aspas. A representação das aspas foi uniformizada. No texto-base, algumas vezes, as aspas não fecham as falas das personagens. Neste caso, fecharam-se as aspas.

1.4. Emprego do hífen. Foi uniformizado, segundo o sistema atual.

1.5. União ou separação vocabular. Foram uniformizadas, segundo o sistema atual.

1.6. Emprego do sinal de crase. Atualizado, conforme a norma atual.

1.7. Abreviaturas. Os sinais abreviativos foram desenvolvidos conforme as formas presentes no texto editado. No caso da não ocorrência da forma desenvolvida no texto-base, a abreviatura foi desenvolvida conforme forma atual.

2. Representação de vogais

2.1. Representação das vogais orais

2.1.1. *Emprego de “y”*: Esta letra foi substituída por “i”, exceto em “May”.

2.1.1. *Vogais postônicas finais, grafadas “-i”*. Foram atualizadas, conforme a norma atual. Segue-se a lista das palavras alteradas:

a) “i”: “quasi” (SZ, p. XI); “quazi” (SZ, p. 38).

2.1.2. *O antigo hiato “ea”*, com “e” tônico, foi atualizado para “eia”. Vejam-se a relação das palavras atualizadas: “alheas” (SZ, p. 30); “Assemblea” (SZ, p. XIX); “chea” (SZ, p. 32); “Crea” (SZ, p. 23); “idea” (SZ, p. XV, p.31); “ideas” (SZ, p. XXV).

2.1.3. *A representação dos ditongos orais*. Foram atualizados os seguintes ditongos:

a) os ditongos decrescentes grafados “-ae” foram atualizados para “-ai”: “attrahe” (SZ, p. XXVI); “Capitaes” (SZ, p. XIV); “Editaes” (SZ, p. 42); “especiaes” (SZ, p. 50); “estaes” (SZ, p. 4); “Fundamentaes” (SZ, p. 41); “geraes” (SZ, p. 49); “habituaes” (SZ, p. 52); “iguaes” (SZ, p. 39); “imortaes” (SZ, p. 19); “individuaes” (SZ, p. 23); “Jornaes” (SZ, p. XII); “moraes” (SZ, p. 50); “Moraes” (SZ, p. XV);“mortaes” (SZ, p. 39); “mostraes” (SZ, p. 5); “naturaes” (SZ, p. 13, p. 14);“Oficiaes” (SZ, p. XIII); “originaes” (SZ, p. XIII); “parciaes” (SZ, p. 49); “pessoaes” (SZ, p. 42); “principaes” (SZ, p. XII); “quaes” (SZ, p. XII);

“rivaes” (SZ, p. XIV); “sociaes” (SZ, p. 23); “Sociaes” (SZ, p. X); “taes” (SZ, p. X); “totaes” (SZ, p. 49).

b) os ditongos decrescentes grafados “-ao” foram atualizados para “-au”: “gráo”(SZ, p. XXIV); “gráos” (SZ, p. 40); “máos” (SZ, p. 30); “máos” (SZ, p. XXII); “Nicoláo” (SZ, p. XXII).

c) os ditongos decrescentes abertos grafados “-eo” foram atualizados para “-éu”: “Ceo” (SZ, p. 32); “veo” (SZ, p. XVII).

d) os ditongos decrescentes fechados grafados “-eo” foram atualizados para “-eu”: “agradeceo” (SZ, p. 32),; “appareceo” (SZ, p. 17); “deo” (SZ, p. 23); “Deos” (SZ, p. 36); “Deoza” (SZ, p. 21); “Deozas”(SZ, p.); “Deozes” (SZ, p. 39); “desceo” (SZ, p. 44); “desenvolveo” (SZ, p. XIII); “encheo” (SZ, p. 36); “pareceo” (SZ, p. XVI); “recebeo” (SZ, p. 3); “Succedeo” (SZ, p. 37); “succedeo” (SZ, p. 5);

e) os ditongos decrescentes grafados “-io” foram atualizados para “-iu”: “abrio” (SZ, p. 46); “attrahio” (SZ, p. 28); “cahio” (SZ, p. 17); “Concluio” (SZ, p. 31); “consumio” (SZ, p. 41); “dirigio” (SZ, p. 32); “discutio” (SZ, p. 41); “fugio” (SZ, p. 6); “permitio” (SZ, p. 26); “pressentio” (SZ, p. 1); “proferio” (SZ, p. 41); “referio” (SZ, p. 29); “seguio” (SZ, p. 34); “vio” (SZ, p. 19, p. 27).

f) os ditongos decrescentes grafados “oe” foram atualizados para “-ói”: “Heroes” (SZ, p. XIV).

2.2. Representação de vogais nasais: foi uniformizada segundo a normal atual, exceto nos seguintes casos em que foram mantidas as formas do texto-base: “may”, “sões” e “vestães”. Os demais casos foram uniformizados da seguinte maneira:

2.2.1. *Vogais nasais finais*: marcadas ora com “-n” ora com “-m” como em “Gram-Bretanha” (SZ, p. 13) e “Joven” (SZ, p. 2). Essas vogais tiveram a marcação da nasal alterada conforme a normal atual: “Grã-Bretanha”; “Jovem”.

2.2.2. *Ditongos nasais tônicos*, grafados “-am”, “-ão”, “-âo” e “-oens” tiveram suas grafias atualizadas, respectivamente, para “-ão”, “-ão”, “-ão” e “-ões.

2.2.3. *Ditongos nasais átonos finais* das formas verbais da terceira pessoa do plural do pretério perfeito, que vêm frequentemente grafados “-ão”, tiveram sua grafia atualizada para “-am”.

Observação: as ocorrências dos ditongos orais não foram transcritas porque constam no capítulo da tese destinado à análise dos diacríticos.

3. Representação de consoantes

3.1. As consoantes simples:

3.1.1. *Emprego de "h" inicial e medial*: Foi suprimido ou acrescentado, de acordo com a norma atual, exceto no dígrafo "-lh-", em que não foi acrescentado quando substituído por "-i-": "humiliam" (SZ, p. 19).

3.1.2 Emprego das consoantes "j" e "g". Foi atualizado conforme norma atual. Vejam-se as palavras atualizadas: "lisongeira" (SZ, p. 53); "Magestade" (SZ, p. 2);"Magestoza" (SZ, p. 28); "Magestozo" (SZ, p. 32); "sugeita" (SZ, p. 51).

31.3. *Representação das consoantes sibilantes*. Foi atualizada em todos os casos.

a) Representando o fonema /s/:

a.1) "-c-": "florecer" (Ded.); "anciosamente" (SZ, p. 36); "socego" (SZ, p. XIX, p. 57).

a.2) "-ç-": pertenções" (SZ, p. 18).

a.3) "-s-": "dezesete" (SZ, p. 2); "presentir" (SZ, p. 22); "quis" (SZ, p. 46).

a.4) "sc-": "scena" (SZ, p. XI); "Sceptro" (SZ, p. 17); "Sciência" (SZ, p. X); "sciências" (SZ, p. IX); "Sciências" (SZ, p. XX); "scientífica" (SZ, p. 32); "scientifico" (SZ, p. 48-49).

a.5) "-z": "dispuz-me" (SZ, p. 54); "expuz-me" (SZ, p. 37); "gentiz" (SZ, p. 1); "paiz" (SZ, p. 46); "Paiz" (SZ, p. 47); "poz" (SZ, p. 31); "propoz" (SZ, p. XXIII); "quiz" (SZ, p. 21); "supuz" (SZ, p. 6).

a.6) "-x": "exquisito"(SZ, p. 13).

b) Representando o fonema /z/:

b.1) "z-": "abrazava" (SZ, p. 10); "acazo" (SZ, p. 43); "amoroza" (SZ, p. 40); "apaziguou" (SZ, p. XVIII); "apezar" (SZ, p. 11); "Apezar" (SZ, p. 4); "aprezenta" (SZ, p. 22); "aprezentar" (SZ, p. 30); "aprezentou" (SZ, p. 28); "auzência" (SZ, p. 45); "auzentou" (SZ, p. 39); "Avizos" (SZ, p. 42); "baze" (SZ, p. XIX); "cauza" (SZ, p. 22); "Cauza" (SZ, p. XXIV); "cauzou" (SZ, p. 8); "cazar" (SZ, p. 41); "caze" (SZ, p. 41); "cazo" (SZ, p. 13); "Cazo" (SZ, p. 7); "cazos" (SZ, p. 24); "cazos" (SZ, p. 27), "coiza" (SZ, p. 39); "coizas" (SZ, p. 23); "couza" (SZ, p. X,), "couzas" (SZ, p. 12); "cuidadoza" (SZ, p. 46); "Deoza" (SZ, p. 21,); "Deozes" (SZ, p. 39); "despozório" (SZ, p. 2); "despozou" (SZ, p. 2);

“dezejão” (SZ, p. 41); “dezejava” (SZ, p. 38); “dezejo” (SZ, p. 2); “dezejos” (SZ, p. 48); “emprezas” (SZ, p. 37); “escuza” (SZ, p. 5); “Espozo” (SZ, p. 2); “excluzão” (SZ, p. 16); “Francezas” (SZ, p. XII); “Ingleza” (SZ, p. 57); “Inglezas” (SZ, p. XII); “invazão” (SZ, p. 16); “irrezistível” (SZ, p. 35); “izempções” (SZ, p. 7); “lizonjeei” (SZ, p. 41); “lizonjeira” (SZ, p. 19); “lizonjeiramente” (SZ, p. 8); “Lizonjeiro” (SZ, p. 32); “Magestoza” (SZ, p. 28); “Magestozo” (SZ, Ded.); “mezes” (SZ, p. 27); “occazião” (SZ, p. 3); “occaziões” (SZ, p. 40); “paízes” (SZ, p. 2); “Paízes” (SZ, p. 54); “paralizar” (SZ, p. 23); “penozas” (SZ, p. XV); “pezada” (SZ, p. 48); “pezar” (SZ, p. 4); “pezo” (SZ, p. 3); “pozera” (SZ, p. 35); “pozeram” (SZ, p. 37); “preciozo” (SZ, p. 17); “preciza” (SZ, p. XVII); “precizo” (SZ, p. XIX); “precizos” (SZ, p. XVIII); “prezença” (SZ, p. 38); “prezente” (SZ, p. 17); “Prezidente” (SZ, p. 31); “Princeza” (SZ, Ded.); “quazi” (SZ, p.38); “quizer” (SZ, p. XXIII); “quizera” (SZ, p. XXV); “quizeram” (SZ, p. 54); “quizesse” (SZ, p. 6); “reprezentar” (SZ, p. 39); “reprezentava” (SZ, p. 32); “Rezolvi” (SZ, p. 36); “rigorozo” (SZ, p. 19); “surpreza” (SZ, p. 5); “uzo” (SZ, p. 8); “vantajoza” (SZ, p. 31).

b.2) “-s-”: “amisade” (SZ, p. 53); “apasiguou” (SZ, p. XVIII); “aprasíveis” (SZ, p. 3); “Civilisação” (SZ, p. XXV); “rasão” (SZ, p. XVII); “visinha” (SZ, p. 11); “visinho” (SZ, p. 11);

4.1.4. Representação da vibrante alveolar vozeada /ř/ por “-r-” foi atualizada para “-rr-”: “prerogativas” (SZ, p. 39).

3.2. As consoantes duplicadas:

3.2.1. Foram simplificadas as duplicações das consoantes “cc”; “ff”; “ll”; “mm”; “nn”; “pp”; “tt”. É mister ressaltar que “cc” foi atualizado apenas quando representa o fonema /k/.

. 3.2.2 *Dígrafos helenizantes*. Os dígrafos “ch”, “th” e “ph” foram grafados, respectivamente, “qu” ou “c” (conforme o caso), “t” e “f”.

4. Verbos: as formas verbais da terceira pessoa do plural do presente do indicativo dos verbos “vir”, “ver” e “ter” foram grafadas conforme a norma atual.

5. Erros tipográficos e outros: foram corrigidos e a forma errada lançada em nota.

6. Mudança de página e de linha: manteve-se conforme o texto-base, para facilitar a consulta, visto que o fac-símile está ao lado. Em relação à translineação, é mister informar

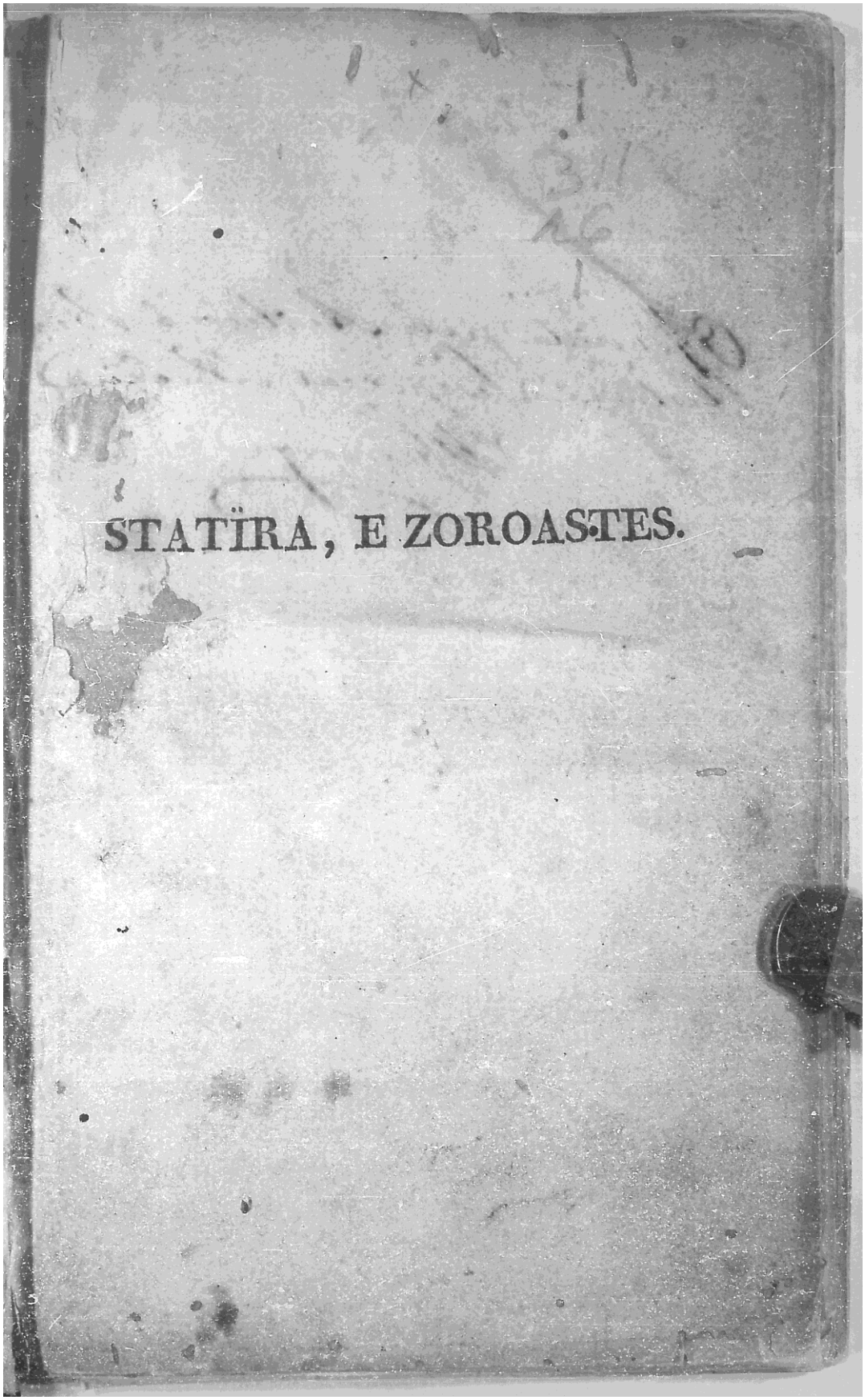
que em fim de linha, quando foi necessário separar as sílabas de uma palavra, seguiu-se a norma atual ao se fazer a secção. Como consta o fac-símile ao lado, poder-se-á consultá-lo para verificar a forma que estava no texto.

7. Número de páginas: seguiu-se a numeração do texto-base, apenas se deslocou a numeração para a direita.

8. Assinaturas do autor, assinaturas dos cadernos, títulos correntes e vinhetas: não foram reproduzidos, foram suprimidos.

9. Parágrafos: os parágrafos da "Introdução" e da "Novela" foram numerados, à esquerda. Em cada uma das duas partes a numeração começa pelo número 1.

4.3 Texto editado: ***Statira, e Zoroastes***



STATÏRA, E ZOROASTES.

STATIRA, E ZOROASTES.

STATIRA, E ZOROASTES

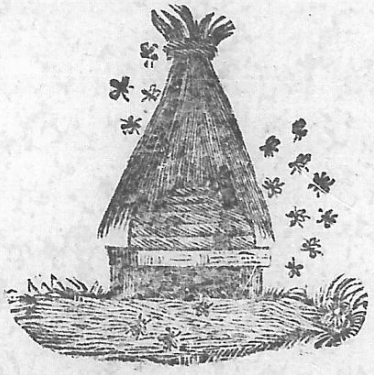
NOVELLA DEDICADA

A'

S. M. A IMPERATRIZ

DO BRASIL.

Não importa, quando deva florecer,
ou fructificar a verdade.
O que importa, he semear, e plantar.
Hum dia, ou outro alguem aproveitarà.



RIO DE JANEIRO,
NA IMPERIAL TYPOGRAPHIA DE PLANCHER,
IMPRESSOR-LIVREIRO DE S. M. O IMPERADOR.

1826.

QUINTO DA INDEPENDENCIA, E DO IMPERIO.

STATIRA, E ZOROASTES

NOVELA DEDICADA

À

S*UA* M*AJESTADE* A IMPERATRIZ
DO BRASIL.

Não importa, quando deva florescer,
ou fructificar a verdade.
O que importa, é semear, e plantar.
Um dia, ou outro alguém aproveitará.

RIO DE JANEIRO,
NA IMPERIAL TIPOGRAFIA DE PLANCHER,
IMPRESSOR-LIVREIRO DE S*UA* M*AJESTADE* O IMPERADOR.

1826.

QUINTO DA INDEPENDÊNCIA, E DO IMPÉRIO.

SENHORA.

O Particular Motivo de imprimir-se esta Novella, o seu contexto, e objecto, a analogia, que tem com as de V. M. as sublimes virtudes da Princeza Heroina; tudo isto inspirou a lembrança de a Dedicar a V. M. I.

O Creador da Natureza aceita com prazer o pequeno grão de incenso, que lhe offerece a creatura. Este Divino Exemplo authorizou-me a crer, que a Muito Alta, e Generosa Imperatriz do Brasil Se Dignaria Aceitar, como Aceitou de hum subdito Seu, e com Agrado, a Dedicação desta Peça.

SENHORA.

*O Particular Motivo de imprimir-se esta Novela, o seu contexto, e objecto, a analogia, que tem com as de V*ossa *M*ajestade, *as sublimes virtudes da Princesa Heroína; tudo isto inspirou a lembrança de a Dedicar a V*ossa *M*ajestade *I*mperial.

O Creador da Natureza aceita com prazer o pequeno grão de incenso, que lhe oferece a creatura. Este Divino Exemplo autorizou-me a crer, que a Muito Alta, e Generosa Imperatriz do Brasil Se Dignaria Aceitar, como Aceitou de um súbdito Seu, e com Agrado, a Dedicação desta Peça.

Tão Alta Protecção Fará florecer, e fructificar os meus principios: e o meu nome, debaixo de Tão Alto, Magestozo Tronco, ficará abrigado à sombra d'Elle.

Tem a honra de beijar a Mão Augusta de V. M. I.

O Seu fiel subdito

LUCAS JOSÉ D'ALVARENGA.

Tão Alta Protecção Fará florescer, e fructi-
ficar os meus princípios: e o meu nome, debaixo
de Tão Alto, Majestoso Tronco, ficará
abrigado à sombra d'Ele.

Tem a honra de beijar a Mão Augusta
*de V*ossa *M*ajestade *I*mperial

O Seu fiel súbdito

LUCAS JOSÉ D'ALVARENGA.

INTRODUCÇÃO.

SAPIENTIBUS, ET INSIPIENTIBUS, GRÆCIS, ET BARBARIS.

A Politica he huma das sciencias, que todo o mundo tem presumpção de saber, ou mais, ou menos.

Em Roma, depois da primeira Guerra Punica, até as Damas se entretinhão, e disputavão sobre os Negocios do Estado.

Na Revolução da França ellas não só fallavão, e murmuravão; mas até houverão algumas que escreverão sobre este objecto, e se fizerão admirar tanto pelo seu genio superior, e elevação de sentimentos; como pelos encantos do seu estilo, e graças da dicção; tal foi por exemplo, Madame de Staël de tanta celebridade.

INTRODUCÇÃO.

SAPIENTIBUS, ET INSIPIENTIBUS,
GRAECIS, ET BARBARIS.[57]

[1] A Política é uma das ciências, que todo o mundo tem presumpção de saber, ou mais, ou menos.

[2] Em Roma, depois da primeira Guerra Púnica, até as Damas se entretinham, e disputavam sobre os Negócios do Estado.

[3] Na Revolução da França elas não só falavam, e murmuravam; mas até houveram algumas que escreveram sobre este objecto, e se fizeram admirar tanto pelo seu gênio superior, e elevação de sentimentos; como pelos encantos do seu estilo, e graças da dicção; tal foi por exemplo, Madame de Staël de tanta celebridade.

[57] Aos Eruditos e aos insensatos, aos gregos e aos bárbaros (Trad. Gilson Santos).

Depois da revolução do Brasil, todos neste vasto Imperio fallão (e ás vezes dogmaticamente), em Direitos Sociaes, Segurança individual, Liberdade de imprensa, Constituiçoens, Governos representativos, etc., etc.

Em taes circunstancias não he de admirar, que em hum Imperio nascente (onde ainda não ha huma Universidade), hum filho do Brasil, que lhe deve prestar serviços; e que na qualidade de Militar, o mais que pode fazer hoje, he dar a vida pela patria, (serviço, que faz com gosto qualquer soldado de honra); ouse tambem levantar hum pouco a voz para dizer alguma couza sobre esta tão importante, e delicada Sciencia, pois que sendo elle ao mesmo tempo da Profissão das Letras, Formado na Universidade de Coimbra em Direito Civil, de cuja Faculdade são ramos o direito Natural, e das Gentes, o Direito Publico, e Publico Particular, a Historia Sagrada, a Ecclesiastica, e Profana etc. etc.; he sem duvida, que tem

[4] Depois da revolução do Brasil, todos neste vasto Império falam (e às vezes dogmaticamente), em Direitos Sociais, Segurança individual, Liberdade de imprensa, Constituições, Governos representativos, etc., etc.

[5] Em tais circunstâncias não é de admirar, que em um Império nascente (onde ainda não há uma Universidade), um filho do Brasil, que lhe deve prestar serviços; e que na qualidade de Militar, o mais que pode fazer hoje, é dar a vida pela pátria, (serviço, que faz com gosto qualquer soldado de honra); ouse também levantar um pouco a voz para dizer alguma cousa sobre esta tão importante, e delicada Ciência, pois que sendo ele ao mesmo tempo da Profissão das Letras, Formado na Universidade de Coimbra em Direito Civil, de cuja Faculdade são ramos o direito Natural, e das Gentes, o Direito Público, e Público Particular, a História Sagrada, a Eclesiástica, e Profana etc. etc.; é sem dúvida, que tem

a seu favor, não a sua propria presumpção; mas aquella presumpção de direito, que outros sem estas favoraveis circunstancias tão liberalmente se arrogão: e he tambem sem duvida, que está authorizado com esta qualidade, para fallar em publico em materias de semelhante natureza.

Muito mais authorizado deve julgar-se, quando munido com estes necessarios conhecimentos se propoem modestamente, a fallar em tal assumpto, depois de vinte e oito annos a trinta de huma constante meditação, e reflexoens sobre taes principios, que se desenvolvérão quasi debaixo dos seus olhos; e forão ora huns, ora outros empregados effectivamente na maior das Revoluçoens, que tem visto o Mundo civilizado, e nas violentas, rapidas mudanças de Governos, que em seus dias tem constantemente apparecido em scena em ambos os Hemispherios; e que continuando ainda com bem calor no seculo presente, vão sem duvida dentro

a seu favor, não a sua própria presumpção; mas aquela presumpção de direito, que outros sem estas favoráveis circunstâncias tão liberalmente se arrogam: e é também sem dúvida, que está autorizado com esta qualidade, para falar em público em matérias de semelhante natureza.

[6] Muito mais autorizado deve julgar-se, quando munido com estes necessários conhecimentos se propõem modestamente, a falar em tal assumpto, depois de vinte e oito anos a trinta de uma constante meditação, e reflexões sobre tais princípios, que se desenvolveram quase debaixo dos seus olhos; e foram ora uns, ora outros empregados efectivamente na maior das Revoluções, que tem visto o Mundo civilizado, e nas violentas, rápidas mudanças de Governos, que em seus dias têm constantemente aparecido em cena em ambos os Hemisférios; e que continuando ainda com bem calor no século presente, vão sem dúvida dentro

neste mesmo seculo mudar a face do globo, e alterar consideravelmente a Politica de differentes Gabinetes.

Accresce ainda á tudo isto, que falla nestas materias tão sublimes, como importantes, depois de ter lido, e confrontado os principaes Authores antigos, e modernos, que tem largamente escripto sobre este vastissimo assumpto; e depois de ter estado á testa de hum Governo, o mais celebre de todos, que n'outro tempo pertencião em geral a S. M. F.; e em cujo Governo estava em contacto, e relaçoens immediatas com differentes Corporaçoens Estrangeiras, e pessoas authorizadas pelos seus respectivos Ministerios, que de certo modo representavão naquelle canto do Mundo as principaes Naçoens da Europa, e tambem os Estados Unidos d' America; os quaes todos recebião frequentemente das suas respectivas Cortes todas as folhas Inglezas, Francezas, Jornaes, e mais Periodicos, que continhão os grandes acontecimentos de toda a Europa amo-

neste mesmo século mudar a face do globo, e alterar consideravelmente a Política de diferentes Gabinetes.

[7] Acresce ainda a tudo isto, que fala nestas matérias tão sublimes, como importantes, depois de ter lido, e confrontado os principais Autores antigos, e modernos, que têm largamente escripto sobre este vastíssimo assumpto; e depois de ter estado à testa de um Governo, o mais célebre de todos, que noutro tempo pertenciam em geral a S*ua* M*ajestade* F*idelíssima*; e em cujo Governo estava em contacto, e relações imediatas com diferentes Corporações Estrangeiras, e pessoas autorizadas pelos seus respectivos Ministérios, que de certo modo representavam naquele canto do Mundo as principais Nações da Europa, e também os Estados Unidos d'América; os quais todos recebiam frequentemente das suas respectivas Cortes todas as folhas Inglesas, Francesas, Jornais, e mais Periódicos, que continham os grandes acontecimentos de toda a Europa amo-

tinada, as cauzaes de tudo, os novos systemas, planos de cada huma das Naçoens interessadas; e em fim todos os movimentos, e recursos da Politica a mais refinada, que então se desenvolveo; cujos papeis passavão todos pelos seus olhos com aquella attenção, que merecião; e de cuja importantissima lição procurava constantemente aproveitar-se por entender assim do seu dever, e do seu maximo interesse.

E foi neste Governo ultimamente (cazo sem exemplo), que em 1808, e 1809, teve a gloria de intervir nos importantes Negocios de duas Grandes Naçoens, as mais celebres no seu systema do Governo, e as mais ricas do Mundo, o Imperio da China, e a Gram-Bretanha; do que tudo não so tem em seu abono, e conserva em seu poder as communicaçoens Officiaes daquelles respectivos Governos, e do Commandante em Chefe da Esquadra Britannica o Almirante Drury, tudo em seus originaes; mas até guarda comsigo como raridades preciosas os mais

tinada, as causais de tudo, os novos sistemas, planos de cada uma das Nações interessadas; e enfim todos os movimentos, e recursos da Política a mais refinada, que então se desenvolveu; cujos papéis passavam todos pelos seus olhos com aquela atenção, que mereciam; e de cuja importantíssima lição procurava constantemente aproveitar-se por entender assim do seu dever, e do seu máximo interesse.

[8] E foi neste Governo ultimamente (caso sem exemplo), que em 1808, e 1809, teve a glória de intervir nos importantes Negócios de duas Grandes Nações, as mais célebres no seu sistema do Governo, e as mais ricas do Mundo, o Império da China, e a Grã-Bretanha; do que tudo não só tem em seu abono, e conserva em seu poder as comunicações Oficiais daqueles respectivos Governos, e do Comandante em Chefe da Esquadra Britânica o Almirante Drury[58], tudo em seus originais; mas até guarda consigo como raridades preciosas os mais

[58] Comandante da esquadra inglesa que pretendia tomar Macau e deixar tropas nessa ilha para sua ocupação, em 1807 (ALVARENGA, 1828). Ainda de acordo com Alvarenga (1828), naquela época, todas as demais possessões portuguesas no Malabar, incluindo Goa, estavam ocupadas por tropas inglesas. Lucas José d'Alvarenga negociou com os ingleses, durante dois meses, e conseguiu fechar um Tratado amistoso com eles. Assim, as tropas desocuparam Macau e a esquadra inglesa partiu para Bengala em 19 de dezembro (ALVARENGA, 1828).

honrosos Diplomas, que lhe forão depois dirigidos com as mais decididas marcas de affeição, e de estima por aquelles respectivos Sabios, generosos Ministerios.

Por ultimo na falta das antigas Escolas da Grecia, essa Patria das Artes, e Sciencias, May dos Heroes, e Instructora do Universo, depois de ter gasto naquelle Governo muito do seu, só para sustentar ali, como he notorio, o respeito do Soberano, e a gloria da Nação pela convicção, em que sempre esteve, e estará, de que o respeito do Soberano depende muito da dignidade, e caracter daquelles, que o representão; tomou a resolução de despender o resto da sua fortuna em passar d'Asia á Europa, e demorar-se algum tempo nas duas Capitaes da França, e da Inglaterra, (esta rival de Sparta, e ambas rivaes de Athenas), sem outro fim mais, que limar, e polir a sua propria instrucção; para o que estava prevenido desde muitos annos antes com o conhecimento das respectivas linguas, para assim poder tirar deste tão dispendioso

honrosos Diplomas, que lhe foram depois dirigidos com as mais decididas marcas de afeição, e de estima por aqueles respectivos Sábios, generosos Ministérios.

[9] Por último na falta das antigas Escolas da Grécia, essa Pátria das Artes, e Ciências, May dos Herois, e Instructora do Universo, depois de ter gasto naquele Governo muito do seu, só para sustentar ali, como é notório, o respeito do Soberano, e a glória da Nação pela convicção, em que sempre esteve, e estará, de que o respeito do Soberano depende muito da dignidade, e carácter daqueles, que o representam; tomou a resolução de despender o resto da sua fortuna em passar d'Ásia à Europa, e demorar-se algum tempo nas duas Capitais da França, e da Inglaterra, (esta rival de Sparta, e ambas rivais de Atenas), sem outro fim mais, que limar, e polir a sua própria instrucção; para o que estava prevenido desde muitos anos antes com o conhecimento das respectivas línguas, para assim poder tirar deste tão dispendioso

trabalho, e das suas penozas fadigas os melhores fructos, que os seus ardentes desejos podessem conseguir.

Ora entre os mais celebres Politicos antigos, e modernos, que escreverão com todo o conhecimento da historia, e com bastante philosophia sobre as causas das Revoluçoens, sobre a elevação, e ruina dos Imperios, e o mais deste genero; a maior, e melhor parte delles o fizerão systematicamente; porem huns em estilo didactico, em maximas, axiomas; outros em romances, allegorias, etc.

Não me convindo o methodo sentencioso por muitas razoens, sendo huma dellas a grande difficuldade da concurrencia cumulativa de sentença aguda, idea exacta, e clara, expressão concisa, requisitos, que faltão quasi sempre ainda aos mesmos grandes homens, como se observa por exemplo nos Aphorismos Politicos de Lord Harrington, e outros; e que apenas se encontrão com successo em muitas das Maximas Moraes de La Rochefoucauld, e nas

trabalho, e das suas penosas fadigas os melhores fructos que os seus ardentes desejos podessem conseguir.

[10] Ora entre os mais célebres Políticos antigos, e modernos, que escreveram com todo o conhecimento da história, e com bastante filosofia sobre as causas das Revoluções, sobre a elevação, e ruína dos Impérios, e o mais deste gênero; a maior, e melhor parte deles o fizeram sistematicamente; porém uns em estilo didáctico, em máximas, axiomas; outros em romances, alegorias, etc.

[11] Não me convindo o método sentencioso por muitas razões, sendo uma delas a grande dificuldade da concurrência cumulativa de sentença aguda, ideia exacta, e clara, expressão concisa, requisitos, que faltam quase sempre ainda aos mesmos grandes homens, como se observa por exemplo nos Aforismos Políticos de Lorde Harrington[59], e outros; e que apenas se encontram com successo em muitas das Máximas Morais de La Rochefoucauld[60], e nas

[59] Autor que introduziu na Inglaterra o conceito de virtude republicana. Natureza, razão, governo e virtude, para ele, são conceitos que se confundem (GRIJÓ, 2011).

[60] François de La Rochefoucauld (Paris, 1613-1680). Foi um importante moralista e pensador francês (D'AGUIAR, 2014, p. 1), autor de *Réflexions ou Sentences et maximes morales*, publicado, pela primeira vez, em 1665 (MARTIN-CHAUFFIER, 1950, p. IX). Segundo Martin-Chauffier (1950), tais máximas são permeadas de humor e reflexão.

Maximas Politicas deduzidas das Memorias do Cardeal de Retz, por Chesterfield; eu escolhi o methodo allegorico, não tanto por obviar as referidas difficuldades (ás quaes sè vê, que me expuz nas Maximas Moraes, que se encontrão no fim desta Peça, e que era hum dos objectos, que eu tinha em vista); mas porque achava-me empenhado pela minha palavra em fazer huma Novella para certa Senhora, filha de huma das mais Illustres Familias de Portugal, em cuja casa fui sempre tratado como filho, desde o meu delicioso tempo de Coimbra, minha idade d'oiro; e tambem porque não sendo a Novella senão — Hum discurso inventado para instrucção dos homens debaixo da allegoria de huma acção; — pareceo-me este meio o mais conveniente, para aproveitar a opportunidade de dar algumas ideas de Moral, e de Politica, misturando agradavelmente o — utile dulci, — que recommenda Horacio; e finalmente por isso mesmo, que a experiencia me tem desenganado, que a

Máximas Políticas deduzidas das Memórias do Cardeal de Retz[61], por Chesterfield[62]; eu escolhi o método alegórico, e não tanto por obviar as referidas dificuldades (às quais se vê, que me expus nas Máximas Moraes, que se encontram no fim desta Peça, e que era um dos objectos, que eu tinha em vista); mas porque achava-me empenhado pela minha palavra em fazer uma Novela para certa Senhora, filha de uma das mais Ilustres Famílias de Portugal, em cuja casa fui sempre tratado como filho, desde o meu delicioso tempo de Coimbra, minha idade d'oiro; e também porque não sendo a Novela senão – Um discurso inventado para instrucção dos homens debaixo da alegoria de uma acção; – pareceu-me este meio o mais conveniente, para aproveitar a oportunidade de dar algumas ideias de Moral, e de Política, misturando agradavelmente o – utile dulci[63], – que recomenda Horácio; e finalmente por isso mesmo, que a experiência me tem desenganado, que a

[61] Político e escritor francês: 1613-1679 (BENEVIDES; SANTOS, 2007). Foi com a publicação de suas *Mémoires* que o gênero memórias obteve grande prestígio. Ele foi o primeiro a desfazer os limites convencionais entre o ensaio político, a reflexão sobre a ação, dosando o sublime e o burlesco (GIL, 2010).
[62] Philip Dormer Stanhope Chesterfield: 1694-1793 – político e escritor inglês.
[63] "Omne tulit punctum, qui miscuit utile dulci [...]". "Mereceu todos os votos quem juntou o útil ao agradável." Verso de Horácio (*Arte Poética*, 343) referente aos poetas (RÓNAI, 2000, p. 126).

vaidade dos homens desde a mais humilde condição até a maior das dignidades repelle com indignação qualquer instrucção, que se lhes dê directamente; e que ouvem com gosto, e se aproveitão daquella, que apparece, como dirigida a outros fins.

As paixoens sempre fallão alto, e sempre são attendidas. São venenos, que nos agradão; são erros que nos acarição. Em fim são os nossos Cortesaons. A rasão pelo contrario preciza de muita dexteridade, para se introduzir, e merecer alguma attenção. A verdade, para parecer bella, e fazer-se amavel nunca deve apresentar-se nua; isso he hoje huma grande indecencia, grande impolitica, e até mesmo trabalho sem fructo: he necessario pois apparecer vestida, e até com alguns ornatos singelos; e por fim ainda cuberta com o transparente veo da Fabula, para attrahir a curiosidade.

Na Corte de Creso era Esopo ouvido melhor, que Solon. Na Praça de Roma

vaidade dos homens desde a mais humilde condição até a maior das dignidades repele com indignação qualquer instrucção, que se lhes dê directamente; e que ouvem com gosto, e se aproveitam daquela, que aparece, como dirigida a outros fins.

[12] As paixões sempre falam alto, e sempre são atendidas. São venenos, que nos agradam; são erros que nos acariciam. Enfim são os nossos Cortesãos. A razão pelo contrário precisa de muita dexteridade, para se introduzir, e merecer alguma atenção. A verdade, para parecer bela, e fazer-se amável nunca deve apresentar-se nua; isso é hoje uma grande indecência, grande impolítica, e até mesmo trabalho sem fructo: é necessário pois aparecer vestida, e até com alguns ornatos singelos; e por fim ainda cuberta com o transparente véu da Fábula, para atrair a curiosidade.

[13] Na Corte de Creso era Esopo ouvido melhor, que Sólon[64]. Na Praça de Roma

[64] Poeta, estadista e aristocrata de Atenas, mais conhecido como legislador. Foi um dos fundadores da democracia ateniense (SANTIAGO, 2014).

hum Senador com huma Fabula apasiguou hum tumulto furioso do Pôvo Romano, que não tinha cedido á Sabedoria, e á authoridade dos Consules. Os Cortesaens de Luiz XIV. corrigião-se melhor pelos apologos de La Fontaine, pelas ficçoens de Molière, do que pelos pensamentos sublimes, e profundos de Pascal, e outros. E em fim o mesmo Luiz XIV, vendo, que hum Pregador soltava da Cadeira da Verdade certas reflexoens, que lhe parecerão directas; disse-lhe depois = Monsieur, je veux bien prendre ma part d'un sermon, mais je n'aime pas qu'on me la fasse. = O cazo todo he = La sagesse, qui fait rougir, éloigne; celle qui fait sourire, rapproche.

São precizos annos, só para lêr os Indices das producçoens do Espirito humano sobre a Moral, e Politica. Eu seguindo o exemplo das abelhas para o seu util, e saboroso mel, procurei os principios de huma, e outra Sciencia, os

um Senador com uma Fábula[65] apaziguou um tumulto furioso do Povo Romano, que não tinha cedido à Sabedoria, e à autoridade dos Cônsules. Os Cortesãos[66] de Luiz XIV[67] corrigiam-se melhor pelos apólogos de La Fontaine, pelas ficções de Molière, do que pelos pensamentos sublimes, e profundos de Pascal, e outros. E enfim o mesmo Luiz XIV, vendo, que um Pregador soltava da Cadeira da Verdade certas reflexões, que lhe pareceram directas; disse-lhe depois – Monsieur, je veux bien prendre ma part d'un sermon, mais je n'aime pas qu'on me la fasse[68]. – O caso todo é – La sagesse, qui fait rougir, éloigne; celle qui fait sourire, rapproche.[69]

[14] São precisos anos, só para ler os Índices das producções do Espírito humano sobre a Moral, e Política. Eu seguindo o exemplo das abelhas para o seu útil, e saboroso mel, procurei os princípios de uma, e outra Ciência, os

[65] Remissão ao episódio de revolta das classes inferiores de Roma contra a exploração do Senado, que resultou no abandono da metrópole pela plebe em prejuízo para a nação. Menênio Agripa, decidido a trazê-la de volta, conseguiu seu intento contando uma história exemplar: o estômago, na opinião de outros membros do corpo, era um inútil explorador, pois só recebia o fruto do trabalho alheio, sem qualquer esforço. Decidiram todos os membros por uma greve geral: as mãos não pegariam nada, os pés não dariam um passo e o estômago não receberia alimento. Em pouco tempo, todo o corpo foi tomado de fraqueza, o que bastou para que os grevistas percebessem a importância do estômago e suspendessem a greve suicida. Agripa aplicou a história à situação então presente, mostrando, assim, que o Senado, que parecia inútil, era indispensável para o bem comum, e sem ele Roma não subsistiria. Também o povo compreendeu e voltou para a cidade. Quando as fábulas de Esopo foram publicadas, surgiu "O estômago e os pés" (LÍVIO, 2008; ESOPO, 2013, p. 190).

[66] No texto-base está "Cortesaens", entretanto o autor corrigiu para Cortesaons na Errata.

[67] Havia um ponto final após o algarismo romano, mas foi retirado pelo autor desta tese.

[68] Senhor, quero muito tomar parte no sermão, mas nao gosto que façam isso por mim" (Trad. Norma Amaral).

[69] A sabedoria que faz corar, afasta; aquela que faz sorrir, aproxima (Trad. Fernanda Brescia Abreu).

mais necessarios ao socego, e felicidade do homem, para com elles arranjar esta Peça dentro em seus limites, e em cuja reducção gastei mais tempo, do que no arranjo de toda ella no seu estado primitivo.

Supprimi talvez mais de tres partes della, que continhão alguns debates na Assemblea Geral Constituinte, Legislativa com a dilucidação de principios, e objecçoens; supprimi as fallas de algumas Deputadas; a Constituição toda inteira; varias Proclamaçoens, e Decretos; supprimi em fim os Prospectos de dous Codigos Civil, e Criminal, e o Plano de Legislação, que devia servir-lhes de baze; e entreguei com prazer tudo isto ás chamas.

Foi-me precizo depois ligar o resto entre si para a perfeita unidade da Peça com a nova forma, que lhe dei; visto que eu ja não podia dar-lhe inteiramente o mesmo destino; por que nessa data havião concorrido circunstancias Impe-

mais necessários ao sossego, e felicidade
do homem, para com eles arranjar esta
Peça dentro em seus limites, e em cuja
reducção gastei mais tempo, do que no
arranjo de toda ela no seu estado pri-
mitivo.

[15] Suprimi talvez mais de três partes
dela, que continham alguns debates na
Assembleia Geral Constituinte, Legisla-
tiva com a dilucidação de princípios, e
objecções; suprimi as falas de algu-
mas Deputadas; a Constituição toda in-
teira; várias Proclamações, e Decre-
tos; suprimi enfim os Prospectos de
dous Códigos Civil, e Criminal, e o Pla-
no de Legislação, que devia servir-lhes
de base; e entreguei com prazer tudo isto
às chamas.

[16] Foi-me preciso depois ligar o resto
entre si para a perfeita unidade da Peça
com a nova forma, que lhe dei; visto
que eu já não podia dar-lhe inteiramen-
te o mesmo destino; porque nessa data
haviam[70] concorrido circunstâncias Impe-

riosas, que não só a salvarão do fogo; mas até me obrigárão a dar á luz, couza, que nunca me passou pela lembrança. Vejão-se as primeiras palavras da Dedicatoria.

Ainda assim mesmo pequena, como ella está (porem contendo muito mais do que parece), longe de mim a pertenção de que os meus principios se tenhão, como infalliveis. Eu os exponho unicamente, como resultado das minhas combinaçoens, e experiencia; e applicaveis somente em certas circunstancias. O dom de infallibilidade, segundo os principios da Religião Dominante deste Imperio, foi concedido unicamente á Igreja Universal em materias da sua competencia: fóra disto esse dom maravilhoso he, segundo Erasmo, permittido exclusivamente aos Fanaticos, aos Vaidosos, e aos Pedantes.

Eu conheci alguns Sultoens em Politica (do que ha tambem muito em todas as outras Sciencias;) quero dizer ho-

[70] No texto-base está “ha vião”. Entretanto o autor corrigiu para “havião” na Errata.

riosas, que não só a salvaram do fogo;
mas até me obrigaram a dar à luz,
cousa, que nunca me passou pela lembrança. Vejam-se as primeiras palavras da
Dedicatória.

[17] Ainda assim mesmo pequena, como
ela está (porém contendo muito mais
do que parece), longe de mim a pertensão de que os meus princípios se tenham, como infalíveis. Eu os exponho
unicamente, como resultado das minhas
combinações, e experiência; e aplicáveis somente em certas circunstâncias.
O dom de infalibilidade, segundo os
princípios da Religião Dominante deste Império, foi concedido unicamente
à Igreja Universal em matérias da sua
competência: fora disto esse dom maravilhoso é, segundo Erasmo, permitido exclusivamente aos Fanáticos, aos
Vaidosos, e aos Pedantes.

[18] Eu conheci alguns Sultões em Política (do que há também muito em todas as outras Ciências;) quero dizer ho-

mens, que querião despotica, e tyrannicamente; que as suas opinioens passassem por Dogmas; e que fossem por consequencia a norma das opinioens dos outros, alias tão livres, como elles; e pode ser, que alguns até de melhor senso, e de mais apurada instrucção; e isto então sob pena atroz, e cruel de ser tratados indignamente por ignorantes, destituidos do senso commum, e até faltos de Logica. Que vaidade! ... Que loucura! Que pedanteria!!!! Nem sabem ao menos taes homens, que o amor proprio exaltado he o mais tolo dos amores; e que a tyrannia dos pensamentos he a mais odiosa das tyrannias!

O mais he, que por nossa desgraça (torno a dizer, para ver se aproveita) ha entre nós huma prodigiosa abundancia de gente infectada desta epidemica, ridicula molestia em todos os generos de Sciencia. Dizia o grande Newton: « Pedantry is not Profession; but it is a vice in all Professions. »

mens, que queriam despótica, e tirani-
camente, que as suas opiniões passas-
sem por Dogmas; e que fossem por con-
sequência a norma das opiniões dos
outros, aliás tão livres, como eles;
e pode ser, que alguns até de melhor
senso, e de mais apurada instrucção;
e isto então sob pena atroz, e cruel
de ser tratados indignamente por igno-
rantes, destituídos do senso comum,
e até faltos de Lógica. Que vaidade!...
Que loucura! Que pedanteria!!!! Nem
sabem ao menos tais homens, que o
amor próprio exaltado é o mais tolo
dos amores; e que a tirania dos pensa-
mentos é a mais odiosa das tiranas!

[19] O mais é, que por nossa desgraça
(torno a dizer, para ver se aproveita)
há entre nós uma prodigiosa abun-
dância de gente infectada desta epidêmica,
ridícula moléstia em todos os gêneros
de Ciência. Dizia o grande Newton:
"Pedantry is not Profession; but it is a
vice in all Professions."[71]

[71] Pedantismo não é Profissão, mas é um vício de todas as Profissões (Trad. nossa).

Quanto á mim, ha muito pouco de infallivel em Politica. As circunstancias são sempre, as que governão. São como os lanços dos dados no jogo; infallivelmente se hão de jogar; o cazo todo he joga-los de huma maneira propria, e melhor disposta, para se accommodar depois do modo mais vantajoso segundo os lanços, que sobrevierem, ainda que sejão máos.

O prevèr he a mais sublime parte da Politica; mas não basta só isso; he precizo prevenir. O futuro he o objecto mais interessante desta Sciencia, e o mais difficultoso: o presente he o tempo, a occasião, e meio de preparar esse futuro feliz, como se deseja; e hum tempo tão precioso, he precizo não perde-lo.

Eu estimaria (para applica-la ao bem) aquella elocução que vejo nas Producçoens Literarias do decantado Nicoláo Machiavel. A immoralidade nunca se pintou com cores tão bellas nem a Politica foi jamais

[20] Quanto a mim, há muito pouco de infalível em Política. As circunstâncias são sempre, as que governam. São como os lanços dos dados no jogo; infalivelmente se hão de jogar; o caso todo é jogá-los de uma maneira própria, e melhor disposta, para se acomodar depois do modo mais vantajoso segundo os lanços, que sobrevierem, ainda que sejam maus.

[21] O prever é a mais sublime parte da Política; mas não basta só isso; é preciso prevenir. O futuro é o objecto mais interessante desta Ciência; e o mais dificultoso: o presente é o tempo, a ocasião, e meio de preparar esse futuro feliz, como se deseja; e um tempo tão precioso, é preciso não perdê-lo.

[22] Eu estimaria (para aplicá-la ao bem) aquela elocução que vejo nas Producções Literárias do decantado Nicolau Maquiavel. A imoralidade nunca se pintou com cores tão belas nem a Política foi jamais

sustentada com razoens mais seductoras.

O Senado de Roma tinha ja feito uso de grande parte daquellas doutrinas. Erão as mesmas maximas; porém ninguem as tinha deduzido com tanta perspicuidade, nem com tão grande fundo de reflexão, e dexteridade, como este celebre Author, pessimo homem.

Creya pois, quem quizer, na sua Biblia Politica, ou (para melbor dizer) no seu Alcorão. Hoje em dia eu ainda não sei se no seu Tratado=Il Principe=elle se propoz instruir os Reys, ou allucinar os Povos: e ainda que pareça á muitos, que a balança da Instrucção pende mais para hum dos lados; comtudo não me parece assim; e eu vejo, que Lord Bacon, e outros grandes homens pensárão a este respeito exactamente, como eu tambem pensava ainda antes de os ter lido.

Como quer que seja; a minha humilde opinião he, e será sempre que a boa Politica deve ser fundada na boa Moral; não só por que o Direito das Gen-

sustentada com razões mais seductoras.

[23] O Senado de Roma tinha já feito uso de grande parte daquelas doutrinas. Eram as mesmas máximas; porém ninguém as tinha deduzido com tanta perspicuidade, nem com tão grande fundo de reflexão, e dexteridade, como este célebre Autor, péssimo homem.

[24] Creia[72] pois, quem quiser, na sua Bíblia Política, ou (para melhor[73] dizer) no seu Alcorão. Hoje em dia eu ainda não sei se no seu Tratado - Il Principe - ele se propôs a instruir[74] os Reis, ou a lecionar[75] os Povos: e ainda que pareça a muitos, que a balança da Instrucção pende mais para um dos lados; contudo não me parece assim; e eu vejo, que Lorde Bacon[76], e outros grandes homens pensaram a este respeito exactamente, como eu também pensava ainda antes de os ter lido.

[25] Como quer que seja; a minha humilde opinião é, e será sempre que a boa Política deve ser fundada na boa Moral; não só porque o Direito das Gen-

[72] No texto-base está "Creya", mas o autor corrigiu para "crea" na Errata.
[73] No texto-base está "melbor", mas o autor corrigiu para "melhor" na Errata.
[74] No texto base está "instruir", mas o autor corrigiu para "a instruir" na Errata.
[75] No texto-base está "allucinar", mas o autor corrigiu para "a lecionar" na Errata.
[76] Francis Bacon: filósofo inglês do século XVII (1561-1626). Publicou várias obras, entre as quais *Ensaios de moral e política*, que se tornou um clássico da literatura inglesa (REALE; ANTISERI, 1990, v. II, p. 323-328).

tes não he senão o mesmo Direito Natural applicado ás Naçoens, e aosPovos; como por que estou intimamente convencido, que sendo, como he huma verdade eterna que o vicio das Leis, e a injustiça do Governo, derivados ou da ambição, ou da ignorancia, ou de ambos juntamente são os moveis das desgraças dosPovos, e da subversão dos Estados; fica evidente que o esplendor, e a prosperidado dos Imperios, quanto ao interior, tem por cauza efficaz a Equidade das Leys, e a Justiça dos Governos: e que o seu poder, e força, quanto ao exterior, tem por medida o numero, ou a soma dos interessados, e o gráo de interesse, que elles tem na Cauza Publica.

Quem pensar de outra maneira, parece-me, que está prevenido de hum erro. E se houver alguem, que por esta minha opinião me censure de excessiva bonhomia, e me julgue muito simples ainda em materias tão arduas, e tão complicadas; respondo-lhe muito

tes não é senão o mesmo Direito Natural aplicado às Nações, e aos Povos; como porque estou intimamente convencido, que sendo, como é uma verdade eterna que o vício das Leis, e a injustiça do Governo, derivados ou da ambição, ou da ignorância, ou de ambos juntamente são os móveis das desgraças dos Povos, e da subversão dos Estados; fica evidente que o esplendor, e a prosperidade[77] dos Impérios, quanto ao interior, tem por causa eficaz[78] a Equidade das Leis, e a Justiça dos Governos: e que o seu poder, e força, quanto ao exterior, tem por medida o número, ou a soma dos interessados, e o grau de interesse, que eles têm na Causa Pública.

[26] Quem pensar de outra maneira, parece-me, que está prevenido de um erro. E se houver alguém, que por esta minha opinião me censure de excessiva bonomia, e me julgue muito simples ainda em matérias tão árduas, e tão complicadas; respondo-lhe muito

[77] No texto-base, consta "prosperidado".
[78] Em *Aristóteles*, o agente de uma transformação (RUSS, 1994, p. 32). É a causa terceira, proposta por Aristóteles: "[...] es el principio primero de donde proviene el cambio o el reposo [...]" (ARISTÓTELES, 1995, p. 55).

simplesmente = Est modus in rebus, sunt certi denique fines.

E como o Publico principalmente desde o seculo passado, (permitta-se-me a expressão), he hum Gabinete, á que a Civilisação tem dado muita força, e influencia; he por isso do dever dos verdadeiros amigos da sua Patria dar ao Publico as noçoens mais claras, as ideas mais luminosas, que se achão espalhadas em huma grande variedade de Authores, em obras volumosas, e em Linguas Estrangeiras, e das quaes não se pode (ou será muito difficil), de outra sorte ter noticia.

E he por isto, e por outras muitas difficuldades, que me aproveitei desta occasião, para pagar do modo, que hoje me he possivel, o devido tributo ao grande interesse; que sendo particularmente agora da minha Patria, he ao mesmo tempo interesse geral, e da Humanidade.

Eu quizera inspirar a todo o mundo os

simplesmente - Est modus in rebus, sunt certi denique fines[79].

[27] E como o Público principalmente desde o século passado, (permita-se-me a expressão), é um Gabinete, a que a Civilização tem dado muita força, e influência; é por isso do dever dos verdadeiros amigos da sua Pátria dar ao Público as noções mais claras, as ideias mais luminosas, que se acham espalhadas em uma grande variedade de Autores, em obras volumosas, e em Línguas Estrangeiras, e das quais não se pode (ou será muito difícil), de outra sorte ter notícia.

[28] E é por isto, e por outras muitas dificuldades, que me aproveitei desta ocasião, para pagar do modo, que hoje me é possível, o devido tributo ao grande interesse; que sendo particularmente agora da minha Pátria, é ao mesmo tempo interesse geral, e da Humanidade.

[29] Eu quisera inspirar a todo o mundo os

sinceros sentimentos, de que estou penetrado; mas faltão-me aquelles pensamentos solidos, que agitão o espirito; aquelles traços brilhantes, que subjugão a imaginação; expressoens atrevidas, que levão ao fundo do coração as emoçoens mais vivas; falta-me aquella energia de estilo, elegancia de expressão, graças de dicção, que fazem remoçar as ideas, e dão-lhes aquelle colorido encantador, que attrahe a convicção.

Resta-me com tudo huma consoladora esperança, e he, que a minha falta de perspicuidade (algumas vezes voluntaria) será supprida pela penetração, e sagacidade dos Leitores. Eu me felicitarei infinitamente, se elles cheios daquella bondade, que eu lhes não desmereço, pensarem generosamente, e disserem de mim o mesmo, que pensava Cicero, e dizia em analogas circunstancias: « SATIS EST ELOQUENS, QUI NARRAT FIDELLISSIME. »

Valete.

[79] "Há uma medida em (todas) as coisas, existem afinal certos limites" (Horácio, trad. Paulo Rónai, 2000).

sinceros sentimentos, de que estou penetrado; mas faltam-me aqueles pensamentos sólidos, que agitam o espírito; aqueles traços brilhantes, que subjugam a imaginação; expressões atrevidas, que levam ao fundo do coração as emoções mais vivas; falta-me aquela energia de estilo, elegância de expressão, graças de dicção, que fazem remoçar as ideias, e dão-lhes aquele colorido encantador, que atrai a convicção.

[30] Resta-me contudo uma consoladora esperança, e é, que a minha falta de perspicuidade (algumas vezes voluntária) será suprida pela penetração, e sagacidade dos Leitores. Eu me felicitarei infinitamente, se eles cheios daquela bondade, que eu lhes não desmereço, pensarem generosamente, e disserem de mim o mesmo, que pensava Cícero, e dizia em análogas circunstâncias: "*SATIS EST ELOQUENS, QUI NARRRAT FIDELISSIME*."[80]

Valete.[81]

[80] É bastante eloquente aquele que narra de modo fidelíssimo. (Trad. Gilson Santos).
[81] Passem bem (REZENDE, 2000, p.165).

STATÏRA, E ZOROASTES.

De tous les sentimens
Qu'inspire la Nature,
L'Amour est le plus beau,
Quand la vertu l'épure.

Grouard; Traité Analit, T. 1, pag. 94.

Huma Princeza da Persia de extrema formosura, e de tão raras qualidades, que fazião realçar o explendor do seu nascimento, passava a maior parte do seu tempo em huma leitura escolhida para a sua Instrucção.

E posto que pela sua pouca idade recebesse as impressoens com muita vivacidade; com tudo foi tal o seu aproveitamento, que nunca se lhe presentio, nem aquelle orgulho, que ordinariamente acompanha tão alto nascimento, nem aquelle espirito de capricho, que caracteriza o seu sexo.

Ella era candida, franca, affavel, e generosa: a sua voz melodiosa, suas maneiras gentiz, o seu temperamento alegre, a sua conversação facil, e corrente, o seu espirito polido, os seus

STATIRA, E ZOROASTES.

De tous les sentimens
Qu'inspire la Nature,
L'Amour est le plus beau,
Quand la vertu l'épure.[82]

GROUARD; Traité Analit, T. 1, pag. 94.

[1] Uma Princesa da Pérsia de extrema formosura, e de tão raras qualidades, que faziam realçar o esplendor[83] do seu nascimento, passava a maior parte do seu tempo em uma leitura, escolhida para a sua Instrucção.

[2] E posto que pela sua pouca idade recebesse as impressões com muita vivacidade; contudo foi tal o seu aproveitamento, que nunca se lhe pressentiu, nem aquele orgulho, que ordinariamente acompanha tão alto nascimento, nem aquele espírito de capricho, que caracteriza o seu sexo.

[3] Ela era cândida, franca, afável, e generosa: a sua voz melodiosa, suas maneiras gentis, o seu temperamento alegre, a sua conversação fácil, e corrente, o seu espírito polido, os seus

[82] De todos os sentimentos / que a Natureza inspira / O amor é o melhor / Quando a virtude o purifica. (Trad. nossa).
[83] No texto-base está "explendor", mas o autor corrigiu para "esplendor" na Errata.

discursos variados, e o seu gosto elegante. A expressão da sua physionomia, a viveza e modestia de seus olhos, a propriedade de sua estatura, a elegancia do seu talhe atrahião, e fixavão a admiração de todos. Em fim no seu ar, e nos seus gestos vião-se ao mesmo tempo a Graça, e a Magestade.

Completava dezesete annos, quando a despozou hum Joven Principe, que parecia formado pela natureza expressamente para ella. Poucos dias depois do seu despozorio principiárão a ser os seus cuidados adquerir huma nova Instrucção, indo ver, e observar ella mesma as couzas mais notaveis em differentes paizes, e por este motivo instava constantemente com o Principe seu Espozo, para viajar.

Partirão com effeito; e o primeiro objecto, á que se derigirão, foi a ver a famosa Escola dos Philosophos, (ou Magos) que acabava de fundar-se nas margens do Golfo Persico.

O amor á verdade, o dezejo de huma constante, e mutua communicação de Luzes para mais exacto desenvolvimento de principios necessarios, e uteis á humanidade, forão os motivos daquella Sociedade de Sabios; e ainda que não precisavão de Chefe; por que cada hum delles, pelo seu saber, e virtudes era digno de o ser;

discursos variados, e o seu gosto elegante. A expressão da sua fisionomia, a viveza e modéstia de seus olhos, a propriedade de sua estatura, a elegância do seu talhe atraíam, e fixavam a admiração de todos. Enfim no seu ar, e nos seus gestos viam-se ao mesmo tempo a Graça, e a Majestade.

[4] Completava dezessete anos, quando a desposou um Jovem Príncipe, que parecia formado pela natureza expressamente para ela. Poucos dias depois do seu desposório principiaram a ser os seus cuidados adquerir uma nova Instrucção, indo ver, e observar ela mesma as cousas mais notáveis em diferentes países, e por este motivo instava constantemente com o Príncipe seu Esposo, para viajar.

[5] Partiram com efeito; e o primeiro objecto, a que se derigiram, foi a ver a famosa Escola dos Filósofos, (ou Magos) que acabava de fundar-se nas margens do Golfo Pérsico.

[6] O amor à verdade, o desejo de uma constante, e mútua comunicação de Luzes para mais exacto desenvolvimento de princípios necessários, e úteis à humanidade, foram os motivos daquela Sociedade de Sábios; e ainda que não precisavam de Chefe; porque cada um deles, pelo seu saber, e virtudes era digno de o ser;

com tudo elles de commum accordo escolherão hum para seu superior; este era Zoroastes.

Era pois este Philosopho, quem devia receber as Personagens, que visitavão aquelle lugar, explicar-lhes a origem daquella Sociedade, as suas leis particulares, os costumes, virtudes, e a vida dos Magos, dando á cada hum dos Visitantes em termos habeis huma idea conveniente daquelle novo Estabelecimento.

Foi por tanto Zoroastes, quem recebeo os dois Viajantes da Persia; e depois de os entreter com hum refresco simples, e frugal, e de os ter conduzido pelos differentes, aprasiveis passeios da Quinta, e de hum Jardim Philosophico (Botanico), os encaminhou por fim a hum lugar ameno, (seu favorito), de trinta, ou quarenta passos em quadro, cercado de altas, e viçosas murtas á maneira de hum muro, em cujo centro estava collocada a Estatua de huma elegante mulher, obra, que tinha sido feita com primor pelas proprias mãos do mesmo Philosopho.

Chegados ali disse elle aos seus hospedes: aqui tendes para assentos estes lugares pouco mais elevados cobertos de relva; e agora visto que he do vosso gosto, e do meu particular dever irei entreter-vos com a historia

contudo eles de comum acordo escolheram um para seu superior; este era Zoroastes.

[7] Era pois este Filósofo, quem devia receber as Personagens, que visitavam aquele lugar, explicar-lhes a origem daquela Sociedade, as suas leis particulares, os costumes, virtudes, e a vida dos Magos, dando a cada um dos Visitantes em termos hábeis uma ideia conveniente daquele novo Estabelecimento.

[8] Foi portanto Zoroastes, quem recebeu os dois Viajantes da Pérsia; e depois de os entreter com um refresco simples, e frugal, e de os ter conduzido pelos diferentes, aprazíveis passeios da Quinta, e de um Jardim Filosófico (Botânico), os encaminhou por fim a um lugar ameno, (seu favorito), de trinta, ou quarenta passos em quadro, cercado de altas, e viçosas murtas à maneira de um muro, em cujo centro estava colocada a Estátua de uma elegante mulher, obra, que tinha sido feita com primor pelas próprias mãos do mesmo Filósofo.

[9] Chegados ali disse ele aos seus hóspedes: aqui tendes para assentos estes lugares pouco mais elevados cobertos de relva; e agora visto que é do vosso gosto, e do meu particular dever irei entreter-vos com a história

curiosa da Origem deste Estabelecimento, Leis, costumes, virtudes, vida dos Sabios, que comigo habitão este retiro.

Principiou Zoroastes a sua narração; no discurso da qual voltava de quando em quando os olhos para a Estatua; e as lagrimas, que ao vê-la forçejava por suster, chegárão a seu pezar a correr por muitas vezes.

A curiosidade, o espirito, e o terno Coração da Princeza Persana a obrigárão a interromper o Philosopho, e a inquirir com interesse a causa de suas lagrimas.

Zoroastes, ou fosse, como he de suppor para satisfazer a Princeza; ou fosse tambem, como he natural, para aliviar o seu proprio coração do pezo da tristeza, que o opprimia mais nesta occazião pela saudade, que a presença da Princeza Persana fazia renascer mais vivamente em sua alma; enxugando hum pouco as lagrimas, que não cessavão, lhe falla desta maneira:

» Princeza, aquella Estatua, que estaes vendo, he a Estatua de Statïra, que me tinha tantó amor em outro tempo, como vós tendes hoje ao Principe, vosso Esposo. Apezar da Sabedoria, que me faz resignar na vontade de hum Deos Todo Poderoso; apezar dos prazeres, e do Estudo da Natureza, que me encanta; e não obs-

curiosa da Origem deste Estabelecimento, Leis, costumes, virtudes, vida dos Sábios, que comigo habitam este retiro.

[10] Principiou Zoroastes a sua narração; no decurso[84] da qual voltava de quando em quando os olhos para a Estátua; e as lágrimas, que ao vê-la forcejava por suster, chegaram a seu pesar a correr por muitas vezes.

[11] A curiosidade, o espírito e o terno Coração da Princesa Persana a obrigaram a interromper o Filósofo, e a inquirir com interesse a causa de suas lágrimas.

[12] Zoroastes, ou fosse, como é de supor para satisfazer a Princesa; ou fosse também, como é natural, para aliviar o seu próprio coração do peso da tristeza, que o oprimia mais nesta ocasião pela saudade, que a presença da Princesa Persana fazia renascer mais vivamente em sua alma; enxugando um pouco as lágrimas, que não cessavam, lhe fala desta maneira:

[13] "Princesa, aquela Estátua, que estais vendo, é a Estátua de Statira, que me tinha tanto amor em outro tempo, como vós tendes hoje ao Príncipe, vosso Esposo. Apesar da Sabedoria, que me faz resignar na vontade de um Deus Todo Poderoso; apesar dos prazeres, e do Estudo da Natureza, que me encanta; e não obs-

[84] No texto-base está "discurso", mas o autor corrige para "decurso" na Errata.

tante mesmo a minha quasi total insensibilidade para as contrariedades humanas; todavia a poderosa lembrança de Statïra muitas vezes renova a minha dor, e provoca imperiosamente as minhas lagrimas. Permitti-me pois (ja que vos mostraes nisso tão interessada) que eu vos faça deste meu caso huma succinta narração, para ao menos aligeirar assim este tão custoso passo, em que me vejo empenhado; pois que em quanto eu o estiver referindo, não posso deixar de soffrer huma particular afflicção, que se apodera sempre da minha alma nestas tão ternas occasioens. Eu até vos teria supplicado a escuza de vos inteirar deste meu desastroso acontecimento, se eu não estivesse prevendo que esta melancolica historia poderá talvez hum dia servir-vos ainda de huma importante lição. Eu vos seguro, Princeza, que ella vos será contada com aquella franqueza, e candura, que he digna de vos, e de mim.

Eu nasci Principe, meu Pai era o Soberano de hum grande, e fertil Paiz no Tibêt. Andando eu hum dia á Caça, succedeo perder-me nos bosques sem poder atinar com o caminho. Vendo-me so, e querendo orientar-me, vi apenas ao longe o Pico de hum monte, que eu conhecia, derigi-me para elle. Mas, que surpreza foi a minha, quando ao atravessar huma floresta,

tante mesmo a minha quase total insensibilidade para as contrariedades humanas; todavia a poderosa lembrança de Statira muitas vezes renova a minha dor, e provoca imperiosamente as minhas lágrimas. Permiti-me pois (já que vos mostrais nisso tão interessada) que eu vos faça deste meu caso uma succinta narração, para ao menos aligeirar assim este tão custoso passo, em que me vejo empenhado; pois que enquanto eu o estiver referindo, não posso deixar de sofrer uma particular aflicção, que se apodera sempre da minha alma nestas tão ternas ocasiões. Eu até vos teria suplicado a escusa de vos inteirar deste meu desastroso acontecimento, se eu não estivesse prevendo que esta melancólica história poderá talvez um dia servir-vos ainda de uma importante lição. Eu vos seguro, Princesa, que ela vos será contada com aquela franqueza, e candura, que é digna de vós, e de mim.

[14] Eu nasci Príncipe, meu Pai era o Soberano de um grande, e fértil País no Tibete. Andando eu um[85] dia à Caça, succedeu perder-me nos bosques sem poder atinar com o caminho. Vendo-me só, e querendo orientar-me, vi apenas ao longe o Pico de um monte, que eu conhecia, derigi-me para ele. Mas, que surpresa foi a minha, quando ao atravessar uma floresta,

[85] Na edição príncipe está “hnm”. Erro tipográfico, por isso foi corrigido.

encontrei debaixo de huma espessa abobada de ramos huma formosa mulher, que ali estava recostada! A sua belleza ao primeiro golpe de vista arrebatou-me os sentidos; fiquei immovel, extasiado, e tão timido contra o meu costume que nem me atrevi a chegar ao pé della. Eu suppuz, que o objecto, que eu via, era hum daquelles Espiritos Celestes, que baixão algumas vezes do Throno de Oromazes, para conduzir as almas ao Empyreo! Ella apenas me aviston, fugio; ou, (para melhor dizer,) voou para hum templo, que estava proximo ao bosque. Eu não ousei segui-la; fiquei ainda por hum pouco sem saber, onde estava, e o que deveria fazer, figurando se me hum sonho tudo, quanto se passava. Em fim tornando á mim, e depois de pensar alguns momentos, resolvi-me a segui-la, e indagar, como pudesse, quem era aquella mulher. Assim o fiz; indaguei, e soube, que se chamava Statïra, que era filha de hum velho Brahmane, e que estava consagrada ao Religioso Culto do Fogo. Soube mais, que as donzellas dedicadas á este Serviço se chamavão Vestães, e que entre os seus Estatutos havia hum, que era em parte razoavel, e vinha a ser: que qualquer Vestal, que de sua muita livre vontade, e sem o menor constrangimento por pessoa alguma, quizesse deixar

encontrei debaixo de uma espessa abóbada de
ramos uma formosa mulher, que ali estava re-
costada! A sua beleza ao primeiro golpe de
vista arrebatou-me os sentidos; fiquei imóvel,
extasiado, e tão tímido contra o meu costume
que nem me atrevi a chegar ao pé dela. Eu
supus, que o objecto, que eu via, era um
daqueles Espíritos Celestes, que baixam algumas
vezes do Trono de Oromazes, para conduzir
as almas ao Empíreo! Ela apenas me avistou[86],
fugiu; ou, (para melhor dizer,) voou para um
templo, que estava próximo ao bosque. Eu não
ousei segui-la; fiquei ainda por um pouco sem
saber, onde estava, e o que devia fazer, fi-
gurando-se-me um sonho tudo, quanto se passa-
va. Enfim tornando a mim, e depois de pensar
alguns momentos, resolvi-me a segui-la, e indagar,
como pudesse, quem era aquela mulher. Assim
o fiz; indaguei, e soube, que se chamava Sta-
tira, que era filha de um velho Brâmane, e
que estava consagrada ao Religioso Culto do Fogo.
Soube mais, que as donzelas dedicadas a este Ser-
viço se chamavam Vestães, e que entre os seus
Estatutos havia um, que era em parte razoável,
e vinha a ser: que qualquer Vestal, que de
sua muito[87] livre vontade, e sem o menor cons-
trangimento por pessoa alguma, quisesse deixar

[86] Na edição-príncipe está “aviston”. Provável erro tipográfico. Foi corrigido para “avistou”.
[87] Na Errata, o autor corrige para “muito”.

aquelle Sagrado Serviço, para o fim de casar-se immediatamente, o poderia fazer; e ficaria conservando neste seu novo estado certas izempçoens, immunidades, e privilegios concedidos somente ás Vestães: porem, que, se durante o seu Sagrado Ministerio succedesse perder a pureza da sua Virgindade, que tão solemnemente tinha jurado guardar; seria seu Pay, e na falta delle sua May, ou parente mais proximo obrigado ao impreterivel devêr de a queimar viva, logo que fosse comprehendida legal, e verbalmente neste sacrilego delicto; devendo até ser encarado este procedimento como hum Sacrificio Solemne, e hum Acto, que era todo de Religião.

Ora meu Pay ainda era vivo; eu não podia empregar meios alguns violentos, para tirar Statïra daquelle Asylo: e ainda mesmo, que eu ja fora Rey, nem assim podia fazer couza alguma neste Cazo; porque segundo hum inveterado costume, e Leis Religiosas erão exclusivos da Regia Authoridade neste Reino todos os objectos desta natureza; e quaesquer outros sobre pessoas consagradas ao Culto Divino; á excepção somente de crimes contra a Pessoa Real, ou contra o Estado: alem de que era da essencia, como fica dito, a vontade livre de huma Vestal, para

aquele Sagrado Serviço, para o fim de casar-se imediatamente, o poderia fazer; e ficaria conservando neste seu novo estado certas isempções, imunidades, e privilégios concedidos somente às Vestães: porém, que, se durante o seu Sagrado Ministério succedesse perder a pureza da sua Virgindade, que tão solemnemente tinha jurado guardar; seria seu Pai, e na falta dele sua May, ou parente mais próximo obrigado ao impreterível dever de a queimar viva, logo que fosse compreendida legal, e verbalmente neste sacrílego delicto; devendo até ser encarado este procedimento como um Sacrifício Solemne, e um Acto, que era todo de Religião.

[15] Ora meu Pai ainda era vivo; eu não podia empregar meios alguns violentos, para tirar Statira daquele Asilo: e ainda mesmo, que eu já fora Rei, nem assim podia fazer cousa alguma neste Caso; porque segundo um inveterado costume, e Leis Religiosas eram exclusivos da Régia Autoridade neste Reino todos os objectos desta natureza; e quaisquer outros sobre pessoas consagradas ao Culto Divino; à excepção somente de crimes contra a Pessoa Real, ou contra o Estado: além de que era da essência, como fica dito, a vontade livre de uma Vestal, para

sem o menor constrangimento poder mudar do estado Religioso para o Thalamo nupcial.

Todas estas difficuldades servirão somente, para exaltar a minha sensibilidade, e augmentar extraordinariamente a minha paixão. Cheguei por fim ao ultimo ponto. Tomei a resolução de abandonar meu Pay, minha May, minha Familia, e com ella todos aquelles doces encantos de huma Corte seductora, que tão lizonjeiramente encadêão aquellas almas, que não forão formadas, como a minha.

Eu era ainda muito moço, Principe, e amigo de fazer a minha vontade, e até mesmo sem querer as vezes fazer uzo da minha razaõ, para não obstar talvez aos meus projectos. Disfarceime pois em trajes de mulher; fui ao templo, onde vivia o velho Brahmane; pude engana-lo com huma historia ficticia de desastres, que o compungirão. Elle tinha huma alma excellente, hum optimo coração, huma bondade immensa. Fui admittido emfim entre as Vestães debaixo do nome de Amâna. A quanto obriga Amor!

A minha falta cauzou á meu Pay huma mortal afflição, e ao Reino huma tristeza geral. Expedirão-se circulares por toda a parte a fim de se haver noticias minhas; mas tudo foi debalde.

Nem podia deixar de ser assim; porque eu

sem o menor constrangimento poder mudar
do estado Religioso para o Tálamo nupcial.

[16] Todas estas dificuldades serviram somente,
para exaltar a minha sensibilidade, e augmentar
extraordinariamente a minha paixão. Cheguei por
fim ao último ponto. Tomei a resolução de aban-
donar meu Pai, minha May, minha Família,
e com ela todos aqueles doces encantos de uma
Corte seductora, que tão lisonjeiramente enca-
deiam aquelas almas, que não foram formadas,
como a minha.

[17] Eu era ainda muito moço, Príncipe, e ami-
go de fazer a minha vontade, e até mesmo sem
querer às vezes fazer uso da minha razão, para
não obstar talvez aos meus projectos. Disfarcei-
me pois em trajes de mulher; fui ao templo, on-
de vivia o velho Brâmane; pude enganá-lo com
uma história fictícia de desastres, que o compun-
giram. Ele tinha uma alma excelente,
um óptimo coração, uma bondade imensa.
Fui admitido enfim entre as Vestães debaixo do
nome de Amana. A quanto obriga Amor!

[18] A minha falta causou a meu Pai uma mor-
tal aflição, e ao Reino uma tristeza geral. Ex-
pediram-se circulares por toda a parte a fim de se
haver notícias minhas; mas tudo foi debalde.

[19] Nem podia deixar de ser assim; porque eu

estava encerrado neste Sagrado Asylo, e de tal forma disfarçado, sem que pessoa alguma soubesse deste segredo; que era mesmo impossivel, que alguem o pudesse imaginar. A mesma Statïra, com quem eu vivia tão particularmente, nunca teve occazião de suspeitar do meu sexo.

Ella veio a ter-me hum grande amor, e huma verdadeira amizade. Nos eramos inseparaveis, passavamos a nossa vida a trabalhar, a ler, a passear, e a servir aos Altares. Eu muitas vezes cheguei a contar-lhe historias, e algumas Fabulas adequadas, que eu forcejava para passar por factos verdadeiros, que a tradição nos conservou para modelos; fazendo-lhe, ao mesmo tempo huma viva descripção dos effeitos prodigiosos d'amizade, e d'Amor. Era todo o meu cuidado ir preparando-a, e dispondo-a para huma ingenua declaração dos meus sentimentos. Eu algumas vezes cheguei quasi a esquecer-me tanto de mim, quando fallavamos sós, que ella no calor das minhas expressoens, pondo-me a sua mão sobre a minha boca, obrigava-me a calar, dizendo-me, cala-te, Amâna; quem te ouvir fallar assim, hade cuidar, que es tu mesma, que estás sentindo no teu coração, quanto referes!

Foi desta sorte, que eu vivi muitos mezes com Statïra sem poder jamais achar huma so occa-

estava encerrado neste Sagrado Asilo, e de tal forma disfarçado, sem que pessoa alguma soubesse deste segredo; que era mesmo impossível, que alguém o pudesse imaginar. A mesma Statira, com quem eu vivia tão particularmente, nunca teve ocasião de suspeitar do meu sexo.

[20] Ela veio a ter-me um grande amor, e uma verdadeira amizade. Nós éramos inseparáveis, passávamos a nossa vida a trabalhar, a ler, a passear, e a servir aos Altares. Eu muitas vezes cheguei a contar-lhe histórias, e algumas Fábulas adequadas, que eu forcejava para passar por factos verdadeiros, que a tradição nos conservou para modelos; fazendo-lhe, ao mesmo tempo uma viva descripção dos efeitos prodigiosos d'Amizade, e d'Amor. Era todo o meu cuidado ir preparando-a, e dispondo-a para uma ingênua declaração dos meus sentimentos. Eu algumas vezes cheguei quase a esquecer-me tanto de mim, quando falávamos sós, que ela no calor das minhas expressões, pondo-me a sua mão sobre a minha boca, obrigava-me a calar, dizendo-me, cala-te, Amana; quem te ouvir falar assim, há de cuidar, que és tu mesma, que estás sentindo no teu coração, quanto referes!

[21] Foi desta sorte, que eu vivi muitos meses com Statira sem poder jamais achar uma só oca-

são opportuna, para descubrir-lhe o meu disfarce, e inteira-la da minha paixão.

O meu coração não estava corrompido; e o meu desiguio nada tinha de criminoso. As minhas vistas erão justas, e o meu fim virtuoso. Todo o meu empenho, e todas as minhas deligencias so se dirigião a ganhar o seu coração por affecto, a fim de que por seu proprio gosto, e muito de sua livre vontade quizesse deixar aquella Proffissão Religiosa, para vir gozar juntamente comigo do meu Throno.

Todos sabem, que o bom manejo em amor he bom para ambos os amantes. Eu tinha sempre em vista este principio. O cazo era muito delicado, e o empenho, que o meu coração tinha nelle, ainda o tornava para mim mais melindroso: e o mais he, que eu cada vez lhe queria mais bem pelas virtudes, que de dia em dia lhe hia descubrindo.

A minha alma estava tão cheia de esperanças, como de receios. Se por hum lado o amor excessivo, que eu lhe tinha, me abrazava o coração; por outro conhecia, que os esforços da razão servem para as difficuldades; e que a precipitação, e imprudencia são origens de muitas irregularidades, e deitão a perder quasi todos os negocios. Hum verdadeiro amor ensina a ser Philosopho: a sua Escola he a da Natureza.

são oportuna, para descubrir-lhe o meu disfarce, e inteirá-la da minha paixão.

[22] O meu coração não estava corrompido; e o meu desígnio nada tinha de criminoso. As minhas vistas eram justas, e o meu fim virtuoso. Todo o meu empenho, e todas as minhas deligências só se dirigiam a ganhar o seu coração por afecto, a fim de que por seu próprio gosto, e muito de sua livre vontade quisesse deixar aquela Profissão Religiosa, para vir gozar juntamente comigo do meu Trono.

[23] Todos sabem, que o bom manejo em amor é bom para ambos os amantes. Eu tinha sempre em vista este princípio. O caso era muito delicado, e o empenho, que o meu coração tinha nele, ainda o tornava para mim mais melindroso: e o mais é, que eu cada vez lhe queria mais bem pelas virtudes, que de dia em dia lhe ia descubrindo.

[24] A minha alma estava tão cheia de esperanças, como de receios. Se por um lado o amor excessivo, que eu lhe tinha, me abrasava o coração; por outro conhecia, que os esforços da razão servem para as dificuldades; e que a precipitação, e imprudência são origens de muitas irregularidades, e deitam a perder quase todos os negócios. Um verdadeiro amor ensina a ser Filósofo: a sua Escola é a da Natureza.

Emfim eu estava a esperar todos os dias hum momento favoravel para com successo desenvolver-lhe o meu plano; mas por minha desgraça nunca foi possivel chegar este momento.

Era costume entre as Vestães ir differentes vezes no anno ao cimo de huma montanha visinha acender huma fogueira, e fazer ali seus sacrificios. Para ali fomos nos todas hum dia, acompanhadas pelo velho Brahmane.

O Sacrificio tinha apenas começado, quando nos vimos cercadas por hum corpo de homens armados de arcos, e flechas, que nos não offenderão, nem nos fizerão outro mal algum, senão levar com sigo Statïra, e o bom velho seu Pay.

Todos estes homens estavão a Cavallo; eu apezar disso ainda os segui por muito tempo; porem tomando elles por huma vereda tortuosa do bosque visinho, e sendo tão acelerado o passo, com que hião, perdi-os de vista.

Então não me convindo mais tornar ao templo, escapei-me das Vestães, mudei, como pude, para o habito de homem o vestido, que trazia; tomei hum novo disfarce, fazendo me inculcar huma pessoa pobre, e indifferente; e dexei finalmente, e para sempre as Indias. Julgai agora, qual seria o estado da minha alma em tão triste, e desgraçada situação! . . .

[25] Enfim eu estava a esperar todos os dias um momento favorável para com successo desenvolver-lhe o meu plano; mas por minha desgraça nunca foi possível chegar este momento.

[26] Era costume entre as Vestães ir diferentes vezes no ano ao cimo de uma montanha vizinha acender uma fogueira, e fazer ali seus sacrifícios. Para ali fomos nós todas um dia, acompanhadas pelo velho Brâmane.

[27] O Sacrifício tinha apenas começado, quando nos vimos cercadas por um corpo de homens armados de arcos, e flechas, que nos não ofenderam, nem nos fizeram outro mal algum, senão levar consigo Statira, e o bom velho seu Pai.

[28] Todos estes homens estavam a Cavalo; eu apesar disso ainda os segui por muito tempo; porém tomando eles por uma vereda tortuosa do bosque vizinho, e sendo tão acelerado o passo, com que iam, perdi-os de vista.

[29] Então não me convindo mais voltar ao templo, escapei-me das Vestães, mudei, como pude, para o hábito de homem o vestido, que trazia; tomei um novo disfarce, fazendo me inculcar uma pessoa pobre, e indiferente; e deixei[88] finalmente, e para sempre as Índias. Julgai agora, qual seria o estado da minha alma em tão triste, e desgraçada situação!...

[88] No texto-base está “dexei”, mas o autor corrigiu para “deixei” na Errata.

Nestas terriveis circunstancias he, que eu me esqueci de huma vez, e para sempre, de meu Pay, da minha Patria, e em summa de todas as obrigações, com que eu tinha nascido; e assentei firmemente comigo de correr todo o Mundo até encontrar Statïra; ou a morte.

Quanto pode Amor no coração de hum Joven, que tem huma alma sensivel, e huma tendencia natural para semelhante paixão!

Hum dia, que eu atravessava os Estados da Licia, parei em huma larga floresta, para abrigar-me ali do excessivo calor; eis de repente vejo huma quantidade de Caçadores, que passárão bem perto de mim; e logo depois muitas mulheres, entre as quaes vi huma, que me pareceo Statïra. Ella estava com vestidos da Caça, montada em hum soberbo cavallo, e distinguia-se das mais por huma coroa de flores. Ella passou bem junto a mim; mas com tal velocidade, que eu nem pude certificar-me se erão, ou não bem fundadas as minhas conjecturas. Todavia eu fui logo marchando para a Capital, e resolvido a demorar-me ali.

Assim o fiz; e felizmente ali fui informado então de muitas couzas importantes, e entre ellas foi a primeira. = Que os Licios, confor-

[30] Nestas terríveis circunstâncias é, que eu me esqueci de uma vez, e para sempre, de meu Pai, da minha Pátria, e em suma de todas as obrigações, com que eu tinha nascido; e assentei firmemente comigo de correr todo o Mundo até encontrar Statira; ou a morte.

[31] Quanto pode Amor no coração de um Jovem, que tem uma alma sensível, e uma tendência natural para semelhante paixão!

[32] Um dia, que eu atravessava os Estados da Lícia, parei em uma larga floresta, para abrigar-me ali do excessivo calor; eis de repente vejo uma quantidade de Caçadores, que passaram bem perto de mim; e logo depois muitas mulheres, entre as quais vi uma, que me pareceu Statira. Ela estava com vestidos de Caça, montada em um soberbo cavalo, e distinguia-se das mais por uma coroa de flores. Ela passou bem junto a mim; mas com tal velocidade, que eu nem pude certificar-me se eram, ou não bem fundadas as minhas conjecturas. Todavia eu fui logo marchando para a Capital, e resolvido a demorar-me ali.

[33] Assim o fiz; e felizmente ali fui informado então de muitas cousas importantes, e entre elas foi a primeira. – Que os Lícios, confor-

me a Constituição estabelecida no Governo antepassado erão outra vez governados por Mulheres, e fui muito particularmente instruido, que esta forma de Governo se tinha ali adoptado depois de hum estranho acontecimento, que de passagem vou previamente expor-vos, não só por ser muito curioso, e digno de huma particular attenção; mas por que vem tanto para o cazo, que eu vos hia contando, que até faz delle huma parte essencial, e interessante. He o cazo.

Havião alguns Seculos, que os homens em huma longa paz tinhão chegado ali a ser tão affeminados, que todos os seus pensamentos, e cuidados erão somente empregados no exquisito, variado modo de se vestir, e de se perfumar. Elles affectavão ridiculamente a linguagem doce, as maneiras, as maximas, até mesmo as naturaes fraquezas das mulheres, sem poder com tudo obter ao menos artificiosamente nem a sua doçura na voz, nem a sua delicadeza no trato.

Como pois elles se entregassem descomedidamente aos seus appetites, aos deboches, e até mesmo á infamias; foi por fim o ultimo resultado, que os mais enormes, e estragados vicios tomárão o lugar das mais amaveis, doces,

me a Constituição estabelecida no Governo antepassado eram outra vez governados por Mulheres, e fui[89] muito particularmente instruído, que esta forma de Governo se tinha ali adoptado depois de um estranho acontecimento, que de passagem vou previamente expor-vos, não só por ser muito curioso, e digno de uma particular atenção; mas porque vem tanto para o caso, que eu vos ia contando, que até faz dele uma parte essencial, e interessante. É o caso.

[34] Haviam alguns Séculos, que os homens em uma longa paz tinham chegado ali a ser tão afeminados, que todos os seus pensamentos, e cuidados eram somente empregados no esquisito, variado modo de se vestir, e de se perfumar. Eles afectavam ridiculamente a linguagem doce, as maneiras, as máximas, até mesmo as naturais fraquezas das mulheres, sem poder contudo obter ao menos artificiosamente nem a sua doçura na voz, nem a sua delicadeza no trato.

[35] Como pois eles se entregassem descomedidamente aos seus apetites, aos deboches, e até mesmo a infâmias; foi por fim o último resultado, que os mais enormes, e estragados vícios tomaram o lugar das mais amáveis, doces,

[89] No texto base está "fni". Erro tipográfico, corrigido para "fui".

naturaes paixões. Elles chegárão até a desprezar totalmente as mulheres, a trata-las indignamente, como escravas.

Declarou-se por este tempo huma horrorosa guerra á Licia, cujo objecto nada menos era, que a sua Conquista.

Os homens, que pelos seus costumes affeminados se tinhão tornado excessivamente cobardes, não forão ja capazes de defender a sua Patria; fugirão todos, e forão meter-se pelos matos, e habitar as Cavernas.

As mulheres até ali tratadas, como escravas, e por isso acostumadas ás fadigas, tomárão as Armas; repellirão valerosamente o Inimigo; e se acharão livremente senhoras do seu proprio Territorio. Então virão-se confirmadas pela experiencia duas Maximas importantes. Huma = Que em extremos as mais arrojadas marchas são as mais sabias. Outra = Que hum Povo (ainda de mulheres), reduzido á desesperação, he o mais bravo, e o mais terrivel dos Povos.

Por esta occazião pois foi pelo Exercito proclamada Rainha a May de Statïra, aquella mesma, que com tanto valor, e dexteridade tinha commandado em Chefe as Tropas victoriosas.

Porem esta Heroina, que tinha ainda maio-

naturais paixões. Eles chegaram até a desprezar totalmente as mulheres, a tratá-las indignamente, como escravas.

[36] Declarou-se por este tempo uma horrorosa guerra à Lícia, cujo objecto nada menos era, que a sua Conquista.

[37] Os homens, que pelos seus costumes afeminados se tinham tornado excessivamente cobardes, não foram já capazes de defender a sua Pátria; fugiram todos, e foram meter-se pelos matos, e habitar as Cavernas.

[38] As mulheres até ali tratadas, como escravas, e por isso acostumadas às fadigas, tomaram as Armas; repeliram valerosamente o Inimigo; e se acharam livremente senhoras do seu próprio Território. Então viram-se confirmadas pela experiência duas Máximas importantes. Uma – Que em extremos as mais arrojadas marchas são as mais sábias. Outra – Que um Povo (ainda de mulheres), reduzido à desesperação, é o mais bravo, e o mais terrível dos Povos.

[39] Por esta ocasião pois foi pelo Exército proclamada Rainha a May de Statira, aquela mesma, que com tanto valor, e dexteridade tinha comandado em Chefe as Tropas victoriosas.

[40] Porém esta Heroína, que tinha ainda maio-

res talentos, do que se suppunha, tanto Militares, como Çivis, e Politicos, foi dando immediatamente todas as providencias, que julgou necessarias para a tranquillidade, segurança, e prosperidade do Estado.

Fez convocar sem perda de tempo huma Assemblea Geral, Constituinte, e Legislativa, para estabelecer legal, e deliberadamente huma nova forma de Governo, que ella julgava indispensavel para legitimar a sua Acclamação, e para a estabilidade, garantia, e tranquillidade da Nação. Com o seu Decreto de Convocação de Cortes, em que ella de seu moto proprio ajunta ao Proclamado Titulo de Rainha a palavra = Constitucional = ouvida pela primeira vez (pois não ha memoria de outra anterior) baxou tambem huma Proclamação, em que ella estabelece mais amplamente os principios justificativos da necessidade desta Convocação, e de outras couzas mais, a cujos respeitos deu ao mesmo tempo huma especie de direcção á opinião publica, que apezar de muitos, he, e ha de ser sempre Soberana do Mundo.

O espirito, e a letra mesmo desta Proclamação he pouco mais ou menos o seguinte. —

» He huma verdade incontestavel, (diz el-

res talentos, do que se supunha, tanto Militares, como Civis, e Políticos, foi dando imediatamente todas as providências, que julgou necessárias para a tranquilidade, segurança, e prosperidade do Estado.

[41] Fez convocar sem perda de tempo uma Assembleia Geral, Constituinte, e Legislativa, para estabelecer legal, e deliberadamente uma nova forma de Governo, que ela julgava indispensável para legitimar a sua Aclamação, e para a estabilidade, garantia e tranquilidade da Nação. Com o seu Decreto de Convocação de Cortes, em que ela de seu moto próprio ajunta ao Proclamado Título de Rainha a palavra - Constitucional - ouvida pela primeira vez (pois não há memória de outra anterior) baxou também uma Proclamação, em que ela estabelece mais amplamente os princípios justificativos da necessidade desta Convocação, e de outras cousas mais, a cujos respeitos deu ao mesmo tempo uma espécie de direção à opinião pública, que apesar de muitos, é, e há de ser sempre Soberana do Mundo.

[42] O espírito, e a letra mesmo desta Proclamação é pouco mais ou menos o seguinte. –

[43] "É uma verdade incontestável, (diz e-

la), e exposta á toda luz, que huma nova gloria adquerida pela Nação por hum modo tão extraordinario, e tão digno da emulação dos homens, não pode ser garantida, se não por hum Governo Nacional adequado, e com huma Dynastia proclamada nestas mesmas novas circunstancias; outro qualquer, que assim não for, será rival desta gloria. He igualmente sem duvida, que as mulheres, que pelo seu valor, e patriotismo com total excluzão dos homens acabão agora mesmo de defender seus Lares contra a injusta invazão de Conquistadores poderosos, comprárão por este seu heroico facto, e pelo alto preço de seu sangue em tão repetidas batalhas a soberania do seu proprio Territorio, e da Patria, que salvárão. Nós pois (continua ella) não deveremos soffrer, que esses homens imbeceis, cubertos de opprobrio, e que não se animárão a seguir o nosso exemplo, e a sorte das nossas Armas, venhão amparar-se agora da melhor parte dos saborosos fructos de nossos trabalhos gloriosos. Se nós lhes confiarmos ainda agora as mais pequenas Honras, e Empregos; elles se prevalecerão desta opportunidade, e serão os primeiros a minar a nossa reputação, a calumniar o nosso valor, e a nossa gloria. He preciso, que

la), e exposta a toda luz, que uma nova glória adquerida pela Nação por um modo tão extraordinário, e tão digno da emulação dos homens, não pode ser garantida, senão por um Governo Nacional adequado, e com uma Dinastia proclamada nestas mesmas novas circunstâncias; outro qualquer, que assim não for, será rival desta glória. É igualmente sem dúvida, que as mulheres, que pelo seu valor, e patriotismo com total exclusão dos homens acabam agora mesmo de defender seus Lares contra a injusta invasão de Conquistadores poderosos, compraram por este seu heróico facto, e pelo alto preço de seu sangue em tão repetidas batalhas a soberania do seu próprio Território, e da Pátria, que salvaram. Nós pois (continua ela) não deveremos sofrer, que esses homens imbeceis[90], cubertos de opróbrio, e que não se animaram a seguir o nosso exemplo, e a sorte das nossas Armas, venham amparar-se agora da melhor parte dos saborosos fructos de nossos trabalhos gloriosos. Se nós lhes confiarmos ainda agora as mais pequenas Honras, e Empregos; eles se prevalecerão desta oportunidade, e serão os primeiros a minar a nossa reputação, a calumniar o nosso valor, e a nossa glória. É preciso, que

[90] Que ou aquele que é fraco, sem forças (HOUAISS, 2009, p. 1049).

estejamos altamente persuadidas, que se os homens amão as mulheres, he só pela sua propria necessidade, e vantagens; pelos seus particulares interesses; e tanto, quanto possão servir aos prazeres, que disso lhes resulta. He sem duvida, que não pende mesmo da sua livre vontade o deixar de nos amar: elles o terião ja feito, se isso lhes fora possivel; alguns até á força de torpezas o tem ja tentado; mas felizmente de balde. Por huma nunca vista serie de acasos horrorosos huma alluvião de taes homens appareceo entre nos, huma excessiva corrupção sem exemplo foi a causa ephemera desta especie de anomalia nas Leis da Natureza. He tambem huma verdade Eterna, que a nossa reciproca união com os homens he da primeira necessidade para o augmento, e perpetuidade da Nação. Vivamos pois com elles; porem vivamos em guarda; vivamos em amizade mas como podendo inda hum dia tornar a ser nossos crueis inimigos. Interrogai a Historia; ella he a representação do passado para a instrucção do futuro. O prever he o mais preciozo dom de huma razão apurada, he a mais sublime parte da Politica; a sua vida he o futuro; o prezente he o meio de o preparar. Por tanto se o Sceptro, que ha' pouco lhes cahio das mãos,

estejamos altamente persuadidas, que se os homens amam as mulheres, é só pela sua própria necessidade, e vantagens; pelos seus particulares interesses; e tanto, quanto possam servir aos prazeres, que disso lhes resulta. É sem dúvida, que não pende mesmo da sua livre vontade o deixar de nos amar: eles o teriam já feito, se isso lhes fora possível; alguns até à força de torpezas o têm já tentado; mas felizmente debalde. Por uma nunca vista série de acasos horrorosos uma aluvião de tais homens apareceu entre nós, uma excessiva corrupção sem exemplo foi a causa efêmera desta espécie de anomalia nas Leis da Natureza. É também uma verdade Eterna, que a nossa recíproca união com os homens é da primeira necessidade para o augmento, e perpetuidade da Nação. Vivamos pois com eles; porém vivamos em guarda; vivamos em amizade mas como podendo inda um dia tornar a ser nossos cruéis inimigos. Interrogai a História; ela é a representação do passado para a instrucção do futuro. O prever é o mais precioso dom de uma razão apurada, é a mais sublime parte da Política; a sua vida é o futuro; o presente é o meio de o preparar. Portanto se o Ceptro, que há pouco lhes caiu das mãos,

tornasse agora a ellas, elles não saberião de certo aprecia-lo, nem delle se servirião para a ventura do Estado; mas para tornar a reduzir-nos á mesma escravidão odiosa, em que vivia-mos, ou ainda peior, se he possivel. Elles concedem de boa vontade ás mulheres todas as bellezas, e graças encantadoras, por que a sua paixão de quando em quando lhes arranca do peito estas verdades; e por isso mesmo, que esta simples confissão não he tão custosa ao seu amor proprio ambicioso. Porem elles cheios de vaidade, e de orgulho apenas lhes concedem alguma tintura, ou apparencia de razão; e esta mesma com hum surriso indicativo de desprezo; menos ainda lhes concedem philosophia, e nada inteiramente de juizo. Esse facho de luz, precioso dom da Natureza, liberalizado ao Genero Humano para o alumiar nas suas acções, como a luz do Sol nos seus passos, pertendem com arrogancia os homens, que isto seja privativo delles. Alem disto não pára só aqui a sua tão grosseira enfatuação, que até ja custa a soffrer-se. Depois das luminosas ideas, cujo clarão desde o Oriente enche o Mundo inteiro, tem pertenções ainda agora, que a lembrança de seus Avós, que elles envergonhão com a sua conducta, deve preferir ás virtudes das

tornasse agora a elas, eles não saberiam de-
certo apreciá-lo, nem dele se serviriam para a
ventura do Estado; mas para tornar a reduzir-
-nos à mesma escravidão odiosa, em que vivía-
mos, ou ainda pior, se é possível. Eles
concedem de boa vontade às mulheres todas as
belezas, e graças encantadoras, porque a sua
paixão de quando em quando lhes arranca do
peito estas verdades; e por isso mesmo, que esta
simples confissão não é tão custosa ao seu amor
próprio ambicioso. Porém eles cheios de vai-
dade, e de orgulho apenas lhes concedem al-
guma tintura, ou aparência de razão; e esta
mesma com um surriso indicativo de despre-
zo; menos ainda lhes concedem filosofia,
e nada inteiramente de juízo. Esse facho de
luz, precioso dom da Natureza, liberalizado
ao Gênero Humano para o alumiar nas suas
acções, como a luz do Sol nos seus passos,
pertendem com arrogância os homens, que isto
seja privativo deles. Além disto não para só
aqui a sua tão grosseira enfatuação, que até
já custa a sofrer-se. Depois das luminosas ideias,
cujo clarão desde o Oriente enche o Mundo in-
teiro, sem pertensões ainda agora, que a lem-
brança de seus Avós, que eles envergonham com
a sua conducta, deve preferir às virtudes das

mulheres, que os humilião. Ultimamente, se elles tornassem a cingir de novo a Coroa, que nos pertence agora, podiamos dar tudo, o que temos feito, por perdido; porque elles invejosos das nossas virtudes, ciosos das nossas liberdades, ambiciosos da nossa gloria não só arrogarião hum rigorozo dominio sobre nós; mas por vaidade sua, e ignominia nossa lançarião para sempre no tumulo do esquecimento a lizonjeira lembrança das nossas victorias, e daquelles gloriosos dias immortaes.

Ora em quanto se tratava da Elleição das Deputadas para a Assemblea Geral, vierão alguns homens voltando dos matos, onde morrerão muitos de medo, e outros de fome, estranhando a intemperança dos ares agrestes, á que não estavão acostumados; e estes mesmos homens com outros taes, que forão escapando daquella calamidade (como elles lhe chamavão), vendo no Estado tão inesperada metamorphose, e lendo a referida Proclamação, encherão-se de hum furor inexplicavel, e começárão a tramar desaforadamente huma cruel rebellião.

Vio-se pois, que o Estado se achava ameaçado de huma imminente anarchia pelos differentes choques de interesses oppostos, partidos, e opiniões differentes, principalmente dos homens os mais ociosos, e affeminados; e por isso mesmo

mulheres, que os humiliam. Ultimamente, se eles tornassem a cingir de novo a Coroa, que nos pertence agora, podíamos dar tudo, o que temos feito, por perdido; porque eles invejosos das nossas virtudes, ciosos das nossas liberdades, ambiciosos da nossa glória não só arrogariam um rigoroso domínio sobre nós; mas por vaidade sua, e ignomínia nossa lançariam para sempre no túmulo do esquecimento a lisonjeira lembrança das nossas victórias, e daqueles gloriosos dias imortais".

[44] Ora enquanto se tratava da Eleição das Deputadas para a Assembleia Geral, vieram alguns homens voltando dos matos, onde morreram muitos de medo, e outros de fome, estranhando a intemperança dos ares agrestes, a que não estavam acostumados; e estes mesmos homens com outros tais, que foram escapando daquela calamidade (como eles lhe chamavam), vendo no Estado tão inesperada metamorfose, e lendo a referida Proclamação, encheram-se de um furor inexplicável, e começaram a tramar desaforadamente uma cruel rebelião.

[45] Viu-se pois, que o Estado se achava ameaçado de uma iminente anarquia pelos diferentes choques de interesses opostos, partidos, e opiniões diferentes, principalmente dos homens os mais ociosos, e afeminados; e por isso mesmo

os mais soberbos, ambiciosos e cheios de pertenções, que querião a todo o custo intrometter-se no Governo, e que cheios de si, e de seus antigos prejuizos não podião levar á paciencia, que os negocios publicos, e da maior importancia se arranjassem por mulheres com total independencia delles; e muito menos o ser excluidos ignominiosamente das primeiras Authoridades, e Empregos, á que tanto mais aspiravão, quanto maior era a sua ignorancia, e incapacidade; o que, como vós sabeis, he tão frequente entre os homens.

A Rainha pois, que, como ja disse, alem de huma prodigiosa penetração, era dotada de grandes luzes, e experiencia na Escola da oppressão, e da desgraça, e que reunia aos seus talentos Militares as virtudes de hum verdadeiro Philosopho; e que por isso conhecia a fundo o coração dos homens, seus prejuizos, superstição, e fanatismo; lembrou-se em Conselho d'Estado, que ella tinha formado ja de mulheres experientes, e circunspectas, para concorrer com ella nos Despachos extraordinarios, e nas medidas conservadoras, lembrou-se (torno a dizer) de huma Invenção, ou Projecto, o qual não só foi applaudido, como merecia; mas por unanimidade de votos, se mandou immediatamente pôr em execução por hum Decreto, que em summa he o seguinte.

os mais soberbos, ambiciosos e cheios de pertensões, que queriam a todo o custo intrometer-se no Governo, e que cheios de si, e de seus antigos prejuízos não podiam levar à paciência, que os negócios públicos, e da maior importância se arranjassem por mulheres com total independência deles; e muito menos o ser excluídos ignominiosamente das primeiras Autoridades, e Empregos, a que tanto mais aspiravam, quanto maior era a sua ignorância, e incapacidade; o que, como vós sabeis, é tão frequente entre os homens.

[46] A Rainha pois, que, como já disse, além de uma prodigiosa penetração, era dotada de grandes luzes, e experiência na Escola da opressão, e da desgraça, e que reunia aos seus talentos Militares as virtudes de um verdadeiro Filósofo; e que por isso conhecia a fundo o coração dos homens, seus prejuízos, superstição, e fanatismo; lembrou-se em Conselho d'Estado, que ela tinha formado já de mulheres experientes, e circunspectas, para concorrer com ela nos Despachos extraordinários, e nas medidas conservadoras, lembrou-se (torno a dizer) de uma Invenção, ou Projecto, o qual não só foi aplaudido, como merecia; mas por unanimidade de votos, se mandou imediatamente pôr em execução por um Decreto, que em suma é o seguinte.

Que a Rainha ouvindo o seu Conselho d'Estado, e tomando em Consideração os imminentes males, que ameaçavão o Reino pelos differentes partidos, e opiniões de homens inhabeis, e ambiciosos, que maquinavão a desunião, e anarchia; e promovião a ruina, e talvez a subversão da Patria, que julgava em perigo; Ordenava, que em quanto se não verificasse a reunião da Assemblea Geral, houvesse entretanto huma nova Magistratura com certas attribuições debaixo da Protecção immediata da Deoza Policia, por quem ella tinha sido inspirada; que o seu grande Sacerdote se denominasse desde ja o Magistrado d'Alta Policia; e cuja Deoza deveria ser d'ora em diante a precursora de outra denominada Justiça, Deoza antiga; mas sem templo, sem culto, sem altares, sem Ministros.

He remarcavel a razão por que a Rainha quiz, que fossem Deozas as Protectoras do Reino; pois que o Governo existente era de mulheres, era huma mulher, a que ja estava proclamada Rainha, e deverião ser mulheres, as que lhe succedessem no Throno; por consequencia Deozas as Protectoras do Estado.

Para melhor persuadir-se ao Povo a bondade desta nova extraordinaria medida (alias necessaria) expunha a Rainha em termos bem concisos; mas

[47] Que a Rainha ouvindo o seu Conselho d'Estado, e tomando em Consideração os iminentes males, que ameaçavam o Reino pelos diferentes partidos, e opiniões de homens inábeis, e ambiciosos, que maquinavam a desunião, e anarquia; e promoviam a ruína, e talvez a subversão da Pátria, que julgava em perigo; Ordenava, que enquanto se não verificasse a reunião da Assembleia Geral, houvesse entretanto uma nova Magistratura com certas atribuições debaixo da Protecção imediata da Deusa Polícia, por quem ela tinha sido inspirada; que o seu grande Sacerdote se denominasse desde já o Magistrado d'Alta Polícia; e cuja Deusa deveria ser d'ora em diante a precursora de outra denominada Justiça, Deusa antiga; mas sem templo, sem culto, sem altares, sem Ministros.

[48] É remarcável a razão por que a Rainha quis, que fossem Deusas as Protectoras do Reino; pois que o Governo existente era de mulheres, era uma mulher, a que já estava proclamada Rainha, e deveriam ser mulheres, as que lhe succedessem no Trono; por consequência Deusas as Protectoras do Estado.

[49] Para melhor persuadir-se ao Povo a bondade desta nova extraordinária medida (aliás necessária) expunha a Rainha em termos bem concisos; mas

energicos = Que esta Deoza Policia, que a inspirára, era huma Deoza volante, que não só tinha o attributo de voar por toda parte, e ver com penetração tudo, quanto se passava no Estado; mas até tinha essencialmente o dom de presentir, e mesmo de adevinhar algumas vezes. Que esta Deoza precursora deveria em regra enviar todos os crimes, que achasse, ao conhecimento da Deoza Justiça, Deoza sedentaria, velha como o Tempo; visto que esta não só não tem o dom de presentir, nem a habilidade de escrutar; mas até nunca vê, nem sabe, senão apenas aquillo, que muito de proposito se-lhe aprezenta: alem disto he muito escrupulosa nas provas, que requer sempre tão claras, como a luz do meio dia, (que nem se preciza de attenção para ve-la); e tão vagarosa, que só decide com hum grande, e tardio conhecimento de cauza; e muitas vezes atè com taes delongas, que prejudicão incalculavelmente as partes, so por não faltar á formularios, que julga consagrados pela rançosa unção dos tempos; o que a proxima Assemblea deveria infallivelmente reformar.

Mas porque alguns partidos sediciosos, ou de ignorantes, ou de mal contentes motivavão o seu dissentimento com razões plausiveis, até por via da Imprensa, e por meio de alguns Periodistas,

a

enérgicos – Que esta Deusa Polícia, que a inspirara, era uma Deusa volante, que não só tinha o atributo de voar por toda parte, e ver com penetração tudo, quanto se passava no Estado; mas até tinha essencialmente o dom de pressentir, e mesmo de adevinhar algumas vezes. Que esta Deusa precursora deveria em regra enviar todos os crimes, que achar, ao conhecimento da Deusa Justiça, Deusa sedentária, velha como o Tempo; visto que esta não só não tem o dom de pressentir, nem a habilidade de escrutar; mas até nunca vê, nem sabe, senão apenas aquilo, que muito de propósito se lhe apresenta: além disto é muito escrupulosa nas provas, que requer sempre tão claras, como a luz do meio-dia, (que nem se precisa de atenção para vê-la); e tão vagarosa, que só decide com um grande, e tardio conhecimento de causa; e muitas vezes até com tais delongas, que prejudicam incalculavelmente as partes, só por não faltar a formulários, que julga consagrados pela rançosa unção dos tempos; o que a próxima Assembleia deveria infalivelmente reformar.

[50] Mas porque alguns partidos sediciosos, ou de ignorantes, ou de mal contentes motivavam o seu dissentimento com razões plausíveis, até por via da Imprensa, e por meio de alguns Periodistas,

comprados, e que nunca faltão, para servir de testa de ferro como he do costume, contra estas Politicas Providencias), debaixo do pretexto, que os Procedimentos da Deoza Policia, e do seu Magistrado erão precipitados, e violentos; e algumas vezes até oppostos aos direitos individuaes da segurança pessoal; e fizerão esta exposição de hum modo tão seductor, como sophistico; o que he muito mais perigoso entre hum povo ignorante, e ambicioso com ideas exageradas de liberdade, que dezejão ter sempre sem limites; a Rainha pois para paralysar estas ideas tão falsas, como perniciosas, substituindolhes outras convenientes, e justas, para dar a necessaria direcção á opinião publica, por ser da primeira importancia o te-la sempre da parte do Governo, Decretou de novo; que a Deoza Policia seria dali em diante a primeira Sentinella do Estado, e muito particularmente nas urgentes circunstancias, em que actualmente se achava: e declarou mais por esta occazião a respeito das queixas publicas dos Jornalistas o seguinte, que pouco mais ou menos he o Espirito da Integra do Decreto.

Que todos os seus subditos, a quem ella tanto amava, e para cuja perpetua felicidade erão dirigidos todos os seus cuidados, trabalhos, e des-

comprados, e que nunca faltam, para servir
de testa de ferro como é do costume, contra
estas Políticas Providências[91], debaixo do pretexto,
que os Procedimentos da Deusa Polícia, e do
seu Magistrado eram precipitados, e violentos;
e algumas vezes até opostos aos direitos indi-
viduais da segurança pessoal; e fizeram esta ex-
posição de um modo tão seductor, como so-
fístico; o que é muito mais perigoso entre
um povo ignorante, e ambicioso com ideias exa-
geradas de liberdade, que desejam ter sempre
sem limites; a Rainha pois para paralisar estas
ideias tão falsas, como perniciosas, substituindo-
lhes outras convenientes, e justas, para dar a
necessária direcção à opinião pública, por ser
da primeira importância o tê-la sempre da parte
do Governo, Decretou de novo; que a Deusa
Polícia seria dali em diante a primeira Sentinela
do Estado, e muito particularmente nas urgentes
circunstâncias, em que actualmente se achava:
e declarou mais por esta ocasião a respeito das
queixas públicas dos Jornalistas o seguinte, que
pouco mais ou menos é o Espírito da Íntegra
do Decreto.

[51] Que todos os seus súbditos, a quem ela tanto
amava, e para cuja perpétua felicidade eram di-
rigidos todos os seus cuidados, trabalhos, e des-

[91] Havia um parêntese que apenas fechava neste ponto. Como não havia o que abria, foi retirado nesta edição.

velos, deverião estar profundamente penetrados das suas beneficas intenções, e dos necessarios principios sociaes indicados no seu primeiro Decreto; assim como neste segundo, que tem por base verdades incontestaveis sobre a segurança geral da Nação.

Declarou pois a Rainha 1°. Que as novas situações trazem necessariamente comsigo a presizão de novos, e apropriados procedimentos, e por consequencia, que a liberdade individual não podia ser identicamente a mesma em todas as possiveis situações do Estado.

2°. Que todo o perigo da Patria pode, e deve suspender a Liberdade individual; porque todo o cazo, ou bem fundado receio de aggressão interior, e sedições civis forção cada Cidadão a fazer o sacrificio momentaneo de huma parte da sua segurança pessoal, a fim de que o Governo tenha o meio de garantir a segurança geral.

3°. Que se o Governo tem, (como he sem duvida), a obrigação desta garantia; he tambem evidente, que elle tem o direito de empregar os meios necessarios para ella; pois que aquelle á quem são ordenados os fins, são concedidos os meios.

4°. Que quanto mais se pertende, que a Li-

velos, deveriam estar profundamente penetrados das suas benéficas intenções, e dos necessários princípios sociais indicados no seu primeiro Decreto; assim como neste segundo, que tem por base verdades incontestáveis sobre a segurança geral da Nação.

[52] Declarou pois a Rainha 1º. Que as novas situações trazem necessariamente consigo a precizão[92] de novos, e apropriados procedimentos, e por consequência, que a liberdade individual não podia ser identicamente a mesma em todas as possíveis situações do Estado.

[53] 2º. Que todo o perigo da Pátria pode, e deve suspender a Liberdade individual; porque todo o caso, ou bem fundado receio de agressão interior, e sedições civis forçam cada Cidadão a fazer o sacrifício momentâneo de uma parte da sua segurança pessoal, a fim de que o Governo tenha o meio de garantir a segurança geral.

[54] 3º. Que se o Governo tem, (como é sem dúvida), a obrigação desta garantia; é também evidente, que ele tem o direito de empregar os meios necessários para ela; pois que aquele a quem são ordenados os fins, são concedidos os meios.

[55] 4º. Que quanto mais se pertende, que a Li-

[92] No texto-base está “presizão”, mas o autor corrigiu para “precisão” na Errata.

berdade civil seja inteira, e plena, tanto mais he precizo admittir excepções para os cazos extraordinarios; porque semelhantes excepções salvão sempre os principios, em que são fundadas as regras; e até se denominão excepções, por isso mesmo, que ha huma regra, que he o seu contrario, e he a que se guarda sempre, ou que se observa commumente.

Declarou mais a Rainha outras muitas coizas necessarias, e uteis para a permanente segurança, e felicidade da Nação; e entre ellas foi a Liberdade da Imprensa contra a decantada opinião de alguns presumpçosos politicos.

A' vista deste novo Decreto, da clareza, e justiça dos principios preservativos, em que elle se fundava, (e talvez ja da efficacia da nova Magistratura de Policia) tomou ou pareceo tomar a opinião publica a conveniente, nova direcção, que se-lhe deo.

Os Periodistas, Jornalistas, que apparecerão, como em alluvião, em consequencia da Liberdade da Imprensa, que a Rainha ultimamente concedera, cuidavão, que farião fortuna com a franqueza de poder intrigar á sua vontade, e confundir tudo com os seus escriptos; e estavão contentissimos com a lizonjeira esperança de por este meio ganhar a sua cauza.

berdade civil seja inteira, e plena, tanto mais é preciso admitir excepções para os casos extraordinários; porque semelhantes excepções salvam sempre os princípios, em que são fundadas as regras; e até se denominam excepções, por isso mesmo, que há uma regra, que é o seu contrário, e é a que se guarda sempre, ou que se observa comumente.

[56] Declarou mais a Rainha outras muitas coisas necessárias, e úteis para a permanente segurança, e felicidade da Nação; e entre elas foi a Liberdade da Imprensa contra a decantada opinião de alguns presumpçosos políticos.

[57] À vista deste novo Decreto, da clareza, e justiça dos princípios preservativos, em que ele se fundava, (e talvez já da eficácia da nova Magistratura de Polícia) tomou ou pareceu tomar a opinião pública a conveniente, nova direcção, que se lhe deu.

[58] Os Periodistas, Jornalistas, que apareceram, como em aluvião, em consequência da Liberdade da Imprensa, que a Rainha ultimamente concedera, cuidavam, que fariam fortuna com a franqueza de poder intrigar à sua vontade, e confundir tudo com os seus escriptos; e estavam contentíssimos com a lisonjeira esperança de por este meio ganhar a sua causa.

A Rainha porem, cuja penetração era tão profunda como Judiciosa, prevalecia-se deste mesmo sentimento geral, tão idolatrado pelo Povo, como odiado pelos primeiros Magistrados do Estado pelo perigo, dizem elles, de perturbar a ordem, e a tranquillidade publica. Ella pelo contrario conhecia evidentemente, e dizia, que a liberdade da Imprensa não he senão a publicidade garantida; que esta liberdade he o unico apoio infallivel de tal publicidade. Que sem isto a authoridade Ministerial, (que tem quase sempre hum certo declive para a arbitrariedade,) poderia tudo, confundiria tudo, meteria a vida, a propriedade dos individuos da Nação nos abismos da desgraça; faria aos subditos benemeritos as injustiças, que quizesse, sem que ella podesse saber desses procedimentos arbitrarios, para os obviar, e punir. Que os respeitos, contemplações, interesses particulares, e mil outras combinações funestas (que todos sabem muito bem) poderião afastar os seus subditos, ou para melhor dizer, os seus filhos da opportunidade de se queixar a ella mesma, como a sua May, a sua Defensora Perpetua, a sua Rainha.

Foi debaixo destes, e outros muitos principios, que a Rainha permittio francamente a liberdade da Imprensa com a unica restricção de respon-

[59] A Rainha porém, cuja penetração era tão profunda como Judiciosa, prevalecia-se deste mesmo sentimento geral, tão idolatrado pelo Povo, como odiado pelos primeiros Magistrados do Estado, pelo perigo, dizem eles, de perturbar a ordem, e a tranquilidade pública. Ela pelo contrário conhecia evidentemente, e dizia, que a liberdade da Imprensa não é senão a publicidade garantida; que esta liberdade é o único apoio infalível de tal publicidade. Que[93] sem isto a autoridade Ministerial, (que tem quase sempre um certo declive para a arbitrariedade,) poderia tudo, confundiria tudo, meteria a vida, a propriedade dos indivíduos da Nação nos abismos da desgraça; faria aos súbditos beneméritos as injustiças, que quisesse, sem que ela podesse saber desses procedimentos arbitrários, para os obviar, e punir. Que os respeitos, contemplações, interesses particulares, e mil outras combinações funestas (que todos sabem muito bem) poderiam afastar os seus súbditos, ou para melhor dizer, os seus filhos da oportunidade de se queixar a ela mesma, como a sua May, a sua Defensora Perpétua, a sua Rainha.

[60] Foi debaixo destes, e outros muitos princípios, que a Rainha permitiu francamente a liberdade da Imprensa com a única restricção de respon –

[93] No texto-base consta “Qne”: erro tipográfico.

sabilidade pelos excessos, especificando cazos, e declarando o Juizo competente, que creou de proposito, para se verificar ali o crime, e impor-se a pena.

Entretanto, que tudo isto se passava forão concorrendo as Deputadas. A Rainha vendo por huma parte a necessidade urgente, que havia da Constituição, para estabelecer, e consolidar, quanto antes, a nova forma do Governo, que projectava, e para em consequencia della se tratar da formação das Leis, que devião formar o codigo da Nação, e tudo o mais, que estava dependente deste primeiro passo, em que não se devia perder tempo; e prevendo por outra, que as Deputadas a pezar da sua boa fé consumirião neste primeiro importante objecto muitos mezes, e talvez annos em questões frivolas, e debates de ostentação, que nada adiantão para o cazo, e de cujas materias mal concebidas, mal enunciadas, e mal entendidas podia resultar huma alluvião de Opiniões differentes; e por consequencia differentes partidos, e mil outros inconvenientes; tinha por isso sabiamente arranjado huma Constituição excellente, muito livre, ao nivel das ideas do Seculo, e todavia digna do Throno.

Logo pois que vio rennidas quase tres partes das Deputadas installou a Assemblea. (Dia memoravel nos Fastos da Razão, e da Gloria!)

sabilidade pelos excessos, especificando casos, e declarando o Juízo competente, que creou de propósito, para se verificar ali o crime, e impor-se a pena.

[61] Entretanto, que tudo isto se passava foram concorrendo as Deputadas. A Rainha vendo por uma parte a necessidade urgente, que havia da Constituição, para estabelecer, e consolidar, quanto antes, a nova forma do Governo, que projectava, e para em consequência dela se tratar da formação das Leis, que deviam formar o código da Nação, e tudo o mais, que estava dependente deste primeiro passo, em que não se devia perder tempo; e prevendo por outra, que as Deputadas apesar da sua boa-fé consumiriam neste primeiro importante objecto muitos meses, e talvez anos em questões frívolas, e debates de ostentação, que nada adiantam para o caso, e de cujas matérias mal concebidas, mal enunciadas, e mal entendidas podia resultar uma aluvião de Opiniões diferentes; e por consequência diferentes partidos, e mil outros inconvenientes; tinha por isso sabiamente arranjado uma Constituição excelente, muito livre, ao nível das ideias do Século, e todavia digna do Trono.

[62] Logo pois que viu reunidas quase três partes das Deputadas instalou a Assembleia. (Dia memorável nos Fastos da Razão, e da Glória!)

Ali depois de huma Peça Magestoza, que recitou na Abertura com hum ar elegante, com huma voz encantadora, que attrahio os corações, e a convicção de todos; tendo apenas em sua mão hum pequeno papel com meia duzia de linhas, que devião servir de apontamento para a longa Falla, que fez, e que todavia pareceo ao Congresso tão abreviada; aprezentou-lhe esta Constituição, como Projecto, prevenindo-a, e demonstrando-lhe a imperiosa necessidade de se estabelecer, quanto antes, a forma do Governo.

Nesta Falla disse ella, — Que não tendo cada Cidadão empregado mais, do que a obrigação de encher as funcções do seu cargo, ella se julgava entre tanto responsavel em parte pelo desempenho de todas essas mesmas funcções em razão do dever geral da Inspecção, que ella sentia sobre os seus hombros. Que ella sobrecarregada com o pezo dos Negocios do Estado julgava, que lhe devia todos os seus cuidados, e todo o seu tempo. Que ella se reconhecia responsavel por todo o bem, que faltasse ao Povo, e por todo o mal, que lhe viesse. Que huma hora perdida era para ella hum roubo feito á sua Patria. Que ella devia dar conta ao seu Seculo, e á Posteridade de todos os seus instantes; e que não podia jamais esquecer-se, que cada hum dos seus dias deveria fazer huma pagina na Historia do seu Reinado.

[63] Ali depois de uma Peça Majestosa, que recitou na Abertura com um ar elegante, com uma voz encantadora, que atraiu os corações, e a convicção de todos; tendo apenas em sua mão um pequeno papel com meia dúzia de linhas, que deviam servir de apontamento para a longa Fala, que fez, e que todavia pareceu ao Congresso tão abreviada; apresentou-lhe esta Constituição, como Projecto, prevenindo-o[94], e demonstrando--lhe a imperiosa necessidade de se estabelecer, quanto antes, a forma do Governo.

[64] Nesta Fala disse ela, — Que não tendo cada Cidadão empregado mais, do que a obrigação de encher as funcções do seu cargo, ela se julgava entretanto responsável em parte pelo desempenho de todas essas mesmas funcções em razão do dever geral da Inspecção, que ela sentia sobre os seus ombros. Que ela sobrecarregada com o peso dos Negócios do Estado julgava, que lhe devia todos os seus cuidados, e todo o seu tempo. Que ela se reconhecia responsável por todo o bem, que faltasse ao Povo, e por todo o mal, que lhe viesse. Que uma hora perdida era para ela um roubo feito à sua Pátria. Que ela devia dar conta ao seu Século, e à Posteridade de todos os seus instantes; e que não podia jamais esquecer-se, que cada um dos seus dias deveria fazer uma página na História do seu Reinado.

[94] No texto-base está “prevenindo-a”, mas o autor corrigiu para “prevenindo-o” na Errata.

Disse mais, que ella queria Reinar em corações livres, e generosos, e que fossem ao modelo do seu; porem que sendo os Thronos em geral tão invejados, e aquelle especialmente tão ambicionado pelos homens, era preciso para a sua segurança cerca-lo de Instituições defensivas.

Referio destramente á Historia dos grandes Imperios de huma maneira sublime, com expressões, e cores as mais vivas, e tocantes, e com aquella energia encantadora, que attrahe a persuasão. Fez ver os verdadeiros moveis de suas elevações, e as causas funestas de suas ruinas. Mostrou, que a Estrada Politica, por onde se pode ir á hum bom Governo, he apenas hum estreito caminho mal trilhado.

A Historia, dizia ella, he o imparcial Registro das acções, e paixões; das virtudes, e vicios; da gloria, e da infamia do Genero Humano. Ella deve ser considerada como hum Reservatorio puro de sabedoria, e experiencia de toda a raça humana; onde cada lição faz huma impressão mais irresistivel pela força do exemplo.

He pois a Historia, que eu tomei por Guia, quando tracei o Plano deste Projecto.

Os Guias visiveis sobre a terra, como esses homens, que vivião comnosco, e todos os mais

[65] Disse mais, que ela queria Reinar em corações livres, e generosos, e que fossem ao modelo do seu; porém que sendo os Tronos em geral tão invejados, e aquele especialmente tão ambicionado pelos homens, era preciso para a sua segurança cercá-lo de Instituições defensivas.

[66] Referiu destramente à História dos grandes Impérios de uma maneira sublime, com expressões, e cores as mais vivas, e tocantes, e com aquela energia encantadora, que atrai a persuasão. Fez ver os verdadeiros móveis de suas elevações, e as causas funestas de suas ruínas. Mostrou, que a Estrada Política, por onde se pode ir a um bom Governo, é apenas um estreito caminho mal trilhado.

[67] A História, dizia ela, é o imparcial Registro das acções, e paixões; das virtudes, e vícios; da glória, e da infâmia do Gênero Humano. Ela deve ser considerada como um Reservatório puro de sabedoria, e experiência de toda a raça humana; onde cada lição faz uma impressão mais irresistível pela força do exemplo.

[68] É pois a História, que eu tomei por Guia, quando tracei o Plano deste Projecto.

[69] Os Guias visíveis sobre a terra, como esses homens, que viviam comnosco, e todos os mais

huns são ignorantes, outros ambiciosos, outros infieis.

A Historia he o fiel, seguro, e illuminado Guia. Ella he hum Mappa do Mundo Politico. Na nossa jornada politica nós nos guiaremos a nós mesmas segundo este Mappa. Nos seremos assaltadas pelas paixões alheas; seremos trahidas pelas nossas: sirva-nos pois a Historia como huma Collecção de Jornaes daquelles, que tem viajado já esse Mundo, e tem sido expostos aos seus crueis accidentes. Os bons, ou máos successos, que tiverão, nos instruirão igualmente: Os bons nos darão coragem a segui-los; os máos nos servirão de aviso a evita-los.

He segundo esta verdadeira, imparcial Instrucção, que eu formei prevenidamente esse Projecto de Constituição, que tenho o prazer de aprezentar nesta Augusta Assemblea, só para obviar em tempo sentimentos divergentes, e dirigi-los, como he do meu dever, á hum ponto central; que he em summa a segurança interna, e externa do Estado, a Independencia, Liberdade, e prosperidade da Nação.

Disse mais, que ella tinha combinado este Projecto da maneira, que lhe pareceo mais propria, para nunca se abalar, nem mesmo estremecer a maquina do Estado. E em fim, que

uns são ignorantes, outros ambiciosos, outros infiéis.

[70] A História é o fiel, seguro, e iluminado Guia. Ela é um Mapa do Mundo Político. Na nossa jornada política nós nos guiaremos a nós mesmas segundo este Mapa. Nós seremos assaltadas pelas paixões alheias; seremos traídas pelas nossas: sirva-nos pois a História como uma Colecção de Jornais daqueles, que têm viajado já esse Mundo, e têm sido expostos aos seus cruéis accidentes. Os bons, ou maus successos, que tiveram, nos instruirão igualmente: Os bons nos darão coragem a segui-los; os maus nos servirão de aviso a evitá-los.

[71] É segundo esta verdadeira, imparcial Instrucção, que eu formei prevenidamente esse Projecto de Constituição, que tenho o prazer de apresentar nesta Augusta Assembleia, só para obviar em tempo sentimentos divergentes, e dirigi-los, como é do meu dever, a um ponto central; que é em suma a segurança interna, e externa do Estado, a Independência, Liberdade, e prosperidade da Nação.

[72] Disse mais, que ela tinha combinado este Projecto da maneira, que lhe pareceu mais própria, para nunca se abalar, nem mesmo estremecer a máquina do Estado. E enfim, que

ella reconhecia, que deverião haver alguns pontos, que podessem ser alterados; mas, que assentava, que o primeiro objecto na actualidade, era estabelecer, quanto antes, e fixar a Constituição.

Concluio dizendo que a soma dos conhecimentos avançados do Espirito humano veria com o tempo, e com a experiencia, para onde pendia a balança Politica; que o progresso da Razão, e das Luzes combinados com a experiencia reconheceria as emendas, que deverião haver pela vicissitude dos tempos; visto que a marcha dos conhecimentos humanos he progressiva, e a Constituição Estacionaria. Por tanto, que as circunstancias imperiosas, que são sempre, as que governão, indicarião o remedio ao mal, que se sentisse.

A Prezidente mulher de sublimes virtudes, de muito saber, prudencia, e dexteridade, apezar de conhecer, que a marcha lenta, com que huma Assemblea delibéra, não só afiança o acerto, mas até produz huma idea vantajoza da sua prudencia, e do seu zelo; com tudo em taes circunstancias, em que a demora parecia hum mal irreparavel; poz a votos o Projecto depois de lido tres vezes com a maior circunspecção possivel, e recolhendo os votos, achou (couza rara) a unanimidade de sentimentos entre tanta

ela reconhecia, que deveriam haver alguns pontos, que podessem ser alterados; mas, que assentava, que o primeiro objecto na actualidade, era estabelecer, quanto antes, e fixar a Constituição.

[73] Concluiu dizendo que a soma dos conhecimentos avançados do Espírito humano veria com o tempo, e com a experiência, para onde pendia a balança Política; que o progresso da Razão, e das Luzes combinados com a experiência reconheceria as emendas, que deveriam haver pela vicissitude dos tempos; visto que a marcha dos conhecimentos humanos é progressiva, e a Constituição Estacionária. Portanto, que as circunstâncias imperiosas, que são sempre, as que governam, indicariam o remédio ao mal, que se sentisse.

[74] A Presidente mulher de sublimes virtudes, de muito saber, prudência, e dexteridade, apesar de conhecer, que a marcha lenta, com que uma Assembleia delibera, não só afiança o acerto, mas até produz uma ideia vantajosa da sua prudência, e do seu zelo; contudo em tais circunstâncias, em que a demora parecia um mal irreparável; pôs a votos o Projecto depois de lido três vezes com a maior circunspecção possível, e recolhendo os votos, achou (cousa rara) a unanimidade de sentimentos entre tanta

gente de humores differentes; e voltando-se logo para a Rainha (que depois da sua Falla à repetidas instancias do Congresso se tinha demorado, e bem a seu pezar assistido à Leitura do Projecto) dirigio-lhe immediatamente huma Falla sublime, scientifica, energica, digna em fim de huma tal Rainha, e da Prezidente de hum Magestoso Congresso, que reprezentava tão valerosa, como delicada Nação.

No seu Discurso exaltou a Oradora o Magnanimo Coração, o Espirito generoso de tão Heroica Soberana. Approvou, e agradeceo em nome do Congresso hum tão sabio, e tão Liberal Projecto. Declarou solemnemente, que elle ficava sendo de ora emdiante a Constituição do Estado; e que nada mais faltava, que o Sello do Juramento, e a Ley, que a promulgasse. Concluio a Prezidente este brilhante Discurso (como costuma o bello Sexo) com hum comprimento galante, delicado, e lizonjeiro.

Disse, que aquella Constituição (que parecia dada pelo Ceo) estava para aquella Nação, como o Sol para o Mundo.

Que ella era tão chea de Liberalidade, e de luzes, como o Sol bemfeitor, que anima, conserva, e que illumina o Universo.

Que ella era tão bem combinada, como a Luz,

gente de humores diferentes; e voltando-se logo
para a Rainha (que depois da sua Fala a re-
petidas instâncias do Congresso se tinha demorado,
e bem a seu pesar assistido à Leitura do Projecto)
dirigiu-lhe imediatamente uma Fala sublime,
científica, enérgica, digna enfim de uma
tal Rainha, e da Presidente de um Majestoso
Congresso, que representava tão valerosa, como
delicada Nação.

[75] No seu Discurso exaltou a Oradora o Magnâ-
nimo Coração, o Espírito generoso de tão Heroica
Soberana. Aprovou, e agradeceu em nome do
Congresso um tão sábio, e tão Liberal Pro-
jecto. Declarou solemnemente, que ele ficava
sendo de ora em diante a Constituição do Estado;
e que nada mais faltava, que o Selo do Juramento,
e a Lei, que a promulgasse. Concluiu a Presi-
dente este brilhante Discurso (como costuma o
belo sexo) com um comprimento galante,
delicado, e lisonjeiro.

[76] Disse, que aquela Constituição (que parecia
dada pelo Céu) estava para aquela Nação, como
o Sol para o Mundo.

[77] Que ela era tão cheia de Liberalidade, e de
luzes, como o Sol benfeitor, que anima, conserva,
e que ilumina o Universo.

[78] Que ela era tão bem combinada, como a Luz,

Creatura a mais brilhante de hum Deos Omnipotente, e que por isso tambem devia principiar a existir com a mesma presteza, com qué a Luz fora feita.

Que tal Constituição era propriamente, como hum prisma; pois que assim como este separa com perfeição os raios do sol, e mostra evidentemente a mais completa divisão das cores; assim, e de hum modo analogo fazia a Constituição a separação dos Poderes.

E que assim tambem como a reunião dos raios do Sol dava constantemente em resultado a Luz; assim a reunião dos Poderes, que a Constituição marcava com tanta sabedoria, daria em resultado a prosperidade, a gloria, e o esplendor da Nação.

Em fim que ella estava intimamente convencida, que assim como sem os raios da Luz não podião existir cores; assim tambem sem tal Constituição não poderião existir jamais a segurança do Estado, e a felicidade geral tão suspirada.

Com effeito o tempo, e a experiencia, confirmarão, que aquella Constituição era a mais justa, e a mais propria, para fazer prosperar aquelle Reino, e cobri-lo de gloria; e reconhecerão-se mais por esta occazião duas verdades eternas em Politica.=

Creatura a mais brilhante de um Deus Omnipotente, e que por isso também devia principiar a existir com a mesma presteza, com que a Luz fora feita.

[79] Que tal Constituição era propriamente, como um prisma; pois que assim como este separa com perfeição os raios do Sol, e mostra evidentemente a mais completa divisão das cores; assim, e de um modo análogo fazia a Constituição a separação dos Poderes.

[80] E que assim também como a reunião dos raios do Sol dava constantemente em resultado a Luz; assim a reunião dos Poderes, que a Constituição marcava com tanta sabedoria, daria em resultado a prosperidade, a glória, e o esplendor da Nação.

[81] Enfim que ela estava intimamente convencida, que assim como sem os raios da Luz não podiam existir cores; assim também sem tal Constituição não poderiam existir jamais a segurança do Estado, e a felicidade geral tão suspirada.

[82] Com efeito o tempo, e a experiência, confirmaram, que aquela Constituição era a mais justa, e a mais própria, para fazer prosperar aquele Reino, e cobri-lo de glória; e reconheceram-se mais por esta ocasião duas verdades eternas em Política. –

1ª. Que he mais facil fazer hum grande Imperio, que conserva-lo grande; porque para faze-lo assim basta huma pessoa de talento, sabia, e justa; e para conserva-lo grande he precisa huma sequencia dellas.

2ª Que o Estado, que chegar a ter hum Rey justo, e Ministros sabios, e virtuosos, será o mais feliz de todos os Estados.

Tornando pois á historia, que eu interrompi, para vos fazer ver previamente, quem era Statïra, filha de quem, como sua May tinha subido ao Throno, de que ella era herdeira; as grandes couzas, que fizera no meio de huma Revolução terrivel; e em fim a estabelidade do Governo, que tão sabiamente fundára; continuarei agora, o que vos hia referindo.

Eu ja vos tinha dito, que na minha chegada á Capital ali fui informado, que os Licios conforme a Constituição estabelecida no Governo antepassado, erão governados outra vez por mulheres; proseguirei pois com as outras informações, que restão, e o mais, que se seguio.

Fui mais informado, que a May de Statïra depois de governar algums annos, tinha sido dethronada atraiçoadamente pela ambição de hum Tyrano, Irmão de seu Marido, ja fallecido antes da Revolução; e que, como ella era ja adorada

[83] 1ª. Que é mais fácil fazer um grande Império, que conservá-lo grande; porque para fazê-lo assim basta uma pessoa de talento, sábia, e justa; e para conservá-lo grande é precisa uma sequência delas.

[84] 2ª. Que o Estado, que chegar a ter um Rei justo, e Ministros sábios, e virtuosos, será o mais feliz de todos os Estados.

[85] Tornando pois à história, que eu interrompi, para vos fazer ver previamente, quem era Statira, filha de quem, como sua May tinha subido ao Trono, de que ela era herdeira; as grandes cousas, que fizera no meio de uma Revolução terrível; e enfim a estabelidade do Governo, que tão sabiamente fundara; continuarei agora, o que vos ia referindo.

[86] Eu já vos tinha dito, que na minha chegada à Capital ali fui informado, que os Lícios conforme a Constituição estabelecida no Governo antepassado, eram governados outra vez por mulheres; prosseguirei pois com as outras informações, que restam, e o mais, que se seguiu.

[87] Fui mais informado, que a May de Statira depois de governar alguns anos, tinha sido detronada atraiçoadamente pela ambição de um Tirano, Irmão de seu Marido, já falecido antes da Revolução; e que, como ela era já adorada

pelo povo, e o traidor achava nisto huma grande barreira; para melhor concluir seus fins, lhe dera veneno. Por morte della foi então facil ao Tyrano subir ao Throno á testa de hum partido irrezistivel, que tinha preparado para isso; e que o primeiro Ministro d'Estado, Tio de Statïra, Irmão de sua May, homem de grandes Luzes, merecimento, e prudencia, vendo os Negocios Publicos em tão mas circunstancias, e a vida da Princeza herdeira em perigo imminente, tomára o expediente de emigrar para as Indias com a Joven Princeza; o que com effeito pozera em pratica; e que ali vivera muitos annos; elle disfarçado em Brahmane, e ella em Vestal. Que este velho tendo-se entretanto correspondido frequentemente com as amigas da Familia Real, fora por fim a Joven Princeza com applauso geral restituida ao Throno de sua May depois de fallecido o Usurpador; cuja morte não só não foi chorada; mas nem ao menos sentida por aquelles mesmos, que tinhão concorrido para a sua elevação ao Throno. Daqui se vê, quanto he verdade, que ninguem lastima hum Tyrano morto; pois que todos o temem vivo: e que a maior satisfação, que tem hum Povo, que geme na oppressão, he ver mortos, ou opprimidos os seus oppressores!..

pelo povo, e o traidor achava nisto uma grande barreira; para melhor concluir seus fins, lhe dera veneno. Por morte dela foi então fácil ao Tirano subir ao Trono à testa de um partido irresistível, que tinha preparado para isso; e que o primeiro Ministro d'Estado, Tio de Statira, Irmão de sua May, homem de grandes Luzes, merecimento, e prudência, vendo os Negócios Públicos em tão más circunstâncias, e a vida da Princesa herdeira em perigo iminente, tomara o expediente de emigrar para as Índias com a Jovem Princesa; o que com efeito posera em prática; e que ali vivera muitos anos; ele disfarçado em Brâmane, e ela em Vestal. Que este velho tendo-se entretanto correspondido frequentemente com as amigas da Família Real, fora por fim a Jovem Princesa com aplauso geral restituída ao Trono de sua May depois de falecido o Usurpador; cuja morte não só não foi chorada; mas nem ao menos sentida por aqueles mesmos, que tinham concorrido para a sua elevação ao Trono. Daqui se vê, quanto é verdade, que ninguém lastima um Tirano morto; pois que todos o temem vivo: e que a maior satisfação, que tem um Povo, que geme na opressão, é ver mortos, ou oprimidos os seus opressores!..

Fui mais informado, que Statïra era adorada pelo Povo; porque governava como huma pessoa, que tinha aprendido na escola da desgraça.

Que ella tinha a mesma bondade de sua May, que attrahia os bons com a Justiça, e os maos com a clemencia. Que era generosa, como ella, que tinha ja admittido ao serviço alguns homens de merecimento: e a maioria dos homens (como vos sabeis) he facil em esquecer as affrontas do offensor genereso.

Fui informado ultimamente, que ella tinha expressado sempre huma inteira repugnancia ao Estado Nupcial. Esta novidade encheo o meu coração de prazer. Eu dei graças a Deos, por me ter conduzido por tão maravilhosos caminhos ao doce objecto da minha paixão. Eu implorei anciosamente o socorro do Ceo, e lhe prometi não amar senão huma vez, e so a Statïra; se elle favorecesse as minhas tão justas intenções. Rezolvi-me pois a procurar meios de me introduzir com a Rainha; e concluindo, que o mais proprio, e mais seguro era o serviço Militar; entrei neste serviço, em que havião ja muitos homens, que por esta mesma estrada querião chegar a merecer honras, e os Empregos compativeis com a nova Constituição.

Dentro em pouco tempo tive occasião de me

[88] Fui mais informado, que Statira era adorada pelo Povo; porque governava como uma pessoa, que tinha aprendido na escola da desgraça.

[89] Que ela tinha a mesma bondade de sua May, que atraía os bons com a Justiça, e os maus com a clemência. Que era generosa, como ela, que tinha já admitido ao serviço alguns homens de merecimento: e a maioria dos homens (como vós sabeis) é fácil em esquecer as afrontas do ofensor generoso.

[90] Fui informado ultimamente, que ela tinha expressado sempre uma inteira repugnância ao Estado Nupcial. Esta novidade encheu o meu coração de prazer. Eu dei graças a Deus, por me ter conduzido por tão maravilhosos caminhos ao doce objecto da minha paixão. Eu implorei ansiosamente o socorro do Céu, e lhe prometi não amar senão uma vez, e só a Statira; se ele favorecesse as minhas tão justas intenções. Resolvi-me pois a procurar meios de me introduzir com a Rainha; e concluindo, que o mais próprio, e mais seguro era o serviço Militar; entrei neste serviço, em que haviam já muitos homens, que por esta mesma estrada queriam chegar a merecer honras, e os Empregos compatíveis com a nova Constituição.

[91] Dentro em pouco tempo tive ocasião de me

distinguir em alguns combates com os Carios. Eu não tinha em vista, senão ou morrer, ou conseguir o meu fim. Nunca me poupei á fadigas; tentei as mais difficultosas emprezas; expuz-me á toda sorte de perigos. Por fim em huma batalha, de que dependia segunda vez a sorte da Licia, os Carios favorecidos de traidores, que tinhamos no Estado, pozerão nossas tropas em derrota.

Succedeo isto em huma larga planicie nos suburbios da Cidade, donde todos os que fugião, não tinhão mais, que hum caminho para escapar-se, e por onde deverião atravessar hum passo estreito. Postei-me nesta passagem: ali á força das minhas proclamações, e do meu exemplo obrigava a fazer alto os desesperados, que fugião. Animarão-se com a minha presença, e com as minhas fallas; e assim com este expediente ajuntei hum pequeno corpo de Tropa, com que marchei ao inimigo, e achando o descuidado, e entretido com os prazeres, e despojos da batalha, (que davão por decidida,) carreguei-o fortemente em surpreza, desbaratei-o de todo, e tive a fortuna de obter huma completa victoria.

Esta acção ganhada deste modo, e depois de huma derrota decidida, attrahio sobre mim as vistas de todo o Exercito, e do Estado. Não se

distinguir em alguns combates com os Cários. Eu não tinha em vista, senão ou morrer, ou conseguir o meu fim. Nunca me poupei a fadigas; tentei as mais dificultosas empresas; expus-me a toda sorte de perigos. Por fim em uma batalha, de que dependia segunda vez a sorte da Lícia, os Cários favorecidos de traidores, que tínhamos no Estado, poseram nossas tropas em derrota.

[92] Succedeu isto em uma larga planície nos subúrbios da Cidade, donde todos os que fugiam, não tinham mais, que um caminho para escapar-se, e por onde deveriam atravessar um passo estreito. Postei-me nesta passagem: ali à força das minhas proclamações, e do meu exemplo obrigava a fazer alto os desesperados, que fugiam. Animaram-se com a minha presença, e com as minhas falas; e assim com este expediente ajuntei um pequeno corpo de Tropa, com que marchei ao inimigo, e achando-o descuidado, e entretido com os prazeres, e despojos da batalha, (que davam por decidida,) carreguei-o fortemente em surpresa, desbaratei-o de todo, e tive a fortuna de obter uma completa victória.

[93] Esta acção ganhada deste modo, e depois de uma derrota decidida, atraiu sobre mim as vistas de todo o Exército, e do Estado. Não se

fallava senão na minha coragem, e no meu expediente. Ja não me chamavão, senão o Grande General, o Libertador da Patria.

Eu fui então introduzido á prezença da Rainha. Vi, que ella ja não tinha a mais pequena lembrança de mim.

Nós ja estavamos separados, haveria pouco mais de seis annos. A tristeza, a fadiga, os sões, e os trabalhos tinhão alterado muito a cor, e as feições do meu rosto. Ella perguntou-me o meu nome, a minha Patria, e a minha familia; entretanto olhava-me com attenção. Pareceo-me, que descobria nos seus olhos huma interna emoção, que ella forcejava por occultar. He verdade, que todos os amantes assim pensão, quando tem paixão, e he por isso, que quazi todos se enganão. Mas eu n'outro tempo olhava para ella apenas, como huma Vestal, e de hum nascimento ordinario; e não obstante dezejava, que cingisse comigo a minha coroa. Nesta occazião desconhecido, como eu era, formei o designio de a fazer amar-me sem conhecer-me, assim como eu a tinha amado sem saber, quem era ella. Por isso, e por que as extravagancias são da essencia d'Amor, occultei-lhe a minha Patria, o meu nascimento, e respondi-lhe, que eu tinha nascido em huma Cidade da Syria, e de huma

falava senão na minha coragem, e no meu expediente. Já não me chamavam, senão o Grande General, o Libertador da Pátria.

[94] Eu fui então introduzido à presença da Rainha. Vi, que ela já não tinha a mais pequena lembrança de mim.

[95] Nós já estávamos separados, haveria pouco mais de seis anos. A tristeza, a fadiga, os sões, e os trabalhos tinham alterado muito a cor, e as feições do meu rosto. Ela perguntou-me o meu nome, a minha Pátria, e a minha família; entretanto olhava-me com atenção. Pareceu-me, que descobria nos seus olhos uma interna emoção, que ela forcejava por ocultar. É verdade, que todos os amantes assim pensam, quando têm paixão, e é por isso, que quase todos se enganam. Mas eu noutro tempo olhava para ela apenas, como uma Vestal, e de um nascimento ordinário; e não obstante desejava, que cingisse comigo a minha coroa. Nesta ocasião desconhecido, como eu era, formei o desígnio de a fazer amar-me sem conhecer-me, assim como eu a tinha amado sem saber, quem era ela.
Por isso, e porque as extravagâncias são da essência d'Amor, ocultei-lhe a minha Pátria, o meu nascimento, e respondi-lhe, que eu tinha nascido em uma Cidade da Síria, e de uma

familia obscura. Ella immediatamente se retirou sem me dizer mais huma palavra.

Apezar disto não muito tempo depois por conselho dos Senadores, que ella tinha ja feito em remuneração de seus serviços, e da sua fidelidade, para juntos em Senado reprezentar o Povo com certas attribuições, e prerogativas; ella deo-me o Commando em Chefe do Exercito: e por este motivo tinha eu frequentes occaziões de acesso á sua Pessoa.

Ella costumava mandar chamar-me frequentemente com razões, ou pretexto do serviço Nacional; e algumas vezes o fez, não tendo coiza alguma deste genero para tratar.

Eu conhecia, que ella achava ja prazer em conversar comigo: e eu aproveitando-me de toda a occazião, que se-me apresentava, descrevia-lhe os meus proprios sentimentos no caracter dos mais.

A Mythologia Persana, Egypcia, e Pheniciana, que eu tinha aprendido nas minhas digressões, fornecião-me bastante materia, para mostrar-lhe, que os Deozes antigamente namoravão-se dos mortaes, e como por hum milagre d'Amor todas as condições vinhão a tornar-se iguaes.

Lembro-me, que hum dia, em que eu lhe estava contando hnma historia desta natureza, ella auzentou-se com grande agitação.

família obscura. Ela imediatamente se retirou
sem me dizer mais uma palavra.

[96] Apesar disto não muito tempo depois por conselho dos Senadores, que ela tinha já feito em remuneração de seus serviços, e da sua fidelidade, para juntos em Senado representar o Povo com certas atribuições, e prerrogativas; ela deu-me o Comando em Chefe do Exército: e por este motivo tinha eu frequentes ocasiões de acesso à sua Pessoa.

[97] Ela costumava mandar chamar-me frequentemente com razões, ou pretexto do serviço Nacional; e algumas vezes o fez, não tendo coisa alguma deste gênero para tratar.

[98] Eu conhecia, que ela achava já prazer em conversar comigo: e eu aproveitando-me de toda a ocasião, que se me apresentava, descrevia-lhe os meus próprios sentimentos no carácter dos mais.

[99] A Mitologia Persana, Egípcia, e Feniciana, que eu tinha aprendido nas minhas digressões, forneciam-me bastante matéria, para mostrar-lhe, que os Deuses antigamente namoravam-se dos mortais, e como por um milagre d'Amor todas as condições vinham a tornar-se iguais.

[100] Lembro-me, que um dia, em que eu lhe estava contando uma história desta natureza, ela ausentou-se com grande agitação.

Foi-me facil descobrir por esta occazião os occultos sentimentos da sua alma, que ella tanto forcejava por encubrir; talvez ainda sem saber, que os maiores esforços, que se fazem, para occultar huma paixão amoroza, sâo a maior prova d'ella.

Tive por tanto o maior prazer, quando percebi, que ella sentia ja por mim aquelle mesmo amor, que eu senti sempre por ella; e tivemos depois frequentes conversações, pelas quaes evidentemente conheci, que cada dia se augmentava mais para comigo a sua confidencia; outra grande marca d'Amor, e até o melhor thermometro, para conhecer os seus gráos.

Eu algumas vezes fiz, que lhe viessem á lembrança as desgraças passadas nos seus primeiros annos, e ella por huma destas occaziões contou-me a sua vida entre as Vestaes, a sua amizade com Amâna, e os seus reciprocos affectos. Eu mal pude conter-me nessa occazião; estive por varias vezes ao ponto de me declarar com ella: porem huma exaltada delicadeza minha exigia, que Statïra houvesse de fazer por mim sem conhecer, quem eu era, aquelles mesmos excessos, que eu estava disposto a fazer por ella quando a tinha somente por Vestal.

Todos os meus dezejos estavão satisfeitos, e

[101] Foi-me fácil descobrir por esta ocasião os ocultos sentimentos da sua alma, que ela tanto forcejava por encubrir; talvez ainda sem saber, que os maiores esforços, que se fazem, para ocultar uma paixão amorosa, são a maior prova dela.

[102] Tive portanto o maior prazer, quando percebi, que ela sentia já por mim aquele mesmo amor, que eu senti sempre por ela; e tivemos depois frequentes conversações, pelas quais evidentemente conheci, que cada dia se augmentava mais para comigo a sua confidência; outra grande marca d'Amor, e até o melhor termômetro, para conhecer os seus graus.

[103] Eu algumas vezes fiz, que lhe viessem à lembrança as desgraças passadas nos seus primeiros anos, e ela por uma destas ocasiões contou-me a sua vida entre as Vestaes, a sua amizade com Amana, e os seus recíprocos afectos. Eu mal pude conter-me nessa ocasião; estive por várias vezes ao ponto de me declarar com ela: porém uma exaltada delicadeza minha exigia, que Statira houvesse de fazer por mim sem conhecer, quem eu era, aqueles mesmos excessos, que eu estava disposto a fazer por ela quando a tinha somente por Vestal.

[104] Todos os meus desejos estavam satisfeitos, e

o meu amor proprio ja contente, quando hum extraordinario acontecimento me deu a oportunidade de poder experimentar toda a força e extensão do seu amor.

Segundo as Leys Fundamentaes da Licia não podia a pessoa, que reinava, cazar-se com Estrangeiro.

Statïra mandou chamar-me hum dia, e disse-me = Os meus subditos dezejão, e querem que eu me caze; os Senadores estão em Conselho: vai, e dize-lhes da minha parte, que eu convenho, no que exigem, com tanto que me hão de deixar livre a escolha de hum Espozo, seja quem for. Ella proferio estas palavras com aquelle ar de Magestade, quase sem olhar para mim, e retirou-se immediatamente.

A principio estremeci, depois lizonjeei hum pouco o meu amor proprio; mas por fim tornei a cahir em huma duvida cruel, que me consumio; porque eu sabia de certo o afferro, que os Licios tinhão ás suas Leys.

Parti a executar a ordem, que tinha recebido. O Conselho estava junto. Enchi a Commissão, de que estava encarregado. Disse lhes a vontade da Rainha.

Começarão então grandes debates: discutio-se a materia longo tempo: os Senadores opina-

o meu amor próprio já contente, quando um extraordinário acontecimento me deu a oportunidade de poder experimentar toda a força e extensão do seu amor.

[105] Segundo as Leis Fundamentais da Lícia não podia a pessoa, que reinava, casar-se com Estrangeiro.

[106] Statira mandou chamar-me um dia, e disse-me – Os meus súbditos desejam, e querem que eu me case; os Senadores estão em Conselho: vai, e dize-lhes da minha parte, que eu convenho, no que exigem, contanto que me hão de deixar livre a escolha de um Esposo, seja quem for. Ela proferiu estas palavras com aquele ar de Majestade, quase sem olhar para mim, e retirou-se imediatamente.

[107] A princípio estremeci, depois lisonjeei um pouco o meu amor próprio; mas por fim tornei a cair em uma dúvida cruel, que me consumiu; porque eu sabia decerto o aferro, que os Lícios tinham às suas Leis.

[108] Parti a executar a ordem, que tinha recebido. O Conselho estava junto. Enchi a Comissão, de que estava encarregado. Disse-lhes a vontade da Rainha.

[109] Começaram então grandes debates: discutiu-se a matéria longo tempo: os Senadores opina-

rão differentemente pro e contra, e todos com razões muito solidas. Por fim foi Decretado por unanimidade de Votos = Que tomando-se em Consideração as desgraças passadas da Rainha, as suas prudentes, saudaveis Determinações, a Liberalidade, com que tinha já admittido ao serviço da Nação alguns homens pela reconhecida probidade e merecimento, remunerando-os com honrosas distinções, e o excessivo amor, que tinha manifestado sempre ao Povo; e em fim em attenção distinta aos seus serviços pessoaes feitos á Patria na Paz, e na Guerra; lhe era (sem poder servir de exemplo para o futuro) permittida a liberdade de escolher Espozo, quem quer, que fosse; ficando so por aquella occazião, e por tão extraordinarios motivos, suspenso o Artigo da Constituição, que defendia tão perigosa liberdade.

Voltei á Rainha; e apenas acabava de expor-lhe o resultado das Deliberações do Conselho; ordenou-me, que marchasse logo logo com todo o Exercito para aquella planicie, em que eu tinha ganhado a batalha aos Carios, e que ali fizesse alto, esperando as suas ultimas ordens.

Eu parti. Ella mandou immediatamente expedir Avizos aos Grandes da Corte, e ordens aos Empregados publicos, e fixar Editaes ao Povo,

ram diferentemente pró e contra, e todos com razões muito sólidas. Por fim foi Decretado por unanimidade de Votos - Que tomando-se em Consideração as desgraças passadas da Rainha, as suas prudentes, saudáveis Determinações, a Liberalidade, com que tinha já admitido ao serviço da Nação alguns homens pela reconhecida probidade e merecimento, remunerando-os com honrosas distinções, e o excessivo amor, que tinha manifestado sempre ao Povo; e enfim em atenção distinta aos seus serviços pessoais feitos à Pátria na Paz, e na Guerra; lhe era (sem poder servir de exemplo para o futuro) permitida a liberdade de escolher Esposo, quem quer, que fosse; ficando só por aquela ocasião, e por tão extraordinários motivos, suspenso o Artigo da Constituição, que defendia tão perigosa liberdade.

[110] Voltei à Rainha; e apenas acabava de expor-lhe o resultado das Deliberações do Conselho; ordenou-me, que marchasse logo logo com todo o Exército para aquela planície, em que eu tinha ganhado a batalha aos Cários, e que ali fizesse alto, esperando as suas últimas ordens.

[111] Eu parti. Ela mandou imediatamente expedir Avisos aos Grandes da Corte, e ordens aos Empregados públicos, e fixar Editais ao Povo,

para que se achassem á hora determinada no referido lugar.

Mandou tambem erigir ali hum magnifico Throno, e appareceo nelle cercada dos seus Cortesãos, e fez ao Povo a Falla seguinte.

»Povo de Licia, desde que eu principiei a Reinar, eu tenho religiosamente observado as vossas Leys. Eu tenho apparecido sempre á frente dos Exercitos. Eu tenho ganhado differentes batalhas, e vos estais tranquillo, e victorioso. O meu unico dezejo tem sido sempre fazer-vos livre, e feliz.

» Seria por ventura justo, que aquella, que tem preservado as vossas liberdades; so ella fosse a escrava? Seria acazo glorioso para huma Naçâo generosa, que aquella mesma, que tem constantemente trabalhado e exposto a sua vida para a vossa felicidade, so ella fosse a infeliz? Não ha desgraça maior, do que fazer violencia ao seu proprio coraçâo aquelle, que o tem ja empenhado, e principalmente em cazos, que so terminão com a vida. O Throno, e a Grandeza so servirião para fazer sentir mais o pezo da sua escravidão.

»He por isso, que eu tenho reclamado perante os legitimos Representantes de hum Povo justo, e generoso a liberdade da escolha do meu Espozo; a qual ja obtive; mas agora quero ter de

para que se achassem à hora determinada no
referido lugar.

[112] Mandou também erigir ali um magnífico
Trono, e apareceu nele cercada dos seus Cortesãos, e fez ao Povo a Fala seguinte.

[113] "Povo de Lícia, desde que eu principiei a Reinar,
eu tenho religiosamente observado as vossas Leis.
Eu tenho aparecido sempre à frente dos Exércitos. Eu tenho ganhado diferentes batalhas,
e vós estais tranquilo, e victorioso. O meu único
desejo tem sido sempre fazer-vos livre, e feliz.

[114] Seria porventura justo, que aquela, que tem
preservado as vossas liberdades; só ela fosse a
escrava? Seria acaso glorioso para uma Nação
generosa, que aquela mesma, que tem constantemente trabalhado e exposto a sua vida para a
vossa felicidade, só ela fosse a infeliz? Não há
desgraça maior, do que fazer violência ao seu
próprio coração aquele, que o tem já empenhado, e principalmente em casos, que só terminam com a vida. O Trono, e a Grandeza
só serviriam para fazer sentir mais o peso da sua
escravidão.

[115] É por isso, que eu tenho reclamado perante
os legítimos Representantes de um Povo justo,
e generoso a liberdade da escolha do meu Esposo; a qual já obtive; mas agora quero ter de

novo o prazer de repetir pessoalmente a minha reclamação perante vós mesmos, em cujo amor confio.» = Todo o Povo applaudindo a Falla da Rainha gritava = Viva a Rainha = Vós sois Livre, = Vós estais dispensada da Ley. = A Rainha mandou-me então ordem, que avançasse á frente das Tropas. Apenas me hia approximando ao Throno, quando eu a vi levantar-se, e com a mão apontando para mim, tornou a fallar ao Povo desta sorte. = Cidadãos de Licia, ali tendes o meu Espozo: elle he estrangeiro; mas os seus assinalados serviços o tem feito Cidadão, e Pay da nossa Patria. Elle não he Principe; mas elle tem merecido ser collocado por nós ao nivel dos Reys. =

Apenas cessárão os applausos do Povo, então Statïra com hum surriso de alegria ordenou-me, que subisse ao Throno. Eu me prostrei aos seus pés; e prestando em suas mãos o Juramento do costume, eu prometti renunciar para sempre a minha Patria, tratar os Licios, como meus verdadeiros filhos; e sobre tudo não amar outra, que não fosse a Rainha.

Apenas acabei de proferir estas palavras, ella desceo comigo do Throno; e fomos para a Capital em grande pompa no meio das acclamações do Povo.

novo o prazer de repetir pessoalmente a minha reclamação perante vós mesmos, em cujo amor confio.” – Todo o Povo aplaudindo a Fala da Rainha gritava – Viva a Rainha – Vós sois Livre, – Vós estais dispensada da Lei. – A Rainha mandou-me então ordem, que avançasse à frente das Tropas. Apenas me ia aproximando ao Trono, quando eu a vi levantar-se, e com a mão apontando para mim, tornou a falar ao Povo desta sorte. – Cidadãos de Lícia, ali tendes o meu[95] Esposo: ele é estrangeiro; mas os seus assinalados serviços o têm feito Cidadão, e Pai da nossa Pátria. Ele não é Príncipe; mas ele tem merecido ser colocado por nós ao nível dos Reis. –

[116] Apenas cessaram os aplausos do Povo, então Statira com um surriso de alegria ordenou-me, que subisse ao Trono. Eu me prostrei aos seus pés; e prestando em suas mãos o Juramento do costume, eu prometi renunciar para sempre a minha Pátria, tratar os Lícios, como meus verdadeiros filhos; e sobretudo não amar outra, que não fosse a Rainha.

[117] Apenas acabei de proferir estas palavras, ela desceu comigo do Trono; e fomos para a Capital em grande pompa no meio das aclamações do Povo.

[95] No texto-base está “men”. Erro tipográfico, por isso foi corrigido.

Chegamos á Palacio; e assim que nos vimos sos= Ah Statïra! lhe disse eu; ja te esqueçias de Amâna?.. ... A surpreza, a alegria, o amor, que ja me tinha, excitárão na sua alma os mais extraordinarios transportes. Ella no mesmo instante recordou-se de mim, e adevinhou tudo o mais. Eu nem pude tambem dizer-lhe mais huma palavra. Nós ficamos, por algum tempo, absortos, extasiados, calados ambos. Poucos momentos depois tornando á si, e fitando em mim os olhos, rompemos ambos o silencio. As perguntas, as respostas, os suspiros se cruzavão nos ares. Passada esta effervescencia, eu lhe contei as minhas aventuras: declarei-lhe então, quem eu era, e todos os effeitos, que amor tinha produzido em minha alma desde o primeiro momento, em que eu a tinha visto. Novos transportes começárão mais vivamente com as minhas declarações. E por fim acalmando, ella fez immediatamente reunir-se de novo o Conselho, para lhe fazer saber o meu nascimento. Mandarão-se logo Embaixadores ás Indias. Eu renunciei a minha Coroa para sempre; e por esta occazião meu Irmão foi confirmado na posse do Throno, á que tinha subido em minha falta por morte do meu querido Pay, que acabou de desgostos pela minha fatal auzencia.

[118] Chegamos a Palácio; e assim que nos vimos sós – Ah Statira! lhe disse eu; já te esquecias de Amana?.. ... A surpresa, a alegria, o amor, que já me tinha, excitaram na sua alma extraordinários transportes. Ela no mesmo instante recordou-se de mim, e adevinhou tudo o mais. Eu nem pude também dizer-lhe mais uma palavra. Nós ficamos, por algum tempo, absortos, extasiados, calados ambos. Poucos momentos depois tornando a si, e fitando em mim os olhos, rompemos ambos o silêncio. As perguntas, as respostas, os suspiros se cruzavam nos ares. Passada esta efervescência, eu lhe contei as minhas aventuras: declarei-lhe então, quem eu era, e todos os efeitos, que amor tinha produzido em minha alma desde o primeiro momento, em que eu a tinha visto. Novos transportes começaram mais vivamente com as minhas declarações. E por fim acalmando, ela fez imediatamente reunir-se de novo o Conselho, para lhe fazer saber o meu nascimento. Mandaram-se logo Embaixadores às Índias. Eu renunciei à minha Coroa para sempre; e por esta ocasião meu Irmão foi confirmado na posse do Trono, a que tinha subido em minha falta por morte do meu querido Pai, que acabou de desgostos pela minha fatal ausência.

Tudo erão sacrificios e sacrificios grandes, e tudo isto eu achava pouco; porque estava com Statïra. Nada dezejava mais do mundo; porque nisto so fazia consistir toda a minha felicidade. Mas ah !.... Toda esta ventura foi de muito curta duração! Por me entregar inteiramente aos violentos impulsos d'Amor; faltei a todos os deveres, com que nasci; esqueci-me do meu Paiz, abandonei minha Patria, meu Pay, de quem eu era o unico comforto, o seu Idolo.... Tendo-me dado a educação mais cuidadoza, tinha posto em mim todas as suas esperanças para a velhice! Eu ingrato á tantos beneficios, fui a cauza.... Sim; mas cauza innocente da sua morte.

O meu amor, que parecia tão delicado, tão justo, de tanto desinteresse, e até de tanta admiração entre os homens, não foi approvado pelo Ceo. foi por isso, que elle me quiz punir com a maior de todas as desgraças; arrancou-me Statïra dos meus braços pouco depois dos nossos desposorios.

Eu vi-me então entregue de todo á huma dor a mais violenta. Imprlorei o Ceo; e o Ceo benigno não me abandonou de todo. A Philosophia veio em meu soccorro. Ella abrio-me os olhos da razão e do entendimento. Eu pude tomar outra vez posse do meu coração. Eu entrei profundamente em mim mesmo, e com-

[119] Tudo eram sacrifícios e sacrifícios grandes, e tudo isto eu achava pouco; porque estava com Statira. Nada desejava mais do mundo; porque nisto só fazia consistir toda a minha felicidade. Mas ah!.... Toda esta ventura foi de muito curta duração! Por me entregar inteiramente aos violentos impulsos d'Amor; faltei a todos os deveres, com que nasci; esqueci-me do meu País, abandonei minha Pátria, meu Pai, de quem eu era o único conforto[96], o seu Ídolo.... Tendo-me dado a educação mais cuidadosa, tinha posto em mim todas as esperanças para a velhice! Eu ingrato a tantos benefícios, fui a causa.... Sim; mas causa inocente da sua morte.

[120] O meu amor, que parecia tão delicado, tão justo, de tanto desinteresse, e até de tanta admiração entre os homens, não foi aprovado pelo Céu. Foi[97] por isso, que ele me quis punir com a maior de todas as desgraças; arrancou-me Statira dos meus braços pouco depois dos nossos desposórios.

[121] Eu vi-me então entregue de todo a uma dor a mais violenta. Implorei o Céu; e o Céu benigno não me abandonou de todo. A Filosofia veio em meu socorro. Ela abriu-me os olhos da razão e do entendimento. Eu pude tomar outra vez posse do meu coração. Eu entrei profundamente em mim mesmo, e com-

[96] No texto-base está "comforto", mas o autor corrigiu para "conforto" na Errata.
[97] No texto-base está "foi". Como é o único caso, em todo o texto, que ocorre letra minúscula após o ponto final, corrigimos para letra maiúscula.

prehendi o admiravel misterio da conducta de Oromázes. A virtude he muitas vezes desgraçada; e até mesmo perseguida. Esta verdade choca, e chocará sempre as ideas dos homens faltos de luzes. Elles não sabem, que os soffrimentos passageiros desta vida são ordenados muitas vezes pelo Ceo para expiação das faltas occultas daquelles, que parecem aos nossos olhos os entes mais virtuosos.

Estas, e outras considerações me determinárão a passar o resto dos meus dias no Estudo da Sabedoria, para o que eu tinha ja muita propensão, e empregado ja a maior parte do meu tempo. Statïra ja não existia. Toda a terra me parecia hum Deserto. Os meus laços estavão todos dissolvidos. Não havia já no mundo coiza, á que eu estivesse ligado. Eu não podia reinar em Licia depois da morte de Statïra: a Coroa era privativa daquelle Sexo. Devia seguir-se a Eleição de outra Rainha. Eu não tinha coração para assistir á taes actos de alegria, e festas de coroação! Nem eu podia mesmo existir mais em hum Payz, onde todos os objectos, de que estava rodeado, renovavão incessantemente na minha alma a lembrança da minha perda.

Tornei para as Indias; fui viver entre os Brahmanes. Ali formei hum novo plano de felicidade.

preendi o admirável mistério da conduta de Oromazes. A virtude é muitas vezes desgraçada; e até mesmo perseguida. Esta verdade choca, e chocará sempre as ideias dos homens faltos de luzes. Eles não sabem, que os sofrimentos passageiros desta vida são ordenados muitas vezes pelo Céu para expiação das faltas ocultas daqueles, que parecem aos nossos olhos os entes mais virtuosos.

[122] Estas, e outras considerações me determinaram a passar o resto dos meus dias no Estudo da Sabedoria, para o que eu tinha já muita propensão, e empregado já a maior parte do meu tempo. Statira já não existia. Toda a terra me parecia um Deserto. Os meus laços estavam todos dissolvidos. Não havia já no mundo coisa, a que eu estivesse ligado. Eu não podia reinar em Lícia depois da morte de Statira: a Coroa era privativa daquele Sexo. Devia seguir-se a Eleição de outra Rainha. Eu não tinha coração para assistir a tais actos de alegria, e festas de coroação! Nem eu podia mesmo existir mais em um País, onde todos os objectos, de que estava rodeado, renovavam incessantemente na minha alma a lembrança da minha perda.

[123] Tornei para as Índias; fui viver entre os Brâmanes. Ali formei um novo plano de felicidade.

Estando livre então daquella escravidão, inquietações, receios, e perigos inseparaveis da Realeza, ou (para melhor dizer) que estão identificados com a Authoridade, que governa; eu estabeleci dentro em mim o imperio das minhas paixões, e dos meus dezejos, mais glorioso sem duvida, e mais satisfactorio, de que todo o precario lustre de huma Coroa pezada; e assim mesmo sempre dependente da volubilidade dos homens, e dos caprichos da fortuna.

Mas não obstante este meu retiro, e a distancia do lugar, em que eu me achava; meu irmão (talvez julgando-me por si) considerando-me como aos outros homens, teve algum ciume de mim, suppondo, que eu reclamaria o Throno.

Eu quiz poupar-lhe desgostos; quiz livra-lo de cuidados; e por isso deixei então para sempre as Indias, fui procurar novo retiro.

Este meu desterro voluntario abrio para mim huma nova fonte de felicidade, que tenho felizmente conseguido; por que entregando-me continuadamente até agora á reflexoens muito serias pude com ellas, e com o favor do tempo confirmar-me na evidencia dos verdadeiros principios de huma sãa Philosophia; que propriamente fallando não he senão — a theoria de ser feliz reduzida á pratica — e por consequencia scien-

[124] Estando livre então daquela escravidão, inquietações, receios, e perigos inseparáveis da Realeza, ou (para melhor dizer) que estão identificados com a Autoridade, que governa; eu estabeleci dentro em mim o império das minhas paixões, e dos meus desejos, mais glorioso sem dúvida, e mais satisfactório, de que todo o precário lustre de uma Coroa pesada; e assim mesmo sempre dependente da volubilidade dos homens, e dos caprichos da fortuna.

[125] Mas não obstante este meu retiro, e a distância do lugar, em que eu me achava; meu irmão (talvez julgando-me por si) considerando-me como aos outros homens, teve algum ciúme de mim, supondo, que eu reclamaria o Trono.

[126] Eu quis poupar-lhe desgostos; quis livrá-lo de cuidados; e por isso deixei então para sempre as Índias, fui procurar novo retiro.

[127] Este meu desterro voluntário abriu para mim uma nova fonte de felicidade, que tenho felizmente conseguido; porque entregando-me comtinuadamente até agora a reflexões muito sérias pude com elas, e com o favor do tempo confirmar-me na evidência dos verdadeiros princípios de uma sã Filosofia; que propriamente falando não é senão — a teoria de ser feliz reduzida à prática — e por consequência cien-

tifico o ente, que a sabe; sabio aquelle, que a exercita.

Os principios mais geraes, que pude descubrir para obter-se a verdadeira felicidade possivel, e eu adoptei para conseguir a minha, são em summa os seguintes. =

Que o primeiro objecto do homem he esclarecer o seu entendimento com ideas exactas, e luminosas, para regular em consequencia a sua conducta. Que o fim mais interessante de toda a Philosophia he a pratica dos nossos deveres. Que a Natureza só nos ensina a viver; a rasão, e a Philosophia nos ensina a viver contentes. Que com a pratica constante destes principios alarga-se prodigiosamente a esfera da nossa rasão; e esta se torna, como hum facho de luz, que nos mostra o caminho no meio das paixoens, e das trevas.

Que as paixoens são eclipses da rasão, os quaes podem ser totaes, ou parciaes. Que ellas nascem espontaneamente da Natureza, e crescem, como a herva má. Que a virtude he plantada no coração; e só vinga com o trabalho, e cultura do entendimento, e do habito. Que as paixoens em moral, bem como os venenos em Physica podem ser uteis, sendo habilmente combinados. Que por isso não se devem extinguir; devem re-

tífico o ente, que a sabe; sábio aquele, que a exercita.

[128] Os princípios mais gerais, que pude descubrir para obter-se a verdadeira felicidade possível, e eu adoptei para conseguir a minha, são em suma os seguintes. –

[129] Que o primeiro objecto do homem é esclarecer o seu entendimento com ideias exactas, e luminosas, para regular em consequência a sua conducta. Que o fim mais interessante de toda a Filosofia é a prática dos nossos deveres. Que a Natureza só nos ensina a viver; a razão, e a Filosofia só nos ensina a viver contentes. Que com a prática constante destes princípios alarga-se prodigiosamente a esfera da nossa razão; e esta se torna, como um facho de luz, que nos mostra o caminho no meio das paixões, e das trevas.

[130] Que as paixões são eclipses da razão, os quais podem ser totais, ou parciais. Que elas nascem espontaneamente da Natureza, e crescem, como a erva má. Que a virtude é plantada no coração; e só vinga com o trabalho, e cultura do entendimento, e do hábito. Que as paixões em moral, bem como os venenos em Física podem ser úteis, sendo habilmente combinados. Que por isso não se devem extinguir; devem re-

gular-se. Que a moderação nas paixoens, o juizo nos conselhos, e a dexteridade nos negocios são as partes mais eminentes da Sabedoria.

Que a razão he como o Oriente; he a fonte de luz; he o Sol do Espirito Humano. Que o homem que se conduz por ella, anda sempre orientado. Que os preceitos da razão devem ser as normas das acções humanas. Que a maior coragem do homem he pôr em pratica, quanto lhe manda a rasão: e que por isso a conquista dos maos habitos foi sempre o mais glorioso triumpho.

Que as virtudes são esforços da rasão, servem para as difficuldades, e tornão-se mais faceis, vigorosas, e brilhantes, quanto mais exercitadas. Que a maior parte dos homens está desgraçadamente familiarizada com os vicios por isso, que seguem mais os exemplos dos outros, que os preceitos da razão. Que os exemplos não authorizão faltas, nem os vicios admittem prescripção. Que os costumes, que não são fundados na razão são a chaga do homem sabio, e o idolo dos ignorantes.

Que no mundo moral ha remedios especificos para as enfermidades moraes: que as virtudes são os remedios, e os males os vicios. Que alem das virtudes especiaes ha huma virtude univer-

gular-se. Que a moderação nas paixões, o juízo nos conselhos, e a dexteridade nos negócios são as partes mais eminentes da Sabedoria.

[131] Que a razão é como o Oriente; é a fonte de luz; é o Sol do Espírito Humano. Que o homem que se conduz por ela, anda sempre orientado. Que os preceitos da razão devem ser as normas das acções humanas. Que a maior coragem do homem é pôr em prática, quanto lhe manda a razão: e que por isso a conquista dos maus hábitos foi sempre o mais glorioso triunfo.

[132] Que as virtudes são esforços da razão, servem para as dificuldades, e tornam-se mais fáceis, vigorosas, e brilhantes, quanto mais exercitadas. Que a maior parte dos homens está desgraçadamente familiarizada com os vícios por isso, que seguem mais os exemplos dos outros, que os preceitos da razão. Que os exemplos não autorizam faltas, nem os vícios admitem prescripção. Que os costumes, que não são fundados na razão são a chaga do homem sábio, e o ídolo dos ignorantes.

[133] Que no mundo moral há remédios específicos para as enfermidades morais: que as virtudes são os remédios, e os males os vícios. Que além das virtudes especiais há uma virtude univer-

sal, que he a prudencia, ella entra na composição de todas as outras virtudes, como o raio de luz na formação de todas as cores de maneira, que sem prudencia não ha virtude, bem como sem o raio de luz não ha cor. Que o juizo he o Throno da prudencia, o retiro o seu Templo, e o silencio o seu Sanctuario.

Que pondo-se em practica estes principios, ficará evidente, que só depende de cada hum de nós formar huma barreira á impetuosa maré das desgraças, e contrariedades humanas; sem comprehender com tudo aquelles inconvenientes physicos, á que a existencia humana está sugeita. Mas ainda nestes mesmos inconvenientes inevitaveis, nada pode haver mais glorioso ao homem, que soffrer os males da humanidade com hum temperamento Divino.

Que devemos extrahir dos nossos proprios males os nossos maiores bens, decompondo os males, e analisando-os, para conhecer melhor os elementos do bem, que vem nelles envolvidos, e de que nos devemos aproveitar. Fazer em moral o mesmo, que praticão os habeis Medicos em Physica; combinando habilmente huma certa dóse de veneno com outros ingredientes, de cuja prudente combinação resulta hum effeito o mais saudavel, e ma-

sal, que é a prudência, ela entra na composição de todas as outras virtudes, como o raio de luz na formação de todas as cores de maneira, que sem prudência não há virtude, bem como sem o raio de luz não há cor. Que o juízo é o Trono da prudência, o retiro o seu Templo, e o silêncio o seu Sanctuário.

[134] Que pondo-se em práctica estes princípios, ficará evidente, que só depende de cada um de nós formar uma barreira à impetuosa maré das desgraças, e contrariedades humanas; sem compreender contudo aqueles inconvenientes físicos, a que a existência humana está sujeita. Mas ainda nestes mesmos inconvenientes inevitáveis, nada pode haver mais glorioso ao homem, que sofrer os males da humanidade com um temperamento Divino.

[135] Que devemos extrair dos nossos próprios males os nossos maiores bens, decompondo os males, e analisando-os, para conhecer melhor os elementos do bem, que vêm neles envolvidos, e de que nos devemos aproveitar. Fazer em moral o mesmo, que praticam os hábeis Médicos em Física; combinando habilmente uma certa dose de veneno com outros ingredientes, de cuja prudente combinação resulta um efeito o mais saudável, e ma-

ravilhoso. Esforçar-se a pôr em pratica estes difficeis, mas prodigiosos principios até torna-los habituaes, ou identifica-los com sigo; tirando-se assim cada dia insensivelmente do nivel dos outros homens, e elevando-se á proporção do seu approveitamento a hum estado tal, que venha a parecer á si mesmo tão ordinario, como aos outros impossivel. Gozar em silencio destas vantagens sem dar nem levemente a suspeitar, que as goza; para não ser perturbado pela malicia, ou pela inveja dos outros homens que só assim o deixarão gozar em paz por longo tempo; talvez julgando ja desgraçada a sua existencia.

Em fim observei, e reconheci, que o Ceo deo ao homem para poder viver felizmente os dous sentimentos mais doces do Mundo a amizade, e o amor.

Que este ultimo está para o coração do homem, como o calor para o corpo, ou (para melhor dizer), que o amor está para a alma de quem ama, como a alma está para o corpo daquelle, que anima.

Que o amor he tanto da essencia para a nossa felicidade, que não se pode prescindir delle. O coração, que o não tem, sente dentro em si hum vacuo, que nenhuma outra cousa he capaz de enche-lo.

ravilhoso. Esforçar-se a pôr em prática estes difíceis, mas prodigiosos princípios até torná-los habituais, ou identificá-los consigo; tirando-se assim cada dia insensivelmente do nível dos outros homens, e elevando-se à proporção do seu aproveitamento a um estado tal, que venha a parecer a si mesmo tão ordinário, como aos outros impossível. Gozar em silêncio destas vantagens sem dar nem levemente a suspeitar, que as goza; para não ser perturbado pela malícia, ou pela inveja dos outros homens que só assim o deixarão gozar em paz por longo tempo; talvez julgando já desgraçada a sua existência.

[136] Enfim observei, e reconheci, que o Céu deu ao homem para poder viver felizmente os dous sentimentos mais doces do Mundo a amizade, e o amor.

[137] Que este último está para o coração do homem, como o calor para o corpo, ou (para melhor dizer), que o amor está para a alma de quem ama, como a alma está para o corpo daquele, que anima.

[138] Que o amor é tanto da essência para a nossa felicidade, que não se pode prescindir dele. O coração, que o não tem, sente dentro em si um vácuo, que nenhuma outra cousa é capaz de enchê-lo.

Que assim como sem prudencia, e por consequencia sem virtude não pode haver felicidade; assim e do mesmo modo a amizade, e amor só podem ser verdadeiros, e duraveis tendo por base a virtude.

Que sendo esta (por sua essencia) eterna; a amisade, ou amor, que nella se fundar, por certo, que o serão tambem.

Que este he o unico modo de viver sempre unidos os amigos, e os amantes. Que estes doces sentimentos, filhos legitimos do Ceo só deste modo são approvados pelo mesmo Ceo.

Que não podem haver receios, nem remorsos, que perturbem a paz de corações assim ligados; antes serão entretidos nesta vida com a lisongeira esperança de que assim vivirão na outra.

Que suppondo mesmo por hum instante, que esta eterna felicidade (ultimo termo do homem) seja de mera illusão, ou de quimera; nunca se lhe poderá negar, que a idea desta esperança he doce, tranquilla, lisongeira; que só ella he capaz de conservar em paz, e união constante duas almas entre si, e de as identificar.

Apezar de tudo isto, não satisfeito eu ainda com todas estas, e muitas outras noções sublimes; por ver, que erão só minhas, ainda que fructos das minhas muito serias, continuadas re-

[139] Que assim como sem prudência, e por consequência sem virtude não pode haver felicidade; assim e do mesmo modo a amizade, e amor só podem ser verdadeiros, e duráveis tendo por base a virtude.

[140] Que sendo esta (por sua essência) eterna; a amizade, ou amor, que nela se fundar, por certo, que o serão também.

[141] Que este é o único modo de viver sempre unidos os amigos, e os amantes. Que estes doces sentimentos, filhos legítimos do Céu só deste modo são aprovados pelo mesmo Céu.

[142] Que não podem haver receios, nem remorsos, que perturbem a paz de corações assim ligados; antes serão entretidos nesta vida com a lisonjeira esperança de que assim vivirão na outra.

[143] Que supondo mesmo por um instante, que esta eterna felicidade (último termo do homem) seja de mera ilusão, ou de quimera; nunca se lhe poderá negar, que a ideia desta esperança é doce, tranquila, lisonjeira; que só ela é capaz de conservar em paz, e união constante duas almas entre si, e de as identificar.

[144] Apesar de tudo isto, não satisfeito eu ainda com todas estas, e muitas outras noções sublimes; por ver, que eram só minhas, ainda que fructos das minhas muito sérias, continuadas re-

flexoens, e apurada experiencia; todavia receando prudentemente, que estas minhas ideas fossem talvez exageradas, Romanticas, filhas de huma imaginação exaltada; e que a regra da prudencia em taes cazos he consultar os homens imparciaes, e illuminados; dispuz-me a visitar os homens sabios d'Asia, conversar com os Philosophos de differentes Paizes. Assim o fiz: e aprendendo as suas differentes Leys, differentes Religioens, e costumes differentes, julguei-me então com motivos bastantes, para confirmar-me nos meus principios: e tive por fim o maior dos prazeres, e a mais consoladora satisfação de achar, que os grandes homens de todos os tempos, e de todos os lugares tinhão em fundo as mesmas identicas ideas da Divindade, e da Moral.

Certificado pois destes prinipios luminosos, e destas eternas verdades tão vantajosas ao homem para a sua felicidade; busquei ultimamente as margens do Arósis, onde os Magos, com quem vivo nos mais estreitos Laços d'amizade, quizerão ter a bondade de escolher-me por seu Chefe.

Aqui pois vivirei com elles na maior tranquillidade; fructo de ideas claras, e de coraçoens pacificos. E em quanto não torno a ver Statïra, que jurou-me amor eterno, quando expirou nos

flexões, e apurada experiência; todavia receando prudentemente, que estas minhas ideias fossem talvez exageradas, Românticas, filhas de uma imaginação exaltada; e que a regra da prudência em tais casos é consultar os homens imparciais, e iluminados; dispus-me a visitar os homens sábios d'Ásia, conversar com os Filósofos de diferentes Países. Assim o fiz: e aprendendo as suas diferentes Leis, diferentes Religiões, e costumes diferentes, julguei-me então com motivos bastantes, para confirmar-me nos meus princípios: e tive por fim o maior dos prazeres, e a mais consoladora satisfação de achar, que os grandes homens de todos os tempos, e de todos os lugares tinham em fundo as mesmas idênticas ideias da Divindade, e da Moral.

[145] Certificado pois destes princípios luminosos, e destas eternas verdades tão vantajosas ao homem para a sua felicidade; busquei ultimamente as margens do Arósis, onde os Magos, com quem vivo nos mais estreitos Laços d'amizade, quiseram ter a bondade de escolher-me por seu Chefe.

[146] Aqui pois vivirei com eles na maior tranquilidade; fructo de ideias claras, e de corações pacíficos. E enquanto não torno a ver Statira, que jurou-me amor eterno, quando expirou nos

meus braços; irei continuando assim a passar o resto desta vida frugal, e innocente até exhalar nos braços dos Magos, meus amigos, o meu ultimo suspiro.

Filha do Ceo, Amizade,
Tu mereces meus Louvores;
Tu es bella, es doce, es terna; .....
Mas não es, como os Amores.

meus braços; irei continuando assim a passar
o resto desta vida frugal, e inocente até exa-
lar nos braços dos Magos, meus amigos, o
meu último suspiro.

Filha do Céu, Amizade,
Tu mereces meus Louvores;
Tu és bela, és doce, és terna;.....
Mas não és, como os Amores.

ANECDOTA.

Huma Senhora Ingleza, filha de hum Lord, e primeiro Ministro d'Estado, vendo hum dia a seu Pay muito enfadado; por que huma obra sua trouxera muitos erros da Imprensa; disse ao Pay muito sentida, que ella não podia comprehender a rasão, por que elle se affligia tanto por similhantes bagatellas; accrescentando, que o bom senso, e a intelligencia dos Leitores conheceria pelo contexto os sentimentos do Author; e por consequencia disfarçaria aquelles erros, pelos quaes elle não era responsavel. O sensivel Pay sentindo menos o calor, que lhe subira ao rosto por similhante reflexão, do que os effeitos do prazer pela prova do zelo, e do interesse, que a filha tomava no socego do seu espirito, tornou-lhe com igual candura = » Minha querida filha apezar da prevenção, em que estou sempre contra este máo humor, a colera algumas vezes entra de assalto, e de surpreza no meu coração; porem não se demora. Eu affligi-me agora ao ler algumas paginas desta obra; por que não queria dar o gosto a alguns pedantes, e faltos de senso, que se regozijão de achar nos livros similhantes erros, e até mesmo algumas faltas na pontuação. Porem em testemunho do meu reconhecimento pelo vivo interesse, que tomas no meu socego; eu tomo tambem de muito bom grado o teu sincero conselho, digno da minha filha, e do grande amor, que me tem. Corrigirei apenas os erros mais sensiveis. »

Ora se hum Pay, homem de reconheci das luzes, e até

ANECDOTA.

Uma Senhora Inglesa, filha de um Lorde, e primeiro Ministro d'Estado, vendo um dia a seu Pai muito enfadado; porque uma obra sua trouxera muitos erros da Imprensa; disse ao Pai muito sentida, que ela não podia compreender a razão, por que ele se afligia tanto por similhantes bagatelas; acrescentando, que o bom-senso, e a inteligência dos Leitores conheceria pelo contexto os sentimentos do Autor; e por consequência disfarçaria aqueles erros, pelos quais ele não era responsável. O sensível Pai sentindo menos o calor, que lhe subira ao rosto por similhante reflexão, do que os efeitos do prazer pela prova do zelo, e do interesse, que a filha tomava no sossego do seu espírito, tornou-lhe com igual candura – "Minha querida filha apesar da prevenção, em que estou sempre contra este mau-humor, a cólera algumas vezes entra de assalto, e de surpresa no meu coração; porém não se demora. Eu afligi-me agora ao ler algumas páginas desta obra; porque não queria dar o gosto a alguns pedantes, e faltos de senso, que se regozijam de achar nos livros similhantes erros, e até mesmo algumas faltas na pontuação. Porém em testemunho do meu reconhecimento pelo vivo interesse, que tomas no meu sossego; eu tomo também de muito bom grado o teu sincero conselho, digno da minha filha, e do grande amor, que me tem. Corrigirei apenas os erros mais sensíveis."

Ora se um Pai, homem de reconhecidas luzes, e até

de tão grande authoridade aceita com tanta condescendencia neste artigo o conselho de huma filha, que ama; com muito mais rasão devo eu tomar o exemplo do Pay, e abraçar o conselho da filha, sendo aquelle o procedimento de hum homem, que se deve imitar, e sendo este nascido do bello sexo, a quem se devem sempre não só condescendencias, e respeitos; mas até adoraçoens.

He por isso, que eu agora prescindindo não só das faltas de pontuação; mas até dos erros de algumas palavras, corrigirei destes sómente os mais sensiveis na seguinte

ERRATA.

Na Introducção.

Pag.	*Lin.*	*Er.*	*Emend.*
18	5	Cortesaens	Cortesaons
19	ultima	ha vião	havião
23	9	Creya	crea
ibid.	10	melbor	melhor
ibid.	13	instruir	a instruir
ibid.	ibid.	allucinar	a lecionar

Na Peça.

1	3	Explendor	Esplendor
4	5	discurso	decurso
6	penult.	muita	muito
11	antepenult.	dexei	deixei
24	8	presisão	precisão
28	9	prevenindo-a	prevenindo-o
46	10	comforto	conforto

Note de l'Auteur.

A fin de prevenir toute surprise, ou contrefaçon, et pour assurer la propriete de son Ouvrage, chaque exemplaire sera revetu de sa signature.

Lucas Jozé de Alvarenga.

de tão grande autoridade aceita com tanta condescendência neste artigo o conselho de uma filha, que ama; com muito mais razão devo eu tomar o exemplo do Pai, e abraçar o conselho da filha, sendo aquele o procedimento de um homem, que se deve imitar, e sendo este nascido do belo sexo, a quem se devem sempre não só condescendências, e respeitos; mas até adorações.

É por isso, que eu agora prescindindo não só das faltas de pontuação; mas até dos erros de algumas palavras, corrigirei destes somente os mais sensíveis na seguinte

ERRATA.

Na Introducção.

*Pág*ina	*Lin*ha.	*Er*ro	*Emend*a
18	5	Cortesaens	Cortesaons
19	última	ha vião	havião
23	9	Creya	crea
ibid.	10	melbor	melhor
ibid.	13	instruir	a instruir
ibid.	ibid.	allucinar	a lecionar

Na Peça.

1	3	Explendor	Esplendor
4	5	discurso	decurso
6	penúlt*ima*	muita	muito
11	antepenúlt*ima*	dexei	deixei
24	8	presisão	precisão
28	9	prevenindo-a	prevenindo-o
46	10	comforto	conforto

Note de l'Auteur.

A fin de prevenir toute surprise, ou contrefaçon, e pour assurer la propriete de son Ouvrage, chaque exemplaire sera revetu de sa signature.[98]

[Assinatura e brasão do autor]

[98] Nota do autor. "A fim de evitar qualquer surpresa ou reprodução fraudulenta e para assegurar a propriedade de sua obra, cada exemplar terá sua assinatura" (Tradução do editor).

5 CONCLUSÃO

Os objetivos desta tese foram fazer um estudo linguístico, um estudo literário e editar a novela *Statira, e Zoroastes*, de Lucas José de Alvarenga. Tais objetivos se justificam por possibilitar uma análise crítica do texto e por colocar, novamente, em circulação a referida novela, juntamente com um estudo crítico-literário, em que se avaliou sua situação em relação à gênese do romance moderno no Brasil.

Em relação ao estudo linguístico, verificou-se que esse texto de Alvarenga apresenta características inovadoras e conservadoras do português brasileiro do início do século XIX. Pode-se abonar essa afirmativa, citando, como característica inovadora do texto da novela, o uso majoritário da próclise, fato que propiciou, segundo Tarallo (1983), o aumento do uso do objeto nulo e o surgimento das orações relativas cortadoras no português brasileiro, que são considerados típicos do português americano.

Outras marcas inovadoras do PB, em relação ao europeu da época, encontradas no texto foram a flexão de número do verbo "haver" existencial, a não marcação do plural com sujeito composto posposto ao verbo, a redução de alguns ditongos e a variação no alçamento/rebaixamento das vogais, sobretudo nas postônicas.

Como texto típico de períodos de transição, a novela também apresentou alguns aspectos linguísticos conservadores e arcaizantes, como o uso da locução prepositiva "dentro em", o uso de extensos períodos subordinados, a manutenção de muitos hiatos gráficos e de alguns arcaísmos léxicos, como "sãa".

Além disso, no estudo linguístico foi possível constatar a importância semântica da inicial maiúscula nesse texto e sua vinculação aos temas da novela. Constatou-se que a maior parte das ocorrências inseriu-se em uma das classificações propostas por Meier (1948): estruturante ou semântica. Excluindo-se as palavras escritas com letra maiúscula na função estruturante, contabilizaram-se 295 ocorrências de palavras com inicial maiúscula no texto. Destas, 270 foram classificadas em uma das funções semânticas: individualizadora, herarquizadora ou distintiva e apenas 25 não foram encaixadas em nenhuma das funções semânticas – oscilações não explicadas. Ou seja, 91,52% foram classificadas e apenas 8,48% não foram possíveis de se classificar.

Isso demonstra que o uso da inicial maiúscula está relacionado aos grandes temas da novela: nobreza, política, religião, saber e sentimento. A partir disso, afirma-se que o destaque dado a palavras desses campos semânticos serviu para chamar a atenção do leitor para os mencionados assuntos, evidentemente relevantes no texto. Sendo assim, conclui-se que o uso

da maiúscula não foi aleatório e nem se restringiu à grafia: foi, sobretudo, de ordem semântica.

Em relação ao estudo literário, verificou-se que essa novela contribuiu, e muito, para a formação do romance moderno no Brasil. Para se chegar a essa conclusão, analisaram-se os aspectos estruturais e temáticos desse texto e a relação deste último com o contexto político brasileiro à época.

A análise dos paratextos revelou, não apenas as razões que motivaram a escrita do texto, mas também a opção pelo gênero. Além disso, percebeu-se que o autor fez dos paratextos – Dedicatória, Introdução e Anecdota – uma ponte entre a realidade e a ficção e vice-versa.

A dedicatória cumpre uma função elogiosa ao relacionar a imperatriz Leopoldina à heroína – Statira.

Já o prefácio da novela cumpriu seis funções: 1) informar os temas do texto: política e moral; 2) mostrar a capacidade intelectual do autor para escrever sobre tais temas: formação acadêmica, experiência política e militar, leitura e reflexão sobre os temas; 3) justificar a escolha do gênero novela: promessa de uma novela a uma senhora, ensino através da ficção, pouca habilidade com textos setenciosos; 4) mostrar a gênese do texto: redução de uma peça anterior, motivada por intrigas políticas; 5) apontar o público leitor esperado; 6) contrapor a pouca habilidade do autor com a escrita à benevolência e à sagacidade do leitor.

A Anecdota serviu para justificar possíveis erros tipográficos e, também, como ponte para o autor recuperar a voz, até então entregue aos narradores.

Na análise da novela, percebeu-se que, além de ela estar estruturada em três níveis, sendo que a primeira narrativa serve de moldura às demais, ela contém elementos do gênero romanesco como a vagueza em relação ao tempo, ao espaço, as peripécias, às grandes incursões discursivas na narrativa e à idealização de algumas personagens como modelos de virtude e de moral. Entretanto, em relação a Zoroastes, foi perceptível uma mudança no comportamento dessa personagem devido à ação do tempo: de jovem impetuoso a uma pessoa reflexiva na idade adulta. Isso já a aproxima de personagens do romance moderno.

Em relação ao universalismo e ao particularismo presentes na novela, constatou-se que ela se filia às narrativas moralizantes dos séculos anteriores, não apenas devido a algumas das características romanescas citadas anteriormente, mas, também, devido à sua relação intertextual direta com o romance de Ramsay, publicado no início do século XVIII – *Les voyagens de Cyro*. Isso a filia à vertente dos romances filosóficos ou iluministas franceses.

Mas não apenas de caracteres universalizantes se caracteriza *Statira, e Zoroastes*. Nessa novela também há dados particularizantes que a filiam e que a colocam como precursora do romance moderno brasileiro. Além de aspectos estruturais, como a composição da personagem Zoroastes, o encurtamento do texto e das peripécias e a presença de elemento topográfico do Brasil – "Jardim Botânico" –, a política a joga para seu contexto imediato de produção. Embora esse tema seja um tema universal, o que é tratado na novela relaciona-se diretamente às questões políticas do então nascente império brasileiro: o constitucionalismo, a relação do imperador com a imprensa, os direitos individuais, o monarca, etc.

A análise desse texto é imprescindível para a compreensão da formação do gênero romance no Brasil, visto que permite constatar as primeiras mudanças na forma do romanesco que desencadearam e propiciaram, posteriormente, nova estruturação e, consequentemente, o surgimento desse novo gênero.

A análise linguística e a análise literária mostraram convergência: assim como o estudo da língua da novela apontou para um texto de transição entre o português europeu e o português brasileiro, o estudo literário apontou também para um texto de transição, mas entre a prosa moralizante do século XVIII e o romance moderno do século XIX. Por esse ângulo, pode-se ver que as análises convergem.

Em relação à edição, foi escolhida a interpretativa, após breve análise da relação entre Filologia e Literatura.

REFERÊNCIAS

ABREU, Casimiro José Marques de. *As primaveras*. Rio de Janeiro: Typ. Paula Brito, 1859. Disponível em: <http://www.brasiliana.usp.br/bbd/handle/1918/00156300#page/1/mode/1up>. Acesso em: 10 maio 2014.

ACIOLI, Vera Lúcia Costa. *A escrita no Brasil colônia*: um guia para leitura de documentos manuscritos. Recife: Fundação Joaquim Nabuco, Massangana, 1994.

ALENCAR, Heron de. José de Alencar e a ficção romântica. In: COUTINHO, Afrânio (Dir.). *A literatura no Brasil*. 2. ed. Rio de Janeiro: Sul Americana: 1969.

ALI, Said. *Meios de expressão e alterações semânticas*. 3 ed. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1970.

ALKIMIM, Ilma Magalhães. *Sermões de Eusébio de Matos*: edição crítica e estudo. 2014. 2v. Tese (Doutorado em Literatura Brasileira) – Faculdade de Letras, Universidade Federal de MInas Gerais, Belo Horizonte, 2014.

ALMEIDA, Anita Correia Lima de. Em nome da reputação pública: a 'Memória sobre o governo de Macau' de Lucas José de Alvarenga. In: SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA, 24, 2007, São Leopoldo, RS. *Anais* do XXIV Simpósio Nacional de História – História e multidisciplinaridade: territórios e deslocamentos. São Leopoldo: Unisinos, 2007. Disponível em: <http://anpuh.org/anais/wp-content/uploads/mp/pdf/ANPUH.S24.0599.pdf>. Acesso em: 20 set. 2015.

ALMEIDA, Anita Correia Lima de. *Um ilustrado mineiro em Macau*. VII JORNADA SETECENTISTA. 2007. Curitiba, 2008. Disponível em: <http://www.humanas.ufpr.br/portal/cedope/files/2011/12/Um-ilustrado-mineiro-no-governo-de-Macau-Anita-Correia-Lima-de-Almeida.pdf>. Acesso em: 10 maio 2014.

ALMEIDA, Napoleão Mendes de. *Gramática metódica da língua portuguesa*. São Paulo: Saraiva, 1992.

ALVARENGA, Lucas José de. *Artigo addicional à memória*. Rio de Janeiro: Typographia do diário, 1828a.

ALVARENGA, Lucas José de. *Memória sobre a expedição do governo de Macao em 1809, e 1810 em soccorro ao império da china contra os insurgentes piratas chinezes, principiada, e concluída em seiz mezes pelo governador, e capitão geral daquella cidade, Lucas José d'Alvarenga, authenticada com documentos justificativos*. Rio de Janeiro: Typographia Imperial, e Nacional, 1828.

ALVARENGA, Lucas José de. *Observaçoens à memória de Lucas Jose d'alvarenga com as suas notas e hum resumo da sua vida*. Rio de Janeiro: Typographia do Diario, 1830.

ALVARENGA, Lucas José de. *Statira, e Zoroastes*. Rio de Janeiro: Plancher, 1826.

ALVARENGA, Lucas José de. *Poezias*. Rio de Janeiro: Ogier, 1830a .1 t.

ALVES, Jorge Manuel dos Santos. *Um porto entre dois impérios*: estudos sobre Macau e as relações luso-chinesas. Macau: Imprensa Oficial de Macau, 1999.

AMARAL, Amadeu. *O dialeto caipira*. São Paulo: O livro, 1920. Disponível em: <http://www.dominiopublico.gov.br/pesquisa/DetalheObraForm.do?select_action=&co_obra=7381>. Acesso em: 20 maio 2014.

ANDRADE, Elias Alves de. Aspectos paleográficos em manuscritos dos séculos XVIII e XIX. São Paulo, *Filologia e linguística portuguesa*. n. 10-11, p. 149-172, 2008/2009. Disponível em: <http://dlcv.fflch.usp.br/sites/dlcv.fflch.usp.br/files/Andrade_0.pdf> Acesso em: 25 jul. 2013.

ANDRADE, José Ignacio. *Memória dos feitos macaenses contra os piratas da China*: entrada violenta dos ingleses na cidade de Macau. 2. ed. Lisboa: Lisbonense, 1835.

ANDRADE, Oswald. *Poesias reunidas*. 4 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1974.

ANDRÉ, Hildebrando A. de. *Gramática ilustrada*. 2 ed. São Paulo: Moderna, 1981.

ARISTÓTELES. *Física*. Madrid: Gredos, 1995. [Tradução e notas de Guillermo R. de Echandía].

ARQUIVOS DE MACAU, Macau, n. 1, v. XVIII, jul. 1972.

ARQUIVOS DE MACAU, Macau: Imprensa Oficial, n. 2. v. XIV, p. 83-84, ago. 1970.

ASSIS, Machado de. Histórias de quinze dias. In: ASSIS, Machado de. *Obras completas em quatro volumes.* Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 2008. p. 314-315.

ASSIS, Machado de. A mulher de preto. In: ASSIS, Machado. *Contos fluminenses*. Rio de Janeiro: W. M. Jackson, 1955.

AUGUSTI, Valéria. Do gosto inculto à apreciação douta: a consagração do romance no Brasil do Oitocentos. In: ABREU, Márcia (Org.). *Trajetórias do romance*: circulação, leitura e escrita nos séculos XVIII e XIX. Campinas- SP: Mercado das Letras, 2008. p. 393-414.

AZEVEDO, Antônio Carlos do Amaral. *Dicionário histórico de religiões*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2002.

AZEVEDO FILHO, Leodegário A. de. *Iniciação em Crítica Textual*. Rio de Janeiro: Presença; São Paulo: Edusp, 1987.

BADARÓ, F. C. Duarte. *Fantina*: cenas da escravidão. Rio de Janeiro: Garnier, 1881. Disponível em: <http://www.brasiliana.usp.br/handle/1918/00244100>. Acesso em: 10 jul. 2016.

BAKHTINE, Mihaïl. *Esthétique et théorie du roman*. Paris: Gallimard, 2001. [Tradução do russo por Daria Olivier]. Segundo depósito legal, o primeiro foi em 1987.

BARBOSA, Jerónimo Soares. *Grammatica philosophica da lingua portugueza, ou principios da grammatica geral applicados á nossa linguagem*. Lisboa: Academia das Sciencias, 1822.

BARRETO, Mário. *Factos da língua portuguesa*. 2 ed. Rio de Janeiro: Organização Simões, 1954.

BARRETO, Joam Franco. *Ortografia da língua portuguesa*. Lisboa: Joam da Costa. 1671.

BARROS, *João de. Diálogo da viciosa vergonha,* na compilação. [S.l.: s.n], 1785 *apud* MACHADO, José Pedro. *Dicionário etimológico da língua portuguesa*. 4 ed. Lisboa: Livros horizontes, 1987.

BARROS, João de. *Gramática da língua portuguesa*. Olyssippone: apud Lodovicum Rotorigiũ Typographum, 1540.

BECHARA, Evanildo. *Moderna gramática portuguesa*. 37 ed. Rio de Janeiro: Lucerna, 1999.

BENEVIDES, Gustavo; SANTOS, Helton. In: VI CONGRESSO DE ADMINISTRAÇÃO "GESTÃO DE PESSOAS E FINANÇAS NAS ORGANIZAÇÕES, 2007, Alfenas. *Anais*.... Alfenas. Disponível em: <http://unifenas.br/antigo/extensao/administracao/vicongresso/ca028.pdf>. Acesso em: 10 maio 2014.

BENVENISTE, Émile. *Problemas de linguística geral I*. 5 ed. Campinas, SP: Pontes, 2005.

BLAKE, Augusto Victorino Alves Sacramento. *Dicionario bibliográfico brasileiro*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1899. 5. v. [Consultada reimpressão de Off-set, feita pelo Conselho Federal de Cultura, 1970]. Disponível em: <http://www.brasiliana.usp.br/bbd/handle/1918/00295750>. Acesso em: 10 jul. 2013.

BLUTEAU, Raphael. *Vocabulario portuguez & latino*: aulico, anatômico, arquitetônico ... Coimbra: Collegio das Artes da Companhia de Jesu, 1712 - 1728. 8 v. Disponível em: <http://www.brasiliana.usp.br/en/dicionario/edicao/1>. Acesso em: 31 jul. 2015.

BOECHAT, Maria Cecília. Pela tradição interna do romance brasileiro. In: SOUZA, Roberto Acízelo *et al*. *Estudos de literatura brasileira*. Belo Horizonte: Faculdade de Letras da UFMG, 2008. p.37-52.

BONNEROT, Olivier-H. Zoroastro. In: BRUNEL, Pierre (Org). *Dicionário de mitos literários*. 3. ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 2000. p. 931-939.

BOSI, Alfredo. *História concisa da literatura brasileira*. 40 ed. São Paulo: Cultrix, 1994.

BRASIL. Decreto de 12 de novembro de 1823**.** *Coleção das leis do Império do Brasil*. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/legislacao/publicacoes/doimperio/colecao2.html>. Acesso em: 24 ago. 2015.

BRASIL. Decreto de 3 de junho de 1822**.** *Coleção das leis do Império do Brasil*. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/legislacao/publicacoes/doimperio/colecao2.html>. Acesso em: 24 ago. 2015.

BRETEAU, Jean-Louis. Guerre et paix dans les utopies et voyages imaginaires au début du XVIIIe siècle: Les voyages de Cyrus d'Andrew Michael Ramsay (1727) et Les voyages de

Gulliver de Jonathan Swift (1726). In: RUIZ, Alain; KNNOPER, Françoise. Les voyageurs européens sur les chemins de la guerre et de la paix du temps des Lumières au début du XIXe siècle: *actes* du colloque organisé à l'Université de Toulouse 2, les 21, 22 et 23 nov. 2002 par le CERAM, Centre d'Étude et de la Recherche sur l'Allemagne Moderne. Bordeaux: Presses Univ. de Bordeaux, 2006. p. 43-66.

BUTOR, Michel. *Repertório*. São Paulo: Perspectiva, 1974.

CALMON, Pedro. Prefácio. In: SECRETARIA DA CÂMARA DOS DEPUTADOS. *Falas do trono*: desde o ano de 1823 até o ano de 1889. São Paulo, SP: 1977.

CÂMARA JÚNIOR, J. Matoso. *Dicionário de linguística e gramática*. 9. ed. Petrópolis: Vozes, 1981.

CAMBRAIA, César Nardelli. *Introdução à crítica textual*. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

CAMÕES, Luís Vaz. *Os lusíadas*. Lisboa: Antonio Gonçalves Impressor, 1572. Disponível em: <http://purl.pt/index/geral/PT/index.html>. Acesso em: 10 jun. 2014.

CANDIDO, Antonio. *Formação da literatura brasileira*: momentos decisivos 1750-1880. 12 ed. São Paulo; Rio de Janeiro: Ouro Sobre Azul, 2009.

CANDIDO, Antonio. *Literatura e sociedade*: estudos de teoria e história literária. 12 ed. Rio de Janeiro: Ouro sobre azul, 2011.

CARDOSO; Wilton; CUNHA, Celso. *Estilística e gramática histórica*: português através de textos. Rio de Janeiro: Tempo brasileiro, 1978.

CARMELO, Fr. Luis do Monte. *Compendio de ortografia, com suficientes catálogos, e novas regra*s. Lisboa: Oficina de Antonio Rodrigues Galhardo, 1767.

CARNEIRO, Zenaide de Oliveira Novais. *Cartas brasileiras (1809 – 1904)*: um estudo linguístico-filológico. Tese. (Doutorado) – Instituto de Estudos da Linguagem da Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2005. Disponível em: <http://www.tycho.iel.unicamp.br/static/papers/files/CARNEIRO_Z-Dr_v1.pdf> Acesso em: 14 dez. 2013.

CARVALHO, Ronald de. *Pequena história da literatura brasileira*. 6 ed. Rio de Janeiro: F. Briguiet e cia, 1937.

CARVALHO, Sérgio Drummond Madureira. *As pretônicas <e> e <o> no português do Brasil e no português europeu*. 2010. (Tese de doutorado em Letras Vernáculas) - Faculdade de Letras, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2010. Disponível em: <http://www.letras.ufrj.br/posverna/doutorado/CarvalhoSDM.pdf>. Acesso em: 15 jul 2014.

CASTELLO, José Aderaldo. *A literatura brasileira*: manifestações literárias da era colonial. 2 ed. São Paulo: Cultrix, 1965.

CASTELO BRANCO, Camilo. *Cancioneiro alegre de poetas portugueses e brasileiros*. Mem Martins: Publicações Europa-América, [19-?]. 2 v.

CASTILHO, Ataliba T. *Proposta funcionalista de mudança linguística*: lexicalização, semanticização, discursivização e gramaticalização das preposições do eixo transversal no português brasileiro. 2003. Disponível em: <http://www.fflch.usp.br/dlcv/lport/pdf/ATCastilho001.pdf>. Acesso em: 21 jul. 2014.

CASTRO, L. Enquanto os escritores escreverem. In: *Atas* do IX Congresso Internacional da Associação de Linguística e Filologia da América Latina. Campinas: UNICAMP, v. I – Conferências Plenárias *apud* MEGALE; Heitor; CAMBRAIA, César Nardelli. Filologia Portuguesa no Brasil. *D.E.L.T.A*, v. 15, n. especial, 1999, p. 1-22.

CHAGAS, Cíntia; MIRANDA, José Américo. O "h" inicial na escrita portuguesa. In: SOUZA, Marcelo Paiva de, CARVALHO, Raimundo, SALGUEIRO, Wilberth. (Orgs.) *Sob o signo de Babel*: literatura e poéticas da tradução. Vitória: PPGL / MEL / Flor&cultura, 2006. p. 443-447.

CHAVES, Elaine. *O Surgimento do Português Brasileiro:* mudanças linguísticas e mudanças tecnológicas no Brasil, séculos 18 e 19. (Tese) Doutorado em Linguística. Programa de Pós-Graduação em Estudos Linguísticos da Faculdade de Letras da Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2013.

COELHO, José Batista de Alvarenga. *Dois velhos troncos mineiros*: Bento Pinto de Magalhães e Francisco José de Alvarenga. Belo Horizonte: Del Rey, 1999.

COELHO, Sueli Maria; PAULA, Thais Franco de. A colocação pronominal nas Minas setecentistas. *Revista Alpha*. Patos de Minas, v. 12, p. 112-127, nov. 2011. Disponível em: <file:///C:/Users/gracinea%202/Graci%202/Livros/colocacao_pronominal_nas_minas_setecentistas.pdf>. Acesso em: 22 jul. 2014.

COMPAGNON, Antoine. *O demônio da teoria*. Belo Horizonte: UFMG, 1999.

COUTINHO, Ismael de Lima. *Gramática histórica*. 7. ed. Rio de Janeiro: Ao livro técnico, 2005.

COUTO, Manuel Amor. Gramática e teorização linguística em Portugal: a Gramática Filosófica de Jerónimo Soares Barbosa. *Revista Galega de Filoloxía*, 5, 2004, p.11-31. Disponível em: < http://ruc.udc.es/dspace/bitstream/2183/2613/1/RGF-5-1-def.pdf>. Acesso em: 16 dez. 2013.

CUNHA, Antônio Geraldo. D*icionário etimológico Nova Fronteira da língua portuguesa*. 2 ed. Nova Fronteira: Rio de Janeiro: 1997.

CUNHA, Celso. Valor das grafias -eu e -eo do século XIII ao século XVI. In: PEREIRA, Cilene da Cunha (Org.). *Sob a pele das palavras*: dispersos. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2004. p.139-158.

CUNHA, Celso; CINTRA, Lindley. *Nova gramática do português contemporâneo*. 3 ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2001.

CUNHA, Luís Sá da. Um poeta no inferno. *Revista Macau*, n. 33, 2013. Disponível em: <http://www.revistamacau.com/2013/08/14/um-poeta-no-inferno/>. Acesso em: 10 jan. 2014.

CYRINO, Sonia Maria Lazzarini. Observações sobre a mudança diacrônica no português do Brasil: objeto nulo e clíticos. In: ROBERTS, Ian; KATO, Mary A. (Org.). *Português brasileiro*: uma viagem diacrônica. 2 ed. Campinas: Unicamp, 1996. p.163-184.

D'AGUIAR, Rosa Freire. Reflexões ou sentenças e máximas morais. In: LA ROCHEFOUCAULD, François de. Tradução de Rosa Freire d'Aguiar. *Reflexões ou sentenças e máximas morais.* São Paulo: Penguin classics Companhia das letras, 2014. p. 1-2.

DEL PICCHIA, Menotti. Panorama do romance brasileiro. In: *CURSO de romance*: conferências realizadas na Academia Brasileira de Letras. Rio de Janeiro: ABL, 1952. p. 9-34.

DIAS, Augusto Epiphanio da Silva. *Syntaxe histórica portuguesa*. Lisboa: Livraria clássica, 1918. Disponível em: Disponível em: < http://purl.pt/190 >. Acesso em: 21 jul. 2014.

DUCHOWNY, Alexia; COELHO, Sueli (Org.). *Edição semidiplomática e fac-similar de documentos adamantinos setecentistas*. Belo Horizonte: FALE/UFMG, 2013. 2 v. (Livro - cd).

EBERT, Frederick Adolphus. *A general bibliographical dictionary*, from the german. Oxford: University Press, 1837. 4v.

ELIA, Sílvio. *Ensaios de filologia e linguística*. 2 ed. Rio de Janeiro: Grifo; Brasília: Instituto nacional do livro, 1975.

ELIA, Sílvio. *O problema da língua brasileira*. 2 ed. Rio de Janeiro: Instituto nacional do livro, 1961.

ELIA, Sílvio. *O problema da língua brasileira*. Rio de Janeiro: Irmãos Pongetti, 1940.

ESOPO. *Fábulas completas*. Tradução de Maria Celeste C. Dezotti. Ilustrações de Eduardo Berliner. São Paulo: Cosac Naify, 2013.

FARIAS, Jair Gomes de. Variação entre a, parae em no português brasileiro e no português europeu: algumas notas. *Letras de hoje*, Porto Alegre, v. 41, n. 1, p. 213-234, 2006. Disponível em: < http://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/fale/article/view/589/420>. Acesso em: 20 jul. 2014.

FELISBINO, Adriana Menezes. O percurso histórico da ortografia da língua portuguesa. *Revista inovação tecnológica*. São Paulo, v. 3, n. 1, p. 67-79, jan./jun. 2013.

FERNANDES, Edrisi de Araújo. *O espelho de Zarastustra, a correção do "mais fatal dos erros" e a superação da "morte de Deus"*. 2003. (Mestrado em Filosofia) - Programa de Pós-Graduação em Filosofia da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2003.

FEIJÓ, João de Moraes Madureira. *Ortografia, ou arte de escrever e pronunciar com acerto a lingua portuguesa*. Lisboa Ocidental: Oficina de Miguel Rodrigues, 1734.

FONSECA, Maria Cristina de Assis Pinto. *Caracterização linguística de cartas oficiais da Paraíba dos século XVIII e XIX*. Tese. (Doutorado em Linguística) – Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2003. Disponível em: <http://www.liber.ufpe.br/teses/arquivo/20031009145411.pdf>. Acesso em: 15 dez. 2013.

FORTES, Herbert Parentes. *A gramática e a evolução da língua portuguesa no Brasil*. Rio de Janeiro: [s.l.], 19[--] *apud* ELIA, Sílvio. *O problema da língua brasileira*. Rio de Janeiro: Irmãos Pongetti, 1940.

FOUCAULT, Michel. *O que é um autor*? 2. ed. Lisboa: Vega Passagens, 1992.

FREIRE, Laudelino. *Grande e novíssimo dicionário da língua portuguesa*. 3 ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1957. 5 v.

GÂNDAVO, Pero de Magalhães. *Regras que ensinam a maneira de escrever e ortografia da língua portuguesa, com um diálogo que a diante se segue em defensam da mesma língua*. Lisboa: Officina de Antonio Gaonsaluez, 1574.

GAZOLA, Adriana. O emprego das preposições *a, em* e *para* na história do português. In: XII SEMINÁRIO DE TESES EM ANDAMENTO – SETA, n. 1, 2007, Campinas. *Anais*.... 2007. p.31-36. Disponível em: <http://revistas.iel.unicamp.br/index.php/seta/article/view/255>. Acesso em: 21 jul. 2014.

GENETTE, Gérard. *Discurso da narrativa*. 3. ed. Lisboa: Vega, 1995.

GENETTE, Gérard. *Paratextos editoriais*. Cotia: SP: Ateliê editorial, 2009.

GIL, Beatriz Cerisara. Modernidade e literaturas memorialísticas na França. Anais do Seminário Nacional Vanguardas, Surrealismo e Modernidade. UFRGS 05 abr. 2010 a 09 abr. 2010. *Revista Contingentia*, v. 5, n. 2, nov., 2010, p. 142-147.

GILBERT, Nicolas Joseph Laurent. *Les familles de Darius et d'Hidarne, ou Statira et Amestris, histoire persane*. Paris: Hansy le jeune libraire, 1770. 2t. Disponível em: <http://gallica.bnf.fr/ark:/12148/bpt6k6536981n>. Acesso em: 10 out. 2015.

GRIJÓ, Eduardo. *Economia como política e esquecimento da virtude moral*. Centro de Filosofia e ciência humanas. Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Ciências Humanas da Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, dezembro, 2011 Tese de doutorado. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/95096/301363.pdf?sequence=1>. Acesso em: 15 abr. 2014.

GROUARD, G. -Y. *Traité analytique du droit et de la morale*, considérées dans leur rapport avec l'état actuel de la civilisation; précédé d'une LETTRE AU ROI sur la situation politique de la France. Paris: Imprimeur de LL. AA. SS. Mgr. le Duc d'Orléans et Mgr. Le Prince de

Condé, 1815. Disponível em: <http://gallica.bnf.fr/ark:/12148/bpt6k939870x>. Acesso em: 08 set. 2015.

GUIMARÃES, Hélio de Seixas. *Os leitores de Machado de Assis*: o romance machadiano e o público de literatura no século 19. 2. ed. São Paulo: Nankin: Edusp, 2012.

GUINSBURG, J. *O Romantismo*. 4 ed. São Paulo: Perspectiva, 2002.

GUSMÃO, Alexandre de. *História do Predestinado Peregrino e de seu irmão Precito*. Évora: Oficina da Universidade, 1685.

HABERMAS, Jürgen. *Mudança estrutural da esfera pública*: investigações quanto a uma categoria da sociedade burguesa. 2. ed. Rio de Janeiro: Tempo brasileiro, 2003.

HALLEWELL, Laurence. *O livro no Brasil*. São Paulo: Edusp; T.A.Queiroz, 1985.

HAUY, Amini Boainain. Séculos XII, XIII e XIV. In: SPINA, Segismundo (org.). *História da língua portuguesa*. Cotia, SP: Ateliê Editorial, 2008. p. 21-146.

HEGEL, Georg Wilhelm Friedrich. Estética: a ideia e o ideal. In: *Fenomenologia do espírito; Estética: a ideia e o ideal; Estética: o belo artístico e o ideal; Introdução à história da filosofia.* São Paulo: Abril Cultural, 1980. p. 77-203.

HERCULANO, Alexandre. Da propriedade litteraria e da recente conveção com França Ao Visconde d'Almeida Garrett. 1851. Appendice. 1872. p.57-152. In: HERCULANO, Alexandre. *Opusculos*. Questões publicas. Tomo II. 3 ed. Lisboa: Tavares Cardoso & Irmão – Editores. 1900.

HINNELLS, John R. (Org.). *Dicionário das religiões*. São Paulo: Cultrix, 1984.

HOECK, Leo H. *Pour une sémiotique du titre*. Document de travail, Urbino, fev. de 1973 *apud* GENETTE, Gérard. *Paratextos editoriais*. Cotia: SP: Ateliê editorial, 2009.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Capítulos de literatura colonial*. São Paulo: Brasiliense, 2000.

HOLMES, William C. (Ed.). *The operas of Alessandro Scarlatti, volume IX*: La Statira. Cambridge: Harvard publications in music, 1985. Disponível em: <www.hup.harvard.edu/catalog.php?isbn=9780674640351>. Acesso em: 21 jul. 2015.

HORÁCIO. Arte poética. In: ARISTÓTELES, HORÁCIO, LONGINO. *A poética clássica*.12 ed. São Paulo: Cultrix, 2005.

HORÁCIO. Tradução de Paulo Rónai. *Sátiras*, Livro I, 1, 106, 2000.

HOUAISS, Antônio. *Elementos de bibliologia*. Rio de Janeiro: Instituto Nacional do livro, 1967.

HOUAISS, Antônio; VILLAR, Mauro de Salles. *Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2009.

ISER, Wolfgang. *O fictício e o imaginário*: perspectivas de uma antropologia literária. Rio de Janeiro: EdUERJ, 1996.

JOSÉ; Oiliam; OLIVEIRA, Martins. *Efemérides da Academia Mineira de Letras*. Imprensa Oficial: Belo Horizonte, 1999.

KAYSER, Wolfgang. *Análise e interpretação da obra literária*: introdução à ciência da literatura. 5 ed. Coimbra: Arménio Amado, 1970. 2 v.

LEÃO, Duarte Nunes do. *Ortografia da língua portuguesa*. Lisboa: João de Barreira Impressor delRei, 1576.

LEÃO, J. Barbosa. *Consideraçõis sobre a ortografia portuguesa*. [S.l]: [S.n], 1878 *apud* FELISBINO, Adriana Menezes. O percurso histórico da ortografia da língua portuguesa. *Revista inovação tecnológica*. São Paulo, v. 3, n. 1, p. 67-79, jan./jun. 2013.

LEJEUNE, Philippe. *Le pacte autobiographique*. Nouvelle édition augmentée. Paris: Seuil, [1975], 1996.

LEME, Pedro Taques de Almeida Paes. Nobiliarquia Paulistana. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo*, 1940 *apud* VIANA, Hélio. *Letras imperiais*. [s.l]: Ministério da Educação e Cultura, 1943.

LEMOS, Virgílio de. *A língua portuguesa no Brasil*. Bahia: [s.l], 1916 *apud* ELIA, Sílvio. *O problema da língua brasileira*. 2 ed. Rio de Janeiro: Instituto nacional do livro, 1961.

LIMA, Carlos Henrique da Rocha. *Gramática normativa da língua portuguesa*. 45 ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 2006.

LIMA, D. Luis Caetano de. *Ortografia da língua portuguesa*. Lisboa: Officina de Antonio Isidoro da Fonseca, 1736.

LÍVIO, Tito. *História de Roma*: desde a fundação da cidade . Belo Horizonte: Crisálida, 2008. [Trad. Mônica Costa Vitorino; Intr.e notas Júlio César Vitorino; Rev. da tradução Guilherme Gontijo Flores]

LOBATO, Antonio Jose dos Reis. *Arte da gramática da língua portuguesa*. Lisboa: Régia oficina tipográfica, 1770.

LOBATO, Monteiro. *Memórias da Emília*. São Paulo: Globo, 2007. [Ilustrações: Paulo Borges]

LOBO, Tânia Conceição Freire. A questão da periodização da história lingüística do Brasil. In: CASTRO, Ivo; DUARTE, Inês. (Org.). Razões e emoção. *Miscelânia de estudos em homenagem a Maria Helena Mira Mateus*. Lisboa: Imprensa Nacional; Casa da Moeda, 2003, v. 1, p. 395-409. Disponível em: <ww3.fl.ul.pt/dlgr/arquivo/mateus/30.ps>. Acesso em: 05 jan. 2012.

MACEDO,Joaquirn Manuel de. "A Moda de Prólogo". In: *A Misteriosa.* Rio de Janeiro: Ocidente *apud* SALES, Germana Maria Araújo. *Palavra e sedução* - uma leitura dos prefácios oitocentistas (1826-1881). 2003. 387 f. Tese (Doutorado em Teoria e História Literária). Instituto de Estudos da Linguagem, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2003.

MACHADO, José Pedro. *Dicionário onomástico etimológico da língua portuguesa*. Lisboa: Confluências, 1984. 3v.

MACHADO, José Pedro. *Dicionário etimológico da língua portuguesa*. 4 ed. Lisboa: Livros horizontes, 1987.

MAGALHÃES, D. J. G. de. *Suspiros poéticos e saudades*. Ed. anotada por Sousa da Silveira. Rio de Janeiro: Ministério da Educação, 1939. p. 26.

MARQUILHAS, Rita. *Norma gráfica setecentista*: do autógrafo ao impresso. Lisboa: Instituto Nacional de Investigação Científica, 1991.

MASSIMI, M. Delectare, movere et docere: retórica e educação no Barroco ... *Per Musi*, Belo Horizonte, n.17, 2008, p. 54-59.

MARTIN-CHAUFFIER, Louis. Introdução. In: LA ROCHEFOUCAULD, François. *Oeuvres completes de La Rochefoucauld*. Tours: Gallimard, 1950.

MATOS, Eusébio de. *A Paixão de Cristo Senhor Nosso*: desde a instituição do Sacramento na ceia até a lastimosa soledade de Maria Santíssima. Belo Horizonte: UFMG, 2007. [Apresentação e notas: José Américo Miranda].

MATTOS E SILVA, Rosa Virgínia. A sócio-história do Brasil e a heterogeneidade do português brasileiro: algumas reflexões, *Boletim da ABRALIN*, 17, 1995 *apud* LOBO, Tânia Conceição Freire. A questão da periodização da história lingüística do Brasil. In: CASTRO, Ivo; DUARTE, Inês. (Org.). Razões e emoção. *Miscelânia de estudos em homenagem a Maria Helena Mira Mateus*. Lisboa: Imprensa Nacional; Casa da Moeda, 2003, v. 1, p. 395-409. Disponível em: <ww3.fl.ul.pt/dlgr/arquivo/mateus/30.ps>. Acesso em: 05 jan. 2012.

MATTOS E SILVA, Rosa Virgínia. *O português arcaico*: fonologia, morfologia e sintaxe. São Paulo: Contexto, 2006.

MEGALE; Heitor; CAMBRAIA, César Nardelli. Filologia Portuguesa no Brasil. *D.E.L.T.A*, v. 15, n. especial, 1999, p. 1-22.

MÉHÉGAN, Guillaume Alexandre. *Zoroastre, histoire traduite du chaldéen*. Berlin: [s.n.], 1751.

MEIER, Harri. *Ensaios de filologia românica*. Lisboa: Revista de Portugal, 1948.

MELO, Gladstone Chaves de. *A língua do Brasil*. [S.l.: s.n], 1946 *apud* ELIA, Sílvio. *O problema da língua brasileira*. 2 ed. Rio de Janeiro: Instituto nacional do livro, 1961.

MELO, Gladstone Chaves. *Iniciação à filologia e à linguística portuguesa*. 5. ed. Rio de Janeiro: Acadêmica, 1975.

MELO, José Teixeira de. Alexandre. *Ephemerides Nacionaes*. Rio de Janeiro: Gazeta de Notícias, 1881.

MELO, Pedro Américo de Figueiredo e. *O holocausto*. Florença: Typograpia Cenninian, 1882. Disponível em: < http://www.brasiliana.usp.br/handle/1918/00695000>. Acesso em 10 jul. 2016.

MENDONÇA, Renato de. *O português do Brasil*: origens, evolução, tendências. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1936 *apud* ELIA, Sílvio. *O problema da língua brasileira*. Rio de Janeiro: Irmãos Pongetti, 1940.

MERCIER, L. S. *Notions claires sur les gouvernements*. Amsterdam, [s.n.], 1787 *apud* HABERMAS, Jürgen. *Mudança estrutural da esfera pública*: investigações quanto a uma categoria da sociedade burguesa. 2. ed. Rio de Janeiro: Tempo brasileiro, 2003.

MIRANDA, Francisco de Sá. *Obras completas*. Texto fixado, notas e prefácio pelo professor M. Rodrigues Lapa. Lisboa: Sá da Costa, 1937. 2 v.

MIRANDA, Wander Melo. *Contra a corrente*: a questão autobiográfica em Graciliano Ramos e Silviano Santiago. (Tese de doutoramento). Universidade de São Paulo, São Paulo, 1987.

MOISÉS, Massaud. *Dicionário de termos literários*. 12 ed. São Paulo: Cultrix, 2004.

MOISÉS, Massaud. *História da literatura brasileira*. São Paulo: Cultrix, 1983-1985. 3 v.

MOISÉS, Massaud; PAES, José Paulo (Org.). *Pequeno dicionário de literatura brasileira*. São Paulo: Cultrix, 1967.

MONTALTO DE JESUS, Carlos Augusto. *Macau histórico*: primeira vesão portuguesa da versão apreendida em 1926. Macau: Livros do Oriente; Portugal: Mem Martins, 1990.

MOURA, Carlos Francisco. Brasileiros nos extremos orientais do império (séculos XVI a XIX). *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, ano 174 , n. 461, p. 203-222, out./dez. 2013. Disponível em: <https://ihgb.org.br/images/acervo/rihgb/rihgb2013numero0461.pdf> . Acesso em: 10 dez. 2015.

NASCENTES, Antenor de Veras. *O idioma nacional*. Rio de Janeiro: Encadernadora, 1927-1928 *apud* ELIA, Sílvio. *O problema da língua brasileira*. Rio de Janeiro: Irmãos Pongetti, 1940.

NEJAR, Carlos. *História da literatura Brasileira.* Rio de Janeiro: Relume Dumará; Copesul: Telos, 2007.

NICOLA, José de. *Literatura brasileira*: das origens aos nossos dias. 3 ed. São Paulo: Scipione, 1993.

NIKLAS-SALMINE, Aino *La lexicologie*. Paris: Armand Colin, 1997.

O PANORAMA. Jornal littterario e instructivo da sociedade propagadora dos cconhecimentos úteis. Lisboa: Tipografia da sociedade, 1838. 2v. Disponível em: <https://books.google.com/?hl=pt-BR>. Acesso em: 5 set. 2016.

OITICICA, José. *Roteiros em fonética fisiológica técnica do verso e dição*. Rio de Janeiro: Simões, 1955.

OLIVEIRA, Gracinéa I. *Estudo do vocabulário do vestuário em documentos setecentistas de Minas Gerais*. Dissertação. (Mestrado em Linguística) – Faculdade de Letras da Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2010.

OLIVEIRA, Helena de. *Edição semidiplomática e análise diacrítica de manuscritos do século XIX da administração geral dos Correios em São Paulo*. Dissertação. (Mestrado em Filologia e Língua Portuguesa) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2010. Disponível em: <http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8142/tde-26112010-110343/pt-br.php >. Acesso em: 17 dez. 2013.

OLIVEIRA, Martins de. *História da literatura mineira*. 2 ed. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1963.

OLIVEIRA, Solange Mendes. A variação das formas verbais *ter* e *haver* em textos escritos no século XIX. In: IX ENCONTRO DO CELSUL, 2010, *Anais*... Palhoça: Universidade do Sul de Santa Catarina, 2010. p.1-11.

ORLANDI, Eni P. *Língua e Conhecimento Lingüístico*. Para uma história das idéias no Brasil. São Paulo: Cortez, 2002 *apud* SILVA, Maurício. Júlio Ribeiro polemista: um capítulo da história das querelas lingüísticas no Brasil. *Polifonia*, Cuiabá, v. 22, n. 1, p. 64-74,

jan/jun., 2010. Disponível em: <http://periodicoscientificos.ufmt.br/ojs/index.php/polifonia/article/viewFile/16/16>. Acesso em: 18 dez. 2013.

ORTA, Teresa Margarida da Silva e. As aventuras de Diófanes. In: MONTEZ, Ceila (Org.). *Obra reunida*. Rio de Janeiro: Graphia, 1993.

PEIXOTO, Jaqueline dos Santos. O ditongo em português: história, variação e gramática. *Revista Lingüística* / Revista do Programa de Pós-Graduação em Linguística da Universidade Federal do Rio de Janeiro, v. 7, n. 1, p.48-72, jun. 2011. ISSN 1808-835X 1. Disponível em: <http://www.letras.ufrj.br/poslinguistica/revistalinguistica>. Acesso em: 10 abr. 2014.

PEREIRA, Nuno Marques. *Compêndio narrativo do peregrino da América*. 6 ed. Rio de Janeiro: Academia Brasileira, [1728] 1939. Disponível em: <http://www.brasiliana.usp.br/handle/1918/02118110>. Acesso em: 10 dez. 2015.

PERINI, Mário A. *Para uma nova gramática do português*. 10 ed. São Paulo: Ática, 2005.

POGGIO, Rosauta Maria Galvão Fagundes. *Processos de gramaticalização de preposições do latim ao português*: uma abordagem funcionalista. Salvador: EDFBA, 2002.

PRINCE, Gerald. Introduction à l'étude du narrataire. *Poétique*: revue de théorie et d'analyse littéraires. Paris, n. 14, p. 178-196, 1973.

RAMSAY, M. *Les voyages de Cyrus*. Amsterdam: J. Covens & C. Mortier, 1733.

REALE; Giovanni; ANTISERI, Dario. *História da filosofia*. São Paulo: Paulinas, 1990.

REZENDE, Antônio Martinez de. *Latina essentĭa*: preparação ao latim. 3 ed. Belo Horizonte: UFMG, 2000.

RIBEIRO, Júlio. *A língua nacional*. [S.l.: s.n.], 19-- *apud* ELIA, Sílvio. *O problema da língua brasileira*. 2 ed. Rio de Janeiro: Rio de Janeiro: Irmãos Pongetti, 1940.

RIBEIRO, Julio. *Gramática portuguesa*. São Paulo: Seckler, 1881. Disponível em: <http://www.iel.unicamp.br/biblioteca/gramatica.php>. Acesso em: 16 dez. 2013.

RIBEIRO, Júlio. *Questão Grammatical*. São Paulo; Teixeira & Irmãos, 1887 *apud* SILVA, Maurício. Júlio Ribeiro polemista: um capítulo da história das querelas lingüísticas no Brasil. *Polifonia*, Cuiabá, v. 22, n.1, p.64-74, jan/jun., 2010. Disponível em: <http://periodicoscientificos.ufmt.br/ojs/index.php/polifonia/article/viewFile/16/16>. Acesso em: 18 dez. 2013.

ROMERO, Sílvio. *Estudos sobre poesia popular do Brasil*. Rio de Janeiro: Laemmert, 1888. Disponível em: <http://www.brasiliana.usp.br/>. Acesso em 10 jul. 2016.

ROMERO, Sílvio. *Evolução da literatura brasileira*: vista sintética. [S.l]: Campanha: 1905. Disponível em: <http://www.brasiliana.usp.br/handle/1918/01615900> . Acesso em: 10 ago. 2014.

ROMERO, Sílvio. *História da literatura brasileira*. Rio de Janeiro: Garnier, 1888. 2v. Disponível em: <www.brasiliana.usp.br> . Acesso em: 10 jul. 2014.

ROMERO, Sílvio; RIBEIRO, João. *Compendio de historia da literatura brasileira.* Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1906. Disponível em: < http://www.brasiliana.usp.br/>. Acesso em: 10 maio 2013.

RÓNAI, Paulo. *Não perca o seu latim*. 15 impr. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2000. p.126.

ROSIELLO, Luigi. Grafematica, fonematica e critica testuale. *Lingua e stile*, Bologna, ano 1, n. 1, p. 63-78, fev.-abr. 1966 *apud* CAMBRAIA, César Nardelli. *Introdução à crítica textual*. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

RUSS, Jacqueline. *Dicionário de filosofia*. São Paulo: Scipione, 1994.

SALES, Germana Maria Araújo. *Palavra e sedução* - uma leitura dos prefácios oitocentistas (1826-1881). 2003. 387 f. Tese (Doutorado em Teoria e História Literária). Instituto de Estudos da Linguagem, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2003.

SANTIAGO, Emerson. *Esopo*. Disponível em: <http://www.infoescola.com/biografias/solon/>. Acesso em: 14 abr. 2014.

SANTOS, Maria de Lourdes Lima dos. As penas de viver da pena (Aspectos do mercado nacional do livro no século XIX). *Análise social*, Lisboa, v. XXI (86), p. 187-227, 1985. Disponível em:

<http://analisesocial.ics.ul.pt/documentos/1223477558I9uAH0jy3Un61TI1.pdf>. Acesso em: 12 dez. 2015.

SANTOS, Maria José Azevedo. *Ler e compreender a escrita na idade média*. Lisboa: Colibri, 2000.

SÃO CARLOS, Frei Francisco de. *Oração funebre recitada na Ingreja da Cruz da Corte do Rio de Janeiro, nas exequias da Senhora D. Maria I. Rainha fidelissima do Reino Unido de Portugal, e do Brazil, e Algarves*. Rio de Janeiro: Impressão Regia, 1816. Disponível em: <http://objdigital.bn.br/acervo_digital/div_obrasraras/or1292584/or1292584.pdf> Acesso em: 10 dez. 2012.

SARTRE, Jean-Paul. *Situações I*. Trad. Rui Mário Gonçalves. Lisboa: Europa América, 1968.

SCHEI, Ane. A colocação pronominal na literatura brasileira do século XIX. *Filologia e linguística portuguesa*, São Paulo, n.5, p. 57-84, 2002. Disponível em: <http://www.revistas.usp.br/flp/article/viewFile/59700/62798>. Acesso em: 23 dez. 2013.

SEIXAS SOBRINHO, José. *O teatro em Sabará*: da colônia à república. Belo Horizonte: [s.n.], 1961.

SERRA, Tania Rebelo Costa. *Antologia do romance-folhetim* (1839 a 1870). Brasília: Universidade de Brasília, 1997.

SIDNEY, Sir Philip. *Arcadia*. Harmondsworth: Penguin Books, 1977 *apud* ISER, Wolfgang. *O fictício e o imaginário*: perspectivas de uma antropologia literária. Rio de Janeiro: EdUERJ, 1996.

SILVA NETO, Serafim da. *Introdução ao estudo da língua portuguesa no Brasil*. Rio de Janeiro: Instituto Nacional do Livro, 1950.

SILVA PINTO, Luiz Maria da. *Dicionario da lingua brasileira por Luiz Maria da Silva Pinto, natural da Provincia de Goyaz*. Typographia de Silva, 1832. Disponível em: <http://www.brasiliana.usp.br/pt-br/dicionario/edicao/3>. Acesso em: 10 maio 2014.

SILVA, Antonio de Morais. *Dicionário da lingua portuguesa* - recompilado dos vocabularios impressos ate agora, e nesta segunda edição novamente emendado e muito acrescentado, por Antonio de Moraes Silva. Lisboa: Typographia Lacerdina, [1789] 1813. Disponível em: < http://www.brasiliana.usp.br/dicionario/edicao/2>. Acesso em: 10 jul. 2014.

SILVA, Beatriz Basto da. *Cronologia da história de Macau*: séculos XVI-XVIII. Macau: Imprensa Oficial, 1992. 2 v.

SILVA, Guilherme Sarmiento da. Dinâmica das almas: fantasmagoria romântica no Brasil (1830-1850). Tese (Doutorado em Letras) - Programa de Pós-Graduação em Letras da PUC-Rio. Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2009. 2 volumes. Disponível em: <http://www.maxwell.vrac.puc-rio.br/Busca_etds.php?strSecao=resultado&http://www.maxwell.vrac.puc-rio.br/Busca_etds.php?strSecao=resultado&&&&&&&&&&&&&&&&&&&&&&&&&&&&&&&&nrSeq=13393@1>. Acesso em: 20 dez. 2015.

SILVA, Inocencio Francisco da. *Dicionario bibliográfico português*. Lisboa: Imprensa Nacional: 1860. Tomo 5º. (MDCCCLX).

SILVA, João Manuel Pereira da. *Plutarco Brasileiro*. Rio de Janeiro: Eduardo e Henrique Laemmert, 1847. Disponível em: < http://www.brasiliana.usp.br/>. Acesso em: 10 jan. 2012.

SILVA, João Manuel Pereira da. Uma paixão de artista: romance. *Jornal dos debates*, Rio de Janeiro, n. 77, p. 112, jul. 1838. Disponível em: <http://bndigital.bn.br/hemeroteca-digital/>. Acesso em: 20 jul. 2016.

SILVA, Joaquim Norberto de Sousa. *Modulações poéticas*. Rio de Janeiro: Francesa, 1841. Disponível em: <http://www.literaturabrasileira.ufsc.br/documentos/?action=download&id=36265>. Acesso em: 10 out. 2015.

SILVA, Maurício. Júlio Ribeiro polemista: um capítulo da história das querelas lingüísticas no Brasil. *Polifonia*, Cuiabá, v. 22, n. 1, p. 64-74, jan/jun., 2010. Disponível em: <http://periodicoscientificos.ufmt.br/ojs/index.php/polifonia/article/viewFile/16/16>. Acesso em: 18 dez. 2013.

SILVA, Maximiano de Carvalho e. Homenagem a Sousa da Silveira. *Confluência*, v. 15, n. 1, p. 11-60, 1994.

SILVA, Maximiano de Carvalho e. *Sousa da Silveira, o homem e a obra*: sua contribuição à crítica textual no Brasil. Rio de Janeiro: Presença, 1984 *apud* SPAGGIARI, Bárbara; PERUGI, Maurizio. *Fundamentos da crítica textual*. Rio de Janeiro: Lucerna, 2004.

SILVA, Nívea Rohling da. Um estudo sobre os “verdadeiros” e os “falsos” ditongos em português. *Revista de Letras,* São Paulo, n. 11, 2009. Disponível em: <http://www.dacex.ct.utfpr.edu.br/11_nivea_silva.htm>. Acesso em: 10 maio 2014.

SILVEIRA, Célia Regina da. *Erudição e ciência*: as procelas de Júlio Ribeiro no Brasil Oitocentista. Tese. (Doutorado em História e Sociedade) – Faculdade de Ciências e Letras de Assis, UNESP, Assis, 2005. Disponível em: <http://polo3.assis.unesp.br/posgraduacao/teses/historia/celiaregina.pdf>. Acesso em: 18 dez. 2013.

SILVEIRA, Valdomiro. *Mixuangos*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1937.

SODRÉ, Nelson Werneck. *História da literatura brasileira*: seus fundamentos econômicos. 5 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1969.

SOUSA, J. Galante de. *O teatro no Brasil*. Rio de Janeiro: Instituto Nacional do Livro, 1960. 2v.

SOUSA, João Bosco Medeiros de. *Macau portuguesa*: a Cidade do Nome de Deus na China. Um caso singular em direito internacioal. Origem histórica e futuro anunciado. 2006. Disponível em: <http://www.egov.ufsc.br/portal/conteudo/macau-portuguesa-cidade-do-nome-de-deus-na-china-um-caso-singular-em-direito-internacional->. Acesso em: 11 nov. 2015.

SOUSA, Octavio Tarquinio de. *A vida de D. Pedro I.* Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército; José Olympio, 1972. 3 v.

SOUSA, Octavio Tarquinio de. *A vida de D. Pedro I*. 2 ed. rev. e il. Rio de Janeiro: José Olympio, 1954. 3v.

SOUSA, Otávio Tarquínio de. *A vida de D. Pedro I*. Belo horizonte: Itatiaia; São Paulo: Universidade de São Paulo, 1988. t. I.

SOUSA, Otávio Tarquínio de. *A vida de D. Pedro I*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército; José Olympio, 1972. t. II.

SOUZA, Cintia Coutinho. *Preposições em português*: uma análise dentro da Gramática Gerativa. (Dissertação) (Mestrado em linguística_ - Programa de Pós-Graduação em Linguística da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2014.

SOUZA, Cláudio. Qual foi o primeiro romance brasileiro. In: *Curso de romance*: conferências realizadas na Academia Brasileira de Letras. Rio de Janeiro: ABL, 1952. p. 215-234.

SOUZA, Eneida Maria de. *Pedro Nava, o risco da memória*. Juiz de Fora: FUNALFA, 2004.

SPAGGIARI, Bárbara; PERUGI, Maurizio. *Fundamentos da crítica textual*. Rio de Janeiro: Lucerna, 2004.

SPINA, Segismundo. *Introdução à edótica*: crítica textual. 2. ed. São Paulo: Ars Poética, 1994.

SPINA, Segismundo. Segunda metade do século XVI e século XVII. In: SPINA, Segismundo (Org.). *História da língua portuguesa*. Cotia (SP): Ateliê Editorial, 2011. p. 279-354.

SPINA, Segismundo; CROLL, Morris W. *Introdução ao maneirismo e à prosa barroca*. São Paulo: Ática, 1992.

STAROBINSKY, Jean. A literatura: o texto e o seu intérprete. In: GOFF, Jacques le; NORA, Pierre. *História*: novas abordagens. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1976.

STEGAGNO-PICCHIO, Luciana. *História da literatura brasileira.* 2 ed. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: USP, 1988.

TACCA, Óscar. *Las voces de la novela*. Madrid: Editorial Gredos, 1973.

TANNIHÃO, Kelly Cristina. *Estudo diacrônico do uso das preposições*: documentos latino-portugueses e português paulista moderno. 2011. Dissertação (Mestrado em Linguística e Língua Portuguesa) – Faculdade de Ciências e Letras, Unesp, Araraquara, 2011. Disponível em: < http://acervodigital.unesp.br/handle/123456789/62577>. Acesso em: 21 jul. 2014.

TARALLO, Fernando. Diagnosticando uma gramática brasileira: o português d'aquém e d'além-mar ao final final do século XIX. In: ROBERTS, Ian; KATO, Mary A. (Org.). *Português brasileiro*: uma viagem diacrônica. 2 ed. Campinas: Unicamp, 1996. p. 69-106.

TEYSSIER, Paul. *História da língua portuguesa*. 4. ed. Lisboa: Livraria Sá da Costa, 1990.

TODOROV, Tzvetan. Poétique. In: DUCROT, Oswald; TODOROV, Tzvetan; SPERBER, Dan; SAFOUAN, Moustafa; WAHL, François. *Qu'est-ce que le structuralisme?* Paris: Seuil, 1968. p. 97-165.

TODOROV, Tzvetan. As categorias da narrativa literária. In: BARTHES, Roland. GREIMAS, A ., J.; ECO, Humberto; GRITTI, Jules; MORIN, Violette; METZ, Christian; TODOROV, Tzvetan; GENETTE, Gérard. *Análise estrutural da narrativa*. 4. ed. Petrópolis (RJ): Vozes, 1976. p. 209-254.

TRUJILLO, Maria Francisca Ferreira. *Estudo diacrônico das preposições com, em, por e per em textos portugueses do século XIV ao XX*. 2012. Tese (Doutorado em Língua Portuguesa) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2012. Disponível em: <http://www.sapientia.pucsp.br//tde_arquivos/20/TDE-2012-11-07T13:43:08Z-13021/Publico/Maria%20Francisca%20Ferreira%20Trujillo.pdf>. Acesso em: 21 jul. 2014.

VASCONCELOS, Leite de. *Lições de filologia portuguesa*. 3. ed. Rio de Janeiro: Livros de Portugal, 1959.

VASCONCELOS, Sandra Guardini. *Dez lições sobre o romance inglês do século XVIII*. São Paulo: Boitempo, 2002.

VÉRA, Álvaro Ferreira de. *Ortografia, ou modo para escrever certo na língua portuguesa*. Lisboa: Mathias Rodriguez, 1631.

VERÍSSIMO, José de. *História da literatura brasileira*: de Bento Teixeira(1601) a Machado de Assis (1908). 4 ed. Brasília: Universidade de Brasília, 1963.

VIANA, Hélio. *Letras imperiais*. [s.l]: Ministério da Educação e Cultura, 1943.

VILELA, Luiz. Mataram o rapaz do posto. In: ____*Você verá*. Rio de Janeiro: Record, 2013. p. 95-104.

VOCABULÁRIO ortográfico da língua portuguesa. 5 ed. Rio de Janeiro: Global, 2009.

VOLTAIRE. *Cartas inglesas*: tratado de metafísica; *Dicionário filosófico*; *O filósofo ignorante*. 2 ed. São Paulo: Abril Cultural, 1978. [Col. *Os pensadores*].

WIELAND, M. C. *Saemth*. Werke, Leipzig, 1857, v. 32 *apud* HABERMAS, Jürgen. *Mudança estrutural da esfera pública*: investigações quanto a uma categoria da sociedade burguesa. 2. ed. Rio de Janeiro: Tempo brasileiro, 2003.

WILLEMART, Philippe. A última vontade do autor. In: _____ *Bastidores da criação literária*. São Paulo: Fabesp, Iluminuras, 1999. p. 187-194.

WILLIAMS, Raymond. Realism and the contemporary novel. In: *The long revolution*. Londres: The Hogarth Press, 1992, p. 274-289 *apud* VASCONCELOS, Leite de. *Lições de filologia portuguesa*. 3. ed. Rio de Janeiro: Livros de Portugal, 1959.

ANEXO

Fac-símile do segundo capítulo do romance *Les voyages de Cyrus*, avec un discours sur la mythologie, de M. Ramsay.

LES VOYAGES
DE
CYRUS,
AVEC UN DISCOURS
ſur la Mythologie.
Par M. RAMSAY.
TOME PREMIER.

A AMSTERDAM,
Chez J. CÓVENS & C. MORTIER.
MDCCXXXIII.

[...]

LES VOYAGES DE CYRUS.

LIVRE SECOND.

L'ESPRIT de Cyrus ſe perfectionnoit avec l'âge ; ſon goût & ſon génie le portoient aux ſciences les plus ſublimes: Il avoit ſouvent entendu parler d'une fameuſe Ecole de Mages qui avoient quitté leur retraite ſur les bords du fleuve Oxus dans la Bactriane, pour venir s'établir près du Golfe Perſique. Comme ces Sages ſortoient rarement de leur ſolitude, &

& vivoient fort ſéparément des autres hommes, Cyrus n'en avoit jamais vû aucun; le deſir de s'inſtruire lui fit naître l'envie de les entretenir.

Il entreprit ce voyage avec Caſſandane, accompagné de quelques Satrapes: Ils traverſerent les plaines de Paſagarde, paſſerent par le pays des Mardes, & arriverent ſur les bords de l'Aroſis. Ils entrerent par un paſſage étroit dans un large vallon entouré de hautes montagnes, dont le ſommet étoit couvert de chênes, de pins & de cédres; au-deſſous ſe voyoient de gras pâturages, où erroient des animaux de toute eſpece; la plaine paroiſſoit un Jardin arroſé de pluſieurs ruiſſeaux qui ſortoient des rochers d'alentour, & ſe perdoient dans l'Aroſis: Ce fleuve s'échappoit de loin entre deux collines, & ces côteaux en s'ouvrant faiſoient fuir tous les objets, & laiſſoient voir des campagnes fertiles, de vaſtes forets, & le Golfe Perſique qui bornoit l'horizon.

En s'avançant dans le vallon, Cyrus & Caſſandane furent attirés dans un bocage voiſin par le ſon d'une muſique harmonieuſe qui frappa leurs oreilles; ils y entrerent, & virent auprès d'une claire fontaine une multitude d'hommes de tous les âges, & vis-à-vis d'eux une troupe de femmes qui formoient un concert. Ils reconnurent que c'étoit l'Ecole des Mages, & furent ſurpris de voir, au lieu d'hommes ſéve-

res, triſtes & rêveurs, un peuple aimable & poli.

Ces Philoſophes regardoient la muſique comme quelque choſe de celeſte; ils la croyoient propre à calmer, & à dompter les paſſions; c'eſt pourquoi ils commençoient & finiſſoient la journée par des concerts. [a]

Après quelques momens donnés le matin à cet exercice, ils menoient leurs diſciples ſe promener dans des lieux agréables, mais en gardant le ſilence juſques à la montagne ſacrée: Là ils offroient leurs hommages aux Dieux plûtôt par le cœur que par les paroles. C'étoit par la muſique, la promenade & la priere, qu'ils ſe préparoient tous les jours à la contemplation de la verité, & qu'ils mettoient leur ame dans l'aſſiete convenable pour la méditer; le reſte de la journée ſe paſſoit dans l'étude. Leur unique repas ſe faiſoit peu avant le coucher du Soleil. Ils ne mangeoient que du pain, des fruits, & quelque portion de viandes immolées aux Dieux; tout finiſſoit enfin par les concerts.

Les autres hommes ne commencent l'éducation des Enfans qu'après leur naiſſance; mais les Mages ſembloient prévenir la naiſſance même. Tandis que leurs femmes étoient enceintes, ils avoient ſoin de les entretenir dans un calme & dans une gayeté perpetuelle, par des amuſemens

[a] *Voyez Strabon*, lib. XVII.

amuſemens doux & innocens, afin que, dès le ſein de la mere, le fruit ne reçut que des impreſſions agréables, tranquilles, & conformes à l'ordre.

Chaque Sage avoit ſon département dans l'empire de la Philoſophie. Les uns étudioient la vertu des plantes; d'autres les métamorphoſes des inſectes; quelques-uns la conformation des animaux; & pluſieurs le cours des aſtres: mais toutes leurs découvertes tendoient à la connoiſſance des Dieux, & d'eux-mêmes. Les Sciences, *diſoient-ils*, ne ſont eſtimables qu'autant qu'elles ſervent de degrés pour monter vers le grand Oromaze, & pour redeſcendre juſqu'à l'homme.

Quoique l'amour de la verité fut l'unique lien de la ſocieté parmi ces Philoſophes, *ils* ne laiſſoient pas de reconnoître un chef. *Ils* l'appelloient *Archimage*. Celui qui tenoit ce rang, ſe nommoit Zarduſt ou Zoroaſtre. Il ſurpaſſoit les autres plûtôt par ſa ſageſſe, que par ſon âge; car à peine avoit-il cinquante ans: Cependant il étoit conſommé dans toutes les ſciences des Chaldéens, des Egyptiens, & même des Juifs, qu'il avoit vûs à Babylone.

Lorſque Cyrus & Caſſandane entrerent dans ce Bocage, l'aſſemblée ſe leva, & les adora, ſuivant l'uſage des Orientaux, en s'inclinant juſqu'à terre; puis elle ſe retira, & les laiſſa ſeuls avec Zoroaſtre.

Ce Philoſophe mena le Prince & la Princeſſe dans un boſquet de myrthe. Au milieu ſe voyoit la ſtatue d'une femme qu'il avoit taillée de ſes propres mains.

Ils s'aſſirent tous trois ſur un banc de gazon, & Zoroaſtre les entretint de la vie, des mœurs & des vertus des Mages.

Tandis qu'il parloit, il détournoit ſouvent les yeux pour regarder la ſtatue ; & en la regardant, ſes yeux ſe baignoient de larmes. Cyrus & Caſſandane reſpecterent d'abord ſa douleur ; enſuite la Princeſſe ne put s'empêcher de lui en demander la raiſon. C'eſt-là, *dit-il*, la ſtatue de Selime, qui m'aima autrefois comme vous aimez Cyrus. C'eſt ici où je viens paſſer mes momens les plus doux, & les plus amers. Malgré la ſageſſe qui me ſoumet à la volonté des Dieux, malgré les charmes que je goute dans la Philoſophie, malgré l'inſenſibilité où je ſuis ſur toutes les grandeurs, le ſouvenir de Selime m'arrache ſouvent des regrets & des larmes. La vraye vertu en réglant les paſſions, n'éteint point les ſentimens. Ces paroles donnerent la curioſité à Cyrus & à Caſſandane, de ſçavoir l'hiſtoire de Selime ; le Philoſophe s'en apperçut, & prévint leur demande, en commençant ainſi ſa narration.

Je ne crains point de vous montrer mes foibleſſes ; mais j'éviterois ce recit, ſi je ne prévoyois

voyois pas qu'il peut vous ſervir d'une grande inſtruction.

Je ſuis né Prince; mon pere étoit Souverain d'un petit Etat dans les Indes qui s'appelle le pays des Sophites. M'étant un jour égaré à la chaſſe, je rencontrai dans l'épaiſſeur d'un bois une jeune fille qui s'y repoſoit. Sa merveilleuſe beauté me frappa d'abord; je devins immobile; je n'oſois m'avancer. Je crus que c'étoit un de ces eſprits aëriens qui deſcendent quelquefois du trône d'Oromaze, pour ramener les ames à l'Empyrée. Selime, car c'étoit ſon nom, ſe voyant ſeule avec un homme, s'enfuit & ſe ſauve dans un Temple voiſin de la forêt; je n'oſe la ſuivre: J'appris qu'elle étoit fille d'un vieux Bramine qui demeuroit dans ce Temple, & qu'elle s'étoit conſacrée à l'adoration du feu. Les Eſtales peuvent quitter le celibat pour embraſſer le mariage; mais tandis qu'elles ſont Prêtreſſes du feu, la Loi eſt tellement ſevere parmi les Indiens, qu'un pere croit faire un acte de Religion, en jettant dans les flammes ſa fille toute vivante, ſi elle vient à manquer à la pureté qu'elle a jurée.

Mon pere vivoit encore: Je ne pouvois pas employer la force pour arracher Selime de cet azyle; mais quand j'aurois été Roy, les Princes n'ont aucun droit dans ce pays ſur les perſonnes conſacrées à la Religion. Toutes ces

difficultés

difficultés ne firent qu'augmenter ma paſſion; elle me rendit ingenieux. Je quittai le Palais de mon pere. J'étois jeune; j'étois Prince; je ne raiſonnois pas : Je me déguiſai en fille ; j'allai au Temple où étoit le vieux Bramine ; je le trompai par une hiſtoire feinte, & je me mis au nombre des Eſtales, ſous le nom d'Amana. Le Roy mon pere fut déſolé de ma fuite, & me fit chercher par-tout inutilement.

Selime ignorant mon ſexe, prit pour moi un gout & une amitié particuliere : Je ne la quittois jamais; nous paſſions notre vie enſemble à travailler, à lire, à nous promener, à ſervir aux autels. Je lui contois ſouvent des fables & des hiſtoires touchantes pour lui peindre les merveilleux effets de l'amitié & de l'amour. Je voulois la préparer peu-à-peu au dénouëment que je méditois. Je m'oubliois quelquefois en lui parlant, & je me laiſſois tellement emporter par ma vivacité, qu'elle m'interrompoit ſouvent en me diſant : Amana, on croiroit à vous entendre, que vous ſentez dans ce moment tout ce que vous dépeignez.

Je vécus ainſi pluſieurs mois avec elle, ſans qu'elle put deviner mon déguiſement, ni ma paſſion. Comme mon cœur n'étoit point corrompu, je ne meditois point le crime. Je crus que ſi je pouvois l'engager à m'aimer, elle abandonneroit ſon état pour partager ma couronne.

J'attendois

J'attendois toûjours un moment favorable pour lui reveler mes ſentimens ; mais helas ! ce moment ne vint jamais.

Les Eſtales avoient coutume d'aller pluſieurs fois l'année ſur une haute montagne, pour y allumer le feu ſacré, & immoler des victimes. Nous y montames toutes un jour, accompagnées ſeulement du vieux Bramine.

A peine le ſacrifice fut-il commencé, que nous fumes enveloppées de pluſieurs hommes armés d'arcs & de flêches, qui enleverent Selime & ſon pere. Ils étoient tous à cheval ; je les ſuivis quelque temps ; mais ils entrerent dans un bois, & je ne les revis plus. Je ne retournai point au Temple. Je me dérobai à la vûe des Eſtales ; je changeai d'habits ; je pris un autre déguiſement, & j'abandonnai les Indes.

J'oubliai mon pere, ma patrie, & tous mes devoirs ; je parcourus l'Aſie entiere pour chercher Selime. Que ne peut point la force de l'amour dans un jeune cœur qui ſe livre à la paſſion !

En traverſant le pays des Lyciens, je m'arrêtai dans une grande forêt pendant la chaleur du jour, je vis paſſer bien-tôt une troupe de Chaſſeurs, & peu de temps après pluſieurs femmes, parmi leſquelles je crus reconnoître Selime. Elle étoit en habit de chaſſe, montée ſur un Courſier ſuperbe, diſtinguée de toutes les autres par une

une couronne de fleurs : Elle paſſa avec tant de vîteſſe, que je ne pûs m'aſſurer ſi mes conjectures étoient bien fondées. J'allai droit à la Capitale.

Les Lyciens étoient alors gouvernés par des femmes ; voici à quelle occaſion cette forme de gouvernement s'étoit établie parmi eux. Il y a quelques ſiecles que pendant une longue paix, les Lyciens s'étoient tellement amollis, qu'ils n'étoient plus occupés que de leur parure ; ils affectoient les diſcours, les manieres, les maximes & même les défauts des femmes, ſans en avoir ni la douceur, ni la délicateſſe. En s'abandonnant aux voluptés infames, les vices les plus honteux prirent la place des paſſions aimables ; ils mépriſerent les Lyciennes, & les traiterent en eſclaves. Une guerre étrangere ſurvint ; les hommes lâches & effeminés ne purent plus défendre la patrie ; ils s'enfuirent, & ſe cacherent dans les forêts & les cavernes ; les femmes accoutumées à la fatigue par l'eſclavage, prirent les armes, chaſſerent les ennemis, ſe rendirent maitreſſes du pays, & établirent leur autorité par une loi immuable.

Depuis ce temps, les Lyciens s'étoient accoutumés à cette forme de gouvernement, & la trouvoient la plus douce & la plus commode. Les Reines avoient un Conſeil de Vieillards qui les aidoient de leurs lumieres ; les hommes propoſoient

Digitized by Google

poſoient les bonnes loix, mais les femmes les faiſoient exécuter : la douceur du ſexe prévenoit tous les maux de la tyrannie ; & le conſeil des Sages moderoit l'inconſtance qu'on reproche aux femmes.

J'appris que la mere de Selime ayant été déthrônée par l'ambition d'une de ſes parentes, ſon premier Miniſtre s'étoit enfui dans les Indes avec la jeune Princeſſe ; qu'il y avoit vêcu pluſieurs années déguiſé en Bramine, & elle en Eſtale ; que ce vieillard ayant toûjours entretenu commerce avec les amis de la Maiſon Royale, la jeune Reine avoit été rétablie aprés la mort de l'Uſurpatrice ; qu'elle gouvernoit avec la ſageſſe d'une perſonne qui avoit éprouvé le malheur ; & enfin qu'elle avoit toûjours témoigné une oppoſition invincible pour le mariage.

Cette nouvelle me cauſa une joye inexprimable. Je remerciai les Dieux de m'avoir conduit par des voyes ſi merveilleuſes près de l'objet de mon amour. J'implorai leurs ſecours, & je promis de ne jamais aimer qu'une ſeule fois, s'ils favoriſoient ma paſſion.

Je méditai pluſieurs moyens pour me faire connoître à la Reine, & je trouvai que celui de la guerre étoit le plus propre : Je m'engageai dans les tropes ; je m'y fis bien-tôt diſtinguer. Je ne me rebutai d'aucune fatigue ; je recherchai les entrepriſes les plus dangereuſes ; je m'expoſai par tout.

Dans

Dans une bataille qui devoit décider la liberté des Lyciens, les Cariens mirent nos troupes en déſordre; c'étoit dans une grande plaine, mais il n'y avoit de ſortie pour ceux qui fuyoient que par un paſſage étroit. Je gagnai ce paſſage; je menaçai de percer de mes dards quiconque oſeroit s'y préſenter; je ralliai ainſi nos troupes; je revins charger l'ennemi, je le mis en déroute, & je remportai une pleine victoire. Cette action attira l'attention de toute l'armée; on ne parloit que de mon courage; tous les ſoldats m'appelloient le libérateur de la patrie. Je fus conduit devant la Reine, qui ne me reconnut point; nous étions ſéparés depuis ſix ans; les chagrins & les fatigues avoient changé mes traits.

Elle me demanda mon nom, mon pays, ma naiſſance, & m'examina avec attention. Je crus voir dans ſes yeux un mouvement ſecret qu'elle tâchoit de cacher. Etrange bizarrerie de l'amour! Je l'avois crû autrefois Eſtale d'une baſſe naiſſance, & cependant je voulois partager ma Couronne avec elle. Je conçus dans le moment le deſſein d'être aimé comme j'avois aimé; ainſi je déguiſai mon pays & ma naiſſance: je dis que j'étois né dans un village de Bactriane, & que j'étois d'une origine très-obſcure; elle ſe retira bruſquement ſans me rien répondre.

Bien-tôt elle me donna par le conſeil des Sénateurs,

Digitized by Google

nateurs ; le commandement des armées ; j'eus par-là un libre accès auprès de ſa perſonne. Elle m'envoyoit ſouvent chercher, ſous prétexte d'affaires, lors même qu'elle n'avoit rien à me dire : Elle prenoit plaiſir à s'entretenir avec moi. Je lui peignis mes ſentimens ſous des noms empruntés ; la Mythologie Grecque & Egyptienne que j'avois appriſes dans mes voyages, me fourniſſoient une ample matiere pour prouver que les Divinités aimoient autrefois les mortels, & que l'amour égale toutes les conditions.

Je me ſouviens qu'un jour, tandis que je lui racontois une hiſtoire de cette eſpece, elle me quitta dans une grande agitation ; je pénétrai par-là tous ſes ſentimens cachés, & je goutai un plaiſir inexprimable de ſentir que j'étois aimé comme j'avois aimé. J'eus pluſieurs entretiens avec elle, & par ces entretiens ſa confiance augmentoit pour moi tous les jours : Je lui rappellai quelquefois les malheurs de ſon enfance, alors elle me raconta l'hiſtoire de ſon ſejour parmi les Eſtales, de ſon amitié pour Amana, & de leur tendreſſe réciproque ; à peine pouvois-je modérer mes tranſports en l'entendant parler.

J'étois prêt à finir mon déguiſement, mais ma fauſſe délicateſſe demandoit encore que Selime fît pour moi ce que j'avois voulu faire pour elle ; je fus bien-tôt ſatisfait. Un évenement ſingulier me

me donna occaſion d'éprouver toute l'étendue & la force de ſon amour.

Selon la Loi des Lyciens, il n'eſt pas permis à celle qui les gouverne d'épouſer un Etranger. Selime me fit appeller un jour, & me dit : Mes Sujets veulent que je prenne un Epoux ; allez leur dire de ma part que j'y conſentirai, à condition qu'ils me laiſſeront libre dans mon choix. Elle prononça ces paroles avec un air majeſtueux, ſans preſque me regarder.

Je tremble d'abord, je me flate enſuite, je doute enfin ; car je ſçavois l'attachement que les Lyciens avoient pour leurs Loix ; j'allai cependant exécuter les ordres de Selime. Le Conſeil s'aſſembla, j'expoſai les volontés de la Reine ; après pluſieurs diſputes, on convint qu'il falloit lui laiſſer la liberté de ſe choiſir un Epoux.

Je lui rapportai ce qu'on avoit réſolu dans le Conſeil ; elle m'ordonna d'aſſembler les troupes dans la même plaine où j'avois remporté la victoire ſur les Cariens, & de m'y tenir prêt pour obéir à ſes ordres : elle commanda auſſi à tous les Chefs de la nation de ſe rendre dans le même lieu. On y éleva un Trône ſuperbe ; la Reine y parut entourée de ſa Cour, & parla ainſi.

Lyciens, depuis que je regne ſur vous, j'ai obſervé vos Loix, j'ai paru à la tête de vos armées, j'ai remporté pluſieurs victoires ; mon

unique

unique étude a été de vous rendre libres & heureux ; eſt-il juſte que celle qui a maintenu vos libertés, ſoit elle-même eſclave ? Eſt-il juſte que celle qui cherche ſans ceſſe vôtre bonheur, ſoit elle-même infortunée ? Il n'eſt point de malheur ſemblable à celui de faire violence à ſon cœur : quand il eſt contraint, la Grandeur & la Royauté ne ſervent qu'à nous faire ſentir plus vivement nôtre eſclavage : Je demande d'être libre dans mon choix.

Toute l'aſſemblée applaudit à la ſageſſe de ce diſcours, & s'écrie : *Vous êtes libre, vous êtes diſpenſée de la Loy.* La Reine m'envoya dire d'avancer à la têtt des troupes. Quand je fus près du Trône, elle ſe leva, & dit en me montrant : *Voilà mon Epoux : Il eſt Etranger ; mais ſes ſervices le rendent pere de la patrie : Il n'eſt pas Prince ; mais ſon mérite l'égale aux Roys.*

Selime m'ordonna enſuite de monter ſur le Trône ; je me proſternai à ſes pieds, & je fis tous les ſermens accoutumés ; je promis de renoncer à jamais à ma patrie, de regarder les Lyciens comme mes enfans, & ſur-tout de n'aimer jamais que la Reine.

Elle deſcendit alors de ſon Trône, & nous fumes reconduits à la Capitale avec pompe, au milieu des acclamations du peuple. Si tôt que nous fumes ſeuls, *Ah ! Selime*, lui dis-je, *ne reconnoiſſez-vous donc plus Amana ?* La ſurpriſe, la

la tendreſſe, la joye, cauſerent à la Reine les tranſports les plus vifs; elle me reconnoît, elle devine tout le reſte; je n'avois pas beſoin de lui parler : nous gardâmes long-temps le ſilence; je lui appris enſuite mon hiſtoire, mon origine, & tous les effets que l'amour avoit produits en moi.

Elle aſſembla auſſi-tôt ſon Conſeil, & déclara ma naiſſance; on envoya des Ambaſſadeurs aux Indes, je renonçai pour toûjours à ma Couronne, & mon frere fut confirmé dans la poſſeſſion de mon Trône.

Ce ſacrifice me couta peu; je poſſedois Selime, rien ne manquoit à mon bonheur. Mais hélas! ce bonheur ne fut pas de longue durée: En me livrant à ma paſſion, j'avois oublié ma patrie, j'avois abandonné mon pere dont je faiſois la conſolation, j'avois ſacrifié tous mes devoirs. Mon amour qui paroiſſoit ſi délicat, ſi génereux, & qui étoit admiré des hommes, ne fut pas approuvé des Dieux. Auſſi m'en punirent-ils par le plus grand de tous les malheurs; ils me ſéparerent de Selime, elle mourut peu de temps aprés notre mariage. Je me livrai à la plus vive douleur; mais les Dieux ne m'abandonnerent point.

Je rentrai profondément en moi-même; la ageſſe deſcendit dans mon cœur, elle deſſilla les yeux de mon eſprit, & je compris alors le

le myſtere admirable de la conduite d'Oromaze. La vertu eſt ſouvent malheureuſe ; c'eſt ce qui choque les hommes aveugles qui ignorent que les maux paſſagers de cette vie ſont deſtinés par les Dieux pour expier les fautes ſecrettes de ceux qui paroiſſent les plus vertueux.

Ces réflexions me déterminerent à conſacrer le reſte de mes jours à l'étude de la ſageſſe. Selime étoit morte, mes liens étoient rompus, je ne tenois plus à rien dans la nature ; toute la terre me paroiſſoit un deſert ; je ne pouvois plus regner en Lycie après la mort de Selime, & je ne voulois point reſter dans un pays où tout renouvelloit ſans ceſſe le ſouvenir de ma perte.

Je retournai aux Indes, & j'allai vivre parmi les Bramines, où je me formai un nouveau plan de bonheur. Libre de cet eſclavage qui accompagne toûjours la grandeur, j'établis au dedans de moi-même un empire ſur mes paſſions & ſur mes deſirs, plus glorieux & plus conſolant que le faux éclat de la Royauté. Malgré mon éloignement & ma retraite, mon frere prit des ombrages contre moi, comme ſi j'euſſe voulu remonter ſur le Trône, & je fus obligé de quitter les Indes.

Mon exil devint pour moy une nouvelle ſource de bonheur ; il ne dépend que de nous de mettre à profit toutes nos diſgraces. Je viſitai les Sages

l'Aſie, je converſai avec les Philoſophes des differens pays, j'appris leurs Loix, & leur Religion. Je fus charmé de trouver que les grands hommes de tous les temps & de tous les lieux, penſoient de même ſur la Divinité, & ſur la morale; enfin je ſuis venu ſur les bords de l'Aroſis, où les Mages m'ont choiſi pour leur Chef.

Ici Zoroaſtre ſe tut. Cyrus & Caſſandane furent trop attendris pour parler; après quelques momens de ſilence, le Philoſophe les entretint du bonheur que les vrais Amans retrouvent dans l'Empyrée, quand ils s'y joignent; puis il conclut par ces ſouhaits:

Puiſſiez-vous ſentir long-tems le bonheur de vous aimer, & de vous aimer uniquement; puiſſent les Dieux vous préſerver de cette corruption du cœur, qui fait ceſſer les plaiſirs lorſqu'ils deviennent légitimes; puiſſiez-vous, après les tranſports d'une paſſion vive & pure pendant votre jeuneſſe, connoître dans un âge plus meur tous les charmes de cette union qui diminue les peines, & qui augmente les biens en les partageant; puiſſe une longue & aimable vieilleſſe vous montrer vos neveux & vos arriere-neveux, multipliant la race des Heros ſur la terre; puiſſe enfin le même jour voir recueillir vos cendres unies, pour vous épargner à tous deux le malheur de pleurer, comme moi, la perte de ce que vous aimez. Je ne me conſole

conſole que par l'eſperance de revoir Selime dans la ſphére du feu, par élement de l'amour. Les ames ne ſont ici-bas que faire connoiſſance; mais c'eſt là-haut que leur union ſe conſomme. O ! Selime . Selime , je vous rejoindrai un jour , notre flamme ſera éternelle ; je ſçai que dans ces régions ſupérieures votre bonheur ne ſera complet que lorſque je le partagerai avec vous ; ceux qui ſe ſont aimés purement, s'aimeront à jamais ; le veritable amour eſt immortel.

Le récit de l'hiſtoire de Zoroaſtre fit une vive impreſſion ſur le Prince & la Princeſſe de Perſe ; elle les confirma dans leur tendreſſe mutuelle , & dans leur amour pour la vertu ; ils paſſerent quelque tems avec ce Sage dans ſa ſolitude , avant que de retourner auprès de Cambyſe.

Tandis que Caſſandane s'entretenoit avec les femmes des Mages , & gouteit avec plaiſir la douceur de leurs Concerts, Zoroaſtre initia Cyrus dans tous les Myſteres de la Sageſſe Orientale. Les Chaldéens , les Egyptiens , & les Gymnoſophiſtes avoient une merveilleuſe connoiſſance de la nature , mais ils l'enveloppoient d'allégories mythologiques ; c'eſt ſans doute ce qui a fait reprocher à l'antiquité de n'avoir connu la Phyſique que très-imparfaitement.

Zoroaſtre dévoila à Cyrus les ſecrets de la

nature, non ſeulement pour ſatisfaire à ſa curioſité, mais pour lui faire reconnoître les marques d'une Sageſſe infinie répandues dans l'univers, & par-là le préparer à des inſtructions plus élevées ſur la Divinité & ſur la Religion.

Tantôt il lui faiſoit admirer la ſtructure du corps humain, les reſſorts qui le compoſent, & les liqueurs qui y coulent; les canaux, les pompes, les réſervoirs qui ſe forment par le ſimple entrelaſſement des nerfs, des artéres & des veines, pour ſéparer, pour épurer, pour conduire & reconduire les liquides dans toutes les extrémités du Corps; puis les leviers, les cordes & les poulies formées par les os, les muſcles & les cartilages, pour faire tous les mouvemens des ſolides.

C'eſt ainſi, *diſoit le Mage*, que notre corps n'eſt qu'un tiſſu merveilleux de tuyaux ſans nombre, qui ſe communiquent, ſe diviſent & ſe ſubdiviſent ſans fin; tandis que des liqueurs différentes & proportionnées s'y inſinuent, & s'y préparent, ſelon les régles de la plus exacte mécanique.

Il lui fit comprendre par-là, qu'une infinité de petits reſſorts imperceptibles, dont nous ignorons la conſtruction & les mouvemens, jouent ſans ceſſe dans nos corps, & par conſequent qu'il n'y a qu'une Intelligence ſouveraine, qui ait pû produire, ajuſter, & conſerver une ma-

chine

chine ſi compoſée, ſi délicate, & ſi admirable.

Un autre jour, il expliqua la formation des plantes, & la transformation des inſectes. On n'avoit pas alors nos verres optiques pour rapprocher & groſſir les objets; mais l'eſprit pénétrant de Zoroaſtre voyoit encore plus loin.

Chaque ſemence, *dit-il*, contient une plante de ſon eſpece; cette plante une autre ſemence, & cette ſemence une autre petite plante; & ainſi ſans fin. La fecondité de la nature eſt inépuiſable. L'accroiſſement des végétaux n'eſt que le développement des fibres, des membranes, des branches, par l'action du ſuc de la terre qui s'y inſinue. La preſſion de l'air fait entrer dans les tuyaux des racines, le ſuc nourricier chargé de ſels & de ſouffres. La chaleur du ſoleil pendant le jour, attire en haut la ſéve la plus ſubtile; & la fraîcheur de la nuit la fixe, la condenſe & la meurit, pour produire les feuilles, les fleurs, les fruits, & former toutes les richeſſes de la nature qui charment la vûe, l'odorat & le goût.

La fecondité de la nature dans la multiplication des inſectes, n'eſt pas moins admirable. Leurs œufs repandus dans l'air, ſur la terre, dans les eaux, n'attendent pour éclore qu'un rayon favorable du ſoleil. La ſage nature fait jouer dans ces machines preſqu'inviſibles, des reſſorts infinis, qui fourniſſent des liqueurs propres à leurs beſoins.

Il raconta enſuite toutes leurs différentes metamorphoſes. Tantôt ce ſont des vermiſſeaux qui rampent ſur la terre ; tantôt des poiſſons qui nagent dans les liquides ; & tantôt des volatiles qui s'élevent dans les airs.

Une autre fois, le Mage conduiſoit l'eſprit de Cyrus juſques dans les regions ſuperieures, pour contempler tous les Phénoménes extraordinaires qui arrivent dans l'air.

Il lui expliqua les merveilleuſes qualités de ce fluide ſubtil & inviſible qui environne la terre ; ſon utilité & ſa neceſſité pour la vie des animaux, pour l'accroiſſement des plantes, pour le vol des oiſeaux, pour la formation des ſons, & pour tous les uſages de la vie.

Ce fluide, *lui dit-il*, étant échauffé, agité, refroidi, comprimé, dilaté, tantôt par les rayons du ſoleil ou les feux ſouterrains, quelquefois par la rencontre des ſels & des ſouffres qui y nagent, tantôt par le nitre qui le fixe & le roidit, d'autrefois par les nuages qui le reſſerrent, ſouvent par d'autres cauſes qui troublent l'équilibre de ſes parties, produit toutes ſortes de vents, dont les plus impetueux ſervent à diſſiper les vapeurs nuiſibles, & les plus temperés à moderer les chaleurs exceſſives.

D'autres fois, les rayons du Soleil s'inſinuant dans les petites goutes d'eau qui couvrent ou qui arroſent la ſurface de la terre, les dilatent & les

les rendent par-là plus legeres que l'air, de ſorte qu'elles y montent, y forment des vapeurs, & y ſurnagent à différentes hauteurs, ſelon qu'elles ſont plus ou moins peſantes.

Le Soleil ayant attiré ces vapeurs chargées de ſouffres, de mineraux, de ſels différens, elles s'allument dans l'air, l'agitent, le troublent, & cauſent le bruit du Tonnerre, & la lumiere des éclairs.

D'autres vapeurs plus legeres ſe ramaſſent en nuages, & flottent dans l'air; mais quand leur poids devient trop grand, elles tombent en roſée, en pluye, en neige, en grêle, ſelon que l'air eſt plus ou moins échauffé.

Ces vapeurs tirées tous les jours de la mer, portées dans l'air par les vents au-deſſus des montagnes, y tombent, s'y inſinuent, & s'amaſſent dans leurs cavités intérieures, juſqu'à ce qu'elles trouvent quelque iſſue pour ſortir, & former par-là des ſources abondantes d'eau vive pour déſalterer les hommes; de-là coulent d'abord les ruiſſeaux, puis les rivieres, enſuite les grands fleuves qui retournent dans la mer, pour réparer ce que le Soleil avoit diſſipé par l'ardeur de ſes rayons.

C'eſt ainſi que toutes les irrégularités & les intemperies des élemens, qui paroiſſent détruire la nature dans une ſaiſon, ſervent à la ranimer dans une autre. Les chaleurs immoderées

de l'Eté, & les rigueurs exceſſives de l'Hyver, préparent les beautés du Printemps, & les richeſſes de l'Automne; toutes ces viciſſitudes qui ſemblent aux eſprits ſuperficiels les effets d'un concours fortuit de cauſes irrégulieres, ſont reglées avec poids & meſure, par une Sageſſe ſouveraine qui tient l'univers dans ſa main, qui peſe la terre comme un grain de ſable, & la mer comme une goute d'eau.

Après avoir fait admirer toutes ces merveilles, Zoroaſtre s'élevoit enſuite juſques aux aſtres, pour expliquer comment ils nagent tous, dans un fluide inviſible & pur.

La matiere, *diſoit-il*, eſt non ſeulement diviſible à l'infini, mais elle ſe diviſe ſans ceſſe par l'action continuelle du premier Moteur. Par-là ſe forment dans les eſpaces immenſes, des fluides innombrables, dont la rapidité, le cours & la ſubtilité ſont infiniment différentes. Ils ſe croiſent, ſe pénetrent, & coulent les uns auprès des autres, comme l'eau, l'air & la lumiere, ſans ſe troubler, ni ſe confondre jamais.

L'action de ces fluides inviſibles devient le reſſort univerſel de tous les mouvemens celeſtes & terreſtres; elle fait tourner les étoiles fixes ſur leur centre, tandis qu'elle fait rouler les planettes autour de ces aſtres: Cette matiere pure tranſmet juſqu'à nos yeux, avec une rapidité incroyable, la lumiere des corps celeſtes, comme

comme l'air tranſmet les ſons ; & ſes ſecouſſes plus ou moins promptes, produiſent l'agréable variété des couleurs, comme celles de l'air forment les tons mélodieux de la Muſique.

Enfin la fluidité des liqueurs, la conſiſtance des ſolides, la peſanteur, le reſſort, l'attraction des corps, viennent de l'action de cette matiere étherée. La même cauſe ſimple produit des effets infinis, & même contraires ; ſans que ces mouvemens innombrables ſe détruiſent.

Cette matiere inviſible n'agit pas ſelon les loix néceſſaires d'une mécanique aveugle ; elle eſt le *corps* du Grand Oromaze, dont l'ame eſt la *vérité*. Toujours preſent à ſon ouvrage, il donne ſans ceſſe aux corps & aux eſprits toutes leurs formes, & tous leurs mouvemens. Les Grecs appellent cette action du premier Moteur, *la force unitive de la nature*, à cauſe qu'elle unit par ſon attrait infini toutes les parties de l'univers. (*a*) Nos idées ſont les mêmes, quoique nos expreſſions ſoient différentes. (*b*)

Zo-

(a) *La doctrine de l'attraction reſſemble à celle d'Empedocle, qui croyoit que tous les différens phénomènes de l'univers venoient de l'amour & de la haine.*

(b) *Il eſt poſſible de concilier l'attraction de M. Newton avec la matiere étherée ; c'eſt pour cela que j'ai mis le premier ſyſtême dans mon Edition Angloiſe, & le ſecond dans celle-ci ; Sed non eſt his locus.*

Zoroaſtre expliqua enfin comment la diſtance des planettes & leurs révolutions, ſont proportionnées à leurs grandeurs, & à la nature de leurs habitans; car les Gymnoſophiſtes, & les Mages, croyoient toutes les ſphéres céleſtes peuplées de génies fidéles ou infidéles.

Nous ſommes ſurpris, *continua le Philoſophe*, de voir toutes les merveilles de la nature qui ſe découvrent à nos foibles yeux; que ſeroit-ce ſi nous pouvions nous élever juſques dans les eſpaces étherées, & les parcourir d'un vol rapide? chaque aſtre paroîtroit un atome, en comparaiſon de l'immenſité qui l'environne; que ſeroit-ce ſi deſcendant enſuite ſur la terre, nous pouvions accommoder nos yeux à la petiteſſe des objets, & pourſuivre le moindre grain de ſable dans ſa diviſibilité infinie? chaque atome paroîtroit un monde, dans lequel nous découvririons ſans doute de nouvelles beautés; c'eſt ainſi que le *grand* & le *petit* diſparoiſſent tour à tour, pour preſenter par tout une image de l'Infinité répandue ſur tous les ouvrages d'Oromaze.

Cependant ce que nous ſçavons ici-bas de la nature, ne regarde que ſes propriétés ſuperficielles; il ne nous eſt pas permis de pénetrer juſques dans l'eſſence intime des choſes. Ce point de l'immenſité dans lequel nous ſom-

ſommes relegués, depuis que nous animons des corps mortels, n'eſt pas ce qu'il étoit autrefois; la force mouvante du premier Principe eſt ſuſpendüe & arrêtée; tout eſt devenu difforme, obſcur, irrégulier, ſemblable aux Intelligences qui furent entraînées dans la révolte d'Arimane.

Cyrus étoit charmé de ces connoiſſances; de nouveaux mondes ſembloient ſe découvrir à ſon eſprit; où ai-je vêcu, *diſoit-il*, juſqu'à preſent? les objets les plus ſimples renferment des merveilles qui échappoient à mes yeux. Sa curioſité fut réveillée ſur-tout, quand il entendit parler du grand changement arrivé dans l'univers, & ſe tournant vers Araſpe qui étoit preſent à ces entrétiens, il lui dit:

Ce qu'on nous a enſeigné juſques ici d'Oromaze, de Mythras, d'Arimane, du combat du bon & du mauvais Principe, des révolutions arrivées dans les ſphéres ſupérieures, & des ames précipitées dans des corps mortels, nous a paru mêlé de tant de fictions abſurdes, & enveloppé de tant d'obſcurités impénetrables, que nous avons regardé ces idées comme vulgaires, mépriſables & indignes de la nature éternelle. Daignez, *dit-il à Zoroaſtre*, daignez nous découvrir ces myſteres inconnus au peuple. Je vois à preſent que le mépris pour la Religion ne peut venir que de l'ignorance.

Après tout ce que je vous ai montré aujourd'hui, *reprit le Sage*, je fatiguerois trop l'attention de votre eſprit, ſi je voulois entrer dans ce détail; il faut vous repoſer cette nuit; après avoir délaſſé votre corps par le ſommeil, & calmé vos ſens par la muſique & le ſacrifice du matin, je vous menerai dans ce monde inviſible qui m'a été dévoilé par la tradition des Anciens.

Le lendemain, Zoroaſtre conduiſit Cyrus & Araſpe dans une forêt ſombre & ſolitaire, où regnoit un éternel ſilence, & où la vûe ne pouvoit être diſtraite par aucun objet ſenſible.

Ce n'eſt pas, *dit-il*, pour joüir des plaiſirs de la ſolitude, que nous abaudonnons pour toujours la ſocieté des hommes; cette retraite n'auroit pour objet qu'une indolence frivole, indigne de la ſageſſe; mais par cette ſéparation, les Mages ſe détachent de la matiere, s'élevent à la contemplation des choſes céleſtes, & entrent en commerce avec les purs eſprits qui leur découvrent tous les ſecrets de la nature. Ce n'eſt qu'après avoir remporté une pleine victoire ſur toutes les paſſions, que le Grand Oromaze favoriſe ainſi les mortels, & ce n'eſt qu'un très-petit nombre de Sages les plus épurés qui ont joüi de ce privilege. Impoſez ſilence à vos ſens; élevez

votre

votre eſprit au-deſſus de tous les objets viſibles, & écoutez ce que les Gymnoſophiſtes ont appris par leur commerce avec les Intelligences. Ici Zoroaſtre ſe tut pour quelque temps; il ſembla ſe recueillir profondément en lui-même, puis il continua ainſi.

(a) Un feu pur & divin s'étend dans les eſpaces empyrées, par le moyen duquel ſe *voyent* non ſeulement les corps, mais les eſprits: Au milieu de cette immenſité eſt le Grand *Oromaze* premier principe de toutes choſes; il ſe repand par tout, mais c'eſt-là qu'il ſe manifeſte d'une maniere plus éclatante.

Auprès de lui eſt aſſis le Dieu *Mythras*, la premiere & la plus ancienne production de ſa puiſſance; autour de ſon Trône ſe voyent une infinité de Génies de pluſieurs ordres différens; au premier rang ſont les *Fynges*, intelligences les plus ſublimes; au deſſous d'elles dans des ſphéres plus éloignées ſont les *Synoches*, les *Teletarques*, les *Amilictes*, les *Coſmogoges*, (b) & un nombre innombrable de Génies de tous les degrés inférieurs.

Ari-

(a) *Voyez le Diſcours, à la fin.*

(b) *Voyez les Oracles qui paſſent ſous le nom de Zoroaſtre. Ils ſont dans doute ſuppoſés; mais ils contiennent les plus anciennes traditions & le ſtyle de la Theologie Orientale. Je ne m'en ſuis ſervi que pour donner des noms aux Génies.*

Arimane Chef des Jynges, aſpira à l'égalité avec le Dieu Mythras, & par ſon éloquence perſuada peu-à-peu à tous les eſprits de ſon eſpece de troubler l'harmonie univerſelle, & l'ordre de la Monarchie céleſte. Quelque élevés que ſoient les Génies, ils ſont toujours finis, & peuvent par conſéquent s'éblouïr & ſe tromper. Or l'amour de ſa propre excellence eſt la ſéduction la plus délicate & la plus imperceptible.

Pour détourner les autres Génies du même crime, & pour punir ces eſprits audacieux, Oromaze ne fit que retirer ſes rayons, & ſoudain la ſphére d'Arimane devint un cahos, & une nuit éternelle, où la diſcorde, la haine, la confuſion, l'anarchie, & la force ſeule dominent.

Ces ſubſtances étherées ſe ſeroient tourmentées éternellement, ſi Oromaze n'avoit pas adouci leurs malheurs; dans ſes punitions il n'eſt jamais cruel; il n'agit jamais par un motif de vengeance indigne de ſa nature; il eut compaſſion de leur état; il leur prêta ſa puiſſance pour diſſiper le cahos.

Auſſi-tôt les atomes confus ſe debaraſſent, les élemens ſe debrouillent, ſe ſeparent, & s'arrangent. Au milieu de l'abyme s'amaſſe un ocean de feu, qu'on appelle preſentement le *Soleil*; ſa clarté eſt ténébreuſe, lorſqu'on la con-

compare à ce pur Ether qui eclaire l'Empyrée.

Sept globes d'une matiere opaque roulent autour de ce centre-enflammé, pour en emprunter la lumiere. Les ſept Génies principaux miniſtres, & compagnons d'Arimane, avec tous les eſprits ſubalternes de ſon ordre, deviennent habitans de ces nouveaux mondes, & leur impoſent leurs noms. Les Grecs les appellent SATURNE, JUPITER, MARS, VENUS, MERCURE, LA LUNE & LA TERRE.

Dans Saturne, ſe retirent les Génies pareſſeux, ſombres & miſanthropes, qui cherchent la ſolitude & les ténébres, qui haïſſent la ſociété, & ſe conſument dans un ennui éternel. De là ſortent tous les projets noirs & malins, les trahiſons perfides, & les trames homicides.

Dans Jupiter, habitent les Génies impies & ſçavans, qui enfantent les erreurs monſtrueuſes; qui tâchent de perſuader aux hommes que l'univers n'eſt pas gouverné par une ſageſſe éternelle, que le Grand Oromaze n'eſt pas un principe lumineux, mais une nature aveugle qui s'agite ſans ceſſe au dedans d'elle-même, pour y produire une revolution éternelle de formes.

Dans Mars, régnent les Génies ennemis de

la paix, qui ſouffient par-tout le feu de la diſcorde, la vengeance inhumaine, la colere implacable, l'ambition forcenée, le faux heroïſme inſatiable de conquerir ce qu'il ne peut gouverner, & la diſpute furieuſe qui veut dominer ſur les eſprits, qui cherche à les accabler, lorſqu'elle ne peut les convaincre, & qui eſt plus cruelle dans ſes emportemens que tous les autres vices.

Dans Venus, les Génies impurs, les graces affectées, la cupidité effrenée, ſans goût, ſans amitié, ſans ſentimens, ſans autre vûe que la jouiſſance des plaiſirs qui enfantent les maux les plus funeſtes.

Dans Mercure, les ames foibles & incertaines, qui croyent ſans raiſon de croire, qui doutent ſans raiſon de douter, les Enthouſiaſtes & les eſprits forts, dont la credulité & l'incredulité viennent également des excès d'une imagination dereglée : Elle trouble la vûe des uns, de ſorte *qu'ils voyent ce qui n'eſt pas*; & elle aveugle les autres, de façon *qu'ils ne voyent pas ce qui eſt.*

Dans la Lune, les Génies bizarres, fantaſques & capricieux, qui veulent & ne veulent pas, qui haïſſent dans un temps ce qu'ils aimoient éperdûment dans un autre, & qui par une fauſſe delicateſſe d'amour propre, ſe défient ſans ceſſe, & d'eux-mêmes, & de leurs meilleurs amis.

Tous

Tous ces Génies reglent l'influence des astres; ils sont soumis aux Mages, qui découvrent en les évoquant, tous les secrets de la nature: Ces esprits avoient été tous complices volontaires du crime d'Arimane; il en restoit un nombre de toutes les especes, qui avoient été entraînés par foiblesse, par inattention, par legereté, & oserai-je le dire, par amitié pour leurs compagnons; ils étoient de tous les Génies les plus bornés, & par conséquent les moins criminels.

Oromaze en eut compassion, & les fit descendre dans des corps mortels; ils ne se souviennent plus de leur premier état, ni de leur ancien bonheur; c'est de cet amas de Génies de toutes les especes qu'il remplit la terre, & c'est pour cela qu'on y trouve des esprits de tous les caracteres.

Le Dieu Mythras travaille sans cesse à les guérir, à les épurer, à les exalter, à les rendre capables de leur premiere félicité. Ceux qui suivent la vertu, s'envolent après la mort dans l'Empyrée, où ils se réünissent à leur origine; ceux qui se laissent corrompre par le vice, s'enfoncent de plus en plus dans la matiere, tombent successivement dans les corps des plus vils animaux, & parcourent un cercle perpétuel de nouvelles formes, jusqu'à ce qu'ils soient purgés de leurs crimes, par les peines qu'ils subissent. Le

Le mauvais Principe troublera tout pendant neuf mille ans ; il viendra enfin un temps fixé par le deſtin, où Arimane ſera totalement détruit & exterminé ; la terre changera de forme, l'harmonie univerſelle recommencera, & les hommes vivront heureux, ſans aucun beſoin corporel. Juſqu'à ce temps, Oromaze ſe repoſe, & Mythras combat ; cet intervalle ſemble long aux mortels, mais à un Dieu il ne paroît qu'un moment de ſommeil.

Cyrus fut ſaiſi d'étonnement en entendant parler de ces hautes connoiſſances, & s'écria : Je ſuis donc un rayon de lumiere détaché de ſon principe, & je dois y retourner ; vous mettez au dedans de moi une ſource intariſſable de plaiſirs que je ne connoiſſois pas auparavant ; les revers de la fortune pourront à l'avenir m'ébranler, mais ils ne m'accableront jamais ; tous les maux de la vie me paroîtront des ſonges paſſagers ; toutes les grandeurs humaines s'évanouiſſent, je ne vois plus rien de grand que d'imiter les immortels, pour rentrer dans leur ſociété. O ! mon pere, dites-moi par quel chemin les Heros remontent à l'Empyrée.

Que j'ai de joye, *reprit Zoroaſtre*, de voir que vous goutez ces vérités ! Vous en aurez un jour beſoin. Les Princes ſont ſouvent entourés de ces hommes impies & profanes, qui

rejettent tout pour flatter leurs paſſions ; ils tâcheront de vous faire douter de la Providence éternelle par les malheurs & les déſordres qui arrivent ici-bas ; ils ne ſçavent pas que la terre entiere n'eſt qu'une roüe détachée de la grande machine : leur vûe ne s'étend qu'à un petit cercle d'objets ; ils ne voyent rien au-delà : cependant ils veulent raiſonner & décider ſur tout ; ils jugent de la nature, & de ſon Auteur, comme un homme né dans une caverne profonde, qui n'auroit jamais vû les objets qui l'environnent, qu'à la lueur obſcure d'un triſte flambeau.

Oui, Cyrus, l'harmonie univerſelle ſe rétablira un jour, & vous êtes deſtiné pour cette immortalité ſublime ; mais vous ne pouvez y parvenir que par la vertu, & la vertu de votre état eſt de rendre *les hommes heureux*.

Les diſcours de Zoroaſtre firent une forte impreſſion dans l'eſprit de Cyrus ; il auroit demeuré encore long-temps dans la ſolitude des Mages, ſi ſon devoir ne l'avoit point rappellé à la Cour de Perſe.

Le bonheur de ce jeune Prince augmentoit tous les jours ; plus il connoiſſoit Caſſandane, plus il découvroit dans ſon eſprit, dans ſes ſentimens & dans ſes vertus, des charmes toujours nouveaux, qui ne ſe trouvent point dans la beauté toute ſeule. L'hymenée qui affoiblit

blit ſouvent les paſſions les plus vives, & le goût preſque invincible qu'ont tous les hommes pour le changement, ne diminuoient en rien la tendreſſe mutuelle de ces heureux amans; il vêcurent ainſi pluſieurs années. Caſſandane donna deux fils à Cyrus, *Cambyſe* & *Smerdis*, & deux filles nommées *Ariſtone* & *Meroé*; elle mourut enfin, quoique dans la fleur de ſon âge.

Il n'y a que ceux qui ont éprouvé la force d'un amour véritable fondé ſur la vertu, qui puiſſent imaginer la triſte ſituation de Cyrus: Il perdoit tout par la mort de Caſſandane; le goût, la raiſon, le plaiſir & le devoir, s'étoient unis pour augmenter ſa paſſion pour la fille de Farnaſpe: En l'aimant il avoit goûté tous les charmes de l'amour, ſans connoître ni ſes peines, ni ſes dégoûts; il ſentit la grandeur de ſa perte, & refuſa toute conſolation. Ce ne ſont pas les grandes révolutions politiques, ni les revers éclatans de la fortune qui accablent les Heros; les ames nobles & génereuſes ne ſont ſenſibles qu'aux maux qui intereſſent le cœur. Cyrus ſe livre tout entier à ſa douleur; il ne peut la ſoulager, ni par les pleurs, ni par les plaintes; les grandes paſſions ſe taiſent toujours; un torrent de larmes ſuccede enfin à ce profond ſilence. Mandane & Ar-

riſpe qui ne le quittoient point, ne cherchent à le conſoler qu'en pleurant avec lui : les diſcours ne guériſſent point la douleur ; l'amitié ne ſoulage les peines qu'en les partageant.

Après un long abbattement, Cyrus retourna voir Zoroaſtre qui avoit autrefois éprouvé un malheur ſemblable au ſien ; la converſation de ce grand homme contribua beaucoup à adoucir ſes peines, mais elles ne ſe diſſiperent que peu-à-peu par les voyages qu'il continua pendant quelques années.